

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

# ANAIIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**CONIC** 2019

EDUCAÇÃO **4.0**

24 a 26 de outubro de 2019



ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

# ANAIS

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**CONIC** 2019

EDUCAÇÃO 4.0

24 a 26 de outubro de 2019.



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:  
EDUCAÇÃO 4.0**

**NATAL/RN  
2019**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN**

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Indexação e editoração eletrônica - Portal:

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

**Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos**

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (19: 2019: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: Educação 4.0, Natal (RN), 24 a 26 de outubro de 2019. – Natal: UNI-RN, 2019.

2 v. (I, 373 f.; II, 434 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA**

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito  
Chanceler do UNI-RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN**  
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor - Prof<sup>o</sup>. Daladier Pessoa Cunha Lima  
Vice-Reitora - Prof<sup>a</sup>. Angela Maria Guerra Fonseca  
Assessoria do Reitor - Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Assessoria de Comunicação - Zilene dos Santos Costa  
Marketing - José Marcelo da Silva Rodrigues  
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas  
Prefeitura do Campus - Josefa Arioene Medeiros  
Biblioteca - Helena Maria da Silva Barroso

**ÁREA ACADÊMICA**

Pró-Reitoria Acadêmica - Prof<sup>a</sup>. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Controle Acadêmico - Patrícia Falcone Pessoa  
Coordenação Estágios e Convênios - Prof. Alcir Veras da Silva  
Coordenação dos Cursos de Adm. e Gestão Comercial -  
Prof<sup>a</sup>. Prof. Domingos Carvalho de Souza  
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Prof<sup>a</sup>. Camila Furukava  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - Prof. Domingos Carvalho de Souza  
Coordenação do Curso de Direito - Prof<sup>a</sup>. Úrsula Bezerra e Silva Lira  
Coordenação do Curso de Engenharia Civil – Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira  
Coordenação do Curso de Serviço Social - Prof. Domingos Carvalho de Souza  
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores  
Prof. Alexandre Luiz Galvão Damasceno  
Coordenação do Curso de Educação Física - Prof<sup>a</sup>. Sônia Cristina Ferreira Maia  
Coordenação do Curso de Enfermagem - Prof<sup>a</sup>. Rejane Millions Viana Meneses  
Coordenação do Curso de Fisioterapia - Prof. Robson Alves da Silva  
Coordenação do Curso de Nutrição - Prof<sup>a</sup>. Carina Leite de Araújo Oliveira  
Coordenação do Curso de Psicologia - Prof<sup>a</sup>. Adriana Coura Feitosa Lopes  
Comissão Própria de Avaliação – Prof. Werner Farkatt Tabosa  
Educação e Gestão Ambiental: UNI-RN Sustentável - Mariana M. de Araújo Nunes  
Estudos Transdisciplinares - Prof<sup>a</sup>. Wannise de Santana Lima  
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação - Prof. Aluisio Alberto Dantas  
Núcleo de Extensão Universitária - Prof<sup>a</sup>. Ana Maria da Silva Souza  
Programa de Monitoria – Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

**ÁREA ADMINISTRATIVA**

Assessor Contábil Financeiro – Prof. Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Setor de Informática - Francisco das Chagas da Silva  
Setor de Recursos Humanos - Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Setor de Contabilidade - Mário Henrique C. de Sá Leitão  
Setor de Compras, Material e Patrimônio - Dickson Pessoa de Lima  
Setor de Serviços Gráficos - Wantoilton Albuquerque

## COMISSÃO CIÊNTÍFICA DO XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Aluísio Alberto Dantas - Coordenação Geral  
Eduardo Henrique Cunha de Farias - Coordenação Científica  
Cristiane Clébia Barbosa - Assessoria

## COMITÊ DO XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes  
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas  
Alcir Veras da Silva  
Alessandra Silva de Oliveira Martins  
Alexandre Luiz Galvão Damasceno  
Aluísio Alberto Dantas  
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Angela Maria Guerra Fonseca  
Bruna Gecyele de Lima Silva  
Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes  
Camila Furukava  
Carina Leite de Araújo Oliveira  
Catarina da Silva Souza  
Dickson Pessoa de Lima  
Domingos Carvalho de Souza  
Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Eduardo Henrique Cunha de Farias  
Fábio Sérgio da Costa Perreira  
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Fernando Roberto Brandão da Silva  
Francisco das Chagas da Silva  
Helena Maria da Silva Barroso  
Izete Soares da Silva Dantas Pereira  
José Marcelo as Silva Rodrigues  
Josefa Arioene Medeiros Dantas  
Larissa Inês da Costa  
Mariana Medeiros de Araujo Nunes  
Mário Henrique C. de Sá Leitão  
Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Patrícia Falcone Pessoa  
Paulo Sergio Santa Rosa Castim  
Robson Alves da Silva  
Romeica Cunha Lima Rosado Batista  
Rosana Karla Pereira Caldas  
Úrsula Bezerra e Silva Lira  
Vânia de Vasconcelos Gico  
Wannise de Santana Lima  
Wantoilton Albuquerque  
Werner Farkatt Tabosa  
Zilene dos Santos Costa

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Adriano Macêdo dos Santos Ana Jávis de Melo Campos Catarina da Silva Souza Everlane Ferreira Moura</i>	<i>Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti Marcelo Santos Arcanjo Marcio Carvalho de Brito Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>
ARQUITETURA E URBANISMO	<i>Adriana Silva André Felipe Moura Alves Camila Furukava Giovani Hudson Silva Pacheco Haroldo Maranhão Huda Andrade Leaivlam Rodrigues</i>	<i>Mariana Freitas Miss Lene Pereira da Silva Sandra Albino Ribeiro Suerda Campos Werner Farkatt Wesley Feu dos Santos Yuri Simonini</i>
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	<i>Augusto Cesar Rebouças de Brito Augusto César Silva Gonçalves Egon José Mateus Celestino Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo</i>	<i>Joana Darc de Medeiros Roberto José Vieira de Sousa Lima Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>
DIREITO	<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes Adriana Silva Ana Cláudia da Costa Aguiar Anderson Leonardo de Oliveira Brito Andréa Andrade Augusto Bezerra Camilo Santos Edinaldo Benicio de Sa Junior Emmanueli Gondin Everton da Silva Rocha Felipe Douglas da Silva Felipe Maciel George Neves Henrique Batista de Araujo Neto João Batista Machado Barbosa João Emmanuel José Bezerra José Dantas Júnior José Eduardo de Almeida Moura</i>	<i>Karen Vasconcelos dos Santos Lima Leonardo Medeiros Junior Lidiane Aleixo Luiz Felipe Pinheiro Neto Luiz Marinho Marcelo de Barros Dantas Marcelo Henrique de Sousa Torres Marcelo Lauar Maria Fraga Marília Lyra Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos Olavo Fernandes Maia Neto Petruccia Santos Rasland Costa de Luna Freire Rayana Rodrigues Rebeca Alves Rocco José Rosangela Maria R. M. Mitchell de Moraes SheylaFarias Walber Cunha Lima</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Aldo F. T. Filho Anderson A. Ferreira Carlos Gomes de Moura Fábio S. C. Pereira Leonardo Hoppe Mariana Freitas Raymison R. Cardoso</i>	<i>Sandra Albino Sebastião G. A Neto Steferson A. Aderaldo Tomás B. Vasconcelos Úrsula T. P. Medeiros Werner Farkatt</i>
SERVIÇO SOCIAL	<i>Alessandra Martins Anna Walesca Deyse Silvana dos Santos Sena</i>	<i>Izete Soares da Silva Dantas Pereira Marco Jordão Suzana da Cunha Joffer</i>

## SUMÁRIO - ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DE INVESTIMENTO NO BANCO DO BRASIL COM BASE EM INDICADORES FINANCEIROS	31
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA PRODUÇÃO NO PLANO DE NEGÓCIOS COCO NATURE	32
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA PRODUÇÃO NO PLANO DE NEGÓCIOS COCO NATURE	33
AÇÕES DE MELHORIA EM QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO A SEREM APLICADAS NA MRH GESTÃO DE PESSOAS LTDA.	34
ANÁLISE DA INCORPORAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MEIO LOGÍSTICO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA AMAZON	35
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CIELO NO PERÍODO DE 2015-2018	36
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS ENTRE OS ANOS 2015	37
ANÁLISE DO DESEMPENHO PATRIMONIAL, ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS ANOS DE SEGUROS	38
ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA EMPRESA M. DIAS BRANCO NOS ANOS 2017 E 2018	39
ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA EMPRESA NATURA NOS ANOS 2017 E 2018	40
CONSULTORIA EM GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO DE CASO NO MANGO GASTRONOMIA	41
CULTURA ORGANIZACIONAL E SEU IMPACTO NA GESTÃO	42
DIAGNÓSTICO EM GESTÃO DE PESSOAS E A PERSPECTIVA DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM CASO NO VAREJO	43
ESTUDO DE COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NA EMPRESA ROMMANEL	44
GESTÃO SUSTENTÁVEL NO UNI-RN	45
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA POR APLICATIVOS, INFLUENCIANDO NO DIA A DIA DO BRASILEIRO	46
INTEGRAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS – UM ESTUDO DE CASO NA AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN S.A.	47
O QUE O PQVEB PODE TRAZER DE MELHORIA PARA UM AMBIENTE DE TRABALHO	48



PLANO DE AÇÃO - VIVER MAIS HOME CARE	49
RECONHECIMENTO NO TRABALHO	50
UM ESTUDO DE CASO NA CASA DO MENOR TRABALHADOR DE NATAL RN	51
UM ESTUDO DE CASO NA VALE S/A: UMA SÉRIE HISTÓRICA 5 ANOS	52
UM ESTUDO DE CASO NO BANCO SANTANDER S/A: UMA SÉRIE HISTÓRICA DE 3 ANOS	53
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DO GRUPO GUARARAPES NOS ANOS DE 2017 E 201	54
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONOMICA DO GRUPO ULTRA S.A. NOS ANOS DE 2017 E 2018	55
UMA ANÁLISE HISTÓRICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DO BANCO BRADESCO S.A.	56

## SUMÁRIO – ARQUITETURA E URBANISMO

A TRANSFORMAÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA E DOS ELEMENTOS URBANÍSTICOS NO BAIRRO DE PONTA NEGRA (NATAL/RN).	58
A URBANIZAÇÃO ONDE O VENTO FAZ A CURVA	59
ALECRIM: O CAIS DO SERTÃO EM ESQUECIMENTO	60
AS FORTALEZAS DE NATAL: AS NOVAS FORMAS DE MORAR?	61
BIM E ARQUITETURA MODERNISTA EM NATAL-RN: ANÁLISE E RESTAURAÇÃO VIRTUAL	62
CONFORTO AMBIENTAL: CARNASAMBA WAREHOUSE	63
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO BAIRRO PAJUÇARA (NATAL/RN), COM EXPOSIÇÃO DE ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS.	64
CRESCIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DA PRAIA DE PIPA, O DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE	65
O HBIM COMO CAMINHO PARA DOCUMENTAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNISTA EM NATAL/RN	66
O NOVO ALVISSAREIRO PARA NATAL: UM SOBREVUO EM SEU SÍTIO HISTÓRICO	67
OLHAR ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SÍTIOS HISTÓRICOS, COM BASE NO BAIRRO DA RIBEIRA (NATAL/ RN)	68
PLANO DIRETOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: PLANEJAMENTO URBANO DENTRO DAS IES.	69
PROJETO URBANO-ARQUITETÔNICO: CAIS POTENGI E CARNASAMBA WAREHOUSE	70
UM PROJETO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO PARA O BAIRRO DE PAJUÇARA	71

## SUMÁRIO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SISTEMA ERP ATRAVÉS DE PLANILHAS, UMA FORMA SIMPLES DE GESTÃO	73
TRANSPARÊNCIA, UM PRINCÍPIO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUA IMPORTÂNCIA EM SER APLICADO NAS EMPRESAS	74
A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE	75
A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA ERP PARA CIA BORRACHAS LTDA	76
A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA SCM EM HOSPITAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS ATRAVÉS DO MEDPLUS	77
ANÁLISE DE CUSTOS DA EMPRESA A & EER SALGADOS	78
ANALISE DE CUSTOS DA EMPRESA FORMATUS MARCENARIA – MÓVEIS PLANEJADOS	79
ANÁLISE DE CUSTOS: PATRÍCIA DOCES	80
ANÁLISE DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CASA DO BOLO	81
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	82
ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	83
COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 ATIVO IMOBILIZADO	84
DESCONTO DE DUPLICATAS E SEUS ASPECTOS CONTÁBEIS	85
MÉTODO QUANTITATIVO DE ANÁLISE DE CUSTOS EM MICRO EMPRESA DO SETOR VAREJISTA.	86
MÉTODO QUANTITATIVO DE ANÁLISE DE CUSTOS EM MICROEMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL	87

## SUMÁRIO – DIREITO

"FEMINICÍDIO NO BRASIL: UM OLHAR PANORÂMICO SOBRE A HISTÓRIA JURÍDICA DA APLICAÇÃO PENAL E A EFERVESCÊNCIA DA IGUALDADE DE GÊNERO"	89
ATIVIDADE TURÍSTICA EM NATAL/RN: AS PERCEPÇÕES DOS TURISTAS, DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA E DOS MORADORES ACERCA DA ATUAÇÃO ESTATAL NA INFRAESTRUTURA GERAL DA CIDADE E DOS PONTOS VOLTADOS AO TURISMO.	90
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: SERIA A SOLUÇÃO PARA O FIM DA CORRUPÇÃO NO USO DA PERSONALIDADE INDIVIDUAL CONCEDIDA A PESSOA JURÍDICA?	91
O CRIME DE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SEU IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.	92
RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS: UMA ANÁLISE DO PROJETO NOVOS RUMOS	93
TRABALHO INFANTIL NO BRASIL À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	94
TRÁFICO DE PESSOAS SOB A ÓPTICA DO CÓDIGO PENAL	95
"A FALSA ACUSAÇÃO DE INCESTO COMO FORMA DE ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA POSSÍVEIS SOLUÇÕES	96
A (DES)NECESSÁRIA ANÁLISE DE REPERCURSSÃO GERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.	97
A ANÁLISE DO CASO XUXA VS GOOGLE SOB A ÓTICA DO MARCO CIVIL DA INTERNET	98
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA FRENTE AS AÇÕES DE GUARDA COMPARTILHADA	99
A AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS	100
A CRIAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DIGITAIS E O VETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PL 110/2018	101
A CRIAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS TRABALHISTAS: O FIM DO RITO SUMARÍSSIMO?	102
A CURVA DE LAFFER NA COBRANÇA DE IMPOSTOS.	103
A DEMOCRACIA E O PROCESSO LEGISLATIVO: UMA ANÁLISE CRÍTICA A RESPEITO DA CRISE REPRESENTATIVA BRASILEIRA	104
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL E IMPLICAÇÕES À SAÚDE PÚBLICA	105
	106

A EFETIVAÇÃO DA LEI 11.340/2006 E O PROJETO MARIA DA PENHA VAI ÀS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	107
A EMANCIPAÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE A RESPEITO DA INICIAÇÃO DA CAPACIDADE CIVIL PLENA DE FORMA PRECOCE	108
A ENTREGA DE BRASILEIRO NATO AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O CONFLITO APARENTE DE NORMAS COM O SISTEMA NORMATIVO BRASILEIRO	109
A EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE FRENTE AO CASO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DA CIDADE DE NATAL/RN	110
A FALÁCIA DO SISTEMA SEMIABERTO	111
A FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA NO DIREITO PROCESSUAL PENAL EM BUSCA DA VERDADE REAL	112
A GUARDA COMPARTILHADA COMO MEIO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL	113
A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO MÉTODOS DE PREVENÇÃO AOS CRIMES NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO	114
A INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 487 DO STF: UMA ANÁLISE AO PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE PROCESSUAL FRENTE AS AÇÕES POSSESSÓRIAS.	115
A INCOMPATIBILIDADE DA MILITARIZAÇÃO DO ENSINO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	116
A INCOMPATIBILIDADE DO PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E UMA ABORDAGEM SOBRE A LEI 10.569/2019 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	117
A INEFICÁCIA DAS NORMAS INERENTES A INTEGRIDADE DA MULHER	118
A INFLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMO OBSTACULO AO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS.	119
A INFLUÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	120
A INFLUÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS E SEU IMPACTO NAS EMPRESAS	121
A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS DE PERSONALIDADE JURÍDICA NA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO	122
A INSERÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO DIREITO DO TRABALHO E O CONFLITO COM OS DEMAIS PRINCÍPIOS TRABALHISTAS	123

A INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA E A EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PARIDADE DE ARMAS NO PROCESSO PENAL.	124
A JUSTIÇA RESTAURATIVA	125
A LEGALIDADE DA EMPRESA DE TRANSPORTE UBER À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	126
A LEGALIDADE NA DIVULGAÇÃO DO “PACOTE ANTICRIME”	127
A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	128
A LEI N.º 10.559/02 E OS DISTINTOS REGIMES JURÍDICOS NA TRANSFERÊNCIA DA REPARAÇÃO AOS DEPENDENTES DO ANISTIADO POLÍTICO: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.	129
A LINHA TÊNUE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À PRIVACIDADE DE PERSONALIDADES PÚBLICAS	130
A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	131
A MOBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA CIDADE DE NATAL	132
A MORAL PERANTE A PROBLEMÁTICA DO ABORTO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	133
A MOROSIDADE NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS A VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	134
A NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA JURÍDICA NAS COTAS DE APRENDIZAGEM	135
A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E IMPACTOS NO ÂMBITO JURÍDICO E SOCIAL	136
A NOVA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E AS NOVAS REGRAS DE COMPLIANCE DIGITAL	137
A ORTOTANÁSIA E O SEU IMPACTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	138
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: O LOBBY DO BATOM.	139
A PEJOTIZAÇÃO ABORDADA PELA REFORMA TRABALHISTA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ARTIGO 442-B. DA LEI Nº 13.467/2017.	140
A PONDERAÇÃO DE VALORES FACE OS CONFLITOS DE NORMAS GARANTIDAS CONSTITUCIONALMENTE	141
A POSSIBILIDADE DE CANDIDATURA AVULSA NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.	142

A PRIMEIRA DE SETE, DO LIBERALISMO EXPOSTO AO AUTORITARISMO VELADO.	143
A PRIVACIDADE EM FACE DAS NOVAS TECNOLOGIAS: PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E SUAS IMPLICAÇÕES	144
A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN: UMA ANÁLISE SÓCIA JURÍDICA DA LEI 7.853/89.	145
A PROTEÇÃO DE DADOS E OS DADOS DESPROTEGIDOS: UM OLHAR SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO RN	146
A PROTEÇÃO DOS DADOS ONLINE DO CONSUMIDOR NO ÂMBITO INTERNACIONAL	147
A PSICOPATIA E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	148
A REDUZIDA INFLUÊNCIA DO MUSTERVERFAHREN NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	149
A RELEVÂNCIA DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS PARA A CIÊNCIA JURÍDICA	150
A RELEVÂNCIA DOS TRATADOS DE FORMAÇÃO COLONIAL DO ESTADO BRASILEIRO	151
A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DOS GRUPOS DE WHATSAPP	152
A SELETIVIDADE NO BANCO DOS RÉUS: DESIGUALDADE NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI	153
A SITUAÇÃO DO IDOSO NO BRASIL: A NECESSIDADE DA ASSISTÊNCIA E DA REPRESENTAÇÃO	154
A SÚMULA 231 STJ E SEUS IMPACTOS NA DOSIMETRIA DA PENA: UM ESTUDO CONSTITUCIONAL E PRINCIPIOLÓGICO	155
A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.	156
A TIPIFICAÇÃO DO TERRORISMO À LUZ DA LEI 13.260/16 E SUA EFICÁCIA NO MEIO SOCIAL	157
A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA COMBATER CRIMES AMBIENTAIS	158
A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES SEXUAIS	159
A VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL COMO LIMITE À FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS NOS CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO	160
A VIABILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO DE IDOSOS	161
A VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE COMO VALOR NAS MÍDIAS SOCIAIS	162
A VIOLAÇÃO DO DIREITO À INTEGRIDADE MORAL NO MUNDO VIRTUAL	163

ABOLIÇÃO DA AÇÃO PENAL PRIVADA: PRESERVAÇÃO DA NATUREZA PÚBLICA DO DIREITO PENAL	164
ABUSO DAS TAXAS CARTORÁRIAS NO RN	165
ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS NO BRASIL	166
ADOÇÃO DE CRIANÇAS EM NATAL/RN: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS QUANTO À ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS E A COMPARAÇÃO EM RELAÇÃO A CASAIS HETEROSSEXUAIS	167
AGRAVO DE INSTRUMENTO: ÚNICO MEIO EFICAZ DE INVALIDAR OS EFEITOS DA ESTABILIZAÇÃO TOTAL DAS TUTELAS ANTECIPADAS?	168
ALCANCE DA EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	169
ALENAÇÃO PARENTAL DANO EMOCIONAL VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	170
AMPLIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO COMO COROLÁRIO DA LEI Nº 13.497/17: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO DIREITO COMPARADO	171
ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE DO AFASTAMENTO DA PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE VULNERABILIDADE NO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL ANTE A LEI 13.718/2018	172
ANÁLISE CRÍTICA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	173
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO PLEA BARGAIN DA PL 1864/19, PACOTE ANTI-CRIME	174
ANÁLISE DA DECISÃO DE EXCLUSÃO DO SOBRENOME EM RAZÃO DO ABANDONO DO GENITOR: À LUZ DO ENTENDIMENTO DA 3ª TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	175
ANÁLISE DA LACUNA DE LEGISLAÇÃO NO MUNDO VIRTUAL	176
ANÁLISE DA LACUNA DE LEGISLAÇÃO NO MUNDO VIRTUAL	177
ANÁLISE DAS MEDIDAS PROTETIVAS: HISTÓRIA DE NÃO EFETIVIDADE À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA	178
APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NAS RELAÇÕES INCESTUOSAS	179
APLICAÇÃO DOS TERMOS DE USO COMO FORMA DE PREVENÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO: OBRAS RARAS	180



ARBITRAGEM E GOVERNANÇA CORPORATIVA: A EFICÁCIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NOS ESTATUTOS SOCIAIS DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO.	181
AS FACÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS E O DIREITO PENAL DO INIMIGO: UMA ANÁLISE JUSFILOSÓFICA E PRÁTICA DO COMBATE AO DELITO	182
AS LUTAS FEMININAS, O DIREITO DE GÊNERO E O “LOBBY” DO BATOM”.	183
AS MEDIDAS EXECUTÓRIAS ATÍPICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO EXECUTADO	184
ASPECTOS JURÍDICOS DA ORTOTANÁSIA	185
ASPECTOS SOCIOPOLÍTICOS DA JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA BREVE REFLEXÃO	186
ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS	187
ATIVISMO JUDICIAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO: ANÁLISE DA TUTELA JURISDICIONAL NO RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS SEGURADOS.	188
AUXÍLIO RECLUSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO DISPOSTO NO ART. 80, §7º DA LEI 8.213/91	189
CIBERCRIMES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	190
CIDADANIA DIGITAL: OS DESAFIOS DO DIREITO FRENTE AO USO RESPONSÁVEL DA TECNOLOGIA	191
COBRANÇA DE ICMS NA CONTA DA ENERGIA ELÉTRICA: ATUALIDADES	192
COMO O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL INFLUENCIOU HISTORICAMENTE A CORRUPÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA ?	193
COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE.	194
CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE: O PRIMADO DOS ESTADOS UNIDOS ASSEGURA A ESTABILIDADE INTERNACIONAL?	195
CONFLITO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA E À LIBERDADE RELIGIOSA	196
CONFLITOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	197
CONSTELAÇÃO SISTÊMICA COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA	198
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE TEXTO III: SOCIEDADE COMO REALIDADE SUBJETIVA	199

CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: SUAS PERSPECTIVAS E CONFLITOS	200
CRIMES AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA: ANÁLISE DOS CASOS DE VAZAMENTO DE PETRÓLEO NO LITORAL NORDESTINO EM 2019.	201
CRIMES CIBERNÉTICOS E INVASÃO DE PRIVACIDADE A LUZ DA LEI CAROLINA DIECKAMANN	202
CRIOGENIA E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS	203
CRÍTICA À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO PROCESSO CIVIL: ENXERGANDO AS DECISÕES FUNDAMENTADAS SOB A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DE STEPHEN E. TOULMIN	204
DANOS MORAIS AO FILHO EM RAZÃO DA OMISSÃO INTENCIONAL DA MÃE QUANTO À VERDADEIRA PATERNIDADE	205
DEMOCRACIA ORÇAMENTÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	206
DESJUDICIALIZAÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DOS CARTÓRIOS: UM ESTUDO DAS SERVENTIAS NA CIDADE DE NATAL/RN	207
DIGNIDADE HUMANA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DIANTE DA EXPOSIÇÃO DIGITAL	208
DIREITO À IMAGEM E O PLANETA INTEIRO, AO VIVO, EM TEMPO REAL: UMA ANÁLISE ACERCA DESSE CONFLITO.	209
DIREITO À IMAGEM E O PLANETA INTEIRO, AO VIVO, EM TEMPO REAL: UMA ANÁLISE ACERCA DESSE CONFLITO.	210
DIREITO A MORTE DIGNA: O CINEMA COMO EXPRESSÃO DO DIREITO INDIVIDUAL E SUA CORRELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.	211
DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ERA DAS REDES SOCIAIS	212
DIREITO AO ESQUECIMENTO VERSUS LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO: A TUTELA DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL DA PERSONALIDADE EM FACE DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	213
DIREITO DA PERSONALIDADE E A VALIDADE DAS CLÁUSULAS DE APLICATIVO FACEAPP A LUZ DO DIREITO CIVIL	214
DIREITO DO TRABALHO DESPORTIVO: UMA ANÁLISE ACERCA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPORTE PROFISSIONAL.	215
DIREITO E LITERATURA: A INFLUÊNCIA DE MACHADO DE ASSIS NO PROCESSO PENAL E A IMPARCIALIDADE DO JULGADOR	216
DIREITO PENAL E ESTUPRO DE VUNERÁVEL: QUAL A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA NO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL E RELEVÂNCIA DE SUA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA?	217

DIREITOS DA PERSONALIDADE VIDA PÚBLICA X LIBERDADE DE EXPRESSÃO	218
DIREITOS E LIMITAÇÕES DA CIDADANIA DIGITAL	219
DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO : UMA ANÁLISE NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO	220
DIRETRIZES ANTECIPADAS DE VONTADE: TESTAMENTO VITAL	221
DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE: A INTEGRIDADE ECOLÓGICA EM UMA VISÃO ECOCÊNTRICA A PARTIR DE ROSA LUXEMBURGO	222
DOAÇÃO DE ORGÃOS E SUAS PROBLEMÁTICAS	223
DOAÇÃO DE ÓRGÃOS POST MORTEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	224
EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NOS CASOS DE PSICOPATIA E SOCIOPATIA	225
ELETROCONVULSOTERAPIA: UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICOS DO TRATAMENTO	226
ENTRE MUROS E MAR: ESTUDO DE CASO DA EFICÁCIA JURÍDICA DOS INSTRUMENTOS URBANOS NA COMUNIDADE DO SÃO JOSÉ DO JACÓ- NATAL/RN NA GARANTIA DE UMA CIDADE JUSTA E SAUDÁVEL	227
EUTANÁSIA E ORTOTANÁSIA, UMA DISCUSSÃO SOBRE O DIREITO À VIDA NO BRASIL: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA VIDA DIGNA	228
EUTANÁSIA E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS	229
EXEGESE DO CAPUT DO ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91: RECONHECIMENTO DO DIREITO ADQUIRIDO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO MAIS VANTAJOSO	230
EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS EM SEDE DE PRISÃO PROVISÓRIA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL ACERCA DA INEFETIVIDADE DO SUFRÁGIO	231
FASCISMO: POLÍTICO VERSUS ESOTÉRICO	232
GUARDA COMPARTILHADA: A SUA (DES)NECESSIDADE ANTE O CONTEÚDO DO ABUSO DA AUTORIDADE PARENTAL.	233
GUERRA DOS APLICATIVOS NO MERCADO DE LOCAÇÃO	234
HABITAÇÃO POPULAR: VÍCIOS E DEFEITOS CONSTRUTIVOS E OS DIREITOS DOS MUTUÁRIOS	235
HERANÇA DIGITAL - A ATUALIZAÇÃO DO DIREITO REAL	236
HERANÇA DIGITAL E SUA TRANSMISSIBILIDADE: UM OLHAR SOBRE O PRISMA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	237

IGUALDADE FORMAL E MATERIAL QUANTO AO GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	238
INFORMAÇÕES PESSOAIS, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA: O CONFLITO ENTRE DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS LIBERDADES COMUNICATIVAS	239
INTERNET DAS COISAS E SEUS REFLEXOS NA RESPONSABILIDADE CIVIL	240
JOVENS INFRATORES: COMO PODEMOS CRIAR UM NOVO MODELO DE RESPONSABILIZAÇÃO JUVENIL?	241
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: A LINHA TÊNUE ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL, A RESERVA DO POSSÍVEL E O PAPEL DA SAÚDE SUPLEMENTAR	242
JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO DE ALTO CUSTO NÃO INSERIDAS NA LISTA DO SUS	243
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – DADOS SENSÍVEIS	244
LGBTFOBIA: UM ENSAIO GERAL SOBRE A REALIDADE E O QUE JÁ FOI FEITO SOB A LUZ DA LEGISLAÇÃO CIVIL	245
LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM CONTRASTE COM O DIREITO DA IMAGEM NA MÍDIA SOCIAL	246
LINCHAMENTO VIRTUAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	247
MATRIZES AFRICANAS NO RN: A FALTA DE RECONHECIMENTO COMO REFLEXO DE UMA INTOLERÂNCIA	248
MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AOS ANIMAIS DE RUA	249
MECANISMOS FALHOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) OS QUAIS COLABORAM PARA A CRIAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DE QUE O JOVEM INFRATOR NÃO É PUNIDO	250
MEDIDAS DE COMBATE A DIVULGAÇÃO DE FOTOS ÍNTIMAS NO BRASIL	251
METODO APAC	252
MÉTODO APAC E SEU PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO	253
MILÍCIA PRIVADA E GRUPOS DE EXTERMÍNIO: RISCOS À SEGURANÇA PÚBLICA	254
MODA SUSTENTÁVEL: A PROBLEMÁTICA DO DUMPING SOCIAL E AMBIENTAL À LUZ DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E CONSTITUIÇÃO FEDERAL	255
MULHERES NEGRAS: ESTRUTURAS SOCIAIS, ACEITAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE	256
NEGÓCIOS JURÍDICOS: NULIDADE E ANULABILIDADE	257

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A CIDADE E O SUJEITO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO LENTES URBANAS	258
O ABANDONO INFANTO-JUVENIL EM ABRIGOS PÚBLICOS: SEM PERSPECTIVA À ADOÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS PERMANENTES	259
O ABANDONO NA USUCAPIÃO FAMILIAR	260
O CABIMENTO DA GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO JURÍDICO-FAMILIAR	261
O CONFLITO ENTRE O DIREITO À PROTEÇÃO DA IMAGEM E A CRIAÇÃO INTELECTUAL.	262
O CONTROLE SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E OS RESPECTIVOS EFEITOS SOBRE A SOCIEDADE.	263
O CORINGA E AS INSTITUIÇÕES TOTAIS DE ERVING GOFFMAN: UM ENSAIO SOBRE A LOUCURA DO HOMEM	264
O DIA EM QUE SUZANO ENTROU PARA A HISTÓRIA	265
O DIREITO À PRIVACIDADE E SUA NOVA PERSPECTIVA FRENTE A EXPOSIÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS	266
O DIREITO AMBIENTAL E O LIXO "SOB UMA NOVA ÓTICA JURÍDICA"	267
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): OS LIMITES LEGAIS PARA EXPOSIÇÃO DIGITAL DE INFORMAÇÕES PESSOAIS.	268
O DIREITO AO ESQUECIMENTO VERSUS A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	269
O DIREITO ÀS FÉRIAS: UMA ANÁLISE DO ART. 133, IV DA CLT NA VIDA DO EMPREGADO QUE SOFRE ACIDENTE DE TRABALHO	270
O DIREITO DA AMANTE E AS DISCUSSÕES DO TEMA PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002, ENTENDIMENTOS DO STF E CELEUMA POPULAR.	271
O DIREITO DE PROPRIEDADE E DE PERSONALIDADE DOS DADOS PESSOAIS SOB A ABORDAGEM DA LGPD	272
O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E A SUA REALIDADE DE FATO	273
O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO À LUZ DAS FLEXIBILIZAÇÕES TRABALHISTAS	274
O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL: A SUA REPRESENTAÇÃO COMO UMA AFRONTA AO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS	275
O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS EM CANDIDATURAS NATIMORTAS	276

O IMPACTO DO PADRÃO DE BELEZA NO DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE QUANTO À DISCRIMINAÇÃO E A DESIGUALDADE	277
O INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUAS APLICAÇÕES NA REALIDADE FÁTICA	278
O LABOR DE NOSSOS CORPOS E O TRABALHO DE NOSSAS MÃOS: UMA ANÁLISE SOCIAL DOS DISCURSOS DE HIPER VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	279
O REFLEXO DA FLEXIBILIZAÇÃO GERADA PELA REFORMA TRABALHISTA FRENTE À TRAGÉDIA DE BRUMADINHO	280
O REFLEXO DO RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA INCIDÊNCIA NA ATUAÇÃO DOS AGENTES ESTATAIS: UMA OFENSA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	281
O SURGIMENTO DA LEI 10.931/2004 NO BRASIL: SOB A LUZ DA TEORIA DA TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO DE MIGUEL REALE.	282
O TERRAPLANISMO JURÍDICO	283
O TRÁFICO DE ÓRGÃOS NO BRASIL E A INAPLICABILIDADE DA LEI 9434/97 SOB A ÓTICA DA INEFICIÊNCIA DO PODER PÚBLICO	284
O TRAFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	285
O TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E A AUTONOMIA DA VONTADE FAMILIAR PERANTE A VIDA DO SEMELHANTE	286
O VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS ARMAZENADOS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)	287
O VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA FRENTE À DIVULGAÇÃO DE TRAGÉDIAS NAS REDES SOCIAIS	288
OPERAÇÕES POLICIAIS EM BUSCA E APREENSÃO: MANDADO COLETIVO X DIREITO INDIVIDUAL	289
ORTOTANÁSIA COMO DILEMA BIOÉTICO E JURÍDICO: A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO DE PACIENTES TERMINAIS E A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA	290
ORTOTANÁSIA: AUTONOMIA DO PACIENTE	291
OS DEVERES DA LEGÍTIMA DEFESA: ESTUDO COMPARADO COM A AUTO DEFESA ESPANHOLA	292
OS DIREITOS DA MULHER NA ESFERA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS E O COMPORTAMENTO SOCIAL	293
OS DIREITOS DA PERSONALIDADE CONSOANTES AOS VALORES DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO HOLOCAUSTO BRASILEIRO	294

OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: DOAÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E A ILEGALIDADE DA VENDA SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA	295
OS DIREITOS DO CONSUMIDOR SOB A ÓTICA DOS LOJISTAS	296
OS EXPANSIVOS ABORTOS CLANDESTINOS FACE A LEGISLAÇÃO CONTIDA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	297
OS IMPACTOS DO CIBERCRIMES E FAKE NEWS: O USO DA INTERNET COMO ARMA DE MANIPULAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL.	298
OS IMPACTOS POSITIVOS DA LEI 13.467/2017 QUE CORROBORAM PARA O EMPREENDEDORISMO NACIONAL	299
OS IMPASSES EMOCIONAIS E JUDICIAIS NO PROCESSO DE ADOÇÃO EM NATAL RN.	300
OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS DISCURSOS DE ÓDIO NO ÂMBITO DIGITAL	301
OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL	302
OS USOS DA ANALOGIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UM ESTUDO DE CASOS À LUZ DA ADEQUADA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL.	303
PATRIMÔNIO DIGITAL: RECONHECIMENTO E HERANÇA	304
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE	305
PORNOGRAFIA DE REVANCHE: A (IN)CAPACIDADE PROTETIVA DA LEI N 12.965/14 FRENTE ÀS VÍTIMAS.	306
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: O ADVENTO DA LEI Nº 13.718/2018 E A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO ATINENTE AOS PERFIS FAKES	307
PREVALÊNCIA DA ACT SOBRE A CCT: FERE O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO?	308
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO RIO GRANDE DO NORTE: LEGISLAÇÃO, IMPACTOS E DESAFIOS	309
PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - O TREKKING POTIGÁS	310
RECALL: EFICAZ INSTRUMENTO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA	311
RECURSOS AUDIO VISUAIS E A PROVA PENAL: UMA NOVA VISÃO DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA.	312
REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE JURÍDICA	313
RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS.	314

RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL DA CIRURGIA PLÁSTICA: ANÁLISE DA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS	315
RESSONÂNCIAS ENTRE A SOCIOLOGIA DAS DECISÕES JUDICIAIS, A TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	316
SERES SENCIENTES: A NOVA ÓPTICA DO DIREITO ANIMAL	317
SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NATAL: DIREITO ADQUIRIDO VERSUS REALIDADE	318
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: UMA ANÁLISE DA SEGURANÇA E LEGITIMIDADE ADMINISTRATIVA.	319
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO SOBRE A ÓTICA DE VIGIAR E PUNIR DE FOUCAULT	320
SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE FUTURÍSTICA DA SOCIEDADE	321
SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS ATRAVÉS DA ARBITRAGEM	322
TEORIA DA CAUSA MADURA- ORIGENS PRÓXIMAS- APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO- CONSTITUCIONALIDADE.	323
TITULAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E O PROBLEMA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL	324
TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO: O PAPEL DA FISCALIZAÇÃO NO COMBATE A PERPETUAÇÃO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO RIO GRANDE DO NORTE	325
TRATAMENTO DE RESÍDUO LÍQUIDO - O ÚNICO ECOLOGICAMENTE CORRETO (COAGULANTE)	326
TRIAL BY MEDIA: UMA ANÁLISE CÍVEL	327
TRIBUTAÇÃO E A INTERNET DAS COISAS	328
UM DIÁLOGO ENTRE DIREITO E CINEMA: A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE PARTIDÁRIA FRENTE AO FILME “BATMAN – O CAVALEIRO DAS TREVAS”	329
UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A PEDAGOGIA E O DIREITO NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL À LUZ DA LEI 12.318/2010	330
UMA ANÁLISE ACERCA DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CONTRATO DE ADESÃO DE PLANO DE SAÚDE DO IDOSO FRENTE AO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.	331
UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS NA LEI 13.123/15 SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS	332



UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	333
UMA ANÁLISE DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS MOTORISTAS DA UBER.	334
UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: OS EFEITOS EXTRAJUDICIAIS DAS DECISÕES DO STF	335
UMA ANÁLISE JURÍDICA DA QUESTÃO DO ABORTO IRRESTRITO ANTES DO TERCEIRO MÊS DE GESTAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES À LUZ DAS TEORIAS CONCEPCIONISTA, NATALISTA E DA PERSONALIDADE CONDICIONAL, DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E DE ACÓRDÃOS DO STJ	336
UMA CRÍTICA SOCIOLÓGICA SOBRE O INSTRUMENTO LEGAL DA CONCILIAÇÃO: UMA VISÃO À LUZ DO PENSAMENTO DE DURKHEIM, WEBER E MARX E DOS CONCILIADORES PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO COMPLEXO DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE	337
UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS E FEDERAÇÃO RUSSA: UMA ANÁLISE BASILAR DAS TRANSIÇÕES INSTITUCIONAIS DURANTE O SÉCULO XX	338
USUCAPIÃO SOBRE BEM DE HERANÇA ENTRE OS HERDEIROS	339
UTILIZAÇÃO DE COMPLIANCE COMO MEIO DE ADEQUAÇÃO À LGPD NO ÂMBITO PRIVADO	340
VIABILIDADE DA INTRODUÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO NA LEGISLAÇÃO DE LICITAÇÕES	341
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM NATAL-RN	342
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA À LUZ DO CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	343
VULNERABILIDADE SOCIAL E JURIDICA: A MARGINALIZAÇÃO DA COMUNIDADE LGBT NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOB A OTICA DOS DIREITOS HUMANOS	344
VULNERABILIDADE VIRTUAL: O DIREITO FUNDAMENTAL A INCLUSÃO DIGITAL E O USO DAS REDES SOCIAIS POR TRANSGÊNEROS	345
ZELADORA DEMITIDA AO SER AUTUADA POR FURTO AO COMER CHOCOLATE PERTENCENTE AO DELEGADO:UMA ANÁLISE ACERCA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA.	346

## SUMÁRIO – ENGENHARIA CIVIL

ANALISE DE SEGUNDA ORDEM GLOBAL EM EDIFICIOS CONTRAVENTADOS	348
CONFECÇÃO DE PROTÓTIPO DE TORRES EÓLICAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA EM AMBIENTES RESIDENCIAIS	349
DURABILIDADE DE COMPÓSITOS DE CONCRETO PRODUZIDOS COM AGREGADO DE ENTULHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	350
ELABORAÇÃO DE UMA FERRAMENTA PARA O CÁLCULO DE CAPACIDADE DE CARGA E PRÉ-DIMENSIONAMENTO DE FUNDAÇÕES – USO DA PROGRAMAÇÃO C++ E VBA	351
ERGONOMIA E SEGURANÇA: QUEDA DE IDOSOS E PREVENÇÕES DE ACIDENTES EM RESIDÊNCIAS	352
IMPORTÂNCIA DO CONTROLE TECNOLÓGICO DO AGREGADO MIÚDO PARA A FABRICAÇÃO DE CONCRETO EM NATAL-RN	353
UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FIBRA DE COCO COMO ADITIVO NO CONCRETO	354

## SUMÁRIO – SERVIÇO SOCIAL

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE APOIO À REINserÇÃO DE JOVENS QUE CUMPRIRAM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	356
A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO GRUPO DE MULHERES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES DO RIO GRANDE DO NORTE.	357
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	358
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: NO ENFRENTAMENTO A GRAVIDEZ PRECOCE.	359
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL ESCOLAR BRASILEIRO	360
DIREITOS SEXUAIS: A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBITO ESCOLAR.	361
FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA: SOBRE A PERSPECTIVA DO FORTALECIMENTO DO VINCULO FAMILIAR	362
FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DESENVOLVIDO PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL E URBANO – SAR	363
MENINOS SOLDADOS	364
O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO BÁSICA	365
PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA PRIVADA	366
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO SOB A ÓTICA MACHISTA E SOBRE A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/06	367

## SUMÁRIO – PÓS-GRADUAÇÃO (DIREITO)

ASSÉDIO MORAL E A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO	369
A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE A ALIENAÇÃO PARENTAL	370
CRIPTOGRAFIA E PRIVACIDADE: LEGALIDADE E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA CUSTÓDIA DE CHAVES PÚBLICAS POR ENTES GOVERNAMENTAIS NO ESTADO BRASILEIRO	371
DIREITO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	372
UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O DIREITO À PRIVACIDADE	373

**GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO**

**XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONIC 2019**

**EDUCAÇÃO 4.0**



## ANÁLISE DE INVESTIMENTO NO BANCO DO BRASIL COM BASE EM INDICADORES FINANCEIROS

**Autor(es):**

*Matheus Izidro da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema investimentos e mercado financeiro, vem ganhando bastante destaque ultimamente devido à queda na taxa SELIC, sendo considerado o menor patamar de 5% a.a., levando muitas pessoas a pesquisarem sobre o assunto e alguns investidores a migrar para a renda variável, a fim de obter maiores retornos. Por ser um mercado Dinâmico, devido ao surgimento de novos produtos, novas formas de investimentos, por ações tomadas por parte dos administradores das instituições e pela Legislação em vigor, traz uma certa dificuldade para as pessoas que estão iniciando. Desta forma são necessárias informações ou canais confiáveis e principalmente de fácil entendimento para auxiliar na tomada de decisão da forma mais assertiva possível. Com relação a análise financeira de balanços financeiros segundo MATARAZZO (2010) as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis.

**(Metodologia)** Diante da volatilidade do mercado e todos os seus riscos, torna-se cada vez mais fundamental o devido conhecimento na área de finanças corporativas. Apesar de ainda não ser definido uma estrutura econômico-financeiro ideal de empresa, ou seja, um padrão de índices e indicadores considerado “guia” para os demais, este estudo busca trazer melhor entendimento e compreensão sobre o assunto. Construiu-se um banco de dados das informações extraídas das demonstrações contábeis do Banco do Brasil, estes dados contemplam toda a situação econômico-financeira da organização em questão no período de 2016 a 2018, e tais informações nortearam a pesquisa e os resultados obtidos,

**(Resultados)** , representados pelos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, em relação a liquidez o Banco apresenta valores elevados, acima do recomendado, devido os seus passivos de curto prazo que financiam ativos de longo prazo, já em relação ao endividamento, podemos ver valores bem expressivos se fosse uma organização qualquer, porém por se tratar de uma instituição financeira, é normal assim como em alguns setores específicos a organização apresentar valores elevados de endividamentos, porém que vem reduzindo de forma conservadora ao longo dos anos, mas quando se trata de rentabilidade e especificamente de ROE, podemos ver um crescimento e variação de 36,59% em relação ao ano de 2016 e demonstrando boa gestão dos recursos aplicados ao longo dos anos.

**(Conclusão)** Desta forma podemos concluir que a empresa vem se mostrando sólida e crescendo de forma considerável e sustentável, onde cada vez mais as fintechs e os bancos digitais ganham Market-share, impactando assim na captação de recursos para financiar suas operações, de toda forma a organização continua gerando valor aos seus acionistas e sendo considerado um bom investimento para o longo prazo.

**Palavras-Chave:** Rentabilidade. Análise. Finanças.

## A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA PRODUÇÃO NO PLANO DE NEGÓCIOS COCO NATURE

**Autor(es):**

*Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sendo uma cultura típica de clima tropical, se desenvolvendo principalmente ao longo do litoral brasileiro. O coqueiro tornou-se um símbolo de locais paradisíacos e seus frutos sinônimos de uma deliciosa e nutritiva bebida natural, vem sendo produzido em cerca de 90 países em suas duas variedades anã e a gigante. Segundo o IBGE (2015), o Brasil já é o quarto maior mundial de coco. Possui cerca de 280 mil hectares cultivados com coqueiro, distribuídos, praticamente, em quase todo o território nacional com produção equivalente a dois bilhões de frutos por ano, onde as maiores plantações e produções se concentram na faixa litorânea, especialmente no Nordeste e parte da região Norte.

**(Metodologia)** O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise de quais ferramentas da gestão da produção os profissionais desta área utilizam para gerenciar e produzir da melhor forma uma cadeia produtiva com o mínimo de erros e perda de matéria prima e com inovações sustentáveis alinhando a responsabilidade socioambiental, já que a Coco Nature, empresa nascente criada com o objetivo de participar da XII Mostra de Criatividade e Gestão de Negócios de 2018 do UNI-RN, no ano de 2018, teve como escopo montar um projeto de modelo de negócio que agregasse valor a um produto simples, sendo escolhido como objeto de estudo.

**(Resultados)** Seguindo as alternativas que foram estudadas mediante os autores pesquisados, empresas que buscam gerar diferenciação nos seus processos de produção de forma que esteja solucionando o impacto ambiental para criar valor agregado para os seus clientes de forma que venha a gerar novos negócios e trazer impactos positivos a sociedade, em seus produtos partam a ideia de que é preciso atender as necessidades de seus clientes para que alcance seus desejos e satisfação com o produto produzido pela empresa, para isso é preciso que visem aumentar os benefícios gerados a partir da produção, utilizando ferramentas que somem novas formas de ver o negocio, transforme o que seria transformado em lixo em produtos biodegradáveis adicionando novas soluções a sociedade, explorando a proximidade com os clientes e ofertando cada vez mais inovação, que realmente sejam úteis e gerem custo benefício aos seus consumidores.

**(Conclusão)** A cadeia produtiva, o coco verde em todas as suas fases exige atenção, pois o ambiente competitivo do mercado tem ensinado a importância do processo agroindustrial priorizando a visão holística principalmente os relacionados com a origem do produto e a sustentabilidade. Além disso, o sistema agro industrial do coco oferece várias opções de reutilização de resíduos, como subprodutos que alimentam outras cadeias produtivas. Sendo necessário que as empresas mantenham os investimentos em ciência e tecnologia sempre em conexão com múltiplas áreas, explorando as vastas áreas possíveis de agregação de valor, a fim de conseguir diferenciais competitivos para produtos convencionais. Sugere-se que sejam feitos estudos que visem ampliar ações relacionadas ao reaproveitamento dos resíduos do coco ligadas diretamente a cadeia de produção do mesmo dessa maneira buscando a diferenciação no mercado e maior competitividade.

**Palavras-Chave:** Coco Nature; Gestão Da Produção; Responsabilidade Socioambiental; Mercado Varejista

## A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA PRODUÇÃO NO PLANO DE NEGÓCIOS COCO NATURE

**Autor(es):**

*Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sendo uma cultura típica de clima tropical, se desenvolvendo principalmente ao longo do litoral brasileiro. O coqueiro tornou-se um símbolo de locais paradisíacos e seus frutos sinônimos de uma deliciosa e nutritiva bebida natural, vem sendo produzido em cerca de 90 países em suas duas variedades anã e a gigante. Segundo o IBGE (2015), o Brasil já é o quarto maior mundial de coco. Possui cerca de 280 mil hectares cultivados com coqueiro, distribuídos, praticamente, em quase todo o território nacional com produção equivalente a dois bilhões de frutos por ano, onde as maiores plantações e produções se concentram na faixa litorânea, especialmente no Nordeste e parte da região Norte.

**(Metodologia)** O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise de quais ferramentas da gestão da produção os profissionais desta área utilizam para gerenciar e produzir da melhor forma uma cadeia produtiva com o mínimo de erros e perda de matéria prima e com inovações sustentáveis alinhando a responsabilidade socioambiental, já que a Coco Nature, empresa nascente criada com o objetivo de participar da XII Mostra de Criatividade e Gestão de Negócios de 2018 do UNI-RN, no ano de 2018, teve como escopo montar um projeto de modelo de negócio que agregasse valor a um produto simples, sendo escolhido como objeto de estudo.

**(Resultados)** Seguindo as alternativas que foram estudadas mediante os autores pesquisados, empresas que buscam gerar diferenciação nos seus processos de produção de forma que esteja solucionando o impacto ambiental para criar valor agregado para os seus clientes de forma que venha a gerar novos negócios e trazer impactos positivos a sociedade, em seus produtos partam a ideia de que é preciso atender as necessidades de seus clientes para que alcance seus desejos e satisfação com o produto produzido pela empresa, para isso é preciso que visem aumentar os benefícios gerados a partir da produção, utilizando ferramentas que somem novas formas de ver o negocio, transforme o que seria transformado em lixo em produtos biodegradáveis adicionando novas soluções a sociedade, explorando a proximidade com os clientes e ofertando cada vez mais inovação, que realmente sejam úteis e gerem custo benefício aos seus consumidores.

**(Conclusão)** A cadeia produtiva, o coco verde em todas as suas fases exige atenção, pois o ambiente competitivo do mercado tem ensinado a importância do processo agroindustrial priorizando a visão holística principalmente os relacionados com a origem do produto e a sustentabilidade. Além disso, o sistema agro industrial do coco oferece várias opções de reutilização de resíduos, como subprodutos que alimentam outras cadeias produtivas. Sendo necessário que as empresas mantenham os investimentos em ciência e tecnologia sempre em conexão com múltiplas áreas, explorando as vastas áreas possíveis de agregação de valor, a fim de conseguir diferenciais competitivos para produtos convencionais. Sugere-se que sejam feitos estudos que visem ampliar ações relacionadas ao reaproveitamento dos resíduos do coco ligadas diretamente a cadeia de produção do mesmo dessa maneira buscando a diferenciação no mercado e maior competitividade.

**Palavras-Chave:** Coco Nature; Gestão Da Produção; Responsabilidade Socioambiental; Mercado Varejista



**AÇÕES DE MELHORIA EM QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO A SEREM APLICADAS NA MRH  
GESTÃO DE PESSOAS LTDA.**

**Autor(es):**

*Jefeson Freitas de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Tacyana Souza de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Letícia Xavier Dantas de Miranda Monte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Filipe Luiz Xavier : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A Qualidade de vida no trabalho, atualmente, envolve diversos aspectos, nos quais podem envolver, por exemplo, o trabalho em equipe, a saúde do trabalhador, a motivação ou o clima organizacional. Embora não existam apenas estes aspectos, cada vez mais as empresas estudam a necessidade de se importar com o quanto harmonioso ou caótico está a qualidade de vida no trabalho. Não é meramente algo que se diz respeito à apenas ao indivíduo, mas sim a busca constante de significantes mudanças para o bom funcionamento de todo o corpo funcional. Os bons resultados que a empresa obtém ou deseja obter em um futuro próximo advém de uma gestão capacitada a compreender afundo como manter a satisfação dos colaboradores. Afinal, as empresas são feitas por pessoas. Nada melhor que ter pessoas motivadas, felizes e engajadas, prontas para colocar seus talentos profissionais à disposição da empresa.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Como procedimento metodológico, o trabalho enfoca-se em um estudo de caso exploratório, visando investigar o nível de qualidade de vida no trabalho (QVT) ao aplicar certos tipos de ações que objetivam o aumento deste índice. A coleta de dados será feita mediante um questionário que será aplicado após a realização das ações. O questionário aplicado conterá informações qualitativas e quantitativas acerca dos aspectos trabalhados com os colaboradores. O estudo bibliográfico será referência para a compreensão dos dados obtidos assim como o estudo de seus impactos no ambiente e na QVT. Dessa forma, com toda a coleta de dados, será possível obter resultados significativos para um melhor aprimoramento da empresa trabalhada, auxiliando em sua tomada de decisões.

**(Resultados)** (RESULTADOS) É evidente que, um dos principais focos da empresa em estudo, é proporcionar para os seus colaboradores melhores condições de vida, com a dedicação e cuidado com os mesmos. Com isso, a partir das dinâmicas efetuadas com a equipe, o resultado esperado será os funcionários se sentirem mais valorizados pela organização ao qual com o programa, demonstra o zelo e preocupação com o capital humano. Além disso, fazer com que os envolvidos fortaleçam ou desenvolvam a sua empatia com o próximo, pelo fato que serão momentos de partilha e vivências. À vista disso, será possível deixar os colaboradores mais motivados, ganhando mais confiança e elevando o padrão de atividades cotidianas, sendo vantajoso para ambas partes: os colaboradores e a MRH.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Quando o estudo estiver concluído, o que se espera é constatar o quanto importante é, o investimento no capital humano somado a programas de qualidade de vida. Pois, organizações que buscam uma diferenciação competitiva, necessitam que seus colaboradores deem o seu melhor, mas para conseguir extrair o potencial deles, se faz necessário propiciar um ambiente que vise um bom clima organizacional e qualidade de vida, seguindo de estímulos que não se limite nas organizações mas na vida pessoal de cada um.

**Palavras-Chave:** Qualidade de vida no trabalho. Capital Humano. Bem-estar. Empatia.

## ANÁLISE DA INCORPORAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MEIO LOGÍSTICO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA AMAZON

**Autor(es):**

*Paulo Henrique Melo Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN  
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As inovações tecnológicas são movidas pela oportunidade em proporcionar soluções para facilitar em algum aspecto o cotidiano de toda uma sociedade, sobretudo, impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. Embora os primeiros estudos iniciados na primeira metade do século XX, a inteligência artificial mostra-se como uma área promissora que desperta a atenção de diversas organizações que buscam por ações afirmativas quanto a reengenharia de processos e no reposicionamento em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado no mundo atual. Com isso, como a inserção da inteligência artificial pode estrategicamente melhorar o gerenciamento da logística?

**(Metodologia)** Em referência aos métodos científicos aplicados, classifica-se a pesquisa como um estudo de caso da Amazon.com Inc. As informações de caráter qualitativo com fontes primárias, reveladas pela empresa em questão, e secundárias, baseada na revisão da literatura, contextualizam e sustentam as evidências apresentadas acerca dos impactos da inteligência artificial dentro de uma organização do ponto de vista estratégico para a gestão da cadeia de suprimentos.

**(Resultados)** Através da pesquisa é possível perceber que a Amazon, desde 2012 quando anunciou a aquisição da empresa robótica Kiva Systems, passou a automatizar cada vez mais os próprios centros de distribuição com robôs autônomos que operam o fluxo de produtos que serão armazenados ou seguir para destino de entrega. A criação da subsidiária Amazon Robotics neste mesmo ano foi um divisor de águas para a varejista que buscou formas de aumentar a eficiência do transporte da cadeia de suprimentos por completo, seja internamente com os drives, que organizam os inventários com a capacidade de carga de até 1.362 quilogramas, como externamente por meio dos drones Prime Air e o Scout, o mais recente robô, que realiza a entrega do pedido na residência do destinatário. A inteligência artificial possibilita otimizar a rota que uma máquina precisa fazer pelo menor tempo possível, mediante códigos de programação, os robôs possuem autonomia para mensurar padrões probabilísticos e fazer decisões lógicas com a finalidade de oferecer uma melhor experiência para o consumidor.

**(Conclusão)** Contudo, é possível analisar o caso da Amazon como inovador que a reconhece como uma empresa além de uma comerciante de livros pela internet, mas de tecnologia que fornece soluções e contribuições para a evolução da gestão da cadeia de suprimentos. Além disso, também na área da inteligência artificial, um campo de estudo que ganha relevância além do ambiente acadêmico, mas também entre as organizações, que buscam pela automação de procedimentos operacionais e capacitação dos colaboradores por novas habilidades que o mercado constantemente exige. Por fim, é importante ressaltar a ambição de Jeff Bezos, que nos anos de 1990, enxergou futuro no e-commerce e mais tarde revolucionou e levou o varejo, o atendimento ao cliente e a logística a um patamar inédito na história do mercado.

**Palavras-Chave:** Inteligência Artificial. Logística Empresarial. E-commerce. Amazon.

## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CIELO NO PERÍODO DE 2015-2018

### **Autor(es):**

*Andreza Tatiane de Paiva Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Valdenize Dantas da Silva: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*  
*Andrimana Buyoya Habizimana: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Amanda Sousa Felix: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Dada à clara instabilidade na economia, o mundo dos negócios cada vez mais busca ferramentas e dados válidos, para subsidiar suas decisões e garantir ao máximo um bom resultado no fim das contas. Os relatórios contábeis possibilitam uma análise mais robusta e técnica, auxiliando através de informações, possíveis investimentos. O presente trabalho traz uma análise simplista, porém válida, de algumas informações contidas no Balanço patrimonial e na DRE (demonstração do resultado do exercício) da companhia Cielo S.A, objeto de estudo deste artigo. A Cielo (antiga Visanet Brasil) é uma empresa brasileira, responsável pela captura e transmissão de transações com cartões de crédito e débito das bandeiras Visa e Visa Electron, e dos vouchers Visa Vale Alimentação e Visa Vale Pedágio. A empresa realiza o credenciamento de estabelecimentos, oferecendo diversos produtos e serviços inovadores. Atualmente, detém a liderança do mercado brasileiro, além de ser a maior processadora de transações da América Latina e uma das 5 maiores do mundo. Buscamos entender sua trajetória no decorrer dos anos estabelecidos, e assim revelar a tendência da empresa em se manter no mercado.

**(Metodologia)** O presente trabalho se propôs a pesquisar informações acerca da história e desenvolvimento da empresa Cielo S/A em um dado período de tempo, de forma descritiva, qualitativa e quantitativa. Apresentando de maneira sintética, consistente e organizada, os dados levantados junto à própria empresa e outras fontes seguras com Janus Investimentos, Para dar suporte à reflexão pretendida, utilizou-se basicamente pesquisa bibliográfica de nomes como Assaf Neto e Robert K YIN, com objetivo de recolher informações e relatos existentes sobre o tema.

**(Resultados)** Com o levantamento de dados acerca da situação atual da Cielo, verificou-se através da DRE e Balanço Patrimonial, os indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, no período de quatro anos (2015-2018). Foram identificados, por exemplo, os valores de Liquidez Geral 2015 (0,64); 2016 (0,78); 2017 (0,99); 2018 (0,97) e endividamento geral 2015 (66,10); 2016 (57,76); 2017 (82,61); 2018 (81,99). Em relação à rentabilidade em 2015 (52,25); 2016 (51,27); 2017 (50,07); 2018 (46,57).

**(Conclusão)** É possível perceber como o mercado fica mais acirrado com novas empresas inovando no setor. Isso faz com que as companhias procurem soluções para manter sua posição no mercado. Os fundamentos da Cielo S.A são sólidos, além de uma grande margem no marketshare (45%). Talvez o momento seja para refletir sobre os riscos que se deseja assumir com sua carteira. As concorrentes que chegam com forte no mercado, apresentam condições e taxas diferenciadas, o que afeta diretamente a carteira da Cielo. Tudo isso têm beneficiado os lojistas e comerciantes. Se a empresa não conseguir se adaptar rapidamente, vai continuar apresentando resultados cada vez piores. A companhia que já apresentou relevância no mercado brasileiro de ações, têm visto seus rendimentos caírem e seu espaço no mercado ser ocupado pelas concorrentes. Contudo, ao compreender a operação da Cielo S.A. como um todo, pode-se perceber que a companhia é muito mais do que um meio de pagamento para cartões nos Pontos de Venda, possuindo soluções em nível gerencial para o varejo (big data) e em nível de serviços financeiros por meio das companhias que adquiriu ao longo dos últimos anos (Cateno, Braspag e Stelo, por exemplo).

**Palavras-Chave:** Análise financeira. Índices. Mercado. Cielo

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS ENTRE OS ANOS 2015 E 2017: UM ESTUDO DE CASO DA BRF S/A**

**Autor(es):**

*Pedro Henrique Barbosa da Silva Gomes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*karla gabriela costa bernardino: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Mucio Eladio Azevedo Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Paulo Henrique Melo Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*José Varela de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Referência internacional no ramo alimentício, a BRF S.A nasceu da fusão de duas marcas de empresas de gestões familiares, a Sadia e a Perdigão, essas oriundas do sul do Brasil, cresceram e se expandiram ao ponto de se tornarem grandes concorrentes no mercado de alimentos em todo território nacional e no exterior chegando a alcançar mais de 150 países com suas marcas. Pela magnitude da operação, esta fusão foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 13 de julho de 2011. Em 2013, ela já passou a ser reconhecida como uma das maiores produtoras de alimentos de proteína in natura e congeladas do mundo. Nesse período, faz uma reforma operacional estratégica na companhia, com um novo conselho de administração eleito e imediatamente adotando uma estrutura de diretoria matricial, no qual direciona gerentes de projeto para tratar problemas específicos reportando diretamente aos altos níveis da hierarquia. Trazendo agilidade na sua gestão e crescimento espedencial no mercado, com essa mega estrutura apoiada por 47 centro de distribuição sendo 20 no Brasil e 27 no exterior, 5000 skus e suas marcas já conhecidas e posicionadas estrategicamente no mercado, atendendo a grandes redes, atacado e varejo, percebe-se a amplitude desta através do seguinte problema: Diante do exposto a empresa consolidou a situação patrimonial e financeira entre 2015 a 2017 da empresa BRF SA.

**(Metodologia)** A pesquisa trata-se de um estudo de caso da empresa BRF S.A, com análise de dados quantitativos das demonstrações financeiras que foram coletadas de fontes primárias, fornecida pela própria companhia em relatórios anuais disponíveis no meio online da instituição, ao mesmo tempo é de caráter qualitativo a interpretação de informações descritivas que sustentam a observação do mercado que a empresa está inserida. Para o tratamento dos dados da pesquisar foi utilizada a ferramenta de planilhas do Excel.

**(Resultados)** Os impactos negativos causados pela Operação Carne Fraca influenciaram na queda na rentabilidade da companhia, com os devidos bloqueios nas suas exportações, perderam diversos compradores internacionais e a reputação perante a concorrência que ficou evidenciado nos resultados dos seguintes índices, entre eles, destaca-se o declínio entre 2016 e 2017 quanto a rentabilidade para o patrimônio líquido (-144,13%), no retorno do ativo (-67,12%) e na margem de lucratividade (-64,19%), visto que nos exercícios dos últimos dois anos ela fechou com prejuízo que culminou em 1.098.8054 bilhão.

**(Conclusão)** Conclui-se que a partir do resultado obtido através do grupo BRF S.A, a mesma encerrar o exercício de 2017 com desempenho negativo para um patamar aquém em relação ao 2015 levando em conta o nível de lucratividade e credibilidade da sua imagem.

**Palavras-Chave:** Análise financeira. Índice de Rentabilidade. Índice de Endividamento. Grupo BRF.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO PATRIMONIAL, ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS ANOS DE 2016 À 2018: UM ESTUDO DE CASO DAS SEGURADORAS: BB SEGUROS E ICATU SEGUROS**

**Autor(es):**

*Izaura Karolyne Fernandes de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gabriel José dos Santos Guerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Josivania Santos de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*  
*JOÃO PAULO FREITAS DA SILVA: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É importante que os dados e informações contábeis sejam bem analisados e interpretados para auxiliar no desempenho favorável dos aspectos econômicos e financeiros de um empreendimento, sendo assim, foi possível encontrar por meio dos sites das respectivas seguradoras Icatu e BB os seus relatórios contábeis no termino dos exercícios, afim de mostrar aos acionistas, governos e interessados, o que ocorreu nas empresas durante o período analisado o desenvolvimento das atividades financeiras das empresas. Diante do exposto, pretende-se responder a seguinte problemática: Quais os resultados de desempenho financeiro e econômico da Icatu Seguros S/A. e BB Seguros S/A no período de 2016 à 2018?

**(Metodologia)** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de acordo com os índices de liquidez, estrutura do capital e rentabilidade. Descritiva baseada no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas explicativas extraídos dos sites oficial da Icatu Seguros S/A e BB Seguros S/A, pautada no estudo de caso das referidas empresas e para coleta e análise dos dados, as abordagens exploratória, descritiva e qualitativa.

**(Resultados)** No que se refere à liquidez corrente, asseguradoras apresentam folga financeira para quitar suas dívidas de curto prazo a BB S/A apresentou nos anos de 2016 à 2018 uma média de R\$ 1,28, enquanto a Icatu S/A nos anos de 2016 à 2018 apresentou uma média de R\$ 3,77. Na Liquidez Geral a BB S/A apresentou nos anos de 2016 à 2018 em média de R\$ 2,65 enquanto a Icatu obteve nos anos de 2016 à 2018 uma constante de R\$ 1,05 ou seja ambas apresentam folga financeira a longo prazo. O índice de Endividamento está ligado ao de liquidez, pois o índice de liquidez representa o quanto de ativo se tem para converter em real e quitar as dívidas de curto e longo prazo e o de endividamento representa o quantitativo de dívidas. O índice de Imobilização do PL da BB S/A nos anos de 2016 à 2018 foi em média de 167%, e a Icatu S/A foi de 32,2%, indica a imobilidade dos recursos próprios dependente do passivo. No índice de rentabilidade, Retorno Sobre o PL a BB S/A disponibiliza um retorno constante de 5% aos seus acionistas durante os anos de 2016 à 2018, enquanto a Icatu possui retorno em média de 24% nos anos de 2016 à 2018.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que as empresas estudadas possuem capacidade de continuar operando no mercado, que suas receitas de vendas, endividamento e rentabilidade são compatíveis com as do mercado. Que mesmo a Icatu dominando o setor de seguros a BB vem se fortalecendo e ampliando as suas fontes de renda, o que a torna uma forte concorrente.

**Palavras-Chave:** Demonstrações financeiras; situação patrimonial; liquidez; rentabilidade.

**ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA EMPRESA M. DIAS BRANCO NOS ANOS 2017 E 2018**

**Autor(es):**

*Lorena Stephany Lopes Vital: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lidayane Bento da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Pedro Lucas Valdevino Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Trabalho realizado com o objetivo de realizar a análise patrimonial, financeira e econômica da empresa M. Dias Branco S/A, companhia que surgiu em Fortaleza/Ceará no ano de 1936, quando o português Manoel Dias Branco inaugurou a "Padaria Imperial". O objetivo da empresa é ser líder no segmento de massas e biscoitos em todo o Brasil. Em 1940, Ivens Dias Branco, filho de Manoel ingressou na empresa e ampliou os negócios, investindo na fabricação de biscoitos em escala industrial, criando a fábrica "fortaleza", que realizou lançamentos de bolachas que foram de grandes sucessos comerciais, por apresentar grandes qualidades nutricionais em suas fórmulas, assim foi aumentando o turno de operação na produção. Com mais de 65 anos é uma das maiores empresas brasileiras do setor alimentício, sendo líder no mercado de massas e biscoitos do Nordeste. No mercado mundial, a empresa é a sexta maior na categoria de massas e a sétima maior na categoria de biscoitos. A empresa tem como missão oferecer alimentos de qualidade, inovadores, saudáveis, saborosos e com preços competitivos, proporcionando o bem-estar e a felicidade das pessoas.

**(Metodologia)** Foi realizada analisando os índices financeiros a partir do BP, DRE e NE dos anos de 2017 e 2018 de natureza bibliográfica, de forma exploratória com o objetivo de mais conhecimento sobre o assunto.

**(Resultados)** Após os resultados obtidos pelos estudos que foram desenvolvidos para o trabalho, vimos que a M Dias Branco S/A teve uma diminuição de 2017 para 2018 em relação à capacidade de saldar suas obrigações em curto prazo, a empresa tem como destaque em 2018 o investimento de aquisição da Piraquê com participação de 100% do seu capital. Em 2018 a empresa teve aumento de Market share em relação a 2017 de 32,5% para 34% em biscoitos e de 32,4% para 36% em massas. Usando a estratégia de diversificação geográfica das vendas, a representatividade do conjunto das regiões, exceto Nordeste, onde passou de 29,7% em 2017, para 35,7% em 2018, com crescimento de vendas aproximadamente em 95% na região Sudeste, além do crescimento das demais marcas da M. Dias Branco.

**(Conclusão)** Após os resultados obtidos pelos estudos que foram desenvolvidos para o trabalho, vimos que a M Dias Branco S/A teve uma diminuição de 2017 para 2018 em relação à capacidade de saldar suas obrigações em curto prazo, a empresa tem como destaque em 2018 o investimento de aquisição da Piraquê com participação de 100% do seu capital. Em 2018 a empresa teve aumento de Market share em relação a 2017 de 32,5% para 34% em biscoitos e de 32,4% para 36% em massas. Usando a estratégia de diversificação geográfica das vendas, a representatividade do conjunto das regiões, exceto Nordeste, onde passou de 29,7% em 2017, para 35,7% em 2018, com crescimento de vendas aproximadamente em 95% na região Sudeste, além do crescimento das demais marcas da M. Dias Branco.

**Palavras-Chave:** M Dias Branco S/A/ Análise Financeira/ 2017/ 2018

**ANÁLISE PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA EMPRESA NATURA NOS ANOS 2017 E 2018**

**Autor(es):**

*Ariane Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A trajetória que fez a maior multinacional brasileira de cosméticos, a natura, começou em 1969, quando Luiz Seabra inaugurou uma pequena loja na rua Oscar Freire, em São Paulo. Desde o primeiro dia, construímos um negócio com a missão de proporcionar o bem-estar, relações harmoniosas do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Chegou a milhares de consumidores por diversos canais, sendo o principal deles cerca de 1,7 milhão de Consultoras no Brasil, na Argentina, no Chile, na Colômbia, no México e no Peru. 1969: Luiz Seabra funda a Indústria e Comércio de Cosméticos Berjeaut. Meses depois, a empresa passa a se chamar Natura.

**(Metodologia)** Foi realizada analisando os índices financeiros dos anos de 2017 e 2018 da natureza bibliográfica de forma exploratória com um único objetivo de mais conhecimento sobre o assunto acima. Foram usado também gráficos para explicar ainda mais sobre os resultados e os lucros obtidos.

**(Resultados)** A Natura no Brasil registou grande crescimento de 9,4% nas vendas no terceiro trimestre. A receita líquida ajustada, excluindo os efeitos da aplicação do IFRS 15\*, cresceu 5,8%. O crescimento foi muito forte e consistente da receita demonstra o vigor do nosso modelo de Venda por Relações, com aumento da produtividade pelo 8º trimestre consecutivo, atingindo 17,3% vs. 3T17. O número de consultoras aumentou levemente no 3T em relação ao 2T (sequencialmente) deste ano, comprovando a retomada da atratividade de nosso modelo. Seguimos avançando bastante em nossos esforços de treinar as consultoras na adoção das soluções digitais: mais de 650 mil consultoras já utilizam a nossa plataforma móvel exclusiva, que respondeu a 23% das vendas diretas nos primeiros nove meses, e ainda mais alto neste trimestre. As vendas online cresceram dois dígitos altos novamente neste trimestre, com aumento do número de visitas, ticket médio e com alta taxa de conversão. O canal online respondeu por cerca de 3% das vendas nos primeiros nove meses do ano, alcançando aproximadamente 350 mil consultores digitais e 4,8 milhões de consumidores digitais (+112,7% vs. 3T17).

**(Conclusão)** Conclui-se que a Natura é uma empresa bastante lucrativa, visando sempre a sustentabilidade e qualidade para o bem estar do cliente (consumidor). Um de seus principais vetores de inovação é o uso sustentável da biodiversidade. Traduziram esse conceito com a criação e o desenvolvimento de novos produtos utilizando espécies nativas e exóticas, com o uso de modelos ecológicos de produção vegetal, com o programa de certificação de insumos e em parcerias com comunidades fornecedoras.

**Palavras-Chave:** Natura

## CONSULTORIA EM GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO DE CASO NO MANGO GASTRONOMIA

### **Autor(es):**

*Edilania Barbosa Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Debora de Andrade Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Francisca Paulino de Sousa Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Alex Marcelo Fernandes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo de caso no Mango Gastronomia visa compreender o desempenho organizacional do setor de recursos humanos, os pontos positivos e negativos encontrados na gestão de pessoas e liderança, variáveis que fazem a diferença no desempenho dos funcionários. Diante do exposto, gerou a seguinte inquietação: quais as estratégias de gestão de pessoas são aplicadas para gerir o quadro de pessoal da empresa?

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para fazer este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, bem como a visita técnica, explorando assim o ambiente organizacional da empresa analisada. Através da abordagem qualitativa, foi possível extrair informações seletas, os quais possibilitam a realização de estudos técnicos. Esta pesquisa buscou evidenciar a importância do setor de recursos humanos em processos estratégicos, apresentando dados que possibilitem mostrar a relevância do conteúdo pesquisado e proporcionar compreensão desta abordagem.

**(Resultados)** Para realizar estes resultados foram aplicados dois tipos de formulário o primeiro destinado aos gestores da empresa e o segundo destinado aos colaboradores, assim foi possível obter informações que permitiu ter a perspectiva ampla de vários pontos da gestão, atingindo resultados que não é positivo para um determinado setor da empresa. Dos 15 funcionários que responderam o questionário foi identificado que a equipe do salão do restaurante trabalha mais motivado, que o pessoal da cozinha, assim, foi observado que a equipe da cozinha não obtém um bom desempenho como a equipe do salão, em todo resultado da pesquisa é notável que os líderes não tem o mesmo padrão de interação com a equipe, onde há formas diferentes de manter uma boa relação com os colaboradores fazendo a equipe trabalhar com motivação

**(Conclusão)** Ao realizar estudos com as informações coletadas chegamos a um resultado, é notável uma ausência de liderança efetiva em uma das partes da gestão, na qual faça seus liderados perceberem que existe um alvo a se enxergar, um líder ao qual admirem, e sigam seus direcionamentos pelo fato da admiração, e não por transparecer imposição. Dada a importância do assunto liderança, focando principalmente na comunicação, chega-se a um método de intervenção no qual foi feito um treinamento no primeiro momento para os líderes, e no segundo momento para os liderados, os assuntos abordados para os líderes terão pontos importantes como: o que é entendido pelos líderes quando se fala de liderança, qual é o melhor estilo de liderança para o Mango Gastronomia, e qual a importância de motivar e engajar a equipe. Para os liderados procurou-se assuntos de como melhorar o relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, e o poder de confiar em seus líderes.

**Palavras-Chave:** Gestão de Pessoas, Estratégias e Trabalho em Equipe.



## CULTURA ORGANIZACIONAL E SEU IMPACTO NA GESTÃO

### **Autor(es):**

*MARIA CICERA DA SILVA: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maxlene Amanda de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Aparecida Santos de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A cultura organizacional atualmente vem ganhando espaço no mundo corporativo, uma vez que a mesma pode se tornar ferramenta chave na gestão da empresa. Em primeiro lugar precisamos explicar o que é cultura organizacional e falar um pouco dela. É um sistema de valores compartilhados pelos seus membros, em todos os níveis, é o que diferencia uma organização das demais, digamos que ela é o “DNA” da empresa, é o que os seus stakeholders enxergam dela, Algumas delas herdaram ou se definem culturalmente através do seu fundador, muitas organizações tem a forte identidade do seu fundador, tornando-se culturalmente forte para todos os envolvidos. Um importante conceito que se pode verificar sobre a administração da cultura e o sucesso profissional é a respeito da forma como se é inserida essa cultura, precisa ser de forma natural e assertiva para a obtenção de bons resultados. A ênfase na qualidade de vida aplicada junto na organização é um dos pontos promissores para a aceitação dos colaboradores, algo importante, pois se uma cultura não é bem introduzida por todos, isso a torna frágil e vulnerável. Diversos autores conceituam o que é a cultura organizacional e todas suas implicações. Dada a necessidade de aprimorar o desempenho dos indivíduos dentro de organizações, tem havido um aumento do número de estudos que se preocupam com as variáveis que contribuem para o sucesso empresarial. Entretanto, cabe questionar se, na prática organizacional, há uma inter-relação entre administração da cultura organizacional e sucesso empresarial, bem como se a administração da cultura pode facilitar o sucesso.

**(Metodologia)** O tipo de metodologia é caracterizado como bibliográfica e exploratória por se tratar de conhecimento científico acumulado sobre um problema , através de levantamento de dados .

**(Resultados)** A partir de levantamento de informações e pesquisa de literatura, pode-se verificar que a cultura, enquanto base fundamental do comportamento organizacional é passível de ser administrada, desde que haja ruptura de alguns valores e formas de comportamento individual. Assim, é possível concluir que a possibilidade de uma efetiva administração da cultura organizacional pode resultar em grandes impactos para o sucesso empresarial. Por isso, cabe enfatizar a real necessidade de ir além da observação e descrição da cultura na dinâmica organizacional, sendo importante desenvolver pesquisas com foco no gerenciamento da cultura com o intuito de encontrar formas de intervir no direcionamento adequado desta cultura, de modo a contribuir positivamente para o alcance do sucesso empresaria

**(Conclusão)** Concluímos que a sustentação da Cultura Organizacional depende de suas próprias características bem como as da liderança. Uma cultura, desde que forte e com liderança estável, tem muito mais chance de sobreviver, mesmo que haja um alto grau de alteração nos níveis hierárquicos inferiores ou entre membros de pouca influência estrutural. Uma boa Cultura Organizacional pode gerar nos empregados um senso de responsabilidade quanto ao cumprimento da missão e reforçar o bom trabalho, ao passo que uma cultura ruim pode piorar o desempenho e a produtividade da empresa.

**Palavras-Chave:** Cultura organizacional, Administração da cultura, Sucesso empresarial.

**DIAGNÓSTICO EM GESTÃO DE PESSOAS E A PERSPECTIVA DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM CASO NO VAREJO**

**Autor(es):**

*Tacyana Souza de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Estela Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Leticia Xavier Dantas de Miranda Monte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rosa Maria de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem como finalidade apresentar que a QVT pode influenciar vários pontos nas organizações mas também interfere na vida e bem-estar dos indivíduos. Como medida de diagnóstico foi elaborada uma proposta de implantação para ser desenvolvida e assim proporcionar uma excelente qualidade de vida para os colaboradores, pois, é uma peça fundamental para dispor de um funcionário comprometido e com mais eficiência na tarefa que lhe for atribuída. Diante disso, há diversas formas de deixar o profissional que é inserido na empresa, motivado, satisfeito e mais produtivo: Benefícios referentes a saúde, como também medidas que proporcione bem-estar. Com isso, com uma pesquisa exploratória foi possível investigar a situação da Varejo Mais com relação aos aspectos da qualidade de vida no trabalho e diante da insuficiência encontradas em alguns quesitos, foi viável apresentar propostas que alavancasse a entidade neste âmbito.

**(Metodologia)** O presente estudo de caso foi elaborado através de uma pesquisa exploratória na empresa Varejo mais, os dados coletados se deram através de entrevistas e aplicação de um questionário, mensurando respostas qualitativas. Antes da realização da análise, foi necessária uma pesquisa exploratória baseada no levantamento bibliográfico no que diz respeito à Qualidade de Vida no Trabalho, possibilitando que os dados a serem colhidos pudessem ser interpretados e entendidos, a fim de criar um projeto de intervenção ligado a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Intenta-se com isso contribuir significativamente com o meio acadêmico, e com isso, exemplificar de forma prática, aos estudantes de administração, o modo como é possível realizar a análise de tal aspecto dentro de uma organização. Ademais, por meio da acessibilidade da entidade, foi possível obter resultados e à vista disso, desenvolver métodos de melhoria para aprimoramento da empresa trabalhada. Foi aplicado um questionário para análise qualitativa de vários aspectos que envolvem o ambiente de trabalho como um todo. O modelo aplicado foi o de Freitas e Souza (2019), adaptado pelas autoras desse artigo

**(Resultados)** Os resultados alcançados foram baseados nas respostas do questionário aplicado, onde realizamos um breve diagnóstico de práticas e ações visando à qualidade de vida no ambiente de trabalho. Existem inúmeros benefícios para o bem-estar de todos na organização, logo, intenciona-se criar e implementar um programa de QVT na instituição, não só em benefício ao colaborador, mas sim para toda a empresa. Dando prosseguimento ao trabalho, verificou-se que havia viabilidade na implantação do estudo dos problemas existentes. Para a aplicação do questionário foram escolhidos 20 colaboradores que realizam suas atividades na sede administrativa, visto que representam as atividades administrativas de todas as lojas. Após o questionário respondido, podemos diagnosticar os problemas focando no que a empresa necessita para melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores. Após a devolução dos questionários e análise dos dados estatísticos, verifica-se que cerca de 50% dos colaboradores pontuaram que não existem atividades laborais no ambiente de trabalho

**(Conclusão)** Verificou-se por meio desta pesquisa o quanto os funcionários que trabalham na empresa, consideram importante a aplicação de métodos em QVT. A empresa de imediato implantou um convenio com um salão de beleza, e está disposta a investir na implantação de um programa de QVT de forma mais efetiva.

**Palavras-Chave:** Fatores motivacionais, Diagnostico, Autoestima, Implantação QVT.

## ESTUDO DE COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NA EMPRESA ROMMANEL

### **Autor(es):**

*João Gabriel Batista Abbott Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Eduardo Tonetto Segantini: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O segmento que será estudado com esse diagnóstico é o de comércio referente a uma empresa que tem como maior parte de sua renda a venda no atacado. O atacado tem como definição prestar serviços ou fornecer bens a um outro CNPJ (Certificado Nacional da Pessoa Jurídica), ou seja, outra empresa que deseja utilizar desses bens e/ou serviços para obtenção de lucro. Segundo pesquisas feitas pelo IBGE, o comércio vem cada vez mais fazendo parte do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, de acordo com pesquisas dos últimos 20 anos, em relação ao PIB total, o comércio partiu de 8% tendo sempre um crescimento contínuo ao longo dos anos chegando ao seu maior valor em 2014 que foi de 14%, logo em seguida, caiu para 13% onde se estabilizou durante os 3 anos seguintes. Logo, a empresa escolhida para se aplicar o diagnóstico foi a ROMMANEL, uma empresa do ramo de joias folheadas, seguindo as tendências da moda, a fim de satisfazer o maior público possível e maximizar seus lucros.

**(Metodologia)** A fim de querer avaliar o desempenho de toda a organização, foi utilizado como tipo de pesquisa a exploratória junto com a pesquisa de campo, para adentrar locais onde possam haver falhas e que possam ser corrigidas, porém não se tenha conhecimento para tal. Esta teve enfoque na análise de dados, tanto quantitativa, que são mais adequadas para apuração do instrumento utilizado, que será estruturado com base em questionários, e entram também as qualitativas, que são normalmente exploratórias, que está baseada na forma de aglomeração de informação adquiridas com alguma pessoa da empresa, de preferência o gerente, de forma livre sobre qualquer tema de interesse ao diagnóstico.

**(Resultados)** Os resultados serão especulados, se o diagnóstico for bem aplicado pela a equipe da empresa junto ao gerente, só trará benefícios a mesma, pois será realizada de forma científica junto a um professor orientador, baseado em dados concretos. A partir desses dados poderão surgir ferramentas novas que irão auxiliar toda a equipe em alguma dificuldade, elas devem ser aplicadas de forma sucinta e objetiva para que não haja dificuldade de aplicação, podendo ser interpretadas e executadas por qualquer um da empresa.

**(Conclusão)** Conclui-se que com o final do trabalho, o gerente da ROMMANEL junto a sua equipe, utilizando as análises quantitativas e qualitativas, poderão realizar avaliações de desempenho nas áreas escolhidas para tal e, caso deem resultados positivos, poderá ser aplicado em outras filiais caso haja interesse das mesmas com o mesmo diagnóstico. Esse diagnóstico será aplicado em vários setores da empresa, entre eles: de RH (Recursos Humanos), financeiro e comercial. Assim fortificando os pontos fortes na empresa, para que haja uma progressão nos desempenhos dela, mantendo uma contínua elevação dos lucros.

**Palavras-Chave:** Comportamento Organizacional, Desempenho, Varejo.

**GESTÃO SUSTENTÁVEL NO UNI-RN.**

**Autor(es):**

*Aluisio Lino Bezerra Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Marley Queiroz Dourado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lissa Xavier Lopes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*  
*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Nosso objetivo com esse vídeo é apresentar ao público o desenvolvimento de um projeto sustentável no UNI, como ele funciona e quais benefícios trazem para universidade e estudantes. Mostrar como a sustentabilidade é importante e fundamental para o planeta. Incentivar e conscientizar sobre o consumo sustentável no dia a dia. Promover a preservação de áreas verdes.

**(Proposta do roteiro)** Apresentação da área verde do UNI (jardins, horta), bicicletário, lixeiras feitas com pneus usados, placas de energia solar, energia eólica, coletores de resíduos eletrônicos, entre outras ações sustentáveis. Através de fotos e vídeos com legendas explicando como funciona cada uma delas.

**(Efeitos esperados)** Conscientização do público para buscarmos melhores hábitos no dia a dia que sejam sustentáveis e ajudem o meio ambiente, como por exemplo, descarte correto de resíduos, uso da bicicleta como meio de transporte sem queima de combustível, economia de água e energia, entre outras ações que o vídeo explica e ensina.

**INOVAÇÃO TECNOLÓGICA POR APLICATIVOS, INFLUENCIANDO NO DIA A DIA DO BRASILEIRO.**

**Autor(es):**

*Lorena Stephany Lopes Vital: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lidayane Bento da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lorena Câmara Maíra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Pedro Lucas Valdevino Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Apresentar as vantagens do uso do aplicativo Uber como meio de transporte na cidade de Natal/RN, onde mostra que traz mais comodidade, menor tempo de locomoção de um lugar para outro, e mostrar também as desvantagem de utilizar transporte público, como tempo de espera, insegurança e menos comodidade (ter que viajar em pé, por exemplo).

**(Proposta do roteiro)** Apresentar as dificuldades que a personagem chamada Lorena, (estudante, estagiária de banco e mora distante da faculdade) enfrenta durante seu trajeto para faculdade e depois para sua residência, mostra a diferença gritante de tempo de espera e percurso, utilizando o aplicativo Uber (app de transporte de passageiros) e o transporte público.

**(Efeitos esperados)** Conscientizar as empresas de transporte público, para que ofereçam um melhor serviço, qualidade nos ônibus e um menor tempo de espera aumentando a quantidade de ônibus na cidade de Natal/RN. Mostrando o crescimento tecnológico no Brasil onde a comodidade vem sendo de extrema importância para facilitar o dia a dia do consumidor.

**INTEGRAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS – UM ESTUDO DE CASO NA AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN S.A.**

**Autor(es):**

*Jefeson Freitas de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Marcio Max Graciano da Silva Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Arthur Batista Mendonça: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rodrigo Oliveira Bandeira Tavares: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Filipe Luiz Xavier : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil na atualidade vive um momento de muita retenção tanto social, quanto econômica, e mesmo com dificuldades, o setor de serviços ainda é o que tem uma maior contribuição para o Produto Interno Bruto do nosso país. Tratando-se desse setor, foi observado que há um cenário heterogêneo pelas inúmeras formas de empresa e o dinamismo que o setor proporciona, pois encontra-se empresas de inúmeros ramos e portes. Buscando um diferencial, como se comporta a área de Gestão de Pessoas e seus subsistemas em uma organização Governamental? Quais necessidades de melhorias para um funcionamento efetivo? Essa pesquisa está sendo voltada para a Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** Como procedimento metodológico o trabalho caracteriza-se em um estudo de caso e de enfoque exploratório, visando investigar uma situação até então desconhecida, descrevendo o momento do setor de RH de uma organização específica. Propõe-se a coletar dados e tratá-los sob o enfoque quantitativo e qualitativo, haja vista que tais informações poderão ser em forma numérica, vindo a serem quantificadas e posteriormente compreendidas por meio da análise teórica dos autores referências na área de gestão Recursos Humanos. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista, a partir da elaboração e aplicação de um formulário estruturado.

**(Resultados)** A AGN possui uma estrutura por setores chamados de Gerências e Sub gerências, que são responsáveis pelo funcionamento da organização. Sendo o setor de RH conhecido como Gerência de Pessoas (GEPES), trabalhando não só como um setor administrativo como também um setor de apoio para as demais gerências que tem o foco mais estratégico, como está em legislação. De acordo com a Agência de Fomento do RN (2018) diz que a Lei 7.462/99 estabelece salvaguardas institucionais, operacionais e administrativas a fim de proteger a integridade econômica, financeira e institucional da Agência, dentre as quais as seguintes, que estão sendo rigorosamente cumpridas pela Administração. No entanto, observa-se também que não há ferramentas que auxiliem na integração dos estagiários. Os estagiários fazem rodízios entre os diversos setores da empresa e isso é bom, pois faz com que o estagiário tenha experiências novas. Porém, a AGN ainda não possui uma ferramenta ou estratégia para fazer com que o estagiário possa ter algum conhecimento prévio da AGN antes de começar suas atividades. Por isso, a criação de uma ferramenta para este fim será necessária.

**(Conclusão)** Através dos resultados obtidos, nota-se que há uma falta de uma maior integração dos estagiários às rotinas da empresa, visto que, não há uma apresentação de todos os setores da AGN e quais suas finalidades técnicas aos estagiários recém-contratados, onde essa falta de integração com os setores da instituição causa um conflito de finalidade do papel do estagiário dentro da organização. Diante disso, propõe-se a realização de um funcionograma, que pode ainda transformar-se em um informativo oficializado por meio de um folder ou cartilha com objetivo de orientar o estagiário em relação às funções designadas a cada setor, assim como também a quem recorrer em situações de dúvidas pessoais ou até mesmo de clientes que se encontram nos corredores da instituição. O funcionograma pode ainda servir como ponta pé inicial para a criação de outras mais ferramentas de gestão dentro da AGN. Terá como principal função socializar e integrar o estagiário.

**Palavras-Chave:** Recursos humanos. Agência de Fomento do Rio Grande do Norte. Integração/socialização.

**O QUE O PQVEB PODE TRAZER DE MELHORIA PARA UM AMBIENTE DE TRABALHO.**

**Autor(es):**

*João Gabriel Batista Abbott Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Eduardo Tonetto Segantini: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A qualidade de vida no trabalho é um fator de extrema importância para manter o funcionário motivado e alinhado com os objetivos da empresa, portanto, observar o clima da empresa, estabelecer cultura, programas de qualidade de vida e uma visão global sobre o comportamento da empresa no panorama micro e macro. Empresas que mantêm um bom programa de qualidade de vida pode garantir a uma empresa benefícios muito maiores do que um bom clima organizacional, pode até garantir uma vantagem competitiva, afinal, os colaboradores de uma empresa são muito mais do que uma força de trabalho, são um recurso da empresa e, assim como todos os recursos, quando bem trabalhado pode gerar maiores vantagens a empresa. Desta forma fica o questionamento, o que um programa de qualidade de vida no trabalho pode agregar a sua organização?

**(Metodologia)** Este trabalho é caracterizado como uma pesquisa exploratória e qualitativa pois tem o propósito de fornecer maior entendimento sobre o assunto estudado e trabalha com dados não-estatístico para o desenvolvimento do mesmo. Os dados analisados nesse trabalho foram obtidos em uma visita técnica na matriz da empresa que se localiza no município do Natal.

**(Resultados)** Os resultados dessa pesquisa somente puderam ser observados depois da visita técnica, que demonstrou com evidência a desmotivação dos colaboradores e, conseqüentemente, o desengajamento dos mesmos com as metas da empresa. Por meio da visita e da conversa com o gerente e os colaboradores, foi possível identificar que existia pouco feedback e suporte por parte da gerência, que acarretou o comportamento relapso dos funcionários.

**(Conclusão)** Tendo em vista os resultados obtidos com a visita técnica feita na matriz da empresa estudada, pode-se elaborar uma forma do gerente expor com mais clareza as metas e objetivos da equipe, bem como sugerir um acompanhamento individualizado com cada colaborador para se ter conhecimento dos objetivos e necessidades deles. Foi sugerido também que o gerente da matriz fizesse uma reunião semanal para o acompanhamento das metas e para proporcionar um ambiente mais descontraído com a oferta de um café da manhã para os funcionários. Essas sugestões todas foram feitas para aumentar o grau de sinergia com os funcionários e fazer com que os mesmo vestissem a camisa da empresa para conseguirem bater as metas.

**Palavras-Chave:** Colaboradores, Qualidade de Vida, Trabalho.

## PLANO DE AÇÃO - VIVER MAIS HOME CARE

### **Autor(es):**

*Adson Johnothon de Lima Leão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thainar Alves Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Bianca Peixoto do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Larissa Marcelly Oliveira do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo teve como base um questionário com perguntas de fatores extra e intra-trabalho, visando diagnosticar quais os pontos mais críticos e através dos resultados, trazermos as soluções de melhoria de ambiente de trabalho e posterior satisfação dos colaboradores e parceiros da Viver+ Home Care. As perguntas sobre fatores extra-trabalho foram embasadas em informações gerais, como situação familiar, estado civil, com quantas pessoas residem e se a residência é própria, cedida, alugada. Fatores como renda, idade e sexo também foram analisados para que o fator problema seja de fato solucionado. Foi analisado também com bastante afinco os fatores internos empresariais, visto que muitos profissionais estão fadados a situações diversas e com isso, fazem com que sejam testados diariamente, ora com pacientes, que são os stakeholders mais importantes da organização.

**(Metodologia)** Foi feito um questionário com a direção da empresa para identificar qual seria a área de necessidade do plano de ação com esse embasamento, foi criada uma pesquisa exploratória estruturada via Google Docs com dados quantitativos e qualitativos, fazendo essa pesquisa entre os Técnicos de Enfermagem da Viver Mais.

**(Resultados)** Com embasamento na pesquisa estruturada Via Google Docs , foi identificado falta de assiduidade dos técnicos de enfermagem da Viver Mais então decidimos implantar alguns incentivos para diminuir o absenteísmo da organização. Implantar o programa de premiação baseado no grupo RBS, com incentivos e premiações de forma democrática e também por méritos. Motivar os funcionários e capacitá-los cada vez mais, visando a melhoria contínua da prestação do serviço e também a maior capacitação do maior stakeholder que são os funcionários, visto que sem eles, os serviços não andam.

**(Conclusão)** O foco deste trabalho é solucionar de fato o absenteísmo (Segundo o clássico Gestão de Pessoas (Elsevier Brasil, 2008) de Idalberto Chiavenato, o absenteísmo constitui a soma dos períodos em que os colaboradores se encontram ausentes do trabalho, com um plano de ação. É possível ainda identificar que há um absenteísmo. Isso faz com que a Viver+ Home Care tenha que se desdobrar quando um funcionário falta ao trabalho, visto que o atendimento é na casa dos pacientes, quando alguém faltar, é imprescindível que outro esteja sobre aviso, onerando ainda mais o serviço e diminuindo a quantidade em R\$ que a empresa poderia faturar e outrora lucrar.

**Palavras-Chave:** Absenteísmo, Plano de Ação, Treinamento, Soluções



## RECONHECIMENTO NO TRABALHO

### **Autor(es):**

*João Guilherme Pereira Barreto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Erasmu Ferreira de Souza Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Edvan Silva de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Thiago Batista Silva Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Desejamos com esse vídeo demonstrar as pessoas e as empresas a importância da valorização profissional no ambiente de trabalho, propor medidas as organizações de buscar esse sentimento de valorização aos seus colaboradores e demonstrar os efeitos que essa medida trará a empresa e sociedade

**(Proposta do roteiro)** O vídeo contara com uma voz de fundo demonstrando dos dados de pesquisas feitos pelos componentes a respeito do reconhecimento no trabalho, iremos mostrar algumas imagem de fundo a luz ao tema e mostrar em determinados momentos os resultados da pesquisa elaborada

**(Efeitos esperados)** Esperamos com esse vídeo causar uma indagação a respeito do quão importante é o reconhecimento dos colaboradores de uma organização. Segundo Axel Honneth, "há uma necessidade de sermos reconhecidos em um mundo caracterizado pela tecnologia e pela volatilidade do que é considerado importante". Acreditamos que o reconhecimento contém uma força moral que pode promover desenvolvimento e progresso na vida social e esperamos demonstrar a necessidade que há nas empresas valorizarem seus colaboradores pois cremos que há uma responsabilidade social entregue as organizações e suas ações afetarão não só os indivíduos que a ela pertence, mas a sociedade inserida.

## UM ESTUDO DE CASO NA CASA DO MENOR TRABALHADOR DE NATAL RN

### **Autor(es):**

*James Teixeira Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Melquisedeque da Silva Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Iago Kilson Damasceno Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Gabriel Monte Antunes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A CMT é uma instituição filantrópica e que oferece um ensino de qualidade que vai desde o ensino fundamental até os cursos profissionalizantes. Há uma parceria entre três instituições que são: o governo do Estado com a escola, o IGMK (Instituto George Mark Klabin) com os cursos profissionalizantes e a congregação Vicentina que é a gerenciadora de todo o espaço e dos funcionários. A Casa do Menor Trabalhador há três anos teve seu recomeço devido a problemas internos e ainda está se estruturando. Com o decorrer desses três anos a instituição tem conseguido se recompor e está dividindo os seus departamentos, proporcionando melhor qualidade dos serviços aos pais, mestres e alunos e gerando um novo contexto e criando uma nova cultura, fora as mudanças organizacionais.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa feita neste trabalho foi o descritivo. Realizando um estudo de caso e bibliográfico. O caso é o da CMT e para obtenção de recursos e parâmetros o meio bibliográfico foi utilizado; tanto o qualitativo quanto o quantitativo. Os colaboradores e o universo foram estudados também, como as amostras. E para complementar o método de pesquisa, foi feita uma entrevista com a vice-presidente da congregação que é a atual diretora da instituição.

**(Resultados)** Após a entrevista foi perceptível às mudanças no meio e as mudanças que ocorrera nesse tempo de análise feita na CMT. A Casa tem vários fatores que tem influenciado na cultura interna da instituição, um deles é o saldo de caixa abaixo do devido há três anos. O ambiente é excelente e oportuno a crescimento, por parte dos alunos e dos profissionais. E nesse caso ainda é uma cultura fraca que está se tornando forte com o decorrer do desenvolvimento. Algo que está fazendo parte de forma forte da cultura é a importância dada ao desenvolvimento dos funcionários. Outro fator interessante para a apreciação é o setor de RH tem sido um dos departamentos que recentemente foram dispostos e que necessita de instrumentos que são de suma importância, como por exemplo, o QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) que fornece aos colaboradores um ambiente organizacional adequado e adaptado as suas necessidades.

**(Conclusão)** Por fim é importante compreender que o presente trabalho tem por desígnio realizar uma sondagem e entender o contexto cultural com base no conteúdo trabalhado em sala. Com o desenvolvimento de cada ideia e aperfeiçoamento do entendimento do conteúdo visto e da CMT, visando o seu crescimento e desenvolvimento cultural dentro a instituição.

**Palavras-Chave:** CMT; cultura; gestão; instituição; meio.

**UM ESTUDO DE CASO NA VALE S/A: UMA SÉRIE HISTÓRICA 5 ANOS**

**Autor(es):**

*André Vicente da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN  
Kelwin Pereira Serafim: Discente do curso de Administração do UNI-RN  
Natasha Leite Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Tulio Tiago Ribeiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN  
Marcos Antônio Bezerra Cavalcanti Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise financeira da Vale S/A nos anos de 2014 a 2018, trabalhando determinados índices, sendo eles: rentabilidade, mercado e endividamento. Mostrando informações claras e objetivas com o intuito de que os gestores da empresa possam tomar decisões visando o ambiente financeiro e econômico, além de entender a real situação da empresa estudada nos cinco anos anteriores e também verificar a saúde financeira da empresa e conseguir proporcionar aprofundamento sobre os índices trabalhados e compreender a importância de o entendimento dos índices para a empresa ter informações precisas da sua real situação financeira.

**(Metodologia)** Dentre os processos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento do trabalho, têm-se os de maior relevância, onde a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, sendo habitual nesse tipo de pesquisa envolver levantamentos bibliográfico e documental, entrevista não padronizada e estudo de casos, já a descritiva é um tipo de pesquisa conclusiva que tem como principal objetivo a descrição de algo normalmente característica ou função do mercado.

**(Resultados)** No que se refere ao endividamento geral a Vale S/A se mantém com números bem aproximados durante os cinco anos estudados, apresentando um percentual de 0,52% em 2014, com um aumento em 2015 que chegou a 0,60%, com 2016 puxando uma leve baixa até 0,59%, 2017 o percentual continuou baixando até 0,55% e, 2018 uma baixa maior que chegou a 0,49%. Isso implica dizer que durante esses cinco anos a Vale reduziu a utilização do capital de terceiros, o que irá demonstrar uma maior independência financeira da empresa. Observa-se que em 2014 o índice de rentabilidade foi de R\$ 2,00 para cada R\$ 1,00 de investimento, já em 2015 teve uma queda bastante expressiva, chegando a apenas R\$ 0,25, em 2016 ouve uma melhora, mas nada expressivo ficando em apenas R\$ 0,29, 2017 a melhora desse indicador foi bem mais robusta chegando a R\$ 2,13, mas 2018 houve outra grande queda marcando R\$ 0,39. Sendo assim pode-se perceber que a Vale S/A não conseguiu manter constante a alta do seu retorno, mas mesmo assim ouve o retorno, mesmo não sendo tão expressivo em alguns anos. Em 2014 houve um lucro de R\$ 0,19 por ação valor consideravelmente baixo, mas em 2015 o indicador mostrou um resultado negativo de R\$ -8,58, assim é evidente que houve prejuízos e então não se distribui prejuízos e o lucro por ação passa a ser zero, em 2016 voltou a ter lucro que foi de R\$ 2,58 por ação, no ano de 2017 o lucro aumentou e chegou a R\$ 3,39 por ação e, em 2018 continuou aumentando e remunerou R\$ 4,95 por ação.

**(Conclusão)** Portanto, o artigo teve como propósito contribuir com a produção científica a partir de uma análise sobre o desempenho da empresa Vale S/A o que os leva a melhor tomada de decisão, onde foi feito a análise gráfica sobre os indicadores financeiros de endividamento, rentabilidade e mercado.

**Palavras-Chave:** Rentabilidade. Mercado. Endividamento. Análise.

## UM ESTUDO DE CASO NO BANCO SANTANDER S/A: UMA SÉRIE HISTÓRICA DE 3 ANOS

### **Autor(es):**

*Isaque Nicodemos Moreira de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Alfredo Melo de Souza Rodrigues Rebouças: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise financeira do Banco Santander S/A, no período de 2016 a 2018, identificando os índices financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento, considerando que estas informações poderão influenciar nas tomadas de decisão visando o ambiente financeiro, bem como entender a verdadeira situação da empresa. Desse modo, procuramos responder a seguinte questão norteadora da pesquisa: Qual foi o desempenho dos índices financeiros da organização no período de 2016 a 2018?

**(Metodologia)** A investigação caracterizou-se como um estudo de caso no qual se analisa a situação financeira do Banco Santander S/A, como também foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre índices financeiros de índices de liquidez, rentabilidade endividamento, além de uma pesquisa descritiva baseada no balanço patrimonial da DRE (demonstração do resultado do exercício) da empresa e notas explicativas extraídas do site oficial do Banco Santander S/A. Para a coleta e análise dos dados, escolhemos a abordagem qualitativa, uma vez que desenvolvemos a interpretação a partir dos dados contidos no balanço patrimonial.

**(Resultados)** A análise dos índices financeiros revelaram que a liquidez geral (LG), nos exercícios de 2016 a 2018, a empresa obteve um resultado satisfatório, pois apresentou uma margem de segurança. No que se refere à liquidez corrente foi aumentando ano após ano, todavia, não teve margem de segurança e assim não cobriu as dívidas a curto prazo, mostrando que o ativo circulante é menor que o seu passivo circulante, significando que não foram capazes de cobrir as dívidas a curto prazo quando se espera que quanto maior a LC melhor será para a empresa. O índice de rentabilidade imediata nos anos analisados demonstram que o Banco Santander obteve bom resultado, haja vista que teve um largo aumento de 0,51 centavos na sua margem líquida; 0,75 no ROA e 0,18 centavos no ROE. No tocante ao endividamento geral, percebemos nos resultados encontrados não foram elevados e, conseqüentemente permitem que o banco tenha capital para fazer investimentos sem se preocupar com seu endividamento. A independência financeira do referido banco revelada na análise mostra que a maior parte do capital é formado por terceiros. A análise da segurança financeira mostrou um aumento de 10% de 2016 para 2017, mostrando que a empresa contraiu mais contas a longo prazo. Os resultados apontam que a estrutura de investimentos está voltada para investimentos a longo prazo e que se mantiveram com pouca alteração, tendo uma pequena queda, talvez como resultado da crise.

**(Conclusão)** Retomando o objetivo da pesquisa de analisar o desempenho econômico do Banco a partir dos índices de liquidez, rentabilidade e endividamento nos demonstrativos contábeis, os dados revelaram que a empresa apresentou bons resultados na margem líquida, revelando um ponto positivo para que a mesma possa juntar dinheiro e investi-lo de modo a obter maior lucratividade. Além disso, possui um alto valor de capital de terceiros que servem para empréstimos e até investimentos. Assim validando os índices financeiros percebemos que, mesmo com capital de terceiros, consegue ter um capital próprio para investimentos, como também apresenta segurança para a empresa e clientes.

**Palavras-Chave:** Índices financeiros. Liquidez. Rentabilidade. Endividamento.

**UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DO GRUPO GUARARAPES NOS ANOS DE 2017 E 2018**

**Autor(es):**

*João Guilherme Pereira Barreto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Edvan Silva de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Geraldo Alves de Andrade Júnior: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema bordado tem como objetivo analisar a situação patrimonial, financeira e econômica da maior empresa de moda do Brasil, o grupo Guararapes. O presente trabalho surgiu na necessidade de conhecer as ferramentas contábeis e identificar qual o desenvolvimento da empresa do ano de 2017 ao ano 2018, bem como, identificar as estratégias de gestão em meio a crise existente no Brasil. Também analisar como o grupo conseguiu se tornar referência em seu segmento, além de conhecer a história do grupo até o dia de hoje.

**(Metodologia)** A coleta de dados foi obtida através das demonstrações financeiras, de sites e vídeos institucionais. Com os dados coletados, foram feitos gráficos da situação patrimonial, financeira e econômica dos anos 2017 e 2018 para que fosse feita a comparação. Trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo.

**(Resultados)** O grupo Guararapes é hoje, a maior empresa de moda do Brasil, a rede varejista Riachuelo, com e-commerce e mais de 300 endereços físicos espalhados por todo o território nacional, duas fábricas, em Natal e em Fortaleza, a Midway Financeira, três centros de distribuição (CD), em Guarulhos, Natal e Manaus, um Contact Center, a Transportadora Casa Verde, o shopping Midway Mall, também no Rio Grande do Norte, e dois teatros Riachuelo, na capital potiguar e no Rio de Janeiro. Na pesquisa realizada pôde-se observar que o grupo, apesar do cenário nacional, tem conseguido expandir sua área de vendas, inaugurando novas lojas e aumentando sua capacidade de produção nas suas fabricas. Também notou-se que a empresa teve uma boa rentabilidade, aumentando seu lucro, além também de um aumento em seu giro do ativo. A empresa porém demonstrou um considerável aumento em seus índice de "participação de capital de terceiros" o que indica que houve uma maior dependência de terceiros para a manutenção da empresa. Mais que a preocupação com o aumento da sua lucratividade a empresa se mostra atenta a sua responsabilidade social, como por exemplo, na implantação de uma tecnologias à laser que substituiu as lavagens e diminui em 83% o consumo de água em relação ao processo tradicional, mais que isso, houve a implantação de programas de recursos humanos visando o bem-estar de seus colaboradores.

**(Conclusão)** O presente trabalho teve como finalidade observar a situação patrimonial, financeira e econômica do grupo Guararapes, que se mostrou mais rentável e mais preocupada com suas responsabilidades sociais. No entanto, a organização teve um alto índice de participação no capital de terceiros, deixando-a dependente de terceiros.

**Palavras-Chave:** Análise financeira. Moda. Varejo.

**UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DO GRUPO ULTRA S.A. NOS ANOS DE 2017 E 2018**

**Autor(es):**

*Erasmus Ferreira de Souza Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lissa Xavier Lopes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Thiago Batista Silva Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho em questão da Ultrapar teve como objetivo entender os aspectos econômicos, financeiros e patrimonial do grupo Ultra nos anos de 2017 ao ano 2018, o trabalho surgiu da necessidade de aprofundamento nas ferramentas contábeis e no grande mundo empresarial. Compreender as ferramentas usadas tão importantes para a sobrevivência de uma empresa desse porte.

**(Metodologia)** Os dados a serem organizados foram obtidos a partir das demonstrações financeiras da empresa e sites. Com os dados em mãos foi feito um estudo em cima dos anos de 2017 e 2018, em forma de gráficos e ferramentas contábeis foi elaborada uma comparação entre esses anos. Analisando principalmente a efetividade e uso de recursos a sua disposição nos períodos citados.

**(Resultados)** Através das pesquisas realizadas, descobriu-se que o grupo Ultra é uma empresa com mais de 80 anos de história, iniciou seu trabalho por volta de 1937, com a Ultragas, até então conhecida apenas como Empresa Brasileira de Gás a Domicílio, fundada por Ernesto Igel. Por volta de 1953 a Ultrapar Participações S.A foi constituída e expandiu os comércios da Ultragas tal como a criação de novas empresas, dois grandes empreendimentos desse projeto de expansão consolidam as bases atuais, como: Oxiteno, forte empresa no ramo da produção de óxido etileno e derivados; e a Ultracargo, que foi que criada a partir da união da Transultra e da Tequimar, responsáveis por transporte rodoviário e armazenamento de produtos químicos e petroquímicos e logística. Por meio do DRE da organização, podemos notar que na rentabilidade da empresa houve queda de 9% em relação a 2017, tendo um lucro bruto de R\$ 6.161 milhões em 2018, uma queda de 4,06% na margem líquida, 0,04 no Giro do Ativo, 1,68% na Rentabilidade do Ativo e 4,3% na Rentabilidade do PL. Em relação a sua estrutura, passou por uma pequena desvalorização no mercado internacional, contudo, a empresa continua a ser uma das 5 maiores do Brasil, tendo um volume financeira de 136 milhões por dia, (+6%) em 2018. Sua liquidez teve um aumento de; 34,85% na Liquidez Corrente e 2,93% na Liquidez Seca, apesar de todo um período conturbado, teve uma diminuição na Liquidez Geral de 3,09%. De forma geral, houve uma pequena queda nos resultados obtidos em 2018 em comparação com os anos anteriores, isso se deve ao fato de muita instabilidade em relação ao preço do petróleo e a alguns problemas que o País passou neste ano, principalmente a grande instabilidade política junta a greve dos caminhoneiros.

**(Conclusão)** O trabalho teve como objetivo maior a compreensão e uso das ferramentas contábeis de maneira correta e coesa, analisando a situação econômica, patrimonial e financeira de empresa chegou-se a conclusão que a empresa passou sim por dificuldades referente aos anos estudados devido a fatores externos que influenciam diretamente a empresa mas segue firme e confiante no processo de expansão e inovação em seu cenário.

**Palavras-Chave:** Análise financeira, petróleo, ultrapar, ultragas

## UMA ANÁLISE HISTÓRICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL DO BANCO BRADESCO S.A.

### **Autor(es):**

*Jessica Karoline Sirino dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rafael Victor Marques da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Yago Soares da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Banco Bradesco S.A. é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes, pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. A análise fundamentalista é a principal ferramenta para entender e estudar os fundamentos econômico-financeiros de uma empresa. Em outras palavras, ela serve para ajudar o investidor a avaliar como está a saúde financeira e operacional da empresa e, assim definir se é interessante, ou não, investir dinheiro em suas ações negociadas na bolsa de valores. Considerando que a Análise Fundamentalista é de sumo, a realidade por dentro das empresas e que, através dela pode-se utilizar e definir um resultado justo para as ações analisadas, pergunta-se: Quais os impactos da realização de análise financeira em instituições financeiras?

**(Metodologia)** A pesquisa explicativa constitui-se em uma forma mais minuciosa de estudo, por essa razão é habitualmente classificada como uma fase avançada das pesquisas descritivas e exploratórias, ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. A metodologia utilizada no trabalho foi baseada em uma pesquisa descritiva, exploratória de um profundo estudo de caso. Foram coletadas informações do Balanço Patrimonial, DRE (Demonstração de Resultado no Exercício) e notas explicativas dos anos de 2015, 2016 e 2017. As principais informações sobre o Banco Bradesco S.A. foram retiradas do seu próprio site e para obter dados bibliográficos foram utilizados livros, artigos e etc.

**(Resultados)** No que se refere à Liquidez Geral, o Banco Bradesco apresentou estabilidade quando se refere à solvência em longo prazo, obtendo em 2015 1,10; em 2016 1,10 e em 2017: 1,11. Já em relação a Liquidez corrente houve um pequeno declínio entre os anos de 2015: 1,42 e o de 2016: 0,95, porém no ano corrente, 2017: 1,05 manteve-se com uma boa folga financeira para quitar suas dívidas de curto prazo. O índice de Liquidez está totalmente ligado ao de Endividamento, por estarem submetidos diretamente na solvência, e indica na liquidez o quanto de ativo tem para se converter em dinheiro, para se quitar as dívidas de curto e longo prazo, enquanto o endividamento representa o total quantitativo das dívidas. O índice de Imobilidade do PL do Bradesco, foi de 15% a 14% nos anos de 2016 e 2017, indicando a imobilidade financeira de recursos próprios dependente do passivo. No índice de Rentabilidade, o Retorno do PL obteve durante os anos de 2016 e 2017 um retorno de 21% e 17 % respectivamente.

**(Conclusão)** Dessa forma é possível afirmar que os dados encontrados, surgidos através das análises, são de extrema necessidade para que se haja um determinado entendimento sobre a solvência e concluir que a empresa tem capacidade de se manter no mercado financeiro. Ou seja, os resultados descobertos demonstram o quanto se torna importante o estudo das finanças das instituições, podendo assim mensurar a capacidade positiva do Banco Bradesco S.A. na geração de ativos, atraindo então novos clientes e investidores, que assegurarão a saúde financeira do Banco.

**Palavras-Chave:** Solvência. Balanço Patrimonial. Indicadores de Liquidez. Notas Explicativas.

# GRADUAÇÃO ARQUITETURA E URBANISMO

XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**CONIC** 2019

EDUCAÇÃO **4.0**





**A TRANSFORMAÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA E DOS ELEMENTOS URBANÍSTICOS NO BAIRRO DE PONTA NEGRA (NATAL/RN)**

**Autor(es):**

*Yara Maria Fernandes Leite : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Gabriela Maria Galvão da Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Victória Maria Souto Falcão: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Mariana Marques Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Frente ao processo de construção e evolução do bairro de Ponta Negra, Região Administrativa Sul da cidade do Natal, Rio Grande do Norte, busca-se o estudo e levantamento de dados referente a trajetória das transformações ocorridas nessa região, bem como assevera o historiador Câmara Cascudo (1999) destaca-se o processo de ocupação do bairro, no qual discorrem acerca da chegada dos holandeses em 1633 à costa norte-rio-grandense, tornando um território alvo de poder e tentativas iniciais de conquista da cidade do Natal, um local geograficamente adequado e estratégico para a construção da Nova Amsterdã. O mesmo, em meados do século XX, era habitado por pescadores e agricultores que sobreviviam através da pesca e da plantação de mandioca.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho empírico e documental, discorre acerca dos processos construtivos, as condições existentes do desenho urbano e a expansão urbana de Ponta Negra como se configuram atualmente. Fundamenta-se em referenciais bibliográficos teóricos-metodológicos dos estudiosos como Gordon Cullen, Kevin Lynch, Jan Gehl, Jane Jacob, Giambattista Nolli e outros. Diante de uma abordagem dedutiva, os pressupostos teóricos possibilitam e direcionam para leituras em relação a evolução e transformação da paisagem urbana de Ponta Negra, da percepção dos ambientes urbanos e das formas visuais da cidade, como também o método de planejamento de transformar o espaço urbano como garantia da vitalidade urbana.

**(Resultados)** Dessa forma, com a finalidade de acrescentar e complementar o entendimento da forma urbana do bairro de Ponta Negra, obteve-se informações disponibilizadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo do município do Natal-RN (SEMURB) e o levantamento de dados conforme as bases cartográficas do Google Earth que contribuíram para a elaboração de mapas de uso e ocupação do solo, gabarito, hierarquia viária, relação entre o espaço público e privado e traçado predominante. Percebe-se que no bairro de Ponta Negra houve um crescimento em relação a sua ocupação nas últimas décadas, e em decorrência disso sua paisagem foi modificada. Desembocando em constantes transformações urbanas desde o seu traçado a um potencial para novas ocupações residenciais, comércios/ serviços voltados para a realidade local.

**(Conclusão)** Ante exposto, tais análises se mostram como instrumento útil capaz de produzir um melhor entendimento da morfologia urbana do bairro e um aprimoramento do planejamento urbano e a qualificação da paisagem urbana. A fim de organizar e gerir o espaço já consolidado de acordo com a observação das particularidades e das modificações entre a relação da população do bairro ao uso e a composição do espaço urbano como um todo.

**Palavras-Chave:** Morfologia urbana, Planejamento urbano, Ponta Negra, Espaço urbano.

## A URBANIZAÇÃO ONDE O VENTO FAZ A CURVA

### **Autor(es):**

*Lucas Santo Netto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Luiza Leite Fernandes Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Conhecido pela sua localização geográfica como a esquina do Brasil, o município de São Miguel do Gostoso, antes uma vila de pescadores, vem passando por transformações na última década e atualmente é um destino turístico no estado do Rio Grande do Norte. Sua expansão urbana se deu a partir da rede hoteleira e de empreendimentos, sobretudo na orla marítima, que prestam serviços para os turistas, como agências de turismo, bares e restaurantes, além de seus atrativos aos praticantes de esportes radicais como kitesurf e windsurf.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento desse diagnóstico realizou-se pesquisas bibliográficas, estudo de campo e levantamento de dados a partir da aplicação de roteiros de perguntas com a população local e o Secretário de Obras e Meio Ambiente do Município, Fernando Castro Lima Neto. Sobre as pesquisas bibliográficas obteve-se informações em documentos disponibilizados pela referida secretaria e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proporcionando informações técnicas para facilitar o diagnóstico do município. Também, utilizou-se como referência a obra “A vida na cidade: como estudar”, do arquiteto Jan Gehl, como base para a elaboração dos roteiros de perguntas. Com essas análises complementou-se com informações norteadoras para o desenvolvimento de propostas projetuais arquitetônicas e urbanísticas para orla, voltada principalmente para qualidade de vida dos moradores e infraestruturas destinadas aos turistas. Por meio das metodologias utilizadas de pesquisas de campo e institucionais e da compreensão do espaço urbano constata-se que o município em questão possui um grande potencial de desenvolvimento urbano, porém demonstra falta de valorização de projetos públicos para área e para aquisição de recursos financeiros para sua execução.

**(Resultados)** A partir das informações adquiridas pela aplicação de questionários com moradores e usuários da localidade e aos dados obtidos, bem como, aliando-os ao conhecimento e ao aprendizado adquiridos no decorrer do período acadêmico, evidenciam-se características do município que se encontra ainda em desenvolvimento, com locomoções prioritariamente a pé e com especificidades locais como a sensação de calmaria nas áreas urbanas. Mesmo com tais características, identifica-se São Miguel do Gostoso como um bom local de busca por trabalho e ocupações na região, ainda que criticada pelos usuários do espaço urbano pela pouca infraestrutura nas faixas de orla da cidade, que de acordo com o Secretário de Obras e Meio Ambiente está em processo de estudo para futuras intervenções. Juntamente com o planejamento e a inserção de vias para melhoria do desenvolvimento urbano-viário, melhoria das condições hidrossanitárias, e a proteção de áreas de interesse ambiental, projetos e idealizações, as quais apresentam em sua maioria apenas em caráter de idealização.

**(Conclusão)** Por meio das metodologias utilizadas de pesquisas de campo e institucionais, análise do espaço urbano e das informações coletadas foi possível observar que o município em questão possui um grande potencial de desenvolvimento urbano, porém demonstra falta de valorização dos projetos e recursos para aplicação. Apresentando ainda características de vila de pescadores, São Miguel do Gostoso apresenta uma preocupação com a identidade local tanto nos aspectos arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, com o desenvolvimento de ideias, planos e projetos voltados para esse resgate da individualidade local e seus atributos os quais necessitam de um incentivo ainda maior para concretização e execução ultrapassando o caráter de projeção e trazendo para o desenvolvimento dos espaços urbanos.

**Palavras-Chave:** Expansão urbana; Planejamento; Infraestrutura; orla marítima; São Miguel do Gostoso/ RN.

## **ALECRIM: O CAIS DO SERTÃO EM ESQUECIMENTO**

### **Autor(es):**

*Gabriel Carneiro de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Outrora denominado de Refoles, considerado o quarto bairro da cidade de Natal, o Alecrim, inicialmente, possuía caráter rural, da qual a maioria da população que habitavam e constituíam suas atividades na localidade até fins do século XIX, quando assistiu um maior desenvolvimento urbano. Devido a ter uma estrada da qual ligava até Macaíba, o fluxo de pessoas aumentou e gradativamente as atividades comerciais foram se desenvolvendo. O local, além do forte âmbito comercial, contém também bastante historicidade de Natal. Desde os anos de 1970, quando o comércio se consolidava, foi possível observar problemas de mobilidade urbana no bairro, ao trafegar pela região

**(Metodologia)** A metodologia possui caráter exploratório, ao se utilizar do levantamento bibliográfico e análise de arquivos históricos, sendo realizado no período de agosto a outubro de 2019. A pesquisa fundamenta-se na adesão de literaturas e acervos científicos que dialoguem com o tema. Logo, seus critérios de inclusão levaram em conta assuntos como: mobilidade urbana, comércio e a escala humana. Usa-se, portanto, a obra *Introdução ao Desenho urbano de Vicente Del Rio (1990)*.

**(Resultados)** Compreende-se que, no bairro, se consolidou um caráter comercial, mas sua atual configuração implica na otimização das atividades realizadas, que criam dificuldades pelo amplo uso de calçadas e vias tanto para o cidadão e meios de transporte. Além disso, fica notório que a cultura do bairro também se perde com o tempo, do qual possui o maior traço de suas características sertanejas consiste no “Mercado da 6”, do qual necessita manutenção. Como ponto principal, o pedestre, do qual precisa de uma estrutura de vias e acessos que favoreçam todos os seus segmentos, tendo a problemática da calçada como grande exemplo.

**(Conclusão)** Diante da pesquisa apresentada, a sua construção histórica leva o bairro do Alecrim a sua atual dinamicidade, mas sem políticas públicas para melhorar sua qualidade perante aos cidadãos e suas atividades, é gerado problemáticas e situações que tomam um caráter insustentável. Por fim, seu esquecimento perante a valorização de espaços novos e privados como shoppings e afins, deterioram a própria perspectiva que a população tem sobre o bairro do Alecrim. Sugere-se então, produções acadêmicas para estudar tais problemáticas vigentes com fins de gerar informações úteis à melhoria de uso e de mobilidade por parte da população natalense que vivencia, cotidianamente, aquele lugar.

**Palavras-Chave:** Alecrim; Comércio; Mobilidade urbana; Natal.

**AS FORTALEZAS DE NATAL: AS NOVAS FORMAS DE MORAR?**

**Autor(es):**

*Samara Gomes da Costa Jacome: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*

*Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Gabriel Carneiro de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Juliana Gabriel Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Anna Leticia de Souza Bezerra: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O objetivo do presente trabalho é analisar a arquitetura antiga da cidade de Natal e evidenciar o fenômeno de reclusão e construção de fortalezas como novas formas de morar.

**(Proposta do roteiro)** O vídeo foi produzido entre os meses de setembro e outubro de 2019, com base em discussões do Núcleo de Estudo Sobre Cidade e Sujeito, Lentes Urbanas. Foi editado pelo aplicativo imovie e foi uma junção de fotos de Natal antiga disponibilizadas pelo Google e de gravações realizadas no bairro de Candelária. Na questão acústica, a música Muros e Grandes, da banda Engenheiros do Hawaii, foi usada por tratar da questão da construção de casas com muros e grades nas grandes cidades.

**(Efeitos esperados)** O efeito esperado do presente vídeo é de apresentar a construção de muros altos e utilização de cercas nas moradias. A partir disso, refletir sobre os impactos dessas novas formas de morar na arquitetura potiguar e seus efeitos no encarceramento do sujeito em sua casa.

**BIM E ARQUITETURA MODERNISTA EM NATAL-RN: ANÁLISE E RESTAURAÇÃO VIRTUAL.**

**Autor(es):**

*Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Jaylane Chacon Ferreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN*  
*Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho é resultado de um estudo realizado a partir da integração das disciplinas História da Arquitetura e Urbanismo II e Expressão Gráfica: BIM. Nesse contexto, analisamos as transformações ocorridas em Natal-RN entre as décadas de 1940 e 1960, período que foi palco de modificações e expansões significativas no contexto urbano e na arquitetura modernista com a consolidação de um mercado de terras, mudanças demográficas, socioeconômicas e culturais.

**(Metodologia)** A metodologia empregada foi do tipo pesquisa científica, uma vez que foi necessário a investigação, análise e comparação sobre o objeto de estudo. Utilizou-se como o levantamento bibliográfico, baseado no trabalho final de graduação da arquiteta e urbanista Luiza Maria Medeiros de Lima, selecionamos o processo predial encontrada na Pasta 383/1955. A partir da documentação textual e iconográfica, composta por planta de cobertura, locação, planta baixa e fachada frontal, foi elaborada a representação gráfica de uma residência, localizada na rua Princesa Isabel, número 846, no bairro Cidade Alta, em Natal/RN, financiada pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) no ano de 1955, com 140,13m<sup>2</sup> de área útil. Como método de campo, visita ao local estudado.

**(Resultados)** A elaboração da representação gráfica desvelou alguns obstáculos para a sua concepção, uma vez que as imagens disponibilizadas não estavam com uma boa qualidade. Ademais, nos arquivos do projeto, a planta baixa constava uma medida e na ficha de levantamento do processo predial constava outra e não possuía dados topográficos. Acrescenta-se, ainda não ter sido possível encontrar, no software BIM, as esquadrias originais, por isso, outros tipos foram usados. As paredes também passaram por alterações. No projeto, constam paredes de .25 e .15 cm, para melhor representação foram adotadas paredes de .15cm. Além disso, os cobogós do corrimão da escada e das paredes do terraço na representação não estão de acordo com a década. Após a realização da residência, para melhores resultados, buscou-se realizar a Análise Pós-Ocupacional (APO), contudo o endereço constante no processo não condiz com a realidade, uma vez que a visita de campo não encontrou indícios na rua ou nas adjacências.

**(Conclusão)** O principal objetivo desse trabalho, de analisar a planta arquitetônica e propor a representação gráfica, foi cumprido com êxito. Diante das questões da arquitetura modernista, é perceptível as características na residência, setorização funcional, áreas sociais, íntimo e serviço, isolamento dos dormitórios, simplificação e integração das áreas sociais e de serviço. O projeto elaborado serviu para desvelar as características da arquitetura modernista no que se refere a toda a sua parte histórica e social, além de desenvolver competências de análise da história e de representação gráfica.

**Palavras-Chave:** Bim. História da Arquitetura. Modernismo.

**CONFORTO AMBIENTAL: CARNASAMBA WAREHOUSE**

**Autor(es):**

*Nadine Leite Peixoto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho a ser apresentado trata-se do projeto do 7º período de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN, da disciplina Conforto Ambiental III, juntamente com Projeto Integrador, que teve como objetivo a elaboração de um projeto arquitetônico com elementos de conforto ambiental, estando localizado na Rua Chile, área de tombamento histórico do bairro Ribeira em Natal/RN, juntamente com um projeto urbano para o entorno, de preferência sendo de utilidade pública para a região. A intervenção teve como proposta trazer para o bairro uma padaria e um restaurante popular de dia, onde as pessoas possam ir tomar um café pela manhã, fazer um lanche ou sentar e pedir um almoço completo, e a noite ser transformado em uma espécie de bar como casa de show alternativa, fazendo ligação com o Balanço do Morro com o terreno da escola de samba ao lado do edifício e também a Banda da Ribeira.

**(Metodologia)** Pensando em um bar com música ao vivo a noite, foi utilizado como forma de metodologia primeiramente o fato de ser um ambiente histórico local, que traz o como premissa a não possibilidade de demolição de elementos que remetem a memória do bairro, como suas paredes de 50cm, que no entanto já colaboram com o conforto térmico e acústico. Logo após, com os estudos bioclimáticos, foi verificado a ventilação, insolação e sombreamento em relação ao edifício de intervenção, e quais estratégias utilizadas para melhoria deste: como a abertura de janelas voltadas ao sudeste, ventilação cruzada, e evitar aberturas na direção leste, utilizando também de toldos e películas de proteção em janelas e portas. E ao se basear na quantificação do isolamento acústico, foram feitas medições na fachada para analisar os ruídos do entorno e como evitar a propagação de dentro para fora da edificação.

**(Resultados)** Por fim, ao integrar estudos com referenciais, foram escolhidos sistemas construtivos para a melhoria do isolamento acústico, como janela de vidro duplo seladas e com absorventes de ruídos entre os vidros, e para as portas além do vidro duplo, foi pensado em vedação com borracha em poliéster. E para o condicionamento acústico foram escolhidos materiais absorventes, como painéis de madeira com ranhuras em paredes e teto. Consequentemente o desenvolvimento do trabalho e o resultado final trouxe o objetivo esperado de aprendizagem de projeto arquitetônico no campo da educação e de conforto ambiental, integrados com outras matérias do semestre.

**(Conclusão)** Concluo que um projeto em área de tombamento histórico foi de fundamental importância para o crescimento e amadurecimento dos conhecimentos fundamentais para a formação de um arquiteto urbanista, servindo como aprendizagem tanto em relação a projetar com elementos de conforto ambiental quanto ao integrar conhecimentos de várias áreas em um único projeto de intervenção.

**Palavras-Chave:** Projeto.conforto.acústico.térmico

**CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO BAIRRO PAJUÇARA (NATAL/RN), COM EXPOSIÇÃO DE ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS.**

**Autor(es):**

*Daniel Vinícius Pinheiro Florêncio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Yara Maria Fernandes Leite : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Ana Karina Macedo de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Victor Gabriel Dantas de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Raimundo Lacerda Netto : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*

*Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN*

*Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na década de 1990, a Região Administrativa Norte da cidade do Natal/ Rio Grande do Norte destacou-se pela ocupação de conjuntos habitacionais, sobretudo, no bairro de Pajuçara. Essa produção de moradias se direcionou para população de baixo poder aquisitivo e ocasionou diversas transformações da estrutura fundiária da área. Tais alterações, atraíram novos residentes para localidade. Conforme o Censo Demográfico (IBGE, 2012), nos anos 1990 residia 13.259 pessoas e após 20 anos se estimou seis vezes mais a população do bairro.

**(Metodologia)** A pesquisa apresenta processos construtivos dos condicionantes do desenho urbano da área, com base em referenciais teóricos-metodológicos de Gordon Cullen, Kevin Lynch, Jan Gehl, Jane Jacobs que favoreceram para a leitura acerca da evolução e transformação da paisagem urbana, da percepção dos ambientes urbanos e das formas visuais.

**(Resultados)** Para complementar o estudo, coletou-se informações na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB); e, realizou-se levantamento in loco e em bases cartográficas disponibilizadas pelo Google Earth, para analisar as diversidades de uso e ocupação do solo, o gabarito das edificações, a porosidade e a rugosidade da área, o sistema viário e a infraestrutura urbana disponibilizada. Para complementar a leitura da área, identificou-se e tabulou-se os dados da fração em cartografia que se referem sobre as transformações urbanas, o uso e a ocupação do solo, a hierarquia e o traçado viário, a vegetação predominante, conforto ambiental, dentre outros.

**(Conclusão)** Percebeu-se que Pajuçara permanece em constantes transformações urbanas, com potencial para novas ocupações residenciais, comércio/ serviços e, tendo como peculiaridade, glebas urbanas com a produção de agricultura familiar. Na fração estudada, se sobressai uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA) não regulamentada, que se destaca pela contribuição do conforto térmico (temperatura e ventilação) e para o escoamento das águas pluviais e recarga do aquífero da cidade. O estudo resulta de atividades integradas desenvolvidas para os componentes curriculares de Projeto Integrador III; Planejamento e Projeto Urbano e Regional II; Planejamento e Projeto Paisagístico I; e, Conforto Ambiental I, do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN).

**Palavras-Chave:** Desenho urbano, morfologia urbana, percepção urbana, Pajuçara, projeto arquitetônico-urbanístico.

**CRESCIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DA PRAIA DE PIPA, O DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Tuany de Oliveira Marques Tiburcio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Ana Beatriz Silva de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Praia de Pipa situa-se a 85km de Natal, capital do Rio Grande do Norte, especificamente no município de Tibau do Sul. Atualmente, é reconhecida em âmbito nacional e internacional como o principal balneário do litoral sul do Estado, que se destaca pelas belezas naturais da orla marítima e pelas reservas de mata atlântica. Segundo Jussara Aires (2012), até a década de 1980, a localidade permaneceu como vilarejo agrário e pesqueiro. Dos anos 1990 em diante, ocorreram diversas transformações do ordenamento territorial para atender as pressões de investimentos turísticos que redefiniram as paisagens, os valores socioculturais e a economia local. O turismo atrelado a lógica capitalista criou condições para acelerar o crescimento da urbanização turística, com a construção de redes de hotéis luxuosas, segundas-residências, casas de veraneio e demais empreendimentos para o lazer e entretenimento dos turistas nos entornos de habitações precárias e de reservas ambientais. O planejamento urbano não acompanhou a ascensão do turismo e, nos dias atuais, identificam-se diversas problemáticas urbanísticas e ambientais, como: a precariedade do saneamento básico; a ausência de reservatório de água potável para atender as demandas em período de veraneio e/ou feriados; o intenso tráfego de veículos, sobretudo de ônibus; a ausência de serviços públicos para o atendimento do turista; a precária infraestrutura da rodoviária.

**(Metodologia)** Assim, coletou-se dados referentes às prescrições urbanísticas da área que se complementaram a demais informações obtidas na Secretaria Municipal de Turismo. Realizou-se visita de campo para apreender sobre a morfologia urbana (uso e ocupação do solo, gabarito, acessibilidade) da região e para a aplicação de questionários com os usuários/moradores para obter leituras sobre o interesse de frequentar o distrito; o tipo de modal a ser utilizado; os aspectos positivos e negativos da infraestrutura e serviços urbanos; etc.

**(Resultados)** No geral, constata-se que as ações municipais regulamentam o ordenamento territorial – como, o uso e a ocupação do solo, e sobretudo, das áreas ambientalmente frágeis – em conjunturas diferenciadas da ascensão do imobiliário-turístico; bem como, identifica-se o reconhecimento dos usuários/moradores do valor e da importância patrimonial da área.

**(Conclusão)** A pesquisa contribuiu para que as autoras iniciassem suas primeiras reflexões sobre o modo de elaborar projetos em orla marítima com potencial turístico e inserida entre reservas ambientais; e, como planejar ações de requalificação urbana dessas áreas.

**Palavras-Chave:** Imobiliário-turístico. Reservas ambientais. Faixa litorânea. Morfologia urbana. Percepção dos usuários/moradores.



## O HBIM COMO CAMINHO PARA DOCUMENTAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNISTA EM NATAL/RN

### **Autor(es):**

*Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Jaylane Chacon Ferreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A era digital vem provocando transformações significativas em inúmeros setores. No âmbito da Arquitetura, Engenharia e Construção Civil, o Building Information Modeling (BIM) – emerge como a tecnologia mais promissora e atual. Uma de suas vertentes, O Historic Building Information Modeling (HBIM) se destaca, especialmente, no que se refere ao seu emprego na documentação, na análise e preservação de edifícios históricos. Nesse sentido, o HBIM em conjunto com outros recursos digitais como escaneamento a laser, fotogrametria, Realidade Aumentada (RA), Realidade Virtual (RV), pode ser utilizado na representação virtual e salvaguarda do patrimônio local. Por conseguinte, a partir da integração das disciplinas de História da Arquitetura e Urbanismo 01 e Expressão Gráfica: BIM, foi promovido o desenvolvimento de uma pesquisa integrada cuja temática HBIM, norteou a construção virtual e documentação de residências modernistas da cidade de Natal, construídas entre as décadas de 1940 e 1960.

**(Metodologia)** A pesquisa tem natureza descritiva, explicativa e de campo, visto que descreve em meio digital uma edificação histórica a partir de um experimento realizado em uma ferramenta BIM. Para a sua realização foi delimitada as seguintes etapas: 1) o Levantamento e análise do trabalho final de graduação da arquiteta e urbanista Luiza Maria Medeiros de Lima, o qual apresentava material gráfico e teórico de projetos habitacionais executados entre as décadas de 1930 e 1960 que exibem claras referências do modernismo. Essa ação implicou na escolha da pasta 383/1955. 2) Com base na documentação textual e iconográfica, composta por planta de cobertura, locação, planta baixa e fachada frontal, foi realizada a representação digital em BIM dessa residência, localizada na rua Princesa Isabel, número 846, no bairro Cidade Alta, em Natal/RN, a qual foi financiada pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), com 140,13 m<sup>2</sup> de área útil.

**(Resultados)** Os resultados mostraram que a preservação digital do patrimônio é o caminho mais adequado na documentação e preservação de edificações de valor histórico. Assim como em outras pesquisas, o presente estudo revelou mais vantagens do que desvantagens no uso da tecnologia para representação digital de edifícios históricos. Diferente dos métodos tradicionais, o método HBIM exige mais informações para documentação, por sua vez essa ação favorece na correta documentação, evita omissão de dados e leva a uma maior precisão do artefato levantado, além de facilitar na leitura de detalhes e no próprio entendimento do estilo estudado. O modelo em BIM permitiu ao final trabalhar com a realidade virtual e aumentada, que facilita a compreensão do objeto construído, em especial, por leigos. Diante da análise dos resultados, com a digitação concluída foi possível identificar os aspectos modernistas e verificar se o uso de uma ferramenta BIM e do HBIM favoreceram o processo de documentação e preservação do edifício.

**(Conclusão)** O objetivo desse trabalho foi alcançado. Além da representação digital por meio do software de tecnologia BIM, o Revit, foi possível compreender os aspectos modernistas da residência, como a setorização funcional. Ficou evidente a importância da tecnologia na preservação do patrimônio, mas reconhecesse que alguns recursos não foram explorados como a fotogrametria e o laser scanner. Por fim, o trabalho contribui com a salvaguarda do patrimônio local, pois disponibiliza o artefato em meio digital para o curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) e pesquisadores que tenham interesse pela arquitetura modernista de Natal.

**Palavras-Chave:** BIM. HBIM. Arquitetura.

## O NOVO ALVISSAREIRO PARA NATAL: UM SOBREVOO EM SEU SÍTIO HISTÓRICO

### **Autor(es):**

*Tuany de Oliveira Marques Tiburcio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*  
*Haroldo Maranhão Bezerra Cabral de Britto: Docente do UNI-RN*  
*Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Segundo Luiz da Câmara Cascudo, na década de 1862 um alvissareiro observava a cidade, morros, praias, rio e mar da torre de Matriz para erguer uma bandeira sempre que avistasse navio. Nesse contexto, o vídeo apresenta um sobrevoo de parte do sítio histórico tombado da Ribeira – bairro este situado em Natal/ RN – por meio de um “novo” alvissareiro. Com o uso de novas tecnologias foi possível com um drone demonstrar edificações de significativo valor histórico e cultural e, ainda, ressaltar aspectos urbanos visando contribuir em análises arquitetônica e urbanística e identificar problemáticas na localidade, como por exemplo, a ausência da preservação e da conservação de imóveis construídos na primeira metade do século XX. Cabe ressaltar sobre sua contribuição para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares a serem solicitadas no decorrer do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

**(Proposta do roteiro)** O vídeo encontra-se dividido em duas partes. A primeira aborda aspectos direcionados à infraestrutura e à morfologia urbana (uso e ocupação do solo e gabarito) do bairro, evidenciando a complexidade de determinadas vias, como a Avenida Tavares de Lira e a Rua Chile. A segunda ressalta a importância da valorização e da manutenção de sítios históricos, bem como das edificações que os compõem. A tentativa de demonstrar esse valor patrimonial decorre por meio de exercícios de práticas projetuais em imóvel descaracterizado que se situa na Rua Câmara Cascudo.

**(Efeitos esperados)** A Ribeira é popularmente conhecida pelo seu conjunto de edifícios e espaços urbanos com valor histórico, mas nos dias atuais a área se encontra em um processo constante de “decadência” e de subutilização das edificações e da infraestrutura, mesmo em face as tentativas de requalificação por parte de entidades públicas e privadas. Portanto, o vídeo propõe utilizar as novas tecnologias para contribuir com o modo de planejar ações em sítios históricos, estimular a valorização do seu patrimônio e como se deve gerir e executar projetos direcionados para requalificação do bairro de forma mais rápida, sustentável e eficiente.

**OLHAR ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SÍTIOS HISTÓRICOS, COM BASE NO BAIRRO DA RIBEIRA (NATAL/ RN)**

**Autor(es):**

*Tuany de Oliveira Marques Tiburcio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Ana Beatriz Silva de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As primeiras ocupações de Natal, capital do Rio Grande do Norte, se iniciaram no entorno da Ribeira, se expandido para sua localidade e em direção ao atual centro, a Cidade Alta. Historicamente, o bairro da Ribeira concentrou comércios e serviços, bem como, os terminais rodoviário, ferroviário e portuário do Estado, o qual contribuiu para o trânsito de pessoas e o transporte de mercadorias para a capital. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as ocupações se deram, principalmente, na primeira metade do século XX e retratam parte da história social, econômica, política e urbana da capital. Atualmente, a malha urbana colonial mescla-se por conjuntos arquitetônicos de diversos momentos históricos, com a presença de arquitetura civil colonial e barroca, edifícios ecléticos e modernistas. Em 2010, o IPHAN tombou o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natal, que engloba parte do bairro.

**(Metodologia)** Para atingir tal objetivo, levantou-se e analisou-se problemáticas de infraestrutura e serviços urbanos de determinada fração do sítio histórico do bairro. Como também, inventariou-se as edificações de valores históricos e culturais, com base em informações disponibilizadas pelo IPHAN e pela percepção dos moradores/ usuários da localidade através da aplicação de questionários. Complementou-se a pesquisa com o diagnóstico urbanístico da área em relação aos aspectos da morfologia urbana, do conforto ambiental e paisagístico, através da elaboração e análise das transformações do traçado e da mobilidade urbana, do uso e da ocupação do solo, do gabarito das edificações, da paisagem urbana, da caracterização de variantes ambientais, térmicas e sonoras da área.

**(Resultados)** Assim, o estudo favoreceu para apreender sobre as circunstâncias e as problemáticas inseridas em sítios históricos, como ausência e/ou reduzidas ações do Estado para preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural; e, do reconhecimento dos usuários e moradores do valor e importância da área por representar a sua historicidade.

**(Conclusão)** Tais pesquisas contribuíram para que as autoras iniciassem suas primeiras reflexões sobre o modo de elaborar projetos arquitetônicos e urbanísticos em sítios históricos; e também como planejar ações de requalificação dessas áreas. Esse trabalho resulta um conjunto de atividades integradas desenvolvidas pelos componentes curriculares do sétimo período do Curso de Arquitetura e Urbanismo, do UNI-RN.

**Palavras-Chave:** Patrimônio histórico e cultural. Morfologia urbana. Paisagem urbana. Conforto ambiental. Atividades interdisciplinares.

**PLANO DIRETOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: PLANEJAMENTO URBANO DENTRO DAS IES.**

**Autor(es):**

*Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*camila maria lyra tavares barbosa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Isabelle Teodósio Marques: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Jaylane Chacon Ferreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*  
*André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como assunto o plano diretor nas instituições de ensino superior, mais especificamente sobre o planejamento urbano dentro das IES. Para assegurar a preservação de espaços verdes e da construção interna de novas edificações no campus universitário foram estudadas e analisadas as instituições que possuem plano diretor de forma a manter a sua organização interna.

**(Metodologia)** A metodologia empregada foi do tipo método-exploratório, pois tendo em vista que foi necessário investigar, analisar e comparar o objeto de estudo. Utilizou-se, de um questionário anônimo aplicado por meio da internet: com docentes, discentes e demais servidores do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Onde dos questionários aplicados obteve-se 11 respostas, sendo 5 alunos do UNI-RN, 3 professores e 3 demais funcionários, os quais abordavam perguntas relacionadas ao plano diretor em instituições de ensino superior, em que se buscava saber o seu conhecimento nas IES, e a sua necessidade para o UNI-RN e eventuais sugestões.

**(Resultados)** O plano diretor é um documento regulamentador do planejamento e ordenamento do território de um dado município. Neste documento está definida a organização municipal do território, assim como, busca criar as bases para uma cidade inclusiva, equilibrada, sustentável, que promova qualidade de vida a todos os seus cidadãos, reduzindo os riscos do crescimento desenfreado e distribuindo de forma justa os custos e benefícios do urbanismo. Diante do conhecimento sobre instituições de ensino superior com plano diretor, como é acometido na UFRN e no IFRN, foi feita uma pesquisa com os usuários do campus do UNI-RN sobre a necessidade e importância de um plano diretor nas IES. Foi utilizado como objeto de pesquisa o campus universitário do UNI-RN e assim aplicado um questionário anônimo, sendo obtidas informações como o conhecimento de outras IES sobre plano diretor onde a maioria (63%) não conhece outras IES com plano diretor, e os que conheciam apenas citaram a UFRN, além da importância do campus ter um plano diretor cujo 90% concordam com a necessidade e a importância desse documento-base. Além de que, expressaram diversas sugestões para implementação desse documento, entre eles a regulamentação das áreas de estacionamento, sinalização na instituição, espaços de convivência, espaço de descanso, liberação para intervenções artísticas, espaços construídos pelos alunos para os alunos, fundamentação legal e principiológica de todas as ações do plano da instituição, obrigatoriedade do processo participativo, parceria com as articulações estudantis já existentes.

**(Conclusão)** Os principais objetivos desse trabalho, os quais foram questionar e propor um documento-base de orientação da política e desenvolvimento das IES foram cumpridos com êxito, uma vez que, foi propagado um formulário com perguntas sobre a necessidade e importância de um plano diretor nas IES e no UNI-RN. Essa pesquisa foi de grande importância para o aprofundamento desse tema que está atualmente em alta no estado do Rio Grande do Norte, porque permitiu conhecer melhor a necessidade desse documento-base, levando em consideração a qualidade de vida dos usuários e preservação do meio-ambiente, além de ter permitido desenvolver competências de comunicação da informação.

**Palavras-Chave:** Plano diretor. Instituições de Ensino Superior. Campus universitário. Planejamento urbano.

**PROJETO URBANO-ARQUITETÔNICO: CAIS POTENGI E CARNASAMBA WAREHOUSE**

**Autor(es):**

*Nadine Leite Peixoto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*

*Haroldo Maranhão Bezerra Cabral de Britto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho trata-se da elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos para o sítio histórico (SH) do bairro da Ribeira, situado em Natal/ RN. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 2010 a área é tombada e apresenta edificações da primeira metade do século XX, que se caracterizam por elementos arquitetônicos civil colonial, barroco, eclético e modernista, bem como, pela malha urbana colonial. Para exercitar a atuação do profissional Arquiteto e Urbanista em SH, a autora se utiliza da sua formação acadêmica para realizar práticas projetuais direcionadas a conservar, preservar e requalificar elementos arquitetônicos-urbanísticos históricos e culturais.

**(Metodologia)** Complementou-se como exercício metodológico a manutenção de áreas que remetem a memória da cidade e a seleção de possíveis localidades a serem demolidas e/ou reformadas por se encontrarem descaracterizadas. Realizou-se, também, pesquisas de campo no SH da região de Old San Juan – em Porto Rico –, que colaboraram para a definição do programa de necessidades e do partido arquitetônico-urbanístico.

**(Resultados)** No geral, a intervenção urbanística propõe ações de infraestrutura urbana, como: garantia da acessibilidade; ordenamento do sistema viário; manutenção da vegetação local e novas proposições de paisagismo; e, requalificação do Cais da Tavares de Lira. Nessa localidade, recomenda-se a reorganização do mercado de pescados e a delimitação de espaços para quiosques. Para a Rua Chile, projeta-se mobiliários urbanos e a delimita para uso exclusivo de pedestres e com acesso de veículos em horários determinados, cujo monitoramento ocorrerá através de balizadores. Para o projeto arquitetônico da edificação, nesta funcionará padaria e restaurante popular no decorrer do dia. Já, a noite será uma casa de show que se integrará com usos e ocupações do entorno, como a escola de samba Balanço do Morro; aos ensaios da Banda da Ribeira; e, ao corredor de arte urbana e de sombrinhas a ser recomendado para o Beco da Quarentena.

**(Conclusão)** Tais atividades foram fundamentais para a formação acadêmica e profissional por valorar o ato de projetar em localidades de valor histórico e cultural; e, ainda, por integrar através da interdisciplinaridade conhecimentos de diversas áreas em intervenções arquitetônicas-urbanísticas.

**Palavras-Chave:** Sítio histórico tombado; requalificação urbana; preservação; atividades interdisciplinares; Ribeira (Natal-RN).

## UM PROJETO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO PARA O BAIRRO DE PAJUÇARA

### **Autor(es):**

*Kasylla Leite de Aquino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Um centro comunitário é um edifício destinado a população de uma cidade para o desenvolvimento de atividade de lazer, culturais, sociais e educacionais. Assim, foi desenvolvida uma proposta arquitetônica na disciplina Fundamentos de Projeto arquitetônico de um Centro comunitário em Natal, no bairro de Pajuçara localizado na zona norte da cidade, em um terreno de área 6.502 m<sup>2</sup> (93mx70m) para o curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIRN. Além da proposta foi desenvolvido um estudo urbano em um raio de 250 metros ao redor do terreno escolhido na disciplina Fundamentos de Planejamento Urbano e Regional a fim de compreender o tecido urbano. A representação projetual, elaborada na segunda unidade, ocorreu no software Revit® que é ensinado no mesmo período na disciplina: Expressão Gráfica BIM. Em síntese, trata-se de um trabalho desenvolvido a partir da integração de três diferentes disciplinas. Nesse sentido, os aspectos abordados na pesquisa será de mostrar também como o arquiteto pode influenciar socialmente no bem-estar das pessoas. Logo, pretendemos demonstrar por meio da pesquisa uma solução projetual priorizando a funcionalidade de um centro comunitário de acordo com as análises encontradas que influenciará na concepção do projeto.

**(Metodologia)** Pesquisa de campo de natureza exploratória, adotando a técnica de observação sistemática com fotos, desenho metodológico e diários de campo, além de estudos de estudos de casos

**(Resultados)** No dia 12 de fevereiro de 2019, foi o dia da visita de campo que serviria para fazer as análises do entorno do terreno e de um raio de 250m do terreno com a intenção de compreender a região de Pajuçara com a perspectiva ambiental, urbana, social e visual. Em relação ao ambiental no raio de 250m e no entorno do terreno, a presença de hortas e vegetação nativa foi visível demonstrando ser uma região rural, devido o uso de hortas como renda familiar e contendo uma extensa área verde contribuindo para o conforto ambiental. Ademais, outros elementos nesse aspecto são a grande quantidade de lixo nas ruas que pode fortalecer doenças urbanas (presença de pragas e insetos) e naturalmente ocorre o aterro irregular do lixo favorecendo a contaminação do lençol freático. Na perspectiva urbana, há presença de ruas, calçadas, iluminação, sinalização, calçadas e saneamento. Assim, as ruas são largas e de barro fortalecendo a identidade rural, as calçadas são estreitas e irregulares, a iluminação é precária, o saneamento tem presença de esgoto a céu aberto e a sinalização não é suficiente, tendo em vista que no entorno do terreno não há marcos. No aspecto social, a identidade da comunidade é baseada pela ruralidade e as construções autônomas que contém precariedade e pouca verticalidade, também contendo economia local, com grandes quantidades de salões de beleza e lojas de construção, uma área que transmite insegurança devido a falta de iluminação e vazios urbanos. Logo, é uma região que transmite uma sensação de falta de receptividade (acessibilidade) e abandono pelo estado, presença de uma civilidade de baixa qualidade com poucas calçadas, sinalizações e uma desordem da organização do lixo.

**(Conclusão)** Diante disso, viu-se que um centro comunitário seria de grande impacto nessa comunidade sendo um marco, pois a presença dele seria para além de atividades de lazer, como também iria ter oficinas de reciclagem para melhorar a organização do lixo na comunidade e ampliando a identidade da região com uma horta comunitária sendo um local para feiras fortalecendo a economia local.

**Palavras-Chave:** Centro Comunitário; Comunidade; Arquitetura; Urbano;

**GRADUAÇÃO CONTABILIDADE**

**XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONIC 2019**

**EDUCAÇÃO 4.0**



## **SISTEMA ERP ATRAVÉS DE PLANILHAS, UMA FORMA SIMPLES DE GESTÃO.**

### **Autor(es):**

*Fernando Barbosa Neto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** ERP (Enterprise Resource Planning) é um software integrado de gestão empresarial que reúne numa única solução as informações gerenciais dos setores de uma empresa, tais como: Contabilidade, Finanças, Fiscal, RH, Suprimentos, Patrimônio e Vendas. O sistema ERP integra as atividades, automatiza processos, facilita a gestão empresarial e elimina a necessidade de vários programas e controles departamentais paralelos. A cada ano aumenta o número de empresas que passam a adotar sistemas de ERP em seus modelos de gestão empresarial, como reflexo à necessidade de modernização e acompanhamento das mudanças do mercado e concorrência cada vez mais agressiva

**(Metodologia)** Este artigo trata-se de um estudo de caso, Realizado na Dom Barbosa Barbechop. A Dom Barbosa é uma pequena barbearia localizada no bairro de ponta negra. A barbearia tem um fluxo médio de 20 a 25 pessoas por dia. Na intenção de melhor organizar a barbearia, esse estudo buscou desenvolver um sistema baseado em ERP inicialmente feito através de planilhas. A empresa Google tem investido bastante em suas planilhas. Hoje as Planilhas Google vem conquistando um espaço que a 6 anos atrás era apenas do Excel. As Planilhas Google tem Vantagens por serem online e por permitir que vários usuários possam fazer edições ao mesmo tempo. E tem sido uma Ferramenta bastante utilizada em pequenas empresas, onde o orçamento é baixo, para iniciar com um software de ERP

**(Resultados)** Essas planilhas tem como objetivo agendar clientes a serem atendidos, organizando-os por ordem de chegada, ou horários previamente marcados. A parte financeira consiste na soma dos serviços prestados a cada usuários externo, divisão dos lucros e custos entre os sócios e barbeiros.. E a parte de RH conta com um Banco de dados com as informações dos barbeiros parceiros. O sistema tem tornado mais prático a gestão, facilitando o atendimento, deixando os sócios mais livres para executarem outras tarefas. Apesar da simplicidade o sistema cumpriu com o intuito pelo qual foi criado. Daqui há três meses mais duas barbearias passarão a usar o sistema via planilha google.

**(Conclusão)** Após três meses de uso de um sistema ERP básico, os sócios proprietários da barbearia, estudam a implementação de um software profissional. A facilidade de organização oferecida pela tecnologia vem atraindo pequenos investidores a um salto maior nos seus investimentos.

**Palavras-Chave:** ERP. TI. Contabilidade . Planilhas google



**TRANSPARÊNCIA, UM PRINCÍPIO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUA IMPORTÂNCIA EM SER APLICADO NAS EMPRESAS.**

**Autor(es):**

*Myrlena Karla de Oliveira : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN  
Micarla Germano Cassimiro de Oliveira : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN  
Mayara Barbosa Venâncio: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Elys Costa de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a governança corporativa sendo um tema em alta, as empresas cada vez mais estão se adequando as exigências do mercado, espera-se que em breve seja uma prática comum de se encontrar em grandes e pequenas empresas e que as empresas enxerguem além de uma exigência, mas sim, como um princípio fundamental a ser seguido, onde seus colaboradores tenham conhecimento e compromisso em transmitir em seus relatórios informações transparentes. Explanar os processos que são necessários em uma empresa, para o estímulo e cumprimento do princípio da transparência na Governança Corporativa, alertando para a importância do envio de informações (relatórios trimestrais de consolidação das demonstrações contábeis bem como as revisões de auditoria), e, posteriormente disponibilizando essas informações para os Stakeholders. A transparência é um dos princípios básicos da governança corporativa e ambas em conjunto vêm evoluindo. As divulgações das informações através dos relatórios administrativos devem ser tanto as informações positivas, quanto as informações negativas, passando para os stakeholders informações fidedignas.

**(Metodologia)** A partir de pesquisas feitas através de referências bibliográficas, percebe-se que o tema transparência nas organizações está crescendo cada vez mais, as empresas não mais olham apenas para o lucro, mas a imagem da empresa é de grande importância. Esse crescimento se justifica pela quantidade dos escândalos de fraudes que foram divulgadas na mídia nos últimos anos, dessa forma, o estudo de práticas de governança é extremamente importante, pois quanto mais fiel aos preceitos da Governança corporativa a empresa for, mais valor de mercado ela terá. Esse princípio está trazendo uma nova perspectiva, antes o que podia ser feito por exigência do mercado, hoje o desejo das empresas em divulgar suas informações, permitindo o acesso a todos que tiverem interesse ou até mesmo curiosidade em seus relatórios.

**(Resultados)** Ainda há muitas empresas, que não compreendem a importância na divulgação de informações transparentes e fidedignas, mas é importante para sua imagem ter esse compromisso com os seus usuários. O índice de fraudes diminuiria consideravelmente, se todos vissem essa prática como objetivo da própria empresa. O princípio da transparência não se limita somente ao fornecimento de informações financeiras e fiscais, mas também a figura ética, o compromisso da empresa com a comunidade em que ela atua, agregando cada vez mais valor as empresas que tratam essa responsabilidade com compromisso.

**(Conclusão)** Como conclusão, após está pesquisa sobre governança corporativa, seus princípios e as recomendações de boas práticas corporativas não são suficientes para garantir os direitos dos stakeholders, por isso as empresas ainda não se sentem no dever de cumprir tais princípios, sobre tudo as empresas que não são de capital aberto.

**Palavras-Chave:** Transparência. Governança Corporativa. Princípios.Stakeholders. informações fidedignas.

## A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

### **Autor(es):**

*Alice Nunes Soares: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maurício Horiuti Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*José Ademerson Araújo de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Juliana Rodrigues Holanda: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Matheus Henrique Alves de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roseanne Azevedo de Albuquerque: Docente do UNI-RN*  
*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Abordaremos diversos estudos à cerca da atual situação econômica norte-rio-grandense, com base em todos os seus recursos, dentre eles suas características físicas, comércio, indústria, serviços, educação, saúde, segurança e afins. Com isso iremos entender a real funcionalidade econômica. Nas características físicas, como o próprio nome já diz, abordaremos as principais características do Estado, analisando desde seu território, passando por sua população, cidades e até mesmo o seu clima e solo. Logo após, analisaremos seu comércio, entendendo melhor sobre o comércio varejista e atacadista, destacando seus principais índices de vendas. Já na indústria, abordaremos suas principais atividades, e produtos utilizados. Em serviços, que representa cerca de 70% do PIB potiguar, citaremos que o turismo contribui por grande parte dos serviços na alta estação. Na educação, retrataremos que se encontra em uma situação precária, e seu índice de alfabetização é um dos mais baixos em relação a outros estados do nordeste.

**(Metodologia)** Para realização desta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica em sites e revista científica de renome que tratam da economia do Rio Grande do Norte.

**(Resultados)** O estudo permitiu identificar a extensão territorial do estado: 52.810,699, Além de Natal (Capital), suas principais cidades são Mossoró, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará Mirim, Caicó e Açú. O Produto Interno Bruto (PIB): serviços (70,9%), indústria (24%) e agropecuária (5,1%), população estimada: 3,5 milhões de habitantes. Na educação contamos que atualmente, a rede estadual de ensino atende a 220 mil alunos, com 15 mil professores, em 609 escolas que oferecem do sexto ao nono ano (fundamental 2) e as três séries do ensino médio, além da educação para jovens e adultos (EJA), e o recente projeto de alfabetização para homens e mulheres do campo. Em saúde podemos verificar que atualmente o RN conta com 53 Hospitais e cerca de 317 Unidade Básica de Saúde (UBS) distribuídas em todo o território potiguar. Embora existam alguns hospitais espalhados pelo estado, o maior dele é o Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel, que se encontra localizado na capital do estado, a cidade Natal, o mesmo tem sob sua administração o Governo de Estado e conta também com um pronto socorro denominado de Dr. Clóvis Sarinho. Inaugurado no ano de 1971, o próprio possui a maior estrutura hospitalar geral pública norte-rio-grandense, assim recebendo pacientes de todo o estado.

**(Conclusão)** Após a pesquisa feita acerca da economia do Rio Grande do Norte, concluímos que existem diversos tópicos que atingem a mesma. Embora seja um estado rico quando tratamos de cultura, turismo, agropecuária, solo, clima, e alguns outros aspectos físicos, constatamos que ele é pouco desenvolvido quando analisamos recursos capitais próprios, como indústria. Outro ponto bastante encolhido são os aspectos primordiais, para os cidadãos, como educação, saúde, e segurança, que se encontra em situação de decadência, por falta de recursos e má administração do estado.

**Palavras-Chave:** Economia no RN. Características físicas. Saúde.

## A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA ERP PARA CIA BORRACHAS LTDA.

### **Autor(es):**

*Fabrcia Maria da Silva Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Lucas Henrique Guerra Barbosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Débora Lígia de Araújo Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Arthur Magno Silva Dumaresq: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A empresa CIA BORRACHAS Ltda., atuante no município de Natal/RN que possui atividade de montagem de peças emborrachadas para carros e motos, detém uma alta demanda tanto de fornecedores quanto de clientes. O objetivo do sistema ERP é solucionar os problemas integrando o planejamento, o gerenciamento e o uso de todos os recursos da empresa como processos de transações e outras atividades rotineiras de todas as áreas funcionais da empresa.

**(Metodologia)** O estudo de caso foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo e entrevista com um dos representantes da empresa, onde coletou-se dados para apontar os principais defeitos e como o sistema ERP poderia solucioná-los.

**(Resultados)** A Companhia apresenta problemas de comunicação entre matriz e filial, com o estoque e o vendedor, clientes e fornecedores. Abaixo segue os problemas detalhados e como esse sistemas ajudaria no dia-a-dia da empresa. O relacionamento e comunicação com os fornecedores dentro e fora do estado, além de distribuidores que comercializam via internet, recebendo críticas pela demora da entrega poderiam ser evitadas com o sistema pois a empresa conseguiria repassar de forma correta sua demanda aos fornecedores e distribuidores evitando dificuldade de comunicação, possibilitando um fluxo de informações único, contínuo e consistente. A avaliação de opções de peças e atendimento do cliente é importante para a empresa saber como está seu desempenho no mercado. Esse fato não é obtido e o software consegue obter o retorno do cliente, assim como consegue passar informações corretas e com segurança, sejam eles por meio online ou presencial. O vendedor acaba se perdendo com vendas online e presenciais, correndo o risco de deixar de atender bem algum cliente, além de na hora que for verificar o estoque ocorrer de não encontrar o produto solicitado por não existir um controle de estoque adequado. Utilizando o sistema o vendedor terá mais confiança na hora de procurar um produto e consequentemente atender melhor os clientes, alimentando corretamente o sistema e assim o estoque apresentará a real quantidade de produtos disponíveis. A comunicação entre matriz e filial é falha na prestação de informações, quanto custa os produtos ou prazo de término de um serviço. Seria facilmente evitado com a unificação dessas informações, apresentando informações fidedignas e seguras e assim serem repassadas a terceiros interessados.

**(Conclusão)** Isto posto, fica evidenciado que a companhia apresenta problemas a serem elucidadas por meio do sistema ERP. Trazendo soluções para seus estoques tanto de matéria-prima, para a produção, quanto para os produtos acabados, para vendas, da real quantidade de objetos que a empresa tem, o que torna a rotina do vendedor menos agitada, sabendo exatamente como resolver o problema o cliente, e assim o cliente dar um feedback atual e concreto das atividades da empresa.

**Palavras-Chave:** Controle de estoque. Gerenciamento. Relacionamento entre cliente, empresa e fornecedor.

## A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA SCM EM HOSPITAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS ATRAVÉS DO MEDPLUS

### **Autor(es):**

*Silas Jonatan Menezes do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jaderson Elson Ferreira Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Marcos Gabryel Lourenço de Souza Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Everson dos Santos Gomes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*  
*Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*  
*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O SCM é um sistema relacionado à integração dos processos de negócios desde o usuário final até os fornecedores primários que providenciam produtos, serviços e informações, adicionando valor ao negócio na perspectiva dos clientes e stakeholders. Como o sistema SCM resolveria a indisponibilidade de produtos ou remédios essenciais para os pacientes? A partir de sua integração será possível estabelecer estratégias que são mais viáveis para suprir a necessidade de atendimento ao cliente, tendo como objetivo principal, a eficiência de processos em cadeia, sincronização no fluxo da demanda e como resultado, a possibilidade de maior competitividade e alto nível de sinergia na distribuição de produtos ou serviços.

**(Metodologia)** Os métodos executados para o desenvolvimento deste artigo foram a pesquisa bibliográfica, já que para a coleta de dados foram utilizados artigos científicos, livros e pesquisas virtuais; sendo ainda classificada como descritiva uma vez que foi explicitada a forma como funcionaria o sistema e as maneiras de introduzir a aplicação do Medplus (SCM), em hospitais públicos ou privados.

**(Resultados)** A integração das informações entre fornecedor (farmácias) e o hospital dar-se-á por meio de convênio formal e legal, no qual as farmácias disponibilizam as informações e cadastros de produtos para o banco de dados do hospital e em contrapartida os médicos podem requisitar remédios disponíveis de acordo com a demanda. Dessa forma, o hospital disponibilizará os suprimentos para seus pacientes com auxílio do fornecimento interno e externo sem deixar de oferecer os medicamentos. Uma ferramenta do sistema de gestão dos recursos que sanaria a ausência de medicamentos seria uma Inteligência artificial parametrizada, que emitirá um alerta quando o estoque mínimo vier a atingir seu nível de reserva e funcionaria com uma caixa de diálogo disponibilizada tanto para a farmácia interna do hospital como para farmácias externas que em comum acordo poderão vir a aceitar a parceria. Mais uma função do MedPlus seria a divulgação de promoções e preços mais baixos de acordo com a

**(Conclusão)** Diante do exposto, infere-se que a implantação do SCM através do módulo MedPlus em hospitais públicos e privados possibilitará mais facilidade na busca de informações sobre serviços específicos e venda de medicamentos, por meio do sistema, pelo paciente; também proporcionará aos hospitais e às farmácias, maior interação com o consumidor no propósito de disponibilizar produtos e serviços com maior variedade e longe da escassez criando um ambiente mais competitivo. Atualmente a sociedade sente a necessidade de praticidade, sinergia e avanço da tecnologia digital na prestação de serviços ofertados, com o MedPlus será possível concretizar o suprimento das necessidades básicas e galgar novos passos rumo à inovação.

**Palavras-Chave:** SCM, Medplus, sinergia

## ANÁLISE DE CUSTOS DA EMPRESA A & EER SALGADOS

### **Autor(es):**

*Jefferson Marinho Nascimento de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Adler Dean de Sena Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise de custo-volume-lucro (CVL) é uma ferramenta poderosa que concentra em verificar como os lucros são afetados por cinco fatores: preço de venda; volume de vendas; custos variáveis por unidade; total de custos fixos; mix de produtos vendidos. Desenvolvida pelo método de custeio variável, pois é o processo de apuração dos custos que exclui os custos fixos, onde são apropriados como custo de fabricação os gastos variáveis diretos ou indiretos. A análise permite uma visão mais aprofundada no planejamento, controle e desenvolvimento das diversas operações da empresa, dando-as informações como a margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e grau de alavancagem. Sendo assim, este trabalho visa demonstrar a margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e o grau de alavancagem que um determinado produto representa no processo de produção e desenvolvimento da empresa.

**(Metodologia)** A fábrica A & EER salgados é registrada como microempresa, existe desde 1996, pois somente foi registrada em 2006. Localizada na rua Rio Jundiá – nº58, funcionando de 5:00 as 8:30 e das 14:00 as 16:00, a A & EER salgados tem o porte de uma ME e seu faturamento anual chega a mais de R\$300.000,00. O tipo de salgado mais fabricado e vendido pela empresa é a fraldinha. Para a realização deste trabalho, foi desenvolvido um estudo de caso prático e real cujo o universo é a A & EER salgados, onde foi feito um levantamento de dados do tipo qualitativo.

**(Resultados)** O preço do salgado é único, custa R\$ 1,25 a unidade. Os salgados produzidos para venda são: coxinha, fraldinha, pastel frito, pastel de forno e mini pizza. A fábrica produz em média 35.000,00 salgados por mês, e tem como custo fabril de 26.962,49. A fraldinha representa 30% do total produzido. Deve-se levar em consideração que os dados informados são estimativos e verídicos, pois foram fornecidos pelos proprietários da fábrica. Margem de contribuição:  $1,25 - 0,81 = 0,44$  Para achar o valor da margem de contribuição foi pego o valor de venda do salgado e subtraído os gastos variáveis unitários, e assim foi encontrado o valor da margem de contribuição unitária. Ponto de equilíbrio:  $900,00 + 1.470,00 = 5.386,36$  und. Para achar o ponto de equilíbrio foi somado o valor da dos gastos fixos da fábrica e dividido pela margem de contribuição. Margem de segurança:  $10.640,00 - 5.386,36 = 5.253,64$  und. Para encontrar a margem de segurança foi subtraído o valor encontrado no ponto de equilíbrio, da quantidade fabricada no mês. Grau de alavancagem:  $0,44 \times 10.640 / (1,25 \times 10.640) - (0,81 \times 10.640) - 2.507,49 = 0,73$  Para achar o grau de alavancagem foi multiplicado a margem de contribuição pela quantidade produzida de fraldinhas no mês e dividido pela receita total de vendas, menos o custo fabril mensal e multiplicado por 30% que é o valor que é a porcentagem representante das fraldinhas

**(Conclusão)** Conclui-se que a fraldinha tem uma margem de contribuição unitária de 0,44 centavos para contribuir com a despesa dos gastos fixos, seu ponto de equilíbrio é de 5.386,36 unidades para cobrir a despesa com os gastos fixos, sendo 50,62% do total de fraldinhas. A margem de segurança é de 5,253,64 unidades representando 49,38% das fraldinhas produzidas. O grau de alavancagem é de 0,73 mostrando um menor risco, porém, um menor retorno.

**Palavras-Chave:** Margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança, grau de alavancagem.

## **ANALISE DE CUSTOS DA EMPRESA FORMATUS MARCENARIA – MÓVEIS PLANEJADOS**

### **Autor(es):**

*Manoella Rabelo de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Luiza Maximino Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para uma empresa ter resultados consideravelmente bons para a sua vida fiscal, é necessário possuir um entendimento gerencial e analítica de sua situação fiscal. O presente trabalho trás para o leitor informações para tomada de decisão interna na empresa, focando principalmente no ponto de equilíbrio financeiro que serve para saber quanto ele deve vender em unidades para poder cobrir seus gastos e a sua depreciação, o ponto de equilíbrio econômico serve para a empresa ter uma base em quanto ela deve vender em unidades para poder alcançar ao objetivo da remuneração desejada, o ponto de equilíbrio Contábil serve para a empresa saber a quantidade de venda dos produtos para cobrir com todos seus custos e despesas, ou seja, possuir um resultado "0" e a sua margem de contribuição para poder realizar os respectivos cálculos.

**(Metodologia)** A empresa Formatus Marcenaria está situada em Natal/RN, exerce seu negócio de produção de móveis planejados para ambientes internos e está no mercado desde 2015. Para a realização da pesquisa foi elaborado uma pesquisa bibliográfica e um questionário aplicado com a gerência do negócio para colher informações de preço de venda, quantidade vendida, custos para a fabricação, custo de produtos, e despesas fixas e variáveis. Para ser feito o calculo e as análises utilizamos as formulas de Ponto de Equilíbrio Contábil, Ponto de Equilíbrio Econômico, Ponto de Equilíbrio Financeiro e Margem de Contribuição Unitária. E os dados financeiro da empresa são os seguintes: Custos Variáveis R\$ 3.835,50 unidades, despesa Variável R\$ 2.245,00 total, despesa Fixa R\$ 307,50, quantidade produzida 10 unidades, valor de venda– R\$ 4.740,00 e o Lucro desejado de R\$ 5.000,00.

**(Resultados)** Com base nos dados apresentados acima, concluímos que para o empreendedor possuir nem lucro nem prejuízo - arcar com todos os seus gastos e compra de todo material de sua produção, ele deve vender 0,3% (ponto de equilíbrio contábil), caso a empresa deseja atingir um lucro de R\$ 5.000,00 ela deve vender 5,8 unidade (Ponto de equilíbrio Econômico), e a empresa não possui depreciação pois ela não tem maquinas fixas e o corte dos materiais são todos elaborados pelos fornecedores, quando é feito a compra do MDF o custo é incluído no material, dessa forma, economizamos na manutenção de maquinas e consumo e energia no custo de fabricação. Vale salientar que o ponto de equilíbrio financeiro será o mesmo do ponto de equilíbrio contábil, pelo fato de não possuir a depreciação.

**(Conclusão)** Com base nisto, concluímos que a empresa em questão possui uma boa margem de contribuição unitária e o seu ponto de equilíbrio econômico também é bom, pelo fato de que após a venda de 3 produtos ele já possui lucro total, ou seja, sua base media de vendas mensal é de 10 unidades, então, 7 unidades na sua venda já é considerado lucro para a empresa.

**Palavras-Chave:** Contabilidade de custos; Margem de Contribuição; Ponto de Equilíbrio.

## ANÁLISE DE CUSTOS: PATRÍCIA DOCES

### **Autor(es):**

*Amanda de Lima Damasceno: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Gabriella do Nascimento Reis: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho consiste em proceder a análise de custos de um determinado negócio como, o qual escolhido foi, a Patrícia Doces. Que atua comercialmente por autonomia no ramo alimentício e com marketing de boca a boca na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Sendo fundamental realizar essa verificação dos custos para qualquer gestor de uma empresa já que poderá efetuar um melhor controle de gastos, direcionando com mais precisão os recursos e reduzindo (ou cortando) suas despesas. Sua importância para fornecer as informações necessárias a respeito da rentabilidade da empresa e do desempenho das atividades desenvolvidas dentro dela. Essa análise também ajuda no planejamento, controle e desenvolvimento das diversas operações da empresa.

**(Metodologia)** A pesquisa trata-se de um estudo de caso prático/real de vendas de doces pela Patrícia, cujo nome fantasia do seu negócio é Patrícia Doces. A coleta dos dados realizou-se através de contato telefônico e troca de mensagens com a própria doceira em março de 2019, em que forneceu todos os itens utilizados com cada valores e quantidades em seus preparos. Identificando cada ingrediente e os utensílios usados por ela. Em seguida, seus valores correspondentes para obter os custos unitários respectivos e suas classificações, e inclusive, as despesas.

**(Resultados)** A análise dos resultados foi feita mediante comparação dessa apuração. Em que os resultados das análises foram apurados através do custo de cada serviço. Com isso, foram analisados cada produto para atingir os itens determinados para a pesquisa. Pôde-se analisar que para a empresa obter o lucro positivo, necessita que tenha uma melhoria na sua gestão de custos. Através das informações da margem de contribuição unitária e o ponto de equilíbrio, ou para fins de planejamento futuro mediante o grau de alavancagem operacional.

**(Conclusão)** Conclui-se dos resultados obtidos, que recomenda-se a produção de Doces ter uma condição de melhoria em seu processo, para assim sua gestão de custo ter resultados positivos. Ter o valor do preço de venda aumentado é uma saída, mas isso não poderá ser feito se o preço reajustado deixar de proporcionar competitividade frente aos concorrentes. Pois, ainda não está obtendo uma classificação totalmente positiva para o crescimento da empresa.

**Palavras-Chave:** Análise de custos. Patrícia Doces. Resultados.

## ANÁLISE DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CASA DO BOLO

### **Autor(es):**

*Carlos André Pereira Coutinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jean de Lima Jacinto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Saulo Regis de Medeiros Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo tem como propósito analisar informações necessárias a respeito da rentabilidade e do desempenho dos dois produtos mais vendidos na Casa do Bolo, o Pão de Queijo e o Bolo da Moça. Desta forma, a questão que motiva este estudo é: apresentar o funcionamento e aplicação da gestão de custeio e suas divisões dentro da empresa, estarão expostos resultados como: Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio, Margem de Segurança e Grau de Alavancagem Operacional. Como maneira de resolver as questões propostas, foi realizado os cálculos a partir de informações disponibilizadas diretamente pela empresa. Abordamos esse tema, com intenção de analisar mais profundamente os graus de impacto de ambos os produtos na organização.

**(Metodologia)** A opção metodológica para a condução da pesquisa foi de natureza descritiva, realizada por meio de dados obtidos por um empresário dono de uma das filiais da Casa do Bolo. Os dados foram extraídos do total de vendas do mês de agosto de 2019 e rateados pela porcentagem de faturamento associada aos dois principais produtos da filial que são: pão de queijo e bolo da moça. A partir dos dados obtidos, foi feita uma separação entre custos fixos e variáveis e, a partir daí, foram calculados a receita bruta de vendas, margem de contribuição e o lucro líquido. Sequencialmente, foram determinados e examinados a margem de segurança, o ponto de equilíbrio e o grau de alavancagem operacional.

**(Resultados)** Os resultados demonstram uma quantidade de vendas bastante satisfatório que comprovam uma situação saudável da empresa. A quantidade de vendas calculadas no ponto de equilíbrio foi de 148 unidades enquanto que a quantidade de vendas realizadas em agosto de 2019 pela Casa do Bolo foi de 242 unidades. Assim, comprova-se uma diferença positiva de 94 unidades para a margem de segurança e ratifica o resultado positivo tanto no lucro da empresa quanto no grau de alavancagem operacional.

**(Conclusão)** Conclui-se que, a partir da análise de custos realizada, é notório o bom rendimento das vendas nessa filial da casa do bolo e torna evidente tanto o lucro obtido pelo empresário, mas também a viabilidade das vendas de tais produtos, comprovando a importância do estudo.

**Palavras-Chave:** Margem de Contribuição. Ponto de Equilíbrio. Margem de Segurança. Grau de Alavancagem Operacional.



## APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### **Autor(es):**

*Adrian Lucas Andrade Barbalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Cristiano da Silva Jerônimo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema específico deste trabalho, tem como base analisar o melhor investimento – visto que na realidade econômica, o sucesso empresarial passa necessariamente pela dinâmica do mercado financeiro. De fato, o problema da pesquisa é: qual o melhor tipo de investimento a ser aplicado e qual a sua importância? Buscamos através de artigos e sites contábeis, com o intuito de conhecer bons métodos e práticas de gestão de finanças, no qual, passa a administrar melhor suas finanças e melhorar consideravelmente sua qualidade de vida e suas decisões financeiras.

**(Metodologia)** Com relação à tipologia, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso descritivo e qualitativo. Para tanto, com vistas à sua aplicação no exercício profissional da profissão, foram apresentadas as principais alternativas de investimento em rendas fixas e variáveis no mercado financeiro para pessoas físicas, tendo em vista que o estudo teve como propósito e finalidade, analisar a melhor forma de investimento para pessoas físicas.

**(Resultados)** Após uma análise referente às aplicações financeiras, concluímos que o certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações de renda fixa, é de suma importância para as entidades, trazendo resultados necessários baseados em suas características, haja vista que para investimento de renda fixa, o investidor saberá antecipadamente sua remuneração no período, quanto ao CDB, os valores recebidos podem ser usados para financiar qualquer atividade de crédito do banco, por ser a instituição livre para aplicar os recursos como desejar.

**(Conclusão)** No geral, a aplicação de renda fixa, serve especificamente para o investidor avaliar sua rentabilidade, liquidez e grau de risco. Ao aplicar na renda fixa, ou seja, o investidor sabe antecipadamente, qual será sua remuneração no período. Nesse caso, a rentabilidade pode ser pós-fixada ou pré-fixada. Porém, vale salientar que, no investimento em renda variável, o investidor não tem condições de dimensionar o retorno no momento da aplicação, e em função dessa incerteza, o grau de risco é maior, por isso é muito importante o investidor descobrir seu perfil para traçar sua estratégia de aplicação. No entanto, os objetivos que levam ao investimento, destacam-se a remuneração e manutenção do capital, atualização monetária e preservação do patrimônio, ou seja, à medida que cresce o nível de poupança, maior é a disponibilidade para investir, pois todo dinheiro não consumido pode ser convertido em investimentos.

**Palavras-Chave:** Aplicações Financeiras. Investimento. Finanças. Entidades. Rentabilidade.

## ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

### **Autor(es):**

*Amanda de Lima Damasceno: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Gabriella do Nascimento Reis: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Crislani Ferreira de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O bom funcionamento da economia depende da capacidade das empresas de investirem em modernização de equipamentos e maquinários para aumentar a capacidade produtiva. Para investir, as empresas dependem do acesso à linhas de crédito flexíveis, modernas e de longo prazo. Uma à qual os empresários têm recorrido cada vez mais nos últimos anos é o arrendamento mercantil, também conhecido pela nomenclatura em inglês, leasing, é uma operação realizada entre duas partes, arrendador e arrendatário, mediante um contrato no qual o proprietário do bem (arrendador) cede a posse e o usufruto deste bem a um agente (arrendatário), por um determinado período de tempo. O arrendamento mercantil financeiro é essencialmente uma ferramenta lucrativa para empresas que queiram adquirir bens de capital para desenvolver o seu patrimônio?

**(Metodologia)** A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo bibliográfico descritivo. A aplicação da pesquisa bibliográfica consistiu nas técnicas de coleta de dados de levantamento de material bibliográfico (artigos, livros, dissertações e teses) e pesquisa documental (normas, procedimentos e legislação vigente).

**(Resultados)** Trabalhando com a comparação entre a compra à vista e a opção do Leasing, chegamos ao seguinte resultado, na compra à vista com VPL= \$ 42.103,00, enquanto no Leasing com VPL= \$ 38.820,00. Portanto, tornando mais vantajoso para a empresa é optar pelo Leasing. Para a compra à vista, a empresa necessita ter recursos disponíveis em caixa sendo o desembolso, normalmente, feito em 30 dias. Já no caso de optar por um contrato de Leasing, a empresa pode contar com receitas futuras para honrar obrigações, havendo a possibilidade de estruturar um fluxo de pagamentos de acordo com sua necessidade. No aspecto financeiro, a principal diferença decorre de que na compra à vista o equipamento é imobilizado pelo comprador, contabilizado no ativo permanente, enquanto que no Leasing ele permanece em nome do arrendador. Esse resultado se deve ao fato do leasing conservar o capital da empresa que contratou este serviço.

**(Conclusão)** Após apresentar os principais aspectos do leasing, é possível afirmar que o leasing é um instrumento importante para financiamento de médio e longo prazo, principalmente para empresas de médio e pequeno porte que possuem uma maior dificuldade em captar recursos para realizar investimentos. Visto que o pagamento das contraprestações são contabilizadas como despesa operacional e com isso o capital próprio da empresa fica livre para a realização de outros investimentos. O Leasing também beneficia diretamente os fornecedores, uma vez que facilita aquisição dos bens produzidos por estes e indiretamente o mercado de seguros já que o bem arrendado é a garantia da operação logo deve obrigatoriamente estar segurado. Portanto, tanto com expectativas de crescimento quanto diante de um cenário de incerteza econômica e política no Brasil e no mundo, as empresas, principalmente pequenas e médias empresas, buscam aumentar sua capacidade produtiva para ganhar mercado e atender à demanda, os gestores devem considerar o arrendamento mercantil como uma alternativa para a realização de investimentos de médio e longo prazo.

**Palavras-Chave:** Arrendamento, Mercantil, Financeiro, Investimento.

**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 ATIVO IMOBILIZADO**

**Autor(es):**

*Carlos André Pereira Coutinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Lucas Cabral de Paiva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jean de Lima Jacinto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema específico deste trabalho tem como base analisar o ativo imobilizado e o seu papel para continuidade operacional de diversas entidades. De fato o problema da pesquisa é: Como é feito o controle do ativo imobilizado e qual a sua importância? Buscamos através do CPC 27, artigos e sites contábeis, com intuito de mostrar de forma clara e objetiva os resultados obtidos durante a pesquisa e todas as fases do ativo imobilizado e sua importância para subsidiar as decisões de investidores que não possuem acesso direto à gestão da entidade, através da divulgação de informações sobre estado em movimentação de tais ativos. Ou seja, será apresentado durante a pesquisa passo a passo o controle feito do ativo imobilizado, além de falarmos qual a importância para as entidades.

**(Metodologia)** A pesquisa do Pronunciamento Técnico CPC 27- Ativo Imobilizado, foi desenvolvida por meio de um estudo bibliográfico descritivo. A aplicação desta pesquisa consistiu nas técnicas de coletas de dados de levantamento de material bibliográfico, através de artigos científicos e teses, e através da pesquisa documental, como CPC 27, que é o pronunciamento contábil com o objetivo de prescrever o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento de uma entidade em seus ativos imobilizados, bem como as mutações nesse investimento.

**(Resultados)** Após uma análise referente à norma do CPC 27, concluímos que as empresas são constituídas por seus bens e conjunto de resultados de suas atividades fins. Portanto, o Ativo Imobilizado é definido em um conjunto de bens materiais (Tangíveis) que requer manutenções das atividades para que haja um bom funcionamento da empresa (entidade). Para ser um ativo imobilizado, a empresa deve ter o controle do bem, assumir os riscos e ter o direito aos benefícios. O Ativo Imobilizado é um item indispensável para as operações das atividades da entidade, trazendo um controle eficaz das informações assertivas para a tomada da decisão. Esse controle transmite informações de forma segura e transparente para seus usuários.

**(Conclusão)** No geral, o Ativo Imobilizado serve especificamente para gerar renda para a entidade através de seus bens de natureza tangíveis, no entanto, o ativo imobilizado chega a fazer parte do ativo circulante, e em determinada situação vai gerando custos para a entidade através das manutenções necessárias para o seu funcionamento, porém vale salientar que, esse custo trás de alguma forma específica benefícios para a empresa (Entidade).

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Ativo Imobilizado, CPC 27, Entidades, Bens Tangíveis, Alocados ou Arrendados, Custo.

## DESCONTO DE DUPLICATAS E SEUS ASPECTOS CONTÁBEIS

### **Autor(es):**

*Manoella Rabelo de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Luiza Maximino Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O desconto de duplicatas de uma forma mais breve é uma antecipação de recebível e funciona da seguinte forma: a empresa transfere a propriedade das duplicatas ao banco, em contrapartida, a empresa recebe do banco o valor constante nas duplicatas menos os juros contados até seus vencimentos (das duplicatas). O banco por sua vez, receberá o valor total da duplicata do cliente da empresa. Porém, se no vencimento da duplicata não houver a sua liquidação (o banco não receber) a empresa deverá reembolsar o banco (ela é corresponsável) o valor total da duplicata descontada. Com base nisso, de que forma ocorre o desconto de duplicatas e como ocorre a sua contabilização?

**(Metodologia)** O presente estudo foi feito com base em livros e sites contábeis com o objetivo de identificar de qual forma o desconto de duplicatas exerce seu papel não só no âmbito contábil, mas também nas instituições financeiras.

**(Resultados)** Os valores de face das duplicatas descontadas, de acordo com os preceitos contábeis, devem ser registrados numa conta do passivo circulante, esta conta passiva recebe o nome de "duplicatas descontadas", tendo saldo credor. A conta "duplicatas descontadas" apresenta a seguinte função na operação de desconto: a) é creditada, pelo valor de face dos títulos, no momento em que é efetuada a operação de desconto e a instituição financeira faz o crédito em conta corrente da empresa; b) é debitada no momento da liquidação do título pelo devedor ou quando a instituição financeira leva a débito em conta corrente da empresa por falta de pagamento por parte do devedor. Os encargos financeiros debitados pela instituição financeira devem ser contabilizados como "encargos financeiros a transcorrer", já que se tratam de despesas antecipadas, sendo debitada por ocasião do desconto e creditadas no momento em que a despesa é incorrida, observando-se o Regime de Competência.

**(Conclusão)** Conclui-se que a principal vantagem do desconto de duplicata é justamente ser um meio que o empresário tem de adiantar seus recebíveis. Essa é a sua principal vantagem do capital de giro que possui muitas duplicatas para receber é uma forma de fazer com que entre recursos em seu empreendimento uma das principais vantagens do desconto de duplicata é você ter a possibilidade de receber antecipadamente pagamentos que apenas entrariam em caixa no futuro. Isso faz com que você tenha capital de giro para manutenção e necessidades atuais da empresa.

**Palavras-Chave:** Instituições Financeiras, Antecipação de Duplicatas, Capital de Giro.

## MÉTODO QUANTITATIVO DE ANÁLISE DE CUSTOS EM MICRO EMPRESA DO SETOR VAREJISTA.

### **Autor(es):**

*Fernando Augusto de Gois Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*rafael frança da rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Hericles Jonas Peixoto Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise de custo x volume x lucro é essencial para o planejamento de curto prazo pois é um instrumento utilizado para projetar o lucro que seria obtido a diferentes níveis possíveis de produção e vendas, bem como para analisar o impacto sobre o lucro em função de modificações no preço de venda, nos custos ou nos custos e venda. Diante da inegável importância econômica e social das micro empresas, a pesquisa tem por objetivo gerar informações gerenciais da empresa varejista de roupas de academia, a fim de ajudar nas tomadas de decisões e arrecadar maiores informações acerca dos volumes produzidos e seus respectivos lucros através da quantidade de unidade produzida para se chegar em um determinado ponto de equilíbrio e diminuir as chances de insucesso quando não se tem uma vertente concreta de informações fidedignas que possa ajudar a encontrar uma solução.

**(Metodologia)** Como meio de alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho se utilizou de pesquisa descritiva, foi realizado um estudo de caso na empresa LS CONFECÇÕES, empresa no ramo de confecções de roupas voltado ao público de academia, e levantou-se os custos da empresa sobre o único produto que é a confecção de calça legging para o público feminino, através de um questionário aplicado com a proprietária da empresa, foram coletadas as informações do mês de junho de 2019, a respeito da quantidade vendida, o preço de venda, seus custos variáveis e os custos fixos.

**(Resultados)** Como resultados, verificou-se que durante o tempo de levantamento de dados foram vendidas 300 unidades ao preço de R\$ 25,00, o que gerou uma receita no valor de R\$ 7.500,00. A margem de contribuição unitária encontrada foi de R\$ 20,27. Já o valor do ponto de equilíbrio contábil, chegou-se à quantidade de 39 unidades a serem vendidas para atingir um ponto onde a empresa pagaria seus gastos. O ponto de equilíbrio econômico, representando qual a quantidade de produtos a serem vendidos para se atingir o retorno esperado pelo empreendedor, mostra que para atingir tal ponto são necessárias 189 unidades a serem vendidas mensalmente. Nesse caso específico o valor do ponto de equilíbrio financeiro será igual ao ponto de equilíbrio contábil, pois não existe gastos não desembolsáveis na empresa. A margem de segurança obtida pela empresa foi de 261 unidades. Por fim o grau de alavancagem operacional para o presente mês foi de 1,15.

**(Conclusão)** Pode-se afirmar que o produto contribui para pagar os custos fixos e variáveis da empresa e ainda gerar lucro, observando o ponto de equilíbrio econômico nota-se que a empresa está gerando lucro e também trazendo o retorno financeiro esperado pela empresaria.

**Palavras-Chave:** Contabilidade. Custos. Análise.

**MÉTODO QUANTITATIVO DE ANÁLISE DE CUSTOS EM MICROEMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL**

**Autor(es):**

*Adrian Lucas Andrade Barbalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Lucas Cabral de Paiva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Cristiano da Silva Jerônimo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A importância das microempresas e empresas de pequeno porte para a economia do país pode ser observada nos números que elas representam. Conforme Sebrae (2006), correspondem a 99% do total das empresas do país, 28% do faturamento do setor privado, 20% do PIB brasileiro e 2% do valor das exportações brasileiras. Como cita (Leone, 1997, p. 19), a Contabilidade de custos se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação, de desempenho, de planejamento, de controle das operações e de tomada de decisões, ou seja, as informações necessárias para a análise de custos referente a cada produto produzido e vendido.

**(Metodologia)** O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica. Com relação à tipologia, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso descritivo e qualitativo.

**(Resultados)** Após uma análise da pesquisa, foram apresentados dados referente às unidades vendidas no mês de Agosto de 2019, quanto ao preço de venda, receita total das telhas, custo variável (unitário), custo variável total, custo fixo total, despesa fixa, receita bruta e lucro líquido; e quanto à margem de contribuição unitária, encontramos o valor representativo de R\$ 96,50 – é o valor que cada unidade do produto efetivamente traz a empresa, no caso do ponto de equilíbrio contábil, encontramos o valor representativo de 329,84, esse valor é a quantidade mínima que a empresa deverá vender a fim de igualar suas receitas e despesas; O valor da margem de segurança é de 3.990,16 – visto que representa o valor do qual as vendas podem cair antes de serem contabilizadas como prejuízo; O grau de alavancagem operacional corresponde a 6,20, onde o GAO irá medir o impacto provocado sobre o lucro operacional pelas variações ocorridas nas vendas dos produtos, serve para mensurar o aumento ou diminuição do lucro operacional pela variação do volume dos produtos vendidos. Portanto, conclui-se que o produto supracitado como referência o telhado, representa 80% (4.320,00 unidades) do faturamento do mês de Agosto.

**(Conclusão)** No geral, as microempresas e empresas de pequeno porte são de extrema importância para a economia do nosso país, representando quase a totalidade das empresas no Brasil. Com isso, de acordo com o método quantitativo da análise de custos, trouxemos dados da microempresa estudada, para fazer uma análise financeira, apresentando o produto que mais gera lucro à empresa e os principais dados financeiros, conforme apresentados nas tabelas.

**Palavras-Chave:** Método Quantitativo. Microempresa. Faturamento. Custo. Despesa. Resultado.

**GRADUAÇÃO DIREITO**

**XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONIC 2019**

**EDUCAÇÃO 4.0**



**"FEMINICÍDIO NO BRASIL: UM OLHAR PANORÂMICO SOBRE A HISTÓRIA JURÍDICA DA APLICAÇÃO PENAL E A EFERVESCÊNCIA DA IGUALDADE DE GÊNERO"**

**Autor(es):**

*Mariana Rose: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Camilla Cavalcanti : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Wannise de Santana Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema escolhido foi "Feminicídio no Brasil: um olhar panorâmico sobre a história jurídica da aplicação penal e a efervescência da igualdade de gênero", por ser uma temática tão relevante e constante ao momento atual pautado em consequências passadas. Buscamos por meio dessa pesquisa descortinar lacunas históricas existentes em um sistema jurídico por vários olhares sob a égide de referências que fortaleçam uma melhor compreensão de particularidades fundadas em tipificações históricas e culturais. Embasadas, a priori, no enquadramento teórico da jurista Silvia Pimentel, mulher e membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres conjuga-se sua rea propriedade acerca da epígrafe abordada.

**(Metodologia)** Torna-se importante ressaltar o uso da pesquisa científica em nosso limiar acadêmico, com aplicações a doutrinadores da área cujo finalidade é a contribuição de conhecer a fundo nosso tema e abordá-la de maneira categórica em pesquisas qualitativas, para demonstrar aquilo que é realidade a uma nação. Por fim, de acordo com os procedimentos para a coleta de informação, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, inclusive um destaque primordial a lei Maria da Penha e seu registro infeliz acerca de vítimas que tiveram sua vida ceifada pela falta de amparo jurisdicional.

**(Resultados)** No afã de produzir conhecimento acadêmico pelo viés da pesquisa explicativa, por fim relatar objetivos concisos, compreende-se o ideal de liberdade antes mesmo da aplicação de leis e a importância da luta feminista acerca da compreensão do Feminicídio no Brasil: um olhar panorâmico sobre a história jurídica da aplicação penal e a efervescência da igualdade de gênero. Reconhecendo a adoção de políticas públicas de conscientização cultural enquanto a igualdade de gênero, que frisam reduzir casos de assédio, abusos sexuais e crimes de cunho sexista, as leis atualmente ponderam a proteção acerca da mulher. Para esse fim, compreende-se o incentivo a investigações severas dos casos já ocorridos, sendo a investigação e julgamento imprescindíveis para a seguridade dos casos, fomentando resultados, porém não completos, pois não há, ainda, suficiência educacional que supra a necessidade do direito.

**(Conclusão)** Na conclusão, gostaríamos de relatar sob a égide da igualdade de gênero a disparidade acerca da aplicação penal, que atualmente vem sendo mitigada por outrem na busca da equidade, fato que historicamente não era pauta regular de discursos acometidos pelo poder, porém depreende-se vários deslizos e a ineficácia de instituições democráticas tais como a representatividade educacional que expande a não comunhão de leis no âmbito de ser arraigada. A violência contra as mulheres no Brasil é assunto público, pois as infames leis foram alteradas recentes a constituição de 1988, reconhecer que a violência não é um infortúnio pessoal, mas tem origem na constituição desigual dos lugares embasada, também, em uma relação de poder. O país tornou-se referência internacional com a Lei 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha, cujo diferencial é a forma de abordar o problema, propondo a criminalização e a aplicação de penas para os agressores, mas também medidas que são dirigidas às mulheres para a proteção de sua integridade física e de seus direitos, além das medidas de prevenção destinadas a modificar as relações entre homens e mulheres na sociedade.

**Palavras-Chave:** Leis. Mulher. Igualdade de Gênero. Educação. Lei Maria da Penha. Feminicídio.



**ATIVIDADE TURÍSTICA EM NATAL/RN: AS PERCEPÇÕES DOS TURISTAS, DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA E DOS MORADORES ACERCA DA ATUAÇÃO ESTATAL NA INFRAESTRUTURA GERAL DA CIDADE E DOS PONTOS VOLTADOS AO TURISMO.**

**Autor(es):**

*Beatriz Cunha de Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Izabel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Cinthyá Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rebeca Rodrigues Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nathalia Cristina Toledo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O turismo, contando principalmente com os espaços urbanos, passa a favorecer uma maior utilização de elementos essenciais tanto para a atividade turística quanto para os moradores natalenses, tendo como exemplos a infraestrutura de acesso, de hospedagem, de apoio à atividade turística, juntamente a serviços de lazer, segurança, entre outros. O Rio Grande do Norte tem o turismo como uma de suas principais atividades econômicas devido ao encanto natural de suas praias, montanhas e sertão, recebendo mais de 2 milhões de visitantes somente em 2014. Por conseguinte, a intenção desse trabalho de pesquisa é, além de ressaltar os feitos estaduais relativos a estrutura da cidade de Natal, compreender as impressões dos turistas, dos moradores natalenses e dos profissionais do turismo para com os cuidados referentes a infraestrutura da cidade que não se destaca apenas pelo conforto ao turista, mas também o favorecimento aos seus moradores.

**(Metodologia)** A utilização do método indutivo, como método de abordagem nesse trabalho, tem o propósito do raciocínio a partir da observação de casos e informações específicas para constatar uma generalização sobre o objeto de estudo. Em primeiro plano é realizado a observação da realidade, referente ao tema, o papel do Estado em relação ao turismo na cidade de Natal e, em seguida, uma hipótese: a possibilidade de a falha das ações estatais afetar diretamente uma das principais fontes econômicas do Estado. Posteriormente, em segundo plano, a experimentação, realizada por entrevistas focadas nos funcionários atuantes na área do turismo, os turistas e suas visões acerca da Cidade do Sol e os moradores. Logo, buscamos realizar a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas e pesquisas teóricas para compreender uma verdade geral, compartilhada por todos os entrevistados.

**(Resultados)** Natal, a Cidade do Sol, é um destino de viagem bastante comum e que costuma agradar os amantes das praias e encantar a todos com as suas belezas naturais. Por mais que Natal seja um destino consagrado, não quer dizer que está isenta das críticas dos turistas, entretanto, o que se percebe é que todas essas reclamações que os turistas fazem são rapidamente superadas por eles mesmos, revelando que o interesse na Cidade do Sol é superior a alguns poucos pontos negativos. Destarte, quanto à questão de oportunidades para se trabalhar, Natal mostra ser um grande atrativo para pessoas que buscam empregabilidade, principalmente na área de turismo.

**(Conclusão)** A partir do desenvolvimento do estudo acerca do turismo em Natal, podemos verificar algumas falhas nas ações estatais, principalmente na segurança, na ausência de políticas públicas voltadas para a conscientização da população local e de profissionais qualificados nas secretarias de turismo, redes hoteleiras, entre outros. Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento do planejamento dessa atividade, por meio de uma reestruturação do turismo, para que assim a população receptora possa desfrutar e participar do desenvolvimento do serviço turístico, gerando um clima mais familiar e confortável para todos. Ademais, faz-se presente, a necessidade de uma maior preocupação do poder público para, assim, investigar possibilidades de melhorias nas medidas governamentais, garantindo, então, a eficácia dos trabalhos nos setores e na infraestrutura, beneficiando toda população e turistas.

**Palavras-Chave:** Cidade do Sol. Turismo. Atividade Turística. Rio Grande do Norte.

**DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: SERIA A SOLUÇÃO PARA O FIM DA CORRUPÇÃO NO USO DA PERSONALIDADE INDIVIDUAL CONCEDIDA À PESSOA JURÍDICA?**

**Autor(es):**

*Dezuila Santos de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Rosângela Maria R. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na contemporaneidade o Estado brasileiro vem sendo bombardeado por uma séria crise de corrupção. O que ocorre em si, é que toda a sociedade está desacreditada a ponto de não restar fé que a transparência possa prevalecer. Neste contexto, o trabalho terá como análise um dos frutos de corrupção no cenário brasileiro: a manipulação no uso da individualidade da pessoa jurídica, tendo em vista que hodiernamente estão sendo a mira de muitas pessoas naturais que em troca do benefício de sua própria torpeza, utilizam a personalidade jurídica, como um véu para cobrir atos fraudulentos. Vale ressaltar que isso acontece pelo fato do ordenamento pátrio adotar a teoria da ficção; argumentando que a pessoa jurídica é uma pessoa dotada de personalidade própria que responde por todos os atos da vida civil, em nome próprio, logo a pessoa natural que a criou é diferente da pessoa jurídica criada.

**(Metodologia)** Para atender aos fins propostos na pesquisa o método utilizado foi o hipotético-dedutivo, tendo em vista que a pesquisa foi almejada para compreender a aplicabilidade da teoria da personalidade jurídica em casos reais. Assim, lançou-se então previamente uma hipótese de que a mencionada teoria fosse uma solução para o problema de fraudes em pessoas jurídicas, dessa forma, será buscado indagar cientificamente a respeito da tese preliminarmente existente. Para auxiliar a pesquisa será utilizado um estudo de casos julgados no STJ.

**(Resultados)** O referido instituto tem contemporaneamente um vasta acolhida pelo ordenamento pátrio. O posicionamento delineador do uso da desconsideração no ordenamento jurídico brasileiro é o art. 50º do Código Civil, que elenca os requisitos necessários para erguer o véu da personalidade: abuso de poder, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Além disso, diversas legislações específicas, atendendo as peculiaridades de sua tutela, traduz requisitos próprios para desconsiderar a personalidade jurídica, como ocorre no Direito do Consumidor art.28º, ambiental art.4º, dentre outros. Vale ressaltar a inovação trazida pelo novo Código de Processo Civil que vem regulamentando o procedimento a ser utilizado nos referidos casos.

**(Conclusão)** Diante do que foi estudado ficou claro que é preciso conferir personalidade a pessoa jurídica, isso se evidencia pelo fato desse atributo trazer autonomia, liberdade e segurança à pessoa que a constitui. No entanto, diante de casos onde há a distorção do objetivo real desse instituto é preciso que haja exceção e punição. Dessa forma, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica vem como o encaixe perfeito diante de ações fraudulentas dos sócios no uso da personalidade jurídica. No que pese a utilização da teoria e seus requisitos, ficou notório que ela será utilizada de acordo com o direito que está sendo tutelado, resguardando a vulnerabilidade das partes envolvidas.

**Palavras-Chave:** : desconsideração da personalidade jurídica. direito civil. desvio de finalidade.

**O CRIME DE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SEU IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.**

**Autor(es):**

*Ledinaldo silva de Oliveira sobrinho : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*felipe augusto de oliveira franco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Romildo Marques Cruz Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O crime de corrupção na administração pública é um dos temas de maior relevância no atual cenário político-administrativo do Brasil, mas que está aqui desde o seu descobrimento até os dias de hoje, lógico, cada vez mais profissional e mostrando que não são pequenos erros de conduta ou desvios pessoais, é o crime organizado, doloso e que existe em todos os níveis, que é sistêmico e está em todos os lugares, matando e impedindo o Brasil de sair da renda média. Em decorrência do dito anteriormente, o presente trabalho analisa o crime de corrupção na administração pública dentro do seu âmbito histórico, legal, conceitual, bem como aborda suas modalidades, ou seja, corrupção passiva e ativa, traçando um breve relato histórico que visa obter uma noção ampla do seu surgimento. Discorre acerca do funcionário público e da mercancia da função pública para a obtenção de vantagem, de riqueza e poder com o uso da máquina pública, trazendo à tona aspectos polêmicos acerca do assunto, tendo em vista a falta de ética da maioria dos políticos e funcionários, que trazem como consequência a grande miserabilidade do país, onde a riqueza fica concentrada nas mãos de uma minoria, comprometendo a economia pública.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como, análise e interpretação de textos legais, sites, e outras fontes bibliográficas, todos com o objetivo de proporcionar um maior aprofundamento do assunto. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes sociais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo, direito penal, direito constitucional, direitos humanos e pela sociologia jurídica.

**(Resultados)** O presente trabalho se propõe no momento, há estudar o fenômeno da corrupção, analisando o surgimento, desenvolvimento e reflexos, para subseqüente a esse entendimento chegarmos a um resultado.

**(Conclusão)** O que não se pode é perder a esperança, os atos de corrupção pública são condutas ilegais e imorais de agentes públicos que substituem as finalidades da função pública pelo interesse particular na obtenção de vantagens, ou seja, desviam poderes dolosamente. Não se pode pensar que “todo mundo tem um preço”, tem que se ater a agir com responsabilidade para fazer as escolhas certas e fazer a diferença. O exercício da cidadania pressupõe indivíduos que participem da vida comum, organizados para alcançarem o desenvolvimento do local onde vivem. Devem exigir comportamento ético dos poderes constituídos e eficiência nos serviços públicos. Um dos direitos mais importantes do cidadão é o de não ser vítima da corrupção.

**Palavras-Chave:** corrupção, administração pública, crime organizado, economia pública.

## RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS: UMA ANÁLISE DO PROJETO NOVOS RUMOS

### **Autor(es):**

*Gabriel Franco Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lorena Sabino Dantas Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Carvalho de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*eduarda lais freitas de miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Helena Bezerra Menezes Pires de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ressocialização é o processo de retomada dos indivíduos aos poucos de sua vida pessoal após um período de afastamento de sua vida cotidiana. Na visão do sistema prisional brasileiro a ressocialização ocorre com o intuito de prevenir a prática de crimes posteriores e reprovam o indivíduo, ou seja, retribuir o mal (crime) por outro mal (pena). Diante dessa perspectiva, por meio da RESOLUÇÃO N.º 014/2009–TJ, DE 06 DE MAIO DE 2009, e por iniciativa do TJRN foi instaurado, em 2010, no estado do Rio Grande do Norte o Projeto Novos Rumos, que busca soluções a curto, médio e longo prazos, no sentido de promover o conveniente tratamento ao egresso, atingido a dupla finalidade da pena, ou seja, oportunizando condições de ressocialização, evitando seu retorno à criminalidade, e assim reintegrando-o à sociedade, mediante a formulação de instrumentos legais.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e crítico, que será realizada através de pesquisa bibliográfica com a utilização da ferramenta de busca à Constituição, Código Penal e da Lei de Execução Penal, assim como através de entrevista. Foi utilizado o método de abordagem: dedutivo, que busca fazer uma análise de uma premissa maior (Lei) para um caso específico (Projeto Novos Rumos no estado do Rio Grande do Norte). E por fim, os métodos de procedimentos utilizados foram: método histórico, fazendo um estudo da criação do projeto e da sua implementação no estado; e o método comparativo, comparando o crescimento do projeto no Estado do Rio Grande do Norte com os demais estados do Brasil.

**(Resultados)** Destaca-se que a respeito da ressocialização dos egressos, o Projeto Novos Rumos trás consigo uma proposta de inserir os ex- apenados no mercado de trabalho e com isso proporcionar uma reconstrução do indivíduo no meio social. Nesse sentido, o projeto consegue cumprir o que está descrito na Lei de Execução Penal no Art. 10 e 11, pois garante ao egresso o direito à assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa para prevenir o crime e orientar o retorno do preso à convivência em sociedade. Assim como, cumpre o objetivo da pena que é ressocializar. Por conseguinte, resta salientar a aplicabilidade do Projeto Novos Rumos que há 10 anos está em atuação se mostra bastante eficaz, inclusive no Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na sede do TRT/RN. Tendo em vista que o TRT-RN mantém doze participantes do programa Novos Rumos prestando serviços de jardinagem, limpeza e conservação, durante 40 horas semanais.

**(Conclusão)** Com base no presente trabalho, é nítido a real relevância social e psicológica que o Projeto Novos Rumos presta aos egressos e a sociedade diante do cenário atual do Brasil. Onde diante de uma sociedade danificada e preconceituosa, que interfere diretamente na estabilidade econômica e dificulta o retorno dos egressos ao convívio social, o projeto do Estado do Rio Grande do Norte oferece amparo e condições de se restabelecer. Portanto, cumpre e respeita o que está previsto na Lei de Execução Penal, com o objetivo de proporcionar a humanização do cumprimento da pena e de estabelecer pontes na construção de um novo futuro.

**Palavras-Chave:** Egressos. Projeto Novos Rumos. Ressocialização. Mercado de trabalho.

## TRABALHO INFANTIL NO BRASIL À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

**Autor(es):**

*Samara Cristina Prado Nunes de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho infantil acompanha o desenvolvimento humano desde seus primórdios. São notórios os registros atestando a mão de obra infantil nas mais diversas civilizações que marcaram a caminhada do homem no mundo. Ainda que este cenário tenha evoluído tanto no aspecto social quanto legal internacional e nacionalmente, o trabalho infantil ainda é uma mazela que assola a sociedade. Em julho de 2019 foi realizada Assembleia Geral da ONU em que foi requerido que a comunidade internacional assumisse o compromisso de intensificar o empenho para erradicar o trabalho infantil, declarando 2021 como o Ano para Eliminação do Trabalho Infantil. Tal postura indica que essa ainda é uma problemática presente em escala mundial, o que deve ser visto como inaceitável em vista dos avanços sociais e tecnológicos da humanidade. Neste diapasão, compreender a evolução do trabalho infantil numa perspectiva não apenas normativa, mas histórica se revela necessário para continuar fomentando o combate ao problema. É evidente que os debates e construções jurídicas foram, inicialmente, realizadas no âmbito internacional. Sendo necessário, portanto, compreender como se deu esta evolução e como foi a influência no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda que haja, por óbvio, uma independência, inegável é que os passos no ordenamento brasileiro acompanharam aqueles dados em escala global. Apesar dos avanços, é seguro afirmar que estarmos longe de erradicar o trabalho infantil, o que se mostra como razão forte o suficiente para a manutenção das discussões e realização de pesquisas. Sendo o direito um espelho tanto da sociedade como também meio de proporcionar mudanças nestas, é pertinente a produção de trabalhos que procuram relacionar a atuação da ciência jurídica na sociedade.

**(Metodologia)** A abordagem adotada é a qualitativa-quantitativa, pois buscará explicar o fenômeno do trabalho infantil, suas possíveis razões e soluções, e também haverá análise de dados quantitativos sobre o tema. Adotará também a abordagem dedutiva, uma vez que partirá da concepção geral a fim de compreender as especificidades dos casos e para tal serão utilizadas ferramentas doutrinárias, filmes, documentários, legislações nacionais e internacionais.

**(Resultados)** Embora a pesquisa esteja em desenvolvimento, verificou-se que apesar da intenção do legislador e dos órgãos públicos e privados em procurar prevenir e erradicar o trabalho infantil, não será possível eliminar esse tipo de trabalho enquanto existirem famílias em estado de pobreza extrema, altos índices de violência doméstica, abandono escolar e uma baixa educação escolar.

**(Conclusão)** O trabalho infantil é problema presente mundialmente que provoca efeitos nefastos tanto na vida do infante como na sociedade. Apesar de ter apresentado, nas duas últimas décadas uma diminuição significativa, a sua erradicação continua como um desafio. Em que pese haja avanços jurídicos e institucionais no caminho a erradicação do trabalho infantil, ainda há muito a ser feito. Especialmente considerando que se trata de um problema social que transpassa diversas frentes sociais e não apenas a jurídica.

**Palavras-Chave:** Trabalho Infantil. Direitos Fundamentais. Meios de exploração.

## TRÁFICO DE PESSOAS SOB A ÓPTICA DO CÓDIGO PENAL

### **Autor(es):**

*Luana Nayara Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Natalia Mauricio da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho a seguir irá apresentar e analisar os diversos fatores sociais que estão por trás do tráfico de pessoas, além de estudá-lo sob a óptica do direito penal. Este crime caracterizado pelo recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. Ele é realizado com diferentes propósitos. Além da exploração da indústria do sexo, a forma mais disseminada e denunciada, existem outros destinos para as vítimas: trabalho sob condições abusivas, servidão doméstica, adoção involuntária de órgãos para transplantes. As principais causas do tráfico é a globalização, a pobreza, a ausência de oportunidades de trabalho, emigração indocumentada, entre outras atividades. Pesquisas apontam que 80% das pessoas que são traficadas são mulheres e dados coletados não surpreendem ao mostrar que os responsáveis pelo tráfico de pessoas, ou seja, os traficantes, são a maioria homens. O presente trabalho analisará a Lei 13.344/1 junto com o Art 149-A do nosso código penal, onde ambos tratam sobre o tráfico de pessoas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de caráter documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica, a fim de realizar a seleção de alguns posicionamentos importantes que versarem sobre a matéria, além da legislação. Será empregado o método de abordagem dedutivo, partindo de uma premissa maior para uma premissa menor e chegando ao particular.

**(Resultados)** O presente trabalho elucida que o tráfico de pessoas é um assunto amplo, que gera bastante discussões entre as autoridades da lei com relação ao Estado e como ele toma providências para combater este crime. Deve-se avaliar caso a caso e estudar as estratégias dos traficantes para combater o crime.

**(Conclusão)** Diante do exposto, é possível dizer que o tráfico de pessoas é praticado a muito tempo, existem relatos da comercialização de pessoas para trabalho escravo na Idade Média (de 476 a 1453), durante a república romana. Hoje, embora tenha uma previsão legal para o crime e uma luta diária contra ele, ainda é algo que ocorre com bastante frequência, em pleno século XXI pessoas ainda são escravizadas e comercializadas, com fins lucrativos para os traficantes.

**Palavras-Chave:** Tráfico - Estado – Vítimas – Legitimação.

**"A FALSA ACUSAÇÃO DE INCESTO COMO FORMA DE ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 12.318/2010"**

**Autor(es):**

*Heloísa Lucena de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Beatriz Ferreira Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução) O presente trabalho trata da importância na averiguação/investigação mais precisa e rigorosa com a finalidade de solucionar casos em que existe a acusação de um genitor contra o outro, especificamente quanto ao incesto, relação sexual entre membros de uma família ou familiares, buscando a verdade dos fatos ao saber se houve realmente essa torpeza ou se foi simplesmente uma tática utilizada como argumento de defesa do praticante de alienação parental, a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este, assim como afirma a redação da lei 12.318/2010. Visto que, decisões judiciais precipitadas ou mal formuladas podem ocasionar prejuízos, o rompimento do vínculo de um genitor com a criança e suas consequências é o pior deles, já que fere diretamente um direito da vítima (criança ou adolescente) protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o da convivência familiar saudável.

**(Metodologia)** (Metodologia) Trata-se de uma pesquisa científica a partir do método de abordagem dedutivo, já que consiste na aplicação de princípios gerais em caso específicos/particulares, ou seja, a teoria da problemática em si sendo aplicada em casos concretos. Quanto a técnica de pesquisa foi utilizada a bibliográfica, baseada na disposição legal, livros, artigos científicos, teses e sites.

**(Resultados)** (Resultado) Na atualidade, são muitos os casos em que há soluções equivocadas, ou seja, não foram instruídas da maneira certa, pela falta de preparo na análise dos fatos, dessa forma, proporcionam consequências desagradabilíssimas para os envolvidos. Portanto, propomos o trabalho para que alterações no sistema de averiguação sejam feitas e melhorias tornem-se perceptíveis na resolução de casos concretos quanto ao tema proposto.

**(Conclusão)** (Conclusão) É de extrema relevância, o investimento intensivo no desvelamento de casos que envolvam essa temática, já que está sendo bastante corriqueiro e polêmico, buscando proteger a criança (vítima), o mais prejudicado da triste história, que está tendo seus direitos feridos e dar a devida punição ou benefício aos demais envolvidos.

**Palavras-Chave:** (Palavras-Chave) INCESTO; ALIENAÇÃO PARENTAL; VERACIDADE DOS FATOS; ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONVIVÊNCIA FAMILIAR SAUDÁVEL.

## (IN)SEGURANÇA PÚBLICA POSSÍVEIS SOLUÇÕES

### **Autor(es):**

*Brenno Augusto Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Dener Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Philliph Anderson de Oliveira Bispo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yuan Mathaus Souza de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O caos na segurança pública tem propagado o medo da violência de forma contínua na população brasileira independentemente dos seus extratos socioeconômicos, por conseguinte a sensação de insegurança é considerada alta entre os cidadãos. Pesquisas realizadas em 2018, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontou que 68% dos brasileiros disseram se sentir inseguros em andar à noite na sua vizinhança. Desde a promulgação da Constituição de 1988 a polícia e as carreiras policiais se enfraqueceram, enfraquecimento não ocasionados pela constituição, mas por interpretações equivocadas desta, que geraram o excesso de atribuições que não deveriam ser realizadas pelos policiais, além da ausência de políticas públicas de segurança eficazes no combate do crime organizado. Em contra partida desde 2015 vemos com preocupação uma política de extermínio dos transgressores, tendo em vista que em 2019, a cada 100 mortes violentas intencionais 11 foram provocadas pelas polícias, o aumento dessa ação repressiva que não denota o fortalecimento da segurança pública e vai contra a institucionalidade e os direitos humanos.

**(Metodologia)** A presente pesquisa possui caráter descritivo e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, composta pela união da análise, dos dados divulgados pelo Anuário de Segurança Pública, posicionamento doutrinário e da análise de artigos que versam sobre a problemática. Em sua abordagem foi utilizado o método dedutivo, analisando o cenário da segurança pública no Brasil e dessa forma desvendando como deveria ser o papel do estado e do direito penal para tornar o país mais seguro.

**(Resultados)** A Constituição federal em seu art. 144 versa que a segurança pública é dever do estado, mas é uma responsabilidade de todos os cidadãos, em um país que possui números alarmantes de crimes contra a vida, tendo em vista que anualmente morrem em média 57.341 pessoas de causas violentas todos os anos, este número equivale a um Boeing lotado com 153 pessoas caindo todos os dias, a própria população temendo represálias não denunciam os crimes ou os possíveis culpados, contribuindo em parte com a impunidade. As alterações propostas para modificar o programa constitucional de segurança pública não possuem fundamentação empírica, ou seja, são baseadas apenas em achismos, por conseguinte este fator evidencia a importância do programa original e que este deveria ser testado e obedecido em toda sua extensão, ademais foram elaboradas propostas emergenciais e de longo prazo para que a situação atual na qual o país se encontra melhore.

**(Conclusão)** Após a análise dos dados do Anuário de Segurança Pública conclui-se que existe desigualdade na vitimização dos crimes podendo estas serem em relação a faixa etária, raça, gênero. O programa original de segurança pública não foi efetivamente testado em sua extensão tendo em vista que os próprios policiais exercem atividades que não são de sua competência, por esse motivo antes de alterar o programa original constitucional de segurança é mais eficiente testar o programa original que foi idealizado a partir de um conjunto de medidas que somados a propostas emergenciais e de longo prazo propostas por esse artigo poderão ser eficazes em melhorar a segurança do país.

**Palavras-Chave:** Segurança Pública. Prioridades. Soluções, Direito Fundamental



**A (DES)NECESSÁRIA ANÁLISE DE REPERCURSSÃO GERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.**

**Autor(es):**

*Poema Mascena de Azevedo Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Igor Barros Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A repercussão geral como requisito de admissibilidade surgiu com a EC nº 45/04, que trouxe, no § 3º do art. 102 da CF, a necessidade do recorrente demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas em Recurso Extraordinário interposto ao STF, com a finalidade de uniformizar a interpretação constitucional e servir de filtro as inúmeras demandas repetitivas que chegam à Suprema Corte, sendo assim um meio de desafogar o Judiciário. A PEC 209/2012, por meio de alteração do art. 105 da CF, visa estender o referido instituto aos Recursos Especiais interpostos ao STJ, ou seja, traz a repercussão geral para as matérias federais. Assim, dá-se ensejo a visões opostas entre as correntes doutrinárias, visto que parte acredita ser um mecanismo fracassado, que em 15 anos não cumpriu suas finalidades, encontrando muita dificuldade de ser aplicado pelos ministros; enquanto outra corrente acredita ser um instituto benéfico ao Judiciário brasileiro.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, elaborada através da análise documental e bibliográfica de diferentes pontos de vista a respeito do tema, para que então, seja possível o alcance da nossa própria tese a respeito do conteúdo. Assim, é empregado o método de abordagem dialético. Para tanto, utilizaremos a investigação de dados estatísticos e análise crítica da PEC 209/2012. Trata-se, portanto, do uso do método auxiliar estatístico, vez que, apesar de analisar argumentos outrora propostos por autoridades, teremos embasamento prático e probatório para demonstrar a asserção desenvolvida por meio da pesquisa.

**(Resultados)** Em consulta aos relatórios estatísticos do STF, observa-se que desde a criação do instituto foram reconhecidas 734 teses de repercussão geral, tendo apenas 382 com mérito julgado. Em outras palavras, pouco mais da metade. Um número baixo levando em consideração o tempo em que foi posta em prática a necessidade de análise do requisito. De acordo com dados do CNJ, até 2018 havia 1.490.465 REs pendentes de julgamento na Suprema Corte, demonstrando uma falta de controle dos ministros acerca do que é ou não é repercussão geral, visto que não há critérios objetivos para definir isto. Aplicando tais números ao contexto do STJ, dada a infinidade de temáticas que são passíveis de análise por REsp, teríamos uma exponencial majoração de processos, provocando um congestionamento em todas as esferas judiciais, no entanto, caso bem analisado e utilizado o requisito de admissibilidade proposto – em contraposição ao que é praticado pelo STF –, há a possibilidade de atenuar o número de processos que chegam ao STJ, por meio da uniformização de interpretação sobre questões infraconstitucionais federais.

**(Conclusão)** Comprovamos que a análise de repercussão geral como requisito de admissibilidade para os Recursos Especiais é um instituto indubitavelmente falho, quanto analisada a sua aplicação no STF. No entanto, apenas em 2018, 799 REsp repetitivos chegaram ao STJ, de acordo com o relatório de estatísticas de 2018 do CNJ. Sendo assim, entende-se que caso bem utilizado – com a definição de critérios objetivos para a análise do requisito de admissibilidade, o instituto possui sim o condão de desafogar o STJ por meio da uniformização de interpretação sobre diversas questões infraconstitucionais federais, servindo de filtro às inúmeras demandas repetitivas, com a finalidade de tornar prático o princípio da celeridade processual.

**Palavras-Chave:** Direito Processual Civil. Recurso Especial. Superior Tribunal de Justiça. Constituição. Repercussão Geral.

## A ANÁLISE DO CASO XUXA VS GOOGLE SOB A ÓTICA DO MARCO CIVIL DA INTERNET

### **Autor(es):**

*Larissa Cristina de Araújo Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Carolina Soares Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito a Privacidade está expresso no art. 5º, X, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Isto indica que todos devem estar protegidos acerca de sua intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, estando inclusive assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. O direito à privacidade garante que as pessoas não terão sua intimidade e vida privada expostas a terceiros sem o seu consentimento, trazendo como arcabouço legislativo a Lei nº 11.965/2014 (Marco Civil da Internet) e a Constituição Federal.

**(Metodologia)** Trata-se de uma análise acerca da atuação do Google perante o fornecimento de dados referentes ao conteúdo inserido no site de pesquisa. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo, cuja estruturação está baseada no limite da atuação dos provedores de conteúdo como fator determinante na violação do Direito a Privacidade. Para a estruturação do projeto, tem-se a concretização de pesquisas jurisprudenciais, bem como a análise de casos concretos. Com isso, o projeto contará com a utilização dos métodos de procedimento descritivo, comparativo e estatístico.

**(Resultados)** Constata-se que o conflito existente entre a atuação dos provedores de informação e os de conteúdo e a individualidade daqueles que têm suas informações lançadas e disseminadas nestes provedores provém da inobservância aos direitos e deveres trazidos pela Constituição Federal e o Marco Civil da Internet. Neste mesmo limiar, temos o caso Xuxa Meneghel vs Google, em que aquela requereu a retirada de informações que violaram sua privacidade nos provedores de conteúdo. Diante deste caso, a presente pesquisa tem demonstrado que os provedores de informação e conteúdo podem, ao mesmo tempo que propagam informações úteis, acabar por violar a individualidade dos envolvidos nas informações disseminadas.

**(Conclusão)** Conclui-se que os conteúdos disponibilizados pelo Google podem acabar por interferir na vida privada das pessoas, causando-lhes danos, irreparáveis ou não, quanto à sua imagem e honra, como analisado no caso Xuxa Meneghel vs Google. Desta forma, a pesquisa demonstra que o conflito existente entre estas esferas precisa de maior entendimento e aplicação prática acerca do disposto no Marco Civil da Internet, devendo, também, estar em consonância com o disposto no art. 5º, X, da Constituição Federal. Deste modo, direitos e deveres no âmbito digital não seriam tolhidos e, tampouco, os usuários deste campo seriam desencorajados a propagar inverdades ou disseminar informações, mesmo que verdadeiras, mas que provocassem danos àqueles a que se referem.

**Palavras-Chave:** Provedores de Conteúdo; Direito à Privacidade; Marco Civil da Internet; Constituição Federal.

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA FRENTE AS AÇÕES DE GUARDA  
COMPARTILHADA**

**Autor(es):**

*Rebecca Dias da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a possibilidade e a ausência de justificativa para o fim do vínculo matrimonial, uma nova problemática surgiu no que diz respeito aos casais que possuem filhos. Portanto, o presente trabalho visa analisar os benefícios do instituto da guarda compartilhada em prol da criança. Dessa forma, tal instituto tem a finalidade de manter o vínculo parental da criança com ambos os pais, minimizando os eventuais efeitos psicossociais do divórcio na vida privada dos envolvidos na relação.

**(Metodologia)** O presente trabalho será investigado através da metodologia de pesquisa dedutiva, o qual utiliza o raciocínio lógico para chegar a conclusões mais específicas a partir de ideias gerais. Consiste na extração de uma verdade particular a partir de uma verdade geral na qual ela está implícita. Quanto aos objetivos, será empregada a pesquisa explicativa, que coleta e analisa dados de forma a ligar a teoria na prática, como também será usada a pesquisa aplicada, documental e bibliográfica baseada no diálogo interdisciplinar entre o Direito de Família, o Direito Constitucional e a Sociologia, bem como uma abordagem de pesquisa qualitativa em institutos de pesquisa e jurisprudência.

**(Resultados)** Atualmente prevalece o princípio da igualdade de sexos, permitindo que as obrigações referentes aos cuidados familiares sejam exercidos por ambos os pais. Assim, em relação à dissolução conjugal, nenhum dos pais deve ser reprimido da responsabilidade do poder familiar, sendo este é vinculado à condição de parentalidade. Outrossim, os filhos tornam-se a cada dia mais sujeitos de direitos e deveres, devendo ter a sua integridade física, psíquica e moral assegurada pelos pais, aplicando-se, pois, o princípio do melhor interesse do menor, instituto tão importante para o crescimento e desenvolvimento saudável do menor, conforme presente no artigo 227 da Constituição Federal.

**(Conclusão)** Conclui-se através desse estudo que a guarda compartilhada possibilita o convívio da criança com ambos os pais, fazendo com que participem e se responsabilizem pela vida privada do filho, seja no campo afetivo, seja na vida escolar, bem como diminui a perda que a separação do casal causa à criança. Dessa forma, a guarda compartilhada tem-se mostrado uma melhor opção, pois evidencia o interesse da criança. Todavia, o instituto da guarda compartilhada não pode ser adotada maneira generalizada, mas deve ser observada as particularidades de cada caso concreto, levando em conta contexto familiar da relação.

**Palavras-Chave:** Guarda. Melhor interesse da criança. Relações familiares.

## A AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS

### **Autor(es):**

*Aioninny Amanda Camilo Lustru: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN*  
*SARAH MARLA DE CASTRO GURGEL: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nathalya Diniza Fernandes da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Breno Souto Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Pereira Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante das barreiras encontradas pela população para conseguir ter acesso à tutela jurisdicional estatal, era necessária a criação de um novo sistema judicial, menos burocratizado e mais rápido, diferente do que ocorre na justiça comum. Surgem, assim, os juizados especiais, por meio da lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para atender aos anseios sociais que clamavam pelo acesso à justiça. Criados para possibilitar o acesso à justiça de parte da população que não buscava a tutela estatal, por ser o procedimento lento e caro, os juizados especiais cíveis tornaram-se uma importante ferramenta de proteção dos direitos da sociedade. Essas Cortes apresentam um procedimento mais simples, baseado na celeridade processual, sendo um de seus objetivos principais. Em detrimento dessa constante busca surge a figura do conciliador, sendo este um agente que deve sempre buscar, de maneira pacífica e viável para ambas as partes, lograr êxito na conciliação. A realização da audiência de conciliação tem o intuito de resolver o litígio da forma mais rápida possível, porém, elas têm sido utilizadas para protelar a solução das demandas, prejudicando a tramitação rápida do processo e as partes envolvidas.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu através do método hipotético-dedutivo, além de consultas a sites e jornais eletrônicos, também artigos científicos e jurídicos, portanto, constitui-se numa pesquisa bibliográfica e descritiva, pois se utiliza de um manancial de autores, retratando fatos e fenômenos sem manipulá-los. Por fim, o método auxiliar utilizado foi o estatístico, pois existe a análise de dados estatísticos para fortificar a base da pesquisa.

**(Resultados)** Em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça observou-se que apenas 16% das audiências de conciliação nos Juizados Especiais Cíveis obtiveram êxito no ano de 2018. Além disso, o tempo de fase de conhecimento nos JEC é de 2 anos e 3 meses, já no 1º grau é de 2 anos e 9 meses, um resultado bastante próximo, sendo assim, os JEC estão perdendo o seu principal objetivo que é a resolução rápida das demandas processuais.

**(Conclusão)** A pesquisa sobre as audiências de conciliação nos Juizados Especiais Cíveis nos Estados possibilitou uma análise mais profunda sobre a sua carência de efetividade, como também, permitiu um olhar mais crítico e construtivo por meio de análises desenvolvidas durante o estudo que os Juizados Especiais Cíveis carece de mudanças urgente para mudar os dados obtidos pelo “Justiça em número” do Conselho Nacional de Justiça, pois o índice de êxito das audiências de conciliação vem sofrendo quedas nos últimos anos. Como resultado final, observou-se que os JEC estão se aproximando da Justiça comum, no que tange a burocracia e celeridade processual o que fere um dos princípios norteadores dos JEC que é o princípio da celeridade processual

**Palavras-Chave:** Palavras chaves: celeridade processual; conciliação; juizados cíveis.

**A CRIAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DIGITAIS E O VETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PL  
110/2018**

**Autor(es):**

*Larah Gomes Silva Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nayara Kandice da Silva Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Bruna Beatriz Felipe da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Manoel Guilherme dos Santos de Castro Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a população cada vez mais conectada e em meio a tantas tecnologias criadas, se tornou mais habitual o cometimento de crimes cibernéticos de vários graus de gravidade e complexidade. Dessa forma, diante de milhares de vítimas que sofrem algum tipo de crime, a ex-deputada federal Laura Carneiro apresentou projeto de lei que traz a Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) para adaptar-se aos crimes digitais que infelizmente tem aumentado substancialmente nos últimos tempos, para que dessa forma, fosse possibilitado a celeridade e simplicidade já existente na Lei, às vítimas dos crimes informáticos que aguardam julgamento e soluções para seus processos.

**(Metodologia)** Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, utilizamos como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e entendimentos do Poder Legislativo ao criar tal projeto, cujo intuito foi a prospecção das principais controvérsias acerca da criação dos juizados especiais no âmbito digital. A partir disso, passou-se à análise dos motivos que levaram ao veto da presente proposta.

**(Resultados)** Constata-se como resultado da pesquisa os efeitos positivos que a criação dos Juizados Especiais Criminais Digitais propiciaria a população. Observa-se que nos dias atuais os crimes digitais se mostram cada vez mais recorrentes; e que apesar das novas tecnologias e formas de combate e punição a tais crimes, ainda existem mudanças a serem feitas para que esses crimes sejam efetivamente combatidos de maneira mais célere e simples. Esses juizados poderiam lidar com a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo cometidas com o uso da informática, dando celeridade ao Poder Judiciário, pois a ocorrência de crimes cibernéticos tem crescido à medida que computadores e outros meios tecnológicos invadem o nosso cotidiano e os crimes acompanharam esse crescimento.

**(Conclusão)** Diante de tais fatores, entendemos que a criação dos referidos juizados torna-se necessária, pois as vítimas de crimes virtuais muitas vezes necessitam de medidas mais céleres, as quais a justiça comum na maioria das vezes não às proporciona. Por isso, mesmo com o veto ao Projeto de Lei (110/2018) que instituiu a criação dos juizados, persiste a urgência e a importância, tendo como base a criação dos juizados cíveis e criminais que contribuíram para dar celeridade ao Poder Judiciário. Trata-se de uma inovação importante, que na nossa concepção conferirá maior especialização, rapidez e qualidade ao julgamento dos crimes cibernéticos mais leves.

**Palavras-Chave:** Juizados Especiais. Crimes Digitais. Veto do Presidente da República. PL 110/2018.

## A CRIAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS TRABALHISTAS: O FIM DO RITO SUMARÍSSIMO?

### **Autor(es):**

*Nayara Kandice da Silva Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde 1930 a Justiça do Trabalho vem apresentando ser o meio essencial para resolução de demandas trabalhistas, exercendo papel de grande relevância para saneamento de conflitos individuais ou coletivos. Dessa forma, o Rito Sumaríssimo, inspirado pela Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) foi implantado na Justiça Trabalhista com o intuito de proporcionar ainda mais as partes litigantes um julgamento mais célere e simples. Porém, com o decorrer dos anos passou-se a questionar a eficiência deste rito na prática, bem como com a eficácia da Lei dos Juizados Especiais e se seria viável a sua implantação na Justiça do Trabalho.

**(Metodologia)** Para formular o presente estudo, foi realizada uma pesquisa de dados relacionados a eficiência de cada procedimento, ao tempo que foram sendo estudados pensamentos doutrinários com pesquisa bibliográfica, utilizando um método comparativo para diferenciar e apontar semelhanças entre um e outro, bem como foi utilizado o método hipotético-dedutivo, para analisar efetivamente como essa junção de ambos os procedimentos se daria na prática forense e no dia a dia trabalhista, lançando ideias e alternativas práticas e deduzindo suas consequências fáticas.

**(Resultados)** Os resultados obtidos demonstram que a pesquisa tem muita relevância no âmbito processual trabalhista, tendo em vista que trata-se de um possível aperfeiçoamento de um procedimento já existente a quase 2 (duas) décadas, bem como demonstra a importância da análise de sua eficiência na prática forense. Ao compará-lo com um rito distinto em área diversa, observa-se que há diversos caminhos aos quais o legislador pode ou poderia percorrer no intuito de proporcionar de fato a celeridade e simplicidade prometida na lei. Por outro lado, evidenciou-se a semelhança entre as duas leis e ritos, bem como entre seus princípios e fundamentos. Contudo, a junção desses dois procedimentos ainda é algo pouco discutido na prática.

**(Conclusão)** Conclui-se que a efetividade do Rito Sumaríssimo na prática não condiz com as ideologias presentes na Lei 9.957/00, a qual foi criada para proporcionar mais agilidade e praticidade nas demandas trabalhistas. A criação de Juizados Especiais Trabalhistas poderia aprimorar esses objetivos visados pelo legislador, tendo em vista que tal implantação do rito sumaríssimo foi fortemente inspirada na sistemática dos Juizados Especiais criado pela Lei 9.099/95. Dessa forma, a eficiência demonstrada com a união desses dois procedimentos poderia colaborar para que o Judiciário de fato concedesse maior simplicidade e celeridade as partes que por muitas vezes sendo hipossuficientes, necessitam de um julgamento mais célere e rápido de suas causas.

**Palavras-Chave:** Juizados Especiais Trabalhistas. Rito Sumaríssimo. Lei 9.099/95. Lei 9.957/00. Celeridade.

### **A CURVA DE LAFFER NA COBRANÇA DE IMPOSTOS.**

**Autor(es):**

*Kleitton Geverson de Oliveira Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É reconhecida a importância do Direito tributário, até mesmo fora do âmbito jurídico é ampla a discussão em torno dos tributos, tomando fóruns na internet, programas de tevê, radio, entre outros. Os debates giram em torno do quantum da alíquota, da aplicação dos impostos e, até mesmo, da legitimidade da cobrança ou recolhimento. A curva de Laffer funciona como um modelo para a cobrança de impostos, visando sua máxima utilidade ou arrecadação, trabalhando o conceito de elasticidade da receita taxável e a própria curva em si (uma parábola em U invertido), e a busca pelo seu zenit, o ponto ótimo, que, a partir desde não adianta mais aumentar as alíquotas, pois a arrecadação diminuirá. Quando se fala em tributos, matérias afins vem à tona gravitando sobre o tema, entre eles a alta sonegação no Brasil, reforma tributária, este último muito em voga no momento atual e, até mesmo, o posicionamento político, que guia a gestão financeira e tributária, com reflexos no tamanho do Estado, na liberdade dos cidadãos e nos programas sociais, que, por óbvio, são financiados pela arrecadação, onde alguns buscam pelo estado de bem estar social, que coloca o Estado como principal promotor social e organizador da economia, outros, na outra ponta, estão os libertários e sua visão de livre mercado, maximização da autonomia e liberdade de escolha.

**(Metodologia)** Temos como método de abordagem o hipotético-dedutivo, posto que partimos de hipótese formulada de onde serão deduzidas soluções para a problemática, utilizando o procedimento comparativo e histórico, empregando a técnica de pesquisa bibliográfica, entrando em contato direto com as fontes em bibliotecas, veículos especializados, e documental, analisando recursos primários e secundários.

**(Resultados)** O trabalho ainda se encontra em estágio primário, ainda em desenvolvimento, período em que se busca aprofundamento bibliográfico e a busca de documentos que embasem a presente pesquisa, assim sendo, não se pode apresentar resultados satisfatórios, mesmo que alguns pontos já estejam mais claros.

**(Conclusão)** Diante do exposto, temos que a pesquisa ainda não se encontra suficientemente madura para emitir conclusões, em tempo, buscamos entregar nossa conclusão em artigo científico.

**Palavras-Chave:** Alíquota; Curva de Laffer; Carga tributária.

**A DEMOCRACIA E O PROCESSO LEGISLATIVO: UMA ANÁLISE CRÍTICA A RESPEITO DA CRISE REPRESENTATIVA  
BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Mayara de Souza Feliciano : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Após 20 anos de Ditadura Militar, o Brasil se recuperava de uma grave crise econômica, social e política. A partir da necessidade de reorganização, surgiu a Constituição Brasileira de 1988 a qual contemplava a liberdade de direitos e a igualdade social. O tema “A DEMOCRACIA E O PROCESSO LEGISLATIVO, uma análise crítica a respeito da crise representativa brasileira” surgiu com a finalidade de ampliar os debates a respeito da atuação do poder legislativo. Dito isto, a pesquisa, que tem como objeto as Constituição Federal de 1988 e as Leis complementares, pretende demonstrar as fragilidades da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva anulação democrática ou supressão participativa da sociedade sufragista, analisando fatos verificados no ambiente político brasileiro, expondo a eficácia dos direitos políticos e dos mecanismos de participação social, pretendendo com isto responder, o mais precisamente possível a seguinte questão: Quais as origens da falta de representatividade na atuação poder legislativo? O estudo foi realizado sob o contexto de insatisfação do eleitorado brasileiro no tocante ao poder legislativo a luz do direito constitucional e da representatividade necessária oriunda do estado democrático de direito, presentes nos artigos 1º e 14º da CF/1988, utilizando de comparativos a proteção dados aos partidos políticos a partir da Resolução nº 22.610 de Filiação partidária. Será explorada também a importância de estimular na sociedade o exercício da cidadania, a consciência da realidade política democrática brasileira bem como as origens e finalidades da produção normativa.

**(Metodologia)** Método de abordagem utilizado é o Hipotético dedutivo, tendo em vista que pretendo encontrar uma premissa maior fática, exemplo: função típica do legislativo é a produção normativa, após isso identificar uma premissa menor que poderiam ser por exemplo: os mecanismos de participação social são insuficientes para chegar a uma conclusão: Exemplo, o Legislativo atua em benefício próprio pois não legislou a respeito destes mecanismos para suprimir o fenômeno apolítico. Método de Procedimento: Histórico/estatístico; Técnica de Pesquisa: Documental.

**(Resultados)** Em andamento.

**(Conclusão)** O trabalho ainda não foi concluído.

**Palavras-Chave:** Constituição. Supressão participativa. Eficácia. Poder Legislativo.



## **A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL E IMPLICAÇÕES À SAÚDE PÚBLICA**

### **Autor(es):**

*Ana Clarisse Leal Pinheiro Estrela de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tendo como base um tema constantemente mencionado e que historicamente vem se mantendo como centro de polêmica, ultrapassando gerações e avançando em todas as áreas, gerando discussões e inquietações em todos os aspectos morais, sociais e legais. Essa discussão se torna importante, trazendo para a realidade uma maior clareza sobre o tema abordado, e instigando opiniões que possibilitem consequências positivas para a sociedade no tocante à saúde pública. O presente artigo, propõe-se a evocar e apontar o âmago das contendas jurídicas acerca do aborto no Brasil, que há algum tempo se mostra como um tema bastante presente e que provoca discussões em nossa sociedade, deixando claro que tal conduta configura tipo penal criminoso. Encontraremos com plena certeza, opiniões diversas, desde aqueles que defendem a descriminalização completa da conduta, até os que brigam por sua proibição absoluta e incondicional. Traremos inicialmente um panorama conceitual, religioso e jurídico acerca do aborto, abordando o tema em várias concepções, demonstrando a densidade das discussões éticas e jurídicas, levantando a polêmica de que o aborto seja crime ou não, levando em consideração os casos em que não existe crime, de acordo com a legislação brasileira. No decorrer do artigo, abordaremos especificamente a questão penal, questionamentos jurídicos sobre a ponderação de valores, tratados internacionais de direitos humanos, tipificação do crime de aborto e suas excludentes de ilicitude, diante de vários requerimentos de autorizações judiciais para realização do aborto nessas condições, a discussão dos direitos fundamentais, direito à vida versus dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** A nossa pesquisa é teórica, de abordagem exploratória e será realizada, através de pesquisa bibliográfica, bem como a utilização de ferramentas de buscas em sites da internet. Tratará de uma revisão crítica, elaborada a partir de material publicado em meio eletrônico e impresso. Inicialmente, realizaremos uma seleção e pré-leitura de artigos, livros e periódicos nacionais, mediante utilização dos descritores: aborto induzido; mortalidade materna; direitos sexuais e reprodutivos; liberdade.

**(Resultados)** O presente trabalho pretende, dessa forma, fazer uma análise sobre a descriminalização do aborto, levando em consideração alguns aspectos de extrema relevância: -Partindo da hipótese que legalizar o aborto e criar clínicas credenciadas pelo governo, trazendo para as mulheres em prática do ato, não corram riscos ou complicações após os procedimentos. - Partindo da hipótese que mesmo a gravidez sendo indesejada ou consequência de um ato cruel de abuso, o feto não tem culpa do que ocorreu e merece a chance de viver. -Partindo da hipótese de que alguns países adotaram a legalização do aborto e não conseguiram reduzir seu índice, deveríamos buscar a redução e o controle com investimentos em educação e orientação para as mulheres.

**(Conclusão)** O presente artigo, propõe-se a evocar e apontar o âmago das contendas jurídicas acerca da descriminalização do aborto no Brasil e implicações a saúde pública, que há algum tempo vem se mostrando como um tema bastante presente e que mais provoca discussões em nossa sociedade, deixando claro que tal conduta, no ordenamento jurídico brasileiro, configura tipo penal criminoso. Encontraremos opiniões diversas, desde as que defendem a descriminalização completa da conduta, até os que brigam por sua proibição absoluta e incondicional. Por ser um assunto de natureza extremamente polêmica, teremos cuidado para que a abordagem não seja agressiva, pois existem opiniões diversas que devem ser respeitadas. O tema é atual é de interesse tanto social como jurídico, estando repleto de sutilezas a serem abordadas no caso concreto.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Aborto, direito a vida, Código Penal, Doutrina.

**A EFETIVAÇÃO DA LEI 11.340/2006 E O PROJETO MARIA DA PENHA VAI ÀS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência Doméstica e familiar contra a mulher é um crime contra os Direitos Humanos e neste sentido o processo de afirmação desse direito perpassa por diversas questões entre elas: temporais, histórica, evolutivo e institucional. Embora desde a gênese a mulher sempre foi vítima de violência, não se pode negar que a Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, representa um avanço normativo por ser considerada uma das leis mais avançadas do mundo é também o principal instrumento que visa garantir a proteção de sua integridade física, psicológica, sexual e patrimonial. Dito isso, faz se necessário conhecer a lei para se ter acesso a efetivação dos seus direitos a fim de diminuir os altos índices de violência que ainda são praticados contra as mulheres.

**(Metodologia)** Os métodos utilizados foi o dedutivo hipotético, haja vista que partimos de premissas geris referentes ao conceito de violência contra a mulher, dos direitos humanos, da lei Maria de Penha e o Projeto ora citado que pretende levar informações e conhecimento às escolas e que possibilite também mudanças de atitudes que contribuam para uma cultura de paz nas escolas. Além disso, utilizaremos o método dialógico, abordando uma concepção não só da análise jurídica, mas, sobretudo, uma análise cultural, social, histórica e econômica que são à base das desigualdades entre homens e mulheres indispensáveis pra a compressão da temática ora apresentada.

**(Resultados)** O projeto Maria da Penha vai às Escolas foi implantado recentemente no estado do Rio Grande do Norte não sendo ainda possível apontar resultados que contribuam para diminuir os altos índices ainda de violência contra a mulher. No entanto, percebe-se a iniciativa e a preocupação da atual gestão com a temática o que demonstra o reconhecimento que tão importante quanto à punição é a prevenção. Reduzir a violência contra mulher trona-se um grande desafio quando se tem uma cultura que incentiva a todas as formas de violência. O presente projeto não deixa de ser uma tentativa de diminuir os altos índices de violência presente no estado, e reconhece o papel da escola como estimulador da cultura de paz e que através também da educação que tem um papel transformador posa gerar novas atitudes que contribuam para a cultura de paz.

**(Conclusão)** Portanto, em uma análise particular, constata-se que a violência doméstica familiar tem sua origem atribuída a fatores culturalmente aceitos na sociedade, embora a Lei Maria da Penha represente um avanço inegável, a violência contra mulher encontra-se em evidência o que nos permite pontuar que não basta só as leis, é preciso uma mudança cultural, nos comportamentos da sociedade, ainda machista, patriarcal e conservador. A efetivação da Lei Maria da Penha também exige políticas públicas eficazes, criando instrumentos específicos para também prevenir a violência doméstica e familiar que garantam direitos básicos, principalmente direito á educação que tenha como base a equidade formal e material entre homens e mulheres.

**Palavras-Chave:** Violência Doméstica e familiar, Lei 11.340/2006, Projeto Maria da Penha vai às Escolas, Estado do Rio Grande do Norte.

**A EMANCIPAÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE A RESPEITO DA INICIAÇÃO DA CAPACIDADE CIVIL PLENA DE FORMA PRECOCE**

**Autor(es):**

*Yuri Felipe Lima Damasceno Cortez de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rodrigo de Aquino Lessa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Thomaz Lacerda Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos da pessoa natural são marcados pelo nascimento com vida do Ser Humano, no Código de Direito Civil brasileiro, e tem o objetivo de assegurar as capacidades do indivíduo tanto de direito, como de fato. Contudo, no primeiro momento da vida o cidadão brasileiro tem apenas a capacidade de direito, visto que até os 18 (dezoito) anos o agente é considerado menor incapaz para poder exercer os atos da vida civil (capacidade de fato). Dessa forma, existe um tópico no direito da pessoa natural, chamado de emancipação, que consiste na aquisição da capacidade civil antes da idade legal, ou seja, é a aptidão para exercer, por si só, os atos da vida civil, atingindo dessa forma, a capacidade plena (capacidade de direito + capacidade de fato) de forma precoce.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de uma busca bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca na internet com um todo, a fim de possibilitar a seleção de algumas situações em que poderiam ser analisadas sobre o tema. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas situações que versam sobre o tema, o qual está totalmente inserido no Direito Civil. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, referente às situações ocorridas no Brasil, trazendo como base os dados encontrados através de exploração na rede de pesquisa.

**(Resultados)** Com base nas pesquisas realizadas, é possível observar que a emancipação, na realidade, não torna o menor de idade em maior, e sim, antecipa a aquisição da sua capacidade civil antes da idade legal, implicando, assim, na sua aquisição de capacidade para prática de atos exclusivamente na esfera do Direito Civil. Assim, com a emancipação, não será dado ao menor o direito a adquirir a Carteira Nacional de Habilitação ou frequentar locais que não seja permitida a frequência de menores de 18 anos. Outro ponto acerca da emancipação é que esta é irrevogável, ou seja, independentemente do evento que venha a ocorrer, uma vez atingida a capacidade plena, este não perderá sua capacidade, salvo os casos referentes a perda de capacidade definitiva ou momentânea por doença ou por embriaguez involuntária.

**(Conclusão)** Conclui-se que a emancipação enfrenta grandes desafios ante a dificuldade que a precoce capacidade traz à tona. Destaca-se que a problemática enseja numa questão de caráter cultural, afinal, o Direito Civil não avalia a maturidade do menor emancipado no momento em que garante a emancipação civil. Nessa questão, é possível imaginar a situação de um menor emancipado ingressando no ensino superior sem maturidade para tal e, conseqüentemente, obtendo péssimos resultados em avaliações e trabalhos. Afinal, a dificuldade em compreender a complexidade científica e filosófica de pensamento no bacharelado é gritante. Essa dura realidade sociocultural, fomenta a idealização de uma avaliação psicológica antes de ser aprovada a emancipação judicial e a voluntária, tendo em vista que as conseqüências possivelmente podem ser muito negativas. Considerando que a mesma é irrevogável, é imprescindível a cautela nessa questão. Dessa forma, o fenômeno da emancipação não deve ser banalizado e requer uma reflexão antes de sua realização para que este tenha sua finalidade bem executada.

**Palavras-Chave:** Emancipação. Capacidade. Direitos da Pessoa Natural.

**A ENTREGA DE BRASILEIRO NATO AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O CONFLITO APARENTE DE NORMAS  
COM O SISTEMA NORMATIVO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Aline Gurgel d'Ávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Tribunal Penal Internacional nasce num contexto pós II Guerra Mundial e de diversas tentativas fracassadas e isoladas de trazer a paz mundial. Nesse contexto, objetiva unificar os países signatários para que solucionem conflitos internacionais sob o mesmo prisma judiciário. No entanto, ao mesmo passo que o referido Tribunal unifica seus signatários na busca pela paz, ele é capaz de conflitar com normas internas, principalmente dos países que não são tão fortalecidos no “Common Law”. Diante do exposto, tem-se que o Brasil está incluso como um dos países que aderem ao Estatuto de Roma, porém que possui normas aparentemente diversas ao defendido pelo mesmo.

**(Metodologia)** O método utilizado na pesquisa será o hipotético-dedutivo, em que o fato-problema será a entrega de brasileiro nato ao Tribunal Penal Internacional, a hipótese formulada será no sentido de que há um conflito aparente de normas entre o Estatuto de Roma e o sistema normativo brasileiro, havendo como consequência uma possível fragilização da Constituição Federal frente às normas internacionais. Assim, após confrontar a hipótese com a realidade, chegaremos a confirmação desta. Ademais, será utilizado o método de abordagem transdisciplinar, abrangendo o Direito Penal, Internacional e Constitucional.

**(Resultados)** O resultado alcançado quanto ao tema em análise é de que existe um conflito aparente de normas entre o Estatuto de Roma e a Constituição Federal de 1988 no que concerne a entrega de brasileiros natos ao Tribunal Penal Internacional. Isso é, ainda que o art. 89 do Estatuto estabeleça que possa haver a entrega e que a Constituição Federal vede, no art. 5º, LI, a extradição de brasileiros natos ou naturalizados, o conflito irá se configurar meramente como aparente, pois haverá uma distinção legal entre “entrega” e “extradição”. Assim, será nesse sentido também que doutrinadores renomados, como Flávia Piovesan, irá dissertar.

**(Conclusão)** Conclui-se que a extradição, vedada pela Constituição Federal, será estabelecida quando houver a rendição de um sujeito de um Estado para outro Estado. Já a entrega, previsto no Estatuto de Roma, ocorrerá quando o sujeito for rendido de um Estado para um Tribunal Internacional. Dessa forma, pode-se afirmar que o Brasil não ofendeu a Carta Magna ao ser signatário do Tribunal Penal Internacional, porém, é razoável afirmar que ao ser signatário de um tratado que versa sobre formas de punição e de julgamento distintas do que há no ordenamento jurídico brasileiro, é possível resultar numa insegurança jurídica.

**Palavras-Chave:** Tribunal Penal Internacional, Constituição, Extradição, Entrega.

**A EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE FRENTE AO CASO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DA CIDADE DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No ano de 2009, começaram as investigações lideradas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte sobre a adequação ambiental dos Postos de Combustíveis da Cidade de Natal/RN. Dessa forma, foi descoberto que diversos empreendimentos estavam contaminando o aquífero responsável por cerca de 70% do abastecimento da população. Nesse sentido, entendendo que o Direito Constitucional nos trazem seu artigo 170, inciso IV, a expressa previsão da ordem econômica seguir princípios como o da defesa do meio ambiente, temos a possibilidade de nos valermos da característica extrafiscal dos tributos como forma de efetivação destes direitos. Sendo assim, objetiva-se, no presente trabalho, realizar uma análise de que forma a característica extrafiscal do direito tributário como mecanismo de efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado poderia ser aplicada dentro da atividade dos Postos de Combustíveis da Cidade de Natal/RN.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, pois objetivou-se responder questões sobre diversas áreas do conhecimento, por exemplo, Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direito Tributário . No tocante ao método de procedimento optamos pela utilização do método histórico, uma vez que com o objetivo de respondermos a questão investigativa optamos pela utilização da análise histórica sobre a construção da ideia de Estado Socioambiental de Direito e a análise do processo de adequação ambiental dos Postos de Combustíveis da cidade de Natal/RN. Em suma, podemos elencar a pesquisa como exploratória e descritiva, porque possui como objetivo elucidar problemas ainda não explorados pertinentes à tributação ambiental. Consequentemente, foi utilizada como técnica de pesquisa a análise da produção científica e legislativa, com o intuito de esclarecer as ferramentas que o ordenamento jurídico fornece para a efetivação da tributação ambiental.

**(Resultados)** Verifica-se o crescente interesse pela introdução da variável ambiental no Sistema Tributário Brasileiro, em razão da tributação ambiental encontrar respaldo e legitimidade previstos constitucionalmente. O artigo 170 da Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV, retrata a previsão expressa da ordem econômica seguir princípios como o da defesa do meio ambiente. Além disso, no artigo 225 de nossa Carta Magna, encontramos expressamente o direito de todos ao meio ambiente equilibrado, e impõe ao poder público e as autoridades o dever de defendê-lo. No tocante a implementação dos mecanismos temos que no direito ambiental existe o princípio do poluidor-pagador, ou seja, o agente poluidor é detentor de arcar com as obrigações através de um valor proporcional aos custos ambientais que a sua atividade acarreta, gerando uma forma de ressarcimento para a sociedade pelos danos causados. Nesse sentido, é importante analisarmos que é necessário que se proporcionem incentivos ao processo de adequação ambiental de atividades econômicas potencialmente poluidoras. Assim, podemos verificar que mecanismos existentes no ordenamento jurídico brasileiro como a alíquota diferenciada do IPTU Verde poderiam ser aplicados como formas de incentivo na adequação ambiental dos Postos de Combustíveis.

**(Conclusão)** Portanto, a característica da extrafiscalidade tributária encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio para que possa concretizar direitos como o do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Neste diapasão, o caso dos Postos de Combustíveis da cidade de Natal/RN e seu processo de adequação ambiental, devido a grande importância da atividade econômica, em consonância com a possibilidade de aplicação da variável ambiental mostra-se como uma forma de promover o conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que ao tributar de forma diferenciada estaríamos induzindo práticas ambientais.

**Palavras-Chave:** Postos de Combustíveis. Direito Tributário. Direito Constitucional. Direito Ambiental

## A FALÁCIA DO SISTEMA SEMIABERTO

### **Autor(es):**

*Yuri Felipe Lima Damasceno Cortez de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Arthur Fernandes Lopes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Giovanni Duarte Maciel de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*carlos henrique hora lucio da silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O sistema prisional sempre foi objeto de discussões na humanidade. Desde que ocorreram os primeiros delitos, houve a necessidade de punir os criminosos, para que se pudesse manter a ordem social, pois, se nenhum crime for punido, teremos uma verdadeira anarquia, e estaremos diante do mundo animal, no qual prevalece a vontade do mais forte e o mais fraco tende a perecer diante dos poderosos. Ademais, é notório em muitos Estados do Brasil que os presídios estão superlotados, além de possuírem uma infraestrutura precária em relação a demanda. Nosso grupo decidiu trabalhar com essa temática, pois consideramos de extrema importância tratar sobre um regime que muito tem causado problemas para o país, além de não estar sendo eficiente no nível esperado para trazer resultados aceitáveis.

**(Metodologia)** METODOLOGIA.: A pesquisa realizada neste trabalho caracteriza-se como exploratória, posto que entrevistamos autoridades na área com o objetivo de obtenção do conhecimento sobre a problemática e não para propor soluções a mesma. Em relação ao método de pesquisa, o trabalho utiliza o método indutivo, pois partimos de exemplos locais para se chegar a um panorama nacional. No que diz respeito ao procedimento, a pesquisa foi realizada com base nos métodos experimental e estatístico. Já que foram realizadas três entrevistas com juízes e um promotor, visando aliar o conhecimento teórico ao prático, a fim de ter uma visão completa do sistema penitenciário brasileiro, sobretudo no RN.

**(Resultados)** RESULTADOS:Tendo em vista o arcabouço jurídico regente do sistema semiaberto no território nacional e as entrevistas realizadas com os juízes de direito Henrique Baltazar e Valentina Damasceno e a promotora Isabela Lúcio, percebemos a ineficiência deste sistema graças ao descaso do Estado no tratamento da situação penitenciária hodierna e historicamente. A falta de estrutura faz com que os apenados se submetam a uma verdadeira "gambiarra" para progredir de regime, visto que segundo a lei de execução penal, Art. 91. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto. porém, devido a falta desses espaços, bem como à súmula vinculante 56 do Supremo Tribunal Federal; na qual enuncia que "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso", o apenado tem feito uso da tornozeleira como saída alternativa.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO:Diante dos fatos supracitados é notório afirmar a ineficiência do sistema semiaberto tanto em penalizar quanto em ressocializar os apenados. Muito se deve a falta de condições nas penitenciárias onde não há o respeito pela vida humana principalmente devido a superlotação, contrariando os direitos inerentes ao ser humano. Também, há de citar a falta de compromisso por parte de muitos dos profissionais que não cumprem de maneira eficiente seus deveres perante a sociedade, que acaba por sofrer as consequências da falta de efetividade na ressocialização, resultando na continuidade da prática de crimes e a violação dos limites do sistema semiaberto, fato este, que é o principal problema já que resulta diretamente em violência e mortes.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Regime semiaberto. Cumprimento de pena. Progressão de regime. Superlotação. Penitenciárias.

**A FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA NO DIREITO PROCESSUAL PENAL EM BUSCA DA VERDADE REAL**

**Autor(es):**

*Luciana Gomes do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como finalidade buscar respostas para a seguinte problematização: Quais consequências da admissibilidade e inadmissibilidade da prova ilícita no processo penal? O tema foi escolhido devido sua relevância na busca da verdade real no processo penal e ainda por ser uma matéria ainda não pacificada pelos julgadores, trazendo a tona várias teses, teorias e posicionamentos. A violência e a criminalidade, em nosso país, veem aumentando muito dos últimos anos na esperança de melhorar a situação a sociedade clama por justiça. E espera que após o devido processo legal a sentença decretada pelo Poder Judiciário seja baseada na realidade fática. Quando a decisão de uma sentença não corresponde ao fato, mesmo com a existência de provas do fato ocorrido, gera sensação de injustiça. Em especial, quando o poder judiciário absorvi um réu, mesmo tendo total convicção de sua culpa, porém não pode ser condenado devido a prova ser ilícita, ainda que demonstre a verdade dos fatos. A partir da constituição de 1988 o legislado declarou em seu Artigo 5º, inciso LVI, a inadmissibilidade da prova ilícita como sendo um direito fundamental. “São inadmissíveis no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Sendo que esta inadmissibilidade pura e simples pode criar situações de casos concretos que a única maneira de garantir o resultado justo do processo penal seja a utilização de provas obtidas ilicitamente.

**(Metodologia)** O método científico que será usado é o dialético devido a contraposição de ideias acerca da admissibilidade e inadmissibilidade da prova ilícita. Em relação ao procedimento será o método comparativo e técnica empregada será uma pesquisa bibliográfica. Será utilizada obras de autores renomados no assunto, observando diversos posicionamentos de autores, além de análise da jurisprudência de diversos tribunais.

**(Resultados)** Após a análise das fontes de pesquisas será possível verificar as consequências da flexibilização do Princípio da inadmissibilidade da prova ilícita no Direito Processual Penal em busca da verdade real.

**(Conclusão)** O tema é muito relevante para nossa sociedade pois o princípio da inadmissibilidade da prova ilícita, em certos casos, gera insegurança jurídica. Tal trabalho, vai servir de referência para analisar uma possível mudança no ordenamento jurídico brasileiro tornando a sentença mais coordenada com os fatos reais.

**Palavras-Chave:** Prova ilícita, Inadmissibilidade e Flexibilização

## A GUARDA COMPARTILHADA COMO MEIO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

**Autor(es):**

*Larah Gomes Silva Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o presente artigo, visa-se fazer uma breve abordagem sobre a alienação parental e a guarda compartilhada com meio imprescindível para o combate a esta prática. Apesar de não ser algo novo, nos dias atuais vem tomando grandes proporções, porém muitas pessoas ainda não sabem de certa forma como se configura a alienação parental, bem como as práticas que a caracterizam. A ruptura do vínculo conjugal, acarreta diversas mudanças, tanto na vida dos cônjuges como na vida dos filhos, e se a condução das referidas mudanças não for realizada da maneira correta, podem acarretar diversos danos a saúde mental, principalmente das crianças. Diante disso, a guarda compartilhada aparece não apenas como um tipo de guarda existente no ordenamento, na Lei 13.058/14, mas como hipótese instituída afim de combater atos típicos de alienação parental, pelo art. 6º da Lei 12.318/10.

**(Metodologia)** Dessa forma, em relação à metodologia, este trabalho será fundado em pesquisa descritiva, onde será abordado um tema comum, propiciando uma possível solução para ele. Os resultados serão apresentados pelo método qualitativo, devido a busca em compreender e interpretar determinados comportamentos, bem como outros aspectos materiais. Finalizando, o presente artigo está sendo construído por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Por se tratar de pesquisa ainda em andamento, não se pode precisar os resultados desta, contudo observou-se até o presente momento, que a alienação parental está cada vez mais presente na vida das crianças, sobretudo, aquelas que têm seus pais separados. A guarda compartilhada em sido um importante instrumento para o combate da alienação parental, tendo em vista que é de suma importância que a criança, mesmo após a separação de seus pais, tenha contato com ambos, visando sempre a proteção de seus direitos, e a garantia de seu bem-estar.

**(Conclusão)** Com esse estudo está sendo possível verificar a importância da guarda compartilhada, se verificada a existência da alienação parental na relação familiar entre os pais e os filhos. A alienação parental é um grave problema que afeta muitas crianças hoje em dia e precisa de solução, e dentre as possíveis soluções, a guarda compartilhada vem se tornando a melhor, pois dentre as hipóteses trazidas pela Lei 12.318/10, a única em que a criança pode conviver com ambos os pais é a guarda compartilhada, podendo, portanto, desmistificar a imagem trazida pelo genitor alienante.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Lei 12.318/10. Guarda Compartilhada.



**A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO MÉTODOS DE PREVENÇÃO AOS CRIMES NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO**

**Autor(es):**

*vitor emmanuel viana antunes dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN  
Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Há mais ou menos 30 anos o Brasil surfou no fenômeno da Globalização e, nesse sentido, se desenvolveu industrialmente e estruturalmente, atraindo para cá, investidores e diversas empresas estrangeiras. Com isso, os ramos do Direito Empresarial, Direito Societário e Direito Penal Econômico passaram a ser mais discutidos na seara jurídica, haja vista a necessidade trazida pelas demandas das empresas que aqui se instalaram. Nesse sentido, buscou-se o desenvolvimento de mecanismos que pudessem evitar o cometimento de diversas práticas delituosas características do ramo do Direito Penal Econômico, como o Insider Trading, Corrupção Passiva, Caixa 02, Lavagem de Dinheiro, Não divulgação de Ato ou fato relevante, nos termos da Lei Anticorrupção, da Lei das S.A, da Lei 6.385 (Mercado de Valores Mobiliários), da Lei 1.521 (Crimes contra a Economia Popular), a Resolução nº 358 da Comissão de Valores Mobiliários, dentre outras. Dessa forma, a fim de antecipar o cometimento de tais atitudes delituosas, surgiu a necessidade de se pensar em mecanismos que pudessem coibir esse tipo de prática antes mesmo que ela fosse feita, ou logo após, afim de evitar maiores transtornos, como é o caso da utilização da Chinese Wall e do Compliance.

**(Metodologia)** Durante a produção foi utilizados os métodos de pesquisa Hipotético-Dedutivo e Histórico-Comparativo, sempre procurando uma abordagem transdisciplinar do assunto, uma vez que reúne, o ramo da Administração, Direito Empresarial, Direito Societário e Direito Penal Econômico, trazendo uma abordagem da evolução histórica e do surgimento de tais assuntos.

**(Resultados)** Restou comprovado, após toda a análise bibliográfica que é tendência no ramo corporativo, a utilização de mecanismos que possam antecipar o cometimento de crimes econômicos, haja vista sua sutileza e sua facilidade de ser cometido por quaisquer atitudes que possam vir a violar as determinações legais. Nesse ínterim, cabe ressaltar que o mecanismo do Chinese Wall, sendo esse, uma espécie de segregação dos setores da companhia os quais possam vir a gerar um conflito de interesses entre os setores ou entre companhias, se mostra como uma excelente maneira de se resguardar o sigilo de informações privilegiadas. Além disso, o Compliance interno se mostra imprescindível no que diz respeito à necessidade de se adotar boas práticas de governança corporativa, seguindo o ordenamento jurídico e antecipando possíveis atitudes delituosas.

**(Conclusão)** Ao se tratar de uma iniciação científica o trabalho ainda está em aberto, em processo de formação. Portanto, a fim de precipitar conclusões imprecisas e nada razoáveis, não existe conclusão consolidada para esse trabalho.

**Palavras-Chave:** Compliance; Chinese Wall; Direito Penal Econômico; Governança Corporativa.

**A INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 487 DO STF: UMA ANÁLISE AO PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE PROCESSUAL FRENTE AS AÇÕES POSSESSÓRIAS.**

**Autor(es):**

*Brenda Abdon Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*VANESSA CRISTINA DIÓGENES ESTEVAM: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Analisando-se a realidade de muitos processos judiciais em trâmite que, seja na esfera estadual ou federal, pode-se inferir que a distribuição de terras se caracteriza como um tema recorrente nos tribunais, nas casas legislativas, nos projetos de políticas públicas e tantos outros setores e órgãos gestores do Estado brasileiro. Assim, faz-se necessário realizar uma análise acerca dos mecanismos utilizados para resolução dos referidos conflitos levados ao judiciário, decorrentes das diferentes espécies possessórias. Traçado, portanto, o campo de atuação da pesquisa, deve-se, inicialmente, diferenciar as definições de “posse” e “domínio”, institutos presentes em todo e qualquer litígio instaurado por ação possessória. A posse no entendimento de Farias e Rosenvald (2012) compreende a possibilidade de o sujeito exteriorizar, em seu próprio nome, alguma das faculdades da propriedade, seja ele proprietário ou não. Já no que se refere a um dos conceitos de domínio, entende-se que se trata de um direito, enquanto a posse constitui um estado de fato que independe da conformidade com a legislação.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho empírico, que será realizada pelo estudo de diferentes bibliografias que tratam a respeito da temática, bem como pela análise documental, de forma comparativa, dos julgados que permitam a aplicação da Súmula nº 487 do STF com os atuais julgados que entendem pela sua inaplicabilidade. Assim, objetiva-se realizar a seleção de algumas demandas que envolvam a discussão acerca de posse e propriedade na realidade brasileira, apoiada em uma abordagem metodológica hipotético-dedutiva e qualitativa, que partirá da hipótese que a impossibilidade do juiz analisar as provas concernentes às alegações de exceção de domínio e, com base no conjunto probatório, decidir a questão possessória, não prestigia o Princípio da Efetividade Processual.

**(Resultados)** Constatou-se que nos casos concretos, o juiz pode julgar a causa de duas formas distintas, isto é, atendo-se estritamente ao comando da lei, ignorando as argumentações voltadas ao domínio e ao título de registro, analisando apenas quem detém a melhor posse e deixando a questão dominial para eventual ação petítória ou acompanhando algumas jurisprudências, o juiz pode analisar as provas concernentes às alegações de exceção de domínio e, com base no conjunto probatório, decidir a questão possessória.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que a atuação do magistrado que entende pela possibilidade da alegação de domínio nas ações possessórias, não se configura como um desrespeito ao ordenamento jurídico. Pelo contrário, tal atuação deve ser entendida no sentido de que, tratando-se de ação possessória, questões dominiais não podem ser inteiramente excluídas da apreciação judicial, visto que o julgador deve, ao temperar sua decisão, não apenas analisar eventuais alegações de domínio como meio de prova da posse, mas também outorgá-la a quem, acima de qualquer título, cumpra a sua função social.

**Palavras-Chave:** Ações possessórias. Posse e Domínio. Súmula 487/STF. Princípio da Efetividade Processual.

**A INCOMPATIBILIDADE DA MILITARIZAÇÃO DO ENSINO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN  
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tratará sobre um grave problema, que se instala no Brasil, a Militarização do Ensino nas Redes Públicas, a experiência começou no estado de Goiás e que a cada ano se expande vertiginosamente. Os defensores apontam como uma solução à crescente violência no ambiente escolar e os que são contrários a ideia, argumentam que há um desvio da função dos órgãos de segurança pública, sequestrando a subjetividade e socialização dos corpos, como bem pontua Michel Foucault além de tirar o caráter público e laico das escolas o que fere frontalmente o Estado Democrático de Direito. A militarização do ensino não está dissociada do projeto de Escola sem Partido, embora tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e esse projeto não diferentemente daquele também toma repercussão nacional, quando se torna objeto de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) contra leis e decretos que regulamentam e aumentam as escolas militares a exemplo de Rondônia, Bahia e outros estados que serão matérias de grande relevância para o estudo nessa pesquisa.

**(Metodologia)** O trabalho a ser desenvolvido consiste em uma pesquisa teórico-descritiva, acerca dos principais desalinhamentos jurídicos que é a CRFB/88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96. A consecução desse objetivo será alcançada mediante, a realização de uma pesquisa bibliográfica, com a leitura de artigos científicos que tratam, sobre a temática em consonância com o Direito Constitucional que será estudado dialogicamente em conjunto com a normatização brasileira referente à matéria em questão, LDB, nos seus arts. 15 e 61.

**(Resultados)** A entrega da gestão das Escolas Públicas à Polícia Militar como uma resposta à crescente violência atribuída de forma irresponsável às escolas e a usurpação da função do professor, visto que não teria o policial qualificação técnica para lecionar na área do ensino, o que demonstra um caráter intervencionista no que se entende de escola pública, de qualidade e laica no Brasil. Outro fato preocupante é que a Gestão Democrática, em sua essência já estaria comprometida, visto que a simples presença do policial centralizaria as decisões, gerando intimidações, desfavorecendo a participação de todos tonando o ambiente escolar hostil, inclusive o conselho escolar teria sua autonomia relativizada. Não há dúvidas, que o ambiente escolar tornar-se-ia incriminador o que para a juventude negra, pobre e de periferia seriam os alvos fáceis desse processo criminológico que não favorece a pluralidade dos sujeitos.

**(Conclusão)** As irregularidades apontadas e fundamentadas violam a CRFB/88, demonstrando-se assim incompatíveis com o Estado Democrático de Direito, uma vez que no seu art. 206, consagra princípios basilares do ensino, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de ideias e de concepções pedagógicas, entre outros. Vale frisar, que a Educação Básica é de responsabilidade prioritária das pastas de Educação municipal e estadual, e não de outro órgão.

**Palavras-Chave:** Militarização do Ensino nas Redes Públicas, Estado Democrático de Direito, CRFB/88, LDB 9.394/96

**A INCOMPATIBILIDADE DO PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E UMA ABORDAGEM SOBRE A LEI 10.569/2019 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*  
*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Após recente decisão do Supremo Tribunal Federal-STF, que pôs fim ao polêmico projeto de lei, conhecido popularmente como “Lei da Mordaça”, que visava criminalizar o exercício da docência, através do cerceamento do direito da liberdade de expressão e da livre cátedra. Tal projeto de lei, que caminha no sentido contrário ao Estado Democrático de Direito foi definitivamente arquivado. Contrário a essa visão alienante e incriminadora, o estado do RN, instituiu a Lei 10569/2019, denominado Escola Democrática respaldada na CRFB/88 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/1996, que será objeto aqui da pesquisa.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa com cunho explicativo, utilizou-se dos métodos de coleta bibliográfica e documental, tendo em vista que a leitura e a pesquisa dos códigos normativos, a CRFB/88 e a LDB 9.394/96 foram essenciais para análise e compreensão do procedimento, utilizou-se o estudo de caso específico, que versa sobre o objeto da pesquisa, elegendo-se o mais relevante em termo de repercussão nacional.

**(Resultados)** No Brasil, falar de política, no sentido amplo da palavra e sobre gênero, embora o texto constitucional consagre e garanta a liberdade de expressão e proíbe a censura, ainda noticiamos professores sofrerem violências e ameaças em sala de aula, constrangimentos que demonstram ainda um frágil e recente estado democrático e que ainda carrega os ranços de uma ditadura militar já vivida em outra época. Visando coibir o cerceamento do direito de opiniões mediante violência ou ameaça e transformando a escola em um ambiente hostil, o estado do RN, instituiu a Lei 10.569/2019, como uma garantia da liberdade de expressão e de cátedra nas escolas. Em suma, ainda não é possível apontar resultados, uma vez que a lei foi publicada dia 5 de Agosto de 2019, no entanto percebe-se que a iniciativa fortalece o Estado Democrático de direito.

**(Conclusão)** Constata-se, que o Brasil por ser fruto de uma recente redemocratização, ainda carrega ranços da ditadura militar o que exige maturidade ao que diz respeito à liberdade de expressão e apreço à tolerância, opiniões e ideias, assim como a liberdade de aprender; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Observa-se, então que a recente lei visa instituir ou ao menos reforçar as concepções já consagradas da CRFB/88 nas práticas escolares, com base na liberdade de expressão que possibilite uma educação emancipadora e voltada para a cidadania, que são base do Estado Democrático de Direito.

**Palavras-Chave:** Escola sem Partido, Estado Democrático de Direito, CRFB/88, LDB 9.394/96, Lei 10.569/2019- Escola Democrática, Estado do RN.

## A INEFICÁCIA DAS NORMAS INERENTES A INTEGRIDADE DA MULHER

### **Autor(es):**

*Flávia Lira da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Matheus Henrique Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É evidente que as inovações nas políticas públicas em relação a segurança da mulher não estão surtindo o efeito desejado, visto que os números são crescentes, com isso, apesar de haver alterações constantes nas legislações específicas, e ter sua aplicação respeitada, em muitos casos, ainda se tem uma resistência pelos agressores, e aceitação da sociedade pela culpabilização da vítima, pois mesmo com os avanços sociais alcançados, hoje, a mulher ainda tende a ser vista como objeto, em decorrência de anos de uma legislação patriarcal, como no Código Civil de 1916.

**(Metodologia)** Como método foi utilizado para a pesquisa foi o método de abordagem dedutivo, uma vez que partirá de um ponto geral para analisar os pontos específicos, proporcionando uma análise de como lidar com a persistência do problema na sociedade, e para melhor entender melhor o fenômeno, foi utilizado o método histórico como auxiliar, pois, uma análise histórica permite entender como surgiu o problema e como se explica a sua persistência até os dias de hoje.

**(Resultados)** Os resultados obtidos ao longo do trabalho e que mesmo com legislações mais gravosas para quem comete tais delitos os crimes contra as mulheres se perpetuam com o tempo, como se costume fosse, em decorrência de uma misoginia passada de geração em geração, como evidenciado na culpabilização da vítima, fato que foi positivado na legislação, como exemplo disso é a expressão “mulher honesta”, termo que perdurou no nosso ordenamento até 2009, e embora tenha sido removida, os seus efeitos ainda perduram no meio social até hoje em dia.

**(Conclusão)** foi concluído que o Brasil já tem as ferramentas legais para combater o número de casos, como por exemplo, a Lei Maria da Penha e a lei do Femicídio, entretanto falta o enfoque social, uma conscientização coletiva em detrimento ao fim da violência não só da mulher, mas como um todo, visto que hoje temos uma certa normatização da violência pela habitualidade.

**Palavras-Chave:** violência.mulher.femicídio.doméstica.

**A INFLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMO OBSTACULO AO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS.**

**Autor(es):**

*Luiza Melo Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho faz parte da natureza e da história da humanidade, é por meio dele que o homem constrói sua essência e evolui. Dessa forma, é um dos principais meios de relação social, sendo necessária a sua regulamentação pelo Estado. Desta feita, em maio de 1943 foi sancionado pelo Presidente Getúlio Vargas a Consolidação das leis trabalhistas – CLT, a qual unificou as normas, de forma a inserir os direitos laborais na legislação brasileira, regulamentando as relações individuais e coletivas do trabalho. Diante disso, as relações entre empregados e empregadores, geram inúmeros conflitos, que são expressos pelo número de ações trabalhistas ajuizadas na Justiça do Trabalho. Segundo o CNJ, em 2012, o poder judiciário foi afogado com o ingresso de 3.209.536 ações trabalhistas em primeira instância. Com base na ideia de que o empregado é a parte hipossuficiente na relação de emprego, os Tribunais acabam priorizando o princípio “in dubio pro operário” para interpretar as lides laborais, prolatando, na maioria das vezes, decisão favorável ao trabalhador. Nesse viés, a inflexibilidade das leis trabalhistas, acaba tornando-se onerosa para os empregadores que não possuem uma grande capacidade econômica e submetem os vínculos empregatícios a normatização do Estado.

**(Metodologia)** Constitui-se um trabalho teórico de caráter exploratório, por meio de levantamento de dados e leituras bibliográficas, bem como, descritivo, relatando os obstáculos encontrados na legislação trabalhistas que dificultam o desenvolvimento das empresas, por meio do estudo de pesquisas documentais, súmulas, dados estáticos e a legislação vigente. Ademais, evidencia-se o método dedutivo, partindo das leis laborais e os princípios norteadores do Direito do Trabalho, para analisar a repercussão prática.

**(Resultados)** Espera-se, através das pesquisas, identificar os principais obstáculos frente ao crescimento empresarial enfrentados pelos empregadores, a análise de súmulas que mostram-se incompatíveis com a legislação em vigente, comparando o Direito do Trabalho brasileiro com países mais desenvolvidos com normas mais flexíveis, garantindo o direito a dignidade e o desenvolvimento pessoal não só para o trabalhador, mas também para o empregador, de modo a satisfazer ambas as partes.

**(Conclusão)** Diante do exposto, conclui-se que o Direito do Trabalho, precisa de um aperfeiçoamento no que concerne aos encargos atribuídos ao empregador, de modo que torne mais viável e autônoma a administração da empresa e o incentivo pelo contrato de trabalho formal, diminuindo o pagamento de tributos que é gerado pela quantidade de benefícios concedidos ao trabalhador, esquecendo, muitas vezes, do empresário. No que concerne a flexibilização das normas trabalhistas, diante dos desafios enfrentados pelas empresas no cenário atual econômico, faz-se necessário ampliar e aplicara legislação com o objetivo de dar maior liberdade negocial as relações de trabalho, na busca por soluções justas e igualitárias, que melhor atendam as necessidades dos dois lados, harmonizando o interesse das empresas e dos profissionais, assegurando as normas fundamentais, em favor da justiça social.

**Palavras-Chave:** Flexibilização - Preservação da empresa - CLT

## A INFLUÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

**Autor(es):**

*Mariana Laurentino Medeiros da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As mulheres historicamente tiveram um tratamento diferenciado dos homens na sociedade, desde sua escolarização que foi tardia até sua inserção nas relações trabalhistas, onde as mulheres só podiam exercer determinados trabalhos e alguns cargos. Apesar de tantas mudanças no lapso temporal, há quesitos que ainda marcam o passado; a exemplo disto está a sociedade patriarcal onde a principal característica encontra-se na superioridade do gênero masculino sobre o feminino. Seguindo essa linha de pensamento, e analisando o artigo 5º da Constituição Federal, percebe-se, em sua nomenclatura legal, que todos são iguais perante a lei e em seu inciso I reforça dizendo que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

**(Metodologia)** Utiliza-se o método de abordagem qualitativo-quantitativo ou misto, uma vez que este método incide tanto sobre a interpretação subjetiva, voltando para parte de opiniões e percepções, quanto de dados estatísticos. Além do método exploratório que busca citações de bibliografias sobre o assunto para facilitar a compreensão do tema exposto.

**(Resultados)** Sob esse contexto, verificou-se que além dos fatores históricos da sociedade brasileira, pesquisas e movimentos que busquem a igualdade de gêneros, como o feminismo e, que comprovem a realidade desigual que mulheres enfrentam em situações que envolve o trabalho. Ademais, em conjunto com o raciocínio acima, a CEDAW, que já existe há 40 anos e tem por objetivo eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, tendo seu início no ano de 1946 e desde então vem trabalhando em âmbito internacional. É perceptível que nas relações de trabalho, as mulheres encontram-se em situação de desigualdade em relação aos homens, sendo inferiorizadas, hierarquicamente falando, quanto ao salário e cargos ocupados, apesar de já terem conquistado espaço no mercado ao longo dos anos 90, como contribuintes para renda e provimento econômico do lar.

**(Conclusão)** Conclui-se assim, que as mulheres conseguiram com muito esforço seu espaço no mercado de trabalho. Contudo, apesar da Constituição em seu artigo 7º, inciso XX – tratando da proteção do trabalho da mulher – regulamentar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em aspectos específicos, a realidade apresentada na relações de trabalho entre homens e mulheres está longe de ficarem no mesmo patamar. Sendo assim, necessário um maior aperfeiçoamento nos estudos desse instituto para que não restem dúvidas acerca do tema.

**Palavras-Chave:** Desigualdade de Gênero. Direito do trabalho da mulher. Direitos Humanos.

**A INFLUÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS E SEU IMPACTO NAS EMPRESAS**

**Autor(es):**

*Patrícia Teixeira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sylvia Carolina Varela Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Devido o avanço da tecnologia, a comunicação tornou-se mais fácil por meio cibernético, tanto no âmbito de lazer quanto no âmbito profissional. Nessa perspectiva, as pessoas estão cada vez mais compartilhando seus dados pessoais para websites sem ter o conhecimento acerca de alguma proteção. Dessa forma, o legislador percebeu a relevância de tutelar esses dados, criando assim a Lei Geral de Proteção de Dados, que foi baseada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) do Direito europeu. Tal lei entrará em vigor em agosto de 2020, dois anos após a sua publicação, para que as empresas possuam tempo hábil para se adaptarem a nova regra.

**(Metodologia)** O método de abordagem do trabalho será o dedutivo, pois parte de uma premissa geral em relação a criação da LGPD para chegar no contexto de proteção de dados de relações consumeristas e como as empresas deverão se comportar. Além disso, no que diz respeito ao método de procedimento, será o funcionalista por analisar o ponto de vista da legislação em si, ou seja, a interpretação da letra da lei e o que ela visa trazer para o âmbito cibernético. Já em relação as técnicas de pesquisa, será estudado material oriundo de pesquisas decorrentes da internet, tais como, artigos científicos e análise de termos e condições dos websites. O presente projeto visa, através do objetivo geral, analisar a perspectiva da incidência da nova lei nas relações cibernéticas, principalmente consumeristas, em que existe um fornecimento de dados pessoais. Além dessa análise, também será apresentado as consequências para as empresas, no sentido de adaptação à LGPD em relação a proteção mais transparentes dos dados.

**(Resultados)** À vista disso, é necessário que haja uma conscientização por partes das empresas diante dessa nova realidade virtual, havendo assim um impacto na comunicação digital, realizando uma reestruturação interna no que concerne aos termos e condições de cada website, objetivando proteger e expor, de forma transparente, o motivo pelo qual eles coletam esses dados e como eles são resguardados. Por isso, caso a empresa descumpra com tal legislação, sofrerá sanções, podendo acarretar um prejuízo financeiro para as empresas.

**(Conclusão)** Portanto, é notório a relevância desse tema nos dias atuais, diante do uso constante da internet para todas as demandas do dia-a-dia, fazendo com que as empresas tenham que se moldar considerando a nova legislação e sofrendo caso aja o descumprimento. Devido a isso, faz-se necessário entender o que deve ser feito para tutelar esses dados pessoais e seguir com rigidez a nova legislação, ocasionando assim uma segurança jurídica entre o consumidor e a empresa.

**Palavras-Chave:** Proteção. Dados. Legislação. Impactos.



## A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS DE PERSONALIDADE JURÍDICA NA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

### **Autor(es):**

*Bianca Chacon Barbalho Simonetti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Giulliana Sheylla Fontes Fidelis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Isadora Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Beatriz de Melo Gadelha Meira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa trata da polêmica do aborto, a maneira como o assunto é abordado pela lei e a forte conexão do assunto com a questão da personalidade jurídica, que é um pressuposto para a inserção da pessoa na sociedade. Nesse viés, há um impasse entre as teorias natalista, concepcionista e da personalidade condicional, onde os doutrinadores pleiteiam há tempos para decidir se o nascituro é dotado ou não de personalidade. A Teoria Natalista defende o início da vida com o nascimento, a Teoria da Personalidade Condicionada, afirma que há personalidade no nascituro, mas essa é confirmada após o nascimento. Por fim, há a Teoria Conceptionista, que exploraremos e veremos que possui grande influência, considerando que é defendida por Silmara Juny Chinellato, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho, Maria Helena Diniz, Flávio Tartuce, dentre outros - sustentando a tese de que o nascituro sendo gerado já possui seus direitos resguardados pela lei – no apoio à ideia da criminalização do aborto, embasando o pensamento patriarcal existente no país, que visa intervir na liberdade de escolha.

**(Metodologia)** A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como aplicada e exploratória, isto porque a mesma consiste em voltar o estudo científico para a solução de um problema específico, que é a criminalização do aborto e como as teorias são aplicadas e abordam o assunto (aplicada) e tem como objetivo explorar a problemática, tornando-a mais clara, indo assim, em busca de soluções para a mesma (exploratória). Quanto à metodologia, o trabalho utilizar-se-á do método hipotético-dedutivo. Enquanto procedimento, este trabalho se realizará por meio de observações indiretas, pois não contará com pesquisas de campo, e sim com dados presentes em fontes de papel. Também se utilizará de artigos com análises de especialistas, livros, análises de casos, e dados estatísticos.

**(Resultados)** Indubitavelmente, ao final da pesquisa, concluímos que a visão concepcionista ainda está enraizada na cultura brasileira, apesar da grande controvérsia existente em seu pensamento, quando põe em a salvo os direitos do nascituro desde sua concepção, porém não o concede personalidade. Todavia, a pesquisa mostrou que há uma postura cada vez mais propícia à legalização do aborto, considerando que na apresentação de diversas jurisprudências foi visto que a teoria vem perdendo cada vez mais espaço no âmbito jurídico, possuindo a tendência de ser substituída por outras teorias mais atualizadas, sendo assim se tornará incoerente o país continuar criminalizando tal prática.

**(Conclusão)** Conclui-se que a condição do nascituro é controversa em alguns pontos, ora recebendo proteção do ordenamento jurídico vigente, ora não garantindo personalidade jurídica, sendo notório que essa discordância é causada principalmente pela problemática da descriminalização ou não do aborto. No Brasil, a lei penal exclui a ilicitude somente em raras situações, enquanto países desenvolvidos optaram majoritariamente pela descriminalização, mostrando a presença da teoria concepcionista na sociedade brasileira atual. Contudo, de acordo com os resultados obtidos, é clara a influência que as outras vêm exercendo sob a mesma, que vem perdendo forças recentemente.

**Palavras-Chave:** Nascituro. Descriminalização do aborto. Direitos das mulheres.

**A INSERÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO DIREITO DO TRABALHO E O CONFLITO COM OS  
DEMAIS PRINCÍPIOS TRABALHISTAS**

**Autor(es):**

*Pedro Victor Figueredo Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em sociedade, é notório destacar-se o importante papel social da empresa, afastando-se da ultrapassada ideia que a empresa é somente um agente produtivo no qual só vislumbra o lucro próprio, e começando a analisar a os reflexos sociais positivos de sua atividade, seja de forma direta com a criação de empregos, ou indireta com as receitas fiscais que o Estado arrecada e os produtos que faz circular no mercado, com isso, proporcionando desenvolvimento. Por conseguinte, é de imensa relevância o princípio da preservação da empresa e da sua função social pois traz consigo a defesa da sobrevivência da empresa em ocasiões onde existe dúvida sobre sua continuidade ou encerramento, fazendo que os interesses a médio e longo prazo se sobressaiam sobre aqueles que preferem sua extinção, que geralmente são interesses de curto prazo e individualistas. Ademais, tal princípio ainda é pouco explorado no âmbito do direito do trabalho, ramo este que influencia diretamente sobre a existência das empresas em sociedade, desse modo, surge o anseio a tratar sobre a inserção do princípio da preservação da empresa como fonte no direito do trabalho, e como se daria a sua flexibilização para adequar-se aos conflitos com os demais princípios trabalhistas, que visam prioritariamente a proteção ao trabalhador, esquecendo um pouco quem é a fonte geradora dos empregos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório documental, onde será realizada através de pesquisas bibliográficas, científicas, legislativas e jurisprudências, do qual serão objetos de análise artigos, livros, leis, jurisprudências e periódicos publicados a respeito do tema. Será utilizado o método de abordagem dialógico, pois buscará a análise do confronto de ideias e argumentos dos princípios tratados e a reconstrução de nova forma de se pensar o direito do trabalho.

**(Resultados)** Consequentemente, o resultado esperado sobre tal pesquisa científica é mostrar o importante papel social no qual as empresas têm na coletividade, por conseguinte demonstrar o valor de trazer mais relevância ao princípio da preservação da empresa no âmbito do direito do trabalho, com a discussão dialógica sobre os princípios trabalhistas elencados, e após, uma harmonização a respeito dos direitos e interesses das empresas e dos trabalhadores.

**(Conclusão)** Por fim, em muitas ocasiões a empresa enfrenta divergência de interesses quando se trata de preservação ao meio ambiente, nos interesses dos empregados, e até dos consumidores. Com isso, quando tais interesses conflitam é indispensável trazer um ponto em comum, buscando a equidade, para que se possa pleitear direitos e garantias individuais fundamentais de todo trabalhador, mas sem que se torne oneroso em demasia o papel de empregar e traga a reflexão sobre a função social da empresa.

**Palavras-Chave:** Direito do Trabalho. Princípio da Continuidade da empresa. Conflitos Princípios Trabalhistas. Função Social da Empresa.

**A INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA E A EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PARIDADE DE ARMAS NO PROCESSO PENAL.**

**Autor(es):**

*Vinícius Matheus Alves da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN  
Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tem como intuito analisar o instituto da investigação defensiva, o qual é um tema ainda pouco examinado no Brasil, dessa maneira, esse instituto é moderno e desfruta de um potencial prático colossal, em favor da advocacia e da cidadania. Ademais, a investigação defensiva é uma atividade muito frequente e elaborada em outros países, como na Itália, país com uma base jurídica bem próxima da nossa, e nos Estados Unidos da América, nação cuja maneira de enxergar a realidade através do Direito vem enxurrando o ordenamento brasileiro lentamente. Dessa forma, o presente texto se busca desenvolver a temática a partir de uma análise do direito comparado, contudo, é necessário se aplicar tais lições ao contexto local e atual, impedindo o mimetismo que pudesse corromper os institutos estrangeiros no Direito brasileiro.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o da pesquisa qualitativa, em face da averiguação transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema que perpassa nos seguintes ramos do direito: constitucional, penal e processo penal, visando o enfrentamento do impacto social da problemática. Por conseguinte, trata-se de uma pesquisa teórica de cunho explicativo e documental, realizado através de pesquisa bibliográfica, em livros especializados, periódicos, internet e outros meios de informação. Como método de procedimento, utilizou-se o comparativo, referente ao confronto entre sistemas e modelos de investigação distintos.

**(Resultados)** O fundamento para a utilização da investigação defensiva é o princípio da paridade de armas que urge, em decorrência dos princípios da igualdade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa que tem como finalidade de equilibrar as partes no processo penal, desse modo, garantir um equilíbrio mínimo em relação aos instrumentos que operam para influenciar o órgão julgador, no resultado final. Atualmente, no Brasil, a defesa em sua grande maioria não tem os instrumentos corretos para influenciar no curso e no resultado do processo penal, ademais, essa situação é vista nitidamente no meio de processos complexos com técnicas especiais. Além disso, no Código de Processo Penal não existe nenhuma previsão legal em que a defesa possa realizar uma investigação preliminar, por conseguinte, não temos a efetiva paridade de armas no processo penal brasileiro.

**(Conclusão)** Por meio de estudos realizados, foi visto que o Código de Processo Penal brasileiro precisa atenuar, todavia, o ideal seria eliminar esse ranço inquisitório que o caracteriza, logo, existe não só uma imensa "disparidade de armas", mas também pontuais tentativas de criminalização da advocacia criminal que exige a regulamentação da investigação defensiva criminal para que o processo penal seja democrático e constitucional do século XXI. Dessarte, o Provimento 188 do Conselho Federal da OAB foi o primeiro passo de muitos que serão dados, ademais, o Provimento não criou nenhuma prerrogativa legal e nem provou o instituto, dessa maneira, apenas tem como objetivo: estabelecer conceitos e parâmetros para a advocacia exercer sua função investigativa, não obstante, outros passos precisam serem dados para enaltecer esse instituto como a edição de uma lei que sedimente e amplie as prerrogativas da advocacia a partir da visão da investigação defensiva.

**Palavras-Chave:** Investigação defensiva; Paridade de armas; Advocacia Criminal ; Administração da Justiça.

## A JUSTIÇA RESTAURATIVA

**Autor(es):**

*Bárbara Toscano de Sousa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste projeto de pesquisa propõe-se analisar a problemática atrelada à Justiça Restaurativa, sendo essa um processo colaborativo voltado para a resolução de um conflito caracterizado como crime, envolvendo a participação do infrator e da vítima, tendo como objetivo tratar o problema de uma forma que não busque apenas a punição. Sendo assim, consiste em ser um meio onde o infrator e a vítima possam dialogar, falando a partir do sentimento pessoal em relação ao dano sofrido, tendo a oportunidade de também escutar e entender o que levou ao agressor realizar tal fato.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada se alicerça nos métodos hipotético-dedutivo, formulando hipóteses e solucionando o problema encontrado, como também o emprego do método dialético, considerando os fatos dentro de um contexto social, buscando dialogar com as ideias com os ordenamentos jurídicos que realizam essa técnica. Além disso, pretende-se fazer uma comparação do ordenamento brasileiro com os dos países que utilizam Justiça Restaurativa como meio de solução de conflitos, tendo como objetivo analisar como as sociedades se organizam, estudando as diferenças e semelhanças dos locais. Ainda, demonstrar dados estatísticos, entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema.

**(Resultados)** Um dos resultados preliminares obtido encontra-se na grande problemática enfrentada pela técnica da justiça restaurativa em virtude do aumento da demanda por Justiça, onde a comunidade jurídica, e, principalmente o Poder Judiciário brasileiro se viram obrigados a mudar suas mentalidades a fim de buscar formas alternativas de solução de conflitos, não privilegiando apenas o método tradicional de ajuizamento de processos judiciais. Assim, é possível observar que, dentro da relação processual, o seu fundamento jurídico se encontra no princípio processual da efetividade social. Ademais, mesmo que essa técnica seja algo novo, que ainda está sendo implementada e estudada no Brasil, existem estados, como São Paulo, que utiliza bastante a Justiça Restaurativa no que tange às varas de violência doméstica e familiar, bem como em escolas públicas e privadas, auxiliando na prevenção e no agravamento de conflitos.

**(Conclusão)** Portanto, mediante o que foi exposto acima, temos que a difusão da justiça restaurativa no direito brasileiro vem sendo erigida sobre novos interesses e valores que surgiram na seara jurídica, que nos demonstram a necessidade de questionar as limitações do atual sistema penal, juntamente de buscar, com embasamento científico, alternativas mais humanas e adequadas. Além disso, nota-se que essa técnica de solucionar conflitos é algo que deve ser muito estudado para que seja adequado aos modos da justiça brasileira. Desta forma, a ideia central do artigo é analisar as circunstâncias dessa problemática mediante a forma jurídico-política que o Brasil se organiza, embasando com pensamentos doutrinários e jurisprudenciais, bem como, fazer um paralelo com os pensamentos jurídicos dos países que aplicam a Justiça Restaurativa de forma plena em seu sistema. Além disso, busca mostrar também outra forma de solucionar violência, fugindo um pouco do tradicionalismo da justiça criminal, devendo sempre fazer um paralelo, extraíndo sempre os benefícios que essa técnica de solução de conflitos e violência traria para o ordenamento jurídico brasileiro.

**Palavras-Chave:** justiça restaurativa; técnica de solução de conflitos; Direito Penal; Direito Processual Penal

**A LEGALIDADE DA EMPRESA DE TRANSPORTE UBER À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Lucas Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriel Ramalho Hoffmann: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*  
*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*  
*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, a sociedade vive na era de rede digital, onde a comunicação digital prevalece tanto na interação entre as pessoas como no mercado. Essas redes cresceram de uma forma exorbitante nos últimos anos e são responsáveis pela conexão das pessoas, oferecendo o amplo acesso à informação, que estão sendo reconhecidos como poderosas ferramentas aliadas do crescimento econômico. Essa nova era de redes tecnológicas e serviços que utilizam os celulares estão crescendo principalmente em relação aos jovens. É muito comum em qualquer ambiente público ser observado o tamanho acesso à tecnologia entre os jovens, facilitando a ampliação do mercado econômico através de um simples aparelho. Essa era já invadiu o dia-a-dia dos brasileiros e do mundo inteiro, chegando até no mercado de trabalho trazendo uma grande quantidade de avanços tecnológicos, como por exemplo, o serviço Uber. De acordo com o site da empresa, a Uber é a nova sensação do ramo tecnológico e dos novos meios de transportes que envolvem a tecnologia. Chegou como uma técnica inovadora e expandindo o mercado que está interligado com a tecnologia. É uma empresa multinacional americana de transporte privado urbano, onde utiliza um aplicativo através do celular “smartphone” como um meio de comunicação entre o passageiro e motorista, empregado da empresa.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado será o dialético. Os elementos do esquema básico do método dialético são a tese, a antítese e a síntese. O ponto de partida para o método é nada menos do que a análise crítica do objeto pesquisado, que no caso é a legalidade da Uber no Brasil, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é, o motivo de ocorrer. Tais determinações têm que ser tomadas pelas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para sua transformação. O método dialético disciplina a construção de conceitos com o intuito de diferenciar os objetos, e examiná-los, com rigor científico. Já o método de procedimento, será utilizado o método comparativo, onde o trabalho está consistido no confronto entre elementos, levando em consideração seus atributos. Irá promover a análise do objeto em estudo a fim de obter diferenças ou semelhanças que possam ser constatadas, e as devidas relações entre as duas. No caso, será aplicado o estudo da legislação da Uber e do táxi e as distinções dos serviços no intuito de chegar em uma conclusão.

**(Resultados)** O presente trabalho procurou estudar e entender o fenômeno da legalidade do Uber no ordenamento jurídico brasileiro à luz da Constituição Federal e os seus princípios, tais como o princípio da livre iniciativa e da livre concorrência. O principal objetivo do presente estudo era afastar qualquer insegurança jurídica nas normas presentes na legislação brasileira.

**(Conclusão)** Conclui-se que ainda há problemáticas e divergências em relação aos transportes no Brasil que se utilizam de aplicativos. O presente artigo não possui uma conclusão claramente finalizada, tendo em vista que ainda se encontra em desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Uber, princípios, Administrativo, Estado, Constitucional, Tecnologia

## A LEGALIDADE NA DIVULGAÇÃO DO “PACOTE ANTICRIME”

### **Autor(es):**

*Rebeka de Paula Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*João Vitor Pessoa de Magalhães Pacheco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Cibelli Varela da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Projeto de Lei Anticrime foi elaborado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, oportunidade em que propôs a modificação de 14 leis distintas. O foco desse projeto está direcionado em viabilizar medidas contra a corrupção, crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa, segundo o Ministro “é um projeto simples e com impacto para enfrentar estes três problemas”. O Governo Federal, a fim de divulgar o “pacote anticrime” disponibilizou o montante de dez milhões de reais para marketing, visando alcançar a atenção de toda população. O TCU, por sua vez, como órgão de controle externo e fiscalizador das finanças públicas, contestou a disposição das verbas para custear a publicidade do “pacote anticrime”, determinando a desvinculação da propaganda.

**(Metodologia)** Pretende-se utilizar o tipo de pesquisa qualitativa, tendo o abrigo no método dedutivo, partindo de uma premissa maior, para debruçar o estudo sobre uma perspectiva minuciosa do projeto. Em que pese ao estudo, pretende-se utilizar o método de procedimento descritivo e histórico, pois busca-se a conceituação do fenômeno, assim como o entrelace histórico para o alcance do pretense Projeto de Lei. Acerca das técnicas de pesquisa, apoiar-se-á na análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Além disso, elaborará pesquisa de campo, através de entrevistas para questionar os cidadãos comuns sobre as inovações aplicadas no contexto da atualização da lei.

**(Resultados)** Atualmente a tramitação do projeto está sendo discutido no Senado Federal consubstanciada pelas alterações da PLC 89, estabelecendo regras de competência da Justiça Comum e Justiça Eleitoral, bem como a PL 1864, que estabelece medidas contra a corrupção, o crime organizado praticados com grave violência a pessoa, ainda, PL 1865 que criminaliza o uso de caixa dois em eleições. A aceitação do projeto encontra-se bastante controversa, seguida de discursos inflados e críticos dos juristas sobre o enredo da PL. Em contrapartida, a categoria da magistratura, policiais e procuradores federais recepcionam com bons olhos o projeto legislativo. Destarte, a fim de tentar compelir à aceitação do “pacote anticrime”, o governo lançou a campanha de marketing que foi orçada no valor de dez milhões, no intuito de divulgar para sociedade as medidas dispostas no projeto. Contudo, o TCU, por meio do ministro Vital do Rego, vetou a campanha de marketing do governo federal, sendo referendada a decisão através do plenário do TCU (09/10/2019), motivando o veto sob a ótica de ausência de demonstração de utilidade pública na campanha publicitária, argumentando utilizarem de tal para benefício e promoção da imagem do Ministro. Insatisfeita, a Advocacia Geral da União apresentou agravo (TC 036.192/2019-8) em face do despacho proferido, fundamentando a incompetência do órgão fiscalizador para suspensão de contratos administrativos do Congresso Nacional, indicando atribuição do próprio Congresso Nacional. Além disso, o advogado geral da União, André Mendonça, salientou sobre a lei orgânica do TCU, que fixa o prazo de 90 (noventa) dias para avisar ao Congresso e ao Executivo sobre casos de legalidade de controle de legalidade dos contratos administrativos. Diante do exposto, no interesse de veicular as propagandas em favor do “pacote anticrime”, o Governo pede ao TCU a suspensão do veto, deixando de lado os traços de legalidade ou não da campanha publicitária.

**(Conclusão)** A análise crítica versa a respeito da legalidade da divulgação do “pacote anticrime”, sendo um tema discutido em âmbito nacional. O Governo Federal vem desrespeitando a legislação pátria, para atender interesses próprios. No entanto, o TCU discute sobre a legalidade na disponibilização do valor de dez milhões para custear o marketing publicitário.

**Palavras-Chave:** Governo Federal; Marketing; Projeto Anticrime; Tribunal de Contas da União.

## A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

### **Autor(es):**

*THIAGO MEDEIROS CUNHA LISBOA DE ARAUJO: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Maria de Nazaré Filgueira Passos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vanessa Carla Maciel Pinto Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Alana Ferreira Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fernanda Mayra Santos de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao longo das décadas a sociedade foi experimentando os avanços das tecnologias de comunicação e isso cominou no surgimento e desenvolvimento do espaço virtual (ou ciberespaço), formado pelo fluxo cada vez maior de informações e de mensagens transmitidas entre dispositivos eletrônicos através do uso da internet. Desse modo, hoje, pelo comportamento do indivíduo nas mídias sociais, a inteligência artificial pode traçar um perfil do usuário mais preciso do que o de amigos ou familiares e isso vem despertando o interesse das empresas e dos fornecedores, pois as informações e os dados dos consumidores assumem, na sociedade pós-moderna, uma posição privilegiada, um verdadeiro objetos de cobiça pelas companhias de modo geral transformando-se nos bens mais importantes, preciosos e valiosos disponíveis no mercado, pois em posse desses dados, é possível traçar perfis que sejam compatíveis com seus produtos e serviços.

**(Metodologia)** Para atingir tal objetivo utilizou-se o método dedutivo aliado a pesquisa bibliográfica, com foco na doutrina (livros e periódicos), jurisprudência dos principais tribunais brasileiros, bem como a legislação pátria acerca da temática em comento, notadamente a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.709/18 (LGPD) e a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**(Resultados)** Resulta-se que, muito embora as relações de consumo já sejam majoritariamente tuteladas pelo CDC, a necessidade de proteção específica do tratamento dos dados trará impactos positivos e negativos para ambos os lados. A partir de 2020, os sujeitos envolvidos no tratamento de dados (de um lado, os titulares destes dados e, de outro, os agentes de tratamento) que podem tanto ser pessoas naturais quanto pessoas jurídicas, públicas ou privadas (art. 1º, caput, Lei nº 13.709/18), no que representarem relações de consumo, deverão também observar todo o arcabouço principiológico descrito pela LGPD nos seus arts. 2º, 6º e 17º, sob pena de multa e implicações legais por responsabilidade civil.

**(Conclusão)** Assim, é notório que o futuro chegou e a sociedade da informação, com ele, visa despertar nos indivíduos necessidades, desejos e vontades, modificando-os à condição de mercadorias/serviços. Nesta sociedade, os dados e as informações compartilhadas pelas pessoas ostentam a condição de legítimos valores, principalmente para os titulares dos dados, como os consumidores, desse modo, é imprescindível a criação de sistemas e políticas que minimizem os riscos. Em vista disso, é essencial o desenvolvimento de uma forma adequada de regulação dessa revolução tecnológica pelas novas ordens sociais a partir da arquitetura da internet, deixando transparente ao consumidor os riscos inerentes e as consequências do compartilhamento de seus dados.

**Palavras-Chave:** LGPD. CDC. Relação de consumo. Tratamento de dados.

**A LEI N.º 10.559/02 E OS DISTINTOS REGIMES JURÍDICOS NA TRANSFERÊNCIA DA REPARAÇÃO AOS DEPENDENTES DO ANISTIADO POLÍTICO: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.**

**Autor(es):**

*Sulamita Figueiredo Bizerra da Silva Hipólito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente projeto de pesquisa propõe analisar os diferentes regimes jurídicos na transferência da reparação econômica dos anistiados políticos aos dependentes deles, a qual é regulamentada pela lei n.º 10.559/02, sob a perspectiva dos direitos fundamentais constitucionais. A anistia política concedida no Brasil no processo de redemocratização após a ditadura militar instaurada no país durante os anos de 1964 e 1985, foi uma resposta do estado frente ao legado ditatorial e às reivindicações das vítimas, tendo caráter político-institucional. Nesse sentido, a lei n.º10.559/02 estabeleceu os parâmetros para concessão da reparação econômica e anistia política, bem como para a transferência da reparação aos dependentes econômicos do anistiado, devendo seguir o regime jurídico o qual este estava submetido, qual seja: regime jurídico cível ou militar da união.

**(Metodologia)** Nesse contexto, busca examinar se é constitucional o tratamento jurídico diferente para os dependentes que estão submetidos ao regime jurídico civil, tendo em vista que estes possuem direitos limitados quando comparados aos benefícios concedidos aos dependentes regidos pelo regime jurídico militar da união, ferindo, inclusive, preceitos constitucionais. Para isso, utiliza as fontes normativas do Direito Administrativo e Constitucional, assim como leis ordinárias e suas recentes aplicações em casos concretos. Trata-se de uma pesquisa teórica, como método de abordagem indutivo, tendo em vista que parte de uma premissa particular para uma questão mais ampla; e método de procedimento comparativo, pois há a comparação entre regimes jurídicos diferentes.

**(Resultados)** Ademais, a pesquisa ainda não foi finalizada e, assim sendo, não possui resultado definido. Entretanto, até o momento é entendido que fere direitos fundamentais a aplicação do regime jurídico civil na transferência da reparação econômica aos dependentes do anistiado político, pois há previsão taxativa de que o filho do anistiado só deverá receber a reparação até os 21 anos de idade, ainda que esteja cursando ensino superior ou demonstre a dependência econômica, de modo contrário ao estabelecido em legislações análogas que versam sobre o tema e indo contra, também, ao estabelecido pela CF/88.

**(Conclusão)** Dessa forma, conclui-se que o tema deve ser averiguado, dada a importância do presente direito material na aplicação a casos concretos, pois os dependentes econômicos utilizam a reparação econômica como meio de prover sua subsistência e garantir o acesso a moradia, alimentação, transporte, entre outros direitos sociais.

**Palavras-Chave:** DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. ANISTIADO POLÍTICO. DEPENDENTE ECONÔMICO.



**A LINHA TÊNUE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À PRIVACIDADE DE PERSONALIDADES PÚBLICAS**

**Autor(es):**

*Lianne Mendes Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Renata Gusmão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Eduarda De Oliveira Fernandes Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Sofia Castro Gadelha Simas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988 apresenta um conflito aparente entre o artigo 5º, que determina a inviolabilidade do direito à intimidade, vida privada, honra e imagem, e o artigo 220, que assegura sem qualquer restrição à veiculação da informação, expressão e criação, causando uma discussão pertinente na esfera jurídica quanto a diversos pontos. Observou-se majoritariamente a discussão sob o panorama das situações de invasão de privacidade e intimidade na vida de personalidades públicas por parte de diferentes veículos de informação, com ênfase nas redes sociais voltadas ao sensacionalismo, como o Instagram, por exemplo. Com isso, foi traçada a meta de chamar a atenção da sociedade civil a respeito da temática, bem como propor uma nova discussão por parte do judiciário visando novas possibilidades, que estejam em consonância com o avanço tecnológico e o novo leque desenvolvido de possíveis consequências reais diante de um caso concreto.

**(Metodologia)** Os métodos científicos utilizados foram, principalmente, o método bibliográfico, que apresentou-se por meio de pesquisas jurisprudenciais, sentenças e posicionamentos doutrinários, além do próprio documento constitucional, do código civil vigente e demais legislações correspondentes. Para mais, o método comparativo, em que comparamos os dois presentes artigos, 5º e 220, da Constituição Federal também foi amplamente utilizado.

**(Resultados)** A Constituição apresenta em seu corpo uma aparente contradição entre os artigos 5º e 220 mencionados durante o estudo, no qual tornam-se relevante em função das circunstâncias de exposição vividas por muitas das personalidades públicas em detrimento do avanço tecnológico e das redes sociais, que passaram a proporcionar uma ameaça à privacidade de forma desenfreada e perigosa, considerando o cenário vivido anteriormente pelas personalidades em questão, o qual não era tão invasivo quanto se encontra hoje, após os inúmeros progressos tecnológicos. Além disso, evidenciou-se imprescindível uma revisão, jurisprudencial sobretudo, a respeito da problemática em questão.

**(Conclusão)** Conclui-se após a análise em investigação de jurisprudência e legislação que a ideia do presente trabalho se concentra na necessidade de repensar a interpretação da nossa Constituição Federal diante da problemática apontada, visto que, com as mudanças constantes em sociedade e a globalização advindas também do aceleração da tecnologia, tornou-se obsoleta a discussão.

**Palavras-Chave:** Liberdade de expressão. Direito à privacidade. Personalidades públicas.

## A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

### **Autor(es):**

*Juliana Laíse A. Macêdo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nataly Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código de Processo Civil (CPC) de 2015 adotou particularidades passando a vigorar o que tange ao procedimento de liquidação de sentença, entretanto, exige-se um maior grau de atenção para o estudo da liquidação de sentença após a vigência da Lei 13.105/2015, que trata sobre as normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. A liquidação de sentença, disposta nos artigos 509 e 512 do CPC/2015, é o procedimento utilizado para apurar o valor líquido de uma obrigação reconhecida em sentença, a fim de viabilizar a execução forçada. Dessa forma, os dispositivos legais analisados esclarecem duas modalidades de liquidação: por arbitramento, na qual há a nomeação de um perito; e a por procedimento comum, que se faz necessário alegar e provar fato novo. Contudo, grande parte dos doutrinadores do Direito Civil aponta outro tipo de liquidação, a liquidação por cálculos, sendo este alvo de discussão na doutrina, uma vez que há a divergência entre os civilistas e processualistas.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método de abordagem dedutivo, de modo a objetivar a obtenção de uma conclusão a respeito da pesquisa acerca da fase de liquidação; cujo método de procedimento trata-se do método comparativo, a fim de comparar as normas processuais civis, que tratam de tal etapa do processo, de 1973 e de 2015. Ademais, deve-se ressaltar a presença da pesquisa bibliográfica, dado que se fez necessário reunir dados para a estruturação do estudo.

**(Resultados)** Constatou-se como resultado dessa pesquisa que a fase de liquidação de sentença trata-se de uma etapa do processo que objetiva a apuração do valor líquido da obrigação, de modo a estabelecer o valor da condenação ou a individualização do objeto. Nesse contexto, verificou-se que há uma divergência doutrinária consolidada fortemente entre os civilistas e processualistas, posto que enquanto aqueles defendem a tese que há três modalidades de liquidação, estes afirmam haver apenas duas, tendo em vista que, diferente do antigo Código de Processo Civil, o novo propõe apenas duas modalidades.

**(Conclusão)** Como visto ao longo da dissertação, a liquidação de sentença foi simplificada pela lei nº 13.105/2015. Com o estudo, verificou-se aceitação quanto ao procedimento, tendo em vista que o mesmo implica em maior celeridade e economia de custos em alguns casos. Na liquidação de sentença houve a modificação apenas em relação a sua sistemática, não havendo alteração quanto a matéria em si nos casos de liquidação por arbitramento e por procedimento comum. No entanto, verifica-se a mudança notória em relação ao tipo por cálculo, haja vista que não há a elucidação no CPC de 2015. Ademais, deve-se ressaltar que o processo civil moderno deve ser orientado essencialmente pelos princípios da instrumentalidade das formas, celeridade e boa-fé objetiva, de modo que deve haver a cooperação das partes na etapa do processo discutida no presente trabalho.

**Palavras-Chave:** Liquidação de sentença. Modalidades de liquidação. Código de Processo Civil. Divergência doutrinária.

## A MOBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA CIDADE DE NATAL

**Autor(es):**

*Valter Henrique Cidade Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No ano de 2016 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos a essas pessoas. Apesar dessa norma e do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, os espaços públicos e privados ainda não estão adaptados para atender às necessidades de mobilidade dos deficientes visuais. Mesmo nas grandes cidades, as ruas ainda permanecem inadequadas ao deslocamento dessas pessoas, violando o direito de igualdade previsto na Carta da República.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa de campo em que foram examinadas as situações de avenidas, ruas e locais públicos sejam escolas, pontos comerciais, locais de prestação de serviços ou órgãos públicos, analisando a conformidade desses espaços com a legislação vigente. Utilizou-se ainda o estudo de caso como método de procedimento para uma melhor compreensão da realidade social dos portadores de deficiência visual.

**(Resultados)** Andar por uma cidade pode ser um grande desafio para pessoas com deficiência visual. As ruas podem ser lugares perigosos para aqueles que não enxergam bem. A pessoa pode vir a se acidentar, tropeçando em obstáculos, ou mesmo ser atropelada por não conseguir se deslocar de forma segura. A precária condição das calçadas de Natal é um problema que prejudica toda a população, especialmente os portadores de necessidades especiais como os que possuem deficiência visual que deveriam caminhar sem o medo permanente de sofrer acidentes.

**(Conclusão)** Foram identificados vários problemas nas calçadas do Município de Natal e também no acesso ao transporte público, o que prejudica o exercício do direito de ir e vir e a inclusão social das pessoas com deficiência visual. Os obstáculos que os pedestres portadores ou não de limitações visuais enfrentam nas calçadas de Natal são muitos: pisos com buracos; calçadas com grandes desníveis ao longo das ruas; postes, lixeiras e barracas de camelôs no meio das calçadas que dificultam a passagem. Acrescenta-se a esses obstáculos, a ausência de transporte público que lhes garanta a adequada mobilidade. A permanência de tais limitações prejudica ainda mais a vida dessas pessoas que, além de serem muitas vezes vítimas de preconceitos pela sociedade, ainda têm que enfrentar a ausência de respeito por parte do Poder Público, que os condena a uma total dependência de terceiros para sua locomoção quando o correto seria garantir-lhes autonomia para o mais básico dos direitos que é o de caminhar pelas vias da cidade.

**Palavras-Chave:** Deficiência visual. Mobilidade. Cidade de Natal-RN.

## A MORAL PERANTE A PROBLEMÁTICA DO ABORTO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

### **Autor(es):**

*Arthur Fernandes Lopes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O aborto, como tema polêmico da contemporaneidade, divide muitas opiniões ao seu respeito. Por meio desse texto, venho propor uma análise moral, tendo em vista a legislação brasileira, discutindo os sentidos éticos e jurídicos da problemática, partindo de duas perguntas propostas pela filósofa Cinara Nahra: 1) O que é um ser humano? (cabendo a discussão de quando um feto se torna um ser humano e adquire sua personalidade) 2) A Liberdade é um valor hierarquicamente superior a vida?

**(Metodologia)** METODOLOGIA: Para a produção deste artigo, foi utilizado o método de pesquisa exploratório, utilizando a biografia: Ética prática, do professor australiano Peter Singer e Malditas defesas morais, da professora Cinara Nahra, além da consulta ao Código Civil de 2002 e ao Código Penal Brasileiros.

**(Resultados)** RESULTADOS: Os resultados se deram a partir do questionamento de uma proposição lógico-conservadora inquietante tanto para Singer, quanto para Nahra. A premissa parte da afirmação que é errado matar um ser humano (1); e sua segunda afirmação é que um feto humano é um ser humano (2). Logo, é possível concluir que é errado matar um feto humano. Está-se diante de um choque no qual se mostra necessário o direito civil, mais precisamente o direito de personalidade e suas três concepções explicativas dos direitos do nascituro: a natalista, a personalidade condicional e a concepcionista. Existem, do lado liberal, duas vertentes: uma enxerga que o feto ainda não é humano e, para compreender esta transição, é necessária a compreensão da linha divisória que torna o feto um ser humano; a segunda vertente considera o feto humano um ser personalíssimo. A tese defendida por Nahra utiliza os dois argumentos. O primeiro argumento traz o feto como uma possibilidade de se tornar um humano e isso se consolida com o nascimento do indivíduo. Este argumento foi pensado a partir de uma justificativa ontológica baseada nos conceitos de “ser” e “ente”, do filósofo Martin Heidegger. O segundo argumento é o feminista, que enxerga a liberdade como um valor hierarquicamente superior à vida. Atente-se que estes argumentos responderão às questões trazidas na introdução.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: A respeito da problemática do aborto, tem-se, a partir de agora, uma possível compreensão da necessidade deste (até o momento, já que no decorrer da pesquisa, tudo pode mudar), visto o (atual) entendimento de que o feto não é passível de definição como um ser humano antes do momento do nascimento e a compreensão de que quando em choque, o direito à liberdade se mostra hierarquicamente superior ao direito à vida, segundo o argumento feminista defendido por Nahra.

**Palavras-Chave:** Aborto. Moral. Legislação Brasileira.

**A MOROSIDADE NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS A VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Autor(es):**

*SARAH MARLA DE CASTRO GURGEL: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Nathalya Diniza Fernandes da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*karla: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Breno Souto Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Eduarda Pereira Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo de adoção no Brasil é conhecido por sua morosidade e burocracia, afrontando assim o direito da criança e do adolescente, visto que estes permanecem em longas filas para adoção durante anos sem nenhum amparo familiar, apenas recebendo a atenção e auxílio disponível pelas pessoas responsáveis nas instituições, podendo seu desenvolvimento ser afetado. Quanto mais características o candidato solicitar, mais tempo permanecerão na fila. Mas o que as pessoas deixam de analisar, é a forma como tal morosidade nos processos de adoção acabam por ferir os princípios que deveriam proteger e amparar as crianças e adolescentes que se encontram na fila para adoção. Existem princípios como o da proteção integral, o do melhor interesse do menor, e o da dignidade da pessoa humana que estão sendo intimamente feridos com tal morosidade. No Brasil, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente tem como marco de origem legal a Constituição Federal de 1988, mais precisamente o seu dispositivo 227. Nele o constituinte estabeleceu como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando base de dados virtuais do SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO e PROQUEST, através das quais buscamos nos familiarizar com a temática abordada dos processos de adoção. O método de abordagem será o hipotético-dedutivo junto ao método de procedimento comparativo e bibliográfico com leitura e análises de códigos da legislação brasileira.

**(Resultados)** Segundo o Cadastro Nacional de Adoção, 9,5 mil crianças e adolescentes estão em instituições de acolhimento em todo o território brasileiro e 46.000 famílias aguardam na fila para adoção, a morosidade e a burocracia no tramite legal do processo de adoção é a principal causa na discrepância dos resultados, e precisa ser sanada, pois crianças e adolescentes estão em busca de um lar. Além da burocracia por qual passaram as que já estão no cadastro, é preciso lembrar que há mais de 50 mil crianças nos abrigos. Essas mais de 40 mil [que não estão aptas] estão em um limbo jurídico. Nem voltam para as famílias biológicas nem são encaminhadas para adoção. Vão crescendo nos abrigos, completam 18 anos e são colocadas na rua, especialmente se não tiverem como se manter ou se não tiverem apoio de um projeto social.

**(Conclusão)** Ao longo da pesquisa, é possível observar a realidade no processo de adoção no Brasil, a presença da burocracia e da morosidade, dificultando a colocação da criança em uma família substituta, uma vez que há um grande número de crianças e adolescente em acolhimento, a infeliz realidade, de que crianças passam anos em acolhimento, passa da infância a adolescência, para depois terem dificuldades para enfrentar o mundo adulto. Assim de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, percebe-se que a maior causa para a morosidade no processo de adoção, não está apenas na legislação que prevê o procedimento, mas esta ligada a alguns fatores como o perfil desejado pelo candidato, o poder judiciário e o prazo de destituição familiar.

**Palavras-Chave:** Adoção, crianças, adolescentes, melhor interesse do menor, princípios, menor,

## A NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA JURÍDICA NAS COTAS DE APRENDIZAGEM

**Autor(es):**

*Rodrigo Gussão Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Consequente a implementação da Reforma Trabalhista instituída pela Lei 13.467/2017, o ordenamento jurídico trabalhista brasileiro sofreu uma flexibilização de direitos. Adicionado o artigo 611-A que dispõe da prevalência do negociado sobre o legislado em certas matérias, os instrumentos de negociação coletiva assumiram maior protagonismo no ambiente jurídico empresarial, graças a ampliação do horizonte negocial, permitindo maior adequação entre a realidade das empresas e as exigências legais, por meio de um negócio jurídico de direito coletivo. No mesmo sentido, veio o artigo 8 da CLT, também como uma importante adição. Com seu novo parágrafo 3, também instituído pela reforma, foi incluída explicitamente o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva como norteador das decisões da Justiça do Trabalho, dando ainda mais força aos instrumentos coletivos de trabalho. Com essa flexibilização então, surge a possibilidade de esta ser aplicada as cotas de aprendizagem e de PCD, e graças ao novo horizonte do negócio jurídico coletivo, também surge a possibilidade de que a negociação coletiva disponha sobre essas cotas, o que não tardou a ocorrer na prática, tanto em virtude da dificuldade alegada pelas empresas em preencher essas cotas, quanto pela delicadeza do cenário para empresas que não dispõem de posições suscetíveis de preenchimento destas, em razão de sua atividade econômica ser incompatível com a inclusão das cotas.

**(Metodologia)** O estudo terá como alicerce metodológico o método lógico-dedutivo, visando obter um desfecho para a problemática apresentada. Para isso, serão utilizados de meios como a pesquisa bibliográfica, a análise de dispositivos legais e o assíduo estudo da jurisprudência atualizada.

**(Resultados)** Nos resultados se espera entender o processo e histórico do reconhecimento da negociação coletiva como um direito fundamental trabalhista, correlacionada a Lei 13.467/2017 que instituiu a reforma trabalhista, e a prevalência do negociado sobre o legislado. Em sequência, entender os limites à autonomia privada coletiva a luz da possibilidade de flexibilização do artigo 429 da CLT e do artigo 52 do decreto 9.579/2018.

**(Conclusão)** Na conclusão, se espera obter um desfecho para a problemática apresentada, compreendendo a possibilidade de flexibilização das cotas por meio da negociação coletiva. Para isto, que consiga se demonstrar com êxito o caminho percorrido pela negociação coletiva ao longo da história até entregar a posição de direito fundamental, assim como sua posição de destaque alcançada com a Lei 13.467/2017 que levou ela a se sobrepor ao legislado, e seus limites. Ao longo deste, que seja possível concluir acerca do posicionamento legal e jurisprudencial acerca do tema.

**Palavras-Chave:** DIREITO COLETIVO. NEGOCIADO. LEGISLADO. LEI 13.467/2017. FLEXIBILIZAÇÃO. COTAS. NEGOCIAÇÃO COLETIVA.

## A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E IMPACTOS NO ÂMBITO JURÍDICO E SOCIAL

### **Autor(es):**

*Brenno Augusto Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Dener Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Philliph Anderson de Oliveira Bispo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yuan Mathaus Souza de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ainda antes da sua sanção, a nova lei de abuso de autoridade, Lei nº 13.869, teve grande repercussão, dividindo opiniões, maioria entende que seria uma forma de intimidar o judiciário, promovendo vingança contra investigações, como forma de auto-blindagem; por outro lado, uma menor parcela interpreta como remédio para proteção dos direitos individuais. É preciso ressaltar que uma lei de abuso de autoridade não é novidade, pois, antes, já existia uma lei com esta proposta, a Lei nº 4898/65, porém, o dispositivo antecessor era repleto de conceitos abertos e subjetivos, o que dificultava sua aplicação, diante disto, a presente pesquisa examinará a Lei nº 13.869, segundo o âmbito das disciplinas de Direito Penal e Constitucional, esclarecendo a necessidade de uma lei que proteja a pessoa contra o abuso de autoridade, seus impactos jurídicos e sociais, bem como propostas de alteração da norma para alcançar o objetivo de garantir direitos fundamentais além de credibilidade e eficiência da administração pública.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, formada pela análise, exploração do texto legal e posicionamento doutrinário. Utilizou-se o método de abordagem dedutivo e transdisciplinar, a partir da Lei nº 13.869 para aspectos mais específicos, como consequências geradas por sua aprovação e aplicação, buscando dialogar com diferentes ramos do direito, como o direito constitucional e penal.

**(Resultados)** A Lei nº 13.869 conseguiu suprir deficiência presente na norma antecessora, através de uma vasta e objetiva tipificação, tornando bem mais fácil sua aplicação. Assim sendo, verificou-se dentre as tipificações, que é abuso de autoridade decretar condução coercitiva manifestamente incabível, constranger preso a produzir prova contra si mesmo ou terceiro e invadir imóveis sem autorização judicial, sem pôr em risco a segurança da autoridade que age segundo os procedimentos legais, sendo a hipótese de perda do cargo uma possibilidade longínqua, e somente devido grande esforço do agente público. Ademais entre as tipificações, é crime processar alguém sem justa causa, ou sem indícios suficientes, aqui há o risco de intimidação processual, visto que, a parte processada poderá se utilizar deste dispositivo para acusar a parte autora de abuso de autoridade, como forma de vingança ou contra-ataque, a justiça é caminho para resolução de conflitos, não instrumento de combate, concernente a isso, através dessa pesquisa, será proposto formas de alteração dessa tipificação para que alcance finalidade de apaziguar litígios, resguardando os direitos individuais.

**(Conclusão)** É bem verdade que ainda existirá vários obstáculos a superar. Pois, haverá o exame da constitucionalidade e a construção jurisprudencial dos seus institutos até que a lei amadureça ao ponto de atingir seu real objetivo: de ser um instrumento de garantias individuais e aperfeiçoamento e eficiência do serviço público, tendo, como destinatário final, a sociedade brasileira. Sob essa ótica, a LAA não é uma ameaça ao agente público que observa a lei e possui o espírito público em suas ações, sendo, a perda do cargo, uma hipótese distante e somente possível mediante grande esforço do agente público, as alterações legislativas servirão para que a norma alcance a finalidade de proteger o cidadão contra autoridade estatal, eliminando assim as possibilidades de se utilizar norma legal como ferramenta de combate ou vingança.

**Palavras-Chave:** Lei de abuso de autoridade. Direitos fundamentais. Administração pública

## A NOVA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E AS NOVAS REGRAS DE COMPLIANCE DIGITAL

### **Autor(es):**

*Maria Gabriella Maciel Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Clara Fernandes Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, a população está habituada a fornecer seus dados em atividades cotidianas, como biometria para entrar em condomínios ou academias. Contudo, como se dá o controle desses dados? Como inovação legislativa, a nova Lei Geral de Proteção de Dados (2018), estabelece regras relacionadas ao tratamento de dados pessoais, às quais as empresas que lidam com estes precisam se adaptar até 20 de agosto de 2020 – data da entrada em vigor.

**(Metodologia)** Método dedutivo e pesquisa bibliográfica.

**(Resultados)** Segundo a LGPD, os “dados pessoais” são definidos como informações relativas à pessoa natural identificada ou identificável. Nesse contexto, os dados pessoais “sensíveis” tratam de origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como referentes à saúde ou à vida sexual, genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural. Diante disso, para compreender melhor o que seria “tratamento de dados”, a LGPD, em seu art. 5º, X, conceitua desta forma: “toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração”. Nesse cenário, destaca-se a figura do controlador – o qual toma decisões relativas ao tratamento de dados pessoais – e o operador – que opera o tratamento desses dados em nome do controlador. De modo geral, a LGPD destina-se a proteger e dar efetividade aos direitos fundamentais. A base dessa proteção está no consentimento de cada pessoa, que decidirá sobre o tratamento de suas informações, por meio da transparência sobre o que é feito com seus dados. Então, quais são as obrigações dos responsáveis pelo tratamento de dados em caso de incidentes, como vazamentos, utilizações indevidas ou armazenamento incorreto de dados? Dentro do vasto rol de obrigações contido na LGPD, tem-se o dever dos controladores e operadores de adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas. Estas medidas visam proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, além de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Tais medidas se enquadrarão, ainda, a especificidades técnicas estabelecidas pela ANPD, à qual o controlador deve comunicar, bem como ao titular de dados, sobre incidentes de segurança que possam gerar risco ou dano relevantes aos titulares.

**(Conclusão)** Diante do exposto, observa-se algumas obrigações a serem adotadas no âmbito da segurança da informação, não sendo a LGPD, entretanto, mais específica sobre o assunto. Apesar disso, a ANPD pode fixar padrões mínimos de segurança a serem atendidos. Havendo eventuais incidentes no tratamento de dados, a responsabilidade é do controlador ou do operador causador do dano (patrimonial, moral, individual ou coletivo) a outrem, no exercício de suas atividades, devendo repará-lo. Ainda, o operador é responsável solidário ao controlador, quando não tiver seguido instruções lícitas deste, ou quando descumprir a lei. A responsabilidade, pois, é objetiva, cabendo aos referidos agentes provarem que não procederam com o tratamento de dados dos titulares lesados, ou que, tendo o tratamento sido realizado, não violaram a LGPD, ou que o dano é de culpa exclusiva do titular ou de um terceiro. É importante, portanto, que as empresas levem a sério a nova lei, adotando, desde já, um programa de compliance adequado, a fim de evitar incidentes e as sanções decorrentes do descumprimento legal.

**Palavras-Chave:** Lei Geral de Proteção de Dados, Compliance Digital, Tratamento de Dados.



## A ORTOTANÁSIA E O SEU IMPACTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

### **Autor(es):**

*Beatriz Cunha de Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Izabel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Cinthyra Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A pesquisa aborda a concepção de morte digna, também conhecida como ortotanásia, bem como o seu percurso no ordenamento jurídico brasileiro até os dias atuais. Tendo origem na língua grega, a palavra ortotanásia nos remete à *orthos* (correto) e *thanatos* (morte), concluindo-se, então, que sua etimologia refere-se à uma morte correta. Entretanto, é válido ressaltar que a aplicação desse método, que preza pelo falecimento natural, apenas ocorre entre os pacientes terminais quando findadas todas as possibilidades de tratamento, trabalhando com o psicológico da pessoa adoentada e de sua família, caracterizando-se, assim, como um auxílio médico à morte sem configurar crime perante o Código Penal, pois não há margem para se falar de homicídio e nem de omissão de socorro (artigos 121º e 4º do mesmo Código, respectivamente). Ademais, examinando a legislação, torna-se visível que não há nenhum impedimento legal para a prática da ortotanásia, logo, se não há previsão legal que se oponha, entende-se que ela deve ser permitida, dado que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, conforme o artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal do Brasil. Por conseguinte, amparando-se no princípio da dignidade da pessoa humana, na autonomia do paciente e no seu direito de não ser submetido a tratamento médico, sendo esse último de acordo com a sua vontade, somos apresentados a uma técnica mais humanizada, que visa descartar tratamentos agressivos e adotar procedimentos paliativos para a contenção da dor, não levando à penalização do médico, visto que, conforme as Resoluções 1.805/2006 e 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina (CFM), confirmadas pelo Código de Ética Médica (Resolução CFM 1931/2009), esse profissional não sofre com a imposição de nenhuma infração ética.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O método empreendido foi o dialético, objetivando gerar uma discussão sobre o tema e trazer um entendimento à luz do direito. Dessa forma, faz-se necessário compreender a trajetória da admissão da ortotanásia no Brasil, remetendo-nos ao passado e, por isso, os mecanismos de procedimentos auxiliares adotados foram os métodos histórico e comparativo.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Torna-se perceptível o aumento do debate sobre essa temática com a presença e participação da sociedade, bem como dos profissionais do direito e da área da saúde, buscando, assim, superar qualquer objeção referente a noção de morte digna. Por conseguinte, alcançados os objetivos, foi possível analisar as diversas concepções acerca da finitude da vida e, assim, obter uma percepção mais clara sobre a ortotanásia e a ação dessa técnica tanto nos pacientes quanto nos familiares.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) A partir da pesquisa realizada, concluímos que a ortotanásia busca um tratamento mais humanizado acerca do paciente terminal que escolhe cessar o seu tratamento, garantindo os direitos à liberdade e à dignidade humana. Todavia, é evidente que esse tema ainda é bastante restrito ao conhecimento da população e, por esse motivo, notamos a necessidade de um maior debate e atuação dos cidadãos, juntamente de autoridades intelectuais relativas ao assunto, para, finalmente, alcançar a total desmistificação da ortotanásia, sempre de acordo com a legislação, e, consequentemente, garantir a autonomia dos indivíduos.

**Palavras-Chave:** Ortotanásia. Morte Digna. Dignidade Humana.

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: O LOBBY DO BATOM.**

**Autor(es):**

*Aila Gracielle Lima da Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Natanny Caroline Teixeira Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo tem por finalidade analisar e discutir os principais aspectos da participação das mulheres na elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, com enfoque principal no movimento político conhecido como “Lobby do Batom”. O referido movimento foi criado a partir do Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM e era composto pela união do movimento feminino, de ativistas feministas e deputadas, regido pelo lema “Constituinte pra valer tem que ter Palavra de Mulher”, e sua principal finalidade era a garantia da introdução das reivindicações femininas nos dispositivos da Carta Magna, conhecida tradicionalmente por Constituição Cidadã

**(Metodologia)** A metodologia abordada no presente trabalho será a dedutiva e a pesquisa bibliográfica, com fundamento na doutrina que aborda o tema, além de artigos científicos e teses.

**(Resultados)** A partir do presente artigo foi possível observar que o papel do CNDM juntamente com o lobby do batom foram muito importantes para que os direitos das mulheres fossem incluídos na nova Constituição, tornando-se, assim, um marco significativo na trajetória da conquista de direitos das mulheres. O lobby do batom teve um papel fundamental para que as reivindicações com relação às mulheres reunidas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (entregue na Assembleia Constituinte) fossem convertidas em normas constitucionais, introduzidas na Constituição Federal de 1988 e ainda possibilitou a promoção de discussões e debates no país, permitindo o reconhecimento da luta feminina. No entanto, apesar dos inúmeros avanços conquistados, muito ainda precisa ser feito para que a sociedade seja efetivamente igualitária, conforme dispõe o art. 5º da Constituição. Ou seja, ainda não é possível afirmar que existe uma igualdade de condições entre homem e mulher.

**(Conclusão)** A partir desse estudo foi possível constatar que a participação das mulheres no processo constituinte, através do movimento conhecido por “lobby do batom”, conseguiu proporcionar uma participação mais ativa e efetiva tanto no debate Constituinte como também na elaboração da Carta Constitucional. No entanto, apesar de ser um movimento de suma importância para a história não somente das mulheres, mas também do próprio país, ainda faltam pesquisas mais específicas que possam detalhar este acontecimento tendo em vista que é um movimento marcante, inédito e que tem relevância para a história do constitucionalismo brasileiro.

**Palavras-Chave:** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Participação das mulheres. Processo Constituinte. “Lobby do Batom”.

**A PEJOTIZAÇÃO ABORDADA PELA REFORMA TRABALHISTA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ARTIGO 442-B. DA LEI Nº 13.467/2017.**

**Autor(es):**

*Thays Batista Azevedo de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Natália Brandão Leite: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thayna Batista Azevedo de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alana Raissa Fernandes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A “pejotização” é conhecida como uma prática do empregador em contratar um funcionário como pessoa jurídica ou de dispensar um empregado com registro em carteira e recontratá-lo na forma de pessoa jurídica. Com isso, a empresa deixa de arcar com alguns encargos previdenciários e trabalhistas, tornando a contratação mais barata. Além disso, às vezes, o próprio empregado concorda com essa mudança, uma vez que, com a dispensa, ele pode sacar o FGTS e, não raro, recebe uma remuneração maior do que recebia como empregado. Entretanto, essa é uma prática fraudulenta, uma vez que se pretende mascarar um vínculo empregatício, e isso não depende do consentimento do empregado, uma vez que direitos trabalhistas são considerados indisponíveis. Diante de tal situação, a reforma trabalhista trouxe para a CLT o artigo 442-B, que trata sobre a contratação do trabalhador autônomo, e isso trouxe à tona diversas discussões, uma vez que há a tentativa de justificativa da prática fraudulenta denominada pejotização, através deste artigo.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa exploratória, que será investigada através de pesquisa bibliográfica com a leitura de doutrina e legislação especializadas no ramo do Direito Trabalhista e seus Princípios, acrescentando, ainda, a análise de processos trabalhistas e julgados relacionados à temática proposta. Quanto à tipologia de pesquisa, será feita de forma aplicada pois visa analisar a intenção do legislador quanto à formulação do Artigo 442-B. da Lei nº 13.467/2017, e pura, tendo por finalidade delimitar a aplicação do mesmo aos casos cabíveis, conforme o resultado desta pesquisa. Segundo a abordagem, será utilizado o método dedutivo, de forma a entender a vontade do legislador para aplicá-la aos casos concretos.

**(Resultados)** A presente pesquisa científica encontra-se em fase introdutória, em que não se encontra apta a apresentar resultados concretos, mas busca a resposta da indagação sobre a concreta intenção do legislador quanto ao Artigo 442-B. da Lei nº 13.467/2017, de forma a obter a distinção quanto à contratação de autônomos e a fraude do contrato de trabalho mediante a prática da pejotização.

**(Conclusão)** O debate acerca desse tema é de fundamental importância, pois visa interpretar a real vontade do legislador quanto ao art. Art. 442-B., para esclarecer a distinção entre a contratação de autônomos e a fraude do contrato de trabalho, mediante a prática da pejotização, pois já há quem utilize o referido artigo para tentar justificar atividades fraudulentas, quando confrontados na Justiça do Trabalho. Além disso, há grande demanda de lides nos Tribunais Trabalhistas, tendo os empregados postulado justamente o reconhecimento de vínculo empregatício, através do Princípio da Primazia da Realidade, em detrimento dos contratos de empregador autônomo ou de serviço Pessoa Jurídica, com a finalidade de obter seus devidos direitos trabalhistas e previdenciários.

**Palavras-Chave:** Pejotização; Direito Trabalhista; Reforma Trabalhista.

## A PONDERAÇÃO DE VALORES FACE OS CONFLITOS DE NORMAS GARANTIDAS CONSTITUCIONALMENTE

**Autor(es):**

ÁLVARO FERNANDES BEZERRA ALVES: *Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

Walber Cunha Lima : *Docente do UNI-RN*  
Luiz Felipe Pinheiro Neto: *Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos fundamentais estão expressamente positivados no artigo 5º da Constituição Federal, visando assegurar, principalmente, os valores que dizem respeito à dignidade da pessoa humana. Entretanto, apesar do caráter assecuratório dos tais direitos, é relevante mencionar que mediante a infinidade de fatos e atos jurídicos em nosso ordenamento, bem como a pluralidade de normas, é justificável, em alguns momentos, o embate existente entre essas diretrizes regulamentadoras, trazendo à tona um confronto entre os princípios constitucionais, como por exemplo, o direito a imagem e a liberdade de imprensa. Neste sentido, faz-se necessário discutir a problemática visando alcançar meios alternativos que solucionem o problema, tal qual a técnica da ponderação de valores.

**(Metodologia)** Trata-se de um projeto teórico, com aval do método dedutivo, visto que, tomando como base um preceito maior, visa-se chegar, em tese, à análise dos mais diversos casos de confronto de direitos da personalidade. Além disso, tem um viés exploratório, documental e bibliográfico, onde foi utilizada a doutrina, que visa investigar, como já exposto, a bibliografia acerca do tema, bem como a posição de grandes juristas, a fim de realizar julgados importantes sobre tal matéria. Serão pesquisadas as maiores referências do país na área constitucional, como forma de compreender a aplicação da técnica e assim analisar os efeitos jurídicos e sociais concretos advindos desta.

**(Resultados)** O estudo proposto tem como foco principal analisar e refletir acerca dos conflitos dos direitos da personalidade, sobretudo, o modo de resolução, fundamentado nas técnicas constitucionais e métodos hermenêuticos. Ainda assim, busca-se relatar e avaliar o posicionamento da doutrina e os precedentes jurisprudenciais dos tribunais superiores quanto à sua resolução, julgando se o referido método de resolução é o mais favorável para a sustentação do estado democrático de direito. Como afirma o ministro do STF, Gilmar Mendes: "No processo de ponderação de valores desenvolvido para solucionar conflitos de direitos individuais, não se deve atribuir primazia absoluta a um ou outro princípio ou direito". A partir disso, busca-se trazer como resultado a pacificação de diversos conflitos, não de forma uniforme e engessada, tendo em vista que tal embate não admite tal propositura, mas sim, de maneira a analisar o caso concreto de acordo com suas peculiaridades.

**(Conclusão)** A colisão de princípios constitucionais ou de direitos fundamentais não se resolve mediante o emprego dos critérios tradicionais de solução de conflitos de normas, como o hierárquico, o temporal e o da especialização. Em tais hipóteses, o intérprete deverá usar a técnica da ponderação de valores, devendo fazer concessões recíprocas entre as pretensões em disputa, preservando o máximo possível do conteúdo de cada uma. O intérprete deve detectar no sistema normas relevante, em seguida examinar os fatos e as circunstâncias concretas e sua interação com os elementos normativos, e por fim, apurar os pesos que devem ser atribuídos aos elementos em disputa. Em situações extremas, precisará escolher qual direito irá prevalecer e qual será circunstancialmente sacrificado, devendo fundamentar racionalmente a adequação constitucional de sua decisão.

**Palavras-Chave:** PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. PONDERAÇÃO DE VALORES.

**A POSSIBILIDADE DE CANDIDATURA AVULSA NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.**

**Autor(es):**

*Rafael Eduardo Cocentino Segundo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem por objetivo abordar a possibilidade de candidatura avulsa no sistema eleitoral brasileiro. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que um candidato possa receber votos validamente em certame eleitoral e, conseqüentemente, exercer um cargo político eletivo é necessário que ele preencha certos requisitos, denominados de condições de elegibilidade. Dentre elas, destacamos a filiação partidária. Nesse contexto é que surgem os partidos políticos como instituições ideológicas com atuação no processo eleitoral, servindo de intermediadores entre os representantes e os representados. Ocorre que, atualmente, o Brasil está vivenciando uma profunda crise de representatividade política. Assim, urge um debate questionando se o povo brasileiro está sendo de fato representado pelos políticos que elegeram como seus representantes, ou se está envolto por caciques políticos que buscam nada mais do que uma forma de satisfazer suas necessidades pessoais e esquecem que são de fato representantes da coletividade. A bem da verdade é que os partidos políticos não mais correspondem aos interesses da população causando descrença no povo quanto ao sistema eleitoral. É nesse cenário que grande parte dos partidos políticos mais conhecidos estão envolvidos em casos de corrupção, estimulando o cidadão a refletir que todo aquele que se filiar a ele também é corrupto. Como consequência disso é que a candidatura avulsa emerge como alternativa para amenizar ou até extinguir esse problema de representatividade popular. No intuito de tornar mais claro quais são as verdadeiras raízes do problema, é necessário fazer um resgate histórico sobre o sistema político brasileiro, assim como debater as condições de elegibilidade, demonstrando a necessidade de filiação partidária no atual modelo, além de investigar as hipóteses de inelegibilidade, demonstrando que uma candidatura somente é possível quando o candidato não as apresenta. Da mesma forma, serão definidos os conceitos de partido político e de democracia, ressaltando a importância da atuação dos partidos políticos na democracia. E para arrematar o tema, faremos um estudo comparativo da candidatura avulsa em outros países, debateremos o julgamento no STF sobre o tema e analisaremos os prós e os contras da candidatura avulsa.

**(Metodologia)** MÉTODO DE ABORDAGEM Hipotético-dedutivo, tendo em vista a formulação de hipótese para solucionar o problema da crise de representatividade política, analisando os prós e os contras da adoção da candidatura avulsa. MÉTODO DE PROCEDIMENTO Histórico e comparativo. TÉCNICAS DE PESQUISA Bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Os conhecimentos e resultados adquiridos servirão para viabilizar soluções a respeito da implementação ou não do instituto da candidatura avulsa como forma de atenuar a crise política vivenciada no Brasil.

**(Conclusão)** Conclui-se que pela possibilidade da candidatura avulsa no sistema político brasileiro como forma de atenuar a crise política vivenciada no Brasil.

**Palavras-Chave:** Candidatura avulsa. Democracia. Crise de Representatividade Popular. Filiação Partidária. Partido Político.

**A PRIMEIRA DE SETE, DO LIBERALISMO EXPOSTO AO AUTORITARISMO VELADO.**

**Autor(es):**

*Luiz Felipe Souza Macedo de Queiroz Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*João Victor de Paula Delafiori Hikiji: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Luciano Gurgel Amorim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Guilherme Benevolo Xavier Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O vigente trabalho terá como referência as diversas perspectivas englobadas pelo texto Constitucional de 1824, que terá como eixo central de pesquisa, a apresentação do ordenamento jurídico à época e sua efetiva aplicação, diante de sua sociedade segregacionista e que não tinha em seu escopo uma plena igualdade de direitos. Os objetivos são, demonstrar o autoritarismo velado pela figura do Imperador e a capacidade com a qual é elaborada a constituição. A pesquisa foi realizada com o propósito de abrir um dilema: O embate entre o Estado autoritário e as garantias individuais.

**(Metodologia)** Os procedimentos utilizados para esta pesquisa partem da revisão bibliográfica de um espectro do texto de 1824, além de trechos postulados por grandes influentes na política da época, a exemplo de José Bonifácio. Ainda assim, é de suma importância as obras e artigos com ênfase histórica pelo historiador pela Universidade de São Carlos, Marco Antônio Villa, que esclarece e destrincha aspectos particulares sobre a conjuntura tanto do social quanto do ordenamento dos 4 (quatro) poderes. O universo é o retratado da época, e seu contexto em pleno século XIX, somado a uma comparação com o século XXI. Por fim, os sujeitos a respeito abrangem os ditos "cidadãos" do período, detentores dos direitos sociais, em especial, o político de escolher seus representantes de forma rígida e com suas devidas restrições. Além destes, mulheres, crianças e escravos que até aquele momento correspondiam a mais de 35% da população geral.

**(Resultados)** Os resultados obtidos foram bem transparentes desde o início, formular um texto para "inglês ver" de tons liberais e de garantias até de certo ponto "invioláveis" como era o caso da propriedade privada. Por outro lado, desde a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, foi naquele momento exposta uma versão do que mais se denominava retrocesso, no caso, eram as velhas práticas semeadas pelo Antigo Regime, com fim em um domínio ultra centralizador por parte do então imperador D. Pedro I, estruturado e descrito pelas funções do poder moderador. Tal centro de poder dava ao chefe (imperador) poderes absolutos, advindos de suas escolhas, o davam prerrogativas desde destituir ou não um Juiz diante seu "desempenho" a denominar o governador de uma província, exemplo claro que desconstrói o conceito de independência dos poderes e as delimitações atribuídas aos mesmos, como é relatado por Montesquieu, em sua obra "espírito das leis".

**(Conclusão)** A ideia central do texto é alicerçada no modelo autoritário imposto pelo poder Executivo (Moderador) que vem acima dos demais poderes, judiciário e o legislativo (até pela possibilidade de dissolver o parlamento) e por consequência restringia a liberdade, então defendida pelos ideais iluministas e que chegavam ao Brasil com admiração pela classe política influenciada pelo fervor europeu, atribuído as revoluções liberais, questões básicas de liberdade de pensamento e imprensa eram premissas iluministas, na prática uma repressão a qualquer manifestação contrária ao rei e ao seu reinado, restringindo por quase 70 (setenta) anos a plena liberdade política e individual.

**Palavras-Chave:** Monarquia. Moderador. Liberdade. Constituição. Autoritarismo.

## A PRIVACIDADE EM FACE DAS NOVAS TECNOLOGIAS: PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E SUAS IMPLICAÇÕES

### **Autor(es):**

*Ana Beatriz de Sousa Simonetti Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Gabriela Vasconcelos de Oliveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Livia Buenaño Uchôa Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho trata sobre a tutela constitucional da privacidade e as implicações penais em face da pornografia de vingança (revenge porn). O artigo propõe-se a demonstrar como a proteção da privacidade precisa se adaptar à nova realidade dos crimes cibernéticos, mais especificamente, ao fenômeno da pornografia não consensual. Ademais discutir sobre as sanções aplicadas aqueles que praticam tal crime.

**(Metodologia)** A metodologia do procedimento utilizada nesta pesquisa se pautou no método dialético, pois explora a contradição entre o que está exposto na Constituição e o que de fato acontece; funcionalista, uma vez que é questionado o papel do Estado na regulamentação da utilização da internet e na proteção das vítimas de crimes virtuais.

**(Resultados)** As consequências desse tipo de agressão são drásticas e duradouras, pois a exposição da intimidade da vítima no ambiente virtual, dificilmente poderá ser revertida, dado o alcance e magnitude da internet. Esse quadro é ainda pior, pois até pouco tempo atrás, não existia no ordenamento jurídico pátrio tipificação dessa conduta, levando o judiciário a analisar os casos concretos sob a luz de outros tipos penais, com cominações de penas muitas vezes insignificantes, frente aos danos causados. Isso contribuiu, por muito tempo, para a majoração da sensação de impunidade e de baixo teor delitivo desses atos, o que fomenta e encoraja atitudes dessa natureza. Entretanto, foi sancionada, em setembro de 2018, a Lei 13.718/18, que criminaliza a divulgação de imagens íntimas sem o consentimento da vítima, in verbis: Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia

**(Conclusão)** Em síntese, o objetivo do artigo foi demonstrar como o ordenamento jurídico brasileiro vem agindo perante os inúmeros casos da pornografia de vingança, que não podem ser considerados como um fenômeno isolado, visto que a conduta está se tornando cada vez mais corriqueira em nossa sociedade. A escassa a regulamentação referente ao Direito Digital, e diante da disseminação, cada vez mais preocupante de condutas perigosas, no âmbito da internet, faz-se necessário o fortalecimento de doutrinas para que sejam instituídos princípios que se adequem aos avanços tecnológicos e culturais da sociedade. Assim, o Brasil precisa urgentemente de medidas que protejam essas vítimas, além de um fortalecimento da coibição desse tipo de conduta criminosa, como dita a lei promulgada em setembro deste ano.

**Palavras-Chave:** Privacidade; Pornografia de Vingança; Direito Digital.

**A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN: UMA ANÁLISE SÓCIA JURÍDICA DA LEI 7.853/89.**

**Autor(es):**

*Thalita Ketly Belizio Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Conforme o artigo 3º, IV, da Constituição Federal, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, é promover o bem de todos, sem qualquer tipo de preconceito, concordando assim, com seu artigo 5º, declarando que todos são iguais perante a lei. Sendo todos os indivíduos resguardados, diretamente, quanto a deficiências por meio da Lei 7.853 de 1989, ademais, como dever do Estado, permitir que as crianças e jovens com deficiência tenham direito a educação, com intuito de garantir equidade, buscando preferencialmente, que esse acesso seja em instituições regulares, como consta no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente. É de enorme relevância social, buscar uma sociedade mais justa, diante da grande incidência do preconceito lançado à determinada classe minoritária, tal como, juridicamente, observando a subsunção dos direitos e garantias na vida prática, já que é fundamental para o desenvolvimento da criança, de forma que possa gerar sua independência.

**(Metodologia)** No que concerne à metodologia, será usado como método de abordagem, o hipotético-dedutivo, partindo da premissa maior que é a disponibilidade das instituições regulares de ensino para acesso a educação de crianças com deficiências, e a premissa menor sendo a dificuldade de crianças com síndrome de Down desfrutarem do ensino sem que sejam excluídas nesse processo. Portanto, a efetividade de crianças com síndrome de Down nas instituições comuns de ensino é mínima, comparada ao que poderia ser, caso todos tivessem conhecimento em lidar com supostas diferenças. Por meio da presente pesquisa, será formulada hipóteses por meio da observação para respectivamente realizar seu falseamento, buscando a corroboração. Será abordado o procedimento histórico e comparativo, para que seja realizada conjectura do passado aos dias atuais, necessitando assim, da utilização de alguns recursos, sendo eles a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e realização de questionário por meio da pesquisa descritiva, com o intuito de coletar dados como forma de levantamento de informações das famílias que possuem crianças com a síndrome de Down, para desenvolvimento da dissertação.

**(Resultados)** Destarte, investigaremos como a educação inclusiva é disponibilizada às crianças e jovens com deficiência e como funciona a interação entre professores e outros alunos, como forma determinante para gerar a independência dos portadores da síndrome de Down, para que se tornem cidadãos, gozando de direitos civis e políticos na sociedade.

**(Conclusão)** Portanto, por meio da conclusão do estudo, a presente pesquisa visa sanar a problemática e demonstrar fatores que falham na efetivação de normas que protegem criança e jovens com síndrome de Down.

**Palavras-Chave:** Criança. Proteção. Direitos fundamentais. Síndrome de Down. Deficientes. Equidade.



**A PROTEÇÃO DE DADOS E OS DADOS DESPROTEGIDOS: UM OLHAR SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO RN**

**Autor(es):**

*Alighieri Ferreira dos Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*SÂntique Ramalho Seabra de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luciano Cláudio Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proteção de dados na atualidade garante a segurança do indivíduo diante de invasões a bancos de dados de instituições, sobretudo dentro do contexto de segurança pública e nesse caso se inserem também seus próprios agentes. Nesses termos, se faziam necessárias normas capazes de regular o uso da internet e o tratamento dos dados pessoais em bancos de dados, o resultado dessa necessidade: a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei 13.709/2018, alterada pela Lei 13.853/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados). Assim, é relevante conhecer a situação da proteção de dados pessoais na administração pública do Estado do Rio Grande do Norte, principalmente os agentes de segurança pública que também tem seus dados inseridos e tratados no âmbito dessa administração estatal.

**(Metodologia)** O método dedutivo será utilizado ao se trabalhar os aspectos jurídicos da proteção de dados pessoais na atualidade. O método de pesquisa qualitativo com a exposição das possíveis ferramentas para a garantia da segurança de dados sensíveis, bem como o método tipológico e as técnicas de pesquisa documental serão utilizados. Sendo utilizada ainda a pesquisa bibliográfica e análise de legislação.

**(Resultados)** A legislação que trata do uso da internet e da proteção de dados pessoais se alinha ao contido na Constituição Federal, porém, não sendo absoluto o direito do titular do dado pessoal à sua privacidade, quando tratado para fins exclusivos de segurança pública, dentre outros. Há algumas ferramentas que tratam os dados pessoais de agentes de segurança Pública e que são de relevante utilização, como é o caso do Sistema da Diretoria de Pessoal da PMRN (SISDP) onde estão guardados os dados sensíveis de todos os Policiais Militares do Estado, dados carentes de proteção. Não há no Estado do RN uma legislação forte no sentido de salvaguardar os dados tratados em sua administração pública. O que se tem, no âmbito da PM potiguar é uma orientação sobre utilização de redes sociais e recomendações advindas do Ministério Público Estadual para que se evite expor suspeitos de crimes em rede social aberta. Verificou-se que tanto o Tribunal de Justiça como o Ministério Público do RN possuem Políticas de Segurança de Informação, sendo essas políticas, orientadoras de condutas a serem adotadas pelos seus usuários.

**(Conclusão)** A segurança dos dados pessoais é relevante nos dias atuais, ficando confirmado no presente projeto de pesquisa que o Estado do RN não possui qualquer norma específica que discipline o tratamento dos dados pessoais inseridos nos sistemas da Administração Pública, o que torna urgente a necessidade de se criar uma lei estadual que, baseada no Marco Civil da Internet e na LGPD garanta a proteção dos dados inseridos em seus bancos.

**Palavras-Chave:** proteção.legislação.segurança.dados.

## A PROTEÇÃO DOS DADOS ONLINE DO CONSUMIDOR NO ÂMBITO INTERNACIONAL

### **Autor(es):**

*Alice Gabrielle de Moura Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tacila Geanine da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Samara Cristina Prado Nunes de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Cristiano Marcos de Sousa Araujo : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É de conhecimento notório que a internet modifica a forma como as pessoas se relacionam em ultra velocidade, neste sentido as distâncias geográficas ficaram relativizadas pela facilidade de comunicação, troca e armazenamento de informações. Neste contexto, a forma como negócios jurídicos são realizados também se modificou e ao Direito resta a missão de regularizar e proteger as relações e os negócios que são realizados neste ambiente. A proteção de dados de pessoas físicas e jurídicas, bem como a transparência sobre a forma que são utilizados pelas empresas que os coletam é um dos assuntos centrais e que tem fomentado grandes debates em países ao redor do globo. É notória a tendência de países de criar legislações que visam a proteção de dados de pessoas físicas e jurídicas sob sua soberania. Tem-se como exemplo o Regulamento Geral de Proteção de Dados, nascido no bloco europeu, e a Lei Geral de Proteção de Dados, legislação brasileira. Sem sombra de dúvidas os consumidores serão os principais beneficiados pelas garantias e proteções advindas dessas inovações legislativas em seus respectivos limites geográficos. Contudo, é sabido, como dito acima, que as relações e os negócios jurídicos são feitos entre pessoas físicas e jurídicas estrangeiras constantemente e se faz necessário discutir sob o aspecto do Direito Internacional as garantias e direitos de proteção aos dados dos indivíduos para além dos Estados dos quais são nacionais. Cabendo, neste sentido, ao DI e a intervenção das Organizações Internacionais a criação de Convenções em que se comprometam os entes a não usurpar e monetizar a partir dos dados pessoais de indivíduos, tendo em vista que a relação de consumo é marcada pela desigualdade de forças e meios de autopreservação, cabendo ao ordenamento jurídico nacional e internacional a criação de mecanismos de proteção dos polos hipossuficientes das relações.

**(Metodologia)** Quanto a abordagem, a presente pesquisa será dedutiva, uma vez que partirá da concepção geral a fim de compreender as especificidades do tema e seus possíveis desdobramentos e para tal serão utilizadas ferramentas doutrinárias, documentários, legislações nacionais e internacionais.

**(Resultados)** A presente pesquisa, por se encontrar em fase de desenvolvimento, não possui resultados a serem apresentados. Ainda assim, espera-se chegar à conclusão que é necessária colaboração em âmbito internacional dos Estados para garantirem efetivamente a proteção dos dados das pessoas físicas e jurídicas. Não restringindo, dessa forma, os direitos e garantias em seus territórios apenas.

**(Conclusão)** A utilização de dados pessoais, bem como sua mercantilização, é uma prática amplamente conhecida e praticada pelas empresas e instituições que possuem tais informações. Se o dado pessoal caracteriza o homem, pode-se dizer que integra também o grupo de aspectos que constituem sua dignidade humana, motivo pelo qual a manuseio de tais informações deve ser realizado de maneira ética e transparente. Ainda que as discussões estejam sendo fomentadas em localidades, com o avanço tecnológico a expansão destas para o âmbito internacional é necessário e urgente, bem como o é a união de esforços dos Estados Soberanos para criar uma rede de proteção normativa internacionalmente.

**Palavras-Chave:** Proteção aos Dados. Direito digital. Direito do consumidor. Proteção Internacional.

## A PSICOPATIA E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Roberta Celly Brito de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Raquel Falardo Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Leiliane Aparecida Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Patrícia Ramos de Carvalho Simas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Sabrina Suella Torres de Lima Costa Nóbrega Sisenando: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho consiste no estudo da psicopatia (também chamada de transtorno de personalidade antissocial) com ênfase na análise das características que permeiam a personalidade dos psicopatas homicidas. Como funciona a mente de um psicopata, e o que os levam a cometer tais atrocidades? Abordar também, a psicopatia frente ao Código Penal Brasileiro, e quais as mudanças necessárias nas leis penais, para lidar com esses indivíduos acometidos por tais transtornos? Uma vez que tais indivíduos podem ser classificados como, imputáveis, tendo a aplicação da pena privada de liberdade, ora semi-imputáveis, onde se aplica a medida de segurança ou a redução de um a dois terços da pena, conforme disposto no artigo 26, do Código Penal Brasileiro. A pena privada de liberdade, é a qual se tem como objetivo privar o condenado do seu direito de ir e ver, recolhendo-o à prisão. Podendo ser de reclusão, para crimes de maior gravidade, ou detenção, para crimes de menor gravidade. Sendo uma pena que deverá ser executada de forma progressiva, regime fechado, semiaberto, aberto). E a medida de segurança é aplicada aos agentes considerados inimputáveis ou semi-imputáveis, com internação em hospital de custódia, tendo tratamentos psiquiátricos, ou sujeição a tratamento ambulatorial. Que infelizmente não apresentam melhoras em relação ao seu comportamento, desta forma fica o questionamento, qual a eficácia de punição aos psicopatas homicidas a luz do nosso código penal brasileiro.

**(Metodologia)** Quanto ao método de abordagem teórico da pesquisa, está será o de caráter descritivo, onde procura-se descrever, e explicar, através das atuais formas de punição do Código Penal Brasileiro, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando também alguns casos, que tiveram uma grande repercussão no mundo, e a questão do Código Penal Brasileiro, a respeito desses crimes, que envolvem psicopatas homicidas. Se trata de uma pesquisa básica.

**(Resultados)** Conhecimento detalhado de como funciona a mente de um psicopata homicida. E quais seriam as mudanças necessárias no nosso Código Penal Brasileiro para lidar com tais indivíduos, assim como para o bem estar de suas vítimas e da sociedade.

**(Conclusão)** Com relação ao tema ele se apresenta de forma complexa onde se exige soluções efetivas, em face da capacidade dos indivíduos acometidos pela psicopatia. Afinal é algo existente em nossa sociedade, e exige um pouco mais de atenção da sociedade em relação ao assunto. Em relação a questão da imputabilidade dos psicopatas homicidas, é algo de grande importância, uma vez que entra em questão, os vários reflexos da lei penal sobre os tais indivíduos. O fato é que nosso sistema penal carece de muitos ajustes para sua eficiência total, obstando a segurança dos próprios delinquentes, e da sociedade, que recebe novamente indivíduos que não estão em condições de se ressocializar.

**Palavras-Chave:** psicopatia, sociedade, imputabilidade, inimputabilidade, semi-imputabilidade.

## A REDUZIDA INFLUÊNCIA DO MUSTERVERFAHREN NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

**Autor(es):**

*Lucca Torquato Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O Novo Código de Processo Civil de 2015 trouxe, dentre suas inovações, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, com declarada inspiração no Musterverfahren, instituto do ordenamento jurídico alemão, presente na lei Kapitalanleger Musterverfahrensgesetz. O Incidente é um instrumento de tutela coletiva que possibilita a centralização do julgamento de diversas demandas que versem sobre questões jurídicas semelhantes em um só órgão jurisdicional hierarquicamente superior. Dessa forma, contribui para a consecução dos ideais de celeridade e eficácia do processo, bem como contribui para a manutenção da uniformidade da jurisprudência no país.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca nos sites dos tribunais germânicos e brasileiros, os quais possuem competência para julgar os institutos em análise, a fim de examinar a devida tramitação dos processos. Utilizou-se o método de abordagem o hipotético dedutivo, já que buscou-se analisar a efetiva veracidade da tese inicial, a partir da busca de seu falseamento. Para tanto, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Musterverfahren serão, em um primeiro momento, estudados de forma separada. Em um segundo momento, serão confrontados, por meio do método de procedimento comparativo, para uma análise dos pontos de divergência e convergência entre as duas previsões legais.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Quanto à verificação da extensão da influência da Kapitalanleger Musterverfahrensgesetz na criação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, partiu-se do pressuposto de que uma real inspiração no instituto alemão faria com que diversos de seus elementos fossem transportados para o ordenamento brasileiro, no entanto a dita inspiração não significou, entretanto, que os procedimentos dos institutos analisados são semelhantes, já que, possuem viscerais divergências.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Quando comparado ao Musterverfahren, o Incidente brasileiro é um procedimento muito mais resumido e trata de forma superficial de temas relevantes a um instrumento de coletivização. Além disso, e, talvez ainda mais importante, é o fato de que os dispositivos que tratam do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, da forma que se encontravam quando analisados, eram omissos com relação a vários assuntos tratados explicitamente na Kapitalanleger Musterverfahrensgesetz e que representam características fundamentais do instituto germânico para a efetividade do processo.

**Palavras-Chave:** Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Musterverfahren. Código de Processo Civil.

## A RELEVÂNCIA DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS PARA A CIÊNCIA JURÍDICA

**Autor(es):**

*Ana Paula de Moraes Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A solidariedade tem uma grande importância não só no direito civil, mas em demais ramos do direito como, por exemplo, no direito empresarial, tributário e imobiliário. As obrigações solidárias são aquelas compostas pela multiplicidade de sujeitos que a integram, seja no polo ativo (solidariedade ativa), seja no polo passivo (solidariedade passiva), ou em ambos (solidariedade mista), caracterizando-se pela unidade objetiva da prestação. (art. 264 cc). Suas características são: pluralidade de sujeitos ativos ou passivos, pois é imprescindível a concorrência de mais de um credor ou de mais de um devedor ou de vários credores e vários devedores simultaneamente; multiplicidade de vínculos, sendo distinto ou independente o que une o credor a cada um dos codevedores solidário se vice-versa; unidade de prestação, visto que cada devedor responde pelo débito todo e cada credor pode exigí-lo por inteiro. O presente estudo atenta-se no que diz respeito aos seguintes assuntos, os princípios comuns à solidariedade, são eles variabilidade do modo e o da não presunção da solidariedade. Fonte da obrigação solidária; legal, se provier de comando normativo expresso, sem, contudo, se afastar a possibilidade de sua aplicação analógica, quando as circunstâncias o impuserem inevitavelmente; convencional, se decorrer da vontade das partes pactuada em contrato; distinção entre obrigação solidária e obrigação indivisível e extinção da obrigação solidária.

**(Metodologia)** O trabalho foi elaborado de acordo com análise nos dispositivos do ordenamento jurídico tendo em vista de suma importância a interpretação da lei em seus artigos do código civil brasileiro.

**(Resultados)** Entende-se que não é todo e qualquer pagamento feito a um dos credores, senão o integral, que produz a extinção total da dívida. O pagamento parcial a extingue somente "até o montante do que foi pago". A redação do referido artigo do atual Código Civil é melhor do que a do art. 900 do Diploma de 1916, segundo o qual "o pagamento feito a um dos credores extingue inteiramente a dívida". O estudo se baseia na bibliografia doutrinária; curso de direito civil brasileiro, teoria geral das obrigações; autora Maria Helena Diniz; novo curso de direito civil obrigações, autor Pablo Stolze Gagliano.

**(Conclusão)** Podemos concluir, sinteticamente, que a característica básica da solidariedade está na multiplicidade de credores e/ou devedores, bem como o fato de cada credor ter o direito à totalidade da prestação, como se fosse credor único, ou estando cada devedor obrigado pela dívida toda, como se fosse único devedor.

**Palavras-Chave:** Solidariedade. Obrigações. Relevância. Pluralidade. Ciência jurídica.

## A RELEVÂNCIA DOS TRATADOS DE FORMAÇÃO COLONIAL DO ESTADO BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Hirlan Antonio Cunha de Matos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Isabela Cristiane Silva dos Santos : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*João Vitor Lima Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tassos Orlando Caldas Machado Galvão Lycurgo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A exploração de terras em buscas de novas riquezas levou a criação de um tratado no qual houve uma divisão de terras de Portugal e Espanha, houve diversas negociações nas quais ambos países saíram beneficiados. Nesse artigo trata-se de como o tratado de Madrid influenciou para a formação do território atual, foi de uma forma direta, na qual o Brasil de grandes extensões territoriais, que por uma das causas foi isso; a “nova” redistribuição de terras que ficaram pertencentes ao estado nação: Brasil.

**(Metodologia)** Inspirados nas palestras realizadas na IV Semana Jurídica do UNI/RN, este trabalho partiu de uma análise bibliográfica e utilizou o método dedutivo para analisar os resultados obtidos.

**(Resultados)** Com base no que pesquisou-se, a exploração de terras em busca de novas riquezas levou a criação do tratado no qual houve a divisão de territórios entre Portugal e Espanha. O mesmo ajudou na criação de um território que hoje conhecemos como Brasil. Portanto, o nosso objetivo foi cumprido ao fazer tal trabalho. O trabalho foi de muita importância, pois juntos descobrimos e desenvolvemos assuntos históricos de valorização para nosso aprendizado e para o nosso curso. Seus objetivos fora movidos para que prevalecesse a paz, Neste clima de entendimento e concórdia foi celebrado o Tratado de Madri, que na região Sul definiu a fronteira pelo rio Ibicuí até encontrar o rio Uruguai, subindo por este até o Peperiguaçu e pelo mesmo até suas cabeceiras; daí, em linha reta, ao rio Santo Antônio e por este até sua foz no Iguaçu.

**(Conclusão)** O tratado de Tordesilhas deu origem ao tratado de Madrid, devido ao seu não cumprimento por ambas as partes. Com o tratado de Madrid Portugal foi obrigado a ceder a Colônia do Sacramento ao estuário da Prata, mas em compensação recebeu os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o atual Mato Grosso do Sul, a gigantesca área que ficava no alto Paraguai e mais algumas extensões de terras abandonadas, também adquiridas através de negociações. Seu objetivo maior era o de manter a paz entre as colônias. Tal tratado influenciou na formação do nosso território brasileiro, pois se os tratados anteriores não tivesse sido mudados o nosso mapa apresentaria a fronteira ocidental em linha reta. Assim foi de grande valia as pesquisas e métodos utilizado no trabalho aqui apresentado.

**Palavras-Chave:** História do Brasil, Tratado de Madrid, Diplomacia, Efeitos.

## A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DOS GRUPOS DE WHATSAPP

### **Autor(es):**

*Thiago André do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marcio Bezerra de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Leonardo Bezerra Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Magnus Roberto Assis de Medeiros Sobrinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com assinatura do Marco Civil da Internet em 2014 elevou o nível dos debates sobre privacidade de dados pessoais no Brasil. Além de um avanço importante para uma legislação baseada em transparência e privacidade, permitiu aos titulares dos dados a ciência de muitos deveres. E agora, avançamos para a Lei Geral Proteção de Dados, (ou LGPD, como também é chamada), sancionada em 14 de agosto de 2018, que entrará em efetivo vigor em fevereiro de 2020. Com esse conjunto de leis, empresas e órgãos governamentais que coletam, processam ou armazenam dados pessoais deverão estar adaptados conforme as novas regras, ficando sujeitos a multas que podem chegar a R\$ 50 milhões. Com isso iniciamos o debate da responsabilidade dos administradores do grupo de WhatsApp onde frequentemente tem gerado grandes lides no meio virtual.

**(Metodologia)** Para dar suporte à reflexão pretendida, utilizou-se como fonte pesquisa bibliográfica em Direito Constitucional, Direitos Digital, assim como, artigos referentes e relatos existentes sobre o tema. Além da utilização de plataformas de pesquisas como o Pro Quest e informações disponibilizadas pela internet.

**(Resultados)** Através das fontes de pesquisa foi possível observar o quanto as mídias sociais potencializam as lides ocorrente nos grupos de WhatsApp, e como seus administradores devem ter grandes responsabilidades, com o que é veiculado, e com isso, obter um controle de todos os assuntos publicados e produzidos em grupos de WhatsApp.

**(Conclusão)** Assim, diante desse estudo, percebemos que atualmente não existe uma regulamentação específica que iniba as inúmeras “irregularidades” que ocorrem nos grupos de WhatsApp, fazendo com que as vastas “postagens” fluam sem controle algum por parte dos seus administradores ou membros. Dessa forma, esperamos através desse trabalho, concluir que o administrador deve ser responsabilizado pelas postagens e publicações nos grupos de WhatsApp.

**Palavras-Chave:** Direito Digital; Responsabilidades dos Administradores; Direito Constitucional e Direito Civil; Mídias Sociais e WhatsApp.

## A SELETIVIDADE NO BANCO DOS RÉUS: DESIGUALDADE NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI

**Autor(es):**

*Beatriz Veras de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O histórico racista no Brasil teve seu início no período escravocrata, onde negros e índios eram submetidos a tratamentos degradantes e desumanos. Porém ainda podemos notar algumas raízes desse período atualmente, tendo em vista que mesmo após a abolição da escravidão, os negros e índios, considerados raças impuras em relação aos brancos, continuavam a viver sem oportunidades de empregos, moradia digna, entre outros aspectos, o que muitas vezes os levavam a entrar para uma vida considerada marginal, em busca de melhorias, e atualmente esse estereótipo ainda persiste na sociedade, o que nos leva a afirmar que a cor e a condição social do indivíduo ainda são levadas em consideração para serem vistos como “bandidos”. Nesse sentido, de forma crítica, o trabalho abordará a questão da discriminação no âmbito dos julgamentos de processos penais, com enfoque nas decisões do tribunal do júri, haja vista que o sistema penal age de forma discriminatória por diversas vezes, desde o momento da ação policial, até o momento de sentença do estado-juiz, o que vai totalmente contra a igualdade jurídica, um dos princípios fundamentais da democracia moderna, tipificada no caput do art. 5º da CF.

**(Metodologia)** O trabalho aborda a possibilidade de existência de desigualdade e seletividade nos julgamentos do tribunal do júri, por parte do conselho de sentença, o que vai totalmente contra ao princípio da igualdade, prevista na Constituição Federal Brasileira, dessa forma, há que se falar que o método de abordagem utilizado para a concretização do trabalho é o hipotético-dedutivo, pois parte-se da hipótese de que há sim um viés racista na hora do julgamento. Tem como métodos de procedimento o histórico, comparativo e estatístico, buscando fazer uma retomada histórica do surgimento do racismo no Brasil, comparando com outros países, além de ter como técnica de pesquisa a busca bibliográfica e documental.

**(Resultados)** A pesquisa tem como principais resultados a análise da discrepância do percentual de absolvição réus negros com relação a réus brancos, na cidade de São Paulo, como mostra os dados divulgados pelo site Outras Palavras em uma pesquisa pública, onde foram analisados 4 mil sentenças, em que apenas 1% dos réus negros são absolvidos, e 8% dos réus brancos conseguem a absolvição, caracterizando ainda mais uma justiça discriminatória. Vale ressaltar que, por estar em um estágio inicial, a pesquisa ainda visa obter resultados quanto a hipótese levantada, de que há discriminação nos julgamentos de tribunal do júri.

**(Conclusão)** A pesquisa sobre a seletividade no banco dos réus possibilitou uma análise acerca do alto índice de preconceito no olhar daquele que deveria estar fazendo a justiça de maneira correta e eficaz, tendo em vista que o juiz ao sentenciar, tem que ir em consonância ao livre convencimento motivado, e ainda assim encontram-se sentenças com viés racistas e elitistas. Além disso, como o enfoque principal da pesquisa é o preconceito no âmbito do tribunal do júri, por parte do conselho de sentença, pode-se questionar se existe o mesmo olhar racista, pois os jurados não tem que motivar o seu voto, indo apenas em acordo com suas impressões e perspectivas pessoais.

**Palavras-Chave:** Racismo. Igualdade jurídica. Constituição Federal. Tribunal do Júri.



## A SITUAÇÃO DO IDOSO NO BRASIL: A NECESSIDADE DA ASSISTÊNCIA E DA REPRESENTAÇÃO

### **Autor(es):**

*Daniela Carla Tavares Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anna Beatrice Guedes Albuquerque: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Caroline Maria Vallim Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Allana Laryssa Targino Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), ergueu-se com o intuito de amparar os idosos, principalmente em determinada fase da vida, em que não se tem mais a capacidade para cuidar de si próprio. O artigo 43, III traz as medidas de proteção ao idoso em razão de sua condição pessoal, estando ele desprovido da sua capacidade plena, ou seja, capacidade de direito, a qual é inerente à vida, em conjunto com a capacidade de fato, aptidão de para exercer, por si só, os atos da vida civil, torna-se necessário a sua assistência, se o idoso for relativamente capaz ou sua representação, se for absolutamente incapaz, como forma de proteção de sua dignidade, estando embasado no Princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca do “site”, do Estatuto do Idoso, a fim de analisar a seleção de alguns julgados importantes que versem sobre a assistência e representação do idoso. Será utilizado o método de abordagem dedutivo e interdisciplinar, já que se busca analisar as normas que disciplinam o tema, de modo que chegue a casos específicos visando perpassar pelas abordagens do direito constitucional e o direito civil.

**(Resultados)** (RESULTADOS) No presente momento, foi possível observar que a incidência de julgamentos envolvendo o tema é escassa, não obstante seja grande a incidência de casos em que idosos se tornem absolutamente ou relativamente incapazes por questões patológicas, e que por consequência necessitem de um representante ou assistente. De fato, são inúmeros casos e poucos deles recorrem à justiça, como consequência de serem idosos em situação de vulnerabilidade, ou por terem sido abandonados por todos, não havendo quem aja pelos mesmos, para que de alguma maneira o Estado possa intervir. Apesar da proteção ao idoso não estar disposta explicitamente na Constituição Federal, por óbvio a tutela constitucional está presente especificamente sob o aspecto da proteção à dignidade humana, conforme escrito no primeiro artigo da magna carta constitucional.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Em virtude da dimensão do problema gerado pela falta de preparo não só do Estado, mas também de familiares, que muitas vezes por falta de informação ou até mesmo por oportunismo não recorrem ao órgão competente para que seja firmada a representação ou assistência do idoso para que ele possa exercer seus atos da vida civil. Sendo assim, torna-se mister o apoio do Estado para que promova políticas públicas a criação de órgãos públicos de amparo ao idoso, se fazendo necessário uma maior fiscalização nesse sentido, tendo em vista que idosos em situação de alguma doença que prejudique seu discernimento, geralmente não respondem mais por si, tornando-se extremamente vulneráveis a maus tratos e ao abandono. As mudanças tecnológicas e sociais que banham a sociedades, impede muitas vezes que os idosos acompanhem essas inovações, devido à perda cognitiva em decorrência do tempo, sendo necessário a representação e a assistência.

**Palavras-Chave:** Plavras-Chave: Assistência. Representação. Direitos do idoso.

**A SÚMULA 231 STJ E SEUS IMPACTOS NA DOSIMETRIA DA PENA: UM ESTUDO CONSTITUCIONAL E PRINCIPOLÓGICO**

**Autor(es):**

*Beatriz Silveira Santiago: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Agnes Severiano de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Anna Luyza Silva Soares Wanderley: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fausto Calixto de Lima : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Júlia Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código Penal brasileiro adota o sistema trifásico de dosimetria da pena. Na primeira fase, o juiz fixará a pena base mediante as circunstâncias contidas no art. 59, já na segunda, o magistrado analisará as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por fim, na terceira, as causas de aumento e diminuição. Nesse contexto, em 1999 o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 231 firmando que a incidência das circunstâncias atenuantes não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. Com isso, o STJ determinou que mesmo que o acusado tenha o direito àquela atenuante que deveria ser aplicada na segunda fase da dosimetria da pena, caso a pena já tenha atingido mínimo fixado em lei, esta atenuante não prevalecerá em detrimento a preservação do que fora fixado pelo legislador. Embora seja uma súmula editada há 20 (vinte) anos, a sua aplicação continua em vigor, como será possível observar no decorrer do presente trabalho com o estudo das atuais decisões judiciais sobre o tema.

**(Metodologia)** Tocante aos procedimentos metodológicos, foi utilizado como método de abordagem predominante o dedutivo, já como método de procedimento foi utilizado o funcionalista. Para tanto, como técnica de pesquisa, as mais recorrentes foram a pesquisa bibliográfica, doutrinária, documental e jurisprudencial.

**(Resultados)** Por tudo isso, como resultado foi possível constatar que a Súmula 231 do STJ divide entendimentos doutrinários quando a sua constitucionalidade. Alguns autores chegam a afirmar que a súmula foi um verdadeiro equívoco na sua elaboração, pois enaltece a legalidade em detrimento de uma garantia individual do acusado, ademais, afirma tratar de uma súmula que merece de atualização já que encontra-se no ordenamento há mais de vinte anos e enseja uma verdadeira injustiça. Noutra esfera, os defensores da súmula argumentam o princípio da separação dos poderes, afirmando assim, que o magistrado não poderia interferir no que fora estipulado pelo legislador.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que a Súmula 231 do STJ fere a Constituição brasileira de 1988, tratando-se assim de um súmula inconstitucional por estar em desacordo com princípio da individualização da pena, proporcionalidade e dignidade da pessoa humana. Por isso, faz necessário a atualização do entendimento do tribunal superior uma vez que a referida súmula vem ferindo um direito do apenado em cumprir uma pena proporcional ao seu delito, respeitando todos os elementos analisados dentro do sistema trifásico penal.

**Palavras-Chave:** Súmula 231 STJ. Dosimetria da pena. Circunstâncias atenuantes. Pena abaixo do mínimo. Constitucionalidade.

## A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.

### **Autor(es):**

*Aioninny Amanda Camilo Lustro: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN*  
*Nathalya Diniza Fernandes da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A tipificação do perjúrio no Brasil examina o confronto com o princípio constitucional *nemo tenetur se detegere* – vedação à autoincriminação – pelo qual assente que o acusado permaneça em silêncio diante de autoridade judiciária para não produzir provas contra si. O Brasil sendo um Estado Democrático de Direito é obediente aos princípios constitucionais que assegura aos indivíduos com certo grau de efetividade a sua dignidade. O crime de Perjúrio encontra seu domínio legal no Código Penal da Costa Rica, Estados Unidos, França e Alemanha, os quais possuem um grande arsenal jurídico e sistema político democrático. O sistema jurídico brasileiro se assemelha quanto a adoção de meios para a busca da verdade real, qual seja, a tipificação do falso testemunho e falsa perícia – símiles sob a ótica da mentira – e a possibilidade da premiação pela redução da pena ao corréu colaborador. Contudo, a colaboração premiada – lei 12.850/13 das Organizações Criminosas – inadmite que haja uma condenação baseada única e exclusivamente nas informações trazidas pelo colaborador diante da fragilidade da credibilidade como meio de prova, considerando as condições pessoais deste que colabora, que busca beneficiar-se com o depoimento, retirando eventual idoneidade que a colaboração possa ter. Parte da doutrina alega que esse instrumento inviabiliza o contraditório e a ampla defesa e ofende aos princípios morais e éticos do Estado Democrático de Direito. O tema abordado traz a análise do crime de perjúrio e a possibilidade de sua recepção pelo ordenamento jurídico brasileiro, bem como os efeitos da colaboração premiada.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu através de consultas a atual Constituição Federal e demais constituições estrangeiras, sites, artigos científicos e jurídicos, no que conste o crime de perjúrio em países de natureza democrática e a efetividade de outros instrumentos de investigação criminal, como a colaboração premiada, o falso testemunho e a falsa perícia existentes no ordenamento jurídico pátrio, construindo uma pesquisa bibliográfica, hipotético-dedutivo, cujo método de procedimento é o comparativo, utilizando de um manancial de autores.

**(Resultados)** Após a realização da presente pesquisa, observou-se através do estudo a recepção do crime em países democráticos supracitados, que asseguram os direitos constitucionais fundamentais a pessoa, como a dignidade, tal como no Brasil e a efetividade da punição em relação direta com a melhor administração da justiça. O Projeto de Lei 4192/2015 altera o Decreto-lei nº 2.848 e passa prever o crime de perjúrio no Código Penal brasileiro, mas não obteve sua aprovação até o momento.

**(Conclusão)** A pesquisa possibilitou uma análise mais profunda no âmbito da investigação criminal e da garantia fundamental concedida ao acusado. Além disso, também permitiu um olhar mais crítico e construtivo por meio de análises desenvolvidas durante o estudo acerca de sua recepção. Como resultado final, concluímos ao que levou a criação do Projeto de Lei 4192/2015, que seria a melhor administração da justiça e busca pela verdade real, com a punição devida ao acusado que fraudou a justiça.

**Palavras-Chave:** Perjúrio. Colaboração premiada. Falso testemunho.

## A TIPIFICAÇÃO DO TERRORISMO À LUZ DA LEI 13.260/16 E SUA EFICÁCIA NO MEIO SOCIAL

### **Autor(es):**

*Renan Whebber de Albuquerque rego : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nicholas Cardoso Lemos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No contexto atual, o conceito de terrorismo não é pacífico pelo Direito Internacional, cabendo ao ordenamento jurídico de cada país definir o que seria terrorismo. Diante disso, partindo para uma análise no eixo do ordenamento jurídico brasileiro, a criminalização do terrorismo é um mandado constitucional previsto no artigo 5º da Constituição Federal, sendo somente criada a lei específica em 2016, com o advento da Lei 13.260/16, trazendo o conteúdo da lei temas controversos que merecem a atenção da sociedade, visto que geram impactos diretamente no eixo social e jurídico. Ademais, a referida lei foi criada no contexto de que o Brasil foi sede de grandes eventos internacionais, fomentando assim a criação de lei específica sobre o tema.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, tendo como objeto de análise a substância da Lei 13.260/16, que nos relata sobre o entendimento do terrorismo no direito brasileiro atual, sua finalidade e impactos sociais e jurídicos. Ademais, o método utilizado na pesquisa foi o método dedutivo, no sentido de que partimos de uma análise breve do terrorismo eixo mundial, partindo especificamente para análise do terrorismo frente ao ordenamento jurídico brasileiro, bem como a análise do conteúdo geral da lei supracitada para artigos, efeitos e discussões específicas que a lei proporciona.

**(Resultados)** Constatamos que é um tema que carece de debate no meio jurídico brasileiro, sendo algo grave, visto que é um tema relevante para a sociedade, tendo em vista a segurança da população contra os atos terrorista. Ademais, é notória a grande gama de controvérsias sobre a Lei do Terrorismo, trazendo debates na doutrina, não sendo pacífico muitos temas por esta levantado, como o fato de após o mandado constitucional de 2016, se haveríamos conceito de terrorismo no direito brasileiro ou não, parte da doutrina entende o conceito estava no artigo 20 da Lei de Segurança Nacional, porém a maioria entende que o ordenamento jurídico brasileiro não havia legislação especificando o conceito específico do que seria terrorismo, tendo somente acontecido com o advento da Lei 13.260/16. Outrossim, é importante ressaltar também o fato de que a lei em análise não coaduna com o artigo 15 do Código Penal, visto que pune os atos preparatórios, sendo incompatível com a aplicação do instituto da desistência voluntária e arrependimento eficaz. Por fim, é importante evidenciar o perigo que a Lei do Terrorismo pode gerar, no sentido de que pelas condutas previstas em seu conteúdo, pode acabar criminalizando movimentos sociais legítimos, ferindo a democracia e a liberdade.

**(Conclusão)** Tendo em vista as idéias e fatos acima explanados, podemos concluir que apesar do ordenamento jurídico brasileiro ter atendido ao mandado constitucional previsto na Constituição Federal sobre a tutela do terrorismo, a Lei do Antiterrorismo em análise, ainda é falha em vários pontos, trazendo assíduas discussões doutrinárias sobre partes específicas da lei e seus possíveis efeitos. Por fim, é evidente e necessário uma mudança legislativa para evolução do conteúdo da lei, para que se torne mais esclarecedora e menos genérica sobre as condutas tuteladas na lei em questão, para gere os efeitos previstos pelo legislador em sua redação e que atinja o bem comum maior que é a segurança da população e o repúdio ao ato terrorista.

**Palavras-Chave:** Terrorismo, Constituição Federal, Direitos, Segurança.

## A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA COMBATER CRIMES AMBIENTAIS

### **Autor(es):**

*Douglas Henrique dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Leonardo da Silva Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*  
*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os crimes ambientais estão cada vez mais difíceis de serem investigados e combatidos devido à dificuldade de localizar os pontos de desmatamentos, por exemplo, bem como da própria chegada ao local, pois, na maioria das vezes, os locais escolhidos para cometimento de alguns crimes como a própria extração ilegal de madeira ou garimpo, são de difícil acesso, escolhidos assim justamente para dificultar a identificação do ponto de extração, armazenamento de maquinário e responsáveis pela prática criminosa. Desta forma, o estudo é de grande relevância, pois tenta aprofundar a análise da utilização de tecnologias para o monitoramento e combate aos crimes ambientais.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: O método de pesquisa é a pesquisa descritiva e o tipo de abordagem a análise de documentos.

**(Resultados)** RESULTADOS: Visto que o estudo ainda está em andamento, não é possível determinar os resultados reais, todavia é esperado que já se tenha a utilização de monitoramento via satélite como forma de prevenção e identificação de áreas de delitos ambientais.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Como esperado, existe a utilização de monitoramento via satélite para a identificação de pontos de desmatamentos na Amazônia, tendo como objetivo a quantificação dos desmates de áreas com vegetação nativa. Isso se deu através de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), esse monitoramento via satélite se divide em dois, sendo o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), que identifica polígonos de desflorestamento por meio de imagens, e o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que mapeia mensalmente as áreas de corte raso e de processo progressivo de desmatamento por degradação florestal. Porém, foi observado que não há a utilização de drones para essa fiscalização. A aplicação de drones para vigilância é observada em alguns casos e, inclusive, é feita essa utilização pela Polícia Ambiental quando monitoram casos de pesca predatória ou ilegal. Sendo assim, os drones, que já são usados pela Polícia Ambiental, poderiam ser utilizados para a fiscalização em crimes florestais, como o desmatamento por exemplo, para melhor identificação e observação de pontos de extração. Além disso, existe a possibilidade de utilizar os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT), que tem uma resposta mais rápida devido a velocidade de transmissão das imagens, sendo possível efetuar um melhor combate aos delitos ambientais nos mais diversos ambientes.

**Palavras-Chave:** tecnologia. combate. crimes ambientais.

## A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES SEXUAIS

### **Autor(es):**

*Franklin da Silva Maux Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael de Freitas Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lucas Feitosa Oliveira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil é um país com altos índices de violência sexual registradas contra a mulher. Nesse sentido, o capítulo do Código Penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual mereceu destaque pelo legislador nos últimos anos. Assim, em tais crimes, no qual existem material probatório mínimo, a palavra da vítima sempre é levada em consideração com um peso maior. No crime de estupro tipificado no art. 213 do CP, a palavra da vítima deve ser valorada na medida em que o lastro probatório for insuficiente. Dessa forma, a problemática de tal questão se mostra na medida em que a palavra da vítima é levada em consideração de forma isolada, se mostrando uma afronta ao princípio da presunção de inocência.

**(Metodologia)** a metodologia empregada no presente estudo será a qualitativa descritiva utilizando-se da análise bibliográfica de livros e artigos referentes ao Direito Penal e a abordagem dos crimes sexuais no Brasil. Ademais, também será objeto de análise jurisprudência que sinalize nos diversos sentidos sobre o tema, assim como julgados dos principais tribunais do país. Por fim, também será levado em consideração o estudo em direito comparado, tomando como base legislações sobre o tema de países do Civil Law e Common Law.

**(Resultados)** um dos resultados preliminares obtidos está centrado na utilização equivocada da palavra da vítima nos casos concretos de crimes sexuais e a sua afronta ao princípio do in dubio pro reu. Verifica-se que a não aplicabilidade do princípio da presunção de inocência em detrimento da palavra da vítima se mostra, por vezes, um mecanismo de cometimento de violações aos direitos dos réus, bem como uma forma de corroborar condenações incabíveis

**(Conclusão)** Portanto, pode-se concluir que a valoração da palavra da vítima em crimes sexuais deve sempre ser ponderada conforme o caso concreto e ser utilizada sempre em consonância com outros meios de provas, sob pena de afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência.

**Palavras-Chave:** presunção de inocência, palavra da vítima, crimes sexuais e Direito Penal

**A VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL COMO LIMITE À FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS NOS  
CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO**

**Autor(es):**

*Ana Flávia Cacho Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Leonardo Fraifer palhano dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Bárbara Toscano de Sousa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Coelho Ribeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste projeto de pesquisa propõe-se analisar a problemática atrelada a reforma trabalhista, analisando as medidas flexibilizadoras que essa lei pretende inserir no ordenamento jurídico brasileiro, explicando os benefícios e malefícios que podem trazer para as relações de emprego. Além disso, busca-se fazer um paralelo com o princípio da vedação ao retrocesso social, sendo este consagrado implicitamente na Constituição Federal de 1988, possuindo como escopo principal assegurar que matérias de direitos fundamentais não sejam afetadas em virtude de novas normas que possam vir a surgir. Assim, como as matérias que se relacionam ao direito do trabalho são também de cunho social, propõe-se analisar se a lei 13.467-17 vai de encontro a vedação ao retrocesso social, e também, até que ponto irá flexibilizar as relações trabalhistas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e explicativo, a qual será elucidada por meio de pesquisas bibliográficas e análise da legislação relacionada à temática proposta. A metodologia utilizada será o método dedutivo, uma vez que partirá de um princípio geral para casos específicos de contratos individuais de trabalho. E para melhor entender o fenômeno, será utilizado o método de procedimento estruturalista como auxiliar, visto que o escopo é identificar e entender toda a conjuntura que envolve o tema inserido na conjuntura social brasileira.

**(Resultados)** O presente trabalho se propôs a analisar a problemática da Reforma Trabalhista, tendo como resultado esperado a compreensão da necessidade de medidas flexibilizadoras aplicadas aos direitos trabalhistas, mas também definir e entender a necessidade de haver limites na aplicação dessas medidas, visto que se deve primar especialmente pelo princípio da irrenunciabilidade de direitos por parte do trabalhador. É, portanto, um limitador da flexibilização dos direitos os princípios analisados, em especial o do não retrocesso social, que apesar de não ser implícito, desempenha importante papel no ordenamento jurídico. Isso é sustentado por Geraldo Magela Melo, porque na medida em que os direitos trabalhistas dispostos no capítulo II do título da Carta Magna brasileira são Direitos e Garantias Fundamentais estes devem ser observados sob especial atenção de forma a sua não precarização.

**(Conclusão)** Diante disso, é possível concluir que as medidas flexibilizadoras podem ser aplicadas em alguns casos somente se for respeitado o polo mais frágil da demanda. Sendo assim, é necessário que haja um limite na aplicação dessas medidas, para que seja respeitado o princípio do não retrocesso social e os direitos individuais do contratado, a fim de preservar as relações de emprego.

**Palavras-Chave:** Medidas flexibilizadoras. Reforma Trabalhista. Não Retrocesso social. Contrato individual de trabalho.

## A VIABILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO DE IDOSOS

### **Autor(es):**

*Beatriz Dantas Davim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa apresentar e discorrer as matrizes basilares deste tema pouco explorado e quase sem precedentes no ordenamento brasileiro. Dados do Ministério de Desenvolvimento Social dão sinal da urgência em discutir o tema, isto porque desde 2012 o número de idosos em abrigos conveniados aos estados e municípios cresceu 33%. Já pesquisas feitas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2011 apontou um total de 83 mil idosos em abrigos públicos e privados, e atualmente estima-se em 100 mil assistidos. O estudo em questão é fruto de uma interdisciplinaridade do direito de família com o direito do idoso. Discorrer sobre o tópico ora apresentado possibilitará um debate sobre cuidados de longa duração, moradia e assistência na velhice, utilizando-se de um instituto já aplicado no nosso ordenamento.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada é o método hipotético-dedutivo, o qual utiliza-se de pesquisas bibliográficas descritivas com o objetivo de conceituar o instituto da adoção, apresentar seu contexto legal e fazer ponderações acerca do tema. Através de um levantamento bibliográfico em artigos, livros e sites abordam-se garantias Constitucionais e legais previstas tanto no Estatuto da Criança e Adolescente, bem como no Estatuto do Idoso e legislações extravagantes correspondentes.

**(Resultados)** A partir da construção deste trabalho, e através das reflexões trazidas, é possível compreender que não há impedimento legal no ordenamento jurídico vigente, para que seja realizada a analogia entre o ECA e o Estatuto do Idoso, considerando também princípios como o da afetividade. Mandamento este que deverá prevalecer na situação em questão, para que seja buscado o melhor interesse do idoso.

**(Conclusão)** Desta forma, conclui-se que a o estudo apresentado teve como objetivo abordar um tema de grande relevância jurídica, e pouco trabalhado na doutrina que é a adoção de idosos. Assim, a partir da analogia entre os microssistemas e a priorização da família como ambiente afetivo, é possível que requisitos sejam flexibilizados e idosos possam ser adotados. Ademais, esta adoção trará efeitos idênticos da adoção prevista no ECA, tais como a mudança de sobrenome, e o rompimento do vínculo com a família natural.

**Palavras-Chave:** Adoção. Idosos. Possibilidade Jurídica. Família.



## A VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE COMO VALOR NAS MÍDIAS SOCIAIS

### **Autor(es):**

*Valéria Carvalho de Macêdo Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lais Pinheiro Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Letícia Silva Costa Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Marianna C. Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Isabelle Jota: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Os direitos da personalidade erguem-se como uma verdadeira manifestação dos direitos fundamentais no âmbito da coletividade. Em regra, o direito da personalidade é definido como direito irrenunciável e intransmissível. Os direitos da personalidade visam à proteção dos direitos indispensáveis a dignidade e integridade da pessoa conforme afirma o jurista Pontes de Miranda. Na Era Digital, a privacidade, um dos principais direitos da personalidade vem sendo violado nas redes sociais através da ampla exposição em redes sociais. A presente pesquisa visa reiterar ainda mais o cuidado com as exposições no mundo digital para que sua privacidade e imagem sejam mantidas intactas. O cuidado não diz respeito apenas ao fato de manter-se mais resguardado em relação a fotos, vídeos, mas também com quem se compartilha o conteúdo. Segundo pesquisa realizada pela USP, os dados compartilhados nas redes sociais vão para um banco geral de dados ficando ali armazenados, causando insegurança para os usuários, tendo em vista que não se tem a devida transparência sobre para onde vão esses dados e mais informações de como obtê-los ou apagá-los. Porém, casos sobre exposições e ofensas de pessoa a pessoa se tornam mais comuns, tendo mais visibilidade e sendo motivo de alerta e preocupação. No que diz respeito à esfera digital, o direito não é tão amplo. Contudo, após inúmeros casos de exposições, houve o caso de divulgação de fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann sem sua autorização dando fomentação a regulamentação da Lei 12.737/2012, onde prevê punições para crimes digitais e para quem divulga informações pessoais sem consentimento. A mesma foi um marco, levando em consideração que antes disso não se tinha lei específica para que houvesse punição nesses tipos de caso, sendo a internet uma “Terra sem Lei”.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca em sites. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de caso, para uma melhor compreensão dos efeitos concretos da aplicação do direito da personalidade. Além disso, possui como eixo os direitos da personalidade.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Afere-se que na sociedade brasileira, o direito da personalidade nas redes sociais tem ganhado mais notoriedade nas mais diversas esferas sociais, visto que é um assunto atual e vem se tornando bastante comum. Em virtude da violação dos direitos da personalidade de Carolina Dieckmann, deu-se origem a Lei que possui medidas de proteção de alguns aspectos dos direitos da personalidade, sendo eles a integridade física, corporal e até mesmo a vida. Observa-se ainda que, apesar da maior visibilidade e o amparo legal que passou a ter, ainda não é uma medida que por si só supra a necessidade dos mais diversos casos. Isso ocorre em virtude da grande demanda, da falta de preparo e investimento dos órgãos responsáveis pela parte investigativa, o que pode ser preocupante ao considerar o número de vítimas atingidas e a falta de discernimento sobre a magnitude da situação.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Constata-se que, ao ser atingida pela exposição sem consentimento, a vítima se torna refém de grandes prejuízos no que diz respeito à personalidade podendo prejudicar os diferentes âmbitos sociais nos quais se insere. Ademais, são necessários maiores investimentos na área tecnológica para resolução de crimes virtuais, bem como leis mais severas e específicas para trazer uma maior seriedade para o assunto em questão.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Privacidade. Direitos da Personalidade Direito à imagem.

## A VIOLAÇÃO DO DIREITO À INTEGRIDADE MORAL NO MUNDO VIRTUAL

### **Autor(es):**

*Daniel Rafael Aguiar de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*PEDRO PAULO SANTANA SILVA: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fabício Meira Macêdo Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Primeiramente, é necessário definirmos qual é o enquadramento jurídico do direito à integridade moral, revelando sua natureza normativa em face das inúmeras espécies normativas admitidas em direito. Tal definição ira nos direcionar na busca pela sua ocorrência no mundo fático e na aplicação da nossa temática. O direito à integridade moral é enquadrado como um direito da personalidade, conhecido faticamente como direito existencial. São direitos inerentes à pessoa. Associado a ideia de "Para ter, basta ser" (ou seja, se você é pessoa, têm direitos da personalidade). Assim, vemos que são direitos inerentes a personalidade das pessoas e que buscam salvaguardar as garantias mais fundamentais de um ser humano, compreendido em sua dignidade. A pesquisa tem como cerne abordar como o direito à integridade moral é colocado em situação de violação em um contexto de mundo dominado pela virtualização, isto é, como a vida privada, a intimidade e a imagem (modalidades da integridade moral) são desrespeitadas em face do mundo virtual. Essa terminologia "mundo virtual" é concernente ao universo da internet, compreendido por redes sociais, sites de comunicação, jornais etc. O cerne do trabalho é analisar como o direito à integridade moral pode vir a ser mitigado em face dessa vastidão do mundo virtual, uma vez que postagens, notícia e publicações podem ser instrumentos de falsas atribuições, imagens veiculadas sem autorização, invasão de privacidade e outros danos a integridade do indivíduo.

**(Metodologia)** Aborda-se a temática sob uma visão dialética, trazendo a tese do mundo não virtual, a antítese do mundo virtual, auferindo na síntese que corrobora o nosso tema: a violação no mundo virtual é exponencialmente maior. O método de procedimento adotado foi o histórico, o qual utilizamos para traçar um paralelo cronológico e poder analisar como a violação ao direito à integridade moral foi gradualmente majorada com o concomitante avanço da internet. Fazer esse paralelo entre a dialética e a história é de fundamental para auferir um resultado completo e legítimo cronologicamente, atendendo a evolução social e o avanço teórico.

**(Resultados)** Como resultado de nossa pesquisa, auferimos a presença de grande violação do direito à integridade moral no mundo virtual, em sua maioria no âmbito das redes sociais. Fenômenos como o Hate Spich (discurso de ódio) e o vazamento de imagens íntimas (nudes) são as maiores testificadoras dessa problemática, uma vez que expõem a níveis mundiais dados pessoais do indivíduo ou buscam denegri-lo por alguma característica pessoal, violando de forma gravosa as garantias personalíssimas do ser humano.

**(Conclusão)** Concluímos, dessa forma, que para enfrentar os autores dessas violações do direito à integridade moral torna-se necessário elencar leis eficazes e severas a fim de que tais violações (sejam elas contra a imagem, vida privada, intimidade) possam ser amenizadas e para que as ilicitudes no âmbito virtual não possam ocorrer com tanta frequência como é atualmente. Foi notado que em um ambiente virtual onde o anonimato é facilitado e a amplitude da publicação é de nível mundial, a violação da integridade moral é consideravelmente potencializada, ou seja, notamos que outra grande catalizadora dessa violação é a impunibilidade. Tal situação fática é tão relevante para a sociedade que auferiram em ações legislativas que buscam salvaguardar os indivíduos dessa debeleção, como a lei nº 12.737 (lei Carolina Dieckmann) e a lei nº 13.709 (lei de proteção de dados), reflexos indelévels que o mundo virtual é uma grande ferramenta violadora do direito à integridade moral.

**Palavras-Chave:** Direito da personalidade. Mundo virtual. Violação. Direito à integridade moral.

## ABOLIÇÃO DA AÇÃO PENAL PRIVADA: PRESERVAÇÃO DA NATUREZA PÚBLICA DO DIREITO PENAL

### **Autor(es):**

*Ivan Barros dos Santos Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Ordenamento Jurídico Brasileiro é subdividido em diversos ramos com diferentes competências em razão da matéria. O Direito Penal, por sua vez, é denominado ultima ratio, ou seja: quando as outras esferas jurídicas não se demonstrarem bastantes para solucionar determinado conflito, o Direito Repressivo age em tutela dos bens jurídicos mais relevantes. É natural que a atuação do Direito Penal – e conseqüentemente da persecução criminal – não dependa de vontade particular, mas de interesse coletivo. A regra, portanto, é que a persecução criminal ocorra mediante ação penal pública incondicionada. Há crimes, todavia, procedidos tão somente por meio de ação penal privada. É uma incongruência no fim das contas: se determinada matéria é tipificada co-mo crime, mas procedida mediante queixa, ou não é importante o suficiente para ser crime (abolitio criminis) ou, sendo sobremaneira relevante, não há motivo para que não se proceda através de ação penal pública, seja esta condicionada ou incondicionada. Quando o crime se procede mediante queixa, o legítimo detentor do jus puniendi submete seu efetivo exercício à apreciação de um ente particular, o qual delibera com livre convicção se iniciar-se-á ou não a persecução criminal.

**(Metodologia)** O trabalho possui pesquisa de caráter puro enquanto responde à pergunta “a ação penal privada condiz com a natureza pública do Direito Penal?”; e de caráter aplicado na medida em que analisa as implicações da resposta negativa à questão anterior. Seu cunho é teórico e bibliográfico, com respaldo proeminentemente doutrinário. O método utilizado é o hipotético-dedutivo, considerando o problema de dissonância entre a natureza do Direito Penal e parte de seu conteúdo, cuja observação é proposta.

**(Resultados)** Abolição da ação penal privada exclusiva (propriamente dita) e personalíssima. Determinados crimes outrora procedidos por meio de ação penal privada, doravante serão abolidos. Os bens jurídicos que tutelavam serão objeto de proteção de outro ramo do Direito. Outros crimes serão procedidos mediante ação penal pública devido ao caráter de coletividade que abrangem, cuja prática ofende a sociedade conjuntamente. Permanência da ação penal privada subsidiária da pública por trazer em si substância essencialmente diferente das outras subespécies de ação penal privada: procura sanar eventual inércia ou desídia das autoridades públicas para providenciar a necessária persecução penal.

**(Conclusão)** Faz-se imprescindível que o Direito Penal tenha sua natureza pública preservada, mormente com o garantismo penal que vigora no âmbito processual teórico do país. A ideia de se ter um ramo do Direito que se ocupe, em último grau, dos bens jurídicos mais relevantes coaduna com o brocardo nulla lex poenalis sine necessitate. Dessa maneira, funcionará de maneira mais harmônica, econômica e eficiente, exercendo o papel que lhe é atribuído.

**Palavras-Chave:** Ação penal pública. Ação penal privada. Crime. Abolição. Direito Penal.

## ABUSO DAS TAXAS CARTORÁRIAS NO RN

### **Autor(es):**

*Rebeka de Paula Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*João Vitor Pessoa de Magalhães Pacheco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Cibelli Varela da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os serviços cartoriais são assegurados na Constituição Federal, amparado no art. 236, onde prevê a delegação do Poder Público que regulamentará e disciplinará as atividades desempenhadas nesta esfera extrajudicial. A Lei nº 8.935/1994 regulamenta o caput do art. 236 da CF, dispondo sobre os serviços notariais e os requisitos de composição dos cartórios. O Tribunal de Justiça, por sua vez, possui o dever de fiscalizar os cartórios extrajudiciais e judiciais, através da Ouvidoria e da Corregedoria, cada estado têm estipulado valores de emolumentos diferentes, conforme orientação do Poder Judiciário estadual. A preocupação dos tabeliões e Associação de Notários e Registradores do Rio Grande do Norte (Anoreg/RN), encontra-se interligada com os valores abusivos das taxas em cartórios, além disso, o percentual de praticamente 18% da receita é distribuído para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** Pretende-se utilizar o tipo de pesquisa qualitativa, tendo o abrigo no método comparativo, pois buscará analisar as taxas cartoriais do Estado do RN em paradigma com outros estados brasileiros. Em que pese ao estudo, pretende-se utilizar o método de procedimento descritivo e histórico, pois busca-se a conceituação do fenômeno, assim como discorrer em breve passeio histórico sobre as Leis Complementares anteriores. Acerca das técnicas de pesquisa, apoiar-se-á na análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Além disso, elaborará pesquisa de campo, através de entrevista com a tabeliã do município de Parazinho, Samara Thalita Cabral Machado, com a finalidade de embasar as consequências das referidas taxas ao tabelionato norte rio-grandense.

**(Resultados)** Como abordado anteriormente a taxa em questão tem porcentagem variável de acordo com cada Estado. Em virtude desta "liberdade" do Estado, o Rio Grande do Norte está agindo de forma abusiva, principalmente quando há um comparativo não só entre os estados do Nordeste, mas de todo Brasil. É sabido que os cartórios prestam serviços em prol da sociedade, entretanto, os valores dispostos na tabela de custas de 2019 não atendem esse critério norteador. A Anoreg/RN relata uma preocupação substancial advindo desses valores abusivos, tendo em vista que os interessados nos serviços cartoriais estão buscando estados vizinhos a fim de atender suas demandas. Os serviços variam desde casamentos e escrituras públicas a, até mesmo, certidões de nascimento. Percebe-se que em locais como o Distrito Federal, onde a renda salarial da população é visivelmente maior que a do RN, os valores dos mesmos serviços prestados são ridiculamente inferiores aos dispostos na tabela de custas emolumental de 2019, disponibilizado pelo poder judiciário local. Sendo assim, é notório o desrespeito do TJRN, visto que além das taxas absurdas já existentes, o órgão fica com a maior parte da receita dos cartórios, chegando praticamente a 18%, segundo informação disponibilizada pelo próprio TJ.

**(Conclusão)** O abuso das taxas cartorárias destinadas ao Estado está causando uma perda de clientes em relação aos cartórios do Rio Grande do Norte em comparativo aos Estados vizinhos (onde as taxas cartorárias são mais baixas), refletindo a busca da população por preços justos em suas transações. O abuso das taxas cartorárias destinadas ao Estado está causando uma perda de clientes em relação aos cartórios do Rio Grande do Norte em comparativo aos Estados vizinhos (onde as taxas cartorárias são mais baixas), refletindo a busca da população por preços justos em suas transações.

**Palavras-Chave:** Taxas Cartorárias; Tribunal de Justiça; Anoreg/RN.

## **ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Júlia Araújo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos o Brasil teve 175 mil casos de exploração sexual de crianças e adolescentes entre 2012 e 2016, o que significa quatro casos por hora, diante disso, pode-se notar que a população infanto-juvenil se encontra em situação de vulnerabilidade e o Estado precisa tomar posições para ampara-las. Já que, Abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados penalmente como corrupção de menores (art. 218) e atentado violento ao pudor (art. 214), caracterizado por violência física ou grave ameaça. Diante do exposto e análogo a Constituição Federal, (art. 227) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, logo, faz se necessário um estudo mais aprofundado para entender melhor o porquê isso acontece tanto e como, além de o que se pode fazer para amenizar.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA): A metodologia utilizada no trabalho será pelo método indutivo, o qual tratará de casos particulares para chegar a uma premissa geral, assim, pode-se observar varias formas distintas de ajudar a corrigir o problema da temática, observando como acontece em todas as partes do Brasil. Utilizando técnicas de pesquisa como análise de conteúdo, questionário, pesquisa documental e bibliográfica.

**(Resultados)** (RESULTADOS): Depois da construção de Belo Monte, observa-se que houve um aumento de 60% na exploração infanto-juvenil, devido a falta de assistência a população a qual foi retirada da sua comunidade que logo deixou de existir, dessa forma, percebe-se que o Estado também é causador, por tomar medidas e não ter o devido cuidado com as consequências geradas. Assim como, a falta de educação sexual, nas escolas, contribui para perpetuação do abuso, dificultando a identificação do ocorrido pelo publico alvo. Acontecimentos como estes contribui para a proliferação, em conjunto a outras perspectivas encontradas pelo país, a pesquisa determinará a melhor forma de amenizar e prevenir.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): Por conseguinte, tendo em vista que o Brasil é o 11º no ranking de abuso e exploração sexual infantil, segundo o relatório mundial, e a cultura a qual estão inseridos contribui para que esses casos continuem acontecendo pela falta de atenção e cuidado aos detalhes que acabam fazendo a diferença. Logo, é necessário a aplicação de políticas preventivas e de auxílio a essas crianças e adolescentes, além de uma busca continua para sanar quaisquer vícios novos que apareçam e façam proliferar, para que a problemática esteja cada vez menos enraizada a realidade brasileira.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Exploração, infanto-juvenil, Código penal, Constituição Federal, Abuso.

**ADOÇÃO DE CRIANÇAS EM NATAL/RN: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS QUANTO À ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS E A COMPARAÇÃO EM RELAÇÃO A CASAIS HETEROSSEXUAIS**

**Autor(es):**

*Maria Júlia Pereira Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Calinne Carla Aguiar Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Eduardo Andrade Galvncio Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa visa apresentar os direitos que foram adquiridos por casais homossexuais ao longo dos anos e a comparação existente entre eles e os casais heterossexuais em relação à adoção de crianças em Natal, Rio Grande do Norte, sendo esta investigação de fundamental importância, porque além da adoção e da homossexualidade ainda consistirem em dois assuntos tabus, apesar das lentas mudanças as quais vêm ocorrendo no cenário mundial, as pessoas que se encaixam nesses grupos até hoje sofrem certa discriminação social por não se adequarem aos padrões patriarcais vigentes. Assim, através de tal pesquisa, analisamos o posicionamento das instituições cujo papel é reger a sociedade e acabam por exercer forte influência sobre as pessoas, sejam essas entidades o Estado e a sociedade, a fim de localizar os impasses, obstáculos, e facilitar a solução deste problema pelos órgãos responsáveis por isso.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho analítico que tem como método de abordagem o dedutivo, pois analisamos dois casos de casais homossexuais que já realizam a adoção, um casal heterossexual na mesma situação e outro em processo de adoção, sendo todos em Natal/RN, além de uma Casa Lar, também localizada na cidade, para podermos conhecer o dia a dia dos que convivem com essa realidade. Com isso, chegamos a uma conclusão específica com relação ao problema da temática. Dessa forma, utilizamos técnicas de pesquisa, como entrevistas com os casais, para que colhêssemos dados importantes sobre o trâmite burocrático e também para que nos inteirássemos de fatos cotidianos da convivência familiar entre pais e filhos. Fora isso, fizemos uso também de fontes documentais, estatísticas, contendo a quantidade de crianças existentes para adoção, a comparação entre a quantidade adotada por casais homo e heterossexuais, e também a jurisprudência para explicar tal problemática, posto que ela vem se atualizando e assegurando direitos a esse modelo de família contemporânea.

**(Resultados)** Acerca dos resultados da nossa pesquisa, podemos dizer primeiramente que houve mudanças no conceito de família de modo que o estereótipo patriarcal heteronormativo deixou de ser único e passou a dividir espaço com os novos modelos familiares, pois estes passam por transformações e se atualizam à todo momento. Além disso, após o posicionamento do STF à favor do reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, hoje, juridicamente, não há divergência na adoção por casais homo ou heterossexuais.

**(Conclusão)** Inicialmente, entendeu-se que após o julgado do STF em 2011, quando a ministra Cármen Lúcia reconheceu a união entre casais homossexuais como núcleo familiar, eles passaram a ser tratados de forma equitativa pela justiça e, portanto, enfrentam os mesmos problemas burocráticos e de convivência, com relação à adoção, que os casais heterossexuais. Ainda, no contexto de uma adoção por casais do mesmo sexo, eles estão mais predispostos à adoção, e por isso, mais abertos e com uma menor exigência quanto as características da criança. É importante ressaltar que apesar dos avanços legais, ainda existe um preconceito social com relação a esses novos modelos familiares.

**Palavras-Chave:** Homossexuais. Adoção. Desafio. Jurisprudência. Crianças.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO: ÚNICO MEIO EFICAZ DE INVALIDAR OS EFEITOS DA ESTABILIZAÇÃO TOTAL DAS TUTELAS ANTECIPADAS?**

**Autor(es):**

ÁLVARO FERNANDES BEZERRA ALVES: *Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
Rinaldo Henrique Bezerra Guimarães: *Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

Anderson Leonardo de Oliveira Brito: *Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa vem discutir os efeitos da tutela provisória antecipada de urgência sendo um instrumento criado pela Lei n 8.952/94, a qual alterou o CPC/73, sendo este derogado pelo novo CPC. O instituto visa antecipar provisoriamente o julgamento da decisão judicial assegurando o resultado prático quando há elementos que evidenciam a probabilidade do direito e do risco do perecimento do direito, caso este não seja entregue de forma imediata. Nesse contexto, o artigo 304 CPC aduz que, uma vez concedida a tutela e, esta proceda de acordo com o artigo 303, mantendo assim, o devido processo legal, direito fundamental assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal, tornar-se-á estável, se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, sendo este estipulado por agravo de instrumento disciplinado pelo art. 1.015 do CPC, declarando expressamente a única forma de refutar as garantias proferidas por essas tutelas provisórias, já que são decisões interlocutórias.

**(Metodologia)** Para tanto, utilizou-se o método dedutivo, partindo das análises acerca da tutela antecipada em caráter antecedente, suas principais peculiaridades e preceitos, para, posteriormente, analisar de maneira específica o art. 304, verificando outras formas para resolver situações litigiosas relacionada à estabilização total da eventual tutela, bem como a técnica de documentação indireta, por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, de modo a aferir os fundamentos controversos indicados por cada corrente doutrinária, delineando uma melhor clareza da divergência existente posta à análise, além de entendimentos jurisprudenciais.

**(Resultados)** A pesquisa vem com o objetivo de problematizar o modo em que o código de Processo Civil adota para a parte ré impugnar os efeitos da estabilização da tutela provisória antecipada de urgência de caráter antecedente, e como realmente se convalida nos processos que envolvem esse tipo de matéria, acarretando a discussão na doutrina de forma não pacífica, pois observa a contestação como instrumento eficiente e eficaz de barrar os efeitos das tutelas antecipadas, concretizando efetivamente a realização dos princípios basilares do NCPC, sendo justamente a economia processual, celeridade do processo e a duração razoável do processo.

**(Conclusão)** Destarte, as jurisprudências, sobretudo ao julgado do recurso especial 1760966/SP do STJ, reforçam as mudanças dos entendimentos, exigindo maior discussão sobre o tema por parte daqueles que legislam para uma possível reformulação das normas existentes, já que no Brasil, a legislação adota uma postura restrita, omitindo em fixar outras formas eficientes como a contestação. Contudo, conclui-se que realizando a correta interpretação do artigo 304 do NCPC, mencionando seu real sentido e alcance, constata-se a desvalorização de alguns princípios norteadores do processo civil, como por exemplo, a duração razoável do processo, a economia processual, a primazia do julgamento da resolução do mérito e, por último, o desprezo do princípio da instrumentalidade das formas, uma vez que, o ato processual de praticar recurso, caso venha a atingir sua real função independe de forma expressa em lei.

**Palavras-Chave:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ESTABILIZAÇÃO TOTAL. RECURSO INTERPOSTO

## ALCANCE DA EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Anna Luiza Silva de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A coisa julgada configura-se como um dos institutos constitucionais mais relevantes do direito brasileiro ao inviabilizar a rediscussão acerca do objeto litigioso após o trânsito em julgado da decisão judicial de mérito. Notadamente a coisa julgada é a concretização do princípio da segurança jurídica, cujo resultado pauta-se na formação de um “direito adquirido” reconhecido judicialmente. Nesse contexto, o art. 508 do Código de Processo Civil aborda a eficácia preclusiva da coisa julgada, com a perda da possibilidade de rediscussão de todos os argumentos que poderiam ter sido suscitados, entretanto não foram, tornando preclusa a possibilidade de rediscutir o deduzido e, portanto, irrelevante seria suscitar o dedutível. Diante desse cenário, a doutrina processualista diverge no tocante à eficácia preclusiva da coisa julgada: há os que defendam ao julgamento implícito das causas de pedir não suscitadas e, por outro lado, os que defendem a referida eficácia preclusiva apenas aos argumentos e às provas que sirvam para embasar as causas de pedir deduzidas no processo.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa aplicada de cunho descritivo, com objetivo exploratório e documental. Utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, ao partir da proposição hipotética da aplicabilidade da ampliação da eficácia preclusiva da coisa julgada em relação a todas as possíveis causas de pedir e, a partir disso, concluir se tal posicionamento doutrinário está em consonância com o CPC. Como método de procedimento, aplicou-se o comparativo, ao levar em consideração os atributos referentes às teorias da causa de pedir e a relação direta com a ampliação ou restrição da eficácia preclusiva da coisa julgada

**(Resultados)** Há duas significativas correntes processuais no que tange à eficácia preclusiva da coisa julgada: a tese ampliativa, defendida por Araken de Assis, Sérgio Fadel e Lírio Hoffman, bem como a vertente restritiva – defendida por Marinoni, Humberto Theodoro e Barbosa Moreira. Em que pese a elevada referência intelectual dos ora mencionados processualistas que defendem a ampliação do referido instituto, verificou-se que, em concordância com a interpretação do art. 508 CPC em conjunto com os arts. 337, § 2º e 4º, assim como do art. 503, caput, e 504 do mesmo código, de modo a compatibilizar o art. 508 do CPC com o sistema processual, a supracitada hipótese objeto deste estudo não merece prosperar. Tal resultado justifica-se, ainda, pelo fato do ordenamento jurídico brasileiro ter adotado a teoria da substanciação no que concerne à causa de pedir e esta, ao contrário da individualização, aduz que o efeito preclusivo da coisa julgada não atinge todas as causas de pedir possíveis, mas restringe-se apenas à causa petendi que embasou o pedido formulado pelo autor e as alegações que façam referência a ela.

**(Conclusão)** Concernente à eficácia preclusiva da coisa julgada e a sua real extensão, ainda não há uma precisão conceitual no linguajar dos processualistas, além de muito divergirem as opiniões nesse verdadeiro “campo minado”, como aduz Cândido Dinamarco. Entretanto, concluiu-se que ao contrário da tese ampliativa, a corrente restritiva encontra-se em plena consonância com o CPC, que optou por privilegiar a manutenção da tríplice identidade de elementos da ação, em nome dos princípios da inafastabilidade jurisdicional e dispositivo, bem como o amplo e efetivo acesso ao direito de ação e ao contraditório.

**Palavras-Chave:** Coisa julgada. Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada. Teorias da Causa de Pedir.



## **ALENAÇÃO PARENTAL DANO EMOCIONAL VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **Autor(es):**

*Albino Saleri Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O presente trabalho vem abordar o tema em visão holística, buscando uma concepção realista em relação aos parâmetros sociais, bem como, formas de manifestação do fenômeno no meio social, emocional e pessoal da construção intelectual do indivíduo. Para tanto, faz-se necessário conciliar o avanço do direito com as novas descobertas da psiquiatria moderna relacionados à síndrome de alienação parental.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: Pesquisa de cunho explicativo utilizando métodos de pesquisa bibliográfica, documental e estudos clínicos. Deste modo, estabelecer uma visão clara e coesa no cenário controverso sobre determinada síndrome. Analisar casos de decisões em tribunais, em vários países. Bem como, demarcar a visão da psiquiatria e relacionada a síndrome e suas características.

**(Resultados)** RESULTADOS: Mediante inúmeras controvérsias no campo da medicina psiquiátrica, visto que, muitos profissionais da área discordam acerca da síndrome e DSM-V. Disto isto, o presente trabalho visa estabelecer de fato, na seara jurídica legalidade para inclusão das síndromes nos comitês do DSM. Deste modo, catalogando a síndrome no campo da psiquiatria. É importante ressaltar que em 30 de janeiro de 2001, após uma audiência de dois dias, dedicada a decidir se a SAP satisfaz os critérios do teste de Frye para a admissibilidade em um tribunal, a corte de Tampa - Florida determinou que a SAP havia tido bastante aceitação na comunidade científica, a ponto de ser admissível em um tribunal, (Kilgore V. Boyd, 2001). Dito isto, deve-se observar a grande polemica também no cenário jurídico, no qual, se contrasta as decisões e posições dos juizes e advogados. Tal fato, se deve à discussão ainda não elucidada na seara jurídica com ênfase nas decisões ainda não definidas de psiquiatras estudiosos da síndrome.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Por fim, a abordagem deve ser inserida de forma criteriosa no cenário jurídico, de modo a coibir novas formas de manifestação da referida síndrome e punir o autores da lesão, visto que, em muitos casos trata-se de crianças menores e ainda imaturas psicológica e emocionalmente, nisto incorre prejuízo no desenvolvimento emocional e familiar da prole, não obstante, manifesta em lesão emocional ao genitor afetado, gerando severo dano moral, emocional e prejuízo a direito fundamental.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS CHAVE: ALIENAÇÃO PARENTAL LEI 12.318, PSIQUIATRIA, DECISÕES JUDICIAS. LESÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL

**AMPLIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO COMO COROLÁRIO DA LEI Nº 13.497/17: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO DIREITO COMPARADO**

**Autor(es):**

*Thiago Moreira de carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Newton Souza Lima Segundo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mecanismo da Terceirização no ramo do Direito do Trabalho representa hodiernamente um fenômeno mundial. Com vistas ao cenário nacional, o instrumento mencionado foi, a priori, admitido em um cenário de exacerbada limitação legal e jurisprudencial até a estrutura corrente, que concede ampla liberdade a aplicação da Terceirização nos ramos trabalhistas. As novidades advindas da Lei nº 13.467, popularmente conhecida por Reforma Trabalhista, concebem espaço para a investigação do fenômeno em tela, em especial sob a ótica do direito comparado, no intuito de dialetizar os efeitos no âmbito internacional e as possíveis implicações no Brasil.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, elaborada através do paralelo entre os efeitos decorrentes da Terceirização sob o cenário internacional e os possíveis impactos na conjuntura nacional, objetivando aperfeiçoamentos no modelo pátrio. Trata-se portanto, do método de abordagem Dialético. Destarte, a fim de concretizar o produto obtido via diálogo de sistemas legais, notadamente no que tange o Direito do Trabalho, utilizar-se-ão os métodos de conhecimento estatístico e comparativo.

**(Resultados)** Verificamos, mediante a subsunção do modelo adotado no Brasil com os resultados obtidos no exterior, que a Terceirização, embora represente tendência mundial e efetivamente cumpra seu objetivo de tornar o produto mais competitivo, essencialmente por ser responsável pela diluição dos custos diretos e indiretos e a elevação do nível de eficiência desta atividade, por meio da especialização dos serviços prestados pela empresa terceirizada, apresenta em contrapartida fatores desfavoráveis como a elevada taxa de rotatividade entre os funcionários, gerando um clima de insegurança no ambiente de trabalho, além do contexto caótico que concerne a economia e desemprego no Brasil, propiciando a busca pela mão de obra barata e fragilizando as condições de trabalho, conforme os resultados internacionais comprovam.

**(Conclusão)** Em face do obtido através da investigação, depreende-se que a Terceirização é um instrumento válido para a obtenção de um produto mais competitivo, em face da possibilidade de especialização do serviço permitindo ao empregador desenvolver atividades que são cruciais, buscando otimizar a produção, para o progresso da sua empresa. Por outro lado, para que a experiência traga benefícios a ambos os polos da relação de trabalho, faz-se necessário que seja feito com responsabilidade e ética, conforme a filosofia kantiana aduz, tratando o homem, visto aqui como o empregado, como fim em si mesmo. Isto posto, a terceirização a nível global é tida como uma ferramenta que demanda cautela e responsabilidade, ao passo que pode, simultaneamente, aumentar a produção e a qualidade do produto, pode fragilizar o empregado na relação trabalhista.

**Palavras-Chave:** Direito do Trabalho. Terceirização. Reforma Trabalhista.

**ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE DO AFASTAMENTO DA PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE VULNERABILIDADE NO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL ANTE A LEI 13.718/2018**

**Autor(es):**

*João Alberto Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN  
Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o advento da Lei 13.718/2018 ergueram-se mudanças em alguns artigos do Código Penal que versam sobre os crimes contra a dignidade sexual. A referida Lei ficou popularmente conhecida com a Lei de Importunação Sexual, isso se deu pela relevância do tipo penal inserido no Art. 215-A da legislação supracitada. Outrossim, houve o acréscimo do parágrafo quinto ao Art. 217-A, que traz em seu texto, *ipsis litteris*: "As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime." A inserção do parágrafo quinto ao mencionado artigo decorreu de muita discussão doutrinária e jurisprudencial, pois anteriormente a doutrina se dividia quanto a presunção de vulnerabilidade da vítima. Uma parte acreditava que a presunção de vulnerabilidade era absoluta, e a outra ponderava que não havia vulnerabilidade alguma se a vítima já tinha mantido relações sexuais antes do fato, se era envolvida com prostituição ou se a relação sexual era consentida. Fato esse que gerou a súmula 593 do STJ no ano de 2017, e foi reforçada pela Lei 13.718/2018 na adição do parágrafo quinto ao Art. 217-A do Código Penal, já exposto acima. Verificaremos no decorrer trabalho que a aplicação da norma penal levando em consideração a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima, em casos específicos de estupro de vulnerável, poderá acarretar mais prejuízos que benefícios à sociedade, de uma forma geral, sendo escorada a função do direito penal, tornando o direito uma arma meramente punitivista.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, onde pretende-se explorar livros, artigos, jurisprudências e legislações, além disso, o método científico a ser utilizado será o método indutivo, por partir de casos particulares para a generalidade.

**(Resultados)** O resultado pretendido com a presente pesquisa é que se encontre solução para determinados casos de estupro de vulnerável, onde a aplicação do tipo penal seria mais prejudicial à sociedade do que a absolvição do réu, em especial pelo afastamento da presunção absoluta de vulnerabilidade das vítimas.

**(Conclusão)** Pretende-se concluir, portanto, que a presunção absoluta de vulnerabilidade das vítimas pode, excepcionalmente, ser afastada para a resolução de determinados casos, tendo em vista também o princípio da adequação social, que pondera que uma conduta não será típica se encaixada, adequada, reconhecida pela sociedade.

**Palavras-Chave:** Lei 13.718/2018. Estupro de vulnerável. Presunção absoluta. Consentido. Adequação social.

**ANÁLISE CRÍTICA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Autor(es):**

*Raquel Soraya Silvio Ferreira Torres: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o advento da Constituição Federal de 1988, novas formas de relações familiares foram admitidas no Ordenamento Jurídico brasileiro que passou a reconhecer novas construções de parentescos, sem que necessariamente, estas relações estejam atreladas a filiação biológica. Diante desse cenário, tanto a doutrina quanto a jurisprudência passam a reconhecer a filiação socioafetiva como um direito fundamental que decorre do princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Nesse passo, é notável que um dos desafios primordiais que permeiam a seara do Direito de Família está relacionado a igualdade entre os filhos pouco importando sua origem. Ademais, a pesquisa será um deslinde com o intuito de responder as indagações no que diz respeito as consequências jurídicas do reconhecimento voluntário da filiação socioafetiva na via extrajudicial.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica na qual se aplica o método dedutivo, na medida em que se realiza pesquisa doutrinária e jurisprudencial sobre o tema. Ademais, o trabalho buscará se utilizar dos seguintes métodos de procedimentos: instrumental-histórico, quando for abordado a historicidade acerca da evolução da tutela jurisdicional no Direito de Família; descritiva na análise dos provimentos de esfera estadual que reconheceu a parentalidade socioafetiva, que foram surgindo ao longo do tempo.

**(Resultados)** A pesquisa está sendo objeto de Trabalho de Curso (TC) e, por isso, até o momento, os resultados encontram-se em análise de casos concretos, na demonstração de jurisprudências. Deste modo, por entender a importância do tema, pretende-se, de maneira geral, alcançar o resultado no qual revele que há uma relação de causalidade existente entre a possibilidade de existir fraudes que possam trazer riscos aos filhos socioafetivos, caso não haja critérios minuciosos, como análise de cada caso com as suas particularidades, sendo assim, que seja possível evitar que indivíduos mau-intencionados, visem o interesse patrimonial ou sexual. Ademais, é necessário que se cumpra à proteção integral dos menores em desenvolvimento, em conformidade com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, em observância aos direitos constitucionais recepcionados na Carta Social, qual seja: À busca do Princípio do Melhor Interesse da Criança e Adolescente para se evitar decisões conflitantes.

**(Conclusão)** Como exposto anteriormente, essa pesquisa é objeto de TC e, por isso, não possui, por ora, uma conclusão concreta, pois o trabalho não foi finalizado. No entanto, como conclusão parcial do trabalho, é evidente que sejam demonstradas críticas de pontos positivos quanto negativos no que diz respeito ao reconhecimento da parentalidade socioafetiva na esfera extrajudicial, ao passo que os cartórios passam a ter atribuições de declarar a existência desta vinculação atrelada ao afeto. Em suma, pode-se demonstrar que o Estado, à sociedade e a família têm papel fundamental na proteção da criança e do adolescente, para que em decorrência disso, os menores tenham seus direitos protegidos de qualquer forma de arbitrariedade, conforme aduz o artigo 226 da Lei Maior, que elencou a família como base da sociedade.

**Palavras-Chave:** Filiação Socioafetiva. Princípio da igualdade. Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.

## ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO PLEA BARGAIN DA PL 1864/19, PACOTE ANTI-CRIME

### **Autor(es):**

*Victor Emmanuel Freitas Machado Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa demonstrar o instituto do “plea bargain”, abordando seu conceito, sua possível aplicação que será implementada pelo novo projeto de lei 1864/19, conhecida como o pacote anti-crime.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, pautada na análise legal do documento do projeto de lei n 1864/2019

**(Resultados)** A primeira e essencial observação, é que o projeto da lei de pacote anti-crime tem por meta estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa. Está presente o instituto do “plea bargain”, disposto na PL 1864/19, no art. 3, que adicionará o art. 28-A na lei 3.689/1941. Isso permitirá ao MP ou o querelante o poder de propor acordo de não persecução penal, desde de que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, nos casos de arquivamento e se o investigado tiver confessado circunstancialmente a prática da infração penal. Nos casos de não violência ou grave ameaça e com pena máxima não superior a quatro anos, desde de que mediante o cumprimento de certas condições, ajustadas e cumulativas ou alternativamente. Aplicação: i) reparar dano ou restituir a coisa à vítima, exceto quando for impossível de fazer; ii) renunciar de forma voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produtos ou proveito do crime; iii) prestar serviços a comunidade ou entidades públicas, em casos de pena mínima cominada ao delito e diminuída em dois terços, em local indicado pelo juiz da execução; iv) pagar prestação pecuniária, a ser estipulada através do Código Penal; v) cumprir por prazo determinado outras condições indicadas pelo MP. Acordo do PB necessariamente será por escrito e firmado pelo membro do Ministério Público junto do investigado e por seu defensor. O rito do acordo se dará na forma de homologação, realizada em audiência, ao qual o juiz deverá verificar a voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu advogado. Se, na hipótese o juiz considerar inadequadas ou insuficientes as condições do PB, deverá devolver os autos ao Ministério Público para que seja reformada a proposta de acordo, mas somente com a concordância do investigado e do seu advogado. Caso homologado a proposta, o juiz devolverá ao MP que iniciará a execução perante o juiz de execução penal. Em outros casos o juiz poderá recusar a homologação caso seja constatada a inobservância de requisitos legais para o acordo, sendo assim, o acordo será devolvido para o MP analisar sua complementação ou até mesmo oferecer a denúncia.

**(Conclusão)** O MP agora passa a possuir ampla discricionariedade para agir, desde de que com condições regradadas e dentro dos limites que a lei estabelecerá para a negociação do plea bargain, de modo que garanta a presença do magistrado e advogado para a celebração da confissão. Acredito que a negociação da persecução penal tende à reduzir a morosidade do judiciário, garantindo maior eficácia jurisdicional. O novo rito apresentado no anteprojeto do CPP, de certa forma parece muito providencial e de extrema necessidade diante do inchaço dos nossos tribunais e do sistema carcerário brasileiro. Por fim, possa parecer uma forma de debilitar o devido processo legal, porém, de certa forma, seria o seu aperfeiçoamento prezado por uma economia processual em prol de mais celeridade.

**Palavras-Chave:** Pacote anti-crime, Plea Bargain, PL 1864/19

**ANÁLISE DA DECISÃO DE EXCLUSÃO DO SOBRENOME EM RAZÃO DO ABANDONO DO GENITOR: À LUZ DO ENTENDIMENTO DA 3ª TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Autor(es):**

*Helena Christina Brandl: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código Civil aduz que todo indivíduo tem direito a um nome, nele integrando o prenome e o sobrenome, também conhecido como patronímico. Simboliza um dos principais elementos da personalidade humana, representando a individualização da pessoa natural perante a sociedade e o Estado e que existe durante a vida e se prolonga após a morte. Enfatiza-se a sua importância, devendo suas alterações ocorrerem, somente quando houver comprovada necessidade ou previsão legal. Ressalvadas exceções, específicas e fundamentadas, conserva-se para toda a vida o nome atribuído no registro de nascimento. Destaca-se o aspecto público e o individual da sua utilização, segundo o qual o indivíduo é reconhecido e reconhece-se perante a sociedade. Compõe a individualidade da pessoa e aponta sumariamente, a origem familiar. Dada a sua importância, a pesquisa tratou de caso específico que abrigou a controvérsia ocorrida a partir da solicitação da supressão do patronímico paterno e da substituição pelo sobrenome da avó materna, motivado pelo abandono do genitor.

**(Metodologia)** A pesquisa utilizou o método indutivo, a partir do estudo de caso, qual seja, a decisão da 3ª turma do STJ, REsp nº 1.304.718 – SP, sobre a decisão a respeito do pedido de exclusão de sobrenome paterno em razão do abandono do genitor e a inclusão do sobrenome da avó materna.

**(Resultados)** Constatou-se que o douto Tribunal intentou por uma justa interpretação da lei, em atenção às relações sociais contemporâneas, cujo reconhecimento inclusive, justificou as diversas alterações no Código Civil, como por exemplo, em relação aos novos arranjos familiares, diferindo do código anterior, majoritariamente patriarcal. Na análise do caso concreto, constatou-se que tal família é verdadeiramente composta pela mãe, pela avó e pelo autor do processo, na qual, em nenhuma hipótese, houve contribuição patriarcal, e que suscitou o desejo do filho pela supressão do sobrenome paterno, haja vista que o pai nunca fez parte do núcleo familiar. Restou evidente que o rapaz passou sua infância e juventude exclusivamente sob os cuidados da sua mãe e da sua avó materna, tendo o pai tido mero enredo biológico na sua vida, fato relevante que, traduz a realidade de muitas famílias brasileiras, a julgar pela quantidade de lares comandados por mulheres, cujo número aumentou 67%(sessenta e sete por cento) entre os anos de 2004 e 2014, segundo dados do IBGE, motivando o intérprete da lei, a aplicá-la de maneira que acompanhe o dinamismo da sociedade, a fim de promover decisões justas e em conformidade com a realidade.

**(Conclusão)** Com a decisão, o Tribunal demonstrou acompanhar as transformações sociais, permitindo que a alteração do nome revelasse o traço característico da verdadeira família do Recorrente, e que as reais razões, íntimas e psicológicas que ensejaram o pedido de mudança foram devidamente observadas, não aplicando na fundamentação, qualquer conceito pessoal. Dessa maneira, conclui-se que a decisão proferida foi exitosa pois cessou as angústias do autor decorrentes do abandono do pai, a partir do entendimento do impacto que o nome desempenha na formação e na consolidação da personalidade de uma pessoa. Ressalta-se ainda que a alteração pretendida não modificou a filiação do recorrente, em que o nome do seu pai biológico, permanecerá no seu registro de nascimento.

**Palavras-Chave:** Exclusão de patronímico. Direito da Personalidade. Abandono do pai.

## ANÁLISE DA LACUNA DE LEGISLAÇÃO NO MUNDO VIRTUAL

**Autor(es):**

*Iury Nicolas Costa Barbosa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o avanço tecnológico e o desenvolvimento da cibercultura, o compartilhamento de informações tomou proporções maiores, em decorrência do aprimoramento da capacidade das máquinas, passando a ser mais rápidas e eficazes. Devido a esses avanços, a internet se tornou algo comum no dia a dia, sendo usado como instrumento para todo tipo de ação. Com esse uso, as pessoas passaram a confiar seus dados pessoais e sigilosos, acarretando reflexos na vida dos cidadãos, positivos como a obtenção de conhecimentos, mas com o avanço dos hardwares, há também reflexos negativos devido a disponibilização de dados e confiança depositadas nos aplicativos e meios digitais. Dessa forma, a invasão desses dados se tornou algo fácil.

**(Metodologia)** A metodologia científica são os procedimentos que irão nos orientar na investigação dos fatos, de forma sistematizada aonde nos conduz a problematização do tema. O método científico de abordagem utilizado foi o método dedutivo, no qual se utilizou de artigos específicos a respeito do tema para ser problematizado junto à teoria e a prática exercida pela lei.

**(Resultados)** Mesmo com algumas leis tutelando o tema, como a Lei nº 2.848/12 (Lei Carolina Dieckmann) caso que gerou um debate público a cerca do tema e posteriormente a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil) que buscou trazer princípios para o meio virtual, porém não garantiu eficiência na proteção de alguns direitos no que tange à privacidade e proteção de dados pessoais, pois é um ambiente amplo. Portanto, apesar da existência dessas leis que tutela esse webworld, que visa garantir a proteção desses direitos, é comum ver casos onde tais direitos são facilmente violados e expostos (cybercrimes), indo contra o princípio da inviolabilidade à privacidade, garantida pela Constituição. Mesmo existindo normas, o que dificulta a aplicação das leis para cybercrimes é a dificuldade que a justiça brasileira tem em obter as informações necessárias, para se identificar o autor do crime, pois muitos usam mecanismos para esconder-se e assim burlar o sistema, o que difere das normas aplicadas no mundo material, gerando a falta de eficiência das normas. Em 2018 foi aprovada a Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados) que busca sanar a problemática, fazendo alterações na Lei nº 12.965, dando aos usuários uma maior autonomia, pois obriga as empresas a fornecer os dados que tem armazenado, sendo necessária a autorização do cidadão, sendo possível a retirada dos mesmos do ambiente virtual, caso assim o usuário deseje. Mesmo com os artifícios normativos existentes, sabemos que falta um grande avanço no aspecto legislativo para que os crimes cibernéticos diminuam e tenham realmente uma punição para os seus autores, para que esse meio não se torne um ambiente inseguro.

**(Conclusão)** A cada dia que passa, os meios digitais sofrem modificações e evoluções, entretanto a legislação não consegue seguir o mesmo ritmo, acarretando consequências nocivas na vida dos usuários que por algum motivo teve suas informações e dados invadidos e posteriormente usados por terceiros ocasionando o seu malefício. Buscando na Legislação normas que assegurem direitos digitais, ficou evidente a ausência de leis que regulamentem consideravelmente esse mundo tecnológico. As leis existentes voltadas para a proteção de direitos digitais dos usuários são resumidamente, falhas e mínimas, conseqüentemente, o desamparo e insegurança ao utilizar, efetuar comprar, pagamentos ou o simples ato de compartilhar algo, permanecem e, sem leis realmente eficazes, a tendência é a insegurança.

**Palavras-Chave:** Ambiente virtual - Lacunas - Lei - Legislação - Invasão

## ANÁLISE DA LACUNA DE LEGISLAÇÃO NO MUNDO VIRTUAL

### **Autor(es):**

*Matheus Guedes de Farias: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Lury Nicolas Costa Barbosa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Antonio Eduardo Miranda de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alycia Medeiros Damasceno Palhares Bernardino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luiz Eduardo de Sena Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o avanço tecnológico e o desenvolvimento da cibercultura, o compartilhamento de informações tomou proporções maiores, em decorrência do aprimoramento da capacidade das máquinas, passando a ser mais rápidas e eficazes. Devido a esses avanços, a internet se tornou algo comum no dia a dia, sendo usado como instrumento para todo tipo de ação. Com esse uso, as pessoas passaram a confiar seus dados pessoais e sigilosos, acarretando reflexos na vida dos cidadãos, positivos como a obtenção de conhecimentos, mas com o avanço dos hardwares, há também reflexos negativos devido a disponibilização de dados e confiança depositadas nos aplicativos e meios digitais. Dessa forma, a invasão desses dados se tornou algo fácil.

**(Metodologia)** A metodologia científica são os procedimentos que irão nos orientar na investigação dos fatos, de forma sistematizada aonde nos conduz a problematização do tema. O método científico de abordagem utilizado foi o método dedutivo, no qual se utilizou de artigos específicos a respeito do tema para ser problematizado junto à teoria e a prática exercida pela lei.

**(Resultados)** Mesmo com algumas leis tutelando o tema, como a Lei nº 2.848/12 (Lei Carolina Dieckmann) caso que gerou um debate público a cerca do tema e posteriormente a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil) que buscou trazer princípios para o meio virtual, porém não garantiu eficiência na proteção de alguns direitos no que tange à privacidade e proteção de dados pessoais, pois é um ambiente amplo. Portanto, apesar da existência dessas leis que tutela esse *webworld*, que visa garantir a proteção desses direitos, é comum ver casos onde tais direitos são facilmente violados e expostos (cybercrimes), indo contra o princípio da inviolabilidade à privacidade, garantida pela Constituição. Mesmo existindo normas, o que dificulta a aplicação das leis para cybercrimes é a dificuldade que a justiça brasileira tem em obter as informações necessárias, para se identificar o autor do crime, pois muitos usam mecanismos para esconder-se e assim burlar o sistema, o que difere das normas aplicadas no mundo material, gerando a falta de eficiência das normas. Em 2018 foi aprovada a Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados) que busca sanar a problemática, fazendo alterações na Lei nº 12.965, dando aos usuários uma maior autonomia, pois obriga as empresas a fornecer os dados que tem armazenado, sendo necessária a autorização do cidadão, sendo possível a retirada dos mesmos do ambiente virtual, caso assim o usuário deseje. Mesmo com os artifícios normativos existentes, sabemos que falta um grande avanço no aspecto legislativo para que os crimes cibernéticos diminuam e tenham realmente uma punição para os seus autores, para que esse meio não se torne um ambiente inseguro.

**(Conclusão)** A cada dia que passa, os meios digitais sofrem modificações e evoluções, entretanto a legislação não consegue seguir o mesmo ritmo, acarretando consequências nocivas na vida dos usuários que por algum motivo teve suas informações e dados invadidos e posteriormente usados por terceiros ocasionando o seu malefício. Buscando na Legislação normas que assegurem direitos digitais, ficou evidente a ausência de leis que regulamentem consideravelmente esse mundo tecnológico. As leis existentes voltadas para a proteção de direitos digitais dos usuários são resumidamente, falhas e mínimas, conseqüentemente, o desamparo e insegurança ao utilizar, efetuar comprar, pagamentos ou o simples ato de compartilhar algo, permanecem e, sem leis realmente eficazes, a tendência é a insegurança.

**Palavras-Chave:** Ambiente virtual - Lacunas - Lei - Legislação - Invasão



## ANÁLISE DAS MEDIDAS PROTETIVAS: HISTÓRIA DE NÃO EFETIVIDADE À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA

### **Autor(es):**

*Daniela Dutra Garcia de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN  
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As medidas protetivas que são mecanismos legais visados pela Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e que pelo que está expresso em lei é a garantia dada para as vítimas. Contudo, hoje em dia, o que está expresso em lei não necessariamente é o que acontece, pois por mais que a Lei Maria da Penha tenha passado por “atualizações” do seu texto jurídico - a Lei 13.827/19 que facilita a aplicação das medidas protetivas de urgência para as mulheres (vítimas) e a seus dependentes, que hoje podem ser concedidas pelos delegados e que é a lei responsável pela atualização da Lei Maria da Penha - o que se tem de uns tempos para cá – e não muito longe muitas pesquisas de 2018 – é que o histórico está sendo mais de não efetividade e falha nas medidas protetivas, principalmente por falta de fiscalização do que para o lado benéfico que as medidas protetivas foram destinadas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca no site do Jus e STF, a fim de possibilitar a seleção de alguns julgados importantes que versem sobre a matéria. Utilizou-se o método de abordagem indutivo, já que buscou-se analisar, de forma indutiva, o histórico e a problemática da não efetividade das medidas protetivas para que se busque uma solução geral à violência doméstica.

**(Resultados)** De acordo com as pesquisas que foram realizadas, as medidas protetivas são “bonitas” expressa no texto jurídico sendo que ao ser posta em prática, a situação toda muda. No início quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor – em 2006 -, se funcionou nos casos a implementação das medidas protetivas como uma forma de garantia às vítimas que buscavam através da lei não só a punição para os agressores, mas também de uma certa segurança que veio com as medidas protetivas que por falta de fiscalização iniciou-se o histórico de não efetividade, já que por mais que se tenha a alteração da Lei Maria da Penha para que se traga mais segurança para as vítimas e a seus dependentes, o fato de não se ter um órgão fiscalizatório, por exemplo, ou uma força punitiva maior como tem nos casos em que ao se cometer um crime e o condenado ao responder em liberdade, tem certas restrições como, por exemplo, ter que ir numa certa data ao fórum para dar atualizações e assinar o termo, caso contrário será punido é algo que falta em relação às medidas protetivas.

**(Conclusão)** A partir das pesquisas feitas, conclui-se que apesar de hoje em dia se ter um aumento do número de medidas protetivas que são concedidas – hoje em dia pelos delegados, que foi uma atualização da Lei Maria da Penha -, não significa que o número de violência consequentemente aumentou, mas mesmo assim os que se correlacionam com as medidas concedidas também não tiveram uma diminuição, pois mesmo com a concessão das medidas protetivas muitas vítimas ainda continuam sendo agredidas porque os agressores vão atrás após serem notificados por causa das medidas e a usam como motivo de vingança porque sabem que por falta de fiscalização, eles saíram impune a partir do medo que cerca as vítimas de ir lá e denunciar mesmo depois da concessão das medidas.

**Palavras-Chave:** Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas. Não efetividade. Falta de fiscalização.

## APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NAS RELAÇÕES INCESTUOSAS

**Autor(es):**

*Laura Emília de Carvalho Marcelino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN  
Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Família é o primeiro grupo social a qual estamos inseridos a partir do momento que nascemos com vida. Responsável pela socialização, primeiros aprendizados e relacionamento com tudo à nossa volta, é o mecanismo de incorporação de conceitos e “tabus” criados e definidos pela sociedade. O incesto é uma relação considerada indesejada e de maior relevância negativa pela sociedade e pela moralidade, sendo a relação de ascendentes e descendentes até o infinito e de parentes colaterais até o 3º grau, devendo ser combatida de todas as formas. Por ser fruto e sofrer influência da sociedade, o direito acaba por incorporar os seus anseios e perspectivas, regulamentando os preceitos mundanos em normas e princípios legais sobre determinados temas. Com o direito de família não poderia ser diferente. Faz com que determinados preceitos firmados pela sociedade acabem formando normas jurídicas. Porém, o ordenamento jurídico não consegue prevê e nem abarcar todas essas regras sociais, deixando de fora de respaldos, assunto de grande relevância, provocando o “limbo” legislativo, tendo como exemplo a falta de regulamentação, permissivas ou proibitivas, das relações incestuosas.

**(Metodologia)** Para composição do trabalho acadêmico, será utilizado o método de abordagem dedutivo, partindo de um conceito genérico para, posteriormente, especificar em caso concreto. Utilizado, como forma de elaboração acadêmica, pesquisas bibliográficas de artigos, legislações, doutrinas e demais textos de auxílio. Os métodos históricos e comparativos, também estarão presentes, para abordar e estudar a forma que a sociedade antepassada e a legislação vigente na época enxergavam e tratava esse tipo de relação, comparando com a realidade atual e utilizando os métodos pra comparar com outros ordenamentos jurídicos. Para enriquecimento do artigo, terá a realização de pesquisa de campo, com os principais agentes que lidam ou podem a vir lidar com situações como essas.

**(Resultados)** A partir de estudos e pesquisas, entendeu-se que a falta de legislação sobre esse tema de repercussão social, dificulta a sua conceituação e enquadramento como sendo um grupo familiar ou não. Esse “limbo” jurídico provoca insegurança, gerando consequências na realidade fática. Por não existir não legislação específica que abarque o tema, ficamos apenas com um impeditivo para a relação matrimonial, deixando ademais assuntos sem nenhuma concepção normativa.

**(Conclusão)** O incesto realmente se apresenta para a sociedade como uma relação que fere todos os preceitos morais, religiosos e sociais. Considerado um verdadeiro “tabu” social. O ordenamento jurídico, mesmo prevendo por meio de normas as necessidades sociais, não regulamenta esse tipo de envolvimento, deixando essas relações sem o respaldo judicial. Dessa forma, famílias constituídas sob essas características não sabem como se dará a proteção dos seus direitos, com receio se poderão ou não constituir uma família e principalmente a insegurança como se dará a aplicação do direito ao caso concreto. Diante disso, chaga-se a conclusão da necessidade do estudo mais aprofundado sobre o tema, influenciando assim a criação de textos normativos que visem regulamentar esse tipo de relação.

**Palavras-Chave:** Incesto; Ordenamento Jurídico; Regulamentação; Ausência Normativa; Proteção dos Direitos.

## APLICAÇÃO DOS TERMOS DE USO COMO FORMA DE PREVENÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO: OBRAS RARAS

### **Autor(es):**

*Ana Julia Fernandes Morais Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mariângela Costa Souza dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Lopes Ricardo Simões: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*  
*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em primeiro ponto será apresentado as noções de patrimônio, seguindo o objetivo de dar ênfase no material histórico, visando as obras raras, que são consideradas de difícil acesso e manuseio. No segundo momento será apresentado a importância do conhecimento dos livros históricos “obras raras”, e a existência de público-alvo que busca esses materiais com um fim e propósito de pesquisa, na maioria das vezes. Posterior, os pontos já tratados serão contextualizados com os conceitos de como e quando surgiu o termo “obras raras”, de forma que se torne um objetivo fechado. Seguindo o segundo objetivo principal, será apresentado a criação dos Termos de uso, sua aplicabilidade em portais virtuais de acesso a esses materiais históricos, enfatizando como consequência a importância de se realizar a formalização digital desses conteúdos para acesso virtual com a devida segurança e proteção formalizado nos termos de uso. Será demonstrado também como será a finalidade dos Termos de uso desses materiais e, ainda a forma que seria apresentado, bem como sua utilização prática. Além de tudo isso, outro ponto que será abordado é a consequência benéfica ao meio ambiente com a criação da plataforma virtual para isso, como meio de preservar o histórico pessoal.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho social. Considerando os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método transdisciplinar, visto que a problemática possui repercussões em diversas áreas. Também foi utilizado o método dedutivo, partindo de uma lógica de argumentos apresentados no decorrer dos objetivos, a fim de alcançar possíveis respostas em contexto singular. Além disso, utilizou-se do método de pesquisa exploratório, devido ao uso de investigações para aplicação de hipóteses na busca de compreender melhor o assunto abordado e elaborar resultados.

**(Resultados)** Neste ponto se pretende apresentar uma hipótese efetiva de uma plataforma virtual de acesso a documentos e materiais de obras raras históricas, cujo acesso é difícil, devido aos cuidados com a proteção destes. Partindo desse motivo, propõe-se a implementação de Termos de Uso como forma de controle, proteção e registro de acesso para que as duas vias, os que buscam conhecimento e os possuidores desses materiais, tornem-se capazes de perpetuá-lo, acessível de forma segura e facilitadora. Acredita-se que, desta forma, incentiva-se o conhecimento histórico, além de promover cuidados e preservação ao meio ambiente, pois é notório que obras raras e de proteção histórica do país possuem proteção ambiental.

**(Conclusão)** Com a utilização da digitalização dos materiais de obras raras museológicas, visando o melhor acesso social do patrimônio brasileiro, surge a necessidade da aplicação dos Termos de Uso como forma de segurança, paralelamente, de quem acessa e fornece. Essa aplicação vincula o pesquisador à obrigação de uso adequado e a ele possibilita o manuseio do material de forma virtual, de modo que fique registrado todo o acesso realizado, como controle social e segurança do patrimônio.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Histórico Brasileiro; Obras raras museológicas; Termos de Uso; Segurança de Patrimônio.

**ARBITRAGEM E GOVERNANÇA CORPORATIVA: A EFICÁCIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NOS ESTATUTOS SOCIAIS DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO.**

**Autor(es):**

*Paulo Ricardo de Lima Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde a promulgação da Lei nº 9.307 de 1996, o instituto da arbitragem, hodiernamente tem assumido um papel de destaque no ordenamento brasileiro. Todavia, imperioso destacar, que nem sempre fora bem visto por aqueles compactuavam com a cultura do monopólio jurídico estatal. Contudo, a obstinação dos que acreditaram na implementação de um mecanismo legal, no qual possibilitaria maior autonomia privada aos litigantes, superou o forte tradicionalismo doutrinário, jurídico e político vigente à época. Outro aspecto importante que o presente artigo pretende analisar, diz respeito aos conflitos que frequentemente surgem nas companhias de capital aberto, objeto de estudo deste trabalho e, como a instituição da Cláusula Compromissória nos estatutos sociais pode garantir uma maior segurança e eficiência aos agentes integrantes da relação societária.

**(Metodologia)** Diante as premissas contidas nos objetivos do estudo, pretende-se através do método descritivo, expor as características gerais do instituto da arbitragem, seus conceitos principiológicos, bem como explanar algumas características jurídicas das companhias de capital aberto, tendo como referencial a doutrina especializada existente.

**(Resultados)** Verifica-se com a análise, que a inserção da cláusula compromissória aos estatutos sociais das companhias de capital aberto possui grande importância, pois a utilização da via arbitral em matérias complexas, garantem maior segurança às partes e contribui positivamente para atrair novos investidores. Destarte, a arbitragem como método adequado de solução de litígios, garante à possibilidade de os agentes participantes de controvérsias envolvendo direito patrimonial disponível, dirimirem suas contendas de maneira mais eficiente, econômica e célere. Evidencia-se, também, que o instituto supramencionado encontra respaldo constitucional desde a declaração de sua constitucionalidade no ano de 2001, corroborado com a difusão eficiente do novo código de processo civil, fomentando de maneira efetiva os meios alternativos de solução de litígios.

**(Conclusão)** Conclui-se que o estudo em tela, possui grande pertinência, pois é frequente o número de celeumas envolvendo sócios de companhias abertas, bem como a existência de divergência doutrinária e jurisprudencial sobre a extensão da cláusula compromissória aos agentes participantes do conflito. Outrossim, percebe-se que a utilização deste mecanismo especializado coaduna perfeitamente com as boas práticas de governança corporativa, o que de fato, cumpre um papel fundamental no desenvolvimento econômico das empresas, criando assim, um ambiente mais propício a novos investimentos.

**Palavras-Chave:** Arbitragem. Direito Societário. Cláusula Compromissória. Estatuto Social. Governança Corporativa.

**AS FACÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS E O DIREITO PENAL DO INIMIGO: UMA ANÁLISE JUSFILOSÓFICA E PRÁTICA DO COMBATE AO DELITO**

**Autor(es):**

*Wanderson Fernandes da Costa Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O poder paralelo exercido pelas facções criminosas no cotidiano brasileiro são uma realidade cada vez mais comprovada, com ações incisivas contra a população e a ordem social. Todavia, há um grande tabu referente a forma de combate a essas “instituições”, uma vez que diversas de suas práticas beiram a atividade terrorista, que na concepção do filósofo e jurista Günther Jakobs, deve ser tratado como inimigo, em um regime de exceção do Direito Penal. Na citação de Jakobs: “[...] ao passo que a relação com um inimigo não se determina pelo Direito, mas pela coação”. Fundamentando-se na filosofia e sociologia moderna, discorre sobre como a atuação estatal deve ser realizada em situações excepcionais, objetivando um bem maior coletivo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, realizada através do estudo das obras “Irmãos: uma história do PCC” e “Direito Penal do Inimigo – noções e críticas”, que nos relata sobre o modus operandi, organização e ações das facções, no primeiro livro, e da teoria de combate a delitos em casos excepcionais, na segunda obra. Procuramos utilizar o método dedutivo, como também do método dialético, tendo em vista que tal temática percorre diversos campos do direito como: direito penal, direito constitucional, direitos humanos e garantias fundamentais.

**(Resultados)** Prioritariamente, trata-se de um projeto teórico e fundamentado em corrente filosófica/jurídica de combate ao delito. As facções criminosas, maior manifestação de desordem jurídica e a paz social no Brasil, corriqueiramente, atenta contra a coletividade de maneira concisa, mitigando ou negligenciando os direitos fundamentais do homem médio. Seus ritos, organização, justiça e “políticas públicas criminais” corroboram para que cada vez mais as atividades realizadas por esses grupos sejam caracterizadas como terrorismo. Na concepção de Rousseau e Fichte, todo delinquente é, per si, um inimigo, adotando-se uma visão mais radical. Já na visão de Hobbes: “finis oboedientiae est protectio”, ou seja, “o fim da obediência é a proteção”. Somado a isso, este defende que o cidadão, em situação excepcionalíssima, de alta traição, em caso de rebelião, pode perder o seu status. Para Jakobs, na ótica mais prática da teoria, o legislador, prevendo situações de cunho extravagante, beneficia a coletividade ao afastar aquele do convívio social, uma vez que essa pessoa não proporciona a garantia cognitiva mínima necessária a um tratamento como pessoa. O Estado, como fiscal da ordem pública e defensor da sociedade, deve, materialmente, partir da premissa de que tal prática se trata de uma custódia de segurança antecipada. A teoria, em sua essência, fundamenta-se no direito de exceção, com o Estado eliminando direitos de modo juridicamente ordenado, regulado pelo direito positivo.

**(Conclusão)** Dado o contexto na qual se está inserido, e desde que fosse possível sua aplicação legal, o Direito Penal do Inimigo em combate as facções criminosas obteriam resultados substanciais, uma vez que os resultados obtidos, nos casos expressamente previstos ao redor do mundo (combate ao terrorismo pelos Estados Unidos, por exemplo) comprovam sua eficácia real.

**Palavras-Chave:** Direito Penal do Inimigo. Facções criminosas. Direito.

**AS LUTAS FEMININAS, O DIREITO DE GÊNERO E O “LOBBY” DO BATOM”.**

**Autor(es):**

*Helena Cristina de oliveira Barra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a luta da mulher brasileira no que diz respeito ao Direito de Gênero, bem como o marco histórico do “lobby do batom”, visando sempre à concretização da Isonomia Social e do Princípio da Igualdade, que se deu através da evolução na construção histórica e contemporânea da mulher com as Constituições e demais legislações.

**(Metodologia)** A metodologia abordada no presente trabalho será a dedutiva, de modo que foi a partir de teorias gerais aplicadas a casos particulares que conseguiu-se obter uma análise equiparando contextos históricos e sociais do papel designado a força feminina na sociedade. Sendo também utilizado como meios de pesquisa o bibliográfico, a exploratória e a qualitativa, uma vez que é um trabalho voltado a intervir na realidade social pela familiarização com o problema cuja base são estudos de casos reais e efetivos, no sentido de acompanhar sua estruturação e funcionamento.

**(Resultados)** (Resultados) Com o artigo constatou-se que a visão da sociedade com relação a mulher tem sofrido grandes mudanças e isso somente foi possível pelos anos de luta da classe feminina na busca pelo seu espaço. Deixando de lado o pensamento patriarcal, hierarquizado e desigual que possibilitou a evolução para uma sociedade isonômica que culminou em diversas leis e marcos sociais. Além disso, foi possível observar que o “Lobby do Batom” se configura como um grande marco na vida da mulher brasileira, pois a partir dele a mulher empoderou-se concretamente da vida política, buscando/exigindo direitos e garantias para o gênero na construção da Carta Cidadã de 1988, fomentando o processo de redemocratização na política nacional. Com isso, a mulher pôde ser considerada como sujeito de direitos e obrigações, porque conseguiu conquistar uma posição de destaque em diversos âmbitos da sociedade brasileira.

**(Conclusão)** A partir deste artigo foi possível concluir que já houve uma grande evolução referente à igualdade entre homens e mulheres podendo ser citado o direito ao voto, igualdade salarial e oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, ainda há muito a ser alcançado tendo em vista que a luta das mulheres não é unicamente por igualdade econômica e de gênero, a cada dia, as mulheres alcançam seu espaço também para se libertar das imposições de uma moral construída pela cultura machista que se propaga até os dias atuais.

**Palavras-Chave:** Direito de Gênero. Direito das Mulheres. Lobby do Batom.

## AS MEDIDAS EXECUTÓRIAS ATÍPICAS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO EXECUTADO

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Coelho Ribeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo de execução possui a finalidade de buscar o efetivo cumprimento da obrigação que recai sobre o devedor. Sendo assim, executar é modificar a realidade para satisfazer direitos, e isso pode ser alcançado através dos meios executivos, os quais refletem os poderes executórios do juiz. Os meios executórios podem ser típicos ou atípicos. Os típicos são aqueles previstos pelo ordenamento jurídico, que regulamentam a atuação do juiz, como no caso da penhora. Por sua vez, os poderes executórios atípicos podem ser entendidos como quando o ordenamento jurídico não prevê como o juiz deve chegar ao resultado, permitindo que o magistrado atue com certa autonomia, por exemplo, quando a dívida é sobre veículo, pode causar a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do executado. Ademais, desde do Código de Processo Civil desde 1973, essas medidas eram utilizadas nas obrigações de fazer e não fazer e entregar coisa, porém, após o CPC de 2015, passaram a ser utilizadas também na execução por quantia certa. Dessa forma, surge a problemática entre o poder de aplicar medidas atípicas dos juízes e a garantia dos direitos fundamentais do executado. Logo, é possível identificar a eficiência da aplicação dessas medidas nos casos em que os juízes fundamentam e motivam suas decisões.

**(Metodologia)** A metodologia escolhida é o método hipotético-dedutivo, no qual, a partir da tese definida serão analisadas hipóteses que confirmem a utilidade das medidas executórias atípicas e ao mesmo tempo hipóteses que constatem a necessidade de imposição de limites a essas medidas. Além disso, a pesquisa é exploratória, a fim de permitir a familiarização com o objeto, e bibliográfica.

**(Resultados)** Os resultados almejados pela pesquisa se baseiam na comprovação de que as medidas executórias atípicas estão sendo mais eficazes do que as típicas nos cumprimentos de sentença e nos processos de execução. Verifica-se a necessidade de ponderação dos princípios envolvidos no caso concreto, para que um deles prevaleça sobre o outro, assim como determinar os limites dos poderes executórios dos juízes, exigindo que as decisões sejam fundamentadas, a fim de justificar o motivo da aplicação dessas medidas atípicas.

**(Conclusão)** Diante disso, é possível concluir que as medidas executórias atípicas são extremamente úteis e aplicáveis nos casos concretos, e permitem que sejam alcançados os objetivos de um processo de execução com maior facilidade. Contudo, é necessário que haja um limite na aplicação desses poderes, para que os direitos fundamentais do executado sejam respeitados, exigindo que as decisões sejam devidamente fundamentadas e motivadas.

**Palavras-Chave:** Medidas executórias. Atípicas. Direitos Fundamentais. Limites. Poderes executórios.

## ASPECTOS JURÍDICOS DA ORTOTANÁSIA

### **Autor(es):**

*beatriz caroline: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Estephania Silveira Dantas de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito à vida, previsto constitucionalmente, abrange o direito de ter uma vida digna. Um dos temas mais divergentes com relação a tal direito é a questão da eutanásia ativa e passiva (ortotanásia ou paraeutanásia). Os autores Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, na obra “novo curso de direito civil”, conceituam a eutanásia ativa como o emprego de recursos químicos ou mecânicos que culminem na suspensão da vida do enfermo incurável, e a eutanásia passiva como a atuação omissiva do médico que deixa de empregar os recursos clínicos disponíveis, objetivando apressar o falecimento do doente incurável. A eutanásia é prevista como homicídio privilegiado no Código Penal brasileiro, consistindo, a retirada de vida alheia cometido por relevante valor moral e social, em causa de diminuição de pena. Já a ortotanásia, por não ter previsão legal, não é proibida. Porém, o Projeto do novo Código Penal, em seu art. 121, §4º, não considera crime “deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão”. Na visão do professor Celso Delmanto, bem como para a doutrina majoritária, a ortotanásia não pode ser considerada homicídio, visto que não existe na conduta do profissional que a pratica o animus necandi (a intenção de matar, característica indispensável para o homicídio doloso).

**(Metodologia)** Aplicou-se o método de abordagem dedutivo em que seus argumentos gerais apresentam-se como verdadeiros, pois já foram validados pela ciência e como método secundário o comparativo, o qual promove o exame dos dados a fim de obter diferenças ou semelhanças que possam ser constatadas, e a relações entre elas.

**(Resultados)** Tal estudo teve como resultado final a compreensão de que o direito à vida não pode ser visto como algo incondicional, o próprio Supremo Tribunal Federal já decidiu que não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de direito. E, como bem coloca Pedro Lenza, em sua obra “direito constitucional esquematizado”: o direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna.

**(Conclusão)** Em alusão a este prisma de abordagens, é conclusivo afirmar-se que a ortotanásia apesar de não prevista explicitamente torna-se autorizada, pois na lei brasileira tudo aquilo que não for proibido é permitido. Não se trata da retirada de um bem inalienável que é a vida do paciente e sim da consciência médica e familiar, em que juntos notam os tratamentos inúteis e percebem está forçando uma sobrevida, e então, permitem-se deixar o decurso do tempo agir naturalmente. Sendo assim, esta pesquisa conclui-se com o objetivo de diferenciação de uma ação ilícita: a eutanásia, de uma lícita: a ortotanásia.

**Palavras-Chave:** Ortotanásia. Conduta omissiva. Vida. Sofrimento. Direito. Dignidade.



## ASPECTOS SOCIOPOLÍTICOS DA JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA BREVE REFLEXÃO

### **Autor(es):**

*Vitória Rízia Dias de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ivonise Amorim Couto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nádia Evelline Souza de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Michelly Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O progresso econômico, o crescimento demográfico e a globalização têm sido aspectos determinantes para o crescimento dos centros urbanos. Entretanto, esse crescimento ocorre em demasia e, em muitos casos, não existe um planejamento adequado o que ocasiona diversos problemas. Alguns desses problemas são de grandeza ambiental e trazem consequências graves para a sociedade. É inegável que as questões do meio ambiente atraem uma atenção cada vez maior nos dias de hoje, mas ainda é necessário ampliar a discussão introduzindo o viés sociopolítico, pois é notório que os efeitos negativos podem ser sentidos de forma desigual por diferentes grupos sociais ou áreas geográficas, entendendo-se assim que a problemática ambiental incorpora desigualdades sociais, de raça, de sexo e de classe. Dessa forma, é necessário entendermos e discutirmos o conceito de justiça ambiental, o qual surgiu nos EUA e foi assimilado no Brasil no ano de 2001 por ocasião do colóquio internacional sobre justiça ambiental, onde foi criado princípios relacionados a temática discutida. A importância do estudo de justiça ambiental decorre da maneira como os problemas ambientais afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, as diferentes áreas geográficas e os diferentes grupos, refletindo assim injustiças políticas, sociais e econômicas já enraizadas no nosso país. Então, a justiça ambiental prevê que os ônus sejam divididos de forma proporcional para todos os grupos, sem distinção de classe ou etnia.

**(Metodologia)** Para a elaboração da presente pesquisa foram consultados artigos científicos, legislação vigente e doutrinadores, buscando conceituar, contextualizar, caracterizar, relacionar e concluir o tema abordado. O conteúdo foi produzido a partir de revisão da literatura existente, optando-se pela utilização de método dedutivo como forma de abordagem. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, tendo como procedimento técnico bibliográfico. A análise foi de cunho exploratório, procurando construir uma discussão ampla sobre o tema abordado. O método de abordagem empregado foi o dialético.

**(Resultados)** A constituição Federal prevê que todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Todavia, esse direito não é efetivado, seguindo a lógica que o meio ambiente não se apresenta da mesma maneira para todos. A discussão acerca da temática ambiental tem que perpassar a questão social, por isso é salutar uma reflexão, pois é visível a forma desigual como se apresenta os riscos ambientais é possível perceber que não se trata de uma questão apenas ambiental, mas também social e política

**(Conclusão)** Abordou-se o tema justiça ambiental, buscando trazer para a discussão não apenas o aspecto ambiental, mas também a questão social e política. Pois, observa-se que os riscos ambientais não são suportados de forma igualitária para todos. Assim, é possível observar que ocorre na verdade uma injustiça ambiental, pois a maior parte dos danos ambientais recaem sobre a população em situação de vulnerabilidade. São as comunidades mais carentes que são negligenciados no acesso à água potável, falta de saneamento básico, lixões a céu aberto. Isso interfere na saúde e qualidade de vida das pessoas que residem nesses locais.

**Palavras-Chave:** JUSTIÇA AMBIENTAL. QUESTÃO SOCIAL. DIVISÃO DOS ÔNUS

**ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS**

**Autor(es):**

*Gabriel Marquart: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Paula de Melo Brandão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O assédio moral consiste em condutas humilhantes que agridem moral e/ou psicologicamente o trabalhador. É notório o crescimento das empresas como consequência da globalização, e, atrelado a isso, o desenvolvimento econômico e de novos meios de produção. Nesse sentido, na sociedade hodierna, em muitas relações trabalhistas intensificou-se o assédio moral, ou seja, a exposição de alguém a situações humilhantes, constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício das funções que interferem na vida do assediado de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, como bem esclarece o Acórdão nº 9029/200 proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Dessa forma, esse projeto busca analisar o assédio moral nas relações de trabalho sob a ótica da jurisdição trabalhista e constitucional dos reflexos dessa conduta na vida do empregado.

**(Metodologia)** O presente projeto é definido como uma pesquisa acadêmica descritiva, de cunho bibliográfico e documental, pois descreve o fenômeno abordado utilizando como técnica a pesquisa em documentos positivados pela jurisdição brasileira. O método de abordagem utilizado foi o indutivo e tem como método de procedimento o histórico.

**(Resultados)** Esta pesquisa observou como resultado que o assédio moral é um fenômeno que, de fato, tem enorme poder destruidor do ambiente de trabalho, logo, deve ser tratado com cautela. Entretanto, o que se percebe é que o tema, ainda que muito relevante, não recebeu a repercussão e o tratamento jurídico adequado, na medida em que as iniciativas para resolver o problema são restritas. Contudo, cidades como Natal (RN), São Paulo (SP), Cascavel (PR) e Americana (SP), editaram leis cuja finalidade é proteger os servidores públicos municipais do terror psicológico no trabalho. Ademais, o artigo 483 da CLT também prevê a possibilidade de o trabalhador que tenha seu contrato extinto por meio da rescisão indireta possa pleitear indenização. Percebe-se ainda que muitas pessoas confundem o assédio moral com o assédio sexual, acreditando que uma prática de constrangimento sexual caracteriza o assédio moral, entretanto, trata-se de condutas distintas.

**(Conclusão)** O assédio moral no âmbito trabalhista, apesar de ser um fato frequente e que ocorre na sociedade há muito tempo, onde ocorre exposição de empregados a situações ultrajantes e injuriosas de maneira rotineira, passou a ser discutido com mais ênfase há pouco e deve ser levado bastante a sério, devido aos distúrbios causados na saúde física e mental na vida da vítima. Ele é um fenômeno complexo que agrega diversos elementos que devem ser pensados e estudados de forma conjunta e integrada, visto que as principais vítimas deste crime são trabalhadores, muitas vezes de classes populares que acreditam que, por estarem subordinados ao seu superior, devem aceitar tratamento vexatório.

**Palavras-Chave:** Assédio Moral. Relações de Trabalho. Ferramentas Jurídicas. Ordenamento Jurídico. Subordinação.

**ATIVISMO JUDICIAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO: ANÁLISE DA TUTELA JURISDICIONAL NO RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS SEGURADOS.**

**Autor(es):**

*Gilson Medeiros Souza Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** ) O presente trabalho busca trazer à baila uma análise e discussão sobre o estudo das ferramentas balizadoras do processo previdenciário. É sabido que o estudo constante e atualizado do Direito Previdenciário é de suma importância, pois trata-se de um ramo do direito que não guarda uma legislação específica e versa, dentre outros, sobre a seguridade social, possuindo assim grande relevância, vez que tais direitos atingem diretamente a vida, a saúde e a dignidade da pessoa humana, princípios de grande importância e norteadores do sistema jurídico brasileiro.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, na qual aplicamos o método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que a problemática investigativa visa responder uma questão teórico-conceitual com repercussões sobre diversas áreas de conhecimento, notadamente Direito Constitucional, Ciência Política, Teoria do Estado, Direito Previdenciário, Direito Processual Previdenciário e Direito Processual Civil. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, utilizamos o histórico e o qualitativo, na medida em que, para respondermos a questão investigativa abordamos a historicidade da construção do Direito Previdenciário, enquanto categoria político-jurídica, desde o liberalismo e evoluindo para uma perspectiva puramente social de Direito. Classificamos a pesquisa como exploratória, tendo em vista que visa constituir novos parâmetros de pensamento para problemas já explorados, mas que não possuem o efeito prático que deveriam. No que tange ao método auxiliar qualitativo, é muito utilizado nessa pesquisa pois a partir de informações colhidas em diversos meios de comunicação e informação, busca-se um parâmetro realístico a respeito da prestação jurisdicional previdenciária.

**(Resultados)** Até o presente estado da pesquisa, é possível perceber que diante do estudo das jurisprudências das demandas judiciais previdenciárias, no que tange aos direitos à Seguridade Social, objeto do presente estudo, é possível perceber que há um distanciamento muito grande do que é a vontade do poder constituinte, para aquilo que ocorre na prática jurisdicional. Os princípios norteadores do direito são pouco respeitados, basicamente, os magistrados agarram-se àquilo que o perito judicial verifica, ignorando todos os outros documentos probatórios acostados aos autos pelo segurado, então. É possível, a partir dessa constatação, levantar uma questão gravíssima sobre quem tem o poder de decisão em litígio dessa natureza, posto que a sentença é baseada naquilo que o perito constata em seu laudo pericial.

**(Conclusão)** Diante da pré-análise do arcabouço fático, pode-se concluir que a judicialização é uma forma positivada e engessada pelo legislador, tal meio não comporta a volatilidade necessária para acompanhar a evolução da sociedade, devido é necessidade do processo legislativo que obedece um rito específico, para criação de normas. Então se o juiz estiver diante de um caso concreto, não pode – pelo princípio da inafastabilidade do judiciário – esperar que o legislador crie uma nova lei para pacificar aquele conflito, precisa agir imediatamente. O ativismo judicial trata diretamente de uma participação assídua do judiciário no alcance dos valores e fins trazidos pelas normas jurídicas, para que haja a concretude da prestação previdenciária de forma a satisfazer as demandas e anseios sociais, é necessário o ativismo judicial, também, no que tange a prova.

**Palavras-Chave:** Direito Previdenciário, Seguridade Social, Instituto Probatório.

**AUXÍLIO RECLUSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO DISPOSTO NO ART. 80, §7º DA LEI 8.213/91**

**Autor(es):**

*Marlon Rafael Tavares de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bruno Werter do Rego Honorato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O auxílio-reclusão trata-se de um benefício previdenciário, cuja previsão encontra-se no art. 80 da lei 8.213/91. Ele é pago aos dependentes do segurado que for de baixa renda e tenha sido recolhido à prisão em regime fechado, que não esteja recebendo remuneração da empresa e nem esteja gozando de nenhum benefício previdenciário. Todavia, o §7º desse mesmo artigo afirma que, mesmo que o preso exerça atividade remunerada, tal situação não obsta que os seus dependentes recebam o auxílio-reclusão. Diante disso, poder-se-ia mudar tal regra? De que forma?

**(Metodologia)** Para tanto, será usado o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo-se de uma premissa inicial de que a forma de recebimento do auxílio-reclusão possa ser alterada, tornando o seu recebimento mais rigoroso, a partir de uma mudança na regra prevista no §7º do art. 80 da referida lei. Como método de procedimento será utilizado o comparativo, buscando-se fazer uma comparação entre a aplicabilidade do artigo 80, §7º da lei 8.213/91 e como deveria ser se tal instituto tornar-se mais restrito, para saber qual a maneira mais adequada de se aplicar a regra contida na norma. Como técnica de pesquisa será feita uma análise da referida norma, como ela é aplicada na prática e como seria se a sua regra fosse alterada.

**(Resultados)** Sabe-se que uma das regras previstas para o recebimento do auxílio-reclusão diz que, nada obstante o preso em regime fechado exerça atividade remunerada, os seus dependentes não deixarão de perceber o auxílio-reclusão. Contudo, qual o motivo para tal disposição normativa? Tal norma torna por deixar o auxílio-reclusão com regras demasiadamente flexíveis. Há que se defender uma mudança na sua forma de recebimento, pois a verba destinada para esse fim, poderia ser realocada para a melhor manutenção dos presídios, por exemplo. Ou seja, dever-se-ia tornar a regra do artigo 80, §7º da lei 8.213/91 mais restritiva, para que sejam assegurados aos presos sob o regime fechado, a sua dignidade humana, que é um direito assegurado constitucionalmente

**(Conclusão)** Por fim, pode-se concluir que, em que pese o legislador tenha se preocupado em tornar o auxílio-reclusão com regras bem definidas, tal benefício pode ter a sua forma de recebimento aprimorada, no que tange ao previsto no art. 80, §7º da lei 8.213/91, destinando a verba que iria para tal finalidade, para destinação diversa, vez que só retiraria o direito ao auxílio-reclusão dos dependentes do preso que já exerça atividade remunerada, o qual possui condições de auxiliar no sustento de sua família. Com essa mudança, os presos teriam uma maior chance de ter a sua dignidade humana assegurada, a partir do momento em que a verba que antes iria para os seus dependentes, seria revertida em seu benefício, o que, em uma última análise, teria como decorrência no benefício de toda a sociedade, tendo presídios mais adequados, o que poderia aumentar no número de presos ressocializados, à medida em que pudessem cumprir as suas penas em uma penitenciária que lhe garantisse uma dignidade, assegurada constitucionalmente.

**Palavras-Chave:** Auxílio-reclusão. Lei 8.213/91. Preso.

**CIBERCRIMES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Rafaela Guerra Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A sociedade é dinâmica, ou seja, ela está em constante transformação. Essas transformações sociais fizeram com que os costumes, as formas de comunicação e o estilo de vida das pessoas mudassem. É válido comentar que o crime, por ser um fato social, também muda e se adapta de acordo com as novas dinâmicas sociais. Devido a essas mudanças, os criminosos se adaptaram ao mundo digital e as práticas ilícitas na internet começaram a surgir e alcançaram um patamar inesperado. Sobre o assunto, é válido esclarecer que os cibercrimes (crimes que ocorrem no meio digital) fazem parte da realidade brasileira. Entretanto, a maneira de prevenir, investigar, julgar e punir esses crimes não está acompanhando a realidade atual do país. Assim, necessitando de uma maior mudança na forma com que o ordenamento jurídico irá lidar com a presente necessidade e os futuros desafios no âmbito dos cibercrimes. Assim, o presente trabalho busca analisar essa problemática e obter resultados que ajudem a buscar soluções válidas para esse problema.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata -se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisas bibliográficas, análises jurídicas e estatísticas. O método de abordagem principal é o transdisciplinar da complexidade ou dialógico. Visto que a problemática é analisada por meio de diversas áreas do conhecimento, tendo como a principal o direito penal. Por fim, os métodos de procedimento utilizados são o histórico, estatístico e o comparativo.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A realização dessa fundamental pesquisa gerou diversos resultados. Entre eles, é importante destacar que por meio de um estudo comparativo e estatístico, foi possível averiguar a necessidade da mudança da forma com que o Brasil enfrenta e previne os cibercrimes. Além disso, foi percebido a importância de se inspirar na forma com que outros países trabalham essa problemática, se adequando sempre a realidade brasileira. Além do mais, com essa pesquisa foi investigado diversos desafios futuros no âmbito dos cibercrimes e as tendências na forma de solucioná- los.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Para finalizar, com a execução desse artigo, o objetivo principal de trabalhar o assunto por meio de uma análise dos cibercrimes e os seus desafios futuros sob a perspectiva da legislação brasileira foi atingido. Assim como, diversos objetivos secundários que compõem uma grande ajuda para compreender e buscar solucionar essa problemática. Além disso, é válido esclarecer que foi possível concluir que os cibercrimes estão extremamente presentes na realidade brasileira atual. Todavia, foi percebido por meio dessa pesquisa que o ordenamento jurídico brasileiro não está na melhor condição de lidar com a realidade atual e com os desafios futuros. Assim, necessitando de diversas mudanças legislativas, estruturais e jurídicas para conseguir solucionar a problemática.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Cibercrimes. Direito penal. Ordenamento jurídico. Internet.

**CIDADANIA DIGITAL: OS DESAFIOS DO DIREITO FRENTE AO USO RESPONSÁVEL DA TECNOLOGIA**

**Autor(es):**

*Marcos Cunha Lima Rosado Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Morgana Araújo Cadó: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O conceito de cidadania surgiu na Grécia Antiga e percorreu diversas épocas da história da humanidade sofrendo modificações. Mas em seu contexto jurídico, significa a prática de direitos e deveres de um indivíduo. No entanto, este conceito continua sofrendo alterações e agora na Idade Contemporânea, a qual vive uma era tecnológica e digital em forte ascensão, o conceito de cidadania ganhou nova roupagem, tendo além disso, mais uma ramificação: a Cidadania Digital. A necessidade de adequar os comportamentos dos indivíduos, com base em princípios fundamentais, seus direitos e deveres no mundo virtual fizeram com que a sociedade buscasse regular o uso seguro da tecnologia, existindo aqui mais um desafio para os operadores do Direito em reger as condutas sociais desenvolvidas no âmbito virtual. Com isso, no Brasil e no mundo, diversos países enfrentam esse desafio, os quais serão ilustrados ao longo deste estudo.

**(Metodologia)** Deu-se a partir de estudo reflexivo amparado em referencial teórico especializado, tendo como referência o método dedutivo; e como técnica para coleta de dados, a pesquisa bibliográfica de Mike Ribble (especialista norte-americano em educação e tecnologia), complementada pela reflexões sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Política de Governança Digital (Decreto Lei nº 8.936/2016).

**(Resultados)** Ao refletir e analisar o uso da tecnologia na sociedade vislumbrou-se que a propagação em massa de informações, a falta de reconhecimento de identidades e a ausência da segurança de dados são problemas enfrentados pelos cidadãos digitais. E para essas situações, em sua maioria, a lei ainda não prevê condutas tipificadas – e quando as prevê, ainda encontram lacunas – necessitando assim de um mecanismo que trate dos comportamentos e atividades dos indivíduos com o escopo de evitar práticas desrespeitosas ou inadmissíveis no âmbito virtual, uma vez que a internet é vista como uma extensão da vida cotidiana de muitos indivíduos. Além disso, as empresas vêm adotando diversas políticas como: o teletrabalho e o bring your own device (traga o seu dispositivo) tornando as relações digitais mais presentes nas relações interpessoais e também nas suas relações profissionais. No mais, este estudo teve também como resultado, a constatação de decreto lei (nº 9.936/16) que trata sobre a Cidadania Digital sob o viés de acesso à internet e tecnologia para serviços públicos; carecendo ainda de conteúdo que trate dos direitos e deveres dos indivíduos no que tange a responsabilidade de sua participação virtual.

**(Conclusão)** Do exposto e sob o viés da temática, conclui-se que o Brasil não possui legislação específica para a Cidadania Digital, apenas leis que tangenciam a problemática, como a LGPD, MCI e PGD. Também se conclui que a sociedade tem se tornado, gradativamente, mais dependente das novas tecnologias, como os telefones celulares, wearables (“tecnologias vestíveis”), e demais dispositivos smarts que são utilizados no decorrer do dia, que coletam diversas informações dos usuários e não possuem regulamentação quanto ao limite do uso desses dados. Dessa forma, de acordo com Mike Ribble, é necessário formar os usuários tecnológicos, conscientizando-os e preparando-os para manusear as tecnologias de modo mais seguro.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Cidadania Digital. Desafios.

## COBRANÇA DE ICMS NA CONTA DA ENERGIA ELÉTRICA: ATUALIDADES

**Autor(es):**

ERMETON DUARTE DO NASCIMENTO : *Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Evandro Lacerda Zaranza Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) No Brasil, a partir do momento que a energia elétrica foi considerada como mercadoria, passou a ser sujeita a incidência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). E os tribunais reconheciam que não deveria ter incidência do ICMS sobre as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Distribuição (TUSD) da energia elétrica. Entretanto, em março de 2017, o STJ mudou o seu entendimento a esse respeito. Porém, essa decisão parece não ser uníssona entre os tribunais, porque decisões contraditórias já foram tomadas tanto pelo TJ-RN como pelo STF, e foram motivo da suspensão de decisões dessa matéria em todo o país.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica exploratória e documental, focada em análise bibliográfica e de julgados pesquisados nos sites do STF, STJ e TJ-RN, no período de 01 de janeiro de 2016 a 15 de setembro de 2019, a fim de selecionar aqueles que abordem a temática. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e foram analisadas as vertentes jurisprudenciais que versavam sobre o tema. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, referente à decisões judiciais (acórdãos) dos tribunais, cujas fundamentações decisórias se baseavam na permissão ou na vedação da cobrança do ICMS sob a energia elétrica, e suas justificações foram confrontadas e comparadas entre si.

**(Resultados)** (RESULTADOS) O ICMS surgiu no Brasil na Constituição de 1946, e a partir do momento que a energia elétrica foi considerada uma mercadoria, a cobrança desse tributo passou a incidir sob o seu uso. Porém, os tribunais reconheceram que este imposto não deveria ser cobrado sobre a transmissão e nem a distribuição da energia elétrica, já que o fato gerador desse tributo seria a efetiva entrega da energia elétrica ao consumidor, que se configuraria com a "entrada" da energia no seu estabelecimento. Ou seja, a cobrança do ICMS se daria a partir da passagem da energia elétrica pelo medidor na residência do consumidor, e configuraria a entrega e o uso efetivo da energia, o que não justificaria a cobrança do imposto sobre a transmissão e a distribuição, já que estas seriam anteriores a entrega da energia. Entretanto, em março de 2017, o STJ passou a entender que a geração, a transmissão e a distribuição da energia elétrica, formam o conjunto dos elementos essenciais que compõem o aspecto material do fato gerador do ICMS, já que a energia elétrica não chegaria à casa do consumidor se não houvesse a sua transmissão e distribuição, e por isso deveriam integrar o preço total da operação mercantil. E nesse contexto, os tribunais ainda não chegaram a um consenso decisório. E o STJ emitiu em 2018, uma decisão suspensiva para sentenças a respeito da matéria em todo o Brasil.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) As decisões dos tribunais sobre a cobrança do ICMS na transmissão e distribuição da energia elétrica ainda são controversas. Algumas decisões contraditórias foram tomadas, e o posicionamento do STJ, com a suspensão de decisões sobre a matéria em todo o país, deixa clara a necessidade de uma maior discussão sobre a temática. Assim, enquanto que, para alguns, a cobrança do ICMS sobre a transmissão e distribuição da energia elétrica parece indissociável, para outros sua exigência parece ferir o Princípio constitucional da reserva legal (Art. 150, I da C.F.), já que a cobrança desse imposto sobre essas tarifas, seria "fazer incidir o tributo sobre fato gerador não previsto pela legislação regente".

**Palavras-Chave:** Direito Tributário. ICMS. Transmissão. Distribuição. Energia elétrica.

**COMO O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL INFLUENCIOU HISTORICAMENTE A CORRUPÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA ?**

**Autor(es):**

*Felipe Garcia Fernandes Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Lidia Barbosa Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Guilherme Fortes da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A corrupção é um fenômeno global e do momento, presente em todas as rodas de conversa e manchetes de jornal, e apesar de o termo ser algo relacionado as práticas atuais, percebemos que esteve presente de diferentes formas ao longo de nossa história, sempre como um mecanismo proveniente da elite que não se importava com as normas jurídicas e morais aplicadas as demais camadas sociais.

**(Metodologia)** Através de uma pesquisa com bases históricas e documentais, de cunho explicativo, utilizando como método dialético, demonstraremos como o processo de colonização está diretamente ligado a este problema que é a corrupção na política e sociedade brasileira e como essas práticas se mantiveram presentes até hoje. Desse modo será possível estimular um pensamento crítico/reflexivo do porque essa prática prosperou.

**(Resultados)** Podemos afirmar que o problema se iniciou com as capitânicas hereditárias e as arrecadações de impostos sem fiscalização, permitindo que a elite taxasse a população em altos valores a fim de conseguir uma quantia não apenas para a coroa portuguesa, mas para própria manutenção e interesse. No âmbito econômico, havia uma grave negligência à população que vivia na miséria por conta de uma economia excludente, na qual era administrada por leigos (indicados pelo rei sem nenhuma capacitação) e eclesiásticos guiados por ganância, gerando uma sociedade sem coesão, formada por diversos grupos étnicos com viés segregatório, tornando o meio social da época algo subjetivo e instável. Apesar de haver previsão de punições que pretendiam coibir práticas que confrontavam os interesses da coroa, estas não eram eficazes uma vez que os próprios fiscalizadores acabavam corrompidos por propina. Além disso, a impunidade, em alguns casos, era prevista em lei, uma vez que se a condenação pudesse gerar um mal-estar social, era feita uma desconsideração do ocorrido, além de ser algo que o rei poderia conceder.

**(Conclusão)** Diante do que foi analisado, tornasse evidente que através da permissividade da coroa à corrupção, a elite brasileira garantia seus próprios interesses enquanto mantinha os interesses do rei no âmbito econômico e político. Com isso, pode-se notar que o interesse privado sempre esteve à frente do público, tendo reflexo também em outras áreas da sociedade como na justiça, comércio, religião e dentre outros que acabaram tornando costumeira tais práticas até os dias atuais. A ausência de renovação política, da conscientização dos servidores públicos e do conhecimento e participação da população impedem a mudança do cenário vigente.

**Palavras-Chave:** Colonização. Elite. Permissividade. Corrupção. Impunidade.



**COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**Autor(es):**

*Brandew Ribeiro Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*ANTHONY CIRILO DA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Olavo Fernandes Maia Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os crescentes casos de corrupção envolvendo grandes executivos de empresas brasileiras geraram grandes dúvidas sobre os atos praticados por seus gestores. O compliance vem para dar conformidade ao cumprimento das normas, através de estatutos, códigos de ética, regimentos internos e externos, leis e criação constante de fiscalização em cada setor da instituição, com auditorias constantes, até mesmo com a alta administração, o que gera total autonomia do setor em denunciar possíveis irregularidades dentro do alto escalão da instituição.

**(Metodologia)** Quanto à abordagem do tema, o método é dedutivo e, quanto ao procedimento empregado será o investigativo, exploratório e comparado. A técnica de pesquisa é bibliográfica, documental e investigativa. O resultado firma uma pesquisa qualitativa.

**(Resultados)** Entende que um sistema corporativo é extrema relevância, pois corrige as deficiências encontradas dentro da organização, reduzindo os riscos de fraude, corrupção ou desvio de condutas, bem como maior organização e melhor gerenciamento por parte do conselho administrativo. Observa que a governança corporativa é um sistema pelo qual as empresas e organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, aproximando os sócios, conselho de administração, diretoria, e controle das demais partes interessadas. Compreende que as boas práticas de governança corporativa, alinhadas a interesses com a finalidade de preservar os valores econômicos de longo prazo, melhoram consideravelmente a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum de todos. Utiliza como caso paradigma a implementação de uma diretoria de conformidade na estrutura de governança do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, enquanto prevenção a futuras fraudes, desvios de conduta, realização de auditórias e elaboração de códigos de condutas e ética e o monitoramento pelos profissionais habilitados para uma possível fuga das regras.

**(Conclusão)** Por fim, conclui que na atual conjuntura brasileira, é de interesse comum a conselhos e contratações de profissionais capacitados na área de compliance, os compliances officers, para elaboração de programas anticorrupção, o que promoverá avanços na fiscalização das normas, evitando, assim desvio de condutas e dando maior credibilidade aos clientes, sociedade e futuros investidores.

**Palavras-Chave:** Compliance. Ensino. Unirn. Responsabilidade. Governança corporativa.

**CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE: O PRIMADO DOS ESTADOS UNIDOS ASSEGURA A ESTABILIDADE INTERNACIONAL?**

**Autor(es):**

*Anna Carolina da Silveira Gonçalves Lins de Oliveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O sistema capitalista predominava sobre o socialista com o seu principal propagador, os EUA, assumindo a liderança na economia e na política global. As organizações internacionais passam a ser propagadoras da política norte-americana e de como os problemas deveriam ser solucionados, com um processo de cooperação internacional. Esta pesquisa busca responder a questão: a contínua liderança norte-americana tem favorecido a manutenção da paz no processo de criação de uma nova ordem mundial ou é uma forma de propagação de novos conflitos, em especial na relação árabe-israelense?

**(Metodologia)** O trabalho é desenvolvido através da correlação de bibliografias recolhidas e de informações expressas pela imprensa internacional. Procura-se explicar as atitudes americanas diante dos conflitos recentes, evidenciando a sua forma de resolução e como a opinião pública internacional está a ver tais ações. Em seguida, ponderar se, a partir dos dados coletados, se a política externa norte-americana faz-se necessária ou a substituição por novas lideranças poderia ser uma mudança benéfica para a manutenção da paz e do crescimento conjunto.

**(Resultados)** O país do liberalismo não vive apenas de litígios políticos e econômicos. Como o propagador dos direitos individuais, os Estados Unidos participam ativamente em atividades humanitárias com a sua população sendo aquela que tem o mais alto nível de doações para obras de caridade em comparação com outras sociedades no mundo e, também é o único país em que as contribuições populares ultrapassam a do governo. É mesmo a sociedade que adota crianças órfãs no mundo em maior número do que todos os outros países juntos. Os EUA são a única nação que participa da reconstrução dos países derrotados por eles na guerra, como visto através do plano Marshall na Europa e na reconstrução do Japão após a segunda guerra mundial. Apesar de ser considerado o grande país intervencionista do século XX, de acordo com a base de dados recolhida pelo professor RJ Rummel, durante os últimos 100 anos, violentas ações americanas causaram 1.634.000 vítimas (incluindo as bombas em Hiroshima e Nagasaki), enquanto as intervenções soviéticas no mesmo período resultaram em 61.911.000 mortes. Os chineses são responsáveis por 76.702.000 perdas humanas. Por isso, pode-se concluir que pelo menos em relação às casualidades, os liberais americanos individualistas são menos perigosos do que os comunistas russos e chineses que, além disso, têm um maior número de civis entre as mortes, enquanto os dados americanos são focados em estrangeiros mortos em confronto militar.

**(Conclusão)** Apesar de ser inegável a multipolaridade entre diversos países no sistema internacional, a superioridade bélica e nuclear dos EUA é inquestionável. A Rússia que herdou o arsenal da União Soviética, mesmo com uma tecnologia nuclear avançada e um número considerável de armamentos, perde o seu espaço pela falta de investimento em virtude das dificuldades financeiras no período pós-guerra fria. Dessa forma, a posição americana é vista como de líder incontestável da Nova Ordem Mundial, identificada como unimultipolar. Os ianques estão à frente com a sua militarização progressiva, mas estão à mercê das novas economias como o bloco europeu, o Japão e a China.

**Palavras-Chave:** Estados Unidos; Política Internacional; Conflitos árabes-israelenses

## CONFLITO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA E À LIBERDADE RELIGIOSA

### **Autor(es):**

*Ludmilla Fonseca Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*giovana araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Victor Gabriel Silva de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marina Fernandes Fontes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na pesquisa a seguir, a problemática discorrida é relacionada à transfusão de sangue em casos graves que envolvem pacientes menores de idade, sob tutela dos pais que são Testemunhas de Jeová, uma Comunidade religiosa na qual os integrantes se recusam a aceitar transfusões de sangue, porque, esse tipo de tratamento, segundo a religião, torna o seguidor impuro e indigno do reino de Deus. Baseado no apresentado evidencia-se um conflito entre os direitos fundamentais, que são normas jurídicas ligadas à idéia de dignidade humana positivadas no plano constitucional legitimando o ordenamento jurídico, com a finalidade de proteger o indivíduo frente ao estado, à vida e a liberdade religiosa. Em vista da situação apresentada, pode-se trazer um caso concreto que ocorreu no município de Goiânia, onde uma recém-nascida, segundo relatório médico, a qualquer momento poderia precisar de transfusão de sangue, devido a um quadro de anemia profunda e os pais em razão a religião, negam-se a aceitar a recomendação médica.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para realizar o trabalho foi o estudo de caso, método qualitativo que consiste geralmente em uma forma de aprofundar uma unidade individual, no qual a problemática específica apresentada foi a do menor incapaz, testemunha de Jeová, em situação de risco eminente de morte, gerando um conflito entre a vida e os princípios seguidos pela sua religião. Além disso, método dialético, analisando o fenômeno apresentado a partir da confrontação de dois direitos fundamentais divergentes em que um tem domínio sobre o outro e método comparativo, comparando normas jurídicas analisando as diferenças.

**(Resultados)** Em vista da situação que essa pesquisa aborda, O Código Civil, no art. 15, obriga os médicos, nos casos mais graves, a não atuarem sem prévia autorização do paciente, que pode recusar o tratamento. Todavia, ao se tratar de um menor incapaz e em situação de emergência, esse artigo não vigora, pois falta maturidade suficiente para a escolha de uma religião e ainda sobrepõe a manutenção da vida do paciente. Ademais, o art. 31 do Código de Ética Médica autoriza a transfusão de sangue, independentemente do consentimento do paciente, se houver risco iminente perigo à vida. Sobre o caso apresentado, Processo nº: 5112276.40.2019.8.09.0051, o magistrado, juiz Clauber Costa Abreu, da 15ª Vara Cível e Ambiental, autorizou a equipe médica realizar a transfusão de sangue quando necessária, bem como todos os que se fizerem pertinentes ao resguardo da vida e saúde da criança recém-nascida, ainda mencionando em sua decisão o manifestação da doutrina sobre o aspecto.

**(Conclusão)** Conclui-se que o direito à vida e à liberdade religiosa são direitos fundamentais, porém não são absolutos e podem ser relativizados quando gerarem conflitos. Nesse caso, o direito que foi protegido foi o direito fundamental à vida, porque o menor é um ser de direitos, cuja a vida e saúde devem ser preservados pelo Estado, sendo assegurado pela Constituição Federal. Com isso, constata-se que se o médico já tiver utilizado todos os meios possíveis e a transfusão for a única opção para salvar a vida do paciente, o médico está legalmente autorizado a praticar a ação, e se não a executar, será responsável pelas consequências. A recusa ao ato só vai prevalecer enquanto o paciente conseguir sobreviver sem a transfusão.

**Palavras-Chave:** Direitos fundamentais à vida e liberdade religiosa, conflito de direitos fundamentais, tribunais regionais.

## CONFLITOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Cavalcanti Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Antes de tudo, é crucial sinalizar que a capacidade humana de raciocinar, resolver problemas e até de tomar decisões pode ser simulada por meio de inteligência artificial, no qual consiste em um ramo da Ciência da Computação que se submete a elaborar dispositivos. Nesse sentido, o judiciário está investindo nessa tecnologia com o intuito de aperfeiçoar os sistemas de processo eletrônico presentes, proporcionando diversos benefícios. Ademais, muitas empresas e escritórios de advocacia estão utilizando esse recurso como um ajudante virtual, o qual coleta dados, bem como analisa diversos tipos de documentos, com o objetivo de progredir os negócios e reduzir custos. No entanto, essa nova tecnologia levanta uma série de impactos e diversos questionamentos, exemplifiquem-se acerca da responsabilidade civil por danos decorrentes dos atos desses sistemas autônomos, e quanto a proteção de Direitos Autorais, além do direito à privacidade no que diz respeito ao uso de dados pessoais por sistema de inteligência artificial.

**(Metodologia)** Trata-se de um trabalho acadêmico de caráter exploratório, em razão de constituir uma profunda análise acerca dos impactos que a inteligência artificial produz no âmbito jurídico; além de uma pesquisa quantitativa realizada por meio de dados estatísticos e documentais aplicando, dessa forma o método de procedimento estatístico. Ademais, é necessário ressaltar que a Inteligência Artificial terá, principalmente, um grande impacto na seara legal, pois a tecnologia conflitará com diversas áreas como direito digital civil, penal, administrativo, trabalhista, constitucional utilizando assim uma abordagem transdisciplinar. Outrossim, observa-se que esta pesquisa parte de um conhecimento geral para se chegar a conhecimentos específicos no que diz respeito aos questionamentos, os quais são levantados em decorrência desse avanço tecnológico que serão debatidos no decorrer do trabalho acadêmico. Aplica-se, dessa forma o método dedutivo como método de abordagem.

**(Resultados)** O poder judiciário brasileiro encontra-se sobrecarregado com diversas demandas, fato que pode ser comprovado em conformidade com o Relatório Justiça em Números de 2017, editado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2016, o qual afirma que o Poder Judiciário finalizou o ano de 2016 com 79,7 milhões de processos em tramitação, evidenciando um forte congestionamento insustentável. Dessa forma, as despesas totais do Poder Judiciário no referido ano corresponderam a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o equivalente a 2,5% dos gastos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios. Nesse sentido, com o intuito de combater tal conjuntura alarmante, o Poder Judiciário brasileiro, em várias áreas, tem buscado, no uso da Inteligência Artificial, soluções para esse quadro, além do respeito ao princípio da celeridade processual.

**(Conclusão)** Concernente ao exposto acerca dos impactos provenientes da inteligência artificial no judiciário, é essencial que se tenha não só transparência, mas também ética e bom senso conforme às exigências de proteção de dados pessoais visando uma boa e correta aplicação dessa ferramenta, em razão de que será por meio desses pilares que os magistrados e o CNJ encontrarão não só base para a segurança jurídica no uso de algoritmos, mas também legitimidade, com o intuito de auxiliá-los em suas decisões.

**Palavras-Chave:** Inteligência Artificial.celeridade processual.nova tecnologia.

## CONSTELAÇÃO SISTÊMICA COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

**Autor(es):**

*Ana Luísa de Azevedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso I disciplina que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", e no artigo 226, § 5º "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher". A partir disso, o Código Civil de 2002 alterou o nome do instituto do Pátrio Poder, substituindo-o pela expressão "Poder Familiar". Atualmente o Poder Familiar não é mais tido como um direito absoluto e discricionário do pai, mas sim um direito igualitário de ambos os genitores perante a figura do menor, para que assim decidam juntos questões relacionadas à vida em geral. A guarda de um filho é expressão dos direitos e obrigações pertencentes aos pais, de acompanhar e cuidar dos filhos, nas distintas situações apontadas pela lei civil. A Guarda Compartilhada surgiu no Brasil através da Lei 11.698/08, esta é fundada no direito de convivência dos filhos e, na igualdade de direito e deveres entre os pais, essa é tida como um mecanismo de prevenção a Alienação Parental. Porém, não há como determinar a guarda conjunta quando casais empreendem uma campanha de desprestígio de um contra o outro ascendente, causando os transtornos da Síndrome de Alienação Parental (SAP). Se a tal modelo de guarda pressupõe o consenso e o diálogo, não podem exercê-la casais separados e sem nenhuma relação de comunicação e de entendimento. Nesse sentido, faz-se importante uma análise minuciosa por parte do magistrado nos conflitos familiares em que esse irá decidir com quem ficará a guarda do menor. O Direito Sistêmico é um método sistêmico-fenomenológico de solução de conflitos, com viés terapêutico, que tem por escopo conciliar, profunda e definitivamente, as partes, mediante o conhecimento e a compreensão das causas ocultas geradoras das desavenças, resultando daí paz e equilíbrio. Ele tem como fundamento e origem a Constelação Familiar ou Sistêmica do psicoterapeuta, filósofo e pedagogo alemão Bert Hellinger.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi o método dialético, com o intuito de conceituar o instituto Poder Familiar, os Regimes de Guarda, o fenômeno da Alienação Parental e a Constelação Sistêmica, apresentar sua evolução histórica na legislação brasileira e fazer pontuações acerca dos temas. Através de um levantamento bibliográfico, artigos e sites aborda-se questões de Direito Constitucional, com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Princípio da Igualdade entre o homem e a mulher e Direito Civil, com o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.

**(Resultados)** Através deste trabalho, é possível observar que Constelação Sistêmica é um método de solução de conflitos, com viés terapêutico, que tem por objetivo conciliar, profunda e definitivamente, as partes, através da compreensão das causas ocultas geradoras das desavenças, resultando daí paz e equilíbrio. Tal método ainda é pouco utilizado pelo Poder Judiciário brasileiro, porém nas Varas de Família as quais esse está sendo utilizado, os resultados são positivos.

**(Conclusão)** Desta forma, conclui-se que a pesquisa apresentada teve como objetivo abordar um tema atual no mundo jurídico e de grande relevância, uma vez que o Direito Sistêmico objetiva a resolução de conflitos de forma efetiva no judiciário através da Constelação Sistêmica, não somente detendo-se ao Direito de Família, mas também a outras áreas do Direito.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Poder Familiar. Regime de Guarda. Alienação Parental. Constelação Sistêmica.

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE TEXTO III: SOCIEDADE COMO REALIDADE SUBJETIVA**

**Autor(es):**

*Luiz Henrique Torquato Rego: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

*José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O texto “A sociedade como realidade subjetiva” nos apresenta a interiorização da realidade, tratando-a com uma compreensão relativa de um processo dialético em curso, explicitado em três momentos: a exteriorização, a objetivação e a interiorização. Desse modo, é explicado o fenômeno da socialização primária do indivíduo e a sua socialização secundária, apresentadas como processos contínuos da formação social dos indivíduos. O autor Peter Berger foi um sociólogo e docente nas universidades da Geórgia e na Carolina do Norte, sua dedicação científica aparece no campo da sociologia da religião, além de relevantes textos no campo da teoria sociológica e da sociologia política. Além dele, temos o autor Thomas Luckman, parceiro de Berger em sua grande obra, o reconhecido livro “A construção social da realidade”; de onde o texto aqui estudado está inserido.

**(Metodologia)** As estratégias e procedimentos utilizados foi por meio de uma revisão bibliográfica e a reinterpretação do capítulo “A sociedade como realidade subjetiva”, do livro “A construção social da realidade”, dos autores Peter Berger e Thomas Luckman. Para a elaboração deste trabalho contamos com o auxílio do Professor Doutor em sociologia, pela Universidade do Minho/ Portugal, Rasland Luna. Além do texto estudado, buscamos aprofundar nossas ideias acerca do assunto através de pesquisas a artigos relacionados ao assunto.

**(Resultados)** Visando a análise da obra, foi extraído que “o indivíduo não nasce já membro de uma sociedade, mas sim, com a predisposição a sociabilidade tornando-o assim um membro social”. Ainda dentro dessa perspectiva, o processo de socialização é ontogenético, ou seja, não está ligado à questões genitoras do indivíduo, mas trata-se de um processo de formação constante do indivíduo. Em meio ao processo de socialização primária temos a interiorização, que é o “início do processo de socialização do indivíduo a qual ele irá internalizar ações, porém, ninguém interioriza a totalidade daquilo que é objetivado como realidade social”. Acerca disso, temos “os outros significativos”, que são aqueles que se encarregam do processo de socialização do indivíduo, “estabelecendo a mediação deste mundo para ele, escolhendo aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social”. Vale ressaltar que a linguagem constitui o mais importante conteúdo e instrumento de socialização. Já a socialização secundária “é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado (por meio da socialização primária) em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. Essa socialização é marcada pela aquisição do conhecimento de “funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho. Assim, as limitações biológicas tornam-se cada vez menos importantes, na sequência de aprendizagem”. Enquanto na socialização primária a criança enxerga aqueles responsáveis por seu processo de socialização como “outros significativos”, na secundária os responsáveis correspondentes são vistos como “funcionários institucionais”.

**(Conclusão)** O processo de socialização é a chave para que o indivíduo possa integrar a sociedade como um membro participante desta

**Palavras-Chave:** SOCIALIZAÇÃO. SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA. SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA. OUTROS SIGNIFICATIVOS. FUNCIONÁRIOS INSTITUCIONAIS.

## CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: SUAS PERSPECTIVAS E CONFLITOS

**Autor(es):**

*Esther Louise Lucena soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A reforma trabalhista promovida através da Lei nº 13.467/2017, trouxe várias inovações que foram inseridas na CLT, a qual trouxe consideráveis mudanças para as condições de emprego no país, frisando a geração de uma espécie de contrato de trabalho que até então não existia, que passou a ser chamado de contrato de trabalho intermitente. O Direito como fenômeno essencialmente cíclico, é natural que ele se adapte as mudanças da sociedade, passando então a tutelar novas relações jurídicas ou simplesmente desconsiderando outras pela ausência de relevância. A crise econômica combinada com altos índices de desemprego fez imprescindível uma mudança na legislação capaz de fomentar a economia e remover do ócio uma infinidade de trabalhadores que momentaneamente se encontravam improdutivos ou à beira da informalidade. Esse contrato foi fruto da flexibilização que juntamente com a modernização, foram os objetivos da reforma. O conceito de contrato de trabalho intermitente pode ser encontrado nos artigos 452-A e 443, §3º da CLT, onde pode ser descrito como aquele no qual a prestação de serviços não é contínua, porém encontra-se com subordinação, com prazo indeterminado e sem jornada definida. Dessa forma, surge a problemática com o princípio da continuidade do contrato de trabalho, este afirma entendimento que a relação de emprego deve durar o maior tempo possível, visto que o salário é a forma de subsistência do empregado e é regra que o contrato de trabalho seja por prazo indeterminado, e em exceção a isto temos o contrato de trabalho intermitente.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, entre a doutrina e as normas jurídicas do direito brasileiro. Utilizou-se o método de abordagem dedutivo, como método de procedimento histórico e funcionalista, onde enfatiza as relações e o ajustamento entre os diversos componentes de uma cultura ou sociedade, para a observação da aplicação da legislação regulamentadora na prática a técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica.

**(Resultados)** Constatou-se que o objetivo foi o de analisar a legislação acerca do contrato de trabalho intermitente, onde os estudos realizados permitem concluir que, com a flexibilização, nos parâmetros atuais, o esse tipo de contrato reduziu os níveis de desemprego, onde pode ser uma saída para aqueles indivíduos que se encontram sem trabalho fixo estabelecido, porém em contraponto, é válido salientar que mesmo que tenha sido uma boa alternativa, ainda implica uma insegurança jurídica e econômica.

**(Conclusão)** Neste contexto pode-se concluir, dentro do proposto e analisado que, o de contrato de trabalho intermitente foi criado para dar formalidade para aquele trabalhador que antes não era subsidiado por lei, essa formalidade concedeu direitos aos benefícios trabalhistas e previdenciários, coisa que anteriormente não existia. A jornada de trabalho é mais flexível, dando possibilidade às pessoas que querem complementar sua renda e que já trabalham. Porém em desvantagem, muitas vezes os salários são baixos e não chegam nem ao salário mínimo e conseqüentemente as contribuições que faltar deverão ser arcadas pelo empregado.

**Palavras-Chave:** Contrato de Trabalho Intermitente. Flexibilização. Precarização. Direito do Trabalho

**CRIMES AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA: ANÁLISE DOS CASOS DE VAZAMENTO DE PETRÓLEO NO LITORAL NORDESTINO EM 2019.**

**Autor(es):**

*Natália Brandão Leite: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alana Raissa Fernandes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho científico tem por objetivo científico analisar, com base nos relatos e laudos iniciais emitidos, o vazamento de Petróleo no litoral nordestino e a aplicação da responsabilidade penal objetiva, no âmbito ambiental. O Brasil é um dos principais países que utilizam a responsabilidade civil objetiva decorrente de dano ambiental. Partindo desse fato, apenas é necessário que seja configurado o nexos de causalidade entre o ato praticado e o dano para que seja imputada a responsabilidade. Logo, pretende-se analisar a aplicação desse instrumento nos casos registrados no litoral nordestino nos meses de setembro e outubro de 2019.

**(Metodologia)** O presente estudo possui aspecto teórico, configurando-se como pesquisa documental, de cunho exploratório. Foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos científicos, laudos, reportagens, e, como técnica científica, a utilização dos códigos e leis do ordenamento jurídico atual, a fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca do instrumento em discussão e sua aplicação no caso concreto. A metodologia científica utilizada foi o método qualitativo de estudo de caso, no qual irá buscar compreender o fenômeno e individual e suas consequências para assim realizar uma análise do aspecto penal ambiental.

**(Resultados)** Constata-se, até este ponto do estudo, a grande relevância da responsabilidade objetiva no âmbito ambiental, todavia sua aplicação ao caso concreto se torna uma ofensa ao Direito Penal e as regras do Direitos Humanos, uma vez que implica na responsabilização da pessoa, seja ela física ou jurídica, apenas comprovando o nexos causal. Vale salientar que exclusivamente no âmbito cível do Direito Ambiental admite-se a regra da responsabilidade sem culpa. Desta forma, a Lei nº 9.605/98 (Lei dos crimes ambientais) já contempla diversas condutas prejudiciais ao meio ambiente, o que possibilitando que o Direito Penal, como ultima ratio, apenas atue nos casos que o Estado não possua mais nenhuma forma de punição.

**(Conclusão)** Conclui-se que, dentro do contexto proposto e examinado, há significativa ofensa a princípios basilares do direito penal, uma vez que amplia-se as condutas que podem ser tipificadas em detrimento da responsabilização ambiental. Entendemos que o meio ambiente é de extrema importância para o bem estar social, todavia a Lei nº9.605 tipifica diversas condutas e suas formas de responsabilização que devem ser respeitadas com o objetivo de utilizar o direito penal apenas em último caso.

**Palavras-Chave:** Direito Penal. Direito Ambiental. Responsabilidade Civil Objetiva. Vazamento de Petróleo.



## CRIMES CIBERNÉTICOS E INVASÃO DE PRIVACIDADE A LUZ DA LEI CAROLINA DIECKMANN

### **Autor(es):**

*Pabliany Dantas da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Autor (es): Manuella Elias Santiago Maria Catarina da Silveira Santos Milena Juracy da Silva Cabral Pabliany Dantas da Silva (INTRODUÇÃO) A pesquisa em questão faz referência ao que a Lei Carolina Dieckmann, como ficou conhecida a Lei nº 12.737/12, trouxe para o contexto dos delitos informáticos, que foram criminalmente tipificados introduzindo os artigos 154-A e 154-B ao Código Penal Brasileiro e alterando os artigos 266 e 298 do mesmo código. A análise do tema encontra-se embasada no caso concreto, repercutido em 2012 na mídia brasileira, da atriz Carolina Dieckmann, que teve 36 (trinta e seis) imagens de cunho íntimo divulgadas na internet sem autorização, após tentativa de extorsão para que as fotos não fossem publicadas. A problemática abarca de que forma esta norma recente se articula juridicamente à luz da conjuntura do Direito Digital e suas particularidades que envolvem a efetivação da identificação, investigação e condenação dos autores desses crimes cibernéticos, que também encontram certa resistência por parte dos especialistas da área ao verificarem certa amplitude teórica e subjetividade da lei, podendo dar margem ao afrouxamento da segurança jurídica dos seus dispositivos.

**(Metodologia)** O presente trabalho aborda uma pesquisa explicativa, aplicando o método de estudo de caso, bem como o método indutivo, partindo da premissa do caso concreto que foi uma das principais motivações para a criação da Lei nº 12.737/12, tornando-se um marco para o avanço do Direito Digital Brasileiro, objetivando dar um maior enfoque para os crimes cibernéticos, bem como para as suas devidas punições.

**(Resultados)** Apesar de ser tratada como um marco na investigação de crimes informáticos, a Lei nº 12.737/2012, também conhecida como Lei Carolina Dieckmann, ainda é considerada pouco inibidora para os criminosos que atuam na rede, vez que seus artigos tem caráter preventivo e a grande parte da sua ineficácia está na sua falta de precisão, além das dificuldades do rastreo das informações, que se fazem presentes no certo anonimato do âmbito virtual. A criação da lei foi concebida diante de necessária urgência e seu texto pode ser considerado ambíguo, de forma a permitir diversas compreensões capazes de facilitar a tese da defesa do réu nos crimes virtuais. Isto posto, o combate aos crimes cibernéticos no país ainda é muito desafiador, e a nova legislação precisa ser mais aprimorada para que de fato houvesse a diminuição da incidência e reincidência desses crimes.

**(Conclusão)** Dado o exposto, conclui-se que apesar de ser considerada um marco na investigação dos crimes informáticos, a Lei nº 12.737/12 ainda não tem uma prevenção efetiva no âmbito dos crimes digitais, tendo em vista sua imprecisão e dificuldade de rastreamento das informações virtuais. Considerando o caso precursor da referida lei e o caráter de urgência em sua criação, observa-se certos desajustes que permitem diversos tipos de entendimentos no tocante aos seus artigos, o que, conseqüentemente, pode abrir brechas jurídicas contrariamente ao interesse em inibir a prática de mais crimes como estes. Destarte, a legislação que trata sobre os crimes cibernéticos não é madura o suficiente e necessita de aprimoramento.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Crimes Cibernéticos. Lei Carolina Dieckmann

## CRIOGENIA E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS

### **Autor(es):**

*DARLAN MOURA PEREIRA DE PAULA JUNIOR: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carlos Alberto Gurgel de Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael Teixeira Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gustavo Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Renato Medeiros Cantidio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O que se discute é a análise da conservação dos corpos de pessoas que já não fazem mais parte do mundo do ser, isto é, não gozam mais de direitos inerentes às pessoas com vida, além de como a primazia da tecnologia em junção com a biotecnologia, a genética e a revolução digital para modificar completamente a vida e a forma de viver no Planeta. Nesse sentido, será abordada uma técnica pouco comum no Brasil conhecida como “criogenia” ou congelamento de corpos. A criogenia tem como principal objetivo “preservar” corpos humanos recém-falecidos para reanimá-los na posteridade. A criopreservação é possível, e pode ser usada em muitas aplicações, como por exemplo no congelamento de embriões em laboratórios de reprodução artificial; de células-tronco de embriões ou do cordão umbilical. Em 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o caso unânime sobre o direito de preservação do corpo em procedimento de criogenia. Na análise do caso, em razão de a lei não conseguir prever todas as situações que ocorrem na sociedade como um todo, o colegiado julgador considerou que a legislação brasileira, apesar de não prever a criogenia como forma de destinação do corpo, também não impede a realização do procedimento. Assim, na falta de manifestação expressa deixada pelo indivíduo em vida acerca da destinação de seu corpo após a morte, presume-se que sua vontade seja aquela apresentada por seus familiares mais próximos.

**(Metodologia)** A metodologia quanto ao tipo de pesquisa utilizada será a do método histórico dedutivo, através de um estudo bibliográfico. O tema da Criogenia será analisado através de um julgamento pioneiro no Brasil, em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou sobre o direito de preservação de um corpo em procedimento de criogenia.

**(Resultados)** Atualmente, existe uma lacuna normativa, pois o ordenamento jurídico pátrio não possui previsão legal sobre a utilização da criogenia em corpo humano post mortem. Também não há qualquer vedação no nosso sistema jurídico em relação à adoção desse procedimento.

**(Conclusão)** A discussão jurídica travada neste caso reside, portanto, no seguinte ponto: para que um morto seja submetido à criogenia, não é necessário que ele tenha deixado uma declaração escrita informando esse seu desejo, embora seja recomendável, a fim de evitar futuros litígios entre os familiares. Não há exigência de formalidade específica acerca da manifestação de última vontade do indivíduo sobre a destinação de seu corpo após a morte, sendo possível a submissão do cadáver ao procedimento de criogenia em atenção à vontade manifestada em vida. É possível que o patrimônio do falecido seja utilizado para custear a conservação do cadáver? É possível que a pessoa disponha de seu patrimônio como bem lhe aprouver. Nesse passo, é possível que o de cujus elabore um testamento contendo tais disposições nesse sentido, as quais devem ser cumpridas pelo testador. E por fim, frisa-se que o ordenamento jurídico confere certa margem de liberdade à pessoa para dispor sobre seu patrimônio jurídico após a morte, assim como protege essa vontade e assegura que seja observada. Existe, portanto, uma autonomia para que a pessoa indique, em vida, o que deve ser feito com seu corpo, após a sua morte. Esse direito que a pessoa tem é chamado de “direito ao cadáver”. O direito ao cadáver é uma vertente do direito ao próprio corpo, sendo considerado, portanto, como um desdobramento do direito de personalidade. Com isso, conclui-se que, além de não haver proibição na lei, a criogenia não ofende a moral e os bons costumes.

**Palavras-Chave:** Natureza jurídica. Criogenia. Vontade. Cadáver. Conservação.

**CRÍTICA À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO PROCESSO CIVIL: ENXERGANDO AS DECISÕES FUNDAMENTADAS SOB A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DE STEPHEN E. TOULMIN**

**Autor(es):**

*Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código de Processo Civil de 2015 trouxe inovações e modificações substanciais. Dentre as novidades, o Legislador infraconstitucional estabeleceu hipóteses em que as Decisões Judiciais, isto é, Decisões Interlocutórias, Sentenças e Acórdãos, não serão consideradas fundamentadas, como dispõem os incisos do art. 489, §1. O constituinte eleva a tratativa acerca da Fundamentação das Decisões Judiciais ao status constitucional, como disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal de 1988. Todavia, o Legislador infraconstitucional não elenca o que é Decisão Fundamentada. Nesta esteira, os Embargos de Declaração, tema atualizado com a nova Legislação, é o recurso cabível a Decisões omissas, contraditórias, obscuras e que possuam erro material, como jaz nos incisos do art. 1.022, do CPC. Partindo da definição doutrinária de Fredie Didier Jr: “Todos os pronunciamentos judiciais devem ser devidamente fundamentados, é dizer, devem estar livres (sic) de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material.”

**(Metodologia)** Foi utilizado o método hipotético dedutivo. A hipótese adotada é decorrente das inúmeras reuniões do “Grupo de Analogia”, que consistiam em momentos de reflexões e ponderações de temas extrajurídicos. Durante as reuniões, debateu-se que recursos lógicos da teoria da argumentação de Toulmin oferecem bons elementos de crítica de Decisões. Adotou-se que o modelo de Toulmin oferece critérios suficientes para caracterizar o que seria a Decisão devidamente fundamentada disposta na legislação processual civil, e que os Embargos de Declaração são a consequência dessa análise. Logo, se não for “devidamente fundamentada”, a Decisão deverá ser embargada. Adotada a hipótese, a labuta intelectual foi desempenhada sobre as disposições da tratativa ofertada pela Legislação Processual Civil vigente. Em concomitância, através de revisão bibliográfica, investigou-se a literatura que versa sobre o tema e a que não investiga, diretamente, a Fundamentação das Decisões Judiciais.

**(Resultados)** Teve-se como resultados a análise das hipóteses em que a Decisão Judicial é considerada Fundamentada. Alcançou-se o entendimento de que a Decisão Judicial Fundamentada, por ser o oposto da não fundamentada, i.e., “livres (sic) de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material”, deve seguir os parâmetros estabelecidos no modelo de Toulmin para que cumpra com a disposição constitucional e infralegal. Nessa senda, os Embargos de Declaração visam a correção de falhas nos elementos do argumento, que são a Pretensão, Razões, Garantia e Respaldo.

**(Conclusão)** Portanto, é intrínseco à Fundamentação do ato decisório a utilização de recursos voltados à argumentação jurídica, para que o Magistrado saiba ao que deve se ater para que a Decisão seja “perfeita”. Conseqüentemente, para que se possa explicitar as razões que ensejam a Decisão Judicial — ou então os atos do Advogado, Representante do Ministério Público ou de qualquer outro Ator Processual — é necessário que se organize, atentando-se à persuasão e solidez dos argumentos, o que se propõe a dizer.

**Palavras-Chave:** fundamentação das decisões judiciais, argumentação jurídica, embargos de declaração.

## DANOS MORAIS AO FILHO EM RAZÃO DA OMISSÃO INTENCIONAL DA MÃE QUANTO À VERDADEIRA PATERNIDADE

**Autor(es):**

*Mariana Morais Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Morais: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A família é considerada a base da sociedade (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Nesse sentido, nota-se a extrema importância do pai, membro da família, na vida de uma criança, porquanto ele auxilia no desenvolvimento não só cognitivo, mas também na integração dela com a sociedade e na mudança de estágio da infância para a adolescência. Isto posto, a ausência paterna acarreta grandes consequências no crescimento infantil, por exemplo problemas de comportamento, problemas emocionais, contínuo vazio interior, desconfiança nos outros e baixa autoestima. Entretanto, muito se vê, nos dias atuais, mães escolhendo, intencionalmente, omitir a identidade paterna da criança, fazendo com que haja perda de uma chance desta de ter essa convivência paterna. Diante disso, buscando seguir a ideia do direito de família se adequando com o meio social, discute-se sobre a possibilidade de indenização, a qual carece de previsão legal explícita, por danos morais aos filhos, tendo em vista que são impossibilitados de obter uma relação familiar completa, algo que é esperado por todo cidadão, bem como fere os princípios do melhor interesse da criança e do adolescente, da afetividade e da paternidade responsável.

**(Metodologia)** No estudo em questão, faz-se necessário a utilização do método hipotético-dedutivo, o qual consiste na formulação de uma tese, trazendo hipóteses que possam corroborar com a existência e veracidade desta. Ademais, utilizou-se uma pesquisa exploratória e, conseqüentemente, bibliográfica, apresentando um levantamento de informações retiradas de estudos já realizados assim como livros para que se alcance a familiarização do leitor com o tema em pauta.

**(Resultados)** Como resultado da análise acadêmica, constata-se a premência de fazer uso de institutos jurídicos para fundamentar o pedido de indenização por danos morais. Dentre as possibilidades de fundamentos do direito, é possível trazer equiparações do artigo 1579 do Código Civil em que o divórcio não retira a responsabilidade dos pais com a criança e, conseqüentemente, não dá o direito de suprimir a paternidade por dever garantir o melhor interesse do menor bem como do artigo 48 da Lei 8069/90, também conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual aduz a possibilidade do adotante poder saber a identidade de seus pais biológicos. Logo, se é viável tal condição para adotados, deveria caber para as crianças. Além disso, a omissão da verdadeira identidade paterna pode ser análoga a alienação parental, por essa ocultação ser uma interferência materna na vida de uma criança que, além de gerar repúdio ao outro genitor, traz consequências no desenvolvimento infantil.

**(Conclusão)** Relativamente a linha de raciocínio aplicada acima, nota-se a premência do direito de família garantir direito e deveres de aplicação imediata na vida em sociedade, pois interfere diretamente nesta. Nesse sentido, a omissão em questão deve ser vista com extrema urgência por se tratar de uma atitude que afeta menor, o qual tem proteção do Estado quando seus responsáveis falham na garantia de seus direitos, devendo, logo, ter efetivação em decisões jurídicas com base na equiparação de outros institutos do direito.

**Palavras-Chave:** Omissão da identidade paterna. Teoria da perda de uma chance. Melhor interesse da Criança e do Adolescente. Responsabilização Civil.

## DEMOCRACIA ORÇAMENTÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Autor(es):**

*Emily Martins Souza Fernandes Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal assegura ao Estado Brasileiro, o modelo democrático de governo, a fim de assegurar a soberania do povo. Sendo assim, a democracia é o mais valioso dos direitos fundamentais, de modo que para a sua perfeita implementação, segundo Paulo Bonavides, é necessário fé nos princípios e contínuo exercício. Tomando como pressuposto a análise da forma de atuação governamental atual, observa-se a oscilação entre a liberdade – democracia – e o autoritarismo, entre as diversas maneiras que o rompimento democrático se mostra atualmente, chama-se a atenção para a liberdade orçamentária. Deste modo, as Políticas Públicas estão diretamente ligadas à relação entre Estado e sociedade, planejamento interno, execução e eficácia de soluções, sejam estas de fazer ou não fazer. Por conseguinte, no orçamento público, as Políticas Públicas se encontram de modo ativo desde o planejamento das alocações efetuado pelo Poder Legislativo, até a execução, este realizado pelo Poder Executivo. A modalidade de planejamento orçamentário contemporâneo, dá margem à liberdade dos seus gestores, desde a fase de planejamento até sua execução. O planejamento passa por todo um trâmite, que tem como destinatário final (na fase de planejamento), o Congresso Nacional, e em seguida, o Poder Executivo que será responsável por sua execução. Em que pese as fases sejam parte da responsabilidade dos órgãos representantes do povo, não há participação popular, é a ruptura da relação entre Estado e sociedade. A liberdade que o Poder Executivo tem de não gastar toda a quantia previamente planejada, abre margem para retenção de valores dos quais sua destinação não é sabida pela população.

**(Metodologia)** A fim de alcançar o objetivo específico, tem-se a utilização dos métodos exploratório e explicativo, estudando a temática de maneira mais aprofundada e explicando suas vertentes. Como fontes do presente trabalho, o estudo de artigos publicados, leis, doutrina, planejamentos orçamentários e estudo de localidades que já utilizam a forma democrática de alocações de verbas públicas.

**(Resultados)** O presente trabalho busca demonstrar os problemas enfrentados com o modelo atual, e a possibilidade de melhora com a defesa da participação social em planejamento e execução de orçamento, com o objetivo de assegurar o direito à transparência e efetivação dos direitos públicos antes observados pelas Políticas Públicas.

**(Conclusão)** Por fim, a aludida pesquisa é objeto de Trabalho de Curso, portanto, não possui por ora, uma conclusão concreta, de modo que o presente não foi finalizado e a pesquisa está em andamento. No entanto, como conclusão parcial do trabalho, é evidente que demonstradas as críticas sobre o modelo de planejamento e execução orçamentária (predominante) atual, ao passo da predominância da transparência das alocações orçamentárias frente à população, sendo analisada a ainda estudada solução, como por exemplo a implementação do modelo participativo no Poder Executivo no que tange à sua função executória dos planejamentos orçamentários.

**Palavras-Chave:** Política Pública. Orçamento. Democracia. Transparência.

**DESJUDICIALIZAÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DOS CARTÓRIOS: UM ESTUDO DAS SERVENTIAS NA CIDADE DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Marcelo Nobrega Athayde Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho de pesquisa busca compreender o novo papel dos cartórios no sistema formal de justiça, partindo da análise de fatores históricos, bem como provimentos e leis, as quais possibilitaram essa possível ressignificação, surgindo uma nova composição na organização estrutural das Serventias Extrajudiciais. Analisará, também, por ventura, os dados coletados, na cidade do Natal, a respeito dos cartórios que realizam tais procedimentos, além de um levantamento bibliográfico e informacional do tema, uma pesquisa empírica eminentemente qualitativa. Por fim, os resultados esperados consistem em meditar sobre os estágios que se encontram as aplicações do provimento 67/2018 do CNJ em Natal/RN e quem são as partes litigantes (perfil dos litigantes) no procedimento extrajudicial em cartórios e as matérias sobre os quais os acordos, conciliações e mediações versam.

**(Metodologia)** A metodologia de pesquisa se embasará no cunho bibliográfico e empírico quantitativo para desenvolver toda a ideia da ressignificação e como isso poderia "abrir portas" frente ao conceito de desjudicialização surgido a partir de uma abstração conceitual de judicialização trabalhados por TATE, VALLINDER, ZAULI, BRANDÃO e EPP. Com isso, surge a possibilidade de se compreender os objetivos centrais do projeto, isto é, os cartórios extrajudiciais como uma nova "arena política" de solução de conflitos, amparado por uma ressignificação estrutural e legal das suas funções originárias.

**(Resultados)** A pesquisa ainda não chegou a resultados conclusivos sobre o assunto, podendo somente ter se observado a real movimentação de mudança das funções e papéis originários dessas entidades, tidas como mistas por Leonardo Brandelli, no sistema formal de justiça brasileiro. Todavia, podemos observar, de maneira crescente, uma necessidade para o combate do "overweight" processual crescente na realidade brasileira. Com isso, o sistema formal de justiça busca criar solução para combater os mais variados problemas, aproveitando da existência de entidades, tidas como "braços direito" do Estado com possibilidade delegatória, para suprir essas falhas estatais, contribuindo, mais uma vez, para permanência do entendimento do conceito de patrimonialismo weberiano, ou seja, a mistura das questões Estatais e das questões privadas, todavia, em um sentido mais positivo do conceito.

**(Conclusão)** Devido ao fato da pesquisa encontrar-se em um estágio de desenvolvimento não há possibilidade de se chegar a conclusões substanciais sobre o tema, podendo somente, como trabalhado no tópico anterior, percebermos a mudança estrutural dessas entidades, podendo considerar a sua contribuição para o processo de desjudicialização em prol da diminuição processual crescente no Brasil, conforme dados da Justiça em Números, formulada pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Palavras-Chave:** Desjudicialização; Serventias Extrajudiciais; Direito Notarial e Registral; Meios Alternativos de Resolução de Conflitos; Ressignificação do Papel dos Cartórios

## DIGNIDADE HUMANA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DIANTE DA EXPOSIÇÃO DIGITAL

### **Autor(es):**

*Camyla Tuanne Xavier Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mírya Lopes de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução) O princípio da dignidade da pessoa humana é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio máximo do estado democrático de direito. Está elencado no rol de direitos fundamentais da Constituição. O trabalho versa sobre a dignidade humana com recorte a criança e ao adolescente diante da exposição digital que se torna cada dia mais intrínseca a vida social que se confunde entre o que é virtual e real, visto que o acesso as redes sociais é parte crescente na interação e desenvolvimento do ser, onde se analisou não apenas o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), mas o que existe em sua base e finalidade de existência que possa resguardar os menores, buscando a percepção sobre a divergência entre os direitos garantidos a criança e ao adolescente e a visível exposição permitida ou não pelos responsáveis pelos menores, em razão de compreender até que ponto se estende a autoridade dos pais na vida da criança, a independência e liberdade do adolescente como parte ativa social e a participação estatal positivada. A problemática consiste em analisar qual o papel do estado diante dessa realidade, partindo da ideia de que existe um papel estatal, e como objetivo deve ser analisado a eficácia do papel do Estado, não apenas existirem medidas de proteção à criança e ao adolescente, mas, medidas eficazes capazes de preservar esses dos perigos virtuais que podem se estender a realidade cotidiana, visto que atualmente é tênue o fio que separa os dois mundos, fusão essa que pode ser capaz de gerar graves transtornos ao desenvolvimento, interação e saúde daqueles que não sabem fazer uso da ferramenta digital como algo que aproxima e é sinônimo de avanço social.

**(Metodologia)** (Metodologia) O presente trabalho teve por método de abordagem o hipotético - dedutivo, partindo da ideia de que existe algo a ser feito pelo estado, e se faz necessário saber qual esse papel. Como método de pesquisa se utilizou do método explorativo, comparativo e como técnicas de pesquisa temos artigos e dissertações, para se buscar uma melhor compreensão dos fatos.

**(Resultados)** (Resultados) A necessidade de que se possa gerar a percepção de que crianças e adolescentes precisam que os seus direitos previstos sejam de fato garantidos e que essa garantia se estende ao mundo virtual, e partindo desse apelo de preservação, o problema é de todos, existe um papel social além de estatal e familiar.

**(Conclusão)** (Conclusão) Existe um papel estatal diante da preservação da imagem da criança e do adolescente no mundo virtual, e que esse papel se estende de maneira natural e dotada de autoridade e autonomia aos responsáveis, bem como conta com a participação social, devendo não haver um confronto de poderes, mas a união de direitos e deveres a fim de guardar a integridade essencial devida aos menores.

**Palavras-Chave:** Dignidade Humana, Criança e Adolescente, ECA, Perigos Virtuais, Familiar, Estatal

**DIREITO À IMAGEM E O PLANETA INTEIRO, AO VIVO, EM TEMPO REAL: UMA ANÁLISE ACERCA DESSE CONFLITO.**

**Autor(es):**

*Carolina Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN  
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A imagem é a própria individualização figurativa de uma pessoa. O retrato da pessoa faz às vezes de verdadeira senha a identificar de pronto o indivíduo, distinguindo-o dos demais. Assim, confere Franciulli (2004,p.24): “a seu titular todos os meios de defesa e composição contra ataques ou divulgações não autorizadas, injustas ou distorcidas”. Para além da importância da imagem, se faz necessário também a guarda de seus limites íntimos, ou seja, sua vida privada. Ademais, o Supremo Tribunal de Justiça tem entendido que a necessidade do cuidado com o direito a imagem no aspecto à intimidade do indivíduo, ao passo que já vem legislando neste prisma. Em contrapartida com o advento da tecnologia, por conseguinte, a empresa EARTH NOW uma startup de Seattle com o objetivo de cobrir a terra com cobertura de vídeo ao vivo via satélite com a intenção de fornecer um fluxo de vídeo em tempo real e não filtrado que será usado para monitorar diversos acontecimentos de relevância mundial. Dessa maneira, apesar de se considerar os benefícios propostos pela utilização dos satélites, resta-nos o questionamento acerca do dano à imagem e à vida privada.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, com complementação nos portais virtuais que tratem a doutrina jurídica do Brasil, a fim de possibilitar a revisão analítica documental da norma brasileira vigente e da doutrina que trata do direito a imagem. Como método procedimental de análise documental utilizaram-se o estudo de casos, referente aos precedentes judiciais cuja fundamentação verse a violação do direito a imagem, de forma a fazer uma analogia a atuação da empresa EARTH NOW quanto aos satélites que monitorarão.

**(Resultados)** O Código Civil brasileiro, em seus artigos 20 e 21 expressam à guarda dos direitos a imagem e a vida privada das pessoas, em consonância com nossa constituição federal, artigo 5º, X. Assim, há de se mencionar o caso que passou pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no qual o GOOGLE STREET VIEW, foi condenado a pagar uma indenização a um cidadão brasileiro, por ter divulgado sua imagem em situação vexatória, uma vez que foi fotografado vomitando, próximo a um orelhão no bairro Savassi, na capital mineira. O fato é que a responsabilidade civil imputada pelo réu não decorria apenas da hospedagem de conteúdo ofensivo publicado por terceiro, mas, principalmente, por ter sido responsável “pela captura da imagem do autor em situação vexatória”.

**(Conclusão)** Conclui-se, então, que as inovações tecnológicas se manifestam de maneira cada vez mais célere, o que impede uma adequação em tempo real do direito e da sociedade às novas realidades da tecnologia. Sendo assim, a proposta da startup americana suscita um conflito com o direito e os seus aplicadores, ao passo que poderá ser capaz de banalizar o uso da imagem de terceiros e ainda a invasão de seus momentos íntimos. Portanto, é imprescindível a preservação de tais direitos personalíssimos.

**Palavras-Chave:** Direto. Imagem. Violação. Intimidade. Satélites.



**DIREITO À IMAGEM E O PLANETA INTEIRO, AO VIVO, EM TEMPO REAL: UMA ANÁLISE ACERCA DESSE CONFLITO.**

**Autor(es):**

*Carolina Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Clara Uchoa Leite: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thaís Alessandra Fernandes do Rosario: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marcelo Henrique Bezerra de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A imagem é a própria individualização figurativa de uma pessoa. O retrato da pessoa faz às vezes de verdadeira senha a identificar de pronto o indivíduo, distinguindo-o dos demais. Assim, confere Franciulli (2004,p.24): “a seu titular todos os meios de defesa e composição contra ataques ou divulgações não autorizadas, injustas ou distorcidas”. Para além da importância da imagem, se faz necessário também a guarda de seus limites íntimos, ou seja, sua vida privada. Ademais, o Supremo Tribunal de Justiça tem entendido que a necessidade do cuidado com o direito a imagem no aspecto à intimidade do indivíduo, ao passo que já vem legislando neste prisma. Em contrapartida com o advento da tecnologia, por conseguinte, a empresa EARTH NOW uma startup de Seattle com o objetivo de cobrir a terra com cobertura de vídeo ao vivo via satélite com a intenção de fornecer um fluxo de vídeo em tempo real e não filtrado que será usado para monitorar diversos acontecimentos de relevância mundial. Dessa maneira, apesar de se considerar os benefícios propostos pela utilização dos satélites, resta-nos o questionamento acerca do dano à imagem e à vida privada.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, com complementação nos portais virtuais que tratem a doutrina jurídica do Brasil, a fim de possibilitar a revisão analítica documental da norma brasileira vigente e da doutrina que trata do direito a imagem. Como método procedimental de análise documental utilizaram-se o estudo de casos, referente aos precedentes judiciais cuja fundamentação verse a violação do direito a imagem, de forma a fazer uma analogia a atuação da empresa EARTH NOW quanto aos satélites que monitorarão.

**(Resultados)** O Código Civil brasileiro, em seus artigos 20 e 21 expressam à guarda dos direitos a imagem e a vida privada das pessoas, em consonância com nossa constituição federal, artigo 5º, X. Assim, há de se mencionar o caso que passou pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no qual o GOOGLE STREET VIEW, foi condenado a pagar uma indenização a um cidadão brasileiro, por ter divulgado sua imagem em situação vexatória, uma vez que foi fotografado vomitando, próximo a um orelhão no bairro Savassi, na capital mineira. O fato é que a responsabilidade civil imputada pelo réu não decorria apenas da hospedagem de conteúdo ofensivo publicado por terceiro, mas, principalmente, por ter sido responsável “pela captura da imagem do autor em situação vexatória”.

**(Conclusão)** Conclui-se, então, que as inovações tecnológicas se manifestam de maneira cada vez mais célere, o que impede uma adequação em tempo real do direito e da sociedade às novas realidades da tecnologia. Sendo assim, a proposta da startup americana suscita um conflito com o direito e os seus aplicadores, ao passo que poderá ser capaz de banalizar o uso da imagem de terceiros e ainda a invasão de seus momentos íntimos. Portanto, é imprescindível a preservação de tais direitos personalíssimos.

**Palavras-Chave:** Direito. Imagem. Violação. Intimidade. Satélites.

**DIREITO A MORTE DIGNA: O CINEMA COMO EXPRESSÃO DO DIREITO INDIVIDUAL E SUA CORRELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.**

**Autor(es):**

*Camillo Emanuel de Albuquerque Alves Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Carlos Alberto Gomes Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Hugo Dias Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Alba Isabelle de Menezes Ratis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Luisa Albuquerque de Lima Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Pretendemos demonstrar que, à luz do que traz as telas do cinema sobre compaixão, empatia e respeito à vontade individual, ainda que resguardado constitucionalmente e amparado legalmente na resolução do CFM no Brasil, o respeito ao testamento vital ainda é marginalizado, ainda que a despeito dos novos entendimentos jurídicos brasileiros. Neste contexto, o testamento vital, a Constituição Brasileira e a legislação de regulamentação profissional da Medicina brasileira têm neste trabalho uma análise sob a luz da influência das telas do cinema nas discussões da sociedade sobre a referida temática do direito de morrer dignamente, correlacionando e contrapondo-os sob a referência do cinema.

**(Metodologia)** Para a realização deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa de revisão bibliográfica a fim de compilar literaturas que discorram sobre o assunto e seus posicionamentos e demonstrar as opiniões e dados já coletados e dispostos em bancos de dados.

**(Resultados)** As artes, como expressão da sensibilidade humana, historicamente expõem o cotidiano da sociedade em seus mais diversos momentos. O cinema, alcança os mais variados grupos sociais e, portanto, tem um poder sobre a propagação de ideias e reflexões sobre certas temáticas. Em geral, as expressões cinematográficas desvelam o momento social vivido e podem sobremaneira influenciá-lo, evidenciando culturas, pensamentos e questões filosóficas e de ordenamento social, incitando assim a reflexão acerca dos mais variados temas. Dentre as questões éticas relevantes erguidas sobre o bem da vida e da decisão sobre a morte e o morrer digno, o direito a morrer vem sendo explorado como temática recorrente no cinema, levantando debates sociais ricos e valorações que incitam novas interpretações à legislação vigente, como forma de ressignificar as normas à realidade. O morrer digno toma um novo significado quando expresso de forma singular e atinge as pessoas de forma particular, como ocorre ao adentrarmos os olhares e sentimentos quando somos tocados no exposto pela sétima arte. A colisão de vontades entre o querer individual e a vontade coletiva e até mesma a vontade do Estado sobre o morrer diante de situações extremas de dor, injúria irreversível ou redução significativa da capacidade da pessoa tomam novo fôlego no debate brasileiro sob a ótica da resolução nº 1.995/2012 do Conselho Federal de Medicina. Por possibilitar tutelar antecipadamente ao médico seu direito de ter um plano de vida concretizado, mesmo após a perda parcial ou total de capacidade, a resolução acorda com a Constituição na proteção ao direito à dignidade humana e preservação da autonomia.

**(Conclusão)** O cinema, quando representa as histórias reais, demonstrando todos os sentimentos e polêmicas envolvidos nessas grandes problemáticas, traz ao espectador a melhor capacidade de experienciar tais situações onde muitas vezes se tornam apenas ideias distantes. Ao se tornar mais próximas, essas circunstâncias, são capazes de levantar o debate não apenas numa perspectiva individualista e remota, mas de uma forma a ouvir e ser empático aos que passam e vivem todos os dias nas mais diferentes condições impostas por não terem seus direitos a escolha.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: morte digna, cinema, dignidade da pessoa humana.

## DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ERA DAS REDES SOCIAIS

### **Autor(es):**

*Aldenir Gomes Falcão Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Genisson Costa de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*José Kleber Azevedo Diniz : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Milton Solci Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a internet a cada dia mais consolidada, o repasse de informações em grande velocidade e praticamente sem nenhum controle, nas mídias sociais, de modo que apenas um dispositivo programado (robô) ou até mesmo um único indivíduo, pode disseminar uma informação instantaneamente, independentemente de sua veracidade. Muitas vezes tais informações não são contemporâneas, mas que vinculam um fato do passado de maneira que o envolvido pode ter afetada sua respeitabilidade perante a sociedade, bem como afrontar sua honra subjetiva (o juízo que determinada pessoa faz acerca de seus próprios atributos). Assim, se questiona a respeito da existência de um direito ao esquecimento no âmbito da internet bem como qual seria a maneira de garanti-lo no universo online, onde uma informação é divulgada por, qualquer pessoa, espalhando-se rapidamente por inúmeros dispositivos eletrônicos. Também se discute se esse direito ao esquecimento seria corolário dos direitos de personalidade existentes ou constitui direito autônomo, ainda que não positivado em nosso ordenamento jurídico. Aqui o termo direito ao esquecimento se refere a situações onde informações disponibilizadas em redes sociais ou em mecanismos de busca na internet podem denegrir indefinidamente a imagem de indivíduos em contraponto a liberdade de expressão de quem os publica e não sobre ao direito ao esquecimento comumente pleiteado nos tribunais objetivando a eliminação de antecedentes criminais.

**(Metodologia)** Para isso será utilizado o método dedutivo e método de procedimento histórico e comparativo, pois desta forma pretende-se definir uma possível linha de pensamento estabelecida na resolução de casos que envolvam o direito ao esquecimento.

**(Resultados)** Através dos resultados da pesquisa foi possível identificar que o judiciário brasileiro prima por preservar a liberdade de expressão fazendo-a prevalecer e de certa forma inibir o direito a privacidade e ficando, até certo ponto, prejudicados os direitos da personalidade.

**(Conclusão)** O objeto de pesquisa é um caso típico onde o direito vai ter que se desenvolver, propor novas leis e entendimentos, em face as mudanças sociais oriundas da facilidade de comunicação e acesso a informação. Para o grupo, ficou claro que a tendência do judiciário brasileiro, muito provavelmente como herança das recentes décadas negras de censura, é priorizar a liberdade de expressão, mas que tal postura pode ser muito cruel, punitiva e inexorável para quem, humano que é, cometeu erros no passado.

**Palavras-Chave:** Direito ao esquecimento, liberdade de expressão, mídias sociais.

**DIREITO AO ESQUECIMENTO VERSUS LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO: A TUTELA DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL DA PERSONALIDADE EM FÁCIE DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO**

**Autor(es):**

*Mathews Leão de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Flávia Liz Lamy: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Isabella Moura Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No ordenamento jurídico brasileiro, os direitos fundamentais à privacidade, à honra, à imagem e à intimidade, foram garantidos, de forma expressa, no artigo 5º da Constituição Federal. Em sentido amplo, os indivíduos possuem direito público subjetivo de evitar que sua vida privada seja exposta. É quando se consagra o direito ao esquecimento, direito personalíssimo que visa garantir que fatos passados não ressurgam no presente atrapalhando a vida de alguém, ainda que as acusações sejam verídicas: mais informalmente, é o “direito de ser deixado em paz”. Neste contexto, o presente trabalho perfaz uma análise do direito ao esquecimento, analisando o tema à luz do Estado Democrático de Direito, do princípio da dignidade da pessoa humana e da liberdade de expressão, garantido pelo artigo 220, CF, ocasião em que surge a problemática a qual embasará o trabalho: Diante de uma sociedade de informação, como impedir que fatos passados pelos veículos de informação venham à tona a qualquer tempo? Considerando a importância de se realizar uma melhor compreensão sobre o tema, que envolve um conflito de interesses igualmente de índole constitucional, o presente trabalho tem como objetivo central examinar, à luz da teoria dos direitos fundamentais e do princípio da dignidade da pessoa humana, a aplicação efetivação do direito ao esquecimento, considerando uma sociedade globalizada e hiperinformada, que se esconde, sobretudo, por trás da liberdade à expressão e informação. Quanto aos objetivos específicos, buscar-se-á analisar a aplicação do direito ao esquecimento ao ordenamento jurídico brasileiro como uma espécie dos direitos de personalidade; também será elaborada uma análise das garantias e liberdades de informação, de expressão e de imprensa na sociedade contemporânea, identificando seus limites, assim como analisar, a partir de métodos propostos pela doutrina e jurisprudência, soluções para a resolução do conflito narrado.

**(Metodologia)** Quanto aos aspectos metodológicos, para a confecção deste, e buscando alcançar os objetivos propostos, foi utilizado o método dedutivo, apoiado em levantamento e investigação em pesquisa bibliográfica e documental. Já no que se refere ao tipo de pesquisa, esta é básica pura, afinal, foi realizada com o intuito de ampliar o conhecimento do pesquisador para embasar a sua posição sobre um assunto tão polêmico. Sobre a abordagem, utilizar-se-á a qualitativa, procurando aprofundar e abranger as ações e relações humanas ligadas ao assunto em questão. Além disso, tem como base o método teórico-metodológico, utilizando-se de jurisprudência e legislação pertinente, objetivando delinear o direito ao esquecimento, desde uma precípua tentativa e conceituação, perpassando pelos direitos envolvidos, até que

**(Resultados)** Constata-se um cenário conflitante, uma vez que o tema é muito atual, polêmico e ainda carece de posições doutrinárias ou até mesmo jurisprudenciais, uma vez que existem poucos casos julgados com esta conotação. O problema central é a colisão do direito ao esquecimento com outros direitos fundamentais, também garantidos pela Constituição, podendo ser considerado censura qualquer tentativa de limitação.

**(Conclusão)** Por fim, esse conflito criado entre dois direitos fundamentais, ressalta a importância da utilização de técnica de ponderação para solucionar os casos concretos da forma mais justa possível, bem como a importância da imposição de limites às liberdades de informação e expressão na sociedade contemporânea, a fim de solucionar este conflito de direitos, estando a gravidade da não solução, ligada à saúde mental dos indivíduos, uma vez que há casos concretos de publicações da mídia de crimes acontecidos no passado que vieram a causar diversos transtornos psicológicos às pessoas noticiadas.

**Palavras-Chave:** Direito ao esquecimento. Conflito. Constituição. Liberdade. Estado Democrático.

**DIREITO DA PERSONALIDADE E A VALIDADE DAS CLÁUSULAS DE APLICATIVO FACEAPP A LUZ DO DIREITO CIVIL**

**Autor(es):**

*TAIANY KELLY PAIVA DA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Wesleyanne Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Letícia Celly de Freitas Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Liz Vasiljevic Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com o Código Civil Brasileiro, em seu art. 11: atribui aos direitos de personalidade características de intransmissibilidade e irrenunciabilidade, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Como regra geral, os direitos da personalidade qualificam-se como intransmissíveis e irrenunciáveis, fora do comércio. Reality show's, papéis estereotipados e vulgarização da mulher, comiseração sensacionalista feitos pela mídia, em busca da audiência a qualquer custo, bem demonstram o desprezo a esse mandamento civil. Além disso, os direitos de personalidade são erga omnes. Todavia, não se exclui a possibilidade de haver exceções, como característica de relatividade enquanto direito fundamental. Podem ser sintetizados no direito à vida, à liberdade, ao nome, ao próprio corpo, à imagem e à honra. Recentemente, questionasse algumas cláusulas de aplicativos de celulares de imagem, sobretudo objeto deste trabalho o Faceapp, seriam válidas a luz do Direito Civil, no que diz respeito ao Direito de Personalidade com atenção principal no direito de imagem, que sabemos ser dividido em: imagem retrato e imagem atributo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa científica de cunho exploratório direcionada para análise da cláusula em específico do aplicativo em questão. Utiliza-se o método de abordagem indutivo, buscando demonstrar a validade da cláusula em conformidade com os dispositivos que disciplinam essa relação, quais sejam o Código Civil e a Constituição Federal, dentre outros.

**(Resultados)** A personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, e os direitos relativos a essa personalidade são objeto de proteção do Direito. Tanto a Constituição Federal, como o Código Civil e outras leis esparsas cuidam desses direitos. A sanção à ofensa ao direito da personalidade tem sua matriz nas cláusulas constitucionais que asseguram o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, e, ainda, na inafastabilidade ou indeclinabilidade do controle judicial. Diante o exposto, o aplicativo de imagem nos celulares ao solicitar a concessão de completa exposição dos seus usuários fere o que se tem disposto no ordenamento brasileiro torna-se objeto de análise sobre sua validade.

**(Conclusão)** A Constituição Federal em seu art. 5 assegura a inviolabilidade da intimidade, vida privada, a honra e a imagem das pessoas tendo o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Pode-se concluir, portanto que, sempre que houver utilização indevida da imagem, poderá o titular se opor e acionar por reparação. No caso de dúvida, o juiz deve se pôr a favor do direito à imagem e, na hipótese de confronto com o direito à informação, assegura a imagem diante desse direito. Sendo assim a cláusula 5ª do FaceApp por si só torna-se inconstitucional e inválida no território nacional ou, em outra ótica se travaria uma disputa jurídica caso viesse a ocorrer a utilização indevida da imagem mesmo, ainda que esta tenha confirmado aceitação dos termos do contrato, uma vez que, à luz do Código Civil e da Constituição Federal Brasileira, estes não são válidos.

**Palavras-Chave:** Direito Civil, Direito da Personalidade, Direito de Imagem, Constituição Federal, FaceApp.

**DIREITO DO TRABALHO DESPORTIVO: UMA ANÁLISE ACERCA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPORTE  
PROFISSIONAL.**

**Autor(es):**

*Larissa Ulyssandra Pinheiro da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tereza Carolina Araujo de Moraes Fontoura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luciana Fernandes Leiros de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Michele Oliveira da Silva: Discente do curso de Educação Física - Licenciatura do UNI-RN*  
*Mariana Cabral Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A desigualdade entre gêneros dentro do mercado de trabalho é um fato social enrustido culturalmente e presente no mundo há muito tempo. Em um passado não tão distante, a mulher vivia num cenário patriarcal, não podendo aderir o esporte como fonte de trabalho, uma vez que, era dominado pela presença do homem, como afirma o decreto lei 3199/41, que proibia a prática de esporte por mulheres, sendo contra sua natureza, que traz reflexos até os dias atuais, mesmo já sendo grande a presença feminina no esporte profissional. Neste diapasão, tem-se a questão da diferença salarial entre gêneros, sendo gritante tal desigualdade, onde mulheres recebem bem menos em relação aos homens, dentro de um mesmo esporte. Onde mais se vê tal desigualdade é no futebol. Além disso, ainda na seara do futebol, apenas 8 dos 52 times tem 100% das jogadoras registrada com carteira profissional, no regime da CLT, sendo cerca de 15%, o que acaba por gerar a precarização. Como exemplo recente de desigualdade, temos o caso da corredora Allyson Felix, que ao engravidar perdeu seus patrocínios, sendo desamparada para que continuasse a ser uma atleta profissional, em contrapartida temos o exemplo brasileiro do goleiro Bruno Fernandes que após ser condenado por assassinato triplamente qualificado, ao sair no regime semiaberto assinou contrato para continuar jogando como jogador profissional, mesmo estando há anos sem treinamento. Assim, entre outros casos, podemos seguir com a análise da desigualdade de gêneros real e existente no esporte profissional.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada será o método indutivo, uma vez que partirá dos pontos específicos para analisar o ponto geral. E para melhor entender o fenômeno utilizaremos o método de procedimento histórico como auxiliar, pois essa análise ajuda a entender como surgiu o problema, ademais, utilizaremos o método comparativo estudando semelhanças e diferenças entre grupos sociais.

**(Resultados)** O resultado esperado é que fiquem demonstrados de forma clara e objetiva os aspectos de dificuldade enfrentados pela mulher na carreira esportiva e como esses mesmos aspectos são enfrentados pelos homens, também é esperado que fique demonstrado como a mulher luta pela igualdade salarial e de condições melhores de trabalho, além de que o esporte mundial sofre retardos em seu desenvolvimento pelo desestímulo sofrido pela atleta que não é reconhecida da mesma forma que homem, que já é visto como um promissor atleta profissional.

**(Conclusão)** Fica concluído que a mulher ao longo da historia mundial vem sendo tratada com inferioridade dentro das relações de trabalho e isso gera reflexos em todas as áreas do cotidiano, no esporte profissional isso vem sendo cada vez maior, mesmo com as lutas sociais que as mulheres enfrentam atualmente, para que esse quadro social mude é necessário que a sociedade reconheça a mulher atleta, tendo em vista que é uma profissão como qualquer outra, visto também que para o homem ser um atleta profissional já é comum e no Brasil é um dos maiores sonhos dos jovens.

**Palavras-Chave:** Palavras - chaves: Desigualdade. Esporte. Profissionalização. Gênero.

**DIREITO E LITERATURA: A INFLUÊNCIA DE MACHADO DE ASSIS NO PROCESSO PENAL E A IMPARCIALIDADE DO JULGADOR**

**Autor(es):**

*Isabel Peixoto Fernandes Pimenta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente produção acadêmica, intitulada de DIREITO E LITERATURA: A INFLUÊNCIA DE MACHADO DE ASSIS NO PROCESSO PENAL E A IMPARCIALIDADE DO JULGADOR, propõe analisar a ampla importância da Literatura para a Ciência do Direito, bem como para os seus operadores. Tangente à relevância literária, é importante sinalizar a sensibilidade frente aos problemas sociais perpassada aos juristas por meio da influência histórica de produções bibliográficas. Acrescenta-se a isso, a observância da filosofia Machadiana, a qual, no contexto do realismo literário, mostrava a realidade e diagnosticava as patologias da sociedade. Tomando como base as obras “Dom Casmurro” e “O Alienista”, do autor Machado de Assis, observa-se o padrão de quadro mental paranoico dos personagens, ao partirem de premissas contaminadas, nesse caso pela paranoia, desenvolverem teorias para justificar seus pensamentos. O Processo Penal utilizou-se da literatura para designar a conduta errônea do magistrado ao desenvolver situações mentais paranoicas para com o seu papel no processo e, diante disso, abordar anacronicamente o sistema penal acusatório – mecanismo legal utilizado na Idade Média, no qual o juiz detinha o poder de acusar, julgar e defender o investigado, em consonância com Leonardo Augusto Marinho. Esta atitude praticada, indubitavelmente, compromete de modo significativo a prudência e equanimidade do Devido Processo Legal vigente em concordância com o Direito Penal e Processual Penal brasileiro.

**(Metodologia)** O presente estudo tem caráter teórico, configurando-se em uma pesquisa documental, de cunho exploratório. Em decorrência dos objetivos propostos, fez-se uso do método dialógico, ao analisar solidamente a importância da História para a gênese da “Síndrome de Dom Casmurro no Direito Processual Penal, com enfoque na abordagem literária, assim como, ênfase, também, no viés jurídico da problemática. Acrescenta-se a isso, a abordagem transdisciplinar, na medida em que o estudo dedica-se ao diálogo entre o Direito Penal e Processo Penal e a Arte Literária.

**(Resultados)** De acordo com o visto, foi constatada, em primeiro lugar, a relevância de se observar o quão válido é o uso da literatura para o Direito e em segundo lugar, como os operadores do Direito devem agir em conformidade com a Lei e com os princípios que lhes deram tal capacidade de operadores.

**(Conclusão)** Constata-se, a significativa contribuição da literatura para a compreensão da sociedade e suas relações com o Estado e com o próprio direito de modo a ampliar os horizontes de sentido aos operadores da lei, bem como trazer à tona o olhar empático e sensível do jurista mediante aos problemas inseridos no campo social. Prosseguindo, a pesquisa contribuiu para desvelar o misticismo em torno da figura do magistrado ao elucidar possíveis erros e desvios de condutas por parte destes. Abordou, de forma inovadora e prática, a definição e identificação da “Síndrome de Dom Casmurro” e, portanto, diante desse fato, o tolhimento do seguimento pleno e justo do devido Processo Legal.

**Palavras-Chave:** Direito. Literatura. Machado de Assis. Processo Penal. Juiz

**DIREITO PENAL E ESTUPRO DE VUNERÁVEL: QUAL A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA NO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL E RELEVÂNCIA DE SUA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA?**

**Autor(es):**

*Taynara da Silva Tavares : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A prática de crimes sexuais contra crianças é um importante problema social, pois, como apontam, dados contidos no relatório da situação Mundial da Infância divulgado pelo UNICEF (Unicef, 2005, p. 02), estima-se que 275 milhões de crianças no mundo são vítimas de violência sexual. Esses dados divulgados na época também continham documentos de estudos por ONGS, que apontavam as seguintes estatísticas: 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de idade já sofreram relações sexuais forçadas ou alguma outra forma de violência sexual. No quadro atual de 2019, no mês do combate a essa violência sexual que é o mês de maio, dados do Disque 100, serviços de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, mostram que no ano passado, foram registradas um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade. A maior parte delas é de abuso sexual (13.418 casos). Só nos primeiros meses deste ano, o governo federal registrou 4,7 mil novas denúncias, os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso são praticados por parentes das vítimas e em mais 70% dos registros, a violência foi cometida na casa do abusador ou da vítima.

**(Metodologia)** A pesquisa tem caráter teórico, configurando-se em uma pesquisa documental, com método de abordagem dialógico, nesse sentido foi realizado uma pesquisa online, para atingir o máximo de respostas possíveis, entre juízes e promotores sobre os métodos utilizados no processo, onde, foram respondidos a porcentagem ou frequência destes casos contra a dignidade sexual que deles são estupros (217-A CP), a idade média na maioria dos estupros, na maioria dos casos, quem são os autores do delito e onde acontecem os crimes, se costuma haver confissão e prova testemunhal, se há muita utilização de perícias e se confia na palavra da vítima quando é menor de 10 anos.

**(Resultados)** Dentre os resultados obtidos com a pesquisa, tivemos mais de 50% referentes a frequência desses crimes contra a dignidade sexual e que deles são estupros de vulneráveis e a idade média desse casos está entre 5 á 10 anos com 75% e com 25% de 10 á 14 anos, onde, na maioria dos casos os autores do delito são pessoas próximas á família e a vítima. Por unanimidade, não se tem confissão nesses casos e costuma sim haver a prova testemunhal e pericial. E com 100% confia-se na palavra da vítima quando menor de 10 anos. Pondera-se, que ainda se encontra em andamento os formulários de pesquisa presenciais.

**(Conclusão)** Portanto, a presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, busca destacar a importância da palavra dessas vítimas de estupro de vulnerável, relevância de sua avaliação psicológica, para entender melhor como é tratado dentro do processo e como são provados os fatos que deixam de ser pesadelos de crianças e passam a ser uma realidade com um indicie crescente e preocupante.

**Palavras-Chave:** Direito Penal. Estupro de Vulnerável. Importância da Palavra da Vítima. Avaliação Psicológica.



## DIREITOS DA PERSONALIDADE VIDA PÚBLICA X LIBERDADE DE EXPRESSÃO

### **Autor(es):**

*Isabella Ferreira Barbalho Borja: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** 1. INTRODUÇÃO Esse estudo tem o foco de analisar o direito à privacidade da vida particular das pessoas públicas, as quais são mitigadas em decorrência do interesse público e de mecanismos sociais como a mídia. Direitos da personalidade são todos os direitos necessários para realização da personalidade e para sua inserção nas relações jurídicas. É um direito da personalidade proteger a vida privada do indivíduo, assim, a Constituição Federal assegura: são invioláveis a intimidade, a privacidade, a honra e a imagem. Sendo a consagração desse direito tomada no sentido amplo e tendo ele efeito erga omnes, ele também deve ser aplicado de maneira efetiva à pessoas públicas. Porém, se, por um lado, tem-se direito à privacidade, previsto na Constituição Federal e tipificado, no âmbito civilista, como direito da personalidade; por outro, tem-se insculpida no texto constitucional a garantia à liberdade de informação sem nenhuma forma de censura prévia. É legítimo que os meios de comunicação divulguem fatos referentes a pessoas que despertem interesse público. Essa condição faz com que pessoas públicas tenham suas vidas frequentemente expostas. Sabe-se que, atualmente, a liberdade de imprensa é um tema bastante abordado, em especial quando se confronta com direitos da personalidade. Surge daí a necessidade de se estudarem esses limites, principalmente diante da enorme relevância da questão nos conflitos que tais direitos geram, contrapondo a ânsia informativa (e lucrativa) e os interesses individuais dos envolvidos.

**(Metodologia)** 3. METODOLOGIA A metodologia utilizada em questão foi a dialética. O método dialético é empregado em pesquisa qualitativa e considera que os fatos podem ser considerados fora de um contexto social. A partir disso, o método dialético permite que exista uma tese, uma antítese, para que assim, exista uma síntese.

**(Resultados)** 4. RESULTADOS A partir do estudo, é comprovado que é um direito fundamental à personalidade proteger a privacidade do cidadão e previsto na Constituição Federal e no Direito Civil. Portanto, as pessoas públicas se enquadrando nesses dois âmbitos devem ser protegidas fortemente mesmo que seja de escolha pessoal à exposição de suas vidas. Visto que a liberdade de expressão também é princípio do Direito que está prevista no Art. 5º CF.

**(Conclusão)** 5. CONCLUSÃO Conclui-se, assim, que esses direitos não são absolutos, como já constatado pela doutrina. As pessoas públicas têm, à vista das condições de notório reconhecimento, os direitos à intimidade restringidos. Dessa forma, sendo o interesse público legítimo e justificável, não haverá transgressão do direito a pouco citado, tendo em vista o exercício da liberdade de expressão e informação. Todavia, se houver a transgressão para instigar uma mídia sensacionalista, haverá de ser preservada o direito a vida íntima da personalidade pública.

**Palavras-Chave:** 6. PALAVRAS-CHAVE Pessoas públicas. Privacidade. Mídias. Constituição Federal. Direito Civil.

## DIREITOS E LIMITAÇÕES DA CIDADANIA DIGITAL

**Autor(es):**

*Rayane Soares Penha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na era digital moderna, a tecnologia emergente levantou várias questões legais e éticas importantes, acerca da liberdade pessoal oferecida aos cidadãos digitais que contribuem para a rede digital global e das violações dos direitos humanos cometidos por pessoas em posição de poder ou cidadãos comuns. A medida que a tecnologia continua a acelerar, torna-se imperativo a discussão com viés jurídico acerca da privacidade aos direitos de segurança, coleta de dados, regulamentação da empresa, entre outros. Ainda, é imperioso mencionar que o comportamento individual e coletivo das pessoas na internet é muito diferente da conduta social demonstrada fora dos espaços digitais, o que não significa a isenção de conduta adequada a ser seguida. Nesse contexto, emerge o conceito da Cidadania Digital, correspondente ao uso das inovações tecnológicas de modo adequado, estabelecendo diversos quesitos condizentes com o comportamento dos usuários e o uso da internet e de outras plataformas digitais.

**(Metodologia)** A pesquisa orientou-se pelo método hipotético-dutivo, lastreada em livros, artigos científicos e publicações em sites institucionais, bem como na legislação brasileira.

**(Resultados)** No ordenamento interno nacional, a Constituição Federal em seu artigo 5º, incisos X e XII, constitui como direito do cidadão brasileiro a proteção da vida privada, da intimidade e a inviolabilidade dos sigilos de correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas. Nesse sentido, os direitos e deveres presentes nas sociedades digitais não deixam de existir fora dela, visto que a esfera virtual pode transgredir e se tornar responsabilidade civil e/ou criminal. Diante disso, constatou a importância da conscientização da cidadania digital.

**(Conclusão)** É ultrapassada a concepção de que a internet e o mundo propiciado pelas ferramentas tecnológicas é inatingível pelas leis e normas que vigoram na sociedade. O direito sempre está se transformando e se adaptando às novas tecnologias, buscando coibir que os indivíduos façam uso do mundo digital para a prática de atos ilícitos através do ordenamento jurídico capaz de transgredir a esfera digital e atingir a esfera real. Assim, a cidadania digital envolve o esforço de diferentes agentes com o intuito de possibilitá-la e legitimá-las através de comportamentos e ações que buscam educar as pessoas quanto aos comportamentos e normas adequadas para o mundo digital. A cooperação mútua da sociedade civil, do Poder Público em todas suas esferas e dos usuários é de fundamental importância para evitar-se as lides em torno do tema. Não se pode extrair outro entendimento que não seja o da educação virtual e do da punição para os delitos cometidos em âmbito virtual, assim como na esfera da vida física. As penalidades tanto no âmbito cível como penal no ordenamento pátrio são de fundamental importância para a adequação social à cidadania digital.

**Palavras-Chave:** Cidadania Digital. Cidadão Global. Responsabilidade. Internet.

**DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO : UMA ANÁLISE NAS ÁREAS DA SAÚDE,  
EDUCAÇÃO E TRABALHO**

**Autor(es):**

*Brandew Ribeiro Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*ANTHONY CIRILO DA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa trata dos direitos humanos no âmbito do sistema prisional brasileiro, onde há grande déficit nos quesitos educação e saúde, sendo necessário uma abordagem e estudo de mudança urgente na administração para implantação de novos métodos de reeducação e tratamento da saúde dos detentos, fazendo valer os direitos humanos garantidos. Usando como objeto de estudo os presídios de diversas regiões brasileiras em comparação com sistema penitenciário de todo o país que faz garantir os direitos humanos de todos os cidadãos sem importar em qual situação ele se encontra, para mostrar como é possível a implantação e um novo sistema, mostrando que é possível a aplicação de medidas punitivas como o trabalho dentro e fora dos presídios com direitos previsto nas Leis do Trabalho sem caracterizar vínculo empregatício e sem deixar de lado os direitos humanos. Trabalhar a mudança de longo prazo, tratando o encarcerado como alguém suscetível a mudança real a ponto de voltar para a sociedade de forma que não precise voltar a fase carcerária. A educação de qualidade é uma garantia de que o ex condenado tenha uma opção de sobreviver no mundo sem reingressar a criminalidade, além de que nesse período de encarceramento sua saúde seja zelada.

**(Metodologia)** Toda metodologia exposta foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas, pautadas em pesquisadores especializados e em sites de estudo na área e artigos científicos brasileiros, consultando sempre a Constituição Federal de 1988, guiadas pelo método cartográfico que se divide em: escala – projeção – simbolização, estabelecendo como base a evolução do direito sócio afetivo do indivíduo, onde através destas ferramentas de análises alternativas que se tem a compreensão referente à temática

**(Resultados)** Como dever do Estado e direito do preso, a educação e saúde deve ser priorizada com urgência nos presídios brasileiros. É preciso buscar possíveis e novos caminhos para o plano institucional aos encarcerados em situação de privação de liberdade em prol da implantação de políticas públicas e ações voltadas para um sistema de saúde e educacional de qualidade nas prisões. Uma pesquisa realizada pela Penitenciária Cel. Odenir Guimarães, a maior penitenciária do estado de Goiás, com 27 presos de uma população carcerária de 1.425 detentos, apenas 33% tinha o ensino médio completo, 63% entre o ensino fundamental e o ensino médio incompleto, 4% analfabetos e 0% de ensino superior. Na saúde, em dois presídios do Piauí e um da Bahia, foram constatados, baratas nas caixas d'água, esgotos dentro das celas e centenas de ratos nos corredores. Em uma das penitenciárias, um surto de sarna atingiu 150 detentos. É constatado por estudos que doenças infecciosas se dissipam rapidamente em ambientes fechados e com grande contingente de pessoas, como são nos presídios, por isso o cuidado e manutenção da saúde nesses locais, merecem uma atenção especial.

**(Conclusão)** Para uma mudança nesse quadro, é necessário, levar em conta o que realmente está garantido na constituição e colocar em prática, visando garantir os direitos humanos na vida dos presos, além de grande investimento em tudo na implantação de um novo sistema, apesar de muitos quererem uma grande melhoria e mudanças em diversos setores, não estão dispostos a pagar e se empenhar por isso. O custo de implantação e transformação desse sistema será de grande valor, e isso mexeria em todo orçamento brasileiro, aumentando impostos e tirando investimentos.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Presos. Saúde. educação.

**DIRETRIZES ANTECIPADAS DE VONTADE: TESTAMENTO VITAL**

**Autor(es):**

*João Gabriel Abreu da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Júlia de Sá Bezerra Tinóco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É lúcido avaliar que a sucessão de indivíduos, após a sua morte, acarreta diversas consequências no plano social e jurídico, possuindo elevada importância o método pela qual se dará a eventual partilha de bens, caso haja herdeiros e ainda, principalmente, devendo ser observado a figura do testamento. No entanto, não necessariamente o testamento precisa versar sobre bens, tratando, por exemplo, de regras aplicáveis a sua saúde enquanto vida tiver, disciplinando diretrizes antecipadas de vontade.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa explicativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se da análise de situações concretas na qual houve confronto entre o testamento vital e a aplicabilidade médica, no sentido de perpetuar medidas alternativas eficazes. Ademais, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem o direito civil e constitucional.

**(Resultados)** Constata-se que o atual cenário social é bastante precário, uma vez que impossibilitam, por diversas vezes, a aplicabilidade do Arts. 1.729, § único, e 1.857 ambos do Código Civil Brasileiro de 2002. Isto é, tais dispositivos legais preveem a possibilidade do testador estabelecer cláusulas que irão balizar o tratamento de saúde, ou não tratamento, que deseja no caso de se encontrar sem condições de manifestar sua vontade. Ou seja, aplica-se na hipótese de condição de saúde gravíssima, sem sanidade mental, aplicar o que estiver disposto no testamento. Deste modo, também podemos citar a crença sob a testemunha de jeová, hipótese pela qual o indivíduo não se submete a transfusão sanguínea que não seja o adotado, conforme sua religião, ainda, é totalmente possível caracterizá-lo como cláusula contida neste testamento vital.

**(Conclusão)** Conclui-se que o testamento vital é um instrumento jurídico pouquíssimo utilizado em nosso ordenamento, que por diversas vezes confronta com os princípios constitucionais, balizadores dos médicos. Além disso, pode se afirmar que essa prática causa insegurança jurídica, no sentido que a família e o próprio médico não garantem a real aplicação do dispositivo testamentário. Assim, deve-se instruir cada vez mais os núcleos hospitalares em atender a demanda pessoal do testador, no sentido de perpetuar no plano fático tal direito. Logo, seria mais comum a presença do testamento vital em nosso ordenamento pátrio.

**Palavras-Chave:** Testamento Vital. Sucessão. Código Civil.

**DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE: A INTEGRIDADE ECOLÓGICA EM UMA VISÃO ECOCÊNTRICA A PARTIR DE ROSA LUXEMBURGO**

**Autor(es):**

*Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O meio ambiente é um bem que está ingresso na vida humana desde os primórdios, todavia, apenas nos últimos anos veio a ser tutelado no nosso país. A Constituição Federal de 1988 elenca que a base para resguarda-lo é o princípio ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ou seja, uma visão antropocêntrica de que muito embora necessite de preservação, é subordinado a vida humana. Noutro norte, usando-se do direito comparado, a Constituição do Equador, desde o ano de 2008, reconhece a natureza como sujeito, sendo fruto de uma a visão ecocêntrica, na qual há a cooperação mútua entre as vidas, sejam elas humanas, sencientes, ou, apenas, vida.

**(Metodologia)** Isto posto, o presente trabalho usará o método indutivo, para analisar a problemática das visões antropocêntrica e ecocêntrica e sua aplicabilidade no que tange a tutela do meio ambiente e a consequente preservação da vida, considerando a humana, senciente e flora, bem como análise da legislação em voga, com sugestão de modificação, para que assim a problemática não atue apenas no âmbito moral. Todavia, há ressalvas, como as críticas a pertinência de existir lei para coagir a uma nova perspectiva cultural.

**(Resultados)** Portanto, como resultado fora observado que continuar a instigar o modelo antropocêntrico vislumbrado constitucionalmente não seria a melhor opção, uma vez que torna a fauna e flora submissa a vida humana, o que, em verdade, não deve ser apreciado; há a necessidade de coexistir para haver equilíbrio e não preservar superficialmente os recursos sem garantir a vida digna. Dito isso, dada a natureza multidisciplinar das fontes, o direito constitucional deve-se basear pelos fatos agressivos a integridade ecológica do meio ambiente e não atuar com fins de minimizar danos priorizando a capacidade de acumular capital, ainda em sua visão, ao confrontar os posicionamentos à época, trouxe que não é apenas o capitalismo global que iria arruinar a vida, mas o intuito humano de destruição sem se sentir parte.

**(Conclusão)** Contudo, a visão ainda atual da autora mencionada alhures, a qual propõe que a destruição e apenas absorver sem retornar irá arruinar a vida é pertinente, devendo-se criar legislação específica para a extensão territorial do Brasil, com fins protecionistas, muito embora, como crítica fique o ponto de que apenas a impressão de palavras não resguarda um bioma, sendo necessário a implementação de políticas públicas e, ainda, a inserção de apoio social as diversas classes para coexistir a transformação intelectual à representatividade em comunidade, passando a sentir outras vidas como sencientes, no caso dos animais e a flora como parte fundamental a um meio ambiente cooperativo e equilibrado, trazendo o preceito de integridade ecológica como pressuposto da vida.

**Palavras-Chave:** Direito Fundamental. Integridade Ecológica. Ecocentrismo. Acumulação do Capital.

## DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E SUAS PROBLEMÁTICAS

### **Autor(es):**

*Sabrina Santos Sabino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*sabrina louize felix de araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho de pesquisa averiguado trata-se da análise referente ao tema “Transplante de Órgãos” e às dificuldades encontradas para a sua realização. No Brasil, a disposição do corpo (vivo ou morto) para fins de transplantes encontra-se disciplinada pela Lei n. 9.434/97, que dispõe “sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências”. O transplante de órgãos é uma ação da qual o início se dá por meio da doação de um órgão, sendo o processo estabelecido como um conjunto de ações e procedimentos que consegue mudar um potencial doador em um doador efetivo. A fila de transplantes tem aumentado cada vez mais e, em contrapartida, a “fila” de possíveis doadores diminuindo. Além disso, é provável que outros fatores façam com que essa atividade, de doar órgãos, seja cada vez mais complicada. Foi analisado que, ademais, os problemas enfrentados são: falta de identificação e notificação quando aparece um possível doador; cuidados inadequados com o doador de órgão; necessidades de diversos exames; religião e familiares que negam a doação de órgão de seus entes após morte encefálica. Se pretendeu por meio desta pesquisa, apresentar as dificuldades enfrentadas diariamente pela atividade de se doar órgãos no país e, possivelmente, algumas soluções para estes problemas.

**(Metodologia)** O trabalho analisado teve como metodologia utilizada uma revisão bibliográfica de artigos publicados na plataforma de artigos da SciELO ao longo dos últimos anos, com o objetivo de colher informações sobre os problemas que ocorrem nos transplantes de órgãos permitindo, com as informações obtidas, descobrir e debater soluções para eles. Para a seleção de artigos estudados, foi analisado diversos artigos científicos e obras literárias pertinentes ao tema. O critério de escolha foi a abordagem dos subtemas nos quais se divide o estudo analisado: transplante de órgãos, doação, problemas em relação a fila de espera, desinformação e preconceito.

**(Resultados)** Para a captação dos resultados, foi realizado um levantamento do artigo selecionado, sendo este analisado com auxílio de diversos autores especialistas em saúde, fazendo com que a análise do assunto permitisse delimitar o quadro geral sobre o tema referido com riqueza de informações para cada subtema.

**(Conclusão)** A produção e o desenvolvimento desse projeto permitiram consumir quais são os problemas referentes a doação de órgãos e suas possíveis soluções. Os problemas identificados referem-se a falta de identificação e notificação de possíveis doadores, cuidados inadequados com os doadores, religião e familiares que negam a doação de órgão dos seus entes. Conclui-se que deve ser estabelecida medidas para o incentivo à discussão dentro das famílias para mostrar que a doação é um processo humanitário e que precisa ser feito, medidas educativas para os profissionais que lidam com os transplantes diariamente, afim de melhorar a qualidade do atendimento e identificação dos doadores e, por fim, incentivar a população ao processo de doação de órgão.

**Palavras-Chave:** Doação. Transplante. Problemas.

## DOAÇÃO DE ÓRGÃOS POST MORTEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Lorenna de Lima Angelo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
maria tereza pinheiro de sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema sobre a Doação de Órgãos post mortem é um importante conteúdo de extrema relevância social e jurídica uma vez que em 1988 a Constituição Federal Brasileira decretou o direito à vida e para reforçar esse direito foi instituída a lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, instaurou que caso seja livre e autorizada a vontade pelo doador ou seu familiar responsável poderá haver a remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, seja para fins de transplante ou tratamento. Por isso, há direitos e proteção jurídica da vida humana que se estendem até depois da morte, pois, tal bem é protegido pela Constituição Federal nos art. 1º, III, e art 5º, III. Conforme o art. 14º do Código Civil vigente, trata-se da disposição post mortem gratuita que diz: “Art. 14º. É válida, com objeto científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.” Portanto, o respaldo legal para com a doação post mortem deve ser efetivo na prática e garantir aos doadores a extensão de princípios como a dignidade da pessoa humana e o respeito à sua identidade.

**(Metodologia)** Para que se possa obter os resultados acerca da problematização apresentada neste trabalho, será feito o estudo de documentos, também conhecido como análise documental que é um procedimento de grande utilidade para se descobrir acontecimentos sociais. Será realizado através da análise de documentos jurídicos, normas técnicas e regulamentos. O estudo terá um caráter qualitativo, ao passo de que se fundamenta apenas no cruzamento e comparações de leis.

**(Resultados)** Então, pudemos observar que existe no direito brasileiro a concentração da responsabilidade pelo destino dos órgãos do de cujus nas mãos da família, pois, mesmo que o falecido em vida tenha dito que quer ser doador de órgãos, a decisão ainda recai sobre a família. Nota-se que é necessário, uma adequação entre os dispositivos de lei partindo do texto art. 4º da Lei nº 9.434/97, pois a mesma possui uma interpretação restrita quanto ao poder de decisão da doação de órgãos, dando o poder a cônjuge ou a linha sucessória até segundo grau. A doação de órgãos post mortem deveria representar um ato voluntário que deve ocorrer por vontade ou não do próprio doador ainda em vida e qualquer que seja sua manifestação deve ser respeitada pela família.

**(Conclusão)** Partindo do objetivo de compreender pontos interessantes da funcionalidade da lei que se refere à doação post mortem, verificou-se que no Brasil com a constituição de 1988, estabeleceu requisitos que facilitassem a doação de órgãos para fins de transplante e pesquisa, assim, proibindo expressamente a comercialização. Observou-se que, com Art. 3º da lei 9.434/97, depois da morte encefálica constatada do indivíduo por dois médicos não participantes da equipe de remoção e outros profissionais da saúde, é questionado aos familiares se estão dispostos a doar os órgãos do falecido, podendo tal decisão ir contra a manifestação do falecido ainda em vida, tendo um empasse entre o indivíduo e a legalidade de decisão familiar. Para finalizar, é possível notar o comprometimento do poder público para com o incentivo à doação post mortem, porém, há ainda alguns empecilhos como a negativa familiar que advém de diversos fatores.

**Palavras-Chave:** Doação de órgãos. Post Mortem. Morte encefálica. Direito Civil.

## EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NOS CASOS DE PSICOPATIA E SOCIOPATIA

**Autor(es):**

*Iara Mattos de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A psicopatia é um distúrbio de personalidade que possui como característica a frieza, falta de empatia e sempre procuram transferir a culpa para o outro. Esses sentem prazer em causar sofrimento alheio, sendo difícil identificá-los, pois, na maioria dos casos, são pessoas doces, longe de qualquer suspeita, sendo esses também confundidos com a sociopatia, pois a mesma é classificada como um transtorno de personalidade que é caracterizado por um egocentrismo exacerbado, que leva a uma desconsideração em relação aos sentimentos e opiniões dos outros, com comportamentos antissociais, ao qual falta responsabilidade e consciência. Abordado a distinção dos psicopatas, sociopatas, verificando o perfil do criminoso. Assim como, a evolução histórica da ciência do Direito Penal. O crime e o impacto na segurança jurídica e social. O sistema prisional brasileiro e suas precariedades para com esses indivíduos e, bem como, a ressocialização dos mesmos.

**(Metodologia)** Será abordado um pouco da mente dos psicopatas e sociopatas; a ineficácia das leis processuais penais e a precariedade do sistema prisional brasileiro diante dos casos envolventes.

**(Resultados)** Será analisado a efetividade de leis punitivas e formas eficazes de ressocialização de acordo com o perfil traçado de cada distúrbio e colocando em prática a melhor que se adequar ao caso, sem excluir a imputabilidade do indivíduo.

**(Conclusão)** Abordado a distinção dos psicopatas, sociopatas, assim como, a evolução histórica da ciência do Direito Penal. O crime e o impacto na segurança jurídica e social. O sistema prisional brasileiro e suas precariedades para com esses indivíduos e, bem como, a ressocialização dos mesmos. Conclui-se que o psicopata é semi-imputável, mas necessita de um tratamento diferenciado como exemplo de uma prisão perpétua com tratamento especial, porém é inegável que as medidas de segurança e as penas não alcançam o resultado almejado. Conclui-se que o psicopata necessita de um tratamento diferenciado como exemplo de uma prisão perpétua com tratamento especial, sendo inclusas as medidas de segurança sabendo-se que as penas não alcançam 100% o resultado almejado.

**Palavras-Chave:** Sociopatas, Psicopatas, Ressocialização, sistema prisional



## ELETROCONVULSOTERAPIA: UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICOS DO TRATAMENTO

### **Autor(es):**

*Rafael sampaio Bezerra : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Felipe Câmara Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Pedro Henrique Oliveira Medeiros : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Richardson Emanuel de Brito Borba: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A eletroconvulsoterapia (ECT), também conhecida por eletrochoque, é um tratamento psiquiátrico no qual é provocada uma dessincronização traumática da atividade cerebral do paciente por meio de passagem de corrente elétrica, sob condição de anestesia geral. Este procedimento vem sendo utilizado, pois identificou-se que pacientes com transtornos psiquiátricos, após terem uma convulsão, melhoraram de seus sintomas. Dessa forma, o presente trabalho trata de analisar a utilização da eletroconvulsoterapia no tratamento de doenças psiquiátricas e os limites impostos pelo direito a integridade física do paciente, revelando os impactos causados nos ambientes medico e jurídico, uma vez que a aplicação da eletroconvulsoterapia, por se tratar de procedimento medico delicado para a integridade física do individuo, gera polêmicas e debates acerca da sua aplicação e da vontade expressa enfermo de submeter-se a determinadas etapas do tratamento. Portanto, nota-se a ocorrência de dúvidas quanto a abrangência da vontade do paciente e do respeito dos responsáveis aos seus direitos quanto ser humano devido o uso anterior dessa prática, visto que apesar de se ter um processo dito seguro, de acordo com os médicos, historicamente o tratamento trouxe diversas violações da condição humana.

**(Metodologia)** Após feito as verificações necessárias, utilizaremos do método hipotético-dedutivo para que haja uma análise lógica dos princípios constitucionais aplicado ao caso concreto averiguando a validade das hipóteses apresentadas nessa pesquisa, visando uma discussão crítica. Empregaremos, também, o método dialético a fim de abrir o debate para diferentes pontos de vista de agentes da saúde e do âmbito jurídico, através de uma discussão racional, desenvolvendo um fundamento concreto que comprove o nosso posicionamento em relação ao tratamento médico presente nesse trabalho.

**(Resultados)** A fim de obter um resultado prévio observa-se que a ETC, se feita da forma como é determinada nos tempos atuais, respeitando o devido procedimento e a vontade do paciente, esse tipo de tratamento não viola nenhum direito fundamental. O CFM (Conselho Federal de Medicina) posiciona-se a favor da eletroconvulsoterapia visto que seus resultados são significativos, tendo notoriedade nos casos psiquiátricos de mudança de humor e também em mulheres gestantes com depressão. Porém, os precedentes criados com a eletroconvulsoterapia alarmam o ordenamento jurídico em virtude das questões históricas e sociais que esse tipo de tratamento gerou.

**(Conclusão)** Em síntese observa-se que a eletroconvulsoterapia se utilizada da forma determinada pelo Conselho Federal de Medicina e assegurando as condições necessárias no ambiente hospitalar, na sua forma moderna, poderá realmente ser de grande ajuda para a psiquiatria. Porém, devido o histórico da forma que esse tratamento foi aplicado, é preciso que haja uma ampla discussão jurídica sobre a aplicação desse método

**Palavras-Chave:** Direitos da personalidade. Eletroconvulsoterapia. Direito da integridade física. Conselho Federal de Medicina. Psiquiatria.

**ENTRE MUROS E MAR: ESTUDO DE CASO DA EFICÁCIA JURÍDICA DOS INSTRUMENTOS URBANOS NA COMUNIDADE DO SÃO JOSÉ DO JACÓ- NATAL/RN NA GARANTIA DE UMA CIDADE JUSTA E SAUDÁVEL**

**Autor(es):**

*Juliana Gabriel Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

*Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A tensão dialética existente entre os interesses privados e coletivos é inerente a construção do espaço urbano. Ao caminho que essa tensão pode corroborar com a formação de uma cidade justa e saudável, ela coaduna, também, com o reforço dos paradigmas preconceituosos já postos, especialmente nas áreas de vulnerabilidade social e nas AEIS- área especial de interesse social. Esse panorama deve ser questionado por todas as angulações, em especial, pela perspectiva jurídica que, apesar de ser a responsável pela organização e proteção das áreas de vulnerabilidade, observa calada a eficácia de suas normas urbanísticas ser relativizada de acordo com os interesses hegemônicos já postos em nossa conjuntura. Nesse prisma, a comunidade do Jacó, Natal/RN, zoneada como AEIS, vêm enfrentando um contexto oposto ao que se propõe a nossa Carta Magna e ao Estatuto da Cidade: processo de desmonte e desapropriação que corre em ação judicial, sem a devida atenção com a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, como a regularização fundiária e sem a devida preocupação com o bem-estar dos sujeitos que lá habitam e sua afetividade construída ao longo de 40 anos de existência da comunidade.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o hipotético dedutivo, afim de compreender a aplicação dos instrumentos urbanos na cidade de Natal a partir do recorte metodológico da comunidade do Jacó. Desta forma, a técnica de pesquisa é a pesquisa bibliográfica e referências jurisprudenciais, além da investigação empírica, necessária para a averiguação dos fatos. Afim de analisar com o devido rigor científico, utilizam-se como ferramentas metodológicas, entrevista com os atores urbanos como os moradores da AEIS, um questionário socioeconômico com a população habitante da comunidade, a pesquisa documental das etapas processuais para aferir as decisões judiciais já elaboradas que coloquem em prática os instrumentos urbanos e encontrar casos semelhantes, e a pesquisa bibliográfica para a obtenção de um resultado que represente a realidade dos fatos.

**(Resultados)** Em compasso com essa orquestra, pode-se observar a ausência da aplicação dos instrumentos urbanísticos nas áreas especiais de interesse social. Ao passo que os desastres em áreas de vulnerabilidade surgem, emergencialmente a gestão municipal se posiciona afim de vedar, retirar e desapropriar um espaço que, por meio dos instrumentos, já deveria ser trabalhado. Em função disso, nota-se que a justiça, ao tempo que viabiliza a satisfação processual, também distancia a população de seus direitos, que pode ser concluído a partir das decisões dadas ao longo do processo judicial e da abordagem da prefeitura para com a população, que, ao contrário do fluxo nacional de garantia ao direito à moradia, decidiu pelo processo de exclusão das comunidades dos centros para às periferias da cidade sem a devida indenização.

**(Conclusão)** Assim, diante do exposto, pode-se concluir que, em 10 anos de plano diretor e 18 de Estatuto das Cidades, não há a devida aplicação dos instrumentos urbanos nem da regularização fundiária na comunidade do Jacó, que não vêm ocorrendo como previsto em decorrência de um problema conjuntural que engloba a gestão municipal e o setor judiciário e seus estigmas, que perpetuam as desigualdades e distanciam a população de um processo justo. Além disso, nota-se a importância de uma assessoria técnica especializada com uma metodologia freiriana de atuação para viabilizar o acesso da população em situação de vulnerabilidade do direito material.

**Palavras-Chave:** instrumentos urbanos, comunidade, regularização fundiária, função social da propriedade urbana.

**EUTANÁSIA E ORTOTANÁSIA, UMA DISCUSSÃO SOBRE O DIREITO À VIDA NO BRASIL: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA VIDA DIGNA**

**Autor(es):**

*Júlia Brenda Diniz Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Renata Lira Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A discussão envolvendo as maneiras em que um paciente em estado terminal pode escolher morrer existe há bastante tempo, não apenas no Brasil mas em todo o mundo, envolvendo o tema do direito do doente à vida, além a questão da vida digna. Surgiu assim três correntes discutidas na ciência. A primeira é a eutanásia, a qual visa abreviar a vida de um paciente que se encontra em estado incurável, tendo como intenção diminuir o sofrimento. A segunda é a distanásia, que representa o prolongamento do curso natural da morte, com dor e sofrimento, sendo realizado tratamentos inúteis, causando uma morte lenta. Já a terceira é a ortotanásia, essa respeitando o processo da morte, havendo intervenção médica apenas no alívio do sofrimento do paciente em estado terminal, não havendo nem a antecipação nem o adiamento do óbito, deixando o curso natural da morte ocorrer. O recorte dessa pesquisa irá tratar apenas da eutanásia e ortotanásia no Brasil.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho documental e exploratório, no qual será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca em sites específicos, a fim de realizar a seleção de conceitos que versem sobre o conteúdo. Sendo utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, uma vez que buscamos analisar, de forma dialogada.

**(Resultados)** (RESULTADOS) São muitos os direitos fundamentais presentes no ordenamento brasileiro, e esses possuem características gerais, a importante no momento é a da relatividade. Todos os direitos fundamentais são relativos, nenhum direito fundamental é absoluto. Uma das causas para os direitos fundamentais serem relativos é o fato de eles poderem entrar em conflito entre si. Na discussão sobre eutanásia e ortotanásia ocorre o conflito de dois direitos fundamentais, o direito a vida e o direito a dignidade da pessoa humana, ambos apresentados no artigo 5º da Constituição Federal. Primeiro discutiremos a eutanásia. A eutanásia é uma prática permitida em poucos países, porém no Brasil é proibida. A eutanásia não está exposta de forma direta e objetiva no Código Penal, porém é enquadrada como um homicídio simples. Para o julgamento da eutanásia é utilizado um caso para diminuição da pena, encontrado no artigo 121, § 1º do Código Penal, essa que reduz a pena em um sexto a um terço. Com relação a ortotanásia, está não encontra nenhum impedimento na norma positivada para ser realizada. Portanto, a ortotanásia é uma prática permitida no Brasil. O entendimento do Conselho Federal de Medicina no Código de Ética Médica, de 2010, segue esse mesmo pensamento, vedando a prática da eutanásia e prevendo a da ortotanásia, essa quando desejada.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) O direito brasileiro proíbe a eutanásia e libera a ortotanásia. Com relação aos direitos fundamentais conclui-se que para a discussão da eutanásia, o direito brasileira relativiza a dignidade da pessoa humana, não deixando a vontade do incurável, ou de sua família quando esse não puder se retratar, prevalecer, mesmo que à vida seja intrínseco a dor e ao sofrimento, o incurável não pode escolher pela morte por eutanásia. Já para a ortotanásia é relativizado o direito a vida, sendo concedido o direito de escolher pela vida ou por uma morte digna.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Eutanásia. Ortotanásia. Direito à vida. Vida digna.

## EUTANÁSIA E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS

### **Autor(es):**

*Gabriel Lopes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Davi Rabelo de Macêdo Tavares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anderson Moreira da Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yuri Aleksander Nascimento de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A eutanásia é a conduta de proporcionar ao paciente em estado terminal uma morte rápida e indolor, com finalidade de cessar o sofrimento causado por uma doença incurável. Etimologicamente, eutanásia significa a boa morte, uma morte sem dor. Além do conceito de eutanásia, há também dois outros conceitos fundamentais para compreendermos a problemática do exercício da eutanásia no Brasil: distanásia e ortotanásia. A primeira, caracteriza-se pelo prolongamento da vida do paciente em estado terminal, observada com a utilização de aparelhos e medicamento para estender a vida do indivíduo, mesmo que artificialmente. A ortotanásia, contudo, trata-se da morte por um processo natural, sem o prolongamento inútil do sofrimento do paciente. No Brasil, apesar de ainda não ser abordado de forma direta pelo Código Penal, o exercício da eutanásia é proibido, sendo equiparado ao crime de homicídio, pois tal prática viola bem jurídico tutelado pelo Direito Penal. Nesse caso, o objeto do Direito protegido em questão é a vida. Por se tratar de um bem jurídico irrenunciável, logo, não há hipótese para abdicar de viver, por isso a ilicitude do ato. Então, como objeto jurídico tutelado pelo Direito Penal, a eutanásia é considerada como ilícito penal. Além disso, nota-se que a morte ainda é considerada um tabu, tendo em vista questões socioculturais e religiosas presentes no debate público. Assim, surgem diversos questionamentos quanto à proibição da eutanásia no Brasil, pois há um enfrentamento de direitos e garantias fundamentais, entre a vida e a dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** A pesquisa utiliza-se do método dedutivo, onde vemos, analisamos e comparamos teses jurídicas e textos acadêmicos da área da saúde, pesquisando também casos derradeiros, para que seja possível compreender a complexidade dos dilemas éticos e morais. É fundamental relacionar a temática abordada com diversas áreas do conhecimento, como Ciências Biológicas e Ciências Humanas, nos mais diversificados setores da produção acadêmica. Na ciência do Direito, torna-se imprescindível relacionar a temática em questão com os direitos civis, os princípios constitucionais e o Código Penal, a fim de embasar o desenvolvimento do tema. A análise completa das teses se torna essencial para assim conseguirmos entender o que os pacientes enfrentam e compreender a consequência da proibição da medida no Brasil.

**(Resultados)** A pesquisa produzirá efeitos conclusivos no tocante aos resultados obtidos por meio da metodologia dotada pelo grupo de autores e constituir-se-á de críticas interpretações desses para instigar e consolidar a tese defendida pelo corpo autoral ao longo do texto. Então, como resultado da pesquisa científica, tornar-se-á claro a ilegalidade do exercício da técnica de eutanásia.

**(Conclusão)** Por fim, a pesquisa, permite-se inferir, atenderá à demanda acadêmica de investigar mais a fundo a eutanásia no Brasil e, assim, elaborar teses e interpretações sobre o tema abordado, lançando mão dos elementos formais da pesquisa científica. Portanto, será possível esclarecer o entendimento hodierno do ordenamento jurídico vigente sobre a temática em questão, demonstrando a proibição da prática da eutanásia.

**Palavras-Chave:** Eutanásia. Morte. Direito. Indivíduo. Ilegalidade.

**EXEGESE DO CAPUT DO ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91: RECONHECIMENTO DO DIREITO ADQUIRIDO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO MAIS VANTAJOSO**

**Autor(es):**

*RANUSKA LIVIAN ARAUJO DE QUEIROZ: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Inicialmente, é de fundamental importância elucidar aspectos sobre o direito adquirido, previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º, XXXVI, trata-se, pois, da proteção de direitos e interesses em face da retroatividade das leis, resguardando a segurança jurídica e o direito de estabilidade no ordenamento jurídico, de forma que, a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Em decorrência disso, o presente trabalho expõe os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF), Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e da Turma Nacional de Uniformização (TNU), no que concerne o reconhecimento do direito adquirido ao benefício previdenciário mais vantajoso sob à luz da interpretação do caput do artigo 103 da Lei nº 8.213/91.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que aborda a questão da incidência do prazo decadencial no âmbito dos benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, fazendo uma análise no reconhecimento do direito adquirido ao benefício mais vantajoso. Assim, a pesquisa utilizará o método dedutivo frente a problemática, já que convém analisar as informações que nos leva a conclusão específica. Será realizada por meio da pesquisa bibliográfica a fim de compreender o reconhecimento do direito adquirido frente à exegese do caput do artigo 103 da Lei 8.213/91, e a análise da produção doutrinária a respeito do tema, a fim de verificar a aplicação do princípio, origem e conceituação.

**(Resultados)** Nesse cenário, é possível identificar nos principais resultados o estudo pelo reconhecimento do direito adquirido diante do benefício previdenciário mais vantajoso, tendo em vista à exegese do caput do art. 103 da Lei nº 8.213/1991. Dessa forma, considera-se que o direito adquirido é uma situação de imutabilidade, tendo em vista que quando executados os pressupostos de sua aquisição, este não deve ser afetado pelo decurso do tempo, aferindo, assim, a garantia do titular contra qualquer modificação posterior legislativa, bem como, a consequência da inexistência do prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário.

**(Conclusão)** Diante do que evidencia a incidência do prazo decadencial, pode-se observar que a nossa Carta Magna erigiu à uma garantia constitucional o direito adquirido, conforme apresenta o dispositivo no artigo 5º, XXXVI. Conclui-se, portanto, que a decadência não está sujeita aos benefícios previdenciários que foram concedidos antes da vigência da nova redação do caput do artigo 103 da Lei 8.213/91, além do fato que não há como negar a existência do direito adquirido à revisão judicial da benesse. Nesse sentido, no que diz a respeito, ao instituto do prazo decadencial estabelecidos em lei, cumpre destacar que não há no que falar sobre a decadência do direito na concessão de benefício previdenciário, podendo ser executado a qualquer tempo com vistas ao reconhecimento do direito adquirido ao benefício previdenciário mais vantajoso.

**Palavras-Chave:** Constituição. Direito Adquirido. Benefício. Previdenciário Social. Prazo Decadencial.

**EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS EM SEDE DE PRISÃO PROVISÓRIA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL  
ACERCA DA INEFETIVIDADE DO SUFRÁGIO**

**Autor(es):**

*Maria Gabriela Gomes de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca compreender a inefetividade da garantia aos presos provisórios do direito ao sufrágio, direito político fundamental, o qual conceitua-se a partir do direito de votar e ser votado. O desrespeito ao que consta na Lei Maior significa um risco à sociedade democrática - pois tais presos, sem sentença transitada em julgado, estão privados de sua liberdade, mas não proibidos de exercer sua cidadania. O artigo 1º da Constituição Federal, em seu caput, traz além de outros fundamentos, a cidadania e dignidade da pessoa humana em um Estado Democrático de Direito. Tais preceitos são como núcleos vitais de princípios constitucionais, sendo assim, não podem ser feridos. Sendo o sufrágio e o voto exercício de cidadania, o indivíduo que não tem seus direitos políticos suspensos - não sendo o preso provisório inserido nas hipóteses de suspensão de voto do art. 15 da Constituição Federal - não deveria ter seus direitos cerceados, devendo ser participante ativo da vida do Estado, por meio do voto e através da possibilidade de sua candidatura, com a condição provisória de suspensão da condenação pleiteada.

**(Metodologia)** A partir da compreensão da problemática, a linha metodológica é por meio da utilização do método científico dedutivo, o qual pretende-se analisar o direito de votar e ser votado a partir da aplicação de princípios constitucionais ao contexto do presente caso.

**(Resultados)** Baseando-se nos dados encontrados por esta produção acadêmica, evidencia-se que de acordo com os dados de 2017 do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número de presos no Brasil totaliza-se em 654.372, desse número, 34%, equivalente a 221.054 presos provisórios. Nas eleições para presidenciais de 2014, consoante com a Defensoria Pública de São Paulo – com tal estado contendo cerca de 33,1% de toda população prisional do país – dos 90 mil cidadãos provisoriamente presos, mais de 70% dos presos cautelares queriam votar, mas, lamentavelmente, esse número não ultrapassou 5.000 pessoas. Logo, percebe-se como resultado o total descaso com os preceitos fundamentais, como também o descumprimento com aquilo que é garantido por meio da Carta Magna, em que só é suspenso o direito político daqueles com sentença criminal transitada em julgado, sendo o preso provisório detentor do direito de sufrágio.

**(Conclusão)** Diante dos dados e da base constitucional elencada, percebe-se a falha entre o que há na aplicação da Constituição Federal com o que é elencado nos dados sobre a ineficiência desse direito político garantido legalmente. Assim, é notória a incapacidade correlata à vinculação dos estados, União, aliada à falta de políticas públicas nos estabelecimentos prisionais, juntamente também com a Justiça Eleitoral, pois não basta só um desses órgãos agirem, deve ser uma ação conduzida de forma coexistente, necessitando de políticas públicas efetivas, a partir da integração dessas esferas. Deste modo, faz-se necessário avaliar que quando se vive em uma República, pressupõe-se a participação de todos aqueles cidadãos, caso os requisitos estejam plenos para exercer tal direito. Assim, os encarcerados são cidadãos, com direitos políticos garantidos, vislumbrando o sufrágio e voto como meios de mudança, sendo de extrema relevância social e jurídica.

**Palavras-Chave:** Direito ao sufrágio. Presos provisórios. Direito Constitucional. Direitos políticos.

## FASCISMO: POLÍTICO VERSUS ESOTÉRICO

### **Autor(es):**

*João Paulo Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora pareça uma corrente de pensamento sólida, estática e, de certa forma, pragmática, o fascismo italiano apresenta uma complexa discussão interna acerca de seus eixos políticos, filosóficos e históricos, tendo como foco principal as questões como prática política, metafísica e raça. A corrente mais conhecida do fascismo, pensada e elaborada por Giovanni Gentile e, com menor participação, por Benito Mussolini, parece ter sido unanimidade em toda a Itália fascista. Porém, com a introdução do também pensador italiano Julius Evola no debate interno e pouco conhecido do fascismo, novos termos, novas discussões e novas formas de ver questões já consolidadas foram levantadas e, com isso, uma certa ruptura surgiu no movimento.

**(Metodologia)** O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, com foco nas obras e textos originais dos autores trabalhados e em obras que analisam e comentam o pensamento e as divergências do fascismo italiano, aqui com foco nas divergências quanto o uso e entendimento do termo raça. Entre as obras dos autores trabalhados, constam obras de estrito teor político, filosófico, autobiográfico, panfletário e partidário.

**(Resultados)** Espera-se que este trabalho consiga demonstrar e analisar de forma clara e técnica a existência do debate entre distintos fascismos italianos, a importância dada à metafísica por cada um neste debate, os diferentes entendimentos quanto ao uso da raça em questões políticas e sociais, o foco ou não no pragmatismo político, a síntese desse debate, suas influências nos dias de hoje e aprofundar a discussão e os estudos acadêmicos acerca do tema e de seus pensadores, retirando, assim, ideias simplórias e danosas ao debate público contemporâneo.

**(Conclusão)** Por conta das diferenças quanto o entendimento de questões como raça, prática política e, principalmente, metafísica, é necessário identificar esses aspectos nas duas principais correntes do debate fascista italiano, representadas pelo pensamento de Gentile-Mussolini, mais pragmático, e pelo pensamento de Julius Evola, com caráter mais metafísico e esotérico. Além da identificação necessária dessas correntes, o estudo acadêmico mais aprofundado sobre a existência da divergência interna do movimento fascista faz-se necessário visto a influência hodierna de sua síntese em pensadores, filosofias e agentes políticos do mundo globalizado.

**Palavras-Chave:** Fascismo. Metafísica. Giovanni Gentile. Julius Evola. Itália Fascista.

**GUARDA COMPARTILHADA: A SUA (DES)NECESSIDADE ANTE O CONTEÚDO DO ABUSO DA AUTORIDADE PARENTAL.**

**Autor(es):**

*ANA CAROLINE JACOME DO MONTE: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Eduarda Pinheiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo entendimentos doutrinários (Stoize – 2019) e a Lei nº 13.058 de 2014, entende-se por guarda compartilhada a divisão das responsabilidades com os filhos por ambos os pais, sendo um sistema de colaboração mútua em decisões que influenciem tanto na rotina quanto na vida como um todo dos filhos. Entretanto, apesar do Estado objetivar a preservação da harmonia e união familiar, ocorre a situação em que a criança, ao estar com um dos genitores no período da guarda estabelecida pelo juiz, acaba sofrendo não só influências negativas advindas da alienação parental, mas também encontra-se em uma relação conflituosa com o seu genitor em questão, causando um cenário recorrente de agressões físicas e verbais, e como consequência graves danos psicológicos na criança, presente em uma relação abusiva.

**(Metodologia)** O método utilizado é o dedutivo, analisando casos gerais partindo para os específicos do tema, além de ser uma pesquisa documental realizando-se pesquisas em doutrinas, leis, artigos e sites referentes aos temas abordados. Utiliza-se também, a pesquisa bibliográfica teórica, trazendo pesquisas e documentos que mostram a reflexão da Guarda compartilhada num âmbito de alienação e abuso da autoridade parental.

**(Resultados)** A guarda compartilhada num viés principiológico, existe como base de mais alta importância no enfrentamento das lides postas a julgamento, sendo fundamental a sua análise para que se atinja a melhor performance possível na solução dos conflitos. Desta forma, o princípio do superior interesse da criança e adolescente garante a proteção das suas vontades quando por exemplo, um pai agride seu filho verbalmente ou fisicamente de forma rotineira num contexto de guarda compartilhada, sendo evidente que esta não se mostra saudável e nem atende os interesses do filho. Logo, a partir do momento em que um dos genitores não cumpre com suas obrigações e deveres no processo de criação do seu filho, cabe ao Estado regular os limiares desta relação entre pais e filhos, pois o assunto é de relevante interesse social, já que é no seio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com a sociedade e irá se desenvolver como pessoa e cidadão.

**(Conclusão)** Conclui-se que a questão da guarda compartilhada enfrenta desafios quanto ao estabelecimento de uma guarda justa e saudável que atenda ao interesse do menor, bem como uma relação familiar livre de toda e qualquer alienação parental ou abuso de Autoridade por parte de um dos genitores. Diante desta perspectiva, a presente pesquisa visa refletir não só sobre soluções que usam do respaldo constitucional e da legislação cível para construir um cenário que priorize a união e estabilidade psicológica tanto dos filhos, quanto dos pais, mas também analisar até que ponto a Guarda Compartilhada se mostra como aspecto positivo para o convívio dos filhos com seus pais ou se há sua completa desnecessidade num contexto onde a relação parental só esteja prejudicando o desenvolvimento físico e mental da criança ou adolescente.

**Palavras-Chave:** Guarda Compartilhada. Autoridade Parental. Alienação Parental. Melhor Interesse da Criança. Relações Familiares



## GUERRA DOS APLICATIVOS NO MERCADO DE LOCAÇÃO

### **Autor(es):**

*Sara Regina Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Renato Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho retrata o surgimento de uma nova plataforma virtual do compartilhamento de imóveis e suas consequências, que conduz os proprietários de imóveis a empreender, trazendo uma rentabilidade, conforto e acessibilidade para indivíduos que não possuem recursos necessários para uma devida hospedagem, citando o Airbnb e o QuintoAndar. Além disso, evidencia-se problemáticas que são causadas por estes, devido não haver nenhuma normatização específica ao tema decorrido, causando indagações aos usuários desses aplicativos acerca de qual lei deve ser tomado como base para que seja viável a efetivação da relação entre as partes interessadas. Diante disso, no decorrer da dissertação deve-se diferenciar termos que são chaves para que haja o entendimento eficaz deste tema, eles são: locação e hospedagem

**(Metodologia)** Antes da realização da análise, foi necessária uma pesquisa exploratória baseada no levantamento bibliográfico no que diz respeito a Contrato de Locação e Lei do Inquilinato, possibilitando que os dados a serem colhidos possam ser interpretados e entendidos, a fim de esclarecer sobre esta plataforma digital e suas modalidades. Além de ser uma pesquisa documental, onde foi utilizado revistas imobiliárias e catálogos. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se da análise de situações concretas do uso dessa ferramenta pela sociedade e consequentemente da ampliação da tecnologia no mundo atual. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar comparado, na medida em que nos valem da análise de dados estatísticos referentes à eficiência da plataforma digital em questão

**(Resultados)** Após a realização do presente estudo, foi possível constatar que há um crescimento nas locações por aplicativos de forma exacerbada, onde a sociedade utiliza a tecnologia para desempenhar as devidas atividades profissionais e questões relacionadas ao bem-estar social. Diante da pesquisa, pode-se chegar a uma conclusão referente aos termos: hospedagem e locação. Além disso, é notório que existe divergências em julgados quanto a esse tema e que para que se possa consolidar um entendimento jurisprudencial, é necessário um aperfeiçoamento e aprofundamento de magistrados. Com base no estudo, foi possível verificar que a nova forma de locação não é tão aceita pelos condôminos dos imóveis que está envolvido a locação, justificando que tal modelo de locação pode prejudicar o condomínio em si, devido a questão da segurança e até bem-estar. Ademais, os envolvidos afirmam que tal problemática é causada pela grande rotatividade de inquilinos. Por outro lado, outros defendem que tal forma de locação é totalmente viável e segura, pelo fato de que se inquilino praticar algum ato em desconformidade com as normas condominiais, ou até mesmo Lei geral, estes são encontrados de forma rápida e eficiente, por motivos de ter no cadastro do aplicativo de locação informações pessoais

**(Conclusão)** Conclui-se que o compartilhamento de imóveis por plataformas digitais, vem se desenvolvendo e aperfeiçoando, proporcionando benefícios a sociedade, englobando flexibilidade, comodidade e custo-benefício. Diante disto, é notório que para uma parte da sociedade usuária, se hospedar em hotéis que apresentam um alto custo é algo inviável e ultrapassado. Com base nos dados estatísticos, foi possível observar a real preocupação dos hoteleiros quanto ao decremento da demanda. Por fim, diante das análises feitas, averiguou-se que a temática necessita de uma regulação e consequentemente, normatização, para que se possa ser desempenhada com eficiência pelos usuários.

**Palavras-Chave:** Compartilhamento. Plataforma Digital. Tecnologia. Normatização. Inquilinato

## HABITAÇÃO POPULAR: VÍCIOS E DEFEITOS CONSTRUTIVOS E OS DIREITOS DOS MUTUÁRIOS

### **Autor(es):**

*Maria Raquel Falardo Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Roberta Celly Brito de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Leiliane Aparecida Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Sabrina Suella Torres de Lima Costa Nóbrega Sisenando: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Patrícia Ramos de Carvalho Simas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É fundamental ressaltar a importância do programa social, que atinge pessoas que jamais teriam uma casa através do mercado comum. O programa é importante para a população de baixa renda e para a economia brasileira, especialmente para o mercado imobiliário e o setor da construção civil, porém, existem situações de vícios e problemas construtivos que merecem atenção especial que não têm sido resolvidos através das orientações apontadas no contrato com o agente financeiro e no manual do usuário fornecido pela construtora. Assim, o mutuário vê seu patrimônio desvalorizar, e sua saúde e segurança em risco. Diante do exposto, procuraremos analisar os direitos garantidos aos mutuários e a quem ele deve se dirigir para buscar esses direitos. Segundo o manual "Saúde dos Edifícios" do CREA-SP (Conselho Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos), Vícios são "falhas que tornam o imóvel impróprio para o uso, ou lhe diminuem o valor" e Defeitos, segundo o mesmo manual, são falhas que podem "afetar a saúde e a segurança do consumidor". A proposta deste trabalho é pesquisar os direitos dos mutuários de programas de habitação popular que tenham problemas e vícios construtivos em seus imóveis, visando a garantia da manutenção do valor do bem, sua segurança e saúde.

**(Metodologia)** O método utilizado será o dialético e o trabalho será desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica na legislação pertinente, consulta a profissionais envolvidos na área de programas habitacionais para população de baixa renda e Conselho Regional de Engenharia – CREA-RN.

**(Resultados)** Pretende-se alcançar resultados que propiciem ao mutuário prejudicado por vícios e defeitos construtivos no seu imóvel, um procedimento para que ele possa buscar seus direitos de forma mais eficaz, sabendo as responsabilidades que cabem a cada ente envolvido no programa habitacional ao qual ele está vinculado, pois no momento da entrega do imóvel, a construtora documenta o fato de que os imóveis estão sendo entregues em perfeito estado, ou seja, sem rachaduras, sem sinais de infiltração, presença de mofo ou umidade, instalações elétricas e hidráulicas em perfeitas condições, tudo conforme o manual. O mutuário recebe e realmente está tudo certo, porém os problemas aparecem depois, quando as chuvas chegam, quando o terreno mostra a incapacidade de absorver as águas da chuva, e o mutuário começa a presenciar os defeitos e vícios de construção que não detectou na época da entrega do imóvel.

**(Conclusão)** É de fundamental importância a segurança e a saúde da família e a não desvalorização de um imóvel adquirido com sacrifícios, como o são os de programas de habitação popular. Portanto, devem ser empregados todos os esforços possíveis para que esses direitos sejam respeitados através do cumprimento da legislação, sempre que se fizer necessário.

**Palavras-Chave:** vícios. defeitos. direito

**HERANÇA DIGITAL - A ATUALIZAÇÃO DO DIREITO REAL.**

**Autor(es):**

*Fernanda Barros Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Cecília Varela Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Márcio Figueiredo de França Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*  
*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*  
*ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao final dos anos de 1950 e 1970, ocorreu o que conhecemos por Revolução Digital, ou em outras palavras a Terceira Revolução Industrial, com a passagem dos processos de tecnologia eletrônica mecânica e analógica para a tecnologia digital. Essa Revolução Digital continua se expandindo em nossos dias atuais, e a sociedade ao usufruir de todos esses meios de tecnologia digital também evoluiu. Em contrapartida, as leis do país não conseguem acompanhar a velocidade desses avanços. O direito de sucessório um instituto bastante antigo, também não tem conseguido acompanhar essa evolução. A garantia de sucessão e da transmissibilidade de bens digitais vem sendo tema de vários debates em todo país e por todo mundo. O grande desafio atual é o de garantir e aplicar o direito sucessório aos bens digitais, de forma que se insiram normas que regulem de forma mais específica a herança digital.

**(Metodologia)** O método de abordagem para o tema proposto escolhido é o Dialético, onde será examinado com rigor o tema, confrontando-o com a realidade e teorias na sociedade, e testando suas possíveis contradições no contexto da sociedade. No tocante aos métodos de procedimento, temos o Histórico, que será ponderado sob uma perspectiva histórica analisando sua evolução, e origem, bem como, o método Comparativo por meio do confronto das leis, declarações, constituições de todo mundo para entender a importância regulamentação do Direito Digital e sua positivação. Com a implementação de pesquisa as técnicas que serão utilizadas compreendem: Constituições, leis, Declarações universais, doutrinas, e direito comparado.

**(Resultados)** Ainda em fase de desenvolvimento.

**(Conclusão)** Isso posto, pretende-se aprofundar sobre o que fazer nos casos em que o falecido não tenha se manifestado sobre sua herança digital, tendo em vista que o Código Civil em vigor não menciona tal situação, assim como se os dados digitais da pessoa podem ou não, compor a sua herança. Sobre o tema, tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de Lei que pretendem disciplinar esse direito no âmbito da sucessão legítima. Para tanto, os analisaremos em conformidade com a tutela da vida privada e da intimidade da pessoa.

**Palavras-Chave:** Direito reais; Direito Digital, Herança; Sucessão.

**HERANÇA DIGITAL E SUA TRANSMISSIBILIDADE: UM OLHAR SOBRE O PRISMA DOS DIREITOS DA  
PERSONALIDADE**

**Autor(es):**

*Max Rocha de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luiz Felipe de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafael Souza Rosado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Matheus de Souza Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema do presente trabalho decorre de um processo evolutivo da sociedade, por meio do qual a ideia de bens não se restringe aos meramente físicos, abordando também os digitais. Dessa forma, faz-se imperioso o debate sobre essa recente espécie de propriedade, discutindo-se a sua transmissão como herança, explorando os direitos da personalidade e os dilemas jurídicos advindos dessa matéria. Novas discussões surgirão no âmbito social e trarão questionamentos sob a nova ótica de se enxergar a vida virtual, por isso é salutar promover a conscientização para uma nova era que está cada vez mais presente em nosso cotidiano.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, onde aplica-se o método hipotético-dedutivo de abordagem. Dessa forma, tomou-se por base a análise bibliográfica e legislativa; além de demais referências que possibilitam um subsídio teórico, garantindo a relação com esse específico contexto.

**(Resultados)** Constata-se que na contemporaneidade não há no ordenamento jurídico brasileiro legislação que discipline a destinação dos bens digitais. Verifica-se ainda que atualmente algumas redes sociais disponibilizam aos seus usuários ferramenta para selecionar aqueles que poderão ter acesso a sua conta "post mortem". Também se observa que transmissão de bens digitais de cunho personalíssimo pode ocasionar a violação de direitos da personalidade não só do de cujus, como também daqueles que com ele se relacionou nas redes sociais. Por fim, afere-se que a sucessão legítima se mostra adequada quando se tratar da transmissão bens digitais patrimoniais.

**(Conclusão)** Observa-se que é possível a transmissão de bens digitais post mortem. Para tanto faz-se necessária uma análise que leve em consideração o tipo de bem digital a ser transmitido. Explica-se. Os bens digitais patrimoniais, a exemplo de bitcoins, são transmissíveis de imediato via legítima; por outro lado, os bens digitais personalíssimos, via de regra, não são passíveis de transmissão, à exemplo de contas em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, face ao elevado risco de violação de direitos da personalidade não só do de cujus, como também daqueles que com ele se relacionou. A exceção fica por conta dos bens digitais que possuem natureza híbrida, à exemplo dos livros digitais armazenados na "nuvem"; para tanto, faz-se necessário que o titular de tais bens faça uso da ferramenta digital que lhe permite selecionar aqueles que poderão ter acesso a estes quando vier a falecer.

**Palavras-Chave:** Herança Digital. Sucessão. Direitos da Personalidade.

## IGUALDADE FORMAL E MATERIAL QUANTO AO GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

**Autor(es):**

*Fabiana Brilhante Portela Sbrussi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa apresentada insere-se em um importante campo do conhecimento para a área do Direito: diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres no âmbito trabalhista e a busca das mulheres pela igualdade. O trabalho feminino é muito maior do que a jornada fora de casa, ou seja, vai além do ofício remunerado. A maioria das mulheres possuem jornadas duplas quiçá triplas de trabalho, e enquanto apenas uma delas é remunerada, as outras são àquelas que exigem maior atenção e grandes responsabilidades, indo de encontro à jornada de seus parceiros, que são únicas e muitas vezes impõem as parceiras novas tarefas.

**(Metodologia)** A pesquisa teórica será utilizada a fim de subsidiar a análise dos dados colhidos, bem como auxiliar na compreensão das principais informações sobre o direito do trabalho, as leis trabalhistas, dados relativos a remuneração homens x mulheres e de que forma aconteceu a evolução da mulher no mercado de trabalho. O método indutivo procura ampliar os conhecimentos construídos através da coleta de dados advindos de questionários. Neste caso fará a observação de situações concretas, a fim de realizar uma análise casuística para chegar a generalizações conceituais. Para a coleta de dados foi utilizada entrevista estruturada com questões fechadas a fim de verificar as diferentes vivências dos gestores acadêmicos.

**(Resultados)** Diante desta pesquisa, foi observado que após inúmeras lutas traçadas contra as diferenças de gênero, aliadas ao movimento feminista que buscou modificar vários padrões culturais impostos, foram as mulheres quem começaram a gerar seus próprios meios de ascensão profissional, galgando nos cargos em que exerciam liderança e até exercendo funções que antes eram consideradas “trabalho de homem”.

**(Conclusão)** Com o grande desejo de se realizarem profissionalmente por meio dos seus próprios méritos, as mulheres, hoje, estão vendo crescer seu espaço no âmbito trabalhista, reflexo claro das lutas travadas e de toda a transformação cultural, sendo, portanto, as maiores geradoras de sua própria vitória.

**Palavras-Chave:** Igualdade. Mulheres. Mercado de trabalho.

**INFORMAÇÕES PESSOAIS, MÉMORIA COLETIVA E HISTÓRIA: O CONFLITO ENTRE DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS LIBERDADES COMUNICATIVAS**

**Autor(es):**

*Mariana Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Letícia Batista Alves Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Amanda Luiza Bezerra Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lívia Lorena Silva Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Heloísa Targino Bezerra Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na atualidade, é possível notar um crescente destaque de direitos, os quais antigamente não ganhavam espaço para discussão. Esse é o caso do direito ao esquecimento, o qual vem se tornando cada vez mais importante, principalmente frente às mídias sociais e à internet, que é, por excelência, ambiente que nunca esquece, perpetuando as informações de fatos ocorridos no passado e possibilitando seu acesso de modo universal. A problematização social do direito ao esquecimento é introduzida no momento em que se questiona até que ponto podem ser vinculadas informações pessoais, considerando que vivemos em uma sociedade digitalizada, e, assim, os dados podem ser acessados a qualquer tempo e por qualquer pessoa, tendo as vezes uma exposição forçada que pode ocasionar em graves consequências. Com isso, a utilização exacerbada das liberdades públicas - como o direito à informação e liberdade de expressão - geram a transgressão de outros direitos fundamentais da Constituição Federal, sendo eles os direitos à imagem, à honra, à intimidade e à vida privada, concebidos sob o manto da proteção jurídica que forma a estrutura o Estado Democrático de Direito.

**(Metodologia)** Será utilizado o método dedutivo, expondo as determinações referentes ao direito personalíssimo à vida privada nos documentos normativos, tal como o CC/02 e a CF/88. Além disso, iremos dispor dos métodos de procedimento e técnicas de pesquisa aplicados ao estudo comparativo do direito ao esquecimento frente à sociedade da informação e suas repercussões no Direito Civil. Nesse sentido, utilizaremos a exploração bibliográfica, a verificação da aplicação de leis que tratam do direito à privacidade e a demonstração de casos concretos.

**(Resultados)** Observa-se que é evidente a exploração da privacidade pelo exercício abusivo dos direitos fundamentais de informação e da liberdade de expressão. Além disso, perante a nova realidade digital, as informações se propagam de maneira massiva no ciberespaço da internet. Essa rápida propagação de informações, porém, pode em alguns momentos ser prejudicial, devido a eterna perenização destes dados. Por fim, urge a necessidade de implementação do direito ao esquecimento, tema este propício para resguardar o indivíduo que se depara com exposições de fatos que lhe dizem respeito, muitas vezes ferindo o direito à imagem, à honra e o princípio da dignidade da pessoa humana.

**(Conclusão)** Diante do exposto, pode-se afirmar que os atos praticados ou sofridos no passado não devem ser perpetuados a nenhum indivíduo, sendo necessária uma constante renovação natural no ciclo da vida de qualquer pessoa. Decorrente disto, porém, verifica-se que não existe direito fundamental absoluto e que a liberdade de expressão não se sobrepõe a outros direitos previstos constitucionalmente, admitindo possíveis restrições. Assim, somente com base no caso concreto será possível a identificação de pretensões abusivas mascaradas de liberdade de expressão e o seu uso ilegítimo e autorizado pelo Direito. A correção da decisão passa por essa apreciação, na qual o envolvido expõe suas razões, almejando proteger a norma e analisando os princípios voltados à liberdade e a igualdade. Por consequência lógica, identificar o direito ao esquecimento em nosso ordenamento jurídico é enxergar o direito brasileiro em sua plenitude, privilegiando a força normativa da nossa Constituição.

**Palavras-Chave:** Direito ao esquecimento. Direitos fundamentais. Meios de comunicação. Informação.

## INTERNET DAS COISAS E SEUS REFLEXOS NA RESPONSABILIDADE CIVIL

### **Autor(es):**

*Ivonise Amorim Couto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Nádia Evelline Souza de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Michelly Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O panorama atual pauta-se numa sociedade mundial extremamente digital. A internet das coisas (IoT), outrora inimaginável é genericamente utilizada para designar objetos conectados à internet através de chips de processamento que se comunicam com outros dispositivos, pessoas e animais, sem intervenção humana. O intuito da transformação do cenário atual é proveniente principalmente da celeridade mundial moderna, bem como do estreitamento das relações interpessoais e a comodidade. Todavia, a acentuada permuta de informações resulta imenso armazenamento de dados pessoais por diversas pessoas, coisas e bichos, majoritariamente não autorizado. As consequências dessa troca desenfreada de informações são incalculáveis e atualmente sem respaldo legal. Os possíveis danos causados por esses seres inanimados precisam ser responsabilizados. Dessa forma, por ser a internet of things (IoT) um meio de proporcionar uma vida mais confortável e dinâmica para a coletividade, de acontecimento inevitável e porções gigantescas, questiona-se a responsabilização de uma lesão cometida por uma res. Assim, a presente pesquisa torna-se imprescindível para elucidar essa lacuna, objetivando a compreensão da uma condenação aplicada ao real causador do dano.

**(Metodologia)** Para a elaboração da presente pesquisa foram consultados artigos científicos, legislação vigente e doutrinadores, buscando conceituar, contextualizar, caracterizar, relacionar e concluir o tema abordado. O conteúdo foi produzido a partir de revisão da literatura existente, optando-se pela utilização de método dedutivo como forma de abordagem. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, tendo como procedimento técnico bibliográfico. A análise foi de cunho exploratório, procurando construir uma tese de responsabilização de um assunto palpitante mundialmente. O método de abordagem empregado foi o dialético.

**(Resultados)** A repercussão da IoT é uma realidade ignorada entre a maioria dos brasileiros. Juntamente com isso, há brechas legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias. Entretanto, precisa urgentemente ser pensado e executado, pois trata-se de futuro certo e iminente. Em todo mundo essa temática vem sendo debatida pelo Governo, cidadãos e empresas privadas, pois possui crucial significância para as gerações presentes e futuras. A discussão acerca da proteção, controle de armazenamento, obtenção e transmissão de informações, assim como a responsabilidade civil oriunda de dano gerado pelas coisas precisa ser acessível a todas classes sociais. O conhecimento sobre o assunto auxiliará no combate a essas lesões. Dessarte, as sociedades atual e próxima poderão ter maior segurança de seus dados e sua privacidade.

**(Conclusão)** Abordou-se o tema “internet das coisas”, a autonomia existente entre os dispositivos móveis de obtenção, armazenamento e propagação de dados pessoais e, possivelmente, sigilosos. Contudo, há lacunas jurídicas baseadas na responsabilização dos eventuais danos causados pela obtenção e propagação de informações por máquinas que se conectam com outros dispositivos. A IoT é assunto contemporâneo e, precisam ser esmiuçadas, ao máximo, suas consequências. A partir do conceito de internet of things, consumidor, consumidor por equiparação, fornecedor e da responsabilidade civil presente no CC e CDC, nota-se a possibilidade de aplicação do CDC como forma de responsabilização do fornecedor, pois o artigo 6º, I, afirma ser direito básico do consumidor a proteção contra os riscos provocados pelo fornecimento de produtos. Corroborando com a tese, o artigo 12, caput e §1º afirmam independer da existência de culpa a reparação pelos danos causados aos consumidores quando o produto for defeituoso e, considera-o com defeito quando não oferece a segurança esperada. Assim, conclui-se que a lesão oriunda da interação entre dispositivos, humanos e animais deve ser reivindicada frente ao fornecedor. A fim de sanar possíveis posicionamentos antagônicos no Judiciário, sugere-se que o legislador acrescente o instituto no ordenamento jurídico brasileiro. E, para segurança do consumidor, deve-se promover uma conscientização cristalina acerca dessa questão, pois assim possibilitará uma menor insegurança no acesso a dados provenientes de indivíduos mal-intencionados.

**Palavras-Chave:** Internet das coisas. IoT. Danos. Responsabilidade.

## JOVENS INFRATORES: COMO PODEMOS CRIAR UM NOVO MODELO DE RESPONSABILIZAÇÃO JUVENIL?

### **Autor(es):**

*Jennifer Karolaine Martins da Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Paula de Lima Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os jovens infratores estão cada vez mais na criminalidade e, isso acontece devido as drogas ou a vontade de querer ganhar dinheiro mais fácil. Quando esses jovens praticam atos infracionais eles sofrem uma responsabilização legal que é medida socioeducativa. Essa medida consiste na resposta do Estado a uma infração penal cometida por um inimputável (menor de 18 anos), que por fatores internos e externos, cometeu atos infracionais, tais fatores vão desde a convivência familiar, paternalista, até a convivência social, nela percebe-se o cunho aflitivo imposto ao destinatário e ao mesmo tempo a incidência de técnicas pedagógicas com objetivo de recuperar o infrator juvenil e o colocar de volta no seio da família e da sociedade, na qual essa medida evidencia uma inadequação de determinada conduta como forma de prevenção da prática de novas infrações por parte do autor. As medidas advêm de ordem legal e seu conceito é elaborado pela doutrina. Muitos falam da redução da maioria penal, mas será que essa é a melhor forma? Tendo em vista essa problemática, pode-se observar que também existe uma reflexão crítica sobre o Direito Penal Juvenil, porque se está perdendo a eficácia das leis.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho explicativa, qualitativa e bibliográfica já que foi realizado através de análises do fenômeno estudado bem como se utilizou da compreensão da realidade sobre o tema abordado e foi feita por base de sites, livros, doutrinas, jurisprudências e as leis. Será utilizado como método de abordagem o hipotético-dedutivo, já que se formulou um problema para gere formulações de hipóteses de solução deste problema e, daí infere-se uma dedução. Como método de procedimento, utilizou-se o comparativo em que se procurou destacar as semelhanças e as diferenças das comparações das leis atuais com o do passado.

**(Resultados)** Na realidade, busca-se ver que a sociedade ver esses jovens como verdadeiros 'vilões' por está envolvido nesses crimes e, não dão a real importância a esses jovens. O que pode ser feito para solucionar esses casos são medidas socioeducativas, disciplinares, assistência psiquiátricas, entre outros. Esses jovens precisam ter uma educação e disciplina ao invés de uma punição que muitas vezes é parecida como um adulto porque a sociedade e, muitas vezes também o judiciário, acreditam que eles têm discernimento, que os adolescentes sabem que não vão ser presos. Porém, acredita-se que isso não é a melhor forma porque esses jovens ainda podem ser salvos, através da educação, da disciplina, entre outros.

**(Conclusão)** O que se observa é que os jovens infratores são vistos como 'vilões' da sociedade e, vê-se que a redução da maioria penal não é a melhor maneira para se combater esse aumento da criminalidade praticada por jovens menores de idade e, que a melhor forma são as medidas socioeducativas. Espera-se que a sociedade passe a ver esse jovens com outros olhos e, que possam ver que existem outras maneiras para fazer com que esses jovens infratores venham a sair do mundo da criminalidade.

**Palavras-Chave:** Jovens infratores. Estatuto da Criança e do Adolescente. Casas legislativas.



**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: A LINHA TÊNUE ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL, A RESERVA DO POSSÍVEL E O PAPEL DA SAÚDE SUPLEMENTAR**

**Autor(es):**

*Ana Flávia Cacho Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente tema permeia três institutos para justificar a judicialização da saúde. O primeiro deles é o mínimo existencial, o qual representa o alicerce da vida humana, é um padrão mínimo de efetivação dos direitos fundamentais sociais pelo Estado em prol de cada indivíduo. Já a reserva do possível, é um elemento capaz de limitar o acesso do titular de um direito fundamental específico, face à limitação orçamentária do Estado. Já a saúde suplementar é o setor responsável por abrigar os serviços privados de saúde, prestados na esfera privada por meio de planos. Nesse sentido, a judicialização da saúde tem crescido vertiginosamente nos últimos anos, 130% só entre 2008 e 2017 segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Estes conflitos se dão muitas vezes pelo desacordo entre o mínimo existencial, em relação ao direito à saúde, e a reserva do possível por parte do Estado. Porém, não apenas no âmbito público surgem embates a fim de garantir o direito fundamental em comento, mas também no âmbito privado. Estes, por sua vez, se remetem às limitações legais e contratuais existentes entre o beneficiário e o plano de saúde.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e explicativo, a qual será elucidada por meio de pesquisas bibliográficas e a análise de julgados relacionados à temática proposta. A metodologia utilizada será o método hipotético-dedutivo, uma vez que a partir da hipótese formulada, será deduzido a realidade e a solução da problemática. E para melhor entender o fenômeno, será utilizado o método de procedimento estruturalista como auxiliar, visto que o escopo é identificar e entender toda a conjuntura que envolve o tema na prática.

**(Resultados)** Como temática que vem conquistando mais espaço em debates e discussões, ao longo dessa pesquisa se espera entender o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), por ser esse o meio oferecido pelo Estado para garantir o direito social à saúde tal como garantido pela Constituição Federal. Além disso, reconhecer os limites do mínimo existencial e da reserva do possível, entender o surgimento da saúde suplementar, bem como os seus limites, e, só assim, identificar a razão pela qual a judicialização da saúde tem aumentado e o que de fato tem contribuído para este fenômeno.

**(Conclusão)** Fica concluído que a judicialização da saúde vai além da questão jurídica na esfera dos direitos garantidos constitucionalmente, passando também pela questão econômica e social. Dessa forma, é necessário que haja a análise entre as possibilidades do ente público, a urgência e necessidade da pretensão pleiteada, bem como a análise dos limites legais e contratuais da saúde suplementar.

**Palavras-Chave:** Mínimo existencial. Reserva do possível. Direito fundamental. Judicialização da saúde. Saúde suplementar.

**JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO DE ALTO CUSTO NÃO INSERIDAS NA LISTA DO SUS**

**Autor(es):**

*Ana Clarisse Fonseca dos Santos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Existe atualmente no Brasil uma extensa demanda de casos que são levados ao crivo do judiciário pleiteando o fornecimento de medicamentos não listados pelos Regulamentos do Sistema Único de Saúde. Nesta seara, o fenômeno da judicialização da saúde tem crescido exponencialmente nos últimos anos, tendo em vista referir-se a um direito público subjetivo, logo passível de exigibilidade por parte do Estado. Deste modo, pretende-se a seguinte problemática: Mesmo diante do princípio da reserva do possível no tocante às obrigações do Estado perante os direitos sociais, deve-se compelir o Estado a fornecer todos os medicamentos de alto custo, incluídos aqueles não abarcados pela lista do SUS, que o cidadão comprovar ser indispensável para seu tratamento?

**(Metodologia)** Para a realização de pesquisa, o método de abordagem escolhido foi o indutivo, que consiste em uma análise da realidade tomando como pressuposto uma questão particular para chegar a uma conclusão generalizada. Os métodos de procedimento utilizados são o método comparativo e o estruturalista. Paralelo a isto, como técnica de pesquisa, utilizou-se a análise de bibliografia, tendo como base os dispositivos legais do Direito Constitucional e Direito Administrativo, bem como livros, artigos, periódicos e também na jurisprudência dos Tribunais pátrios acerca do tema.

**(Resultados)** Mediante as análises realizadas, verificou-se a consolidação dos precedentes judiciais, em que a judicialização da administração pública tem sido o meio para concretização desse direito, culminando no atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.657.156/2017, que resultou no entendimento de obrigatoriedade no fornecimento de medicamentos ainda que não previstos em atos normativos do SUS, estabelecendo critérios a serem seguidos pelos magistrados na tomada de decisões no caso do fornecimento de medicamentos fora dos atos normativos do Sistema Único de Saúde, sejam eles: a) a comprovação da incapacidade do demandante em arcar com os custos do medicamento; b) a necessidade de registro do medicamento na Agência Nacional de vigilância sanitária (Anvisa); c) a comprovação da imprescindibilidade do medicamento.

**(Conclusão)** Conclui-se que quando um indivíduo aciona o Poder Judiciário, consiste em uma opção de combate a ineficácia do poder público no cumprimento de seus deveres. No tocante ao direito a saúde, considerando que este é indissociável da própria dignidade humana, é dever do Estado prover as condições necessárias ao tratamento de saúde, o que engloba o fornecimento dos medicamentos afetos à tal finalidade, não podendo o estado eximir-se de sua função como garantidor dos direitos fundamentais e sociais em razão do princípio da reserva do possível. O recente julgado recurso especial nº 1.657.156/2017, materializa a consolidação desses direitos, em uma clara tentativa do STJ de estabelecer parâmetros para a questão da judicialização ao fixar contornos restritivos para a dispensação de medicamentos, como eventual prevalência do direito à saúde face às alegações de impossibilidade do Estado que deve garantir o mínimo existencial a cada cidadão, prevalecendo, assim, as garantias fundamentais constitucionalmente previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

**Palavras-Chave:** Judicialização da saúde. Direito à saúde. Sistema Único de Saúde.

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – DADOS SENSÍVEIS

**Autor(es):**

*Danielson D'Angelo Guedes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei Geral de Proteção de dados, Lei N 13.709 de agosto de 2018, que está em Vacatio Legis, com prazo para entrar em vigor dia 15 de agosto de 2020, tempo esse necessário para a sociedade assimilar as novas regras no tratamento de dados no Brasil, a LGPD traz proteção, definição, uso de dados pessoais pelas organizações públicas e particulares, em um momento que a Big Data permite uma rápida correlação de grandes quantidades de dados, e em tempos de vazamentos de dados, e o uso indevido deste, se faz assim necessário essa proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Uma das principais definições que a lei traz é a de Dados Sensíveis, que são dados pessoais identificado ou identificáveis relativa a uma pessoa natural que por sua própria natureza podem sujeitar esses dados a uma pratica discriminatória, a lei em seu rol classifica esses dados quando dizem respeito a, origem racial ou étnica, crença religiosa, opinião política, associação sindical, associação religiosa, filosofia ou organização política, a saúde e a vida sexual, genéticos e biométricos, a lei regula seu uso através da anonimização desses dados, do consentimento específico e distinto e sanções para o descumprimento de suas regras, como vimos dados sensíveis, não são apenas os listados na LGPD e sim qualquer dados que possa leva a uma pratica discriminatória, então é preciso está na vanguarda dessa nova lei, dessas novas proteção, e aprofundarmos mais na identificações de novos dados sensíveis, buscar quais dados pessoais não listado podem vir a se tornar sensíveis.

**(Metodologia)** Partindo do método dedutivo, esta pesquisa de caráter exploratória de fontes bibliográficas para um ensaio, sobre dados pessoais, LGPD, privacidade, garantias fundamentais, dados sensíveis.

**(Resultados)** Consegue-se observar, que é possível encontrar novos dados sensíveis, como por exemplo dados sensíveis bancários, em dados de geolocalização, percebe-se que dados pessoais podem se correlacionar com os dados sensíveis, exigindo atenção para evitar discriminação do titular do dado.

**(Conclusão)** A Lei Geral de Produção Dados, pode se deparar com uma variedade muito maior de dados sensíveis que ela expõe.

**Palavras-Chave:** Dados sensíveis, Lei Geral de Proteção de Dados, Discriminatório, Direitos

**LGBTFOBIA: UM ENSAIO GERAL SOBRE A REALIDADE E O QUE JÁ FOI FEITO SOB A LUZ DA LEGISLAÇÃO CIVIL**

**Autor(es):**

*José Henrique Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A LGBTfobia é um tema muito recorrente e sua relação com o mundo jurídico ficou cada vez mais próxima nos últimos anos. Diante disso, o presente ensaio, em um primeiro momento, irá elencar os objetivos gerais desta pesquisa. Depois, irá apresentar um pouco a realidade, extraída através de dados e estatísticas, da população LGBT no Brasil, mapeando os índices de violência que acompanham essa comunidade cotidianamente. Nesse contexto, elencamos também alguns exemplos de legislações que visam proteger os direitos dessa população, como o uso do nome social e a proteção contra atos de discriminação. Por fim, antes das considerações finais, apresentaremos uma breve discussão sobre a relação do tema com a Teoria Tridimensional do Direito, de Miguel Reale.

**(Metodologia)** Esse relatório utilizou como metodologia uma pesquisa bibliográfica, partindo de alguns trabalhos acadêmicos sobre o temas relacionados a população LGBT, violência e à vulnerabilidade de pessoas como transexuais, além do uso de fontes de veículos de comunicação da imprensa tradicional, consulta de dados do Ministério dos Direitos Humanos, da presidência da República, e de instituições privadas sem fins lucrativos.

**(Resultados)** Embora a ausência de mais políticas e dados oficiais ainda seja um obstáculo para o mapeamento da realidade dos LGBTs, no ano de 2017 o Ministério dos Direitos Humanos disponibilizou dados que apontam que a cada 19 horas um LGBTI+ foi morto, em virtude de sua condição, no Brasil. Além disso, de 325 assassinatos de transgêneros registrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% – ou 171 casos – ocorreram no Brasil, de acordo com o Relatório Mundial da Transgender Europe, levantamento que aponta que o Brasil é o lugar onde mais se mata pessoas trans, mais do que em países onde a homossexualidade é crime e punida com pena de morte. Algumas normas jurídicas na esfera Civil visam a proteção de direitos da comunidade LGBT. Como exemplo, há o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. No estado da Paraíba, há a lei estadual nº 7309 de 10/01/2003, que proíbe “qualquer forma de discriminação e preconceito ao cidadão com base em sua orientação sexual e identidade de gênero”.

**(Conclusão)** Diante do que foi exposto, podemos verificar que a comunidade LGBTI+ no Brasil ainda sofre bastante com atos de violência e de discriminação. A partir disso, podemos fazer uma relação com a teoria tridimensional do Direito, de Miguel Reale, na qual o Direito se compõe da conciliação harmônica dos aspectos fático (fato), axiológico (valor) e normativo (norma jurídica que atenda o anseio dos aspectos fático e axiológico), sendo este originado pela relação dos dois primeiros. O primeiro refere-se aos fatos sociais que descrevem a realidade e o segundo aos valores que permeiam a sociedade. Considerando que diante das atuais transformações sociais, onde a OMS já retirou a homossexualidade e transexualidade da lista de transtornos mentais, a população LGBTI+ vem conquistando mais espaço e tendo seus direitos humanos mais respeitados (o que representa o aspecto axiológico), não há razão para que a sociedade continue tolerando atos de violência e preconceito contra essa comunidade, sendo necessário a produção de normas, seja na esfera civil ou penal, além de mais políticas públicas, para a proteção dessa minoria (confirmação do aspecto normativo da Teoria Tridimensional).

**Palavras-Chave:** Lgbtfobia, discriminação, Civil

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM CONTRASTE COM O DIREITO DA IMAGEM NA MÍDIA SOCIAL

### **Autor(es):**

*Mariana Barbosa Oliveira Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Lopes Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Clara Rodrigues Barata: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Presente trabalho tratará de analisar o conceito de liberdade de expressão em contraposição aos direitos da imagem, como definidos no Código Civil de 2002 e as implicações da era digital nessa relação. De acordo com Walter Morais (1972), toda expressão formal e sensível da personalidade de um homem é imagem para o Direito, nesse sentido, a era digital é uma nomeação utilizada para se referir ao período atual e os avanços nos meios de comunicação que impulsionaram as relações interpessoais, democratizando cada vez mais os espaços de fala em nossa sociedade e também aumentando as possibilidades que as pessoas tem de exercer a sua liberdade de expressão, que é garantida pela constituição, sendo necessário fazer uma análise entre ela e os direitos da personalidade, para que não ocorram excessos e como o direito deve agir caso eles aconteçam.

**(Metodologia)** Esta pesquisa se utilizará do método dialético afim de analisar a relação e a dicotomia entre a liberdade de expressão e o direito da imagem na era digital, por meio de análises bibliográficas e uma análise com o que está descrito no texto constitucional e no Código Civil Brasileiro, juntamente com uma inspeção sociológica de como a sociedade se apresenta na atual era tecnológica. Consequentemente, chegando, assim, a conclusões referentes ao comportamento social como um todo acerca do tema estudado.

**(Resultados)** Apesar da pesquisa não estar finalizada, até o momento podemos ver que nos dias atuais a era digital está ligada aos direitos da imagem, pois com o avanço das redes sociais houve um aumento no exercício de liberdade de expressão, a qual já está prevista em nossa Constituição. Porém há um limite, pois, a Liberdade de expressão não pode ir contra os direitos da personalidade.

**(Conclusão)** Conclui-se que a relação e a colisão entre os princípios constitucionais e os direitos da personalidade não se resolvem através do emprego dos critérios tradicionais de solução de conflitos de normas. Assim, o intérprete precisará realizar uma ponderação de normas, valores e/ou interesses, devendo fazer concessões recíprocas entre as pretensões que estão sendo abordadas nessas normas, preservando o máximo possível do conteúdo de cada uma. Em situações extremas, será necessário escolher qual direito irá prevalecer e qual será circunstancialmente sacrificado, sempre fundamentando essa ponderação nos princípios presentes no Código Civil brasileiro e na Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** Era digital. Liberdade de expressão. Direito da imagem. Mídia social.

## LINCHAMENTO VIRTUAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

### **Autor(es):**

*Fernando Antônio Melo Rocha Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Rebecca Gomes Pelagio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Matheus Salha Maia Cantídio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ismeria Emanuely Silva Ferreira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho irá tratar as consequências causadas em decorrência da prática do linchamento virtual em nosso país. Nessa perspectiva, será abordado a fragilidade da vítima, mediante a chamada “liberdade de expressão” no contexto da internet. Linchamento virtual é o ato de proferir críticas injúrias de maneira massificada, direcionando o alvo a alguém específico. Muitas vezes, o pode ser motivado por um mero desentendimento, como também por um sentimento de promover “justiça social”. Nele, o agressor sente-se protegido pelo anonimato das redes sociais. Se trata, por tanto, de um problema contemporâneo, gerado pela falta de fiscalização e o excesso de liberdade comunicativa que o advento da internet trouxe.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de casos concretos, baseada nas denúncias contra os crimes de internet. Além disso, também se utiliza o método dialético, pois o tema abordado deve ser observado dentro de um contexto histórico e social. Dentro deste contexto, o principal ponto a ser tratado será os danos causados pelo ato, tais como: o direito afetivo, moral, psíquico, da sua intimidade e imagem. Entendemos que a prática de tais atos pode acarretar consequências severas para a vítima, ultrapassando os limites da imagem, como ocorrido com a atriz Carolina Dieckmann, que teve fotos de sua intimidade vazadas após ter deixado o seu computador no conserto. Esse fato deu origem à Lei Brasileira 12.737/2012, sancionada em 30 de novembro de 2012, que promoveu alterações no nosso Código Penal, tipificando os chamados delitos ou crimes informáticos.

**(Resultados)** Constata-se que o anonimato vem protegendo os criminosos virtuais. A facilidade do acesso à internet vem contribuindo para que cada vez mais pessoas se utilizem dessa ferramenta para atingir a honra e a imagem dos demais usuários. Segundo site da Câmara dos Deputados, de 2014 para os dias atuais, as denúncias contra o cyberbullying vem aumentando em 500%. Por fim, acreditamos que a medida mais eficaz para o combate e extinção dos crimes da internet, não só é a punição mas também a prevenção, através de medidas como a educação digital nas escolas, onde estão os mais atuais e futuros usuários da internet, para que aprendam desde cedo a usá-la como uma ferramenta de aprendizado e não de crimes e agressões.

**(Conclusão)** Finalmente, a dicotomia clássica entre segurança e liberdade tem mostrado seus efeitos de maneira mais forte do que nunca com o fenômeno do linchamento virtual. Nosso ordenamento jurídico se encontra diante do desafio de, por um lado, não ferir o princípio da liberdade de expressão no contexto da web, ao mesmo tempo em que garante a civilidade e boa convivência dos lugares virtuais. Por este motivo, se faz necessária uma ponderação hermenêutica, aplicando os princípios da proporcionalidade e da adequação para demarcar limites a estes direitos constitucionalmente garantidos. Ainda, a vítima encontra amparo e tutela jurídica em normas específicas para cyber crimes positivadas do nosso ordenamento na esfera penal, como a lei 12.737/2012. A esfera civil também tutela os aspectos ligados à danos morais, direito ao esquecimento e proteção da personalidade.

**Palavras-Chave:** internet; linchamento virtual; cyberbullying.

## MATRIZES AFRICANAS NO RN: A FALTA DE RECONHECIMENTO COMO REFLEXO DE UMA INTOLERÂNCIA

### **Autor(es):**

*Maria Clara Felipe da Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Joao Pedro Melo De Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alessandra da Costa Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*maria izabela cardoso de oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Aimme Elisabeth França Vasconcelos Lima e Castro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa visa explicar acerca da desqualificação em face às religiões de matrizes africanas no Estado do Rio Grande do Norte para que sejam reconhecidos seus direitos enquanto instituição religiosa dotada de personalidade jurídica a exemplo de outros grupos cristãos, para que sejam assegurados por lei em isenção de IPTU nos terrenos. Estes grupos são divididos entre os praticantes de candomblé, umbanda - de matriz africana - e jurema, que é uma prática religiosa ligada à pajelança indígena, anterior à chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil. A proposta é investigar o reconhecimento judicial de que se trata de uma instituição religiosa que já existe há anos e pedir, com isso, que essas dívidas sejam suspensas, pois com a falta de amparo por parte do Estado, esses grupos religiosos perdem benefícios como isenções fiscais, participações em editais de projetos sociais do estado e do município, trabalhos com a comunidade e contar com benefícios nas contas de energia, por exemplo.

**(Metodologia)** A abordagem é de cunho exploratório e documental em face às descobertas da flexibilização conhecida sobre o Estado para com as entidades religiosas potiguares. Utilizou-se o método dialético de abordagem ao confrontar os dados teóricos e práticos acerca do tema, e os métodos de procedimentos utilizados foram o comparativo e o estudo de caso ao abordar necessariamente o estado do Rio Grande do Norte frente a diversos casos em todo o país.

**(Resultados)** Faz-se necessário a participação efetiva do Estado na elaboração dos estatutos desses terreiros, em parceria com a OAB, além da criação da personalidade jurídica, as entidades precisam apresentar uma diretoria, responsável legal por ela, pois se calcula que para cada 2 instituições regularizadas, 1000 permanecem irregulares, portanto a importância de se reverter um quadro que reflete também na intolerância religiosa para/com esses grupos bem como sua falta de representatividade no Estado, demonstra a urgência de maiores números a respeito de suas regularizações. Embora existam várias leis que amparam as instituições religiosas, no passado, quando os terreiros começaram eles tinham que pedir autorização na delegacia para funcionar, então eles começaram a se fechar por causa da intolerância, e isso se estendeu através do tempo. O auxílio carece de eficiência para quebrar barreiras intolerantes que existem a respeito do grupo que comumente sofre com barracões queimados, que inclusive não tem dados registrados a respeito, para zelar, amparar e auxiliar grupos que fazem parte da cultura regional e nacional.

**(Conclusão)** Em um mundo aberto para a globalização, o respeito ao encontro de culturas deve ser cada vez mais reproduzido e trabalhado. Com o reconhecimento dos institutos que perpassa tão somente uma questão jurídica servindo também como reparação histórica, o Estado reconhece juntamente a livre liberdade de crença religiosa, bem como o combate a intolerância que ainda tem forte reflexo na sociedade potiguar. Não muito, estará executando o que já está legitimado e reconhecido em âmbito nacional, ao qual, o Rio Grande do Norte não apresentará ou enfrentará nenhuma dificuldade em fazê-lo.

**Palavras-Chave:** Matrizes africanas. Intolerância. Reconhecimento.

## MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AOS ANIMAIS DE RUA

**Autor(es):**

*Beatriz Bastos de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Mecanismo de fiscalização e controle aos animais de rua, essa é a minha proposta com tal pesquisa, hoje no Brasil temos um alto índice de animais abandonados, são cerca de dez milhões de gatos e vinte milhões de cachorros. Com essa grande população de animais, temos aumento de zoonoses, propagação de pragas como carrapatos e pulgas, fora a terrível condição de vida que esses animais se encontram, expostos a maus-tratos. Vemos então se tratar de uma questão tanto de saúde pública quanto de sofrimento desses animais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica e utilizarei para tal o método indutivo e minha pesquisa será de caráter qualitativo e documental, a mesma será realizada através de pesquisa bibliográfica a partir de material já publicado (livros, artigos, internet, entre outros) aonde procurarei dados que comprovem a existência de tal problema e também a eficácia dos métodos previamente citados para controlá-lo.

**(Resultados)** Os resultados a qual espero quanto a essa pesquisa são de mostrar que é possível sim um controle nesse número de animais aqui no Brasil com as soluções já citadas envolvendo o direito.

**(Conclusão)** A ideia da pesquisa é solucionar através de fiscalizações e políticas públicas esse problema em torno dos animais, pois cabe ao Estado o dever de proteção aos animais, art. 225 da CRFB e também o dever de saneamento básico, previsto na Lei nº. 11.445/2007, por essa quantidade de animais de rua tornar precário o ambiente deixando-o insalubre aumentando o risco das já comentadas zoonoses, pragas como pulgas, e até mesmo doenças próprias da espécie que podem facilmente serem transmitidas para animais que possuem casa e passeiam nas ruas. Pode-se então criar projetos de castração prevendo que em cerca de dez anos diminuiremos provavelmente pela metade essa população tendo em vista a média de vida das espécies. Também através de maior fiscalização de vendas de animais para que não se propaguem criadores nada idôneos que reproduzem sem limites e geram mais abandonos. Fora o já citado, é possível também uma maior conscientização da população sobre o que o abandono gera, lembrando que o mesmo configura maus-tratos, trazendo penas mais severas para quem o pratica, em relação a isso, existe hoje o Projeto de Lei do Senado (PLS) 470/2018 que visa aumentar a pena do crime configurado com pena de três meses a um ano, para de um a quatro anos de detenção, isso é importante para que o número de animais de rua não aumente. Se tudo assim for feito, arrisco dizer que em vinte anos não teríamos mais animais a deriva nas ruas. Vale frisar que de todas as soluções de políticas ditas nessa pesquisa, nenhuma visa dar fim a vida de animais e sim melhorar a qualidade de vida dos mesmos em conjunto com a nossa. Gostaria de dizer também que a partir da PLC 27/18 os animais passaram a ter natureza jurídica sui generis, a qual eles deixaram de ser coisa, para serem seres sencientes, garantindo mais uma proteção a eles em relação a maus-tratos.

**Palavras-Chave:** Animais de rua. Conscientização. Castração. Fiscalização. Políticas públicas.



**MECANISMOS FALHOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) OS QUAIS COLABORAM PARA A CRIAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DE QUE O JOVEM INFRATOR NÃO É PUNIDO**

**Autor(es):**

*João Vitor Alencar de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90 – dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O Estatuto teve como objetivo concretizar as conquistas relativas aos direitos desses jovens, alinhando-se com a comunidade internacional em termos de direitos humanos, além de estabelecer direitos e deveres dos adultos responsáveis pelos mesmos. Todavia, à medida que o Estatuto foi sendo aplicado, as suas falhas foram aparecendo e transparecendo. Esses mecanismos falhos do ECA foram, aos poucos, colaborando para a criação do estereótipo de que o jovem infrator não é punido.

**(Metodologia)** Classifica-se a presente pesquisa como explicativa, de forma a conectar ideias e explicar as causas e efeitos. Para isso, foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, bem como análise de entrevistas e debates com especialistas. Quanto à abordagem, esta se deu de maneira qualitativa, visto que a pesquisa teve como objetivo uma investigação científica, que foi estudar sobre as particularidades do ECA. As análises em questão se deram de maneira indutiva, pois partiram de vários casos específicos (artigos do ECA) em busca de um resultado geral (análise do ECA).

**(Resultados)** A partir de uma análise do ECA e de como ele é aplicado, foi possível identificar vários aspectos que o tornam falho. Os principais mecanismos falhos encontrados foram em relação ao prazo máximo de internação, ao modo de reavaliação das medidas socioeducativas e ao aspecto subjetivo no quantitativo dessas medidas. Em relação ao prazo máximo de internação, o ECA estabelece que em nenhuma hipótese esse prazo excederá a três anos, porém a aplicabilidade da internação em casos graves demandaria talvez um prazo maior do que três anos para que possa ser visto os efeitos da internação no indivíduo e que ele possa ser melhor acompanhado. Outro mecanismo falho é o modo de reavaliação da medida socioeducativa. O estatuto estabelece uma reavaliação obrigatória a cada seis meses, mas a grande falha é porque o juiz não poderá levar em conta, nessa reavaliação, a gravidade do ato infracional, nem os antecedentes do adolescente, gerando uma sensação de injustiça até mesmo entre os adolescentes. Um dos pontos mais polêmicos é a arbitrariedade no quantitativo da medida socioeducativa. Hoje, o ECA determina que o juiz fixe na sentença apenas a medida que será cumprida, não estabelecendo a quantidade dessa medida. Dessa forma, é impossível fazer um planejamento efetivo de um trabalho de ressocialização se os funcionários não têm um mínimo de noção de quanto tempo o jovem vai ficar internado.

**(Conclusão)** Uma parcela significativa da culpa desse estereótipo, que o jovem infrator não é punido, é a falta de políticas públicas para executar o ECA, fazendo com que sua aplicação seja adaptada à realidade socioeconômica e política do país. Apesar dessa realidade atual ser uma grande barreira para implementação dessas políticas, os direitos e garantias das crianças e dos adolescentes nunca foram prioridade para os governos, mesmo estando na Constituição Federal de 1988 que deveria haver absoluta prioridade nesse sentido. Outra parcela da culpa é dos mecanismos falhos do ECA. Isso tudo faz parecer que o jovem infrator não está sendo punido e, com uma ajuda negativa da mídia - grande formadora da opinião pública -, é criada uma visão preconceituosa e reacionária contra o ECA, sendo visto por muitos como uma lei para “proteger infratores e bandidos”.

**Palavras-Chave:** Estatuto da Criança e do Adolescente. Sistema socioeducativo. Jovem infrator. Estereótipo de impunidade.

## MEDIDAS DE COMBATE A DIVULGAÇÃO DE FOTOS ÍNTIMAS NO BRASIL

**Autor(es):**

*Samuel Araújo Potengi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A modernização da sociedade teve como um dos principais pilares a internet, meio virtual ao qual contribuiu demasiadamente para a configuração do corpo social presente no século XXI. Apesar das incontáveis facilidades advindas das novas tecnologias, surgiram também diversas problemáticas, dentre elas a divulgação de fotos íntimas sem consentimento; as práticas que visam essa divulgação se encontram bastante presente no âmbito nacional, principalmente entre os indivíduos mais jovens, e acabam por produzir consequências catastróficas e irreparáveis ao ser humano exposto. Diante dessa mazela, o Poder Judicial pátrio não poderia se omitir, e com o objetivo de decidir a respeito de tal atrocidade vem, paulatinamente, avançando no combate através das precedentes jurisprudências. Um marco para o combate desta prática no Brasil foi a criação da Lei Carolina Dieckman, onde a atriz global teve suas fotos divulgadas na internet em meados de 2012. Após a divulgação, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) apresentou o projeto de lei 2.973/2011 que prevê a punibilidade para estes tipos de caso. Mediante de todos os problemas causados por essa divulgação indevida, fica evidente a existência do dano moral sofrido, pois as consequências para quem é vítima desse crime são irreversíveis. Com a lei 13.718/2018, que modificou o código penal, foi inserido um novo crime no ordenamento jurídico brasileiro, algo que já estava em muito debate no Brasil devido às novas tecnologias. Passou a ser o crime o fato de a pessoa divulgar/compartilhar cenas de estupro, que faça apologia a essa prática, bem como o fato de repassar foto ou vídeos de cenas de sexo, nudez ou pornografia. Esse compartilhamento de imagens de nudez, apenas será crime quando não houver consentimento da pessoa. Esta lei trouxe importante avanço no combate aos crimes de natureza sexual, principalmente por que o país vivencia um crescimento desse tipo de delito.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada a partir de pesquisa bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca nos sítios eletrônicos do STF e do STJ, com o intuito de apurar algumas decisões importantes que tratam a respeito do assunto. Foi utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, uma vez que foi analisado, de maneira dialogada, as diversas posições jurisprudenciais que o tema foi debatido, o qual perpassa pelo Direito Penal e Direito Civil. Como método de procedimento, empregou-se o estudo de casos, referente aos julgados dos Tribunais Superiores, referentes aos litígios que envolvem a divulgação de fotos íntimas sem autorização prévia.

**(Resultados)** Na jurisprudência brasileira, o deferimento desse pedido pode ser considerado raro e é possível afirmar que o compartilhamento de imagens de cunho íntimo vem ganhando notoriedade nos mais diversos Tribunais e em todas as instâncias, em virtude da atualidade da temática. Observa-se, contudo, que o entendimento sobre a matéria ainda não se encontra totalmente uniformizado no âmbito das instâncias superiores nacionais, como consequência de algumas leves divergências de entendimento, aplicáveis aos casos concretos, no tocante a alguns ministros.

**(Conclusão)** Na atual atividade jurisdicional brasileiro, a condenação dos indivíduos que vazam imagens íntimas já uma realidade nos principais órgãos judiciais brasileiros, constatando uma fundamentação pautada principalmente no dano de natureza moral, e dependendo das especificidades do caso concreto, do dano material de cunho pecuniário.

**Palavras-Chave:** Divulgação de fotos íntimas. Combate a divulgação de fotos íntimas. Fundamentação das leis de combate.

## METODO APAC

### **Autor(es):**

*Maria Clara Felipe da Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Helena Christina Brandl: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marianna C. Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil possui atualmente a terceira maior população carcerária do mundo e isso não impactou proporcionalmente na diminuição da criminalidade existente no país, haja vista que na última década houve um grande aumento da delinquência em todo o território nacional. Nesse contexto, observa-se o tratamento segregado dado aos condenados e aos egressos do sistema carcerário, que contribui para o aumento dessa violência, considerando-se que, durante o cumprimento das penas, lhes é negado os meios para a sua recuperação. Assim, se tornou urgente, medidas públicas práticas com métodos mais eficientes para a recuperação do sujeito infrator.

**(Metodologia)** Foi utilizada metodologia de cunho exploratório, debruçando-se de início no levantamento bibliográfico e em seguida, na organização de entrevistas com especialistas atuantes no Estado. Ocupou-se do estudo de caso, especificamente do método APAC, para análise dos seus princípios e resultados em relação aos presos que cumprem penas nesse método. Quanto aos métodos de abordagem, utilizou-se indutivo e o dialético, baseou-se em específico caso em comparação com o modelo penitenciário tradicional. Desse modo, procurou-se mostrar a APAC como exemplo alternativo para uma das possíveis soluções ao cumprimento de pena no Brasil.

**(Resultados)** No modelo comum, constatou-se que o Estado é o primeiro a descumprir as leis que estabelece, a má estrutura das celas e a superlotação fazem com que os presos travem uma luta diária pela sobrevivência. No modelo apaqueano, isso não ocorre pois a valorização humana é a base do método de recuperação do recuperando, a única maneira de resgatar a humanidade desse criminoso, que incentiva a participação da sociedade e da própria família do apenado.

**(Conclusão)** As entrevistas realizadas confirmaram as pesquisas feitas pelo grupo, de que é necessário um enfoque nacional para a solução dos problemas do atual modelo de encarceramento tradicional brasileiro, uma verdadeira fábrica de exclusão, um modelo indigno, repressor e punitivo somente, além de possuir custos mais elevados que o modelo apaqueano. Conclui-se que, a APAC não apresenta nenhum método inovador ou experimental, atua basicamente em obediência à normatividade jurídica brasileira na execução da pena privativa de liberdade prevista pela Lei de Execução Penal.

**Palavras-Chave:** APAC. Reincidência criminal. Ressocialização de detentos. Humanização da prisão.

## MÉTODO APAC E SEU PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

### **Autor(es):**

*Ana Beatriz Leonez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Eduardo Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Sarah Souto de Araújo Lordão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*hansmyller de moura bernardo caeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante uma ineficácia do atual sistema prisional com caráter repressivo, que coloca o Brasil em uma posição extremamente desconfortável no ranking de maiores populações carcerárias (3º lugar), abordaremos e examinaremos um método de bastante eficácia que não é tão reconhecido pela sociedade e pelo poder público e demonstraremos outro meio de cumprimento de pena privativa de liberdade e ressocialização dos presidiários. Como por exemplo, a APAC (Associação para a Proteção e Assistência aos Condenados) que tem mostrado ser um bom sistema de recuperação aos recuperandos, que merece uma maior atenção, inclusive, pelo fato de resguardar os direitos fundamentais dos apenados.

**(Metodologia)** Em relação aos métodos de elaboração do projeto, pretendemos buscar opiniões e depoimentos de especialistas com autoridade sobre o assunto, buscar os índices de ressocializações e reincidência da APAC. Pretendemos entender como se iniciou o método e quais as expectativas sobre a sua implantação e sua repercussão desde então. Utilizaremos o método do estudo de caso, no qual investigaremos o método APAC em todas as suas nuances, como: organização financeira, metodologia de segurança dos apenados e convívio entre eles e os funcionários. Sendo fidedigno às realidades existentes nesse ambiente de ressocialização, ambiente esse, que é de extrema importância para a sociedade e os recuperandos.

**(Resultados)** Como o projeto ainda está em andamento, em consequência disso, ainda não obtivemos resultados até o momento. Desde já, esperamos uma exposição fidedigna do assunto em questão, de modo que respeitemos os seus métodos para que se tenha uma compreensão clara acerca do assunto. Com isso, visaremos entender seus métodos e examiná-los, chegar a uma conclusão de sua eficácia e os impactos positivos na vida dos recuperando e da comunidade, haja vista que o método só se concretiza e se torna eficaz se houver a participação da população ou comunidade. Este projeto de pesquisa tem por objetivo divulgar, para o maior número de pessoas, o eficiente método APAC, tendo em vista que por não ser tão comum em nossa sociedade, não tem a devida divulgação e o financiamento necessário que lhe é destinado. Visamos, portanto, uma conscientização maior e a demonstração dos benefícios que pode trazer à sociedade e recuperandos, se usado corretamente. Demonstraremos uma visão sociológica e jurídica acerca desse método e os reflexos que podem impactar a vida das pessoas presas e de suas famílias, por conta da dignidade da pessoa humana que é preservada.

**(Conclusão)** Como exposto no parágrafo acima, o referido projeto está em andamento, em fase inicial. Ainda não fomos à campo e o trabalho está em fase de elaboração.

**Palavras-Chave:** APAC. Método. Ressocialização.

## MILÍCIA PRIVADA E GRUPOS DE EXTERMÍNIO: RISCOS À SEGURANÇA PÚBLICA

### **Autor(es):**

*Kleiton Geverson de Oliveira Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Paulo Roberto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A insegurança vem crescendo dentro da sociedade brasileira, e a prestação de segurança pelo Estado não consegue atingir toda a dimensão territorial e proteger individualmente a todos de forma eficaz por vários motivos consequente e decorrentes de má eficiência em relação a políticas públicas e cumprimento de função, ficando algumas áreas mais desprotegidas que outras. Nessas brechas deixadas pelo Estado que grupos criminosos como as milícias privadas e grupos de extermínio se instalam. Assim, a cada dia mais pessoas perdem suas vidas, não se sabe ao certo qual metodologia é utilizada pelo sistema para escolher suas vítimas e como funciona este julgamento pois cada líder tem sua forma de agir e escolher quem deve viver e morrer, a constituição de um grupo de extermínio ou milícia se dá tanto por militares como civis, ambas as formas, por que a distinção entre as duas facções citadas, são maneiras de ganhar dinheiro e controle de determinados territórios, de um lado envolve pessoas influentes e gira capitais milionários da outra se ganha algumas centenas com a execução de certos alvo, sem se falar que de certa forma estado na pessoas daqueles que estão a dispor do serviço público corroboram para que esses grupos existam de duas maneiras fornecendo informações e segurando meios repressivos contra crimes em favor de criminosos.

**(Metodologia)** método hipotético dedutivo é de campo.

**(Resultados)** Esta pesquisa tem como principal resultado em desenvolvimento trazer ao olhar de todos uma visão sobre essa modalidade de crime contra vida, patrimônio privado e corrupção da máquina estatal a favor dos anseios de uma minoria que gera danos a sociedade e segurança jurídica.

**(Conclusão)** Quem conhece o poder devastador de uma milícia ou participou de uma no decorrer de sua vida ou até viveu em território dominado, sabe que nem as grandes facções detentoras da distribuição nacional do tráfico de entorpecentes, conseguem combater de frente uma milícia bem organizada, ambos têm recursos para uma disputa por território, enquanto tráfico tem arrecadamento de alguns viciados em tóxicos que claro gera grandes quantias significativa, milícia a depender do seu território ocupado consegue arrecadar da maioria daquela localidade seja cobrando tributos da população e comerciantes locais, desmanche de carros, assassinatos encomendados, um lugar propício como Rio de Janeiro, aonde maioria dos inquéritos policiais são arquivados sem resolução, entre outros aspectos, um alvo pode chegar a valer até 40 mil reais, fora os gatos que são feitos, tanto de TV, quanto energia e até possível implementar o de internet, ou seja milícia consegue faturar livre de impostos um total de 90% ou 80% de seus moradores inseridos dentro do seu territórios e como os próprios policiais sejam militares ou civis que estão mais próximos conhecem as regras e tentem denunciar ou investigar estes são executados sem pensar duas vezes, as únicas operações que ainda funcionam contra esses meliantes são as da polícia federal em algumas situações pois a falta de provas colabora para impunidade.

**Palavras-Chave:** Milícia Privada e Grupos de Extermínio. Segurança pública

**MODA SUSTENTÁVEL: A PROBLEMÁTICA DO DUMPING SOCIAL E AMBIENTAL À LUZ DA LEGISLAÇÃO  
TRABALHISTA E CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Autor(es):**

*Nathalia kellen lemos batista: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Pinheiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** À medida que o tempo passa, questões sustentáveis são levantadas, a fim de alertar sobre a excessiva produção em massa da indústria da moda, responsável por movimentar uma economia mundial. Desta forma, os impactos ambientais causados relativos ao fenômeno do dumping necessitam de um amparo jurídico segundo princípios constitucionais e segundo a legislação ambiental, todos esses visando uma moda sustentável que conscientize o consumidor a ter hábitos sustentáveis na hora de adquirir um produto que não seja objeto da exploração do trabalho. Assim, elucidar a questão da consciência ética com a moda, procurar modificar práticas tradicionais bem como promover uma reflexão acerca da responsabilidade social para com o meio ambiente e com o trabalhador, visando uma produção sustentável para consumo responsável, são objetivos deste presente artigo.

**(Metodologia)** trata-se de uma pesquisa explicativa feita através de uma análise das questões relacionadas a sustentabilidade aliado à moda, interpretando as consequências no mundo jurídico do fashion law, utilizando-se também, de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico, trazendo pesquisas e documentos que mostram a reflexão responsabilidade sustentável e social acerca da moda e produção em larga escala. Além disso, o método dedutivo analisa as questões sobre a sustentabilidade partindo do geral para os casos específicos da matéria.

**(Resultados)** A sustentabilidade como princípio constitucional e ambiental aplicáveis à moda deve ser considerada o equilíbrio entre produção sustentável em prol do meio ambiente, uma relação trabalhista dentro dos moldes legais e o papel dos indivíduos consumistas em favor de uma sociedade responsável e igualitária. É o que frisa o Art. 3º da Constituição Federal, que objetiva uma sociedade justa e igualitária visando o desenvolvimento econômico e erradicando a pobreza, bem como a sustentabilidade deve ser encarada como uma garantia fundamental a maneira que proteja os direitos assegurados na CF e os princípios ambientais encarados por protegerem de maneira efetiva e duradoura, os recursos naturais e dando luz a uma qualidade de vida através da preservação ambiental.

**(Conclusão)** Na atual sociedade consumidora, a questão da moda sustentável enfrenta duros desafios quanto a conscientização social frente a preservação do meio ambiente e de um trabalho justo e legal, por consequência de uma realidade socioeconômica de produção em larga escala que visa somente o lucro frente a uma concorrência desleal de preços abaixo do mercado. Diante desta perspectiva, a presente pesquisa visa refletir sobre soluções que usam do respaldo constitucional para construir uma indústria que use da tecnologia e criatividade em favor do meio ambiente, profissionais capacitados a abraçar essa causa, bem como um estado fiscalizador que ande de mãos dadas com a sociedade de maneira consistente a promover uma moda inovadora que abrace a natureza e uma mão de obra legal e produtiva.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade; Moda sustentável; Princípios constitucionais; Fashion Law; Dumping social; Dumping ambiental; Direito do Trabalho

## MULHERES NEGRAS: ESTRUTURAS SOCIAIS, ACEITAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

**Autor(es):**

*Brenda Alencar de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A marginalização do corpo negro surge desde o período das grandes navegações e até hoje toda a população sofre as consequências dessa cultura genocida que foi instituída no Brasil. Mulheres são oprimidas desde crianças e submetidas a diversos comportamentos e tratamento para disfarçar suas características negras. A luta pelos direitos das mulheres negras não é só para que juridicamente tenhamos os mesmos direitos que os homens, mas para que exista equidade nas oportunidades entre homens, mulheres brancas e mulheres negras, pois só assim conseguiremos atingir uma sociedade justa, democrática e que permite que todos e todas desenvolvam suas habilidades e tenham autonomia sobre as suas vidas.

**(Metodologia)** Esse trabalho está sendo realizado através de leituras bibliográficas, documentários, filmes e pesquisas de campo por meio de entrevistas com mulheres, para que seja possível reunir as causas que levam a população a inferiorizar as mulheres negras e assim surja uma visão mais clara de como combater esse racismo e machismo arraigado na nossa sociedade e viabilizar a expansão dessa temática tão importante para que consigamos aceitar as nossas raízes miscigenadas.

**(Resultados)** O trabalho ainda não possui resultados conclusivos, pois ainda está em andamento, no entanto é possível perceber que as amarras das estruturas sociais desenvolvidas no Brasil fazem com que as mulheres negras tenham uma posição inferior na nossa sociedade, não tenham as mesmas oportunidades das mulheres brancas ou homens e que mudando essa situação conseguiremos atingir uma realidade de menor desigualdade e maior democratização.

**(Conclusão)** Com a conclusão deste trabalho será possível ajudar as pessoas a enxergar de maneira mais evidente como o preconceito está enraizado e naturalizado na cultura brasileira. Além de fazer com que o tema ganhe maior visibilidade na comunidade acadêmica, onde se acumula mais grupos pensantes e engajados no desenvolvimento social, o que acarretará em trazer para a sociedade a necessidade de estar mais atenta e policiar melhor não só suas atitudes e diálogos, como questionar também sobre quais as características das pessoas que os rodeiam, como elas são tratadas, quais locais elas ocupam e entre outros fatores socialmente naturalizado na nossa sociedade que mostram muito dos nossos preconceitos e desigualdades. Assim se tornará mais claro perceber que mulheres não tem as mesmas oportunidades que os homens e mulheres negras não tem as mesmas oportunidades que mulheres brancas. Por isso, como diz Djamila Ribeiro, “pensar feminismo negro é pensar projetos democráticos”.

**Palavras-Chave:** Mulheres negras. Desigualdade. Democratização. Brasil.

## NEGÓCIOS JURÍDICOS: NULIDADE E ANULABILIDADE

### **Autor(es):**

*Karolina Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Arthur Freire Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Cunha dos Santos Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Arnaldo Arsenio de Azevedo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente resumo evidencia de que forma os negócios jurídicos podem ser anulados visto o descumprimento de determinados requisitos. Desta feita, irá retratar de que maneira tal negócio irá ser anulado. Nessa perspectiva, apresenta o conceito jurídico de Nulidade e Anulabilidade, suas formas (absoluta e relativa), espécies e de que maneira esta se apresenta em meio ao negócio jurídico. A problemática da questão dá-se junto a autonomia da vontade das partes frente aos negócios jurídicos e até onde ela pode interferir no processo. Diante das mudanças trazidas no novo código, tornou-se mais fácil solucionar problemas envolvendo a Nulidade e Anulabilidade de negócios jurídicos. Por meio da autonomia da vontade das partes, muito incentivada pelo código, problemas que antes ocorriam, agora passam a ser mais facilmente solucionados. O novo código preza pela autonomia, de forma que estimula sua aplicação e respeita as decisões das partes; por meio desta autonomia, questões que antes poderiam sofrer com a nulidade e anulabilidade agora podem ser resolvidas mediante um acordo entre as partes envolvidas no negócio jurídico.

**(Metodologia)** O resumo apresentado se deu por meio de uma pesquisa científica bibliográfica, utilizando-se a obra “Direito Civil Brasileiro”, do autor Carlos Roberto Gonçalves e o Código Civil Brasileiro. De maneira concomitante, foi utilizado o método científico empírico-analítico e comparativo para evidenciar e analisar cada elemento da atuação da Nulidade e da Anulabilidade.

**(Resultados)** Por meio do estudo realizado, evidenciou-se que o negócio jurídico pode ser afetado pela Nulidade(absoluta), que atinge aspectos públicos e que pode ser atribuída por Ex Officio( podendo retroagir), tendo sua sentença efeitos Erga Omnes, caso seu objeto se enquadre como um ato ilícito, impossível ou indeterminável, que seu motivo determinante(comum para às partes) seja ilícito e/ou quando for de encontro à forma prescrita em lei. No tocante à Anulabilidade(relativa), inferiu-se que esta não pode ocorrer por Ex Officio sendo necessária a provocação de uma das partes, visto que ela se faz em âmbito privado e que, enquanto o ato não for declarado ineficaz, produz seus efeitos normalmente. Sua sentença judicial possui efeitos Inter Partes. Dessa forma, a Anulabilidade pode ocorrer por incapacidade relativa do agente ou por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Ademais, a autonomia da vontade das partes pode interferir no negócio jurídico, no que concerne a negociações e acordos estabelecidos pelas mesmas, de maneira que podem facilitar problemas de Anulabilidade e Nulidade, na medida em que o novo código possibilita meios facilitadores para as partes discutirem a melhor solução entre si.

**(Conclusão)** Por fim, pode-se dizer que, por meio de todo o estudo realizado e o conteúdo apresentado nesse resumo, os negócios jurídicos estão sujeitos à requisitos essenciais que atribuem sua eficácia e validade. Dessa forma, as partes se sujeitam a cumprir às condições estipuladas pelo Código Civil Brasileiro de 2002. Caso contrário, irão sofrer com as penalidades dispostas no código supracitado. Sendo elas, notadamente, a Anulabilidade, que ocorre de forma relativa (tornando o negócio passível de ser anulado) e a Nulidade, que decorre da invalidez absoluta do negócio jurídico. Ademais, compreendeu-se que o juiz, no cumprimento de seu dever, tem o poder de extinguir o negócio jurídico por Ex Officio, quando se tratar de casos de Nulidade, mas que não pode utilizar este mesmo artifício jurídico quando se tratar de casos de Anulabilidade devendo a parte interessada tomar a providência cabível. Entretanto, observa-se de mesma maneira a possibilidade de resolução facilitada devida a autonomia da vontade das partes, princípio este, extremamente forte presente no novo código, de forma que as próprias partes podem acordar - dentro dos requisitos e limites estabelecidos em lei - sobre o negócio jurídico ocorrentes entre elas, bem como os conflitos decorrentes do processo.

**Palavras-Chave:** Ex Officio. Autonomia. Partes. Requisitos.



**NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A CIDADE E O SUJEITO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO LENTES URBANAS**

**Autor(es):**

*Thyago Ycaro Souza de Menêzes: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*

*Maria Clara Martins Lima da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Samara Gomes da Costa Jacome: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*

*Gabriel Carneiro de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Juliana Gabriel Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Núcleo de Estudo Sobre a Cidade e o Sujeito foi fundado em 2017 como um projeto de extensão, de iniciativa estudantil, intitulado “Semana de Urbanismo”, cujo objetivo era fomentar, no universo acadêmico do UNI-RN e na sociedade, o debate e formação sobre a reforma do Plano Diretor, que se iniciava naquele ano, na cidade de Natal/RN. Ao passo que o primeiro evento foi bem-sucedido, notou-se a necessidade de aprofundar o debate de forma científica em aspectos transversais que incluem o Sujeito e a Cidade. Desta forma, o projeto tornou-se, em 2019, o Lentes Urbanas, núcleo de estudo que visa, para além de suscitar o debate sobre o Plano Diretor, estudar e contribuir academicamente sobre as possíveis relações existentes entre a cidade e o sujeito.

**(Metodologia)** A metodologia consiste em um relato de experiência, levando em conta o histórico de fundação (2017) até os dias atuais (2019) do Núcleo de Estudos Sobre a Cidade e o Sujeito. Além disso, inclui-se todos os eventos (apresentados por meio de registros fotográficos) e participações que os integrantes do Lentes Urbanas estiverem presentes entre 2017 a 2019 e suas respectivas produções (Semana de Urbanismo em suas 1º e 2º edição, Congresso Internacional de Psicologia Comunitária e Debates Urbanos nos seus três ciclos de debates promovidos a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU).

**(Resultados)** Torna-se notório que, desde seu surgimento, o projeto Lentes Urbanas tem caráter transdisciplinar e compreende que as áreas do conhecimento estão completamente ligadas em uma relação dialética, sendo a separação de cursos apenas estratégia metodológica positivista que contribui para uma disfuncionalidade entre as epistemologias supracitadas. Em função disso, possui alunos dos cursos de Direito, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia e Engenharia Civil, que trazem discussões e contribuições de suas áreas do conhecimento para o debate mais amplo, inclusivo e democrático.

**(Conclusão)** Ante a toda experiência vivida, pode-se concluir que, para estudar a cidade de forma dialética, é necessário a composição de uma perspectiva angulada por diversos pontos de vista das mais variadas áreas do conhecimento. Um objeto efêmero e complexo como o espaço urbano, des(construído) a todo o tempo, requer uma minuciosa observação, circundada por estratégias metodológicas inovadoras. Por fim, a ênfase na elaboração e participação de eventos não significa, necessariamente, o escopo, mas sinaliza a construção de um espaço colaborativo de forma transdisciplinar, atento aos problemas urbanos contemporâneos.

**Palavras-Chave:** Transdisciplinaridade; Projeto de extensão; Relato de Experiência.

**O ABANDONO INFANTO-JUVENIL EM ABRIGOS PÚBLICOS: SEM PERSPECTIVA À ADOÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS PERMANENTES**

**Autor(es):**

*Ana Clara Câmara de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Esther Praxedes Silva de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Nathalia Kellen Lemos Batista: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O retrato familiar pai, mãe e filhos não é uma realidade para todos. As práticas de abandono infantil acontecem todos os dias no Brasil e não é um fato atual, desde a época colonial que bebês são deixados nas portas das igrejas e nas casas de famílias ricas, são jogadas nas ruas ou até em abrigos públicos, sejam por razões morais, sociais ou econômicas. As crianças rejeitadas tendem a sofrer com o abandono, todo esse processo influencia na sua formação que pode vir a causar problemas de socialização, psicológicos ou no desenvolvimento de sua saúde mental. Quando são abandonados, a justiça é acionada e há a tentativa das autoridades de contatar a família, caso não seja possível, ela é encaminhada para um abrigo e fica a espera de uma família adotiva. No entanto, em muitos casos, ficam no abrigo até completar a maioridade, sem família e na maioria das vezes, sem perspectivas, precisam encarar a vida sozinha, praticamente de uma hora para outra e procurar outro local para viver. A casa transitória, por hora permanente, traz para o jovem a angústia de uma nova ruptura, e uma carência de amparo legal para a nova vida pós-abrigo, e o receio da proximidade da maioridade.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada através de estudo sistematizado desenvolvido por meio de material escrito, dado com base em documentos, com o intuito de enriquecer o conteúdo supracitado. Utilizou-se o método indutivo, tendo em vista que a análise se deu partindo de fatos particulares, comprovados, chegando a uma conclusão genérica, assim como também a técnica quantitativa a fim de compreender, mensurar e quantificar as respostas acerca das experiências dos envolvidos. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, referente à situação de sofrimento dos jovens perante a proximidade da saída de abrigos.

**(Resultados)** Como resultado, a pesquisa pretende demonstrar que a omissão do Estado frente a casos como esses, acabam gerando impactos sociais permanentes, não só na vida do jovem, em diversos aspectos, mas também dentro da sociedade como um todo. No Brasil, por exemplo, ainda existem cerca de 50 mil crianças e adolescentes institucionalizadas em abrigos públicos. Desse total, apenas 7 mil estão disponibilizadas para a adoção.

**(Conclusão)** Diante disso é perceptível que há uma urgência em relação a essa temática, a ausência de perspectivas dos jovens e seus impactos é um problema social, e isso precisa ser mudado. É necessário que o Estado venha a intervir com a criação de políticas públicas, conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados. Criar projetos de suporte a esses adolescentes, que as amparem, é extremamente relevante para ajuda-las na sua formação, não só amparo psicológico como também social, incluindo-as na sociedade, fazendo com que elas tenham um contato direto com a realidade fora dos abrigos, dando-as oportunidade de enxergar as possibilidades e o meio social além daquele em que vivem dentro dos abrigos.

**Palavras-Chave:** Abandono. Vida pós-abrigo. Ruptura. Impactos

## O ABANDONO NA USUCAPIÃO FAMILIAR

**Autor(es):**

*Jonathan Francisco de Carvalho Mateus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** CURSO DE DIREITO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE O ABANDONO NA USUCAPIÃO FAMILIAR Jonathan Francisco de Carvalho Mateus Orientadora Úrsula Bezerra e Silva Lira **INTRODUÇÃO:** O direito a propriedade foi consagrado como direito fundamental pela Carta Magna de 1988 vinculado ao cumprimento de sua função social. A fim de defender a supremacia da função social, a Constituição de 1988 introduziu em nosso ordenamento espécie de usucapião especiais prevendo redução de tempo de posse prestigiando o “bom” uso da propriedade. Seguindo o objetivo de prestigiar a função social, o Código Civil de 2002 apresentou novas espécies de usucapião, quais sejam, usucapião especial extraordinário, e usucapião especial ordinário. No ano de 2011, a lei n. 12424 acrescentou o artigo 1240 A criação da usucapião familiar decorrente do abandono do lar. Referido dispositivo aduz que o cônjuge que foi abandonado pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro com quem dividia a propriedade, se permanecer por 2 anos, ininterruptamente e sem oposição, com posse direta, com exclusividade em imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), utilizando-o para sua moradia ou de sua família, poderá adquirir o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Pelo presente instituto, foi gerado dúvidas quanto a subjetividade da expressão “abandono de lar” e as situações de abandono que se enquadram para efetivar a usucapião. No capítulo primeiro dissertaremos sobre a garantia do direito constitucional à propriedade e o seu atendimento a função social. No capítulo segundo, será exposto os requisitos adstritos pelo art. 1.240-A do Código Civil de 2002, E no capítulo quarto, falaremos sobre os tipos de abandonos de lar e se eles se enquadram como requisito para que o imóvel seja alvo da usucapião.

**(Metodologia)** Para a elaboração da presente pesquisa, adotou-se o método lógico-dedutivo, buscando apresentar premissas concretas para chegar à conclusão, que é a resposta da problemática. Para se obter os resultados se utilizou de levantamento bibliográfico e jurisprudencial, analisando também a legislação vigente no país, principalmente o Código Civil e a Constituição Federal de 1988.

**(Resultados)** A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, a princípio identificamos por meio da aplicabilidade jurisprudencial e da doutrina, que o cônjuge pode usucapir o imóvel por abandono de lar, desde que o ex-cônjuge tenha deixado o lar de forma voluntária mas que também não mantenha nem pretenda manter vínculo com a família, pois, a mera contribuição com alimentos, descaracteriza o instituto do abandono. Ainda busca alcançar se outras variáveis para a extensão da expressão abandono de lar, como nos casos de violência doméstica e a Lei Maria da Penha e a expulsão do cônjuge por maus-tratos aos filhos são aplicáveis à usucapião familiar.

**(Conclusão)** Logo, o cônjuge que permaneceu no lar poderá usucapir o imóvel, desde que reste comprovado que o ex-companheiro ou ex-cônjuge que abandonou o lar, o fez de forma voluntária, somado a isso, a ausência da tutela da família, assim determinado pelo Enunciado 595 da VII Jornada de Direito Civil.

**Palavras-Chave:** PROPRIEDADE. FUNÇÃO SOCIAL. USUCAPIÃO. ABANDONO.

**O CABIMENTO DA GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO JURÍDICO-FAMILIAR**

**Autor(es):**

*Agnes Severiano de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Anna Luyza Silva Soares Wanderley: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fausto Calixto de Lima : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Júlia Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No decorrer histórico, a relação do homem com os animais irracionais foi marcada, predominantemente, pela necessidade do primeiro em detrimento das habilidades e capacidades do segundo. A princípio, não havia a concepção da domesticação dos animais, sendo considerados apenas como seres selvagens. Entretanto, há cerca de 30 mil anos, o ser humano passou a domesticá-los. Hodiernamente, por influência da dinamização do mundo globalizado e dos diversos formatos de família, a concepção do animal de estimação perante o ser humano avançou ainda mais e, em muitas ocasiões, deixou de ser uma figura doméstica, para ser tratado como um verdadeiro membro da família.

**(Metodologia)** O método de abordagem predominante ao realizar esta pesquisa foi o método dedutivo. Esse método parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. Já o método de procedimento utilizado foi o funcionalista, aquele que estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades. Por fim, no tocante às possibilidades de técnicas de pesquisa, as mais recorrentes foram a pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial.

**(Resultados)** Constata-se que o ordenamento jurídico brasileiro encontra obsoleto quanto a proteção dos animais domésticos nos casos de dissolução conjugal. O fato de não haver uma legislação que regule o tema acarreta uma verdadeira insegurança jurídica, ao passo que os conflitos são resolvidos por analogia às normas existentes do instituto da guarda, amparado no Código Civil brasileiro. Diante disso, o que está sendo cada vez mais frequente no campo prático é que, quando ocorre a separação de um casal, o animal está sendo submetido a um regime de guarda e visitas de maneira informal, combinado extrajudicialmente entre as partes.

**(Conclusão)** Conclui-se que o conceito adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, não mais reflete a realidade enfrentada pela população, os quais estão passando a considerar os animais como membros da família. Assim, esta concepção retrógrada afeta diretamente no momento do divórcio do casal, bem como a dissolução da união estável, em que a partilha do convívio com o animal não encontra nenhum amparo normativo, fazendo com o que os diplomas jurídicos não sejam mais eficazes de abarcar tais situações fáticas, culminando em uma lacuna legal. Desta forma, entende-se que o melhor instituo a ser adotado nas situações de dissolução de um casal envolvendo animais de estimação, é o da guarda e os seus efeitos civis, tais como direito de visitas e prestação alimentícia.

**Palavras-Chave:** Guarda. Divórcio. Animais domésticos.

## O CONFLITO ENTRE O DIREITO À PROTEÇÃO DA IMAGEM E A CRIAÇÃO INTELECTUAL.

### **Autor(es):**

*Raimundo Inácio da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Pedro Henrique Targino Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Nicolas de Souza Falconi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Luis Paulo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Um dos grandes conflitos jurisprudencial, da atualidade brasileira, que ocupou espaço na mídia nacional, constitui-se entre o direito à proteção da imagem e a criação intelectual (bibliografia, por exemplo). Após a pesquisa de embasamento foi observado uma discordância entre a jurisprudência do STF e do TJMG, TJRJ e STJ. A Constituição Federal, Carta Magna da nação brasileira, assegura em seu artigo 5º, inciso X, a proteção ao nome, imagem, privacidade e a honra. A lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998, artigo 5º, inciso I, que hoje disciplina toda a matéria relativa à direitos autorais, tutela o direito do autor de produção de obra literária, artística ou científica. Na conjuntura social criou-se o impasse entre os direitos da personalidade e o direito à liberdade de expressão e produção intelectual. Acionada a jurisdição entendimentos diversos foram criados.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho explorativo sobre o tema em questão, realizado através da abordagem dos aspectos de convergência jurisprudencial, verificados em diferentes tribunais de diferentes instâncias, utilizando-se como fonte de busca as principais decisões dos tribunais citados na nota introdutória, além de materiais de ordem doutrinária relacionadas a nossa lei civil. Utiliza-se o método de abordagem Indutivo, já que se busca analisar os dados concretos referentes ao tema abordado, para, a partir desses dados, analisar as perspectivas de avanços jurídicos e científicos para o setor no Brasil. Como método de procedimento, utiliza-se o estudo de casos, referente a precedentes judiciais do nosso próprio país.

**(Resultados)** (RESULTADOS) No atual contexto social em que vivemos, aonde o nome e a imagem estão em grande exposição, mais que nunca a discussão dos direitos da personalidade se impõe. Dito isso, resulta-se, devido o conflito de decisões entre o STF e os demais Tribunais, uma compreensão de maior relevância dos direitos a produção científica sobre os direitos de imagens de terceiro, dado a não necessária autorização do mesmo à matérias bibliográficas. Resultado ainda em andamento.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Dessa forma, Podemos concluir que o STF, ao decidir a não necessária autorização do titular do direito de imagem, fere os princípios processuais e constitucionais; já que tratando-se de matéria constitucional, contrapõe a própria constituição, dado o artigo 5º, inciso X, e artigos 17º, 18º, 19º E 20º do código civil/02.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: STF; STJ; Constitucionalidade; Jurisprudência; Nome; Imagem; Direitos; Personalidade.

**O CONTROLE SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E OS RESPECTIVOS EFEITOS SOBRE A SOCIEDADE.**

**Autor(es):**

*Deyse de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir dos anos 1980 observa-se uma reestruturação do Estado, com o intuito de torná-lo mais orientado para os aspectos sociais, visando consolidar uma "nova" relação entre Estado e sociedade. Através dessa socialização há a construção de interação social, meio pelo qual o indivíduo é integrado na sociedade. Entretanto, acredita-se que é impossível existir uma sociedade sem ordem, tornando o controle social essencial e determinante para uma realidade social (Celso A. Castro). Compreendendo que o estado é visto como detentor de controle social que impõe a sua vontade sobre os outros, pretendendo assim reprimir o comportamento indesejado e estimular o comportamento desejado, faz-se necessária a análise do papel do controle social no cotidiano. Concordando sobre todos os cuidados necessários que se deve ter ao tomar decisões fundamentadas, fica a questão: como controlar/melhorar sem medir?

**(Metodologia)** Para o presente trabalho, foi utilizada a metodologia do tipo Pesquisa Bibliográfica, à luz do livro Sociologia Geral e Jurídica de Pedro Scuro Neto (2009), Sociologia aplicada ao Direito de Celso A. Castro (2007), a abordagem feita em sala de aula com o professor Rasland Luna, seminário integrativo incitando determinado tema, através das plataformas de dados SciELO, de 4 artigos, 2 foram selecionados para posterior apresentação no CONIC/UNIRN/2019.

**(Resultados)** Em relação aos resultados, foram analisados aspectos muito importantes para o tema do trabalho. O contexto do século XX que trouxe uma diversificação em mudanças sociais, em que antes era marcado por um estado liberal, patrimonialista, quase completamente descompromissado com as demandas sociais, a partir dos anos 1930 o estado brasileiro torna-se provedor, politizando as questões sociais promovendo desenvolvimento social e econômico. Já a política em relação à classe trabalhadora combinou repressão, exclusão e incorporação controlada da participação e das demandas sociais. Com a Constituição de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", foi a expressão das demandas por democracia, cidadania e justiça reprimidas em grande parte do século XX, determinando assim formas mais amplas e democráticas de condução das políticas públicas: atendendo a uma demanda social e resolvendo problemas, lembrando-se que essa escolha sofre forte influência política em função dos interesses dos diversos setores que podem por ela ser beneficiados. Além disso, houve o avanço da insuficiências da democracia representativa e a reivindicação da presença do indivíduo desempenhando atividades públicas, ao lado e dentro do aparelho público.

**(Conclusão)** Como síntese, é válido observar uma conexão complexa cuja a base seriam os valores a serem preservados ou conquistados. A partir desses estatuem regras e normas a serem estabelecidas com o objetivo de unificar os comportamentos. Ou seja, os comportamentos reais não se harmonizam com os valores considerados básicos. A solução prevista seria, portanto, capacitar o Estado não a controlar e dirigir, mas a guiar a sociedade com um "Direito reflexivo": baseado em conhecimento, opiniões e acordos sobre problemas específicos aos diferentes subsistemas sociais. Atuação dos detentores de poder para inovar os movimentos sociais eficientes que exijam ou promovam as mudanças necessárias visando o respeito à lei. Assim como o controle social, nasce, como visto na introdução deste texto, do questionamento à efetividade da democracia representativa, também os instrumentos criados para esse controle precisam da vigilância da sociedade para bem funcionar.

**Palavras-Chave:** Controle Social, Estado, Socialização, Direito.

## O CORINGA E AS INSTITUIÇÕES TOTAIS DE ERVING GOFFMAN: UM ENSAIO SOBRE A LOUCURA DO HOMEM

### **Autor(es):**

*Franklin da Silva Maux Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael de Freitas Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lucas Feitosa Oliveira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho busca discutir as relações de “instituição total”, proposta pelo antropólogo Erving Goffman, assim como suas influências e ações que podem mudar o sujeito introduzido no meio. Uma vez comentado, o autor foco deste artigo é Erving Goffman (1922), antropólogo canadense considerado um dos melhores antropólogos sociais, suas obras giram em torno da dinâmica social e da representação. Autor da teoria do “estigma” – conceito famoso no meio social. Para este trabalho, usaremos sua obra “Manicômios, prisões e conventos”, cuja inspiração teria sido durante seu período de trabalho em um hospital, ao analisar as relações entre pacientes e agentes do local. Em seu livro, Goffman fala das instituições – termo que, sozinho, expressa apenas um local destinado a uma tarefa – e em especial das totais, que ganham essa colocação devido ao valor total que exercem, ou seja, buscam conter a totalidade dos pacientes, sendo divididas em cinco categorias: são estabelecimentos sociais, apesar da terminologia não ser unívoca na sociologia, bem como aponta que todas as instituições têm tendência de “fechamento”, tomando algum tempo e interesse dos participantes destas.

**(Metodologia)** Para tal pesquisa, far-se-á necessário aplicar uma metodologia analítica, no que tange à análise dos casos citados anteriormente; uma metodologia explicativa; metodologia comparativa; qualitativa e biográfica.

**(Resultados)** Nas instituições totais, o fechamento é extremo: há proibições e barreiras, físicas inclusive. Dividimos tais instituições em cinco níveis: instituições para cuidar de pessoas inofensivas (asilos, casas para órfãos, etc.); instituições para cuidar de pessoas que não são capazes de cuidar de si mesmas e que também são uma ameaça à comunidade, ainda que não intencionalmente (sanatórios para tuberculosos, leprosos e doentes mentais); instituições para proteger a comunidade de perigos intencionais (cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra); instituições voltadas para a realização de algum trabalho de forma mais profícua (quartéis, navios, campos de trabalho, escolas internas); e, por fim, instituições voltadas para servir de refúgio do mundo (abadias, mosteiros). Dentre essas instituições temos orfanatos, asilos, prisões, manicômios e conventos. Todas são caracterizadas pela totalidade de seus pacientes e o objetivo de os manterem afastados da sociedade por seu conceito descartável.

**(Conclusão)** Uma vez dentro dessas instituições totais, o paciente vai passar por um processo de “mortificação do eu”, onde ele perde toda a sua identidade construída, sendo trocada por uma letra, por uma seqüência numérica ou abreviação. Não existe seres humanos, apenas o seu número de série. Tudo o que você foi um dia é perdido entre as grades da instituição, assim como sua noção de tempo, personalidade. Outra instituição total seriam os campos de concentração, que expressão a maior fratura da auto-identidade ao tirar de seus pacientes seus nomes, roupas, objetos e até cabelo. Todos esses procedimentos tentam apagar qualquer informação da pessoa física, como se fosse renascer naquele espaço, ganhando uma identidade catalogada.

**Palavras-Chave:** Instituições Totais, identidade, mortificação do “eu”, Direito Penal

## O DIA EM QUE SUZANO ENTROU PARA A HISTÓRIA

### **Autor(es):**

*Ana Clara Fonsêca dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Eduardo Paulo Alves de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Mateus Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa foi motivada pelo mistério deixado para trás pelos diversos massacres ocorridos no mundo inteiro, com enfoque no da cidade de Suzano (SP). Enquadramento teórico baseado em obras de renome e proficiência internacional. Os principais aspectos abordados rondam entre a psicologia do ataque, o que acontecera dentro da consciência dos criminosos que os influenciou a cometer os atos, toda a legislação infringida, assim como o embasamento da avaliação psicológica feita para adquirir o porte de armas, e entender a importância de tal teste.

**(Metodologia)** Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica com a finalidade de analisar ângulos distintos de um problema ao consultar diferentes autores. Em especial, André Rioky e Henrique Garbellini Carnio, autores do artigo base “Massacre de Suzano: da impossibilidade do reconhecimento”. Podendo assim comprar as divergências e, a partir de então, construir as próprias conclusões dos autores deste trabalho dentro do ambiente acadêmico e virtual. Infrações legais cometidas: Primeiramente foi a compra das armas (besta, machados, facas e um revólver), depois, o homicídio (ou um latrocínio) do dono de uma locadora de carros, o furto de um dos veículos, o assassinato de 8 pessoas, e danos físicos a outras 13, incluindo um dos assassinos, logo após, o criminoso mais novo cometeu suicídio.

**(Resultados)** Os resultados constam que a avaliação psicológica é de extrema importância e de altíssima confiança, pois, as características requeridas no teste são, assim especificadas na Portaria da Polícia Civil: ausência de quadro reconhecidamente patológico; controle adequado da agressividade; estabilidade emocional; ajustamento pessoal e social; qualquer sintoma que possa implicar em contraindicação para o uso de arma de fogo; atenção difusa, concentrada e distribuída; percepção (discriminação, avaliação tempo-espacial, identificação, dependência e independência do campo); cognição (compreensão, previsão e julgamento); tomada de decisão; motricidade e reação; memória. Já as características psicológicas a serem avaliadas, estabelecidas pela Instrução Normativa da Academia Nacional de Polícia (ANP): autocrítica — capacidade do indivíduo avaliar-se; psicopatologias — ocorrência de comportamentos típicos; confiança — capacidade do indivíduo em acreditar na honestidade das pessoas; conformidade e comportamento social — capacidade de aceitação de normas e das leis; agressividade e suas formas de canalização — ausência de comportamentos hostis bem como sua adequada canalização; tensão psíquica, afetividade e vida interior — proporção de distribuição e canalização de afetos; resistência à frustração — capacidade e tendência de comportamento frente a situações frustrantes; recursos mentais — repertório mental do indivíduo com relação aos preconceitos, fanatismo, empatia, ideologias, etc.; energia psíquica — relação potencial e a capacidade de transformar o pensamento em ação.

**(Conclusão)** A ideia central do texto tem por base o entendimento do massacre, as causas e os efeitos deste, assim como o procedimento, o estudo psicológico da mente dos criminosos, sendo este muito difícil pelo fato dos dois terem morrido logo após cometerem o ato, a influência da flexibilização do porte de armas para crimes como este e o porquê o teste psicológico deve ser rigoroso quando a ele. Sabe-se que os infratores eram membros de um grupo de uma rede social o qual incentivava misoginia, racismo e xenofobia e através do mercado negro obtiveram as armas de fogo. O trabalho discute estas características partindo de certos conceitos psicanalíticos acerca da violência, propondo uma reflexão sobre as causas de um indivíduo buscar o porte de arma.

**Palavras-Chave:** Suzano. Armamento. Violência. Direito. Psicologia.



## O DIREITO À PRIVACIDADE E SUA NOVA PERSPECTIVA FRENTE A EXPOSIÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

### **Autor(es):**

*Jhessyka Ketylly Pereira Paulino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anacleto Rodrigues Alves Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bárbara Silva da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: Na atualidade, é possível perceber que as mídias sociais e a indústria da comunicação vêm ganhando cada vez mais força e influência na vida dos brasileiros. Notadamente, existe uma vontade e costume crescente em relação à exposição dos acontecimentos da vida pessoal, como também a necessidade de acompanhar a vida e cotidiano de outros. Porém se tratando dos limites de tal exposição compulsiva, é imprescindível que sejam lembrados os direitos da personalidade do indivíduo, especialmente o direito à privacidade. Sob essa ótica, torna-se evidente uma persistência no tocante ao fato de que muitos ignoram o direito de outros a não quererem expor certos aspectos de suas vidas. Dessa forma, questiona-se: até onde vai o direito à privacidade e a proteção do cidadão no que se refere à exibição da vida pessoal?

**(Metodologia)** METODOLOGIA: O método utilizado será o dedutivo, dando ênfase ao CC/02 e a CF/88. Destacando o direito personalíssimo à vida privada, utilizando a verificação da aplicação de leis e demonstrando em casos concretos. Além disso, mostrar a compulsão do ser humano em ser visto constantemente e a repercussão para o Direito Civil.

**(Resultados)** RESULTADOS: Observa-se que parte das pessoas não compreendem os limites entre a exibição do cotidiano e a proteção da vida privada, ou seja, o homem médio não conhece até onde vão os próprios direitos e até onde a sua privacidade é protegida pela lei, assim como não sabem até onde poderiam estar violando o direito do outro. Em meio a uma sociedade que precisa estar diariamente conectada aos meios de comunicação, é crescente o frenesi em saber da vida alheia. Dessa forma, aqueles que não possuem esse impulso de se mostrarem são vistos como verdadeiras anomalias e aqueles que se mostram até certo ponto não possuem mais, ao ver da comunidade, o direito de querer se resguardarem, uma vez que já começaram a se expor. Destaca-se o direito à privacidade como, além de um direito da personalidade, fundamental, protegido pela própria CF/88. É observada, dessa forma, uma contradição, pois existe uma condenação em relação às pessoas que invocam seu direito constitucional e civil à privacidade. Aquele que pede o respeito a sua intimidade, é malvisto. Assim, foram analisados fenômenos como esse, observando claramente que existe um desrespeito e desconhecimento à legislação que protege a vida privada em nossa sociedade conectada.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Diante do exposto, levando em conta as pesquisas e os referenciais teóricos, temos a convicção, portanto, que a preservação da vida privada diante da exibição nas mídias sociais no cotidiano do brasileiro é sim deficitária, que existe a necessidade de um maior aprofundamento no entendimento das leis as quais protegem tais direitos e delinear o seu alcance para deixar claro quando o brasileiro pode invocar tal direito, assim como esclarecer em qual momento a sociedade precisa saber parar e respeitar o outro.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Vida privada. Direitos da personalidade. Mídias sociais. Violação

**O DIREITO AMBIENTAL E O LIXO "SOB UMA NOVA ÓTICA JURÍDICA"**

**Autor(es):**

*Eduardo Costa Wanderley Carvalho Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Taise Maria Lopes de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Eloíze Silva de Assis momm: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O lixo é algo do nosso cotidiano, nos deparamos todos os dias com ele e pouco de nós nos importamos com o seu despejo, as consequências, a poluição, sem se alertar para um dos maiores problemas ambientais da sociedade contemporânea, qual seja: os resíduos sólidos. Em relação a essa questão, a população não tem consciência, ou seja, não se dão conta de que o "lixo" pode significar "dinheiro". Partindo dessa premissa, podemos analisar o lixo sob uma outra ótica, com a finalidade de buscar cada vez mais medidas alternativas para essa questão desses resíduos. A demanda por recursos naturais para produção, em escala cada vez maior, põe em risco não somente o nosso ecossistema como os recursos e o planeta que deixaremos para as próximas gerações, já que estamos falando de um direito de caráter intergeracional. Com isso, pode-se constatar o potencial econômico a ser extraído.

**(Metodologia)** No seguinte trabalho, será usado, a abordagem hipotético-dedutiva, assim como as demais referências bibliográficas. Partiremos dos estudos de artigos, doutrina, dissertações, teses e leis. Tendo como objetivo, analisar o risco, o despejo de forma irresponsável e como esses resíduos sólidos podem se transformar em algo que possa a vim dar lucro, servir a sociedade de forma benéfica e a possibilidade de se enfatizar e implementar mais sistemas que possam converter esses resíduos. Tendo até como participação o próprio Estado, já que esses resíduos podem ser convertidos em "dinheiro".

**(Resultados)** Este trabalho demonstrará o quão benéfico é a implementação e o incentivo das mais variadas maneiras de reutilizar os resíduos sólidos, elegendo como caminho a ser trilhado o desenvolvimento sustentável, assumindo o Direito o papel de instrumento para conceber soluções institucionais criativas para as questões urbanas, que dialoguem com as regras rigorosas fiscal e com as novas tecnologias. O Direito e as políticas públicas são fortes ferramentas na ajuda dessa gestão. Demonstrando assim, o lixo sob uma nova perspectiva, sob uma nova ótica.

**(Conclusão)** Faz-se imprescindível um estudo não apenas retórico e sim prático, tanto por parte do Estado quando do particular, na busca inesgotável de, cada vez mais soluções que propiciem atender os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, podendo transformar, por exemplo, esses resíduos em compostagem ou energia.

**Palavras-Chave:** Direito Ambiental, Resíduos sólidos, o lixo sob nova ótica

**O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): OS LIMITES LEGAIS PARA EXPOSIÇÃO DIGITAL DE INFORMAÇÕES PESSOAIS.**

**Autor(es):**

*Ana Luiza Maia Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Maria Mariana Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É inegável que a intensificação dos avanços tecnológicos massificaram o uso da internet, fazendo surgir novas formas de relações interpessoais e, conseqüentemente, novos e mais complexos conflitos de interesses. A partir dessa nova conjuntura mundial, várias atividades passaram a ser exercidas por algoritmos que carecem de transparência com relação ao seu funcionamento (armazenamento, distribuição, recepção de dados, etc), dificultando a identificação de práticas abusivas e/ou discriminatórias. Nesse sentido, com o intuito de mitigar esses efeitos, bem como proteger os dados inseridos e coletados no meio digital, tornou-se necessária uma inovação nas legislações internacionais e nacionais, surgindo, no Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados. A LGPD foi a primeira iniciativa nacional dedicada exclusivamente à proteção dos dados pessoais e da privacidade dos brasileiros. E nesse contexto de facilidade e rapidez de circulação e manutenção de dados na internet, o debate envolvendo o direito ao esquecimento (ou right to be forgotten) voltou a ganhar força na medida em que refere-se esse à uma reivindicação de privacidade do indivíduo aplicada a informações que normalmente são públicas. No entanto, outros direitos fundamentais conflitam-se com o direito ao esquecimento no plano fático, como a liberdade de expressão, manifestação de pensamento e acesso à informação.

**(Metodologia)** Dessa forma, com a finalidade de alcançar os objetivos a que se destina essa pesquisa científica, elaborou-se uma pesquisa pelo método dialético, em um procedimento analítico, e estudo de precedentes judiciais pertinentes, compatibilizando-se a literatura especializada com a aplicabilidade de artigos da Lei Geral de Proteção de Dados e da Constituição Federal.

**(Resultados)** Assim, tem-se que o direito ao esquecimento está ligado à uma crescente valorização da privacidade e de uma maior conscientização por parte dos indivíduos acerca dos mecanismos de controle de seus dados, sendo a própria LGPD fruto deste contexto. Enquanto na União Europeia a GDPR (General Data Protection Regulation) trata, para além do escopo do armazenamento e uso interno dos dados dos usuários, do direito à eliminação de informações pessoais, conectando-se de forma mais clara com o direito ao esquecimento. Enquanto isso, no Brasil, a LGPD não repetiu a cláusula europeia, e nessa medida pode-se entender o direito ao esquecimento como uma segmentação do direito fundamental à privacidade garantido no art. 5º, inciso X da Constituição.

**(Conclusão)** Deste modo, tem-se que o direito ao esquecimento, quando examinado no domínio digital no cenário brasileiro, precisa ser considerado mais como um “direito à desindexação”, pois a informação em si, que normalmente constitui-se em objeto do pedido do esquecimento, não será efetivamente esquecida ou tampouco apagada da internet, por clara impossibilidade. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.660.168/RJ, em maio de 2018, manifestou o entendimento de que o nome de uma acusada, que não fora condenada, não deveria ser associado a informações desabonadores, decorrentes do caso, que causasse danos à honra e à intimidade

**Palavras-Chave:** Lei geral de proteção de dados. Direito ao Esquecimento. Armazenamento de dados. Direito fundamental à privacidade.

## O DIREITO AO ESQUECIMENTO VERSUS A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### **Autor(es):**

*SÂntique Ramalho Seabra de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Andreia Canuto Andre : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Laisse Calina Amorim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Jessica Dos Santos da Silva : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Renata Fernandes de Asevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei 13.709/2018 versa sobre a proteção dos dados pessoais dos indivíduos, precipuamente no que concerne ao âmbito digital, que vêm sendo o campo mais afetado na violação do sigilo dos dados, acarretando na mácula da vida privada, da honra, imagem e privacidade dos usuários. Advinda tal norma, visando a proteção dos dados pessoais, eis que surge o Direito ao Esquecimento, instituto pendente de legislação, mas que vem sendo aplicado nas decisões judiciais brasileiras. Ergue-se o conflito, no momento em que o Direito ao Esquecimento prevê a exclusão definitiva da rede, os dados tratados pela LGPD como dados pessoais sensíveis, quando vinculados a uma pessoa natural, não se aplicando a lei, contudo, ao tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivamente jornalísticos, o que constitui o antagonismo dos institutos.

**(Metodologia)** Os parâmetros utilizados na abordagem metodológica deste estudo, partem do método lógico-dedutivo, onde será delineado de forma explicativa todo o mérito do tema, realizando uma análise legislativa e doutrinária, para que se possa chegar a compreensão de ambos os temas, bem como do objetivo do trabalho.

**(Resultados)** O Direito ao Esquecimento, como supracitado, trata-se da possibilidade de que um indivíduo que teve a sua vida maculada por algum fato pretérito, possa, judicialmente, extinguir tudo aquilo que refere-se à si dos locais acessíveis por outros, sejam eles físicos ou virtuais. Isto é, o instituto ora analisado exerce a função de aplicador dos princípios fundamentais da vida privada, honra, intimidade e imagem. No mesmo sentido, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais traz em seus fundamentos, a liberdade de expressão, de opinião, de comunicação e informação, além dos direitos à privacidade, protegidos também pelo Direito ao Esquecimento. Em detida leitura à LGPD, em seu artigo 4º, observa-se a exceção de aplicação da lei, não se aplicando para o tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivamente jornalísticos, o que vai de encontro com o que já fora aqui explanado, uma vez que o fim jornalístico a que se refere a lei, é justamente o objeto principal da tutela do Direito ao Esquecimento, pois, é em razão da liberdade de expressão e de imprensa que surge a necessidade de aplicação deste direito. Ademais, quais seriam os limites obedecidos pela liberdade de expressão? e de opinião? e comunicação? A LGPD considera os dados por ela tutelados também como dados pessoais sensíveis, sendo estes: sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Portanto, pode-se dizer que a não proteção dos dados para fins jornalísticos promove um abaloamento de direitos, e em consequência, de princípios.

**(Conclusão)** Em conformidade com os aspectos delineados, é inegável a existência de uma celeuma prática, uma vez que ao entrar em vigência, a LGPD encontrará óbice para exercer os seus efeitos na busca da proteção dos dados, quando diretamente ligada com a tutela do Direito ao Esquecimento, dificultando a atuação do juízo quando no julgamento do caso concreto, o que enseja insegurança jurídica referente ao tema analisado. Todavia, o direito é mutável, logo, restando ainda um lapso temporal extenso de *vacatio legis*, alterações poderão ocorrer.

**Palavras-Chave:** Direito ao Esquecimento. Conflito. Dados Pessoais. Direitos fundamentais.

**O DIREITO ÀS FÉRIAS: UMA ANÁLISE DO ART. 133, IV DA CLT NA VIDA DO EMPREGADO QUE SOFRE ACIDENTE DE TRABALHO**

**Autor(es):**

*Jonas Augusto Ribeiro Helinski: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem por finalidade a análise da CLT, no seu art. 133, IV que trata da perda do direito às férias no período aquisitivo, e a relação das férias sendo um direito assegurado em nossa Constituição Federal de 1988, em seu art. 7.º, inciso XVII, em tratados internacionais como o da OIT e na Declaração Universal do Direito do Homem, como fator de suma importância para a saúde do trabalhador, tanto no quesito prevenção de acidentes de trabalhos, que em sua maioria são provocados por cansaço físico, quanto como questão de saúde do trabalhador uma vez que o seu corpo necessita de um período mais longo de descanso para que tenha um total reestabelecimento de sua força física/ psíquica. E por outro lado das causas que levam a "protecionista" CLT, como muitos a chamam, a retirar a garantia desse direito do "hipossuficiente" trabalhador. Podendo comparar essa perda do direito às férias no período aquisitivo que está previsto no art. 133, IV, como uma punição ao trabalhador, que muitas vezes não teve culpa no acidente de trabalho, que as vezes foi sofrido por negligência do seu tomador de serviço. esse artigo diz que perderá o direito às férias no período aquisitivo: IV- tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos. Inicialmente será demonstrado como surgiu o direito às férias no mundo, quais países primeiro aplicaram, e depois o surgimento desse direito no Brasil. Como o direito às férias foi reproduzidos em nossas constituições até chegar a Constituição Federal de 1988. Falando da natureza jurídica desse instituto, de como se adquire esse direito que são os períodos aquisitivos e concessivos. Farei uma relação entre falta de descanso, esgotamento físico do trabalhador, excesso de trabalho, como fatores que ajudam ocasionar acidentes de trabalho. Depois uma análise literal do art. 133, IV, e jurisprudencial do mesmo.

**(Metodologia)** A metodologia será a Pesquisas nas seguintes legislações: CLT, Constituição Federal, Direito Previdenciário, Doutrina e jurisprudência, tratados internacionais da OIT , súmulas.

**(Resultados)** Buscar a entre a perda do direito às férias como um fator que vai deixar o empregado sem o devido descanso garantido pela legislação trabalhista e pela carta magna. que o empregado quando está recebendo auxílio-doença ele não está descansando, nem com sua família realizando o que este instituto se propõe.

**(Conclusão)** concluindo e por final, mostrar que essa perda do direito às férias é uma punição ao trabalhador acidentado, pois o mesmo não já que está acidentado, como per exemplo em um acidente que chegue a quebrar seu fêmur o mesmo não estará, nesse tem afastado ou internado aproveitando o que as férias o proporcionaria; e nem mesmo ele recebe esse direito proporcional, nem em descanso muito meemos em dinheiro.

**Palavras-Chave:** DIREITO DO TRABALHO, FÉRIAS, PERDA DO DIREITO ÀS FÉRIAS, ACIDENTE DO TRABALHO, AUXÍLIO-DOENÇA

**O DIREITO DA AMANTE E AS DISCUSSÕES DO TEMA PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002, ENTENDIMENTOS DO STF E CELEUMA POPULAR.**

**Autor(es):**

*RaÃssa Vescia Cerqueira Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Synthia Lopes de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Emily Martins Souza Fernandes Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabel Peixoto Fernandes Pimenta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria R. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Não é de hoje que as relações extraconjugais existem, de modo que se tornam cada vez mais comum ao passar dos anos e suas discussões acerca do posicionamento legal também. São conhecidas como famílias paralelas, ou simultâneas, e se trata de situação em que um (ou ambos) dos cônjuges mantém relação com pessoa diversa, sem a extinção de vínculo de conjugalidade (ou união estável) primária. Embora a sociedade tenha avançado de diversas formas frente à temática, o Código Civil não acompanhou, tratando de maneira diversa (e mais privilegiada) os cônjuges e os companheiros, no tocante à sucessão. É certo que a construção de mais de um casamento não é algo permitido pelo Código Civil, podendo a prática deste ser considerada crime expresso de bigamia. Por outro lado, em que pese as famílias paralelas não serem regulamentadas pelo Código/2002, o Supremo Tribunal Federal vem demonstrando ter entendimentos diversos do tradicional, não somente o STF, como diversos Tribunais de Justiça de Estados brasileiros. A tomar como exemplo, a decisão do TJ-SP (2017) que entende a família paralela como entidade familiar, para todos os efeitos e determina o direito à pensão alimentícia para o companheiro extraconjugal.

**(Metodologia)** O aludido trabalho é uma pesquisa qualitativa, com método de abordagem dialético, de modo que será comparado o Código Civil de 2002 com os entendimentos recentes do STF, no que diz respeito à sucessão e demais direitos das relações extraconjugais. Os métodos a serem utilizados para tal finalidade são: histórico, comparativo, descritivo e tipológico. Como técnicas de pesquisa, serão utilizados documentos e biografias, doutrina, jurisprudência e legislação.

**(Resultados)** Logo, espera-se que diante da nova roupagem elucidada pelo viés jurisprudencial, o presente trabalho denota o liame entre o afastamento do conservadorismo popular e a conferência de direitos favoráveis à amasia/concubina. Nesse sentido, sob o argumento da viabilidade de concessão de direitos, têm-se entendimentos consolidados no sentido de conferir pensões tanto previdenciárias quanto alimentícias, valendo-se do princípio da dignidade humana, como forma de não deixar desamparada pessoa que manteve um relacionamento duradouro decorrente da prática do concubinato. Por fim, diante das mais inusitadas espécies de relacionamento, cada um com suas peculiaridades, percebe-se a presença de constante variáveis que influenciam diretamente na solução do problema levantado neste estudo, sendo notável o conflito de jurisprudências, ora concedendo, ora afastando direitos à concubina

**(Conclusão)** Concluímos que é um debate polêmico acerca da possível legalização da poligamia, ou seja, da variação legal dos relacionamentos afetivos, em conflito com os direitos assegurados a família pela legislação brasileira. Ora, nos termos do art. 226, §3º, da Constituição Federal de 1988, a formação da entidade familiar, para fins de relações e efeitos jurídicos, é apenas e tão somente monogâmica, podendo ser constituída somente por duas pessoas, e posições e entendimentos jurisprudenciais e doutrinadores divergentes.

**Palavras-Chave:** Código Civil. Família Paralela. Jurisprudência. Conflito. Tradicionalismo. Atualidade.

**O DIREITO DE PROPRIEDADE E DE PERSONALIDADE DOS DADOS PESSOAIS SOB A ABORDAGEM DA LGPD**

**Autor(es):**

*Julianno Affonso Rocha do Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lia Pinheiro Camelo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Jonathan Francisco de Carvalho Mateus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maiara Pereira da Silva Elias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Deparando-se com a manipulação econômica e política de dados pessoais disponibilizados na internet, discute-se sobre os riscos e desdobramentos que o acesso a tais informações pode trazer. O poder desse uso de dados foi observado, sobretudo, durante a disputa presidencial americana de 2016, onde se viu um bombardeio de informações manipuladas, na tentativa de eleger o atual ocupante do cargo nos EUA. Essa repercussão global quanto ao alcance político que os dados obtidos via web podem trazer para as relações externas à rede, elevou os debates quanto a livre disposição de dados pelos usuários da web. Observando o quadro, surgiu a Lei de Proteção de Dados Pessoais (lei n. 13.709/2018), porém, com vigência para 2020, ainda são incertos os efeitos advindos desse novo dispositivo normativo, diante da falta de uma referência jurisprudencial e de uma discussão doutrinária majoritária difundida. Pensando nas possibilidades de aplicação da nova lei, faz-se o seguinte questionamento: como pode o direito civil auxiliar na tutela dos dados pessoais ofertados online, discutindo-se sob a ótica do Direito de personalidade e do Direito de propriedade?

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Para a elaboração da pesquisa, adotou-se o método lógico-dedutivo, apresentando premissas concretas para chegar à conclusão. Para obter os resultados utilizou-se levantamentos por artigos online e jurisprudencial, além da legislação vigente no país, principalmente a lei do Marco Civil da Internet (lei n. 12.965/2014), a lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (lei n. 13.709/2018) e o Código Civil brasileiro de 2002. Assim, o artigo está dividido em: contextualização do uso de dados pessoais no cenário atual; demandas jurídicas e dados jornalísticos envolvendo a utilização das informações em rede; legislação aplicada ao quadro; comparativo entre os efeitos do Direito de propriedade e de personalidade aplicados aos dados; por fim, a conclusão do caminho que possa trazer almejada segurança quanto ao uso de dados pessoais dos usuários na internet.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, de tal forma que os resultados ainda não foram alcançados.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) Atribuindo aos dados pessoais o caráter de personalidade é possível, em aplicação judicial, exigir a cessação da ameaça/lesão aos dados pessoais na rede, além da reclamação de perdas e danos, conforme o caput do artigo 12, CC/2002. Em complementação, pode-se enquadrar os dados pessoais também como propriedade do usuário, assim o dono dos dados pode usar, gozar e dispor, além de possuir o direito de reivindicar de quem injustamente possua ou detenha, trazendo uma ótica comercial entre o usuário e a empresa.

**Palavras-Chave:** PROTEÇÃO AOS DADOS; DIREITO DIGITAL; DIREITO DE PERSONALIDADE; DIREITO DE PROPRIEDADE.

## O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E A SUA REALIDADE DE FATO

### **Autor(es):**

*Marcelo Duarte Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Paulo Roberto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando nos voltamos ao Direito Previdenciário, logo de cara nos vêm em mente, a nossa Carta Magna, a Constituição da República Federal do Brasil, principalmente a Constituição de 1988, conhecida por todos como sendo uma Constituição Social, solida e democraticamente, que não busca só atender a necessidade do indivíduo, mas os interesses de todos no coletivo, de forma democrática, equitativo e igualitário. Nascia para a Nação Brasileira, não só um documento, mas sim uma esperança de um país mais humano e igualitário coletivamente. Podendo destacar que na Constituição Federal é possível elencar os direitos e as garantias, que estão arregrados a uma história dura e sofrida, estando expressa no texto da Lei, como sendo os Direitos Sociais, contido no Art. 6º, da Constituição: "São Direitos Sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados". Esses direitos são bem elencados no capítulo II, da Constituição de 1988, cujo título é a Seguridade Social, que engloba o tripe que destina-se a assegurar os direitos relativos a saúde, a previdência e a assistência social, sendo de competência dos Poderes Públicos e da Sociedade, a partir de um conjunto de ações integradas individuais.

**(Metodologia)** Além de ser Direito Social, o Direito Previdenciário é direito fundamental de Segunda Geração que surgiu com o início do Século XX, que compreende os direitos sociais, econômicos e culturais, desde a proteção do trabalho ao amparo à velhice, caracterizando como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à caracterização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, sendo direitos sociais os relativos: • ao trabalhador; • a seguridade social, abrangendo os direitos à saúde, à previdência social e à assistência social; • a educação, à cultura e ao esporte; • a família, à criança, ao adolescente, ao idoso e as pessoas portadoras de deficiência. Os Direitos Sociais obrigam o Estado a conceder melhores condições de vida, a fim de consagrar suas normas programáticas.

**(Resultados)** A pesquisa será aplicada junto as Instituições de Longa permanência dos idosos - ILPI, entretanto os resultados ainda encontrasse em construção.

**(Conclusão)** Trabalho concluso para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Muito embora pronto para apresentação do Pré-Projeto.

**Palavras-Chave:** CONSTITUIÇÃO; PREVIDÊNCIA; BENEFÍCIO; BPC;



## O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO À LUZ DAS FLEXIBILIZAÇÕES TRABALHISTAS

**Autor(es):**

*Aline Gurgel d'Ávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN  
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na última década, o Brasil tem enfrentado dificuldades de progresso econômico que abriu discussões sobre novas formas de relacionamento entre empregados e empregadores.. Nesse sentido, está previsto no Código Civil Brasileiro a possibilidade de uma entidade formada por indivíduos e reconhecida pelo estado possuir direitos e deveres – forma-se, assim, uma pessoa jurídica. Todavia, o epicentro problemático da discussão surge a partir do momento em que grandes e médias empresas, mascaradas pelas novas tendências trabalhistas liberais, contratam pessoas civis como se fossem pessoas jurídicas, caracterizando o fenômeno da pejotização. Assim, somado este fenômeno ao contexto atual de reforma e inovações trabalhistas, torna-se cada vez mais comum que trabalhadores tenham seus direitos subtraídos por máscaras de “modernização”.

**(Metodologia)** Para facilitar o entendimento acerca do assunto, a metodologia utilizada será o método dialético. A tese inicial será de que a pejotização se insere como um meio utilizado pela elite para maximizar seus lucros o que, conseqüentemente, enfraquece os direitos trabalhistas. Por outro lado, teremos como antítese a sustentação de que a pejotização segue as tendências mundiais para atingir o progresso econômico. É relevante ressaltar que neste método se objetiva chegar a uma "síntese" entre as duas hipóteses contrastantes. Ademais, o método de abordagem utilizado será o dialógico, de maneira a utilizar diferentes vertentes de estudo para a análise da proposição, como a frente trabalhista, civil e constitucional.

**(Resultados)** Constata-se uma relação íntima entre a flexibilização dos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores brasileiros e o fenômeno da Pejotização. Essa problemática ocorre devido ao fato de que os novos fenômenos do Código de Leis Trabalhistas tornam obscuros os limites entre a retirada dos direitos e a flexibilização da relação entre empregado e empregador para a melhoria da mesma. Nesse sentido, é possível confundir institutos permitidos como o da "terceirização" ou o do "MEI" com a própria terceirização, sem que sequer o trabalhador saiba que está sendo submetido a uma ilegalidade. Dessa forma, o resultado apresentado é de que as flexibilizações, muitas vezes, se mostram como uma máscara para o trabalhador que não conhece os seus direitos.

**(Conclusão)** Por todo o exposto, é razoável concluir que toda flexibilização apresentará vantagens e desvantagens a depender da ótica em que estiver sendo avaliada - seja ela do fornecedor do emprego ou do próprio empregado. No entanto, as flexibilizações trazidas pelo ordenamento jurídico brasileiro podem se tornar alarmantes a partir do momento em que são utilizadas para enfraquecer ou mascarar direitos, sob a justificativa que o faz para se adaptar as tendências mundiais. Nessa linha de raciocínio, é mister que os motivos e a forma a qual derivam a Pejotização sejam compreendidas com o intuito de diferencia-la dos demais institutos e afastá-la de vez da sociedade brasileira. Dessa forma, os direitos trabalhistas serão preservados ainda que possam ser relativizados em demais circunstâncias.

**Palavras-Chave:** Pejotização, Flexibilização, Fenômeno

**O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL: A SUA REPRESENTAÇÃO COMO UMA AFRONTA AO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS**

**Autor(es):**

*João Miguel de Carvalho Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo Barroso (2009), “A ideia de ativismo judicial está associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes”. Diante disso, falar em ativismo judicial significa dizer que o Poder Judiciário interfere na soberania dos demais poderes constituídos, causando um desregramento no ordenamento jurídico brasileiro, através da “criatividade judiciária”, tal fenômeno consiste na tentativa de adequação da norma à realidade social, levando a uma abertura de margem criativa pelo julgador do caso em análise.

**(Metodologia)** Entendimento do fenômeno a partir da leitura de doutrina, artigos, análise de casos concretos e jurisprudência. Por intermédio do método de pesquisa hipotético-dedutivo como método principal e método tipológico como método de procedimento.

**(Resultados)** Com os estudos realizados, pretende-se demonstrar uma análise detalhada do fenômeno do ativismo judicial, assunto que é de grande repercussão no contexto jurídico brasileiro. Ao fim, buscar-se-á expor, ainda, que tal prática consiste numa ofensa clara à manutenção do sistema de freios e contrapesos, acarretando na ocorrência da politização judicial. Além disso, demonstrar através de casos concretos a nítida usurpação de competência que ocorre na ocorrência do referido fenômeno.

**(Conclusão)** O ativismo judicial mostra-se um fenômeno prejudicial ao sistema constitucional brasileiro, pois em alguns casos, a usurpação de competências pelo Poder Judiciário representa uma afronta gravíssima ao sistema de freios e contrapesos, sistema esse estabelecido pela Constituição Federal ao delimitar cada área de atuação dos três poderes. Tal ocorrência demonstra-se danosa, pelo fato de que não há um respeito por parte do judiciário aos outros poderes, onde aquele acaba por atrair pra si a competência destes, abrindo margem para uma insegurança jurídica, onde muitas vezes, tais decisões acabam por causar ofensa às leis infraconstitucionais e até mesmo a própria Constituição Federal, por ir contra o que estão nelas estabelecidas, com fundação na adequação da norma à realidade dos fatos.

**Palavras-Chave:** Ativismo Judicial. Freios e Contrapesos. STF.

**O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS EM CANDIDATURAS NATIMORTAS**

**Autor(es):**

*Renata Freitas Silveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) De antemão faz-se necessário esclarecer sobre os direitos políticos, esses são prerrogativas que traduzem um conjunto de normas legais para o exercício da cidadania, ou seja, reflete na participação da sociedade nas decisões governamentais. Também pode-se afirmar que se divide em direitos ativos, que é o direito de votar e em direitos passivos, que é o direito de ser votado. Vale salientar ainda que o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil, adota o sistema misto, isto é, tanto o Poder Público como os entes privados contribuem para as candidaturas. Dessa forma, deve-se afirmar que a utilização do erário público em candidaturas natimortas implica na privação da oportunidade do eleitor votar em candidatos elegíveis.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Utiliza-se como método de abordagem a dialética, que diz respeito a análise dos fenômenos da sociedade, para se entender a realidade social. Desse modo, verifica-se a utilização do dinheiro público nas campanhas eleitorais pelos candidatos que não possuem a confirmação de candidaturas. Como método secundário, usa-se o comparativo, partindo do estudo das semelhanças e diferenças e tendo como objetivo a comparação dos registros de candidaturas, analisando também as inelegibilidades e elegibilidades; Ademais, usa-se o método tipológico, que busca um modelo ideal, após a comparação dos fenômenos sociais, apresentando como modelo, a utilização dos recursos públicos apenas para os candidatos que possuam o registro de candidaturas deferidos. Dessa forma, vale-se ainda das técnicas de pesquisa, quais sejam, as bibliografias, documentos, leis e doutrinas.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Diante dessa pesquisa almeja-se que seja analisado o Registro de Candidatura sempre antes da campanha eleitoral, para que os recursos públicos só possam ser distribuídos após o resultado da candidatura. Isto é, que os registros sejam analisados e declarados elegíveis pelo Tribunal Superior Eleitoral, antes de receber qualquer verba pública. Porém, caso seja verificado a inelegibilidade durante o período de campanha, que a candidatura seja cassada e, conseqüentemente, que o candidato restitua os cofres públicos.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante do exposto, é necessário que a confirmação do Registro de Candidatura aconteça com antecedência, isto é, antes do início da campanha eleitoral, para que não ocorra a utilização dos recursos públicos sem a confirmação da elegibilidade do candidato. Sendo assim, é de extrema importância que a decisão da impugnação da candidatura seja publicada antes da campanha.

**Palavras-Chave:** Direito eleitoral. Financiamento. Candidaturas Natimortas. Recursos Públicos.

**O IMPACTO DO PADRÃO DE BELEZA NO DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE QUANTO À DISCRIMINAÇÃO E A DESIGUALDADE**

**Autor(es):**

*Mariana Morais Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Silvana Ellen Souza de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A aparência das pessoas, mediante a influência dos meios digitais e midiáticos, é supervalorizada atualmente. Existe, nesse contexto, um padrão de beleza, nem sempre objetivado, mas que permeia as relações sociais e influencia as ações dos indivíduos. Diante disso, é possível a observação de práticas discriminatórias no Brasil com base no padrão estético nas relações de trabalho, por exemplo, pela proibição dos indivíduos de terem barba, ou, meramente, pela sua estatura física, como estar acima do peso. Isso é algo distante do previsto no ordenamento jurídico brasileiro, porquanto não só a Constituição Federal traz, em seu artigo terceiro, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a promoção do bem de todos sem quaisquer formas de discriminação; mas também a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando veda distinções, no artigo de mesmo número.

**(Metodologia)** No estudo em questão, faz-se necessário a utilização do método dedutivo, porquanto examinará uma explicação geral acerca da temática, passando para uma vertente de casos efetivos em seus resultados. Ademais, utilizou-se uma pesquisa exploratória, buscando a aproximação dos leitores com o tema, bem como uma pesquisa respaldada em estudo de caso, a qual se objetiva trazer casos concretos para melhor elucidação da problemática.

**(Resultados)** Como resultado da análise acadêmica, constata-se que, aos poucos, os discriminados e os tratados de maneira desigual estão sendo reparados mediante critérios subjetivos de boa aparência nas relações trabalhistas que sofrem interferência do padrão de beleza. Para comprovar tal raciocínio, é premente apresentar, dentre muitos casos, o julgado da 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) referente ao processo ARR-1036-93.2014.5.09.0072, o qual condena a Sodexo do Brasil Comercial S.A a pagar indenização em razão de gordofobia cometida a cozinheira. Outrossim, expõe-se a situação em que o Banco Bradesco dispensou, discriminatoriamente, um gerente por causa de sua orientação sexual, sendo condenado, tanto pela juíza de 1 grau quanto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, a indenizar o gerente, pois não houve prova concreta de que não havia tido a discriminação alegada.

**(Conclusão)** Portanto, como observado, o padrão de beleza, o qual incentiva os indivíduos os terem como referência para suas relações, influencia nos vínculos laborais e, muitas vezes, leva à prática de atos discriminatórios e não isonômicos. Tal realidade entra em contradição com os dispositivos legais por ferir princípios constitucionais e trabalhistas e, logo, pode gerar indenizações para as pessoas que sofrem os prejuízos dessa necessidade de seguir o padrão de aparência, assim como foi visto nos julgados tanto do Tribunal Superior do Trabalho quanto do Tribunal Regional do Trabalho.

**Palavras-Chave:** Padrão de beleza. Relações trabalhistas. Princípio da não discriminação. Princípio da igualdade.

**O INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUAS APLICAÇÕES NA REALIDADE FÁTICA**

**Autor(es):**

*Beatriz Silveira Santiago: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei nº 13.777, de 20 de dezembro de 2018, regula os direitos do uso por turnos de imóveis com finalidade turística ou não, no Brasil, que ficou conhecido como multipropriedade ou timing-sharing. Desde a década de 60 começaram a aparecer pela Europa os primeiros exemplos de multipropriedade e fórmulas para o usufruto temporário de imóveis. Com diferentes nomes, mas como o mesmo fim, as “fórmulas” consistiam no uso periódico de um apartamento, uma casa, chalé, ou qualquer outra estrutura que uma propriedade possa adotar. A proposta é poder ter a prévia possibilidade de usá-lo, durante um determinado período de anos ou até mesmo perpetuamente. A novidade desse sistema verdadeiramente atraente e a grande possibilidade de fomentação da economia chamou a atenção dos grandes empresários e encheu de expectativas um grande grupo da população de níveis econômicos médios, que procuravam desfrutar de férias em locais turísticos. Assim, a multipropriedade traz novidades nas relações inter-humanas e comerciais e por esse aspecto, este projeto de pesquisa propõe analisar a complexidade do novo instituto. Nessa perspectiva, buscou-se estudar os aspectos socioeconômicos que deram origem ao fenômeno da multipropriedade e que permitiram seu desenvolvimento bem como, conceituar o instituto e esclarecer, de maneira simplificada, como funciona cada espécie de timing-sharing. Propõe ainda, trazer a definição da natureza jurídica do instituto com base na análise da jurisprudência brasileira e aferir as consequências dessa definição.

**(Metodologia)** Ademais, o método de abordagem utilizado para responder a esse questionamento central foi o hipotético-dedutivo uma vez que, a partir de precedentes e leis, pretendeu-se chegar à resolução dos conflitos que podem ser gerados a partir do instituto da multipropriedade. Foi através da análise de fatos e conceitos que se buscou a resposta para a problemática abordada e com base em hipóteses que se conseguiu extrair uma solução para a problemática. Já quanto a técnica de pesquisa, foi utilizado como principal fonte de apoio a Lei 13.777/18 e o Código Civil e seus capítulos que versam sobre direitos reais e direito de propriedade, o livro do doutrinador Gustavo Tepedino de 1993 intitulado “Multipropriedade Imobiliária”, matérias e artigos científicos que tratam sobre o tema supracitado bem como o direito comparado e ainda a análise jurisprudencial do Acórdão do REsp de nº 1.546.165.

**(Resultados)** Como resultado ao projeto de pesquisa, obteve-se que a multipropriedade ou divisão do imóvel por unidade de tempo, possui diversos aspectos benéficos nas hipóteses de compra e venda e fomento da economia e do mercado imobiliário, uma vez que há o compartilhamento dos custos e redução dos riscos e de investimento, possibilitando o acesso do imóvel pela população de níveis econômicos médios. Contudo, é importante fazer ressalvas quanto ao sistema do timing-sharing. Este também apresenta desvantagens já observadas nos países em que o instituto surgiu há muito tempo. A novidade do o instituto e o desconhecimento de como se operava o mecanismo por muitos que adquiriram o bem, passou a ser utilizado como meio de se cometer fraudes.

**(Conclusão)** Vê-se assim, que a multipropriedade ou “timing sharing” já se estava em prática na realidade pátria no ordenamento jurídico brasileiro e possuía como principal alicerce o direito comparado. Observa-se ainda que apesar de retratar uma “nova” possibilidade de negócio jurídico que pode aquecer o mercado imobiliário, a multipropriedade merece atenção para que não se torne um meio de fraudes. Por fim, resta claro que é necessário o estudo mais aprofundado do instituto com a finalidade de regular e de sanar dúvidas e conflitos que possam vir a surgir acerca do tema.

**Palavras-Chave:** Palavras Chave: Multipropriedade. Timing-sharing. Lei 13.777/18

**O LABOR DE NOSSOS CORPOS E O TRABALHO DE NOSSAS MÃOS: UMA ANÁLISE SOCIAL DOS DISCURSOS DE HIPER VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

**Autor(es):**

*Guilherme Leandro Roessler: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É mais do que comum perceber a utilização dos termos Trabalho e Labor enquanto sinônimos nos mais variados discursos, mídias, texto... ofuscando, assim, alguns de seus antigos significados. Para isso, percorre-se um longo caminho histórico para traçar, em diversos tempos e culturas, suas possíveis interpretações e, principalmente, suas diferenças, entendendo, por fim, a razão pela qual é extremamente prejudicial utilizá-los enquanto meros sinônimos. Trazendo à tona a renomada filósofa alemã Hanna Arendt e sua revolucionária análise dos termos Labor e Trabalho, percebe-se a nítida distância conceitual existente entre eles, além da necessidade de atualizar seu enquadramento as práticas trabalhistas das sociedades ocidentais digitais. Utilizando Hanna como base principiológica para a definição do Labor e do Trabalho, bem como o novo enquadramento das novas relações de trabalho, revela-se uma estreita relação entre a precarização das relações de trabalho – fenômeno conhecido e discutido na literatura da sociologia do trabalho como “uberização” – e o Labor. Dessa forma, o labor de nosso corpo e o trabalho de nossas mãos é rotineiramente ofertada pelo mercado de trabalho e pelos discursos hegemônicos de empreendedorismo como motor de uma espécie de dignificação para o cidadão médio, deixando de levar em consideração toda a dimensão escravizatória que ele possui. Como consequência, o indivíduo que labora perde a capacidade de auto reconhecimento no mundo, não existe em sua existência algo que lhe confira identidade, já que está passa a funcionar apenas em função de sua própria manutenção. Essa é a chamada escravidão pela necessidade, ou a sujeição ao próprio corpo. A distribuição em massa desse pensamento dá-se, especialmente pela hiper valorização do trabalho – este, claro, usado irresponsavelmente sem distinguir trabalho de labor – que cada vez mais legitima novas e precárias condições de trabalho.

**(Metodologia)** Durante a produção foi utilizados os métodos de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, sempre procurando uma abordagem transdisciplinar do assunto, uma vez que reúne, em maior grau, Sociologia e Direito do Trabalho, assim como uma análise explicativa da realidade a partir da pesquisa realizada.

**(Resultados)** Restou comprovado, após toda a análise bibliográfica que os discursos hegemônicos de hiper valorização – indiscriminada – do trabalho acaba por introduzir no inconsciente coletivo da sociedade ocidental digital que inexiste diferença entre labor e trabalho, acarretando ao indivíduo a incapacidade de reconhecer-se enquanto sujeito autônomo e independente no mundo, levando, também, a uma aceitação de toda e qualquer relação de trabalho com base na promessa de uma dignificação conferida ao sujeito que “trabalha”. Dessa forma, as novas configurações de trabalho amplamente discutidas na literatura trabalhista – uberização – acabam por fomentar a distribuição desses discursos. Quanto mais corpos laboram mais os indivíduos se sujeitam a condições precárias de trabalho e de vida, tudo com base nas imposições de uma sociedade sedenta por “trabalho

**(Conclusão)** Ao se tratar de uma iniciação científica o trabalho ainda está em aberto, em processo de formação. Portanto, a fim de precipitar conclusões imprecisas e nada razoáveis, não existe conclusão consolidada para esse trabalho.

**Palavras-Chave:** Trabalho; Labor; uberização; precarização das relações de trabalho.

**O REFLEXO DA FLEXIBILIZAÇÃO GERADA PELA REFORMA TRABALHISTA FRENTE À TRAGÉDIA DE BRUMADINHO**

**Autor(es):**

*Aioninny Amanda Camilo Lustru: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN*  
*SARAH MARLA DE CASTRO GURGEL: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*karla: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Breno Souto Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Pereira Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A necessidade de adequação em razão das novas relações trabalhistas e dos acontecimentos históricos-sociais, fez surgir institutos como o da flexibilização. Tendo como observância o art.7º da Constituição Federal, existe um limite quanto a flexibilizar, e principalmente devem ser respeitados os direitos sociais, como bem os direitos mínimos dos trabalhadores. As medidas para esta devem existir, mas de forma criteriosa e que não afete negativamente o trabalhador. A reforma trabalhista inseriu na CLT novos dispositivos para regular o dano extrapatrimonial. A maior controvérsia da lei nº 13.467\17 está na previsão de limitar a indenização por danos morais a 50 vezes o salário contratual, podendo ser elevado ao dobro em caso de reincidência. Discute-se que essa fixação de valores máximos para indenizações estaria violando o que estabelece o art.5º da Constituição Federal, que garante a igualdade perante a lei e o direito à reparação proporcional. Assim, mensurar o valor da indenização a ser paga aos trabalhadores por seus salários constituiria uma afronta ao princípio da isonomia e ao princípio da dignidade humana. Constata-se, nessa linha, que o teto estabelecido pela reforma gera situação de extrema injustiça, principalmente em casos de acidentes graves, como exemplo disto, o desastre ambiental do rompimento da barragem de Brumadinho, Minas Gerais.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando base de dados virtuais do SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO e PROQUEST, através das quais buscamos nos familiarizar com a temática abordada.

**(Resultados)** As medidas flexibilizadoras são de grande importância para melhorar a relação entre empregado e empregador, entretanto, é necessário que essas mudanças estejam em consonância com a constituição federal como bem com os direitos mínimos dos trabalhadores, em respeito a hierarquia normativa que a mesma possui. Portanto, tal exemplo supracitado demonstra a ineficácia da aplicação da flexibilização.

**(Conclusão)** Ao longo da pesquisa, é possível identificar que a flexibilização é um instituto necessário, mas que deve ser realizado de forma criteriosa e responsável. Se for feito de forma inobservada, poderá gerar o retrocesso. Dessa forma, a lei nº 13.467\17, surge como medida para melhorar a aplicabilidade das leis trabalhistas, sendo aplicada de forma correta pode ela trazer vantagens para ambos, tanto para empregador quanto para empregado. Como exemplo, o que foi estabelecido em lei, o cálculo que deve ser realizado para o resultado dos danos extrapatrimoniais fere direitos e princípios mínimos garantidores do empregado, gerando uma flexibilização desregulamentadora.

**Palavras-Chave:** Flexibilização, normatização, direito do trabalho, brumadinho, reforma trabalhista.

**O REFLEXO DO RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA INCIDÊNCIA NA ATUAÇÃO DOS AGENTES ESTATAIS: UMA OFENSA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Autor(es):**

*João Miguel de Carvalho Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo Silvio Luiz de Almeida, o racismo estrutural pode ser entendido como: “O modo normal com que o racismo está presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, faz com que a responsabilização individual e institucional por atos racistas não extirpem a reprodução da desigualdade racial”. Diante disso, percebe-se que o racismo estrutural não está abarcado pela concepção de racismo a qual estamos acostumados, mas a práticas que se naturalizaram como costume dentro da sociedade que ao invés de dissipar a desigualdade racial, acaba por reforçar o ideal que atravessa a sociedade brasileira por gerações: o de que o negro sempre vai estar na posição de escravo e o branco será livre. Cabe ressaltar que, tal concepção surge como reflexo do enfraquecimento do sistema escravista, em um contexto de tentativa de manutenção de poder por parte da elite colonial.

**(Metodologia)** Entendimento do fenômeno a partir da leitura de artigos, análise de casos concretos e jurisprudência. Por intermédio do método de pesquisa indutivo como método principal e métodos histórico e estatístico como método de procedimento.

**(Resultados)** Com os estudos realizados, pretende-se demonstrar que tal prática é nociva para uma sociedade, pois subjugava uma parte da população única e exclusivamente usando o critério racial. Ao fim, buscar-se-á expor, ainda, que tal prática consiste numa ofensa clara à manutenção do Estado Democrático de Direito, concepção utilizada pelo Brasil como norteadora de sua Constituição e posicionamentos judiciais. Outrossim, demonstrar que se deve abolir tal prática do interior social através de programas de conscientização, por exemplo.

**(Conclusão)** O racismo estrutural mostra-se um fenômeno prejudicial ao sistema social e constitucional brasileiro, pois em alguns casos acaba ceifando a vida de jovens inocentes e causando sofrimento a várias famílias, representando uma afronta gravíssima à proteção constitucional. Tal ocorrência, demonstra-se prejudicial para a manutenção de um convívio pacífico e igualitário em sociedade, abrindo margem para o crescimento da violência e o crescimento da autotutela. Deve-se buscar combater tal prática, pois desse modo será possível construir uma convivência tranquila em sociedade, onde os negros não sejam julgados por conta de sua cor de pele.

**Palavras-Chave:** Racismo Estrutural. Estado Democrático de Direito. Agentes Estatais.



**O SURGIMENTO DA LEI 10.931/2004 NO BRASIL: SOB A LUZ DA TEORIA DA TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO DE MIGUEL REALE.**

**Autor(es):**

*Jeffte Mateus Lira Silva de Oliveira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito Imobiliário é uma vasta área do conhecimento do direito privado que trata e regulamenta vários aspectos da vida privada, tais quais o condomínio, o aluguel, a compra e venda de imóveis, a usucapião e os financiamentos da casa própria. Suas raízes estão no direito de propriedade, seja como direito subjetivo à detenção de uma coisa, seja como ramo especializado da doutrina jurídica. Um dos fenômenos jurídico-econômicos de maior destaque no ramo do direito imobiliário são as incorporações imobiliárias, uma vez que alavancam as possibilidades do uso do bem imóvel como forma de investimento e fomento de riqueza, com consequências socioeconômicas de grande impacto. Deste modo, é nesse contexto que cria-se a Lei 10.931/2004, que surgiu da necessidade de proteger o patrimônio tanto do adquirente como do próprio incorporador ,através do Regime de Afetação , principalmente após a derrocada da Encol, maior empresa do ramo de construção civil em meados dos anos 80 e 90 , que acabou protagonizando a maior falência do setor imobiliário.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica, a fim de demonstrar a importância do tema delineado neste projeto. Será utilizado o método de abordagem Indutivo, já que buscará analisar, partindo de um caso particular para uma questão mais ampla. Como método de procedimento, utilizaremos o Estudo de Casos, para uma melhor compreensão dos efeitos concretos da importância da Lei que rege o Patrimônio de Afetação

**(Resultados)** A referida pesquisa constatou o quão importante foi o surgimento da Lei 10.931/2004 na tutela dos direitos dos adquirentes de imóveis na planta, trazendo mais segurança e confiabilidade jurídica ao mercado imobiliário, e blindando que situações semelhantes ao Caso Encol venham acontecer novamente.

**(Conclusão)** Portanto, é notável como o instituto do Patrimônio de Afetação, assegura a continuidade e a entrega das unidades em construção aos futuros adquirentes, mesmo em caso de falência ou insolvência do incorporador. Além de assegurar um regime fiscal mais favorável para o incorporador optante pelo instituto supramencionado, uma vez que no campo fiscal, é positiva a opção pelo regime especial de tributação gerado pelo patrimônio de afetação, em virtude da redução da carga fiscal para 7% da receita mensal.. No tocante ao adquirente, o regime de afetação gera maior credibilidade ao empreendimento, o que ocasionará um incremento nas vendas em planta, favorecendo os interessados na aquisição, em decorrência da separação patrimonial. Ressalta-se, contudo, de que não há garantia para estes de que a obra será executada, mas sim de que há um patrimônio reservado para tal finalidade.

**Palavras-Chave:** Direito Imobiliário . Patrimônio de Afetação. Incorporação Imobiliária . Imóveis. Direitos Reais.

## O TERRAPLANISMO JURÍDICO

### **Autor(es):**

*Gustavo Henrique de Azevedo Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Amanda Espírito Santo Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A cada dia o terraplanismo ganha mais adeptos, ampliando sua influência por todas as áreas do conhecimento e, claro, no direito não é diferente. Tal analogia orbita em torno de concepções, posições, decisões absolutamente contrárias ao ordenamento jurídico vigente, já superadas ou criadas de maneira errônea, justificadas por valores individuais, oriundas principalmente de sujeitos com grande poder decisório. O terraplanismo chegou ao Direito, até mesmo com um panorama favorável, para ficar por algum tempo - a receita dos fins justificarem os meios está mais em alta do que nunca e a sociedade sofrerá consequências de escolhas ruins advindas do mundo jurídico, incluído aqui o magistério, ao longo dos últimos anos. Nesse contexto, ao fazer tal analogia dentro do mundo jurídico, a tese central vive no fato de que os fins não podem justificar os meios, que é o Direito, não podendo ser deturpado em nome desse fim. Essa seria a manifestação pura de terraplanismo jurídico. O que se pretende demonstrar, são situações fáticas em que um Juiz, em nome de valores alegadamente superiores, ignora a lei e toda consequência que surge diante disso, além, por óbvio, da insegurança jurídica.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de análise com cunho exploratório, que ao final aproximará a ciência do Direito de um fenômeno pouco explorado até então, além de servir como um alerta de que algo está errado desde as bases de vários profissionais do vasto mundo jurídico. Nesse passo, exemplos de terraplanismo jurídico serão postos com fim de comprovar a existência de absurdos, defendidos de maneira inusitada, ocorridos no Direito. Para isso, utiliza-se método indutivo de abordagem uma vez que o objetivo será chegar a conclusões mais amplas do que a própria confirmação de terraplanismo jurídico, analisando sempre a causa e o efeito dos fatos.

**(Resultados)** O Supremo Tribunal Federal em tempos se reúne com autoridades nacionais para discutir sobre formas de liquidar a impunidade no Brasil. Ocorre que, não é da competência do Poder Judiciário adentrar o assunto. Nesse aspecto, foge do padrão natural do prosseguimento institucional do Direito, sendo papel de autoridades parciais. A partir disso, mostra-se necessário buscar o equilíbrio entre o garantismo, com viés positivista; e o ativismo jurídico, posicionamento que tem levado a decisões terraplanistas na atualidade.

**(Conclusão)** Ante o exposto, é fato que o Direito deve acompanhar as mudanças da sociedade. Contudo é necessário respeitar a estrutura democrática, a proposta, o desenvolvimento e a criação de leis, permitindo o poder da governação através do sufrágio universal. Já é possível entender que nos dias hoje ser revolucionário é simplesmente seguir a lei, utilizar o Direito como meio prevê seguir regras pré-determinadas, ou, embora seja permitida a inovação, é inadmissível que a justificativa seja baseada em valores postos como superiores apenas para quem tem o poder decisório. Em síntese, esta pesquisa tem o objetivo de alertar a sociedade acadêmica que o Direito vem sendo utilizado de maneira errada por vários profissionais que deveriam ser imparciais e, muito embora isso esteja ocorrendo, as condutas absurdas não estão sendo expostas com a importância negativa que carregam.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chaves: Terraplanismo jurídico. Insegurança jurídica. Fins. Meios. Juízes.

**O TRÁFICO DE ÓRGÃOS NO BRASIL E A INAPLICABILIDADE DA LEI 9434/97 SOB A ÓTICA DA INEFICIÊNCIA DO PODER PÚBLICO**

**Autor(es):**

*Mariana De Moura Porpino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

*Rosângela Maria R. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho trata sobre o desenvolvimento no âmbito jurídico da Lei de Transplantes e como está sendo a atuação do Poder Público na prevenção de mais episódios de comercialização ilegal de órgãos no território brasileiro, é válido ressaltar a relação entre os impactos do projeto de lei sobre a legalidade das vendas de órgãos em relação a disposição gratuita do próprio corpo, sendo preservada pelo Código Civil. Não obstante, vale lembrar que o desenvolver histórico afetou a forma de ver a doação de órgãos no Brasil e porque ainda há o medo em ser um doador, pois esse tema é de grande importância jurídica – social, como é o caso Pavesi, que por erro médico teve seus órgãos retirados para serem vendidos. Além do mais, segundo estimativas da GFI, ONG focada no rastreio de fluxos financeiros ilícitos, 10% de todos os transplantes de órgãos no mundo acontecem via tráfico – mercado que movimenta até US\$ 1,7 bilhão por ano, deixando claro que necessita de uma maior atenção do Poder Público.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada na realização da pesquisa é o método de abordagem, o hipotético – dedutivo, partindo de uma generalização para uma parte específica, buscando o melhor meio de resolução das problemáticas que emergirem. Ademais, será utilizado o método dialógico, visto que é uma forma de conectar diversas áreas de conhecimento científico, com a intenção de complementaridade e independência, como também as técnicas de pesquisa, como: artigos científicos e estudos de caso acerca da questão do tráfico de órgãos, com intento de alcançar os resultados esperados.

**(Resultados)** Observa-se que mesmo com a elaboração de leis específicas no ordenamento jurídico brasileiro, como a Lei de Transplante, tendo sua finalidade proteger as vítimas desse tráfico ilegal e punir os infratores, a pena imposta ao agressor é curta, e não surte o efeito desejado, pois os índices de venda ilegal não tiveram uma baixa considerável. Logo, foi necessário pesquisar outras legislações com a finalidade de aperfeiçoar nossa lei, tendo como base as pesquisas, foi constatada a necessidade de medidas fiscalizatórias, em hospitais, crianças e adultos desaparecidos, objetivando o cumprimento do vigente sistema jurídico legal, em vista dessa condescendência social, nota-se que a presente atividade criminosa perpetrada tem a tendência a se perpetuar caso não haja uma apreciação séria e resolutiva.

**(Conclusão)** Por fim, após pesquisas acerca da questão do tráfico de órgãos, verificou-se que é um impasse que ainda persiste na sociedade, visto a ausência de conhecimento sobre a temática faz com que menos pessoas se tornem doadoras, afetando na vida daqueles que estão à espera de um transplante. Ademais, a escassez de órgãos faz com que indivíduos com poderes aquisitivos consigam de maneira mais rápida órgãos que possam ser comercializados, incentivando que esse tráfico seja a terceira maior área econômica, seguido pelo tráfico de drogas e armas. Não só isso, ainda são encontrados diversos casos de negligência no diagnóstico médico em declarar morte encefálica, auxiliando o mercado ilícito de órgãos, principalmente de crianças e adultos em situação de rua, isto é, os principais grupos sociais esquecidos pelo Poder Público, onde há um maior índice de sequestros com essa finalidade. Dessa forma, podemos perceber que o Brasil hoje tem legislação específica, contudo, temos ainda sérios problemas na sua aplicabilidade, que somente irá diminuir com uma forte fiscalização estatal.

**Palavras-Chave:** Tráfico; órgãos; pessoas; poder público

## O TRAFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

### **Autor(es):**

*Nathália : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alan Bernardo Moura Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jorge bernardo silva fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é um tema que está em diversos debates internacionais, o tráfico elucida o lucro, utilizando-se de mulheres em situação de pobreza. Contudo, ao chegar no país de destino deparam-se com a realidade, sendo hostilizadas à viver em condições piores do que de suas origens, violentadas fisicamente e psicologicamente, e moralmente no qual se é ferido os direitos da dignidade humana das mesmas. O crime organizado encontra novos meios de atuação, o que representa um grande desafio para as autoridades policiais. Nesse contexto, o presente trabalho pretende abordar o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual numa perspectiva ampla, dando uma análise na legislação internacional e nacional, como os direitos humanos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisas bibliográficas, bem como utilizada os mais variados sites, afim de possibilitar e elucidar o tema. Utilizou-se o método de abordagem o dedutivo, já que procurou-se analisa, de uma perspectiva ampla o tráfico de mulheres para e a sua utilização para fins de exploração sexual. Como método de procedimento, utilizou-se o histórico, devido a origem da pratica de tráfico de mulheres para exploração sexual.

**(Resultados)** Na atual legislação os direitos das mulheres estão consolidados pelo Estado, portanto, percebe-se que os mesmos não são cumpridos de forma efetiva, no que, acaba havendo que as mulheres traficadas se tornam escravas, trabalhando de forma cansativa e não sendo bem remunerada, e a legislação tanto nacional quanto internacional falha, nesse âmbito de não amparar a mulher nesse caso, indo contra a atual constituição federal, e os demais direitos da personalidade contidos no código civil, por outro lado diversos programas são criados para reduzir essa pratica, protocolo de palermo é um deles. Contudo é uma pratica que se moderniza a cada ano se torna mais difícil as autoridades competentes inibirem tal ação.

**(Conclusão)** Na atual situação jurídica da mulher, há sim, uma efetivação dos seus direitos, dentre eles, a dignidade da pessoa humana, bem como, os tratados e protocolos no âmbito internacional, como o protocolo de palermo, mas esses não são devidamente aplicado, devido a não haver um real controle por parte do Estado em questão, tanto no internacional como no nacional, e essa situação está diretamente ligada a pobreza dos países, devido a essas mulheres que foram traficadas, buscarem uma vida melhor, sendo estas escravizadas por aliciadores, que de forma "suja" alimentam esse mercado, que é antigo, mas se estende até os dias de hoje.

**Palavras-Chave:** Tráfico internacional. exploração sexual. Direitos humanos.

## O TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E A AUTONOMIA DA VONTADE FAMILIAR PERANTE A VIDA DO SEMELHANTE

### **Autor(es):**

*João Lucas de Sousa Canário: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Diego da Silva Mendonça: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Trindade Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Silas Andrade dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Guilherme Moro dos Santos Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O transplante de órgãos é um método usado na medicina para aumentar a expectativa de vida de um paciente que está com seu órgão ou tecido debilitado, podendo receber a doação de um ente vivo ou morto. O transplante no Brasil passa por um déficit de doadores advinda da reformulação da lei de transplantes efetuada em 2001, que consta como desautorizado doar órgãos sem a prévia autorização familiar. Dessarte, a maioria dos familiares escolhem por não doarem os órgãos de seus entes falecidos, deixando em estado crítico a realização de transplantes por falta de órgãos e ceifando as esperanças de possíveis receptores.

**(Metodologia)** Este trabalho é uma revisão bibliográfica do tipo descritiva que inclui artigos de periódicos eletrônicos e obras literárias, publicados ao longo dos últimos anos. Para seleção dos artigos estudados, analisamos vários artigos científicos e obras literárias pertinente ao tema. O critério de escolha foi a abordagem dos subtemas nos quais se divide este estudo: transplante de órgãos, educação em saúde, doação e captação de órgãos. Para captação dos resultados, realizamos um levantamento e uma comparação entre opiniões dos artigos selecionados, de diversos autores, fazendo com que a análise documental do assunto permita delinear um quadro geral e com riqueza de informações a respeito de cada subtema.

**(Resultados)** Nesse estudo observando os acontecimentos mais persistentes, encontramos um grande déficit de transplantes no país, pois muitos familiares tem negado os órgãos dos parentes falecidos para transplante. Além disso, não há uma conscientização de forma adequada direcionada às pessoas de como é importante adotar tal medida no qual as pessoas que necessitam de um determinado órgão possam ter uma melhor expectativa de vida. Portanto, medidas são necessárias para apresentar o problema. O transplante é um meio de salvar a vida de milhares de pessoas, entretanto é um procedimento esperado por inúmeros pacientes que se encontram nos corredores de hospitais e nas filas de espera. O direito se vê obrigado a evoluir e acompanhar as inovações, em especial com aquelas que garantam a dignidade da pessoa humana.

**(Conclusão)** Para que esse problema seja superado juridicamente, precisamos levar em conta o direito a integridade intelectual, optando por ser doador, a família não poderia se opor a sua decisão, pois o direito à liberdade de expressão e pensamento estaria sendo violado. Outra possibilidade, seria o incentivo através da mídia em relação ao transplante de órgãos, mostrando que se trata de uma situação de saúde pública dar uma expectativa de vida maior as pessoas que sofrem na esperança de ser transplantado, sanando sua angústia pela dúvida da sobrevivência.

**Palavras-Chave:** Órgãos.déficit.transplante.doação.

**O VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS ARMAZENADOS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)**

**Autor(es):**

*Leticia Maria Barbosa Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Isabela de Paula Simões Belo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Clara Dantas Cavalcanti Ribeiro Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabe-se que a globalização traz consigo avanços tecnológicos constantes. O ordenamento jurídico, por sua vez, deve acompanhar tais avanços, de modo a evitar uma legislação retrógrada e inaplicável aos fenômenos sociais em desenvolvimento. Sob esse contexto, foi publicada em 18 de agosto de 2018 a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, que traz uma nova roupagem ao tratamento de dados no Brasil, tanto no setor privado, quanto no setor público, e tem como intuito aumentar o poder das entidades reguladoras para fiscalizar organizações e a privacidade de dados pessoais. Ainda, além de trazer conceitos inéditos como o de “consentimento”, “bloqueio” e “eliminação”, a referida legislação dedica um capítulo exclusivo ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. Desse modo, a recente legislação inova no sentido de responsabilizar as instituições pelo armazenamento, operacionalização e por eventuais acessos não autorizados.

**(Metodologia)** Por conseguinte, como metodologia desta pesquisa, utiliza-se o método dedutivo, partindo da análise de dispositivos contidos no Capítulo IV (“Do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público”), bem como do artigo 6º, inciso VII, ambos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Aplica-se tais dispositivos aos casos de difusão não autorizada de dados do Sistema Único de Saúde (SUS) e do DETRAN/RN, ocorridos nos meses de abril e outubro de 2019, respectivamente.

**(Resultados)** Como supramencionado, pode-se constatar que o vazamento de dados dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ocasionado pelo Ministério da Saúde não foi um episódio isolado. Destaca-se, também, o recente caso do DETRAN/RN, no qual os dados pessoais dos cidadãos cadastrados no sistema também foram divulgados. Desse modo, estes fatos demonstram a fragilidade da estrutura de armazenamento de dados dos órgãos públicos; bem como, ressalta a importância da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no sentido de responsabilizar tais instituições.

**(Conclusão)** Dessa forma, conclui-se que se faz extremamente necessária a concretização do princípio da segurança previsto no artigo 6º, inciso VII da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em razão de que tal concretização possibilita maior segurança aos usuários dos bancos de dados públicos. Assim, a LGPD ao passo que representa um grande avanço legislativo, também constitui um grande desafio aos órgãos públicos. Isto porque, a partir da entrada em vigor da nova legislação, tais instituições devem atribuir uma maior responsabilização no tratamento dos dados coletados da população.

**Palavras-Chave:** LGPD. Vazamento de dados. Órgãos públicos. Princípio da segurança.

## O VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA FRENTE À DIVULGAÇÃO DE TRAGÉDIAS NAS REDES SOCIAIS

### **Autor(es):**

*Giovanni Duarte Maciel de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*carlos henrique hora lucio da silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O direito à informação e à liberdade de expressão são conquistas sociais historicamente adquiridas e protegidas pela nossa constituição. Contudo, nos dias atuais, temos uma linha bastante tênue entre o direito à informação e outros direitos da personalidade. Os elementos tecnológicos do mundo contemporâneo proporcionaram um grande fluxo de informações com uma maior facilidade de comunicação entre os indivíduos gerando com isso uma democratização da notícia. Entretanto, essa busca desenfreada para propagar informações, muitas vezes sem responsabilidade, sobretudo de desastres, gera uma violação, em muitos casos, dos direitos da personalidade da vítima. Assim, faz-se necessário entender esse fenômeno característico da atualidade, no qual a superficialidade e velocidade do mundo digital afeta os indivíduos de maneira à divulgarem sem remorso acontecimentos trágicos.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: Para a realização de tal pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa indutivo. Realizaremos uma pesquisa bibliográfica na qual nos valeremos de artigos científicos como fonte de embasamento teórico para que possamos compreender melhor sobre o tema abordado.

**(Resultados)** RESULTADOS: A partir das pesquisas realizadas, pudemos constatar que, com o advento dos meios de comunicação modernos, a velocidade do fluxo de informações advinda da era digital ocasionou em uma superficialização dos indivíduos nos meios de comunicação. Segundo Millan (2006), “a conexão rápida dos artefatos eletrônicos vem acompanhada do enorme fluxo de informações e de contatos humanos fugazes e superficiais”. Tal superficialidade nos meios de comunicação causa, portanto, uma inobservância e irresponsabilidade sobre o conteúdo divulgado. De acordo com Manso e Machado (2017) “As imagens passam a dominar as narrativas e o efêmero supera os Valores perenes e universais e aqui se enquadram os direitos humanos, que não são observados e nem sopesados quando se capta a foto ou a compartilha”. Desse modo, há uma banalização da divulgação de tragédias, desrespeitando assim a dignidade dos afetados, protegida pelo artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988, o qual enuncia que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Diante do conhecimento bibliográfico exposto, é possível observar, a partir do advento dos meios de comunicação modernos, a velocidade do fluxo de informações entre indivíduos, aumentou consideravelmente, diminuindo, assim, a importância dos meios de comunicações tradicionais, veículos esses que sobre pesavam o interesse público da informação, com os direitos da personalidade do indivíduo. Porém hoje, essas garantias individuais estão sendo tolhidas por uma sociedade cada vez mais preocupada na visualização de suas postagens, e menos no impacto que tais publicações podem vir a causar.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chaves: liberdade de expressão. Direitos da personalidade. Redes sociais.

**OPERAÇÕES POLICIAIS EM BUSCA E APREENSÃO: MANDADO COLETIVO X DIREITO INDIVIDUAL**

**Autor(es):**

*Hézra Alexia medeiros Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho exercido em operações policiais, mais especificamente em busca e apreensão, faz parte da realidade brasileira, sendo comprovado pelos inúmeros casos necessários há comprovação probatória. Entretanto, há um conflito entre o direito individual do homem em detrimento ao ser expedido um mandado coletivo. É de conhecimento que, os mandados devem ser certos e determinados e portanto, quando não é feito da maneira que previsto no artigo, pode interferir na privacidade de terceiros fendidos ao processo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, realizada através do estudo da obra “Busca e apreensão. Doutrina e prática”, que relata a visão do delegado dentro da atuação cotidiana, a partir de temas recorrentes, porém, pouco explorados. Também foi utilizado o método dialético, tendo em vista que a temática pode atingir vários ramos do direito.

**(Resultados)** Mandados de busca e apreensão são medidas cautelares que tem como objetivo colher provas para o processo penal, afim de chegar à uma verdade material. A finalidade é encontrar pessoas procuradas ou objetos apreendidos para garantir provas ao processo. Portanto, de acordo com o Artigo 243, I do Código de Processo Penal, a busca e apreensão deve ser certa e determinada, além de conter motivos específicos. Logo, os mandados coletivos, que tem por objetivo a facilidade da busca, acabam ferindo os direitos individuais, seja por meio de busca pessoal ou domiciliar. Diante disso, é comprovada a influência desses mandados na sociedade, principalmente quando realizados em locais que a baixa renda é predominante, pois, geralmente, nesses locais a dificuldade quanto a busca aumenta. Há inúmeros casos do mesmo tipo de mandado que podem comprovar a realidade da sociedade e o constrangimento que pode ser vivenciado por essas pessoas ao submeterem sua vida ao foco de buscas quando nem se quer faz parte do que é abordado ao processo.

**(Conclusão)** Dado o contexto que os mandados coletivos estão inseridos e a interferência desses mandados na privacidade do ser humano, notadamente, percebe-se que há desobediência perante a norma regida pelo Código de Processo Penal bem como torna violado o direito individual de cada homem que, pode ser comprovado a partir do constrangimento ao qual é submetido nas situações de mandados judiciais coletivos.

**Palavras-Chave:** Direito individual, mandados coletivos, busca e apreensão, operações policiais.



**ORTOTANÁSIA COMO DILEMA BIOÉTICO E JURÍDICO: A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO DE PACIENTES TERMINAIS E A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA**

**Autor(es):**

*Felipe Thaynã Mesquita de Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Valter Henrique Cidade Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Sérgio Jonas da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vinícius Nogueira Adeodato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para compreender a existência de uma morte digna faz-se necessário conhecer as categorias bioéticas das análises de finitude da vida que se classificam em eutanásia, distanásia e ortotanásia. A eutanásia é a prática de que se abrevia a vida de um doente incurável constituindo crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal, na distanásia, os atos praticados prolongam a vida com recursos artificiais desproporcionais, e por fim a ortotanásia, sendo o objeto de estudo desse artigo, Segundo Leo Pessini (2001), conhecida como "morte certa", consiste numa morte natural sem a interferência da ciência em pacientes de estado terminal que optam em não continuar com tratamentos terapêuticos que se mostram inúteis em virtude da gravidade da doença, garantindo ao paciente incurável a autonomia da escolha nos seus últimos dias de vida em consonância com o respeito à dignidade da pessoa humana. No Direito Brasileiro, a ortotanásia está regulamentada na resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina, que autoriza os médicos a suspender o tratamento considerados ineficientes em doenças de pacientes terminais, procedendo-se os cuidados paliativos, visando amenizar o sofrimento físico, de forma que tal conduta médica não é considerada como crime.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa com aplicação do método exploratório, que visa compreender tanto os cuidados destinados as pessoas pelo qual a doença não tem mais perspectiva de cura, quanto as consequências jurídicas para os médicos que suspendem o tratamento paliativo a partir da vontade do doente, uma vez que o Conselho Federal de Medicina torna lícito o uso da ortotanásia, bem como a Constituição Federal assegura ao paciente o direito à liberdade de escolha para extinguir o sofrimento.

**(Resultados)** Pacientes que estão em estado terminal com câncer, Alzheimer e outras doenças para quais a medicina não é capaz de promover a cura acabam padecendo com dores intermináveis, recorrendo a ortotanásia para ter os últimos momentos de vida sem o uso de tratamentos que já se tornara ineficiente para a restauração da saúde física. O prolongamento do momento da morte em razão da evolução da ciência leva aos debates éticos e jurídicos a respeito de princípios e valores como o direito à liberdade, à dignidade e o direito à vida. Nesse debate, surge o direito de morrer com dignidade.

**(Conclusão)** A ortotanásia é considerada um ato lícito pela legislação brasileira, visto que os procedimentos empregados pelos médicos, em vez de promover a cura do doente terminal, apenas prolonga o processo de morte, submetendo-o e sua família a um grande sofrimento. Intervenções terapêuticas que apenas prolongam uma vida de sofrimento e que sejam contrárias à vontade do paciente são anti-humanas, um verdadeiro atentado à dignidade e ao direito de liberdade de escolha do paciente: o direito de decidir sobre os últimos momentos de sua vida, decisão que não deve ser desprezada, mas sim respeitada.

**Palavras-Chave:** Ortotanásia. Pacientes terminais. Morte digna.

## ORTOTANÁSIA: AUTONOMIA DO PACIENTE

### **Autor(es):**

*Fernanda Guedes Pereira da Costa Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ortotanásia pode ser compreendida como o não prolongamento artificial do processo natural de morte, onde o médico sem provocar diretamente a morte do indivíduo, suspende os tratamentos extraordinários que apenas trariam mais desconforto e sofrimento ao doente, sem melhorias práticas, deixando a vida seguir seu fluxo normal. No Brasil, tal prática é aceita pelo Conselho Federal de Medicina de acordo com a resolução de nº 1.805/06, onde abre-se a possibilidade de pacientes de doenças graves e incuráveis tomarem a decisão da linha de curso de seus tratamentos, por exemplo, o desligamento de aparelhos na UTI quando não há mais condições de sobrevivência e a liberação para passar o resto de seus dias no conforto de seu lar.

**(Metodologia)** A metodologia principal utilizada neste trabalho foi o método dedutivo, pois parti da premissa do que é ortotanásia e dignidade humana, para assim, argumentar sobre sua realidade no ordenamento jurídico brasileiro e sua utilização em prol do bem estar do paciente. Também foi utilizado o método auxiliar de estudo de caso pois analisamos o contexto da ortotanásia na realidade do âmbito medico brasileiro.

**(Resultados)** O Brasil como sempre é atrasado devido sua extensa burocracia para criação ou atualização das leis e também da forte influência de pensamentos religiosos no âmbito jurídico apesar do país ser considerado laico por esse motivo fica a cargo dos conselhos federais a regras a serem usadas.

**(Conclusão)** Conclui-se que prolongar a vida das pessoas onde todos os recursos já foram usados sem nenhuma melhora fere o principio da dignidade humana, conseqüentemente vai de encontro a constituição, dessa maneira a Ortotanásia é considerada a solução mais adequada. Visando o bem dos pacientes uma explicação mais detalhada do que é a ortotanásia acabaria com o sofrimento de muitos, não só dos pacientes, mas dos familiares também.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Ortotanásia. Dignidade. Conselho Federal de Medicina. Testamento Vital

**OS DEVERES DA LEGÍTIMA DEFESA: ESTUDO COMPARADO COM A AUTO DEFESA ESPANHOLA**

**Autor(es):**

*Eduardo Costa Wanderley Carvalho Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Taise Maria Lopes de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Eloíze Silva de Assis momm: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É inevitável levantar a questão de saber se a vítima responde por todas essas intervenções na agressão de seus bens indisponíveis ou, no menos, para qualquer um deles. Esta questão é, como você pode imaginar, difícil. Uma resposta possível - sem dúvida, a mais difundida na doutrina - é quem sustenta (i) que, sendo o proprietário do bem legal protegido, e, exceto pela existência de deveres específicos, sua contribuição deve considerada uma forma de participação impune. Outra possibilidade por outro lado, é o de sustentar (ii) que certamente o detentor de bens indisponíveis podem intervir de forma ilegal e, finalmente, puníveis em agressão e lesão ilegal de tal propriedade (lembre-se: indisponível). É possível que a sua intervenção não seja, inicialmente, ilegal no caso de tolerância passiva à sua lesão. Mas seria nos outros casos, em aqueles que fazem uma contribuição organizacional para a agressão maliciosa de mercadorias indisponível; começando com o consentimento como um ato de cooperação física. A relevância ilegal da contribuição pode ser sustentada a fortiori sobre outras intervenções: as de indução e co-organização.

**(Metodologia)** Este trabalho tem como objetivo fazer um estudo comparado do direito da legítima defesa (auto-defesa). Usando a literatura comparada. Analisando esse Direito no Código Penal Espanhol e suas teorias e as Teorias do Código Penal Brasileiro.

**(Resultados)** O adágio *nullum crimen sine injuria* resume o compromisso do legislador, mormente em um Estado democrático e social de Direito, em não tipificar senão aquelas condutas graves que lesionem ou coloquem em perigo autênticos bens jurídicos. O perpassar evolutivo da noção de bem jurídico continua com grande número de contribuições das mais variadas facetas, algumas de caráter negativo, até o aparecimento das concepções modernas, principalmente as sociológicas (funcionalistas sistêmicas e interacionistas simbólicas) e as constitucionais.

**(Conclusão)** Por tudo isso, deve-se lembrar que o terceiro defensor dos ativos indisponíveis trabalha de uma maneira não só permitida, mas também forçada. Isso significa qualquer intervenção da vítima - ou de um possível terceiro em ajuda dos critérios do seu dispositivo - contra o terceiro defensor constituiria a interrupção de um curso causal salvador obrigatório. Isso não apenas daria quando apropriado, a uma responsabilidade por não impedir o crime vida, integridade física ou saúde (art. 450 CP Espanhol), mas também por coerção com o terceiro defensor e por qualquer lesão sofrida no exercício da licença - que, por sua vez, é o cumprimento do dever - de defesa Tanto os atacados como os terceiros têm, em suma, o dever de apoiar a defesa de seus ativos indisponíveis, realizada por outro, mesmo que a própria vítima prefira suportar sua lesão.

**Palavras-Chave:** Legítima defesa; Bem jurídico penal; estudo comparado Brasil e Espanha

**OS DIREITOS DA MULHER NA ESFERA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS E O COMPORTAMENTO SOCIAL**

**Autor(es):**

*Gabriel Franco Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lorena Sabino Dantas Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Carvalho de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*eduarda lais freitas de miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Helena Bezerra Menezes Pires de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria R. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A mulher foi introduzida no mercado de trabalho durante a Revolução Industrial e o período entre guerras. Entretanto, inseriu-se em condição de inferioridade, o que era muito comum àquela época, visto que ainda havia a existência de um modelo de família patriarcal (a autoridade e os direitos sobre os bens e as pessoas concentra-se nas mãos do pai), além de sequer haver direitos políticos às mulheres. Dessa forma, em virtude da mão de obra e da utilização do trabalho masculino não estar suprimindo as necessidades de aquisição de produtos industrializados e serviços, bem como na aferição de renda e criação de mercado de consumo, é que se destaca a figura da mulher na relação de emprego, ainda que em posição abaixo.

**(Metodologia)** Para tanto, será aplicado o método de pesquisa lógico-dedutivo, através de uma análise qualitativa de cunho bibliográfico e documental, resgatando construções histórico-sociais que envolvem o tema, tendo como base legislações infraconstitucionais, constitucionais e as modificações trazidas pela reforma trabalhista. Busca-se analisar se houve retrocesso ou avanço social diante de todas as modificações realizadas na legislação em relação à mulher no mercado de trabalho.

**(Resultados)** Assim, nota-se que, apesar dos variados avanços obtidos em nossa legislação, como disposto no artigo 373-A da CLT (destina-se a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho), nossa sociedade se adaptou a ela, mas, apesar das conquistas legislativas, ainda não refletem em igualdade econômica-salarial, muito menos na ocupação de postos de comando, sendo possível verificar diversas situações em que a figura da mulher, mesmo estando em igual hierarquia do gênero oposto e sendo, ainda, mais instruída, sua mão de obra, às vezes, ainda é mais barata, como também perde na preferência para cargo de altofuncionário. Desta feita, a proteção legal influenciou um retrocesso social onde, apesar da igualdade, as mulheres ainda são vistas e se veem como menos disponíveis que os homens ao mercado de trabalho, além de necessitarem de uma maior capacitação para, quiçá, receber a mesma oportunidade.

**(Conclusão)** Portanto, talvez o problema nunca tenha sido legislativo e sim social, e para que haja a verdadeira igualdade de condições, apesar das desigualdades biológicas, nossa sociedade tenha que mudar dentro de seus lares, com uma divisão igualitária de tarefas e responsabilidades domésticas que permitiriam a visão de que, independente do gênero, todos, realmente, somos iguais diante da lei, diante da sociedade, diante da família e diante do mercado de trabalho.

**Palavras-Chave:** Palavras - chave: Direito do Trabalho. Direito de Família. Direitos da Mulher. Reforma Trabalhista.

**OS DIREITOS DA PERSONALIDADE CONSOANTES AOS VALORES DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO  
HOLOCAUSTO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Sergiane Queiroz de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*LUANNE YASMIN BEZERRA SAMPAIO: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Venicius Mateus Cabral Garcia : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rachel Araújo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ser humano é titular de direitos da personalidade, estes, por sua vez, são direcionados à proteção das suas dimensões física, moral e psíquica. Logo, persistem na garantia da existência de cada indivíduo pelo alvo da dignidade humana per si, tendo o mínimo necessário sido resguardado na ordem jurídica. Desta forma, o estudo elucidado propôs-se investigar a violação dos direitos à integridade física e psíquica em decorrência da dignidade da pessoa humana, mormente, discernir o tratamento destinado à personalidade dos pacientes no Centro Psiquiátrico de Barbacena/MG, construído em 1903 e famigerado como “O Colônia”.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio do método dialético, valendo-se da seguinte contraposição de ideias: a tese da personalidade jurídica na vigência e aplicação do Código Civil de 1916 em conflito com a antítese ocasionada pelas denúncias expostas em documentos e relatos da época na condição de instrumentos à síntese do que o Código Civil hodierno caracteriza como personalidade, além disso, em como procede na prática a fim de sua maior eficácia. Nesse viés, como método auxiliar, utilizou-se o histórico, na medida em que a pesquisa se vale da investigação dos acontecimentos passados. Em ambos os métodos, foi recebido como base o livro-documentário Holocausto Brasileiro, escrito por Daniela Arbex (2013), e o vídeo documentário “Em Nome da Razão” (1979), de Helvécio Raton.

**(Resultados)** A força institucional e a longa permanência, de forma coagida, em um hospital psiquiátrico ocasionam graves danos ao ser humano, podendo tornar-se um processo irreversível. Os direitos da personalidade foram esfacelados, os ditos “loucos” eram esquecidos no “cemitério de vivos”, submetidos a experimentos dos quais não é possível distinguir qual esfera foi mais impactada, a física ou a psíquica, entre eles, o eletrochoque e a lobotomia. Caracteres que refletem bem a visão daquela sociedade e, por conseguinte, o caráter do Código Civil de 1916. Nesse viés, no intuito de superar parte dos danos gerados pelas intolerâncias sociopolíticas daquele momento histórico e um código que relativiza os direitos da personalidade, encontrou-se a força de diversas denúncias, expressada nas palestras científicas e nos jornais de grande circulação, ambos relataram o tratamento dado aos internos e o lucro da instituição oriundo da venda de cadáveres para Universidades de Medicina. A partir do Código de 2002, então atualizado, percebeu-se um dos grandes progressos referentes aos direitos da personalidade, como a análise da expressão da autonomia da vontade considerada o elemento distintivo de quem é civilmente capaz de exercer seus direitos dentre a sociedade.

**(Conclusão)** Os indivíduos subjugados a tais caprichos da injustiça institucionalizada perderam as suas qualidades humanas essenciais perante uma sociedade que lhes direciona para o longínquo social e de si mesmos, quando não se comportam na “normalidade”, pois a ausência dos direitos da personalidade aflige e impossibilita, de modo escracho, a veemência da dignidade humana. Assim, na existência da submissão desproporcional do paciente à autoridade do especialista, aquele perde a relativa noção de sua singularidade individual e, aos poucos, transforma-se inexpressivo de vontade. A essência do estudo, portanto, consistiu no anseio pela reformação valorativa institucionalizada, buscando-se evitar arbitrariedades e garantir o mínimo necessário à personalidade devido ao consequente efeito desta fruir de si mesma no uso dos seus direitos.

**Palavras-Chave:** Holocausto brasileiro. Direitos da personalidade. Integridade física e psíquica. Dignidade humana.

**OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: DOAÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E A ILEGALIDADE DA VENDA SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA**

**Autor(es):**

*Deyse Bezerra Albano de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Luiz Henrique Pontes Monteiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fernando Carlos Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A atualidade mundial nos remete a um novo tipo de necessidade, cada vez mais são necessárias medidas de conscientização sobre o transplante de órgãos e tecidos, mas essa lacuna não é preenchida na mesma rapidez que a medicina avança em seu campo de conhecimento. São inúmeras as cirurgias anuais que cobrem esse tipo de necessidade, porém, maiores são os números que complementam as filas de espera para a doação de um órgão e a dependência crescente de bancos de pele. Seguindo esta compreensão, cada vez mais indivíduos com condições econômicas abastadas procuram outros meios que possam agilizar este processo, nasce assim o comércio ilegal de órgãos e tecidos, altos valores, riscos compreensíveis e uma dúvida, quais são os efeitos colaterais em uma possível aprovação dessa prática.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa documental, utilizando ferramentas de busca nos sites dos Tribunais Regionais, Federais e, em complementação, na plataforma virtual do Supremo Tribunal Federal, relacionando e selecionando os julgados relevantes sobre a temática do presente estudo. Utilizou-se o método de abordagem indutivo para averiguar os casos e as jurisprudências resultantes desse fenômeno. Como método de procedimento, utilizaram-se o estudo de casos referentes a transplantação de órgãos, a análise e comparativo entre os transplantes realizados em hospitais públicos no Brasil e os casos conhecidos de compra de órgãos através de procedimentos ilegais que suscitam questões éticas e buscando dar entendimento a despeito dos direitos e de qual maneira poderiam ser abordados.

**(Resultados)** Na formação do entendimento, é possível observar claramente que o corpo humano não é objeto de negócio, porém em contrapartida suas partes em vida ou pós morte podem ser objeto de doação em benefício de outrem, são projeções pertencentes a dignidade humana, com algumas ressalvas pois considera-se o corpo humano um bem jurídico, ou seja, qualquer dano atribuído ao corpo são tipificados em artigos penais. É de relevante conhecimento que a realização de transplantes de órgãos ou tecidos do corpo humano só podem ser feitos em hospitais públicos ou privados, por médicos previamente autorizados pela gestão nacional do Sistema Único de Saúde para realização do transplante inter vivos e transplante post mortem para o Sistema Nacional de Transplantes (SNT). Porém o comércio ilegal de órgãos movimenta cifras bilionárias, é considerado tráfico de pessoas e tem foco países europeus, no Brasil foi desenvolvida em conjunto com o Governo Federal e a União Europeia um Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico para tentar coibir esse tipo de ação.

**(Conclusão)** Diante dos fatos apresentados, todos aqueles que utilizam por meios ilícitos para venda de órgãos sofrem de consequências gravíssimas, os valores recebidos por cada órgão variam de nação para nação, porém é de se destacar que pessoas que se submetem a esse procedimento não recebem atendimento pós-operatório, sua saúde será agravada que conseqüentemente levará a gastar o dinheiro que recebeu para tratamentos e muitas vezes, será ele próprio o próximo enfermo necessitado de órgãos humanos que esperará na fila de transplantes.

**Palavras-Chave:** Transplante de órgãos. Hospitais públicos. Bioética. Dignidade humana. Tráfico de pessoas.

**OS DIREITOS DO CONSUMIDOR SOB A ÓTICA DOS LOJISTAS.**

**Autor(es):**

*Camillo Emanuel de Albuquerque Alves Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN*

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mercado comercial varejista formal do Rio Grande do Norte está primordialmente concentrado nos conhecidos Shoppings Centers, nos bairros do Alecrim e Cidade Alta onde estes, que não estão sob os ditames da rigidez fiscalização dos Shoppings, concorrem diretamente com o mercado informal. É preciso fazer uma análise analítica de como é a relação com os consumidores entre os pontos comerciais localizados nesses bairros com aqueles que praticam as margens da informalidade, em principalmente com seus direitos, saber se existe uma real obediência com o código e como a jurisdição os tratam. Oferecer essa pesquisa ao Órgão de proteção competente, o Procon, para melhorar seu funcionamento.

**(Metodologia)** A metodologia para desenvolver essa pesquisa será em campo, dividida em três etapas. Primeiramente realizar uma pesquisa histórica para fundamento teórico em como foi desenvolvido o mercado formal e informal nos bairros do Alecrim e Cidade Alta, Natal/RN, após essa fase, uma pesquisa doutrinária acerca das relações obrigacionais com o consumidor e jurisprudencial com os entendimentos do Tribunal do Rio Grande do Norte sobre essa disciplina, e, por fim, uma pesquisa com os empreendedores, funcionários e clientes desses estabelecimentos acerca da complexabilidade de se manter no mercado formal, se eles conhecem minimamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para angariar dados estatísticos e analisá-los.

**(Resultados)** Fazer um apanhado de dados estatísticos em cima da pesquisa e transformar em informação para sanar as questões: há conhecimento e obediência ao Código de Defesa do Consumidor nos polos ativos e passivos? As relações com o mercado informal e a dificuldades de se manter na formalidade. Quais os maiores vícios que esses polos cometem?

**(Conclusão)** Ofertar essa pesquisa a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon) a identificar com precisão analítica proteção e práticas abusivas ao consumidor. Identificar quais as maiores práticas abusivas contra o consumidor, o papel das empresas nas relações econômicas do Estado e se de fato as que se dizem formais, mantem-se na legalidade frente ao mercado informal concorrente nas áreas analisadas.

**Palavras-Chave:** Obrigações, Direitos do Consumidor, Empreendedorismo, Relações de Consumo.

## OS EXPANSIVOS ABORTOS CLANDESTINOS FACE A LEGISLAÇÃO CONTIDA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Victória Oliveira Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jorge Mateus da Costa Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aborto, em consonância com o doutrinador brasileiro Carlos Roberto Gonçalves, significa: "interrupção da gravidez com ou sem a expulsão do feto, resultando na morte do nascituro". O conflito entre os poderes Legislativo e o Judiciário e o direito à liberdade da mulher são os temas do trabalho em voga, a partir da quantidade expressiva de procedimentos abortivos realizados, cerca de 1 milhão de abortos clandestinos no país por ano, e sendo amplamente difundido nas sociedades pós-modernas em virtude de contrapor os direitos da mulher, como a liberdade e sua integridade física e psíquica ao direito à vida do nascituro bem como a sua dignidade. Diante da relevância do exposto, propusemos um estudo mais aprofundado sobre as legislações à matéria do aborto, a sua ilegalidade no país e a quantidade massiva de práticas clandestinas realizadas, assim como seus impactos.

**(Metodologia)** Serão utilizado os métodos de abordagem dialógico e transdisciplinar, buscando analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direito Penal e pelo Código Civil. Aplicaremos os dados exposto pela Organização Mundial da Saúde, com o intuito de dá consistência do expressivo número de abortos clandestinos no país. É importante mencionar que, todo o aval teórico adquirido pela teoria geral do direito civil, bem como os elementos básicos da interpretação constitucional, os quais foram fundamentais para a pertinência ao tema.

**(Resultados)** Destarte, as jurisprudências refletem as mudanças de pensamento e pressões sociais, exigindo maior discussão sobre o tema por parte daqueles que legislam para uma possível reformulação das normas existentes, já que no Brasil, a legislação adota uma postura criminalizadora em função da teoria concepcionista elegida pelo Código Civil de 2002, sustentando a personalidade jurídica do nascituro desde a sua concepção. Em contrapartida, a prática é legalizada em mais de 50 países como França, Dinamarca, Inglaterra e Holanda. Nessas jurisdições, o aborto seguro é tratado como uma questão de saúde pública.

**(Conclusão)** Por fim, ressaltamos que alguns dos países citados como comparativos, a exemplo França e Dinamarca, tem legislação parecida com a brasileira no sentido de conferirem proteção e valorização dos direitos fundamentais em suas Cartas Magnas. Assim sendo, a vida do nascituro simplesmente por existir deve ser tutelada pelo sistema legislativo, entretanto, estando destituída de qualquer preceito religioso. Ou seja, a vida humana do feto até a décima segunda semana de gestação – quando não apresenta consciência – é apenas uma pessoa em potencial. Então, o que se propõe é o aprendizado, por um direito comparado, em legislações que tratam a questão como tema de saúde pública e regulamentam a prática da liberdade feminina, da autonomia reprodutiva da mulher e sua privacidade e saúde.

**Palavras-Chave:** Aborto, direitos da gestante, saúde pública, código civil.



**OS IMPACTOS DO CIBERCRIMES E FAKE NEWS: O USO DA INTERNET COMO ARMA DE MANIPULAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL.**

**Autor(es):**

*Stefanny Caroline Alves Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Vitória Rízia Dias de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Ederlinda de Oliveira Pereira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente os brasileiros são considerados um dos povos que mais utilizam redes sociais, ficando atrás somente das Filipinas, conforme pesquisa da GlobalWebIndex de 2019. A pesquisa mostra que nós passamos 225 minutos do dia utilizando redes sociais o que por si só demonstra a influência que as mídias possuem na vida de milhões de brasileiros. A priori pode não parecer algo preocupante e se tratar apenas de mais uma estatística, entretanto, com essa repercussão surgiram as denominadas “fake news” que nada mais é do que a fabricação de notícias falsas na internet e o que pode ter começado como uma simples brincadeira pode acabar culminando em um cibercrime, que são os delitos cometidos no meio virtual.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no presente trabalho foi o método qualitativo com o objetivo exploratório, pois tem como intuito expor a influência negativa que as redes sociais podem ter no processo eleitoral, explorando possível solução para o problema.

**(Resultados)** Temos que a regulamentação do Direito Eleitoral do Brasil prevê, expressamente, a possibilidade de impulsionamento de conteúdo patrocinado por candidatos, partidos e coligações através dos meios de comunicação. Podemos, então, esperar que a utilização de meios de comunicação intermediados pela Internet tenha uma relevância cada vez maior nos processos eleitorais. Nas últimas eleições presidenciais, do início ao fim da campanha, dia após dia, surgiram notícias distorcidas de forte viés ideológico, trazidas pelas mídias e em especial pelo “Whatsapp” que na esmagadora maioria das vezes ganharam mais atenção do que as reportagens realizadas pela imprensa tradicional e isso ocorreu justamente por trazerem em sua essência um cunho sensacionalista e assim despertarem maior a atenção dos leitores.

**(Conclusão)** Diante do cenário exposto, indaga-se de que maneira a legislação pátria vem se portando e nesse ponto temos grandes divergências que ainda não foram pacificadas dado que tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, foram apresentadas diversas iniciativas buscando alterar legislações como o Código Penal e o Marco Civil da Internet para instituir formas de coibir a disseminação de conteúdos falsos e punir responsáveis, dos que elaboram aos que compartilham, entretanto, em que pese a notória importância tais propostas estão longe de serem consensuais dentro do Parlamento.

**Palavras-Chave:** Cibercrimes, Fake News, Eleição.

## OS IMPACTOS POSITIVOS DA LEI 13.467/2017 QUE CORROBORAM PARA O EMPREENDEDORISMO NACIONAL

### **Autor(es):**

*Ledinaldo Silva de Oliveira Sobrinho : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Felipe Augusto de Oliveira Franco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Romildo Marques Cruz Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Pode-se dizer que os impactos da reforma trabalhista na vida de quem tem empresa são animadores. Com a reforma, muitos aspectos favoreceram o empreendedorismo, pois a trouxe uma flexibilização e uma inovação na legislação. Parece que não, mas isso facilitou e muito a vida dos empreendedores, principalmente a dos pequenos. Antes de tudo, é preciso ter em mente que o brasileiro tem uma forte capacidade de empreender, capacidade de ser criativo e de buscar soluções para as diversas dificuldades e crises que assolam nosso país. Portanto, os impactos da reforma trabalhista têm sido uma oportunidade para esses brasileiros crescerem como empresa e de fazerem acontecer.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como, análise e interpretação de textos legais, sites, e outras fontes bibliográficas, todos com o objetivo de proporcionar um maior aprofundamento do assunto. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes sociais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo, direito do trabalho, direito processual do trabalho, direito administrativo, direito comercial, direito civil, e pelo direito constitucional.

**(Resultados)** Conclui-se que as medidas flexibilizadoras acarretadas pela Reforma Trabalhista, ou seja, pela lei 13.467 de 2017, podem ser tanto benéficas, contribuindo para o desenvolvimento e progresso, bem como, malélicas, quando utilizadas como meio de precarização nas relações trabalhistas, o elemento fundamental para estabelecer a sua eficácia, é o seu modo de utilização. O foco do presente trabalho foi enfatizar os seus benefícios para o fomento do empreendedorismo nacional, como também a sua contribuição positiva nas relações de trabalho. Uma vez que o empreendedorismo é responsável por aproximadamente 27% do Produto Interno Bruto brasileiro, referentes a comércio, serviços e indústria, conforme divulgado por estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

**(Conclusão)** É possível compreender que, em suma, o empreendedor ganha com essa variação permitida pela reforma porque o contrato de trabalho não é mais rígido, permitindo um planejamento e adequação do trabalho com a jornada, lógico que sempre haverá quem não veja dessa forma, mas quando se fala de um dos países mais difíceis para se empreender no mundo, é importante criar e enaltecer as flexibilizações positivas para os determinados empreendedores.

**Palavras-Chave:** reforma trabalhista, direito do trabalho, flexibilização, empreendedores, lei 13467/2017, fomento, empreendedorismo, desenvolvimento, PIB.

**OS IMPASSES EMOCIONAIS E JUDICIAIS NO PROCESSO DE ADOÇÃO EM NATAL-RN.**

**Autor(es):**

*Renata Gusmão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Maria Eduarda De Oliveira Fernandes Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A adoção é um ato jurídico que estabelece laços de filiação legal entre duas pessoas, independentemente dos laços de sangue. A adoção é conceituada como ato jurídico pelo qual se estabelece relação legal de filiação trazendo para sua família, na condição de filho. O sistema de adoção no Brasil é cruel com crianças e os adolescentes. Milhares estão em abrigos à espera de uma família, sem que ninguém tenha acesso a eles. Tornam-se invisíveis e não são tratados como sujeitos de direitos. Os procedimentos legais e o descomprometimento dos agentes públicos transforma esta espera infundável. Assim, quando são disponibilizados à adoção, já se tornaram "inadotáveis". De outro lado há uma legião de famílias e de pessoas que anseiam em adotá-los, chegam a esperar 10 anos pelo filho que nunca chega. Ou seja, para dizer o mínimo, é um sistema perverso.

**(Metodologia)** Para a realização desse projeto de pesquisa foi utilizado o método de abordagem qualitativo, a fim da efetivação de entrevistas com ONG'S que facilitam o direcionamento para o processo de adoção, como com profissionais envolvidos durante todo o processo. Assim como método tipológico, com a formação de um modelo mais propício ao cenário a ser seguido e o método de abordagem dedutivo em relação às doutrinas jurídicas. Ademais, utilizamos a técnica de pesquisa de campo, onde entramos em contato com a realidade vivida, possibilitando perceber e analisar as dificuldades e irregularidades presentes no cotidiano.

**(Resultados)** Notou-se que é preciso alcançar e levar a informação sobre a adoção ao maior número de pessoas, esclarecendo suas dúvidas e quebrando também alguns tabus criados pela sociedade. Infelizmente, essas crianças por muitas vezes, são esquecidas até pelo próprio Estado, o que entrega a gravidade do problema na sociedade atual, tendo a obrigação de persistir sobre o porquê desse quadro de invisibilidade e quais as possíveis atitudes que poderiam trazer uma maior visibilidade a essas crianças.

**(Conclusão)** Conclui-se que uma série de fatores explicam o motivo no qual um número grande de crianças não sofre decréscimo. Falta de estrutura cartorária e de técnicos do Poder Judiciário, capazes de agilizar os processos, Cadastro de Adoção com dificuldades de operacionalização, grupos de irmãos e casos de drogadição e alcoolismo dos pais são alguns dos motivos. Junta-se a tudo isso a morosidade na destituição do poder familiar- requisito crucial e deferimento deste tipo de pleito- resultante do excesso de processos judiciais em uma mesma vara, bem como a vigência do novo Código de Processo Civil. Assim, torna-se difícil apontar um único responsável por tamanha ineficiência, mas, claro que a estrutura atual do processo para adoção necessita de uma luxação para que a adoção seja mais rápida e efetiva.

**Palavras-Chave:** Crianças em situação de abandono. Adoção. Estatuto da Adoção.

## OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS DISCURSOS DE ÓDIO NO ÂMBITO DIGITAL

### **Autor(es):**

*Sara Roberta Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tayna Melo de Abreu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luisa Vanessa de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As facilidades de acesso e o imenso espaço para armazenar informações postadas pelos usuários, sem qualquer interferência em seu conteúdo, proporcionado pelo uso das redes sociais, impulsionam a difusão dos mais diversos tipos de ideologias, dentre elas estão também às manifestações de ódio e discursos ofensivos, demonstrações que algumas vezes são confundidas com o direito à liberdade de expressão. A presente pesquisa pretende analisar de qual forma o Estado está intervindo na realidade fática da nova conjuntura social que se materializou no ambiente virtual, propondo-se a demonstrar a imediata necessidade de adequação do Direito brasileiro aos novos fatos que têm colocado em risco preceitos fundamentais, tais como: à não-censura, o respeito a condição humana e a conquista Democrática do Estado.

**(Metodologia)** O método de abordagem escolhido para estimular a obtenção das bases lógicas desta análise foi o dedutivo, tratando-se de uma análise crítica fundamentada nas ações da atual vida cibernética nacional. No que tange ao método de procedimento, objetiva-se desenvolver o tema, sobretudo, a partir da pesquisa bibliográfica qualitativa de materiais que versam sobre todos os elementos componentes da temática, dentre eles legislações nacionais e artigos científicos.

**(Resultados)** Nesse contexto, foi possível observar que, em que pese a grande evolução dos institutos normativos, ainda é recorrente nas relações sociais atuais a desconsideração de direitos mínimos inerentes à condição humana, principalmente no âmbito virtual, onde há uma ideologia deturpada de liberdade a todo custo, a fim de invocar um preceito tão importante para a democracia, como a liberdade de expressão, para violar outros direitos também assegurados. Ademais, embora não seja admitido um controle prévio nas manifestações, pode e deve haver um “controle” posterior, que permita à efetiva responsabilização e que é necessário adequar a legislação brasileira aos conflitos da modernidade, aprimorando o tratamento dado a essas situações e, principalmente, retirando do seio social a certeza da impunidade.

**(Conclusão)** Diante do exposto, conclui-se que toda manifestação de ódio deve ser neutralizada e responsabilizada, para que agressores aos princípios fundamentais da pessoa humana não se utilizem da liberdade de expressão como espécie de respaldo legal, bem como que o Brasil ainda carece de legislações firmes e concretas que tipifiquem sanções específicas para os propulsores dos discursos de ódio. Não tratando apenas da questão da criminalização, uma vez que o objetivo não é apenas buscar uma punição aos infratores, mas em especial conscientizar, educar.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Redes Sociais. Discursos de ódio. Direitos fundamentais.

## OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Maria Júlia Pereira Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Calinne Carla Aguiar Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Eduardo Andrade Galvincto Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa visa analisar os limites da liberdade de expressão no Brasil, sendo esta investigação fundamental considerando o atual cenário do país, no qual muito se questiona até onde é possível se expressar sem lesionar a liberdade do outro. Dessa forma, faremos um apanhado histórico a fim de conhecer as origens desse direito da personalidade, como também averiguaremos a determinação do Código Civil acerca do assunto. Ademais, levaremos em conta o posicionamento do STF, considerando ser o guardião da Constituição Federal. Por fim, mas não menos importante, faremos uma ponte desses aspectos com a Constituição Federal, cujo alto valor representativo dentro da nossa nação é inquestionável. Esclarece-se que antes da promulgação da Carta de 1988, a liberdade de expressão já era prevista pelo art. 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, da França, sendo reafirmada em 1948, pela ONU, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que fixou no âmbito internacional os direitos fundamentais. Porém, quando foi instaurado o Estado Novo por Getúlio Vargas, e na época da ditadura militar, essa foi uma das muitas liberdades retiradas do rol de direitos. Não obstante, com o advento da Constituição Federal de 1988, a liberdade de expressão foi consagrada como direito fundamental.

**(Metodologia)** Para alcançarmos a finalidade dessa pesquisa, adotamos o método de abordagem dialético, porque queremos agregar o direito como um fenômeno histórico, cultural e jurídico, e não apenas normativo, visto que ele tem todo um histórico de altos e baixos, de permissão e de proibição durante diversos momentos pelos quais o Brasil passou e também é reinterpretado diversas vezes pelos juristas de acordo com a necessidade e realidade social. Dessa forma, nos utilizamos de técnicas de pesquisa como leis, no caso da Constituição Federal de 1988, o artigo 5º, incisos IV, V, VI e X, o artigo 220, e no caso do Código Civil de 2002, o artigo 11, jurisprudências do STF e artigos científicos.

**(Resultados)** Verificou-se nesta pesquisa que atualmente há um abuso do direito à liberdade, ao ponto de afrontar os direitos da personalidade alheia, que também são consagrados constitucionalmente e civilmente, como a sua honra, a sua imagem, levando parte da sociedade a querer limitar o livre pensamento. Para tanto, o STF se posiciona no sentido de uma posição preferencial à liberdade de expressão, em especial desde o julgamento da ADPF 130, que entendeu que a antiga Lei de Imprensa elaborada sob a égide do regime militar, não foi recepcionada pela Constituição Federal. O que ocorre, na verdade, é a incidência dos instrumentos da responsabilidade civil e penal, a fim de impor ao agente causador do dano uma sanção correspondente à gravidade do ato praticado.

**(Conclusão)** Como conclusão, é possível constatar a total importância dessas decisões tomadas pelo STF em prol da liberdade de expressão, porque são eles os intérpretes da lei, e esta, por consequência, guiará a sociedade. Porém, é preciso haver uma educação social a fim de se compreender que a liberdade de expressão não permite ultrapassar o limite das garantias constitucionais e civis. Na verdade, faz-se mister utilizar a ponderação de direitos fundamentais.

**Palavras-Chave:** Liberdade de Expressão. Limites. Direitos Fundamentais.

**OS USOS DA ANALOGIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UM ESTUDO DE CASOS À LUZ DA ADEQUADA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL.**

**Autor(es):**

*Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Indubitavelmente a atividade jurídica consiste, fundamentalmente, em argumentar (Atienza, 2000), ipso est, apresentar uma conclusão baseada em razões suficientes e bastantes para sustentá-la. É nesse contexto que surgem diversos estudos que buscam traçar liames para considerar o que pode ser uma boa argumentação ou fundamentação de um ato judicial. Como se sabe, a argumentação jurídica possui objetivos diversos que variam de acordo com o operador do Direito, de modo que, se por um lado o alvo do advogado é um provimento judicial, por outro, o do magistrado é o deferimento ou indeferimento do pedido. De toda sorte, não se questiona a necessidade de que a fundamentação deve ser pautada em bases lógicas sólidas, caso contrário, o operador estaria entregue à fortuna. Assim, dentre as teorias que melhor lecionaram sobre o tema, impõe-se necessário estudo da argumentação tecida por Stephen Toulmin, o qual estabeleceu critérios e elementos bem definidos que permitem guiar o proponente ao seu objetivo de forma segura. Dentre esses elementos, destacam-se, de forma básica, os dados, a pretensão, a garantia e o respaldo, sendo este último responsável pelo emprego da Lei (lato sensu). Observa-se, porém, que o texto legal não é o único responsável pela fundamentação, as analogias desempenham importante papel nessa senda, de forma que urge estudá-las sob os prismas teóricos relevantes, como os estudos de Lilian Bermejo-Luque e Dedre Gentner, de modo a explicitar sua relevância e afastar a ultrapassada concepção de restrição ao seu uso como mera técnica de preenchimento de lacunas legais.

**(Metodologia)** Com o fito de alcançar os objetivos em liça, mister a utilização do método hipotético-dedutivo, vez que se parte da hipótese de que as analogias são poderosas ferramentas argumentativas e que são utilizadas de forma inadequada do ponto de vista da devida fundamentação toulminiana, para pô-las em análise com o estudo de casos. Para a confecção da base empírica, foram colhidos casos dos tribunais superiores, sobretudo os que abordam temáticas cíveis, posto que o uso das analogias em matéria penal possui maior restrição, desvirtuando, portanto, do objetivo deste trabalho. Como critério de avaliação dos argumentos analógicos, foram utilizados os postulados teóricos da argumentação em Toulmin e os usos da analogia de Bermejo-Luque.

**(Resultados)** Ao aplicar a metodologia, verifica-se que os julgadores dos tribunais superiores não possuem critérios bem estabelecidos sobre a forma de se fundamentar por analogia uma decisão judicial, o que acarreta inevitável desestruturação da argumentação jurídica. Vê-se que, ao aplicar a fundamentação analógica, os acórdãos e votos não contemplam, conscientemente, a analogia em toda a sua plenitude. Ao contrário, embora o esquema argumentativo de Toulmin aponte para a versatilidade das analogias, a prática judicante não abarca adequadamente seus usos e, ainda, os abordam como técnicas meramente unificadoras do Direito.

**(Conclusão)** Diante dos resultados, observa-se que a insistência da literatura jurídica em instituir o silogismo jurídico como forma primordial da argumentação, bem como o uso inadequado das analogias, obscureceram os estudos sobre o tema, de modo que a fundamentação por analogia utilizada pelos tribunais superiores esquivava-se de critérios objetivos de avaliação da argumentação. É necessário, portanto, ressignificar a argumentação por analogia, uma vez que, ainda que sejam essenciais para o manejo de uma devida fundamentação, a consciência jurisprudencial insiste em qualificar sua aplicação como mera forma de preenchimento de lacunas legais.

**Palavras-Chave:** Argumentação. Analogia. Fundamentação.

**PATRIMÔNIO DIGITAL: RECONHECIMENTO E HERANÇA**

**Autor(es):**

*Vitória Albuquerque de Paula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Manoela Vitoria Mundim Paiva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mundo globalizado, as redes sociais e as interações digitais passaram a fazer parte do cotidiano da população e trouxeram grande repercussão ao direito sucessório. A partir desse contexto social, surgiu a necessidade de solucionar as problemáticas jurídicas que envolviam a tutela dos dados digitais acumulados pela pessoa falecida, pois não existe legislação específica que determine se o patrimônio digital faz parte do direito de sucessão ou não. Desse modo, o presente resumo visa discorrer sobre esse atual impasse que é encontrado na relação do direito sucessório e da herança digital.

**(Metodologia)** Trata-se do método de abordagem hipotético-dedutivo, pois se pauta em hipóteses criadas acerca do patrimônio digital no qual será confrontado pela sua validade ou não como herança digital, levando assim, a uma solução. O método de procedimento utilizado é o comparativo, visto que terá um confronto entre as hipóteses criadas. Por fim, foi utilizado como técnica de pesquisa a pesquisa documental, com análise de decisões e jurisprudência.

**(Resultados)** O patrimônio digital pode ser considerado tudo aquilo que uma pessoa cria e disponibiliza publicamente nos seus canais, como também a comunicação em um ambiente digital. Assim, o destino da herança digital de falecidos, é um direito que ainda não se encontra amplamente amparado pela legislação brasileira. Há uma corrente que interpreta o patrimônio digital como sendo um direito personalíssimo, visto que é um direito fundamental no qual estaria assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, inviolável. Entretanto, há uma outra corrente que entende não ser um direito personalíssimo, pois na carta magna brasileira não o diz expressamente.

**(Conclusão)** Portanto, arrematando-se todo o exposto, conclui-se que esta nova realidade desafia o direito sucessório e demonstra a urgência na criação e aplicação de uma legislação específica que regule o direito à privacidade do falecido e o direito de suceder dos herdeiros, visto que é necessária uma norma relacionada aos tipos de bens, já que alguns possuem maior facilidade na transmissão e outros, envolvem a privacidade do falecido e até de terceiros.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Direito Sucessório. Herança Digital. Patrimônio Digital.

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Mandu Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anna Beatriz Lamas de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriel Cabral Galvao: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Rita Bezerra de Farias : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tem como principal foco trazer a tona a realidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e o processo de inclusão precário do Rio Grande do Norte, abordando detalhadamente os conflitos sociais que os indivíduos inseridos nesse cenário vivenciam.

**(Metodologia)** Para realizar tal pesquisa contamos com o método hipotético-dedutivo, onde procuramos compreender o todo a partir de uma amostragem. Para tanto realizamos pesquisas de campo, entrevistando pessoas que participam da ADOTE (Associação de Orientações aos Deficientes), agentes desta Associação e entre outros que estão ligados a essa realidade. Serão retratadas as leis que existem no Brasil a respeito da inclusão social da pessoa com deficiência. Assim como o cumprimento das leis que determinam a reserva de percentual de vagas para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, demonstrando os problemas enfrentados pelos empregadores para cumprir as cotas estabelecidas.

**(Resultados)** Com isso a presente pesquisa traz à tona também, a discriminação até hoje existente na sociedade, informando o papel do Estado na inclusão da pessoa com deficiência, visto que integrar as pessoas com deficiência é possibilitar que esse grupo tenha acesso aos direitos que são garantidos pela Constituição. Além de usarmos de artigos e trabalhos de conclusão de curso como base para a nossa pesquisa bibliográfica, também utilizaremos de esquemas e estatísticas para ilustrar esses apontamentos, demonstrando, por sua vez, maneiras de incluir essas pessoas em atividades que necessite de seu desempenho, e também leis que defendem essa inclusão, expondo o impacto da lei de cotas na luta contra o preconceito. Abordando também os desafios das empresas e gestores que introduzem em suas empresas pessoas com deficiência para realizar tarefas, visto que, no Brasil, não se tem um índice considerável de PCDs no mercado de trabalho.

**(Conclusão)** O projeto ainda não foi concluído, pois deve-se buscar, assim, soluções gradativas ao longo do tempo para diminuir cada vez mais a exclusão social, buscando sempre a inserção no mercado de trabalho como forma de integração da pessoa com deficiência na sociedade em que vive e garantindo uma igualdade de oportunidades e respeito às necessidades especiais dessas pessoas, visando também de certa forma uma melhora na economia do país.

**Palavras-Chave:** deficiência; ADOTE; Rio Grande do Norte; trabalho; inclusão;



**PORNOGRAFIA DE REVANCHE: A (IN)CAPACIDADE PROTETIVA DA LEI N 12.965/14 FRENTE ÀS VÍTIMAS.**

**Autor(es):**

*Lívia da Nóbrega Siqueira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ravena Carvalho Lima e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Laryssa Augusta Correia Lisboa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o rápido acesso à internet, os meios de relações interpessoais foram revolucionados, desdobrando, por conseguinte, novos aspectos sociais positivos e negativos. Surgiu-se, diante disso, a pornografia de revanche ou, na língua inglesa revenge porn, correspondendo a um termo empregado para nomear a divulgação indevida de fotos, vídeos, áudios, montagens gráficas ou qualquer outro meio de material audiovisual erótico ou sexualmente explícito de uma pessoa no “mundo online”, tendo em vista a utilização da internet como mecanismo de propagação de conteúdos íntimos de terceiros sem autorização. Nesse sentido, observa-se que a grande maioria das vítimas são mulheres, insurgindo assim um novo tipo de violência de gênero, uma vez que os casos mais comuns são de homens que publicam fotos/vídeos íntimos de suas ex-companheiras como forma de satisfazer um sentimento de vingança ou raiva.

**(Metodologia)** No trabalho será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, haja vista que a pesquisa parte da presunção que a pornografia de revanche é um novo tipo de violência de gênero e que, apesar de existir a Lei nº 12.965/14 - Marco Civil da Internet, deve-se haver uma maior proteção legal às vítimas. O método de procedimento será o comparativo e a técnica de pesquisa será com base em pesquisa bibliográfica com fundamento na doutrina que trata o tema, além de artigos científicos e teses, bem como a utilização da Lei do Marco Civil da Internet, a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal.

**(Resultados)** Verificou-se, como resultado preliminar, que a partir do avanço tecnológico, torna-se cada vez mais amplo o alcance de difusão de informações e divulgações, de modo que também torna-se maior a dificuldade no controle de veiculação de conteúdos. Dessa forma, é essencial a busca de avanços legais para desenvolver meios que garantam a identificação e a punição de crimes cibernéticos, como a implantação da Lei nº 12.965/14 - Marco Civil da Internet, o qual estabelece um regime de responsabilidade para os provedores de conexão e de aplicações de Internet. Todavia, a referida Lei se restringe apenas aos efeitos cíveis, sendo possível observar, durante a pesquisa, a necessidade de uma legislação penal que tipifique condutas relacionadas à pornografia de vingança, possibilitando um agravamento das penas.

**(Conclusão)** Destarte, percebe-se da análise dos resultados que a vítima, geralmente mulher, é excluída do seu meio social e profissional, passando por um sofrimento emocional por todo o resto da sua vida. Além disso, verificamos que a necessidade da tipificação de uma lei nesse sentido é tão urgente, que já existe um Projeto de Lei de autoria do Deputado Romário (PL 6630/2013) que positiva como crime a Pornografia de Revanche. A insegurança jurídica desse assunto resulta em danos irreparáveis à vítima, muitas vezes tirando a sua própria vida por não conseguir mais suportar tais danos que respingam em sua vida social, profissional, íntima. Esses danos e a violência que a vítima dessa conduta precisa enfrentar perante a sociedade esclarece o porquê da tamanha necessidade de um melhor tratamento do assunto na seara penal. Dessa forma, sem proteção jurídica e sem penas graves à quem se vinga, essa conduta se perpetua e causa danos irreparáveis.

**Palavras-Chave:** Pornografia de Revanche. Marco Civil da Internet. Violência de Gênero.

**PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: O ADVENTO DA LEI Nº 13.718/2018 E A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO ATINENTE AOS PERFIS FAKES**

**Autor(es):**

*Amanda Santiago Capistrano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Louise de Almeida Motooka: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A prática de divulgar fotos ou vídeos íntimos na internet sem o consentimento da vítima, com a intenção de represália ou humilhação, ato conhecido como pornografia de vingança, é um problema bastante pertinente na sociedade atual. Portanto, o presente trabalho analisará o conceito e evolução histórica social desse comportamento e estudará a Lei nº 13.718/2018 que tipificou a prática como crime, constatando-se os avanços, porém, possui enfoque no retrocesso legislativo em não abordar casos em que o agente se utilize de perfis falsos.

**(Metodologia)** Trata-se do método de abordagem hipotético dedutivo, tendo em vista que após a investigação, visamos construir uma solução para o caso, que seria a necessidade de identificação dos perfis fakes que divulgam fotos íntimas como vingança. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, será utilizado o descritivo, uma vez que será descrita a pornografia de vingança, o que realmente é, e como ocorre. A técnica de pesquisa utilizada será por meio de estudo de casos, legislação e entrevistas para que seja possível visualizar a ausência de punição para quem comete a pornografia de vingança através de um perfil fake.

**(Resultados)** O avanço no Direito Penal Brasileiro foi notável, uma vez que ao criminalizar a prática de divulgação não consensual de fotos íntimas, o agente terá a devida punição, sendo determinada na legislação a pena de reclusão de um a cinco anos, podendo ser majorada em alguns casos. Entretanto, a lei não possui só pontos positivos e avanços, uma vez que nasceu com lacunas e ausências de regulamentação em alguns casos que são recorrentes na prática de pornografia de vingança, como é o caso do uso de perfil fake para a exposição da prática, bem como a criação de sites próprios para isso. Com isso, surge o questionamento: quais serão as ferramentas a serem utilizadas para o Judiciário ou a Polícia Civil e Polícia Federal para investigar a autoria da pessoa que está por trás de um perfil falso, diante da omissão legislativa, não sendo possível aplicar a pena imposta da lei recém-promulgada?

**(Conclusão)** Diante disso, conclui-se que no dispositivo estudado, deve ser acrescentado a necessidade de impor às empresas privadas, a responsabilidade de informar os registros de conexão dos usuários que praticam a pornografia de vingança, assim como armazenar tais informações durante todo o trâmite processual. Dessa forma, essas informações prestadas são imprescindíveis para que seja iniciado a devida investigação e posteriormente a revelação da real personalidade do sujeito, a fim de que seja devidamente punido.

**Palavras-Chave:** Pornografia de Vingança. Legislação. Perfil falso.

## PREVALÊNCIA DA ACT SOBRE A CCT: FERE O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO?

### **Autor(es):**

*Poema Mascena de Azevedo Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana Beatriz Dantas Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Laura Emília de Carvalho Marcelino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Hézra Alexia medeiros Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito do trabalho, como as demais áreas jurídicas brasileiras, precisa estar de acordo com as mudanças políticas-sociais, sobretudo se possui impacto direto na economia do país. Sendo assim, é cada vez mais recorrente a discussão sobre a legitimidade da prevalência do Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Convenção Coletiva de Trabalho, consistindo em sérias divergências doutrinárias, que surgiram após a Reforma Trabalhista de 2017, visto que, algumas correntes são adeptas à referida prevalência, por entender que ao utilizar o critério da especificidade, não se estará ferindo o princípio da proteção. No entanto, a corrente oposta, entende pela prevalência do referido princípio, inerente à função teleológica do direito do trabalho, de tamanha importância, que pode, inclusive, se expressar de diferentes formas na seara trabalhista. Sendo assim, a pesquisa leva-nos a crer que antes da simples prevalência infringir o referido princípio, é a reforma trabalhista que legitima toda a questão controversa.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica, pelo método bibliográfico, realizada por meio do estudo das leis referentes ao Direito do Trabalho, que regularizam e protegem os direitos dos trabalhadores bem como as normas que regem os acordos e convenções coletivas, mais especificamente o Artigo 612 da Consolidação das Leis Trabalhistas. Utilizando como método o dialético, partindo do estudo dos princípios, especificamente o princípio da proteção, tendo em vista que esse pode ser lesionado quando prevalecer um possível acordo menos benéfico.

**(Resultados)** Negociações coletivas são formas de estabelecer regras para serem aplicadas a determinadas categorias, seja em casos concretos como no ACT ou de uma forma mais genérica como na CCT. Quando firmados, acabam prevalecendo sobre o legislado. O Acordo sempre irá prevalecer sobre as Convenções, independentemente das suas condições ou imposições, como prevê o art. 612 da CLT, pós Reforma trabalhista. O legislador, acaba por prever, que mesmo considerado condição menos benéfica, deverá ser aplicado ao caso concreto por atender os anseios daquela realidade, acabando por ferir o princípio da proteção que visa resguardar as melhores condições trabalhistas.

**(Conclusão)** Apesar das diferenças doutrinárias que circundam o tema em debate, conclui-se que a sobrevalorização do ACT sobre o CCT fere o princípio da proteção, uma vez que suprime o direito do trabalhador de ter sempre a seu favor a norma mais benéfica para que seja pormenorizada a sua inferioridade na relação empregatícia em comparação ao empregador.

**Palavras-Chave:** Acordo e convenção, Direito do Trabalho, Princípios.

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO RIO GRANDE DO NORTE: LEGISLAÇÃO, IMPACTOS E DESAFIOS**

**Autor(es):**

*Evilene Maria de Lima Pontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** o crescente avanço tecnológico da eletrônica observado nos últimos anos, sobretudo na área das telecomunicações - com o advento da rede mundial de computadores e internet - é crescente seu uso pelas pessoas como instrumento de busca de informações bem como a comunicação, de forma que tem alcançado proporções gigantescas e globais. Desta forma, essas tecnologias vêm alterando as formas de trabalho e interligando pessoas.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para sua execução será baseada em análises e estudos das legislações aplicáveis ao tema, principalmente a Lei nº 11.419/06, que trata especificamente da informatização do processo judicial no Brasil, bem como em pesquisas documentais e bibliográficas realizadas como meio para se verificar o status quo, em termos científicos e legais, sobre a legislação que regula o processo judicial no Brasil, tendo como foco a compreensão da informatização do processo judicial e suas consequências.

**(Resultados)** Apesar de possuir necessidades de atualizações, todos as profissões estão em processo de digitalização e a advocacia não poderia ficar para trás. Acompanhando o advento dos softwares e aplicativos que visam facilitar as atividades físicas, a mão de obra humana e o desgaste financeiro, o Judiciário está preparado para lidar com falhas advindas do meio digital em vistas que os benefícios do PJE superam seus déficits.

**(Conclusão)** Conclui-se então que apesar do sistema ter essas necessidades de atualizações, todas as profissões hoje em dia necessitam dessa facilidade para que possa lhe render mais tempo e dinheiro, principalmente advogados que não poderiam ficar para trás acompanhando o advento dos softwares e aplicativos que visam facilitar suas atividades cotidianas, tais como acessar o processo que está fora do escritório, ou até mesmo nas suas residência. O PJE está em contínua mudança, tanto que, este ano a SETIC (Secretaria de Tecnologia e Informação) do Tribunal de Justiça do RN está trabalhando na versão 2.1 do software, com a ajuda do programa de Residência em T.I (uma iniciativa da secretaria que seleciona jovens estudantes de tecnologia da informação), tanto este como novos softwares e aplicativos podem surgir para facilitar a celeridade judicial. Portanto é de suma importância estar em congruência com essas inovações, pois será necessário aprender a utilizá-las futuramente, já que o objetivo do Tribunal de justiça é que em pouco tempo tudo esteja sendo informatizado.

**Palavras-Chave:** Processo Judicial. Processo Eletrônico. Legislação. Tecnologias de Informação e Comunicação.

**PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - O TREKKING POTIGÁS**

**Autor(es):**

*Thiago André do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Leonardo Bezerra Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdu o)** Há tempos que o diferencial competitivo de uma empresa estava resumido   qualidade do produto. Com o desenvolvimento dos mercados e aumento da competitividade, as empresas tiveram que desenvolver seus processos de modo a agregar serviços eficientes aos produtos fornecidos. Atualmente, o conhecimento e a inova o são fatores preponderantes para o sucesso de uma empresa, e estes dependem indubitavelmente das pessoas. Por esta razão, a responsabilidade social   fundamental para a manuten o da empresa no mercado competitivo. Empresas sustentáveis reconhecem o ativo humano como diferencial competitivo e desenvolvem Programas de Qualidade de Vida no Trabalho, como forma de criar um ambiente laboral harmonioso, tornando os trabalhadores mais eficientes, refletindo positivamente nos resultados da empresa. O Trekking Potig s   um evento que faz parte de um conjunto amplo de a oes que visam a qualidade de vida no trabalho, desenvolvido na Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS.

**(Metodologia)** A metodologia para a apresenta o do Trekking será por meio de apresenta o de fotos de eventos anteriores e detalhamento da estrutura física e logística. As motiva oes para a realiza o do evento são baseadas em pesquisa de ambiência realizada pela Companhia em anos anteriores e na Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. O questionário de medi o da satisfa o será desenvolvido pelos autores, previamente   realiza o do Trekking e será aplicado aplicado após a realiza o do evento, em meio digital, assegurando o anonimato das pessoas. Os dados serão compilados e utilizados para o melhoramento do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da Potig s.

**(Resultados)** Espera-se compreender o nível de satisfa o das pessoas com o Trekking Potig s e os benefícios intangíveis alcançados com este investimento. Espera-se também comunicar no meio acadêmico um exemplo de Programa de Qualidade de Vida no Trabalho bem-sucedido que poderá ser replicado em outras empresas ou ainda na administra o pública.

**(Conclusão)** Conclui-se que a qualidade de vida no trabalho   fator determinante para sustentabilidade empresarial, pois as pessoas são cada vez mais o diferencial para o sucesso das empresas. Integra o das pessoas, estimula o da prática de esporte e conscientiza o ambiental são alguns benefícios que fazem do Trekking Potig s um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho de sucesso.

**Palavras-Chave:** Qualidade de vida, Responsabilidade social, Trekking

**RECALL: EFICAZ INSTRUMENTO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Genilson Agostinho da Silva Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nas democracias, o recall mostra-se como uma ferramenta capaz de revogar, por meio do próprio eleitorado, o mandato de qualquer representante político eleito, uma vez que aquele encontra-se insatisfeito com a incumbência deste. Dessa forma, o recall configura-se como mais um mecanismo à disposição da democracia, apto a efetivá-la com mais força. Entretanto, a aplicação da referida ferramenta ainda não foi viabilizada na República Federativa do Brasil, haja vista que não possui previsão legal ou constitucional. Tal mecanismo ainda confronta outros princípios do Estado brasileiro, como a liberdade do exercício do mandato eletivo, o que torna válida a discussão em torno de sua implementação no ordenamento jurídico pátrio.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica. Utilizou-se os métodos de abordagem dialético e dialógico, vez que se buscou o confronto de teses conflitantes acerca da aplicação do recall no Brasil e o diálogo com outras áreas do conhecimento, que também perpassam pelo estudo desse instituto, como o Direito Constitucional e o Direito Eleitoral. Como métodos de procedimento utilizou-se o histórico, por buscar as raízes históricas do recall, e o comparativo, por relacionar o possível modelo brasileiro aos existentes em outras nações.

**(Resultados)** Ao observar o ordenamento jurídico brasileiro, não identificamos nenhum dispositivo, seja ele constitucional ou legal, que regulamente o uso do recall no Brasil. No entanto, tal omissão não representa uma vedação propriamente dita à implementação da ferramenta de revogação do mandato eletivo. Da análise da Constituição Federal e da Leis brasileiras podemos influir que aplicação do recall é perfeitamente possível e que está em consonância com o Estado Democrático de Direito, tornando-se mais uma prerrogativa dos eleitores face àqueles que administram a máquina pública. Por conseguinte, o recall torna-se um mecanismo apto a ser instituído e aplicado na República Federativa do Brasil, mostrando-se verdadeira forma de revigorar a democracia pátria.

**(Conclusão)** Não se pode olvidar que o recall trata-se de uma forma de exercício da democracia controvertida entre os estudiosos. De um lado é possível colher argumentos sustentando que o uso do recall é inadequado, tendo em vista que geraria instabilidade política no país, por exemplo. De outro lado, observa-se a tese de que tal ferramenta de revogação nada mais é do que um sistema de controle de autoridades públicas, que aproxima o povo, titular do poder, de seus representantes eleitos. Diante da perspectiva fática, notadamente da experiência de outros países, como EUA e Suíça, vemos que o recall simboliza uma eficaz forma de se exercer a democracia, garantindo que os governantes hajam de acordo com o bem comum e anseios sociais. A sua aplicação não teria maiores implicações práticas, uma vez que seu uso pode ser ajustado em conformidade ao artigo 14 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

**Palavras-Chave:** Recall. Democracia representativa. Revogação de mandato.

**RECURSOS AUDIO VISUAIS E A PROVA PENAL: UMA NOVA VISÃO DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA.**

**Autor(es):**

*Rafael Coelho Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No dia a dia da profissão da Advocacia Criminal, nos deparamos com diversas dificuldades e contratempos na hora de nos prepararmos para defender os suspeitos das presentes ou futuras Investigações Policiais. Dentre as tantas adversidades, devemos levar em conta a inércia presente na arcaica e reativa Advocacia Criminal. O problema se alastra antes mesmo de ofertada a Denúncia do Ministério Público, antes ainda de concluso o Inquérito Policial.

**(Metodologia)** O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com o método de pesquisa utilizado sendo o qualitativo, apoiando-se em pesquisas bibliográficas, análise e interpretação de textos legais, bem como de laudos periciais e arquivos digitais de reconstruções de cenas. Será utilizado o método de abordagem Indutivo e Comparativo.

**(Resultados)** É notório a desigualdade entre o Inquérito Policial, a denúncia do Ministério Público e o Inquérito Defensivo gerada por um Advogado Criminal que não saia da habitual reatividade proporcionada pela dificuldade de obter e gerar provas que tenham igual força a da Polícia ou do Ministério Público. No entanto, se utilizarmos todos os recursos que estão a nossa disposição tendo em vista todo o avanço tecnológico e a incontável auxílio de outras áreas, sejam ela de qualquer tipo, que pode ser aduzido à Investigação Defensiva, haverá finalmente Paridade de Armas entre a Acusação e a Defesa.

**(Conclusão)** O presente trabalho busca mostrar as diversas utilizações e impactos do uso de todos os meios legais, seja antecipadamente ou durante o curso do Processo Penal, da produção de provas e da devida observância a cadeia de custódia das provas, no âmbito de conseguir de forma articulada, interdisciplinarmente e com todos os recursos digitais, tecnológicos, visuais e de áudio na Advocacia Criminal, para que se possa defender em sua plenitude e em observância a utilidade da prova produzida no tempo certo, levando em consideração a desigualdade de armas entre o Ministério Público que goza de amplo direito investigativo enquanto que a Advocacia Criminal luta para conseguir ter os mesmos poderes investigativos, porém em prol de seu cliente, evitando qualquer desleixo ou omissão dolosa ou culposa por parte do Ministério Público ou da Polícia, de qualquer prova que seja proveitosa ao investigado, denunciado ou acusado.

**Palavras-Chave:** Investigação Defensiva; Advocacia Criminal 4.0; Cadeia de Custódia das Provas; Paridade de Armas; Teoria dos Jogos;

## REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE JURÍDICA

**Autor(es):**

*Maria Alice Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho consiste em colocar em pauta a representatividade política na atualidade, mais precisamente nas medidas tomadas pelo governo, quais sejam de cunho prático ou abstrato. Desse estudo e perspectiva, pretende analisar se existe um déficit da representação da mulher nos espaços sociais e políticos. Para tanto, será estudado se há fragilidade na expressão legítima da população por representantes políticos a partir do estudo do direito constitucional, mais precisamente na parte que versa sobre os direitos da mulher.

**(Metodologia)** Como metodologia a pesquisa é realizada a partir do método dedutivo, além do procedimento histórico e comparativo, através de pesquisa bibliográfica de maneira objetiva, descritiva e explicativa.

**(Resultados)** Em análise histórica da efetivação da democracia, percebe-se em virtude da ampla difusão da democracia liberal, colacionado com a sensação de bem-estar que este modelo político trouxe, gerou um entendimento médio que este tipo de representação da sociedade estaria efetivado. Para além disso a tardia adoção de uma constituição que abordasse direitos sociais e democráticos e a sua grande divergência da teoria para a prática culminou em uma crise de representatividade generalizada que atinge ainda mais quando se trata da representação da mulher nos espaços formais e informais.

**(Conclusão)** Desse modo, percebe-se que há grande fragilidade dos direitos das mulheres acirradas com a crise de representatividade e o questionamento do Estado Democrático de Direito, que se tornam mais preponderantes na prática de invisibilidade da mulher, de modo que se dificulta a discussão de suas demandas e restringe-se temas que apontem para equidade de gêneros e maior liberdade da mulher. A consequência de uma forma exclusivista e que visa interesses de grupos majoritários prejudica a discussão da diversidade, tolerância, menor discrepância social e econômica. Conclui-se, portanto, através dos dispositivos legais e estudos sociológicos que a crise de representatividade política atinge a mulher de maneira tão mais forte que a deslegitima desde suas práticas mais comuns até a dúvida do potencial feminino nos papéis de representação do governo.

**Palavras-Chave:** Brasil. Direitos da Mulher. Representatividade.



## RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE DEVOUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS.

### **Autor(es):**

*Dália Margarida Da Nóbrega Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raphaela Dantas Amancio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No cenário brasileiro, não há dúvidas que, atualmente, existem diversas crianças e adolescentes sob a guarda do Estado, em abrigos, a espera de uma família que possa dar amor. Muito embora seja dever do Estado assegurar a proteção da criança e do adolescente em situações de vulnerabilidade, tal exigência não é atendida, posto que além de não possuir estrutura adequada para a concretização desses direitos, o número de crianças e adolescentes que vivem em lares temporários é muito grande. Diante disso, existe a luta pela inclusão desses indivíduos em uma entidade familiar, por meio da adoção. O outro lado da adoção, é a devolução desses jovens. A grande problemática é como a devolução trás efeitos negativos, agravando os problemas psicológicos e de desenvolvimento. E como essa família adotante deve ser responsabilizada pela devolução dessa criança ou desse adolescente que foi privado de ter uma família amorosa muitas vezes por motivos banais. Diante disso o presente projeto de pesquisa tem como objetivo demonstrar os danos causados às crianças e adolescentes, que, após a adoção são devolvidas ao Poder Público, bem como os regramentos jurídicos nas ações em relação aos adotantes quando da devolução da criança e adolescente abandonado.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método indutivo, que parte de uma compreensão da regra particular para então compreender os casos gerais, explicando com a metodologia em que já tem pressupostos que existam verdades já afirmadas e que servem de base para se chegar, através de breve exposição bibliográfica explicando a temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica, observando o preconceito abarcado pela jurisprudência do objeto do presente objeto de pesquisa, analisando então a situação referente à responsabilidade civil nos casos de devolução de crianças e adolescentes através de premissas.

**(Resultados)** Com o grande número de crianças e adolescentes a espera de um lar definitivo. Isso torna cada vez mais comum a opção da adoção para aumentar a família daqueles que não possuem filhos, ou aqueles que já possuem mais vem a possibilidade da adoção como meio de ter mais filhos. É fácil citar a quebra de expectativa quanto a esse novo membro. Muitos dos jovens são traumatizados por causa dos pais biológicos, ou possuem outras devoluções, ou seja, que já passou pela experiência de ser rejeitada. E como os pais adotivos tem a deficiência muitas vezes no preparo para essa nova realidade, a falta de compreensão e de paciência, fazendo que a criança seja igualizada a um objeto, que pode ser facilmente devolvido.

**(Conclusão)** Diante dessa pesquisa realizada, percebe-se que mesmo sendo atribuído a natureza irrevogável da adoção, muitos pais adotivos vão ao poder judiciário para devolver os filhos, tornando essas crianças e adolescentes com valor de mercadoria, que possuem defeitos e precisam ser devolvidas. Um modo de respeitar os direitos da dignidade, já que, muitas vezes essas crianças e adolescentes sofrem humilhações e abandono efetivo em razão dessa quebra de expectativa da família adotante. E o cabimento da responsabilidade civil dos pais adotivos no pagamento de indenização a título de danos morais e materiais, bem como o pagamento de alimentos provisórios ao filho adotivo, que foi prejudicado pelo cometimento do ato ilícito por aqueles que devolvem a criança e o adolescente sem justificativa.

**Palavras-Chave:** Família. Adoção. Devolução. Adotantes. Adotado.

**RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL DA CIRURGIA PLÁSTICA: ANÁLISE DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA  
BRASILEIRAS**

**Autor(es):**

*FLAVIA MARIA DE MORAIS JALES: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*MARCUS AUGUSTO FREIRE FERNANDES: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Hodiernamente, a responsabilidade civil obrigacional da atividade médica é vista como uma obrigação de meios. Tal entendimento encontra respaldo tanto na doutrina especializada quanto na jurisprudência dos tribunais superiores. Porém, de forma diversa, quando se analisa a responsabilidade obrigacional da cirurgia plástica há uma divergência de entendimentos. Parte da doutrina que estuda o assunto considera a cirurgia plástica um procedimento médico que deve ser tratado da mesma forma que qualquer ato médico. Outra parte da doutrina separa a cirurgia plástica dita reparadora da cirurgia plástica dita estética, e dá a esses atos responsabilização distinta, imputando à última responsabilidade obrigacional de resultado. A jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros acompanha a visão desta última corrente doutrinária. Tal entendimento vai de encontro a preceitos médicos de isonomia entre os atos médicos e ao próprio conceito de saúde.

**(Metodologia)** A partir de uma abordagem transdisciplinar do tema, avaliam-se os pontos jurídicos do tema e os analisam sob uma visão médico-científica. Foi usada também uma análise dialética, verificando os argumentos presentes em ambas correntes doutrinárias e os argumentos da jurisprudência atual. Analisa-se ainda as contradições entre a visão jurídica e médica acerca do tema. Fez-se um levantamento jurisprudencial nos sites dos tribunais superiores do Brasil, nos últimos 10 anos, analisando julgados sobre o tema. Foi realizado um pesquisa de publicações científicas na área médico-jurídica, como base teórica

**(Resultados)** A doutrina que trata do assunto mostrou uma evolução do entendimento sobre a responsabilidade obrigacional da cirurgia plástica. Vários autores pesquisados não aceitam um tratamento obrigacional diferenciado para a cirurgia plástica, nem na divisão entre ramos desta. Os poucos autores que se encontram na contramão deste raciocínio consideram haver dois tipos de cirurgias plásticas e a elas impõem responsabilidade obrigacional distinta, tendo a cirurgia dita estética uma responsabilidade de resultado. A jurisprudência amplamente majoritária nos tribunais superiores acatam este último entendimento e justificam pelo fato de cirurgia dita estética não tratar da saúde em si, mas de embelezamento, que não estaria no mesmo patamar de outras atos médicos

**(Conclusão)** A visão doutrinária diverge sobre a natureza obrigacional da cirurgia plástica. Enquanto uma parte considera a cirurgia plástica um ato médico completo e portanto com responsabilidade de meio, outra parte considera que a cirurgia plástica deve ser dividida em cirurgias plástica reparadora e estética, sendo a essa última imputada uma obrigação de resultado. O entendimento jurisprudencial atual ainda concorda com essa visão de dicotomização da cirurgia plástica, com responsabilidade obrigacional distinta entes elas

**Palavras-Chave:** Responsabilidade obrigacional. Cirurgia plástica. Obrigação de meio e obrigação de resultado.

**RESSONÂNCIAS ENTRE A SOCIOLOGIA DAS DECISÕES JUDICIAIS, A TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE**

**Autor(es):**

*Lara Theresa Medeiros Costa Nogueira Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O princípio da igualdade é tanto um norte interpretativo do ordenamento jurídico constitucional, quanto um direito fundamental, o qual permite à pessoa humana a sua plena realização e desenvolvimento. Para além disso, é um elemento basilar do Estado Democrático de Direito em que não só não devem haver privilégios e distinções formais entre os cidadãos, como também deve-se possibilitar a nivelação de oportunidades para todos. Sem igualdade, portanto, a Democracia se esvazia. Nesse sentido, flagrantes desigualdades, por sua vez, podem ser agravadas pela criação de leis que, apesar de aparentarem neutralidade, podem ter impactos negativos sobre certos setores sociais já rotineiramente afetados. É necessário, pois, que os aplicadores do direito, especialmente, os magistrados, se atentem às relações e fatos sociais relacionados às suas decisões, por meio de uma verdadeira Sociologia da Decisão Judicial. Sob esse viés, estudar-se-á a Teoria do Impacto Desproporcional, como um instrumento de alerta e correção na interpretação de leis as quais tenham efeitos discriminatórios negativos sobre determinados grupos. Como a Teoria do Impacto Desproporcional, alicerçada no estudo sociológico das decisões judiciais, poderá contribuir para a concretização do princípio da igualdade?

**(Metodologia)** Será utilizado o método dialético construído a partir do confronto entre as ideias teóricas constitucionais e hermenêuticas e a influência material do ambiente social e histórico. Este método de abordagem será complementado pelos métodos histórico, a fim de perquirir as origens e desdobramentos do princípio da igualdade e também da Teoria do Impacto Desproporcional. No tocante às técnicas de pesquisa, far-se-á um mapeamento doutrinário constitucional sobre o tema, bem como um levantamento da jurisprudência do STF.

**(Resultados)** Apesar de incorporado ao constitucionalismo pátrio desde a Constituição Imperial de 1824 e evidentemente reforçado e ampliado pela Constituição cidadã de 1988, o princípio da igualdade, na prática tem sido mitigado, especialmente no que tange à neutralização de desigualdades e injustiças sofridas por minorias sociais - negros, LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), mulheres, deficientes e outros. Por outro lado, o processo da criação de leis também não está isento de violar este princípio, mesmo que de maneira camuflada ou não intencional. Nos julgamentos da ADPF 291, sobre a recepção do crime de pederastia pela CF/88, e da ADPF 1946/DF, acerca do salário-maternidade, foram constatados os impactos desproporcionais decorrentes dessas leis, graças à utilização da Teoria do Impacto Desproporcional.

**(Conclusão)** Os estudos sobre esta temática levam a crer que o Direito, isoladamente não consegue abranger toda a realidade social, sendo o ordenamento jurídico suscetível a falhas. Portanto, a hermenêutica constitucional que utilize a Teoria do Impacto Desproporcional, avaliando os efeitos sociais de uma norma, configura um instrumento de tutela e concretização do princípio da igualdade, essencial para a construção de uma sociedade justa, em que todos os cidadãos tenha um poder de influência real sobre os rumos das suas vidas, bem como da própria Democracia.

**Palavras-Chave:** Princípio da Igualdade. Direitos Fundamentais. Teoria do Impacto Desproporcional. Direito Constitucional. Sociologia das Decisões Judiciais.

**SERES SENCIENTES: A NOVA ÓPTICA DO DIREITO ANIMAL**

**Autor(es):**

*Esther Louise Lucena soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O termo senciente deriva de sensibilidade e consciência, ou seja, capacidade do animal não humano sentir e manifestar dor, medo, sofrimento, felicidade, anseios, lembranças, e por que não dizer, pensamentos. A problemática é tema da PL 27/2018, que procura incluir o termo seres sencientes no Código Civil. Nesse sentido, desde os tempos primórdios o homem estabeleceu uma relação de hierarquia com os animais, e essa relação dura até os tempos de hoje. É possível pontuarmos que a maioria dos movimentos pró animal defende que, pelo princípio da senciência, sejam reconhecidos os direitos morais a todos os animais, independente da espécie e boa parte dos doutrinadores que defende o animal como sendo sujeito de direito tal qual as pessoas consideradas relativamente incapazes ou absolutamente incapazes, estes, representados por seus pais ou tutores e na falta deles, o Ministério Público. E a incumbência da tutela e representação desses animais pertence ao Poder público ou seja, é do Ministério Público a competência expressa para representá-los em juízo. A CF/88, em seu artigo 225, §1º, VII assegura expressamente a proteção dos animais, e veda qualquer prática que submeta esses animais a crueldade. Porém é válido salientar que nosso ordenamento é ainda carente de normas que regulamentem e protejam de forma mais eficaz esses seres.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, entre a doutrina, artigos científicos, livros, documentários, normas jurídicas do direito brasileiro e também do direito estrangeiro. Utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, já que buscou-se analisar, de forma comparada o modelo atual de leis no ordenamento jurídico brasileiro e as lacunas existentes. Como método de procedimento, utilizou-se o comparativo, para a observação e comparação da aplicação da alteração normativa em outros países e a possível alteração no nosso país.

**(Resultados)** Constatou-se até esse ponto do estudo, que o projeto de lei que visa criar o regime jurídico sui generis de sujeitos de direitos despersonalizados para os animais, ainda está em processo de votação. Já há no nosso ordenamento uma lei que pune quem pratica maus tratos aos animais, como está previsto no artigo 32, da Lei Federal de Crimes ambientais nº 9.605/98, porém é importante destacar que seu entendimento é controverso, pois não há lei especificando o que seria maus tratos. Entende-se por fim, que o reconhecimento dos animais como sencientes, eles ficam equiparados, no tocante à sensibilidade, aos homens, porém cada um carregando as diferenças específicas relacionadas a seus interesses e necessidades.

**(Conclusão)** Neste contexto pode-se concluir dentro do proposto e analisado, que é latente a necessidade de inclusão legislativa acerca do termo senciente, visto que os costumes e o modo de vida social são mutáveis e por isso as leis também são mutáveis, uma vez que, os animais estão estabelecendo diferentes tipos de interação, não só com os humanos, mas passou-se a ter um maior zelo, um maior cuidado com os animais, que a legislação antiga já não mais supria.

**Palavras-Chave:** Seres Sencientes. Direito Constitucional. Direito Ambiental.

**SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NATAL: DIREITO ADQUIRIDO VERSUS REALIDADE**

**Autor(es):**

*Mariana Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Letícia Batista Alves Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Amanda Luiza Bezerra Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bárbara Silva da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Percebe-se que o processo pelo qual o cidadão e o profissional de saúde passam deve ser do interesse da área jurídica e sociológica, uma vez que essas pessoas possuem um direito garantido a determinados recursos e, em suas vidas reais, não os possuem de fato. Isso causa um grande impacto na imagem que o natalense tem da sua realidade, que se torna distorcida em relação ao que lhe deveria ser assegurado. É necessário ressaltar a importância social e jurídica da temática, tendo em vista que a luta pela garantia dos direitos sociais é, de fato, um dos maiores desafios que ainda perdura na atualidade. Desse modo, pode-se afirmar que a garantia do direito à igualdade e à saúde relatados no artigo quinto e sexto, respectivamente, da CF/88 ainda não são, de fato, efetivos.

**(Metodologia)** A utilização do método de abordagem dedutivo em relação às doutrinas jurídicas e do método de abordagem qualitativo no tocante às entrevistas foi a base metodológica da presente pesquisa. Foram aplicados, dessa forma, princípios gerais para caracterizar e investigar a garantia dos direitos expostas em dispositivos presentes no Ordenamento jurídico brasileiro como a Constituição Federal de 1988, Leis e Portarias e, junto a isso, a descrição da percepção dos problemas enfrentados pelo cidadão e profissional de saúde natalense.

**(Resultados)** Foi constatado que ainda existem inúmeras melhorias a serem feitas, em todos os aspectos, restabelecendo o vínculo entre a realidade de fato e o direito garantido no município de Natal. Com isso, não se pretende generalizar os resultados aqui obtidos para todos os municípios do Nordeste ou do país, tendo em vista que estes contam com necessidades as quais podem ser até mesmo parecidas, mas não propriamente iguais.

**(Conclusão)** Conclui-se que, a realidade é representada não como um reflexo do direito, mas como a que mais aponta suas evidentes falhas, carrega consigo um lado positivo, no qual traz profissionais apaixonados, os quais não desistem do amor às suas profissões independente das más circunstâncias, porém o seu lado negativo traz uma infeliz insatisfação com o funcionamento atual das coisas, com a falta de recursos, de remédios e de estrutura, mas, pior ainda, um conformismo que parte das pessoas.

**Palavras-Chave:** Saúde pública. Município de Natal. Disparidade. Direito garantido.

**SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: UMA ANÁLISE DA SEGURANÇA E LEGITIMIDADE ADMINISTRATIVA.**

**Autor(es):**

*Vitor Caldas Afonso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente passa o Brasil por sua maior crise financeira. O aumento exponencial da dívida pública pode ser facilmente notado, tendo em vista que, no lapso temporal de 12 anos, entre 2007 e 2019, a dívida pública passou de 1.5 trilhão para 5.5 trilhões, ou seja, ela quase que quintuplicou. Esse aumento do endividamento público tem seus motivos, voltamos para 1998, nesta época não remota as taxas tributárias giravam em torno de 26% do PIB do país, o aumento de impostos era o responsável por controlar o aumento das dívidas públicas, era ele a válvula de escape da má gestão dos governos anteriores, contudo, as taxas tributárias passaram de 33% no ano de 2007, encontrando seu teto, impossibilitado o aumento de impostos o governo se viu numa encruzilhada, precisava de uma alternativa para pagar os déficits nominais gerados pelo governo, a alternativa encontrada foi o endividamento público. Ademais a crise econômica não se dá por fatores isolados, existem diversos outros, como por exemplo, a política abusiva adotada pelos bancos brasileiros que monopolizam o crédito e o concedem a taxas de juros anuais absurdas que giram em torno de 70%, em comparação a Portugal que fixa sua taxa limite em 16%, isso é um absurdo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e explicativo, que será realizada através da pesquisa bibliográfica e documental, com o uso de artigos, doutrina, normas e discursos em plenário do Congresso Nacional que versem sobre o tema. Utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, dado que, a base desse trabalho é a análise e estudo a partir de diversas hipóteses que podem ou não a serem comprovadas. Como método de procedimento, foi feito o uso do método histórico, visando expor os danos que nosso SFN já nos proporcionou e, o método comparativo, utilizando-se de base comparatória os SFN's de outros países como EUA, Portugal, Espanha, China e Rússia.

**(Resultados)** O estudo traz a baila que não basta uma reforma X ou Y, como a reforma da previdência, como alguns pretendem propugnar, para salvar a pátria e retomar um período desenvolvimentista no Brasil, retirando-o da crise financeira, temos de levar em conta de que temos um SFN defeituoso, em que, a seleção de seus membros fere o princípio da separação dos poderes, não obstante, a forma como que são tomadas as decisões por seus órgãos é discricionária, resultando num sistema não confiável, com falta de transparência e ineficiência que, gera dívidas exponencialmente e, conseqüentemente, impossibilita a implementação de políticas públicas, diante disso, mostra-se essencial que sejam feitas alterações na lei 4.595, podendo, visto que não se trata de matéria Constitucional, ser feito via Projeto de Lei ordinária, ou, Medida provisória, dado o caráter relevante e urgente, devendo serem propostas respectivamente, pelos legitimados expressos nos artigos 61 e 62 de nossa Carta Magna.

**(Conclusão)** Após abstrata análise, é possível concluir que, o atual Sistema Financeiro Nacional é obsoleto e repleto de falhas, devendo ele passar por uma ampla reforma que venha a sanar seus vícios, omissões Constitucionais e ofensas a princípios Constitucionais e Administrativos, para que assim o nosso país possa retomar um período desenvolvimentista.

**Palavras-Chave:** Sistema Financeiro Nacional; Separação de Poderes; Crise Econômica.

## SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO SOBRE A ÓTICA DE VIGIAR E PUNIR DE FOUCAULT

**Autor(es):**

*Denis Nunes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A obra foucaultiana, "vigiar e punir", é de significativa relevância para se compreender acerca dos suplícios no mundo ocidental. O filósofo francês relata com riqueza de detalhes como se dava a aplicação dos mesmos no século XV e as duras consequências, por isso, chama a atenção para uma humanização das penas que eram consideradas brutais e de pouca ou nenhuma serventia para que estabelecesse a paz social, para além de uma ressocialização, não efetiva e eficaz, do apenado. Colocações não tão distantes em face da real situação do sistema penal brasileiro, e suas dificuldades;

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório documental, através do estudo dos suplícios presentes no livro vigiar. E das condições estruturais do sistema prisional brasileiro. feita através do artigo *Habitus precário e sociabilidade violenta: o caso da Penitenciária de Alcaçuz, RN*, estrito pelo professor Thadeu de Sousa Brandão, publicado na Revista Espaço Acadêmico na edição 2015.1.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Michel Foucault traz a dimensão do corpo como palco cênico sujeito as atrocidades do sistema punitivo para o agente delituoso. O uso de força coercitiva desproporcional como instrumento de demonstração gratuita do poder soberano. A pena já não mais oferecia como sinalizador do ato criminoso e que, este, deveria ser reprimido socialmente, mas sim, como objeto de dominação. Conquanto, o filósofo francês se esforça no trabalho de desconstruir e ressignificar o papel da política criminal vigente, propunha regras a serem seguidas para se alcançar a pretendida humanização. Para isso, debruçou-se sobre estudos e pesquisas sobre as diversas perspectivas de qual serventia da pena e seu modo ideal de aplicação, sempre em prontidão para apontar e combater as condutas cruentas e abusivas dos detentores do poder sobre os mais fracos. Então, percebeu-se que os suplícios já não eram eficazes para conter as demandas penais e sociais no período de sua observação, Revolução francesa e início da Revolução Industrial. O humanismo repensou conceitos outrora já estabelecidos e relativamente absolutos, com isso, lentamente superados, por exemplo, o próprio conceito de humanização. Ademais, atentou-se que a luta seria proteger a sociedade dos detentores de poder, não aos que cometiam crime. Não muito distante, a precarização do sistema prisional brasileira reativa o significado de suplícios. A falta do básico leva o apenado ao resultado já exposto na nossa sociedade, a não ressocialização. Em claro detrimento a completa falta de condições do estado em administrar cárcere com problemas estruturais, e normalmente superlotado. Como o professor Thadeu trás no artigo *Habitus precário e sociabilidade violenta: o caso da Penitenciária de Alcaçuz, RN*.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante dos textos estudados, é possível preencher uma linha entre os suplícios de Foucault e a condições precárias do sistema prisional brasileiro. A condição estrutural das penitenciárias brasileiras é fator determinante para a aproximação entre os suplícios e as penas. A falta do básico, leve o apenado a uma condição além do que lhe é merecido. Ou melhor, aquilo que é papel do estado fazer. A falta de ressocialização, a proliferação de doenças dérmicas, leva a todo um sofrimento além da pena determinada pelo direito penal ao apenado. É necessário através de reformas e realocação de recursos afastarem a condição do apenado dos suplícios, e garanti-lo aquilo que lhe é devido.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Direito; Penas; Foucault; Suplícios; Reforma; Penal

## SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE FUTURÍSTICA DA SOCIEDADE

### **Autor(es):**

*Esther Sales Tinôco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Juliana de Araujo Fragoso: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Juan Manoel Vitorino de Rubim Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafaela Alvares Bandeira Luz Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Clara Soares Costa de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O termo "Sociedade do conhecimento" foi utilizado por Peter Drucker em 1993 para descrever uma sociedade baseada no livre mercado para integração econômica, em que o recurso econômico seria o conhecimento aplicado ao trabalho. De acordo com suas noções, as forças que criam a sociedade e a forma de governo pós-capitalista têm sua origem no mundo desenvolvido e não serão encontradas no terceiro mundo. Além disso, o escritor sequencia uma transição do capitalismo para a sociedade do conhecimento, que se daria em três etapas: Revolução Industrial, Revolução da Produtividade e Revolução Gerencial.

**(Metodologia)** A área da pesquisa engloba as Ciências Sociais e a Economia Política. Esta pesquisa é categorizada como exploratória e qualitativa. Os métodos e estratégias nela utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a reinterpretação do livro "Sociedade pós-capitalista, Sociedade do Conhecimento" do autor Peter Drucker, juntamente com o auxílio do professor Everton Rocha da disciplina de Economia Política. Além disso, para o aperfeiçoamento das ideias, recorreremos a artigos científicos encontrados no site "Passei Direto".

**(Resultados)** Tendo em vista a ampla análise proporcionada pela pesquisa, discorreremos sobre as três fases da transição do capitalismo para a sociedade do conhecimento, abordando as principais características de cada fase. A Revolução Industrial proporcionou a concentração do conhecimento, a divisão do trabalho e uma análise sistemática do processo produtivo, tornou o capitalismo inevitável e dominante e a velocidade das mudanças técnicas criaram uma alta demanda do capital. Nessa etapa, o conhecimento era aplicado às ferramentas. O indivíduo sofre o processo de "coisificação", no qual ele perde parte da sua humanidade, se igualando à máquina. Já na Revolução da Produtividade, o conhecimento é aplicado ao trabalho, à sua análise e sua engenharia. Um dos maiores nomes dessa etapa foi Frederick Winslow Taylor, que tinha como parte das suas ideias: exigir que o estudo do trabalho fosse feito em parceria ou consultando o trabalhador; o beneficiário dos frutos da produtividade deveria ser o trabalhador; desejava uma sociedade em que capitalistas e proletários tivessem um interesse em comum, vivessem em harmonia e aplicassem, juntos, conhecimento ao trabalho. Sua principal contribuição foi a noção de Gerência Científica, que tinha como base o aprendizado e o treinamento. De acordo com ele, todo trabalhador poderia ser analisado da mesma maneira, realizando o trabalho de maneira ditada. Portanto, um homem de primeira classe merece um salário de primeira classe. Por fim, na Revolução Gerencial o conhecimento é aplicado ao próprio conhecimento, sua aquisição era realizada de forma sistemática e sua alta especialização dificultava a comunicação entre os saberes. O conhecimento formal é visto como chave pessoal e econômico. Ocorre a passagem do conhecimento genérico para o conhecimento especializado e a criação da noção de gerência, responsável pela aplicação e desempenho do conhecimento.

**(Conclusão)** A transição para o conhecimento proporcionou a criação de uma nova sociedade, na qual precisa ser baseada em conhecimentos específicos e pessoas especializadas. Desse modo, conhecimento é informação eficaz em ação, focalizando em resultados. Peter Drucker foi capaz de prever, em 1993, diversas mudanças no âmbito econômico que viriam a acontecer posteriormente, nos proporcionando informações valiosas para a análise futurística da sociedade.

**Palavras-Chave:** Conhecimento. Revolução Industrial. Revolução da produtividade. Revolução Gerencial. Sociedade do conhecimento.



## SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS ATRAVÉS DA ARBITRAGEM

### **Autor(es):**

*maria eduarda bezerra zambon: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Novo Código de Processo Civil de 2015 traz as formas alternativas de solução de conflitos, meios que trazem maior celeridade processual e evitam o empanturrado de processos a serem tratados pela Justiça, melhorando a eficácia desta. Tal afirmação é facilmente comprovada através de estatísticas disponibilizadas no site da CAESP – Conselho Arbitral do Estado de São Paulo. Tal órgão privado realizou mais de 18.100 procedimentos trabalhistas desde 1988, a maioria deles envolvendo conflitos individuais. Destes, aproximadamente 22 sentenças arbitrais foram questionadas na Justiça, número irrisório quando comparado ao total. O tema é atual, pois, apesar dos números expressivos mostrados acima, a arbitragem não faz parte, ainda, dos costumes do sistema de relações de trabalho no Brasil. Além das questões jurídicas que iremos abordar ao longo do trabalho, cremos estar diante, também, de uma questão cultural.

**(Metodologia)** O presente trabalho requer, inicialmente, a dedução, visto que parte de um campo generalizado (conflitos trabalhistas) para um mais restrito (conflitos individuais trabalhistas), e, deste, para outro ainda mais específico (a arbitragem nos conflitos individuais trabalhistas), ao qual se aplica o que foi dito em relação aos anteriores. ainda, a utilização do método comparativo, fazendo uma análise sobre a jurisdição, principal forma heterônima de composição dos conflitos trabalhistas atualmente, em face da arbitragem, sistema que se quer demonstrar mais eficiente e passível de utilização nesta seara, de modo que, com a análise das semelhanças e diferenças, seja possível compreendê-los melhor. O método de procedimento será, essencialmente, a pesquisa bibliográfica.

**(Resultados)** Procuramos mostrar que o tema é de grande relevância, posto que a morosidade da justiça e a ineficácia do processo têm criado uma grande insatisfação aos jurisdicionados, advogados e ao próprio Poder Judiciário. Torna-se necessária a exploração de meios alternativos de resolução de conflitos, principalmente a legitimação e efetivação da arbitragem nos conflitos individuais no âmbito trabalhista, nosso objeto de estudo.

**(Conclusão)** Embora visto ainda como tema polêmico, o material a respeito do tema não é tão vasto quando comparado com outros temas da própria seara trabalhista. Todavia, conforme podemos facilmente perceber, há manifestações reiteradas a favor da utilização da arbitragem nos conflitos individuais trabalhistas. Portanto, basta que se cerque de cuidados e se mantenha isenta de vícios, não havendo maculação tanto da vontade da parte de optar pela arbitragem como a escolha do árbitro por estes, para que a arbitragem na área individual trabalhista possa ser considerada segura e não passível de anulação pelo Poder Judiciário, salvo nos casos do art.32 da Lei n. 9.307/96. O que está aqui posto é o reconhecimento da necessidade de modernização e adaptação do direito do trabalho aos dias atuais, mas sem perder sua razão e finalidade de ser que é o de sistema jurídico de proteção ao trabalhador, sendo necessário para a eficiência deste sistema que não prescindia da intervenção do Estado que é quem estabelece o patamar mínimo na proteção deste direito.

**Palavras-Chave:** Arbitragem; Solução; Trabalhista; Direito Individual.

**TEORIA DA CAUSA MADURA- ORIGENS PRÓXIMAS- APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO-  
CONSTITUCIONALIDADE.**

**Autor(es):**

*Vinícius Matheus Alves da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN  
Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tem como intuito analisar a aplicação da teoria da causa madura no processo do trabalho, tendo em vista, que esse instituto foi formulado originalmente no âmbito do direito processual civil, ademais, a teoria da causa madura tem amparo ainda sob a égide do CPC/1973. Desse modo, o instituto recebe especial desenvolvimento no CPC/2015, portanto, o trabalho tem a pretensão de valorizar as modificações na legislação com o advento do CPC/2015 no tocante ao avanço da teoria da causa madura, sugerindo sua melhor aplicação no processo do trabalho, em face das compatibilidades evidentes com a seara laboral, em especial a promoção de julgados mais céleres e econômicos.

**(Metodologia)** Em virtude do caráter amplo da temática abordada, o método utilizado foi o de pesquisa transdisciplinar, transitando pela análise do tema nos seguintes ramos do direito: constitucional, processo civil, processo do trabalho e trabalho, visando o enfrentamento do impacto social da problemática. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórica, de caráter exploratório, qualitativo e documental, na medida em que buscou-se analisar a legislação aplicável ao caso concreto, bem como a jurisprudência, em face de seus aspectos contestados.

**(Resultados)** O fundamento para utilização da teoria da causa madura no processo do trabalho é o princípio da celeridade em conjunto com o princípio da duração razoável do processo, em face disso, por consequência o princípio da celeridade chega a ser um princípio inerente ao direito laboral. Dessa forma, notadamente é presenciado em vários preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho que não têm equivalente nos demais códigos de processo brasileiro (civil, penal, penal militar), à vista disso, basta ver o modelo procedimental originário da CLT que sempre supôs uma única audiência para todos os atos processuais presenciais (arts. 837 a 842/ CLT).

**(Conclusão)** Por meio de estudos realizados, foi visto em que em prol de uma maior efetividade processual e por uma realização mais acentuada do princípio da duração razoável do processo. Desse modo, a teoria da causa madura tem conquistado lugar no processo do trabalho desde a década anterior, ainda sob vigência do CPC/1973, e agora com um enfoque maior, a partir das novidades trazidas pelo CPC/2015. Por conseguinte, o novo regramento legal, haurido do art. 1013 do CPC/2015, parece possuir aptidão para insuflar uma nova cultura da celeridade nos tribunais brasileiros, e do mesmo modo, influenciar o próprio processo trabalhista. Por fim, o Tribunal Superior do Trabalho já acolhe a teoria da causa madura, sem qualquer dúvida ou dificuldade, ademais, a Súmula 393 do TST, enaltece esse instituto.

**Palavras-Chave:** Teoria da causa madura; Novo Código de Processo Civil; Processo do Trabalho; Devido Processo legal.

## TITULAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E O PROBLEMA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL

**Autor(es):**

*Guilherme Melo Antunes da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil convive, na atualidade, com dois grandes problemas: a falta de uma adequada urbanização na maioria das cidades e, como uma das consequências, aquele que será o enfoque deste trabalho de pesquisa, que é a falta de titulação da propriedade imobiliária. Esses problemas existem há muito tempo devido a fatores políticos, jurídicos, sociais e econômicos que construíram a evolução histórica de nossa sociedade. Assim, depois de importantes decisões políticas que foram colocadas na nossa Constituição e em algumas leis recentes, passamos a contar com mecanismos para enfrentar esses problemas e, tanto o direito à moradia quanto o direito à qualidade de vida em melhores condições ambientais, especialmente nas cidades, passaram a poder ser resolvidos através de um processo chamado de regularização fundiária.

**(Metodologia)** A presente pesquisa é qualitativa, de cunho exploratório, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito, envolvendo levantamentos bibliográficos, análise de exemplos que estimulem a compreensão e entrevistas com pessoas que sofrem com o problema, autoridades competentes e donos de cartório. Para isso, utilizaremos o método dedutivo e como método de procedimento, utilizaremos, o comparativo.

**(Resultados)** Os imóveis aqui retratados estão à margem do sistema, na medida em que: (i) não podem ser legalmente vendidos, dados em garantia ou herdados; (ii) não geram impostos; (iii) não se valorizam como o restante do mercado imobiliário; (iv) não recebem o mesmo nível de investimento em infraestrutura do Poder Público; e (v) não são mantidos com o mesmo capricho que seriam se tivessem proprietários formais. A legislação brasileira, no que diz respeito à regularização fundiária, tem feito, certamente, consideráveis progressos nessas últimas décadas, mas os procedimentos de legalização do solo permanecem bastante complexos, dificultando os êxitos dessas iniciativas. A complexidade da gestão fundiária no Brasil se explica, em grande parte, pelos inúmeros procedimentos formais constituídos justamente para evitar possíveis fraudes e pelo zelo desproporcional pela proteção dos direitos de propriedade, o que dificulta toda e qualquer releitura mais social do exercício desses direitos.

**(Conclusão)** A combinação da má atuação do Poder Público em gerir e fiscalizar o crescimento das cidades, com a ganância dos empreendedores, e a demanda cada vez mais crescente por moradia nos grandes centros urbanos, fez com que o Brasil apresentasse níveis alarmantes de imóveis em situação irregular. A formalidade excessiva do direito brasileiro, aliada ao sistema privado, complexo e frequentemente corrompido de gestão do cadastro de imóveis pelos cartórios no Brasil, contribuiu para endossar a apropriação bastante desigual do solo, quase sempre beneficiando a concentração fundiária da propriedade nas mãos de alguns poucos beneficiados.

**Palavras-Chave:** Regularização Fundiária. Direito à Moradia. Centros Urbanos. Desigualdade.

**TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO: O PAPEL DA FISCALIZAÇÃO NO COMBATE A PERPETUAÇÃO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Brenda Abdon Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*VANESSA CRISTINA DIÓGENES ESTEVAM: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil, conceitua-se atualmente trabalho análogo à escravidão como toda atividade forçada desenvolvida sob condições degradantes, jornadas exaustivas e a servidão por dívidas. Todavia é necessário ir além do conceito para compreender a realidade da escravidão moderna, analisando a trajetória histórica, conforme Garcia (2017) além dos fatores à título nacional, um dos pontos relevantes que promoveu a perpetuação da prática escravocrata, foi o advento da Revolução Industrial seguida da introdução do sistema capitalista, no qual o lucro tão almejado, gera, muitas vezes, um retrocesso histórico frente à direitos sociais conquistados. Nessa perspectiva, pode-se inferir que mesmo após a abolição formal, em 1888, a escravidão continua a assolar a vida de centenas de cidadãos, ferindo gravemente o princípio da dignidade humana, tal permanência, somada às novas formas de comércio e mudanças nas relações sociais, propiciou também o surgimento de diferentes formas de trabalho escravo. Nesse cenário, a presente pesquisa visa destacar suas formas reincidentes que são recorrentes principalmente no centro e nos interiores do Rio Grande do Norte (RN), que em sua maioria permanecem mascarados por aqueles que anseiam maior lucro.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho empírico e documental, que será realizada por fontes bibliográficas, utilização de dados disponibilizados nos sites dos Tribunais do Trabalho e do Ministério Público, bem como as estatísticas do Censo 2010 do IBGE. Assim, objetiva-se realizar a seleção de casos constatados na realidade rio-grandense, apoiada em uma abordagem metodológica dedutiva e qualitativa, que buscará analisar o fenômeno partindo das convenções internacionais de Trabalho da OIT e da legislação brasileira, Constituição Federal e Código Penal, para os casos específicos do Rio Grande do Norte, tornando possível a obtenção de dados concretos, com o intuito de atingir uma real eficácia social da legislação.

**(Resultados)** Nesse cenário, é possível identificar a reafirmação do advento da escravidão nos interiores e nos grandes centros, tendo por base a desigualdade social, relacionado diretamente com o sistema econômico vigente e as disparidades socioeconômicas. Diante disso, vale ressaltar a crescente ausência de fiscalização das práticas de escravização e exploração, em face da ineficiência política, e a conduta omissa das autoridades competentes.

**(Conclusão)** Essa ultrajante realidade, vivenciada pelo Rio Grande do Norte, traduz uma intolerável violação aos direitos humanos e a negação ao princípio da dignidade humana. Vale ressaltar, que no ordenamento jurídico brasileiro existe um amplo incentivo à abolição ao trabalho escravo. Porém, o grande obstáculo enfrentado nos dias atuais consiste na falta de fiscalização eficaz, posto que há uma queda gradual de auditores fiscais do trabalho, como assevera a ONG “Escravo Nem Pensar!”, também a ausência, em grande parte, de uma mentalidade crítica da população frente a esse lamentável fenômeno, visto que essa forma de exploração se apresenta para a coletividade, muitas vezes, como uma prática comum. Dessa forma, só será possível a construção de uma sociedade livre dessa prática, quando se instituírem mecanismos práticos de enfrentamento ao trabalho escravo e prevalecerem os ideais implementados na Constituição, não havendo espaços para práticas indignificantes.

**Palavras-Chave:** Trabalho escravo. Erradicação. Fiscalização. Rio Grande do Norte.

**TRATAMENTO DE RESÍDUO LÍQUIDO - O ÚNICO ECOLÓGICAMENTE CORRETO (COAGULANTE)**

**Autor(es):**

*Marcio Bezerra de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na atualidade basicamente só existe um tipo de floculante (coagulante), para tratamento de resíduos líquido, que é a base de sulfato de alumínio, e ainda assim, não se apresenta como um produto eficiente e eficaz, pois o seu resíduo – o produto resultante do efluente tratado - não pode ser aproveitado, e é ainda poluente, pois tem que ser acondicionado em embalagem apropriada e destinado a um aterro sanitário. Foi com base nessa necessidade, e para suprir essa deficiência, que foi desenvolvida a mais nova solução para resolver essa situação que é o MARFLOCK. O produto hoje utilizado apresenta inúmeras imperfeições, pois para que tenha um preço viável, é obtido através da reciclagem de alumínio, e com isso, traz de volta para o processo de tratamento, metais pesados, que estavam ausentes, para o produto final, tais como: chumbo e mercúrio. Um ponto positivo que merece destaque é que o efluente resultante tem como matéria-prima o resíduo resultante de um efluente, e é composto por 90,00% desse efluente.

**(Metodologia)** A metodologia da pesquisa é um estudo de caso da aplicação do produto descrito no processo de tratamento do efluente resultante de tinturaria na empresa Guararapes SA no ano de 2014.

**(Resultados)** Os resultados alcançados com a aplicação desse novo produto, demonstram que o seu impacto foi surpreendente, tendo inclusive eliminando o mau cheiro desprendido durante o processo de tratamento desse resíduos líquido com sulfato de alumínio, e que causava um grande mau estar na vizinhança, onde gerava muita reclamação com o desconforto causado nesse processo. Vale a pena ressaltar que para efluente resultantes de tinturaria, é de suma importância o resultado obtido, por remover, principalmente metais pesados e ainda assim contar com uma destinação que permite o aproveitamento do produto resultante do tratamento, sendo totalmente reaproveitado, em circuito fechado, podendo ainda ser escolhida em três opções de uso sendo: 1) Utilizado na indústria cerâmica e na construção civil como um aditivo para dar resistência aos materiais; 2) Utilizado como adubo para culturas consideradas permanentes; 3) Utilizado como fonte de energia produzindo calor em caldeiras.

**(Conclusão)** Pode-se concluir que a eficiência e eficácia na utilização desse novo coagulante (floculante), deve ser recomendado para uso no tratamento de efluente líquido, pois pode ser considerado como o único produto ecologicamente correto nesse tipo de tratamento, uma vez que o produto hoje utilizado, é considerado altamente poluente, pois não remove metais pesados, e ainda acrescenta outros em razão de sua composição.

**Palavras-Chave:** novo coagulante, floculante. MARFLOCK

**TRIAL BY MEDIA: UMA ANÁLISE CÍVEL**

**Autor(es):**

*Fernando José Quintaneira Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rebeca Rodrigues Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nathalia Cristina Toledo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Adotando como ponto de partida o direito da personalidade que possui, dentre outros, um caráter vitalício e de indisponibilidade é razoável questionar os limites de até que ponto a imprensa pode explorar o seu direito a liberdade, no campo da intelectualidade, sem transgredir o direito à integridade psíquica do indivíduo, especificamente o seu direito à privacidade, a fim de evitar fenômenos como o “trial by media” que consistem em julgamentos não realizados pelo Estado-Juiz, de caráter muito mais passional, fomentado pela própria mídia na sua relação direta com a sociedade. Nessa perspectiva, procura-se encontrar o equilíbrio que pode satisfazer o exercício dos direitos da personalidade, tanto da mídia, quanto do indivíduo que se encontra nos holofotes, uma vez que os reflexos cíveis de que originam tal questionamento influem de maneira fundamental no direito penal e culminam em consideráveis consequências na vida pública do indivíduo que estará no centro desse prejulgamento.

**(Metodologia)** Por meio dos métodos indutivo e dialético, foram realizados estudos de caso com a finalidade de traçar um perfil dos chamados “trial by media” e propiciar a observação deste fenômeno em casos de grande repercussão no Brasil, como também o debate acerca dos direitos da personalidade e as consequências da sobreposição de um sob o outro que permitiram o desenvolvimento da questão proposta.

**(Resultados)** A condenação social, oriunda do efeito extrajudicial midiático, causa sequelas ominosas aos indivíduos em foco devido à forte e recorrente violência simbólica dirigida a esses – como se o jornalismo fosse um “quarto poder”, dividindo espaço com o executivo, legislativo e judiciário; tal comportamento grupal hostil em relação ao(s) acusado(s) resulta na exclusão deste(s) do meio social, impedindo, assim, que cumpra de modo eficaz as suas obrigações cíveis para com a sociedade, uma vez que, em razão de um julgamento impressionável, é afastado de seu papel comunitário característico de um cidadão comprometido com seus direitos e deveres. Como no caso da Escola Base, onde os proprietários foram injustamente acusados de abuso sexual com menores de idades e, por conta do sensacionalismo midiático, forçados a encerrar todas as suas atividades de maneira definitiva.

**(Conclusão)** Conclui-se que o “trial by media”, julgamento extrajudicial, intervém diretamente no direito da personalidade ao propiciar uma condenação social que é responsável pelo desrespeito à vida privada, uma vez que influi no comportamento passional da sociedade, pois a espetacularização dos julgamentos auxilia aos espectadores a passar por cima da presunção de inocência e acentuam o assédio condenatório sofrido antes da conclusão do devido processo legal, violando assim, a privacidade do acusado. É possível afirmar que a mídia assenta as pessoas no banco dos réus muito antes que a própria justiça institucionalizada, sugerindo o uso imoderado da liberdade pela imprensa.

**Palavras-Chave:** Trial by media. Imprensa. Imagem. Direitos de personalidade. Julgamento.

## TRIBUTAÇÃO E A INTERNET DAS COISAS

### **Autor(es):**

*Keysimara Moreira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sarah Marizete Sales Leite de Meneses: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No direito digital pretende-se tratar juridicamente as novas ferramentas utilizadas na vida social, para auxiliar na regulação das relações jurídicas. Uma vez que a Internet das coisas modifica nossas relações com ferramentas, bens de consumo duráveis e serviços, interferindo diretamente na maneira de consumir, estamos diante de uma inovação tecnológica que nos induz à necessidade de rápida adaptação de outras áreas do direito à nova realidade. A internet das coisas, ou “IoT”, é um termo utilizado em referência a objetos conectados à rede mundial de computadores, contemplando novas funcionalidades ou aperfeiçoando ferramentas que recebem essa tecnologia. O conceito foi criado por Kevin Ashton em 1999, e, desde então, vem sendo refinado devido à massiva e complexa atividade produtiva da chamada “4° revolução industrial”. As novas funcionalidades podem implicar na mudança do comportamento tributário em relação a determinado bem, o qual além da sua função principal agregue funções acessórias. Nesses casos, existe certo grau de subjetividade para uso por analogia do Art. 92 do Código Civil Brasileiro o qual positiva o princípio do bem acessório seguir o principal. A título de exemplo, analisaremos o histórico de comportamento tributário do IPI, que contempla classificações fiscais diferenciadas para bens tangíveis com funções principais similares ou bens tangíveis com funcionalidades diferentes agregados a um mesmo bem de consumo como principal e acessório. O questionamento que surge é quais parâmetros usaremos para tributar os bens tangíveis com novas funcionalidades, e as dificuldades de classificação do que será considerado acessório ou principal nesse contexto.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada quanto a sua finalidade e objetivo foi pelas pesquisas aplicada e descritiva, posto que trata-se de uma problemática da adaptação das leis regulamentadoras e as mudanças nas ferramentas cada vez mais virtuais. Quanto a abordagem foi empregada a qualitativa com o método hipotético-dedutivo trazendo para o tema hipóteses através da observação do objeto do estudo, fazendo também relação com o direito comparado, tendo como procedimento pesquisas a normas pátrias, artigos científicos e conteúdos da internet.

**(Resultados)** Constatamos que, como resultado parcial, que os estudos mais avançados sobre o assunto foram elaborados pela Comissão Europeia, indicando que o caminho mais adequado seria a tributação de lucros baseados em critérios normativos tributários. Enquanto não forem finalizados os estudos mais específicos sobre o tema, implanta-se uma alíquota de 3% a título de imposto de renda retido na fonte.

**(Conclusão)** O questionamento que surge é quais parâmetros usaremos para tributar os bens tangíveis com novas funcionalidades, e as dificuldades de classificação do que será considerado acessório ou principal nesse contexto.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Tributo. Tecnologia. Internet das coisas.

**UM DIÁLOGO ENTRE DIREITO E CINEMA: A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE PARTIDÁRIA FRENTE AO FILME  
“BATMAN – O CAVALEIRO DAS TREVAS”**

**Autor(es):**

*Rebecca Dias da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O filme “Batman – Cavaleiro das Trevas” situa-se em uma cidade entregue à criminalidade, corrupção e esquecida pelos seus governantes. Nesse sentido, Gotham City torna-se o cenário ideal para o surgimento do Cavaleiro das Trevas. O contexto sociopolítico é um pressuposto de existência na formação do herói, o qual tem como objetivo atuar pelo bem comum, ainda que assuma ilícitos que não cometeu. A boa vontade daquele que, supostamente representa o coletivo, causa estranheza à sociedade. Em paralelo aos aspectos de fato da realidade, o cidadão se tornou um “consumidor”, que deseja respostas rápidas e satisfatórias para suas necessidades, seja em políticas públicas ou na melhora de serviços privados. Da mesma maneira, no âmbito político, os partidos estão perdendo a confiança dos eleitores, pois o conceito da finalidade partidária se perdeu em meio ao poder de legislar, a busca por riqueza e reconhecimento social.

**(Metodologia)** O presente trabalho será investigado através de pesquisa bibliográfica, baseada no diálogo interdisciplinar entre o Direito Eleitoral, o Direito Constitucional e a Sociologia, bem como uma análise documental em bancos de dados eleitorais e demais institutos de pesquisa. Portanto, será posto os meios cabíveis com o fim de contextualizar o objeto de estudo relacionando à dinâmica cultural, social e política do país.

**(Resultados)** Verifica-se que, com os últimos grandes eventos no cenário político-jurídico como a “Operação Lava Jato”, houve um aumento significativo da insatisfação popular com a classe política, como demonstra pesquisa realizada em fevereiro de 2015 pelo instituto Datafolha, 71% dos brasileiros disseram não ter simpatia por partido algum. É, portanto, devido à falta de representação partidária que uma grande parcela de cidadãos estão apáticos com a responsabilidade eleitoral que lhe cabe. Assim como no filme tratado neste trabalho, quando Harvey Dent, Batman e Jim Gordon, que possuem diferentes perspectivas da mesma relação social e podem representar diversos setores, unem-se em prol da coletividade, a cidade vive em harmonia.

**(Conclusão)** O problema da crise de representação política origina-se na identificação da sociedade por meio dos partidos políticos, que mesmo em nome da democracia não são estruturados internamente a partir de processos democráticos. As mudanças nos institutos jurídicos eleitorais devem acompanhar a evolução da sociedade, de maneira que tenha como objetivo a promoção da democracia, porém tais mudanças são construídas com o tempo e o ensejo de uma comunicação direta dos partidos políticos com os cidadãos. Cumpre ressaltar a importância da efetiva incorporação do sentido de que os mecanismos do legislativo não são para benefício de parte da população, mas os partidos políticos representam a sociedade.

**Palavras-Chave:** Representação eleitoral. Direitos fundamentais. Cinema. Partidos Políticos.



**UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A PEDAGOGIA E O DIREITO NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL À LUZ DA LEI 12.318/2010**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN  
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esta pesquisa tem o intuito de discorrer sobre as condutas tipificadas como Alienação Parental, definida pela Lei 12.318/2010, e a importância de se estabelecer um diálogo constante entre a Pedagogia e o Direito em ambientes escolares, principalmente entre os educadores e gestores. Uma vez que a relação presente na família reverbera também na escola e os maiores prejudicados crianças e adolescentes, vítimas da alienação, também sofrem os impactos no processo de ensino-aprendizagem. Dito isso, o estudo aponta como possíveis soluções a informação qualificada, o acompanhamento psicológico da vítima e do agressor e a Guarda compartilhada, Lei 13.058/2014, consubstanciado também nos arts. 226 2 227 da CRFB/88, além do art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90- ECA e por fim, nos princípios presentes no Direito de Família, a fim de despertar a relevância da temática nas escolas junto com a equipe pedagógica.

**(Metodologia)** Na busca de compreender as consequências geradas, sobre tudo os efeitos comportamentais e psicológicos nas vítimas da síndrome de alienação parental, ocorrido muitas vezes em ambientes familiares, decorrente na maioria dos casos de uma separação de pais, mas que reverbera no contexto escolar, a presente pesquisa terá como método de abordagem o dialético, já que se pretende discorrer sobre a relevância da temática, sem deixar de analisar o contexto histórico social-econômico, observando os aspectos legais da lei de Alienação Parental e sua interação com outros textos normativos da legislação brasileira. Como método de procedimento, utilizaremos o método histórico ao procuramos perceber as raízes do problema apresentado em nosso país, bem como propomos o estudo do tema sob o método funcionalista, estudando a sociedade do ponto de vista da função social de suas instituições, no presente caso, a relação família-escola.

**(Resultados)** Constata-se, que o atual cenário é preocupante o que exige a necessidade de ampliar o debate sobre a Lei 12.318/2010, a fim de promover a proteção de crianças e adolescentes, isto, porque, em que pese à evolução normativa, a Alienação Parental ainda é recorrente nas famílias, sobre tudo em casos que envolvem separação ou divórcio, isto posto, é necessário garantir o direito à convivência harmoniosa da criança e do adolescente, relativos à visitação e ao convívio familiar.

**(Conclusão)** Por fim, a Alienação Parental tem como maiores vítimas as crianças e os adolescentes e os seus efeitos são danosos, não se restringindo apenas ao âmbito familiar, mas também na escola desencadeando patologias como: falta de concentração, baixa estima, crise de pânico, déficit cognitivo de aprendizagem até o suicídio. Desta feita, não só a intervenção estatal na criação da referida legislação, mas, sobretudo um trabalho preventivo e educativo que desperte a novas atitudes para os alienadores que na maioria dos casos não tem a noção dos seus próprios atos a fim de que essa conduta tão nociva não aconteça.

**Palavras-Chave:** Direito, Pedagogia, Alienação Parental-Lei 12.318/2010 e Guarda Compartilhada- Lei 13.058/2014.

**UMA ANÁLISE ACERCA DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CONTRATO DE ADESÃO DE PLANO DE SAÚDE DO IDOSO  
FRENTE AO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.**

**Autor(es):**

*Anderson de Souza Carvalho : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maxnara de Lima Soares Brito : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Beatriz Bezerra Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Larissa Guedes de Andrade Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As cláusulas abusivas, conforme Nelson Nery Júnior, são aquelas nitidamente desfavoráveis à parte mais fraca na relação contratual de consumo. Ao passo que, ao completar idade igual ou superior a 60 anos, a pessoa é considerada idosa, nos termos da lei vigente, para todos os fins legais, tendo os seus direitos e garantias previstas no Estatuto da pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), legislação de ordem pública e de interesse social hábil, explicitando assim, a vulnerabilidade agravada e presumida em razão de características pessoais decorrentes da idade, assim como, da relação consumerista estabelecida.

**(Metodologia)** Quanto ao método de abordagem utilizado, resume-se ao dialógico interdisciplinar, uma vez que buscará de forma dialogada, diversas análises acerca de disposições encontradas no Estatuto do Idoso no que tange a proteção de direitos estabelecidos, bem como, no Código de Defesa do Consumidor, vez que se trata de uma relação consumerista entre o plano de saúde contratado e o idoso, no tocante a cláusulas contratuais que possam ser consideradas abusivas.

**(Resultados)** Os resultados encontrados são claros e objetivos, a legislação dispõe sobre a obrigatoriedade da transparência em forma de um princípio, no entanto, o que ocorre na prática é justamente uma desconformidade legal, tendo em vista que não é fornecido ao consumidor quais critérios são adotados para elevar o valor da mensalidade.

**(Conclusão)** Diante do exposto, é possível concluir que a temática aqui abordada tem bastante relevância jurídica e social perante a relação consumerista ao que tange à pessoa idosa. Assim, no que se refere ao embasamento jurídico em defesa do Idoso, o art.15, § 3º, do Estatuto do Idoso, dispõe sobre a vedação de discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade, o que por si só, afasta a legalidade da incidência do reajuste de mensalidade por mudança na faixa etária, esta que só pode ser imposta aos beneficiários com idade até 59 anos. Ainda, vale salientar que, além da proteção conferida pelo Estatuto do Idoso, a Lei nº9.656/98 que regulamenta os Planos de Saúde, também proíbe o reajuste por mudança na idade aos consumidores com mais de 60 anos, em seu artigo 15 e parágrafo único. Por fim, compreende-se que as obrigações de pagamento devem ser pautadas pela boa-fé objetiva, proporcionalidade e razoabilidade porquanto a cessação do serviço contratado entre as partes.

**Palavras-Chave:** idoso; transparência; cláusula abusiva; plano de saúde.

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS NA LEI 13.123/15 SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS**

**Autor(es):**

*Luana Karla Agra Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O desenvolvimento da humanidade está atrelado à troca de informações sobre o conhecimento dos diversos ecossistemas e suas propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas. Essas informações têm como fonte a biodiversidade que, com o decorrer do tempo, passou a não ser entendida apenas como a diversidade de formas de vida, mas como “capital natural” daqueles que dependem dela enquanto meio de produção. Isso se deve à emergência das novas biotecnologias à medida que se passou a extrair o valor econômico da biodiversidade, caracterizando dessa forma a bioprospecção. Ocorre que o grande potencial econômico dos recursos genéticos acabou levando a formas ilegais de apropriação, que deram origem ao termo biopirataria. Assim, a proteção desses conhecimentos tradicionais e seus desdobramentos, tais como a repartição de benefícios – divisão de benefícios provenientes da exploração econômica – por quem explore essa biodiversidade, tem sido objeto de estudo do Direito. Recentemente foi aprovada a nova lei de biodiversidade (Lei 13.123/15), a qual implementa a Convenção sobre Diversidade Biológica e dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios. Entretanto, essa lei apresenta um sistema de isenção à repartição de benefícios, ponto criticado por representarem uma violação ao Princípio da Progressividade dos Direitos Humanos, segundo o qual os direitos humanos devem sempre avançar e jamais regredir perante os patamares alcançados na afirmação destes direitos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica na qual se aplica o método dialético ao passo que se ocupa em discorrer as formas de isenção da repartição de benefícios e a sua contraposição ao Princípio da Progressividade dos Direitos Humanos.

**(Resultados)** Constata-se que a crescente exploração econômica e comercial da biodiversidade tem transformando o conhecimento tradicional em uma fonte de lucro. Nesse cenário, durante anos se tentou regulamentar a proteção aos conhecimentos tradicionais e à própria biodiversidade, de forma a garantir aos fornecedores dos conhecimentos a participação, justa e equitativa, nos benefícios resultantes da utilização comercial dos recursos genéticos fruto do acesso ao conhecimento tradicional, objetivando alcançar o equilíbrio das relações entre os detentores da biodiversidade e àqueles detentores da biotecnologia. Esse panorama permitiu o estabelecimento de normas internacionais e nacionais. Entretanto, o Brasil promulgou em 2015 a nova lei da biodiversidade que está em desacordo as normas internacionais, das quais o Brasil é signatário, e a qual representa um sistema de isenção à repartição de benefícios à medida que restringiu em diversas hipóteses o direito a ela, o que permitiu questionar sobre a ocorrência de retrocessão de direitos humanos

**(Conclusão)** Conclui-se que a Lei 13.123/15 caracteriza-se como um retrocesso frente à proteção jurídica dos povos tradicionais, violando, dessa forma, o princípio da progressividade dos direitos humanos, visto que representa obstáculos para a efetivação de um dos pilares do desenvolvimento sustentável, qual seja: o direito à justa repartição de benefícios, além de distorcer tudo o que se pretendia na Constituição, Convenções e tratados com status constitucional. Ademais, não observa-se a possibilidade de possíveis impactos positivos decorrentes da isenção de repartição de benefícios como forma de incentivo ao desenvolvimento no âmbito das comunidades detentoras dos Conhecimentos Tradicionais. Dessa forma, a aplicação dessa lei representa uma lesão aos direitos humanos, devendo ser afastada do ordenamento jurídico pátrio

**Palavras-Chave:** Repartição de benefícios. Conhecimentos tradicionais. Princípio da Progressividade dos Direitos Humanos

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO**

**Autor(es):**

*Silvana Ellen Souza de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Uma das preocupações do Código de Processo Civil brasileiro foi a criação de mecanismos que possibilitassem a resolução das demandas em um tempo razoável e com isonomia. Por consequência, criou um instituto que possibilita a resolução de litígios repetitivos, muito comuns no Judiciário brasileiro e que, se decididas de forma diversa, podem ser um risco à isonomia: o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Porém, alguns questionamentos podem ser levantados quanto à abrangência do uso desse incidente, à aplicação das decisões deles resultantes no sistema jurídico brasileiro como um todo e às consequências, especialmente para as partes.

**(Metodologia)** O presente trabalho utiliza pesquisa teórica, bibliográfica e documental, por meio do método hipotético dedutivo, tendo em vista que buscará respostas ao longo da pesquisa acerca do questionamento se a aplicação de decisões resultantes do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas vai de encontro ao princípio do contraditório.

**(Resultados)** Primeiramente, é importante destacar que as decisões proferidas em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas são aplicáveis a todos os processos existentes e futuros que versem sobre questão idêntica de direito e tramitem na área de competência do seu órgão julgador. Nesse contexto, em análise inicial, observa-se que há a possibilidade de que pessoas que não participavam do processo de origem sejam prejudicadas pela decisão possivelmente desfavorável quanto ao direito pleiteado sem terem tido condições de influenciar na decisão proferida pelo juízo. Isso é preocupante quando se tem o entendimento do contraditório como essa possibilidade de participação efetiva no convencimento do juiz, não sendo observado no IRDR por não se ter a necessidade de participação de um legitimado a defender direitos dos indivíduos de maneira geral na condução do incidente. Tal posicionamento foi defendido por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero no livro Curso de Processo Civil, volume dois, que sintetizou “dar ao juiz ou ao relator poder para instaurar incidente de resolução de demandas repetitivas é dar ao Estado o poder de sobrepor a otimização da solução dos litígios em face do direito fundamental ao contraditório.”

**(Conclusão)** Portanto, como foi observado, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas é um instituto criado com o objetivo de conferir maior objetividade e segurança na resolução de litígios iguais com partes diferentes. Porém, a aplicação das decisões dele decorrentes necessita ser debatida, na medida em que pode significar o ferimento ao princípio do contraditório, garantido constitucionalmente, quando a representação dos indivíduos afetados pela decisão não é plena. Este trabalho buscará, então, possíveis soluções para que o contraditório seja respeitado na tramitação desses incidentes e, conseqüentemente, todos os possíveis prejudicados pelas decisões judiciais tenham tido oportunidade de influenciar na mesma. Por fim, dessa maneira, esse instituto traria amplas consequências positivas ao sistema jurídico brasileiro e às partes que nele litigam.

**Palavras-Chave:** Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Princípios. Direito Processual Civil.

**UMA ANÁLISE DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS MOTORISTAS DA UBER.**

**Autor(es):**

*Sulamita Figueiredo Bizerra da Silva Hipólito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marcos Daniel dos Santos Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Guilherme Bulhoes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esta pesquisa propõe analisar a competência da Justiça do Trabalho, frente ao caso em que um motorista da empresa Uber ajuizou uma ação de indenização por danos morais na Justiça Estadual, em razão da sua expulsão da plataforma em que exercia relação trabalhista. Neste caso, foi gerado um conflito de competência entre a Justiça do Trabalho e a Estadual, ao passo que foi necessário o julgamento do caso pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Ocorre que foi decidido que a competência para o julgamento da ação seria da Justiça Estadual. A partir disso, a competência material da Justiça do Trabalho é definida pela Constituição Federal de 1988, de forma que dispõe que ela deve processar e julgar as ações de indenização por danos morais, decorrentes da relação de trabalho (BRASIL, 1988). O termo relação de trabalho pressupõe trabalho prestado por conta alheia, em que o trabalhador (pessoa natural) coloca sua força de trabalho em prol de outra pessoa (natural ou jurídica), podendo o trabalhador correr ou não os riscos da atividade (SCHIAVI, 2018).

**(Metodologia)** Os métodos utilizados em nossa pesquisa foram o indutivo e o dialógico. O método indutivo é observado no momento em que discorremos e analisamos o caso do motorista de aplicativo que foi impossibilitado de trabalhar, com base na alegação, por parte da empresa, de comportamento irregular e mau uso do aplicativo, frente a divergência de quem teria a competência para julgar, estando em conflito a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum. Identificamos o método dialógico através da interdisciplinaridade entre o Direito do Trabalho, com a análise da competência da Justiça do Trabalho; o Direito Constitucional, através de exposição do seu artigo 114, inciso VI, que garante que a Justiça do Trabalho deva julgar ações de indenização por dano moral ou patrimônio, decorrentes da ação de trabalho; E, por fim, o Direito Processual Civil, com o conflito de competência que envolve a justiça cível.

**(Resultados)** Compreende-se que através da análise interdisciplinar do caso concreto referente ao motorista da Uber, apesar de existir um conflito de competências na prática sobre quem de fato seria responsável para julgar tais casos, há por outro lado uma garantia constitucional que dispõe que a Justiça do Trabalho deve julgar ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

**(Conclusão)** Conclui-se que a competência para o julgamento desse caso deve ser da Justiça Trabalhista, com base no disposto pela Constituição Federal de 1988, sendo ela a carta magna do Direito Brasileiro. Assim, faz-se necessário a análise da relação do trabalho em situação e aplicação do Direito Constitucional ao caso concreto.

**Palavras-Chave:** Conflito de Competência. Justiça do Trabalho e Estadual. Uber.

**UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: OS EFEITOS EXTRAJUDICIAIS DAS DECISÕES DO STF**

**Autor(es):**

*Maria Caroline Pires Maia Magalhães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente projeto de pesquisa propõe analisar inicialmente, o que vem a ser, em linhas gerais, a Análise Econômica do Direito e as origens dessa disciplina, além disso, busca demonstrar, através da Teoria da Decisão Judicial e do Modelo Consequencialista que a aplicação de determinadas normas jurídicas possuem consequências para além do caso concreto, ou seja, provocam efeitos extrajudiciais, inclusive na área da economia, e, por fim, para poder compreender de forma prática essas consequências, será feito uma análise de uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**(Metodologia)** Foi aplicado o método de abordagem transdisciplinar, unindo o Direito e a Economia, isto posto, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, demonstrando que a Análise Econômica do Direito é um método de investigação cujo objeto pode ser qualquer questão que envolva escolhas e decisões humanas, sejam elas decisões individuais ou coletivas. Em suma, se alguma pergunta envolver uma escolha ou decisão de um agente, então ela é passível de análise pelo método econômico, pois o objeto da ciência econômica abrange toda forma de comportamento humano que requer a tomada de decisão. Dessa maneira, após compreender do que trata-se a Análise Econômica do Direito, será explorado, de maneira abrangente o modo como as decisões judiciais geram efeitos extrajudiciais.

**(Resultados)** Observou-se, através do estudo aprofundado da Análise Econômica do Direito que, utilizando de ferramentas teóricas e experimentos econômicos, é possível compreender o alcance do direito e as consequências da aplicação de uma determinada norma jurídica, dessa forma, constatou-se, por fim, que deve haver muita cautela e racionalidade ao decidir quais normas devem ser estabelecidas dentro de um determinado contexto.

**(Conclusão)** A pesquisa trabalhada apresenta um viés confirmativo acerca da atuação das decisões judiciais e as suas consequências no âmbito econômico, haja vista que todo direito tem seu custo com certo peso a ser arcado. Ademais, pôde-se concluir também que Análise Econômica do Direito possui uma grande importância para o estudo de determinadas instituições.

**Palavras-Chave:** Interdisciplinaridade. Análise Econômica do Direito. Teoria da Decisão Judicial. Modelo Consequencialista. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**UMA ANÁLISE JURÍDICA DA QUESTÃO DO ABORTO IRRESTRITO ANTES DO TERCEIRO MÊS DE GESTAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES À LUZ DAS TEORIAS CONCEPCIONISTA, NATALISTA E DA PERSONALIDADE CONDICIONAL, DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E DE ACÓRDÃOS DO STJ**

**Autor(es):**

*Daniel Lucas Leite de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ruan Henrique de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No contexto da globalização, em que o pluralismo ultrapassa as fronteiras das nações e se torna difundido nas diversas sociedades, a questão do aborto é latente. Atualmente, são 63 países em que a prática é legalizada e amplamente permitido em mais outros 13, variando o tempo em que se pode fazê-la, segundo a ONG, Center for Reproductive Rights. Nesse cenário, e sabendo que o Código Civil brasileiro, no artigo 2º, aponta o início da capacidade de direito, do nascimento com vida, investiga-se a possibilidade do aborto irrestrito no Brasil, para a gestação até o terceiro mês, quando o feto ainda é considerado embrião e não possui sistema nervoso, frente às teorias concepcionista, natalista e da personalidade condicional, bem como das normas legais e de decisões proferidas pelo Judiciário brasileiro, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**(Metodologia)** No percurso investigativo, a dialética foi aplicada: se contrastou cada uma das teorias sobre a situação do nascituro entre elas mesmas, e, a partir desse resultado, analisou-se a vertente que melhor se incorpora com as leis e os julgamentos do STJ, buscando-se elucidar a visão que emerge na realidade jurídica nacional.

**(Resultados)** Com base nos dados reunidos, observou-se que a dimensão concepcionista afirma (tese de Maria Helena Diniz): a personalidade civil é dividida entre formal e material. Onde a primeira estaria relacionada aos direitos da personalidade, os quais o nascituro possuiria desde a sua concepção. Já a personalidade jurídica material engloba tanto os direitos da personalidade, quanto os patrimoniais, a qual o nascituro só gozaria, do nascimento com vida. Por outro lado, a visão natalista afirma que a personalidade jurídica do nascituro começa do nascimento com vida. Já a vertente da personalidade condicional, declara que o nascituro terá personalidade jurídica, caso nasça com vida, ou seja, o nascituro possui uma personalidade condicional subordinando sua eficácia a um evento futuro e incerto. Também se verificou que o Código Civil Brasileiro disciplina, no artigo 542, que a doação feita ao nascituro é válida e, no artigo 1798, discorre sobre a legitimação a suceder as pessoas já concebidas no momento da abertura da sucessão. Integrando-se a esse levantamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 7º diz: o nascimento é um direito fundamental do nascituro. Não menos importante, a Constituição Federal, no artigo 5º, caput, prescreve a inviolabilidade do direito à vida. Com respeito as decisões judiciais, o STJ determinou precedente indenização por danos morais ao nascituro pela morte de seu pai, e o pagamento de indenização de seguro obrigatório por acidente de trânsito pela morte do nascituro. Além disso, esse tribunal, por meio do informativo nº 547 afirma: a personalidade jurídica começa com a concepção.

**(Conclusão)** Ao averiguar o contraste das três vertentes dominantes sobre a situação do nascituro, percebe-se que a teoria concepcionista, trazendo a figura da personalidade jurídica material, consegue englobar os conceitos das teorias natalista e da personalidade condicional, indo além, ao tratar da personalidade jurídica formal. Assim, ao averiguar essa teoria mais ampla, percebe-se que ela harmoniza-se com o ordenamento jurídico, e com as sentenças proferidas pelo STJ. Isso posto, é com clareza solar, que num sistema jurídico integrado, não pode ser apenas o artigo 2º do Código Civil, que determine, quando começa a capacidade de direito. Portanto, em virtude dos elementos apresentados, evidencia-se uma tendência a impossibilidade de aborto irrestrito antes do terceiro mês de gestação no Brasil.

**Palavras-Chave:** ABORTO. NASCITURO. TEORIAS DA PERSONALIDADE JURIDICA. STJ.

**UMA CRÍTICA SOCIOLOGICA SOBRE O INSTRUMENTO LEGAL DA CONCILIAÇÃO: UMA VISÃO À LUZ DO  
PENSAMENTO DE DURKHEIM, WEBER E MARX E DOS CONCILIADORES PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO COMPLEXO  
DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Daniel Lucas Leite de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Guilherme do Nascimento Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Audiência de Conciliação é um mecanismo jurídico instituído, em 2015, pelo Código de Processo Civil (CPC) – que procura, não só diminuir a quantidade de processos para o Poder Judiciário, mas também oferecer uma alternativa autocompositiva para o conflito entre as partes. Essa negociação, é conduzida por um conciliador, que atua de modo imparcial na resolução do caso, podendo apontar alternativas jurídicas. Dessa forma, a atuação visa ajudar as partes conflitantes a chegarem a um consenso, na busca de uma solução que as satisfaça minimamente, de modo a superar a divergência que motivou a ação, levando agilidade na resolução dos litígios. O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise crítica e sociológica a respeito do tema - Conciliação jurídica - e de sua importância na busca pela pacificação e harmonia social, observando o objeto de estudo a partir da visão de três sociólogos: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

**(Metodologia)** No percurso da análise, utilizou-se o método dialógico, visto que há uma conversa entre a Sociologia e o Direito, e também o uso de entrevistas semiestruturadas, realizadas com profissionais atuantes na Conciliação, no Complexo de Justiça do Rio Grande do Norte. Além disso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, o entendimento da doutrina, bem como as bases de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na construção do corpo do estudo.

**(Resultados)** Com base recursos levantados, percebeu-se que o conciliador atua como um facilitador para gerenciamento do conflito que lhe foi posto, devendo possibilitar a comunicação entre as partes, esclarecendo os interesses e necessidades delas e contando com a possibilidade de apontar soluções, na tentativa de acordo. No Complexo de Justiça, o questionário permitiu averiguar, que a ênfase, dos advogados conciliadores, está no acordo. Entretanto, o enunciado 625 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis e o enunciado 22 da I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos do Conselho da Justiça Federal mostram que o sucesso ou insucesso da mediação ou da Conciliação não deve ser apurado apenas em função da celebração de acordo. Ao abordar os elementos sociológicos, a partir da vertente de Émile Durkheim, constatou-se os elementos do fato social, ou seja, geral, exterior e coercitivo; do pensamento de Max Weber, verificou-se que em uma tarefa investigativa, as pré-noções são importantes, como pontos de partida, o que não significa que não possam ser abandonadas ao longo da depuração do exame; e com respeito a visão de Karl Max, levantou-se a questão da dialética conduzir o diálogo, isto é, as possibilidades de solução a uma questão.

**(Conclusão)** As perspectivas dos três sociólogos evocados, combinadas com atividade da Conciliação, possibilitou a percepção de que, o conciliador abandona as suas pré-noções, para ser imparcial; deve ter consciência de que a dialética rege a comunicação entre as partes, iniciando este procedimento das pré-noções dos próprios sujeitos parciais do conflito, de maneira que não há uma única resposta válida, mas sim hipóteses de solução; e deve entender a função da conciliação, também, como um fato social, que age em prol do convívio em comunidade, ao buscar uma resposta consensual, sendo generalista, exterior e coercitivo, na medida em que a Justiça está tendendo a requerer uma negativa da autocomposição, para dar acesso ao processo heterocompositivo tradicional. Logo, a Conciliação, ao encontrar interseção, com o foco sociológico tratado, constitui uma atividade que afeta positivamente a sociedade, não tendo como finalidade última o acordo, mas sim a preservação da relação humana entre os litigantes.

**Palavras-Chave:** SOCIOLOGIA. ÉMILE DURKHEIM. MAX WEBER. KARL MARX. CONCILIAÇÃO.



**UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS E FEDERAÇÃO RUSSA: UMA ANÁLISE BASILAR DAS TRANSIÇÕES INSTITUCIONAIS DURANTE O SÉCULO XX**

**Autor(es):**

*Icaro Chieregato de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Agenor Francisco dos Santos Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Eduardo Soares de Mello: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rui de Andrade Lisbôa Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Guilherme Eduardo Araújo da Nóbrega Coutinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos primórdios do século XX, a Rússia era um império em crise, com um Czar impopular (Nicolau II), uma economia fragmentada, na qual a população vivia em uma situação semifeudal, além da perda territoriais em função de guerras mal-sucedidas. Ao final do século XX, a Federação Russa adentrava no novo milênio como uma potencial mundial, marcada por um governo forte, um exército capacitado e uma economia alavancada e sólida, disputando com os Estados Unidos, desde a Guerra Fria, a supremacia do conhecimento e da tecnologia. Neste espaço temporal de cem anos, nenhuma outra nação no planeta passou por tantas transformações e mudanças, sejam estas sociais, culturais, políticas ou econômicas quanto a atual Federação Russa, já conhecida como Império Russo e ainda como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Deste modo, a escolha desta temática mostra-se relevante ao fixar uma análise de caráter histórico sobre as instituições que moldaram e acompanharam as transformações ocorridas no espaço que corresponde ao território russo, bem como as consequências percebidas no presente século.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com caráter histórico, tendo em vista a necessidade de análise de documentos e conteúdos correlacionados as diversas transformações que moldaram as transições institucionais ocorridas no decurso do século XX no território correspondente a extinta União Soviética. O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa descritiva pelo fato de expor as características predominantes nas 3 (três) formas de governo que vigoraram no atual território russo (monarquia, república socialista e a república federativa semipresidencialista) pelo fato de influenciarem diretamente no funcionamento das demais instituições no universo delimitado que corresponde ao espectro temporal de um século. Esta pesquisa ainda se enquadra na abordagem qualitativa por analisar os resultados práticos das ações tomadas pelas instituições

**(Resultados)** Através da análise bibliográfica foi inferido que o século XX foi, assim como o historiador Eric Hobsbawm previra, breve, em especial no que diz respeito a atual Rússia em função da singularidade dos eventos ocorridos no referido século, com impactos observados na contemporaneidade nas suas diversas instituições e setores como por exemplo: a tecnologia, serviço de inteligência, forma de governo, relações exteriores, a economia e o direito.

**(Conclusão)** A partir da perspectiva fática pôde-se perceber os diversos fenômenos que moldaram as características das instituições, desde o Império Russo passando pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e culminando na atual federação russa tendo como principais enfoques o direito, desde a elaboração de uma possível teoria marxista à tese defendida pelo jurista Pachukanis da extinção do direito em uma sociedade socialista, a economia, partindo de uma sociedade predominantemente agrária e semifeudal para a conquista do espaço e a primazia do desenvolvimento tecnológico, além do governo, verdadeiro marco que expõe as transições institucionais e seus funcionamentos. Expondo desta forma a trajetória turbulenta e os extremas passados pela atual Rússia na vigência do breve século XX.

**Palavras-Chave:** Instituições. Governo. Transição. União Soviética. Rússia.

## USUCAPÍÃO SOBRE BEM DE HERANÇA ENTRE OS HERDEIROS

### **Autor(es):**

*Nathália Cristina da Costa Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Tayna Fernandes Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Hildersandy Milene Nogueira de Medeiros : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Direito Civil, sabe-se que a propriedade de um imóvel pode ser conseguida de forma originária e derivada, diferenciando-as pelo vínculo existente – ou não – com o titular anterior do imóvel. Desta feita, a usucapião é uma forma originária de aquisição de uma propriedade, através da posse mansa e pacífica, por determinado espaço de tempo, além disso nos casos possíveis de se usucapir um bem, é de ínfima importância o preenchimento dos requisitos determinados em lei. Com isso, preenchendo tais requisitos e não havendo oposição dos outros herdeiros, poderia um dos herdeiros usucapir um bem de herança.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que busca verificar se há amparo jurídico, doutrinário e jurisprudencial, assim como aplicação prática para a realização de usucapião sobre bem de herança entre os herdeiros. Utilizando-se do método dedutivo, uma vez que parte de uma premissa maior, os requisitos necessários para realização de usucapião, para uma proposição mais específica, qual seja a usucapião desse bem de herança, buscando a possível/legal realização desta. Por conseguinte, o método de procedimento a ser utilizado deve ser o dedutivo, histórico, verificação e estudo de casos concretos. Quanto às técnicas será analisado a doutrina, jurisprudências, artigos científicos, entre outros.

**(Resultados)** No que tange a questão da usucapião em bem de herança entre os próprios herdeiros há vertentes conflitantes, haja vista que alguns doutrinadores tem concordado com a possibilidade do usucapião mas outros se opõem. Sendo assim, primeiramente, é necessário analisar que se o herdeiro que busca usucapir o bem herdado a ele e aos demais herdeiros preencher os requisitos estabelecidos por lei poderá por meio da ação de usucapião adquirir a propriedade legal do bem. A jurisprudência em concordância com essa linha de raciocínio já pacificou no sentido de que o herdeiro tem legitimidade para usucapir em nome próprio desde que tenha sido exercida a posse com exclusividade, por meio de efetivo animus domini, pelo prazo determinado em lei, e sem qualquer oposição dos demais proprietários. Em tais circunstâncias, é entendido que os demais herdeiros agiram com total desinteresse ao bem, pois deixou àquele tomar posse, e diante disso praticar atos, e se tornar de fato, proprietário único do bem. Para melhor compreensão, por exemplo, no caso do bem ser um imóvel, o que tomou posse pagar o IPTU da casa, assim como promover reparos sem restituição dos demais, desse modo agindo como exclusivo dono do imóvel.

**(Conclusão)** Por fim, a presente pesquisa propõe uma análise dos casos em que após aberta a sucessão em decorrência do falecimento do autor da herança, um dos herdeiros ao estabelecer a posse de um bem, o qual não pertence somente a ele, poder usucapir o mesmo. Sendo assim, mediante a reflexão do fato em questão ficou compreendido que é possível, uma vez que o “direito não socorre os que dormem”, e, assim, cabe aos demais herdeiros, apesar de parentes, formalizar juridicamente o empréstimo do imóvel para, desse modo, evitar o risco de perder o bem. Um excelente meio de providência jurídica para esses casos é o comodato, o qual é um tipo de contrato em que ocorre o empréstimo gratuito de algo que não pode ser substituído por outro da mesma espécie e qualidade, portanto, deixaria os demais herdeiros assegurados de uma possível ação de usucapião.

**Palavras-Chave:** Usucapião. Bem de Herança. Direito Civil. Propriedade Originária. Posse.

## UTILIZAÇÃO DE COMPLIANCE COMO MEIO DE ADEQUAÇÃO À LGPD NO ÂMBITO PRIVADO

**Autor(es):**

*Leonardo Fraifer palhano dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É sabido que historicamente a sociedade passou por várias revoluções nas mais diversas áreas, como política e economia, e o direito precisou acompanhar o dinamismo social e se adequar a fim de resguardar os direitos dos indivíduos nas novas relações criadas. É no cenário da 4ª Revolução Industrial que a situação se repete mais uma vez frente a Lei 13.709 de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Assim, a presente pesquisa utiliza do direito preventivo, materializada no instituto do compliance, como a principal forma de se adequar a LGPD, para isso visa compreender os fenômenos da 4ª Revolução Industrial, como a monetização dos dados, os impactos da nova lei, que entrar em vigor em agosto de 2020, e relaciona-los com o direito fundamental a intimidade, tendo, por fim, fortes diretrizes que possam guiar um programa de compliance que forneça segurança jurídica para as empresas privadas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e explicativo, na qual será elucidada por meio de pesquisa bibliográfica e análise da Lei 13.709, utilizando o método hipotético-dedutivo, e, como método de procedimento, o tipológico e comparativo, uma vez que, além de fazer comparativo com leis estrangeiras sobre a matéria, a pesquisa tem o escopo de elucidar a nova lei, bem como, criar um modelo ideal de diretrizes para elaboração de compliance sobre a respectiva matéria.

**(Resultados)** Como temática que vem conquistando mais espaço em debates e discussões, ao longo dessa pesquisa se espera entender os impactos da LGPD no âmbito privado, pois é certo que as empresas precisarão se adequar aos seus termos, sob risco de graves penalidades legalmente previstas. Além disso, espera ratificar a utilização de compliance como meio de adequação a LGPD e ferramenta de prevenção a demandas judiciais, sendo, assim, garantidor do direito fundamental a intimidade e mecanismo facilitador de eficácia da nova lei.

**(Conclusão)** É incontestável que a LGPD irá gerar um cenário de transformação no âmbito privado, uma vez que suas penalidades direcionam as empresas a se adequarem aos termos da nova legislação. Desse modo, a utilização da política de compliance se apresenta como a melhor alternativa para essa adaptação, garantindo maior segurança jurídica quanto a prevenção de demandas judiciais, bem como de sanções administrativas.

**Palavras-Chave:** Lei Geral de Proteção de Dados. Direito Preventivo. Compliance. LGPD. Direito privado.

## VIABILIDADE DA INTRODUÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO NA LEGISLAÇÃO DE LICITAÇÕES

**Autor(es):**

*Gabriela Cândida Tenório: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O Projeto de Lei 6.814/2017 inclui uma nova modalidade de licitação, o Diálogo Competitivo. O projeto em si se entrar em vigor revogará algumas leis já presentes como a Lei 8.666/93 (lei geral de licitações), lei e decretos federais sobre o Pregão, além da lei sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas- RDC. O novo instituto propõe que as empresas privadas e o poder público façam um diálogo prévio à licitação em si, almejando desenvolver alternativas para atender especificidades das necessidades públicas. E somente após a fase de diálogo é apresentado a proposta final para a Administração Pública.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: O presente trabalho irá utilizar o método indutivo e comparativo, pois buscará a base da pesquisa em um raciocínio pontual para um panorama geral e abordará o tema de forma a interligar com a análise comparativa das leis já existentes e utilizadas para o mesmo objetivo com a sugestão do novo instituto do Projeto de Lei.

**(Resultados)** RESULTADOS: Percebe-se que o novo instituto pretendido a ser implementado poderá trazer boas soluções para problemas pontuais da sociedade, como por exemplo um abastecimento de água de uma região com tamanha complexidade geográfica e dificuldade de acesso ao abastecimento por meio comum. Em contrapartida pode ser um trâmite moroso a parti da ótica do atraso costumeiro nos processos licitatórios ocorridos por diversos fatores, destacando-se a falta de preparo de servidores para a preparação de documentos com os devidos requisitos legalísticos e readequação conforme as recomendações da Procuradoria Geral do Estado, que auxilia como assessoria jurídico para tais processos.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Portanto, como foram observados, apesar de boas expectativas com o Diálogo Competitivo cabe a ressalva quanto sua de fato funcionalidade nos termos práticos do dia a dia na Administração Pública. A atual legislação de licitações seria enriquecida com a nova proposta de implementação da inovadora modalidade, todavia, ainda é necessário cautela quanto algo nunca experimentado no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, cabe salientar a importância e cuidado ao tratar acerca do tema uma vez que a máquina pública é debilitada em alguns pontos e a respeito do vultuoso dinheiro público relacionado as contratações entre empresas privadas e os entes públicos, em evidência, principalmente, no estado atual crítico financeiro do estado potiguar.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Licitações. Diálogo competitivo. Direito administrativo.

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM NATAL-RN**

### **Autor(es):**

*Karolina Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lianne Mendes Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sofia Castro Gadelha Simas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Cunha dos Santos Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho aborda um grave impasse do atual cenário político e social natalense: a violência doméstica contra mulheres em Natal/RN. Em perspectiva na defesa dos direitos básicos dessas mulheres, as condições a que são submetidas, as consequências para os envolvidos no cenário, com enfoque nas vítimas. É objetivo deste trabalho apontar deficiências, falhas e lacunas nas situações em que se encontram estas mulheres quanto a área psíquica e jurídica e por meio destas, buscar caminhos para que o Estado possa aprimorar suas políticas que garantam os direitos fundamentais dessas mulheres, enfatizando a saúde, a dignidade e a segurança.

**(Metodologia)** Foi utilizado o método de abordagem dialética, a fim da efetivação de diversas entrevistas, objetivando apresentar a perspectiva tanto das vítimas, como a dos profissionais responsáveis pela assistência à vítimas de violência doméstica. Métodos de procedimento comparativo, para a analogia com os demais casos. O tipológico, com a formação de um modelo mais propício ao cenário a ser seguido, e o histórico, com o intuito de explicar a influência dos acontecimentos passados para a formação do sistema vigente. Ademais, as técnicas de pesquisa bibliográficas e de campo, onde houve o contato com a realidade vivida pelos envolvidos em diferentes âmbitos relacionados à violência doméstica, viabilizando a percepção e análise das dificuldades e irregularidades presentes em seus cotidianos.

**(Resultados)** Por tratar da sociedade, busca-se um resultado contínuo em que, a partir do alcance do maior número possível de pessoas da sociedade, consigamos um verdadeiro combate a esses tipos de comportamento, além da busca de um maior enfoque no tema, cumulando com a necessidade de uma discussão mais assídua e persistente sobre o porquê dessa situação ainda perdurar e quais possíveis atitudes podem trazer o seu fim ou até a sua prevenção efetivamente.

**(Conclusão)** Através das entrevistas, e nessa situação havendo contato direto, pudemos analisar a questão de diversos ângulos, sendo eles o jurídico, o da vítima e dos responsáveis pela assistência a vítima. Conclui-se a evidente necessidade de se combater mais assiduamente a violência doméstica contra a mulher na cidade de Natal/RN, bem como fortalecer e proporcionar melhores condições de trabalho as instituições que realizam e auxiliam durante o processo de denúncia, trâmite legal, proteção e ajuda as mulheres vítimas dessa violência. Há também um déficit quanto a velocidade em que os processos tramitam na justiça, sendo clara tal situação durante as entrevistas realizadas. Entre tantas outras complicações que existem na realidade de mulheres vítimas de violência doméstica, é notável após a pesquisa a perceber a louvável corrente de pessoas que se formou para auxiliar essas mulheres e a enorme vontade desses funcionários de melhorar a realidade desse problema no município, infelizmente existem ainda muitos impasses para que haja uma mudança positiva em relação a esse cenário.

**Palavras-Chave:** Violência doméstica. Agressão. Lei Maria da Penha. Femicídio.

## VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA À LUZ DO CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

**Autor(es):**

*Laís de La Zerda Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Dentro do contexto das agressões cometidas em meio doméstico, violências contra ocorrem dentro de um ciclo o qual se repete constantemente; para se compreender melhor tal fenômeno, há que se perceber que a violência contra a mulher tem fases: inicia-se com a (1) construção da tensão, chegando à (2) tensão máxima, finalizando com a (3) reconciliação. Há um escalonamento da intensidade e da frequência das agressões, que depende das circunstâncias da vida do casal. Não obstante as variáveis (circunstâncias da vida do casal), já se constataram que a repetição cíclica das etapas tende a fazer com que a agressão seja cada vez mais grave e habitual. (BIANCHINI, Alice). Desde forma, o conceito do ciclo da violência Doméstica, criado por Lenore Walker (Battered Women Syndrome, 1999), foi muito difundido no Brasil para identificar a condição da situação de violência na qual a mulher se encontra, sendo adotado tanto pelo movimento feminista quanto pela política nacional de enfrentamento a violência contra a mulher em seus manuais, porém segundo Remon et. al(2015) apud (Soares, 1999) a incorporação do conceito no país se deu de forma acrítica, o que implicou em uma fraca fundamentação teórica e resultou em um produto sintético composto apenas pela exposição mecânica das fases da violência contra a mulher, que compreenderiam: aumento da tensão, ato de violência e lua-de-mel.

**(Metodologia)** A metodologia abordada no objetivo é de cunho explicativo com base em fontes secundárias e pesquisa bibliográfica e qualitativa, através de artigos científicos e jornais, legislação vigente e no campo virtual.

**(Resultados)** Com a presente pesquisa pode-se constatar que o conceito de violência psicológica é um tipo de agressão com danos ao psíquico e emocional, trazendo desequilíbrio afetivo, afetando o estado de bem-estar e dignidade da mulher, o qual se identifica na fase do aumento da tensão do ciclo de agressões sofridas pela vítima antes dos atos de violência. Assim, com a presente pesquisa de abordagem explicativa, resulta numa contribuição para conclusão de trabalho de curso com perspectiva a entendimento teórico para aprofundamento e estudo da legislação vigente enquanto a violência psicológica, trazendo uma futura problemática de como identificar, medir sancionar tais atos de agressão praticados em cada fase do ciclo. No obstante, constatar novos resultados, em trabalho de conclusão de curso, a partir da política pública do enfrentamento contra violência da mulher.

**(Conclusão)** A violência contra mulher pode se expressar de várias maneiras: física, psicológica e sexual. Embora a violência doméstica constitua o tema principal in loco, o objeto deste ensaio teórico é a violência psicológica, modalidade a qual provoca graves repercussões na saúde mental da mulher. Assim, caracterizada nas relações conjugais, a violência psicológica contém comportamentos sistemáticos que têm a intenção de causar sofrimento e sensação de submissão à mulher. Nesta perceptiva, alcançaram-se os objetivos de explanar o conceito acima junto à contextualização das fases do ciclo da violência contra mulher, constatando-se que estão interligados nas ações do agressor sobre a vítima. Por fim, a partir da abordagem explicativa, satisfatoriamente conclui-se o plano teórico para futuro análise e implementação de sanções e combate a esse crime de violência psicológica.

**Palavras-Chave:** Ciclo de violência; violência psicológica; violência contra mulher.

**VULNERABILIDADE SOCIAL E JURIDICA: A MARGINALIZAÇÃO DA COMUNIDADE LGBT NA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Autor(es):**

*Douglas Mark de Oliveira Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é o da Dignidade da Pessoa Humana, este se encontra explícito no artigo 1º, inciso III, da Carta Magna do país, além de possuir várias passagens que denotam o princípio supracitado, especificamente por exemplo o art. 5º em seus incisos que denotam sobre: a não submissão a tortura, não privação de direitos por motivo de crença ou convicção, homens e mulheres são iguais em direito e obrigações e etc. Apesar da sua inquestionável relevância no tocante a proteção dos Direitos Humanos e grupos vulneráveis, o Estado Brasileiro possui diversas lacunas que não aparam e protegem tais grupos. Tornando os fragilizados juridicamente e/ou politicamente. O grupo social LGBT, além de minoria social está situado dentro dos diversos grupos vulneráveis que existem no mundo e no Brasil. Como essa falta de proteção vem a impactar a comunidade LGBT perante toda a sociedade? Enquanto essas determinadas necessidades não são atendidas, os grupos LGBT possuem a dificuldade para se encontrar em um mesmo nível de vida que outros. Em outras palavras, aquele indivíduo que não possui capacidade de alcançar a equidade social e jurídica, situa-se em estado de vulnerabilidade.

**(Metodologia)** Pesquisa teórica dedicando-se a identificar os fatores que contribuíram para a ocorrência do fenômeno partindo de teorias. Com abordagem qualitativa apresentando os resultados obtidos através da leitura sobre a temática abordada pelo procedimento de análise de documentos.

**(Resultados)** A relação da falta de amparo legislativo está diretamente ligada a discriminação contra determinada população, na pesquisa corresponde o grupo LGBT. As minorias podem ser descritas como os grupos sociais que são considerados de alguma maneira inferiores e contra os quais existem discriminação. No momento em que o poder público favorece ou desfavorece determinados grupos identificados por sua etnia, raça, religião, sexo, região, etc., nega a legitimidade de existir e de se exprimir de muitos outros segmentos, deixando as portas abertas as práticas preconceituosas e discriminatórias. Em outras palavras, nega a possibilidade do outro (da diferença) de ter acesso seja ao arsenal jurídico de igualdade e de equidade como traço ideológico dominante, seja ao reconhecimento e participação política. A monocultura começa primeiro na mente para só depois chegar ao solo. Para que isso aconteça, é preciso que exista um grupo ou um sistema que se autodetermine superior, sobretudo em termos de conhecimento e cultura, e crie mecanismos para imprimir nas outras sociedades suas formas de pensar e de estar no mundo.

**(Conclusão)** Como conclusão das pesquisas é evidente que o Estado por mais que seja um ente, é composto por indivíduos da sociedade que ao exercerem o seu cargo na maioria das vezes não os faz de forma imparcial. Coloca o seu pensamento como verdade absoluta e única, discriminando grupos, como o LGBT pregados como errados por não se encaixarem no pensamento heteronormativo. O direito tem fonte na população, assim como denota o brocardo em latim "Ubi societas, ibi jus" que pode ser traduzida como: onde habita a sociedade, há direito. Os movimentos sociais dão ensejo a criação de normas legislativas. Levando em consideração todo o histórico de mobilização dos LGBT, ainda há muito a ser feito para a conquista de direitos imprescindíveis a vida humana.

**Palavras-Chave:** Vulnerabilidade; Direitos LGBT; Minorias;

**VULNERABILIDADE VIRTUAL: O DIREITO FUNDAMENTAL A INCLUSÃO DIGITAL E O USO DAS REDES SOCIAIS POR TRANSGÊNEROS**

**Autor(es):**

*Henrique Winklan de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernanda Rodrigues Pessoa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A compreensão sobre gênero, hoje, é envolta de confusão quanto a terminologia, ou seja, os conceitos entre 'identidade de gênero', 'sexo biológico' e 'orientação sexual' se misturam entre si quando retratamos o grupo social em questão. Com o avanço das redes sociais e o uso de aplicativos por smartphone, houve a necessidade de denominar-se quem somos e, assim, passarmos a manuseá-los. Dito isso, encontra-se a reprodução da discriminação social no âmbito virtual, uma vez que não há, se quer, a divisão enquanto como as pessoas reconhecem em sociedade, afastando, a liberdade e, conseqüentemente, a inclusão, enquanto direito fundamental.

**(Metodologia)** Sendo assim, para efetivar a presente pesquisa, o método de abordagem a ser utilizado será o dedutivo, considerando que se propõe um exame amplo acerca da inclusão digital como direito fundamental aplicado à questão específica da discriminação de gênero relativa aos transgêneros. Quanto aos métodos de procedimento, serão utilizados os métodos histórico e comparativo. A técnica de pesquisa a ser utilizada será o art. 5º e 6º da Constituição Federal 1988 e sua aplicabilidade inclusiva no âmbito da equidade substancial.

**(Resultados)** A título de resultado, constata-se que, até então, a maioria dos aplicativos refletem a vulnerabilidade social dos transgêneros no meio virtual, sendo, o único resultado positivo, um formulário online para pretensos ingressos em programa de doutorado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a qual, cabe a crítica, que diferente outras ferramentas é extremamente seleta, tanto social quanto intelectualmente, de maneira que raramente irá atingir a classe marginalizada como aqueles que sofrem com a discriminação de gênero.

**(Conclusão)** Dessa feita, propõe-se a ampliação da discussão moral no seio jurídico para que, assim, seja efetivada legislação pertinente e, claro, no que tange à cultura, a concretização de políticas públicas pertinente aos vulneráveis e não apenas a uma parte da sociedade, com o intuito de coibir a discriminação aos transgêneros virtualmente.

**Palavras-Chave:** Direito Fundamental. Inclusão Digital. Transgêneros. Vulnerabilidade.



**ZELADORA DEMITIDA AO SER AUTUADA POR FURTO AO COMER CHOCOLATE PERTENCENTE AO DELEGADO: UMA ANÁLISE ACERCA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA.**

**Autor(es):**

*Naara Carla Pessoa Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maxnara de Lima Soares Brito : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Bernard Itoh de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Beatriz Bezerra Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Larissa Guedes de Andrade Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com a doutrina e normas constitucionais estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - Lei 13.467/2007, que exprimem os modos regulantes da relações individuais e coletivas de trabalho, traduz-se o vínculo empregatício através dos seguintes aspectos: alteridade, subordinação, pessoalidade, onerosidade, e relação não eventual. Seguindo esta definição, relata-se o caso julgado, fonte de pesquisa deste artigo: Uma zeladora, funcionária de uma empresa que terceiriza serviços para o Departamento de Polícia Federal do estado de Roraima (administração pública), foi autuada em flagrante após ser filmada por câmeras consumindo um chocolate que encontrava-se na sala do delegado. A zeladora encontrava-se realizando o serviço de limpeza quando encontrou uma caixa de bombons sob a mesa e em sua inocência comeu somente um, na ciência de ser irrelevante. No entanto, o delegado ao se dar conta da ausência do bombom, procurou a funcionária de imediato e a autuou em flagrante, indevidamente, por furto qualificado. Portanto, faz-se necessário uma análise sobre a subordinação jurídica, uma vez que o delegado procurou a empresa tomadora para que a zeladora fosse demitida por justa causa e assim foi feito.

**(Metodologia)** Será utilizado o método de abordagem dialógico interdisciplinar uma vez que buscará de forma dialogada, diversas análises acerca de disposições do fato supracitado, bem como às disposições normativas acerca da relação de trabalho existente entre o empregador e a empregada terceirizada, bem como posições doutrinárias no âmbito do Direito Penal relativamente aos crimes de Furto, Assédio Moral, Abuso de Autoridade e princípios penais a exemplo da Insignificância, da Humanidade e da Legalidade “nullum crimen nulla poena sine lege certa”.

**(Resultados)** Os resultados encontrados são claros e objetivos. Tem-se como desfecho do caso relatado que a então funcionária da empresa terceirizante foi autuada no crime de furto pelo delegado, todavia os fatos apurados não lograram êxito em mostrar tamanha relevância sobre a conduta em questão, fazendo com que o caso fosse arquivado por se tratar de crime de valor irrisório, gerando apenas uma notícia-crime.

**(Conclusão)** Por fim, de acordo com o expresso no Código Penal vigente, artigo 155, define-se como furto, a conduta de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Neste caso, partindo do princípio da insignificância, que integra um dos elementos do crime, fator excludente da tipicidade material a partir do cumprimento de alguns requisitos objetivos, conclui-se sua aplicabilidade, diante da falta de periculosidade social da ação e mínima ofensividade da conduta do agente, pois, trata-se de um objeto ínfimo. Para além, verifica-se também, o assédio moral existente na relação relatada, e ainda, um abuso de autoridade, levando em consideração o estabelecimento de uma relação de hierarquia autoritária que coloca a empregada em questão, em situação degradante e humilhante, que a fere material e moralmente.

**Palavras-Chave:** subordinação; demissão; furto; insignificância; terceirização

**GRADUAÇÃO ENGENHARIA CIVIL**

**XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONIC 2019**

**EDUCAÇÃO 4.0**



## ANALISE DE SEGUNDA ORDEM GLOBAL EM EDIFÍCIOS CONTRAVENTADOS

### **Autor(es):**

*André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Mariana Silva Freitas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O grande avanço tecnológico na construção civil permitiu prédios cada vez mais altos e esbeltos, tornando-os mais vulneráveis às cargas horizontais provocadas pelo vento. Este carregamento é capaz de gerar momentos fletores na estrutura e causar deslocamentos laterais medidos a partir da sua forma inicial. Esses deslocamentos em conjunto com as cargas verticais da estrutura geram momentos adicionais a edificação configurando assim o efeito de segunda ordem. Para minimizarmos os deslocamentos horizontais e, por consequência, os efeitos de segunda ordem, são utilizadas subestruturas que apresentam uma grande rigidez às ações horizontais, resistindo assim aos esforços oriundos dessas ações, tal elemento é denominado subestrutura de contraventamento.

**(Metodologia)** Para realizar essa pesquisa foi modelado um edifício com 17 pavimentos e cada um contendo 24 vigas e 16 pilares, e aplicado esforços horizontais referente a força do vento, com isso foram criados 4 modelos, cada um com um tipo de contraventamento diferente, sendo eles: pórticos simples, pilares paredes, pavimento rígido utilizando uma treliça espacial e um núcleo rígido. Esses modelos foram criados no SAP 2000, permitindo retirar dados como deslocamento horizontais de cada modelo. Com a confecção de uma planilha de Excel foi possível realizar os cálculos de esforços horizontais provenientes do vento, os esforços verticais provenientes da carga acidental e peso próprio dos elementos estruturais, o momento de primeira ordem, o momento de segunda ordem e o parâmetro gama z.

**(Resultados)** Ao rodar os modelos e aplicar os valores dos deslocamentos horizontais na planilha do Excel foram obtidos os resultados de momento de segunda ordem, a estrutura contraventada por pórticos simples teve um momento de segunda ordem total de 742,67 kN.m, a estrutura contraventada por um pavimento rígido, utilizando uma treliça espacial teve um momento de segunda ordem total de 705,11 kN.m, a estrutura contraventada por pilares paredes teve um momento de segunda ordem total de 271,88 kN.m e a estrutura contraventada por núcleo rígido teve um momento de segunda ordem total de 160,10 kN.m.

**(Conclusão)** Com os resultados obtidos nessa pesquisa pode-se calcular o parâmetro gama z dos modelos estruturais, e assim perceber que as estruturas contraventadas somente por pórticos e treliça espacial simples são consideradas estruturas de nós moveis, assim os esforços horizontais são relevantes para o dimensionamento da estrutura, já as estruturas contraventadas somente por pilares paredes e núcleo rígido são consideradas estruturas de nós fixos, assim os esforços horizontais não são tão relevantes para o dimensionamento da estrutura. Ao fazer a comparação dos momentos de segunda ordem globais dos modelos estudados nessa pesquisa concluiu-se que a estrutura contraventada por um núcleo rígido obteve um menor valor de momento e assim apresentando uma melhor solução de contraventamento.

**Palavras-Chave:** Cargas Horizontais. Contraventamento. Método dos elementos finitos. Deslocamento Horizontal. Momento de segunda ordem global.

## CONFEÇÃO DE PROTÓTIPO DE TORRES EÓLICAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA EM AMBIENTES RESIDENCIAIS

### **Autor(es):**

*Mateus Isaias Dantas de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A questão energética é um dos tópicos de maior importância na atualidade, dentre os vários fatores que tem influência em um modelo econômico de um país, o setor energético possui grande destaque, devido ao desenvolvimento das indústrias em seus processos de produção e o avanço da tecnologia aliado a facilidade de utilização de objetos que necessitam da energia para funcionar. O que se tem observado é um aumento no consumo de energia elétrica por parte da população em geral e de indústrias, resultado do grande uso de tecnologia e equipamentos que na sua maioria necessitam de energia elétrica. O crescimento da demanda energética mundial em razão da melhoria dos padrões de vida nos países em desenvolvimento traz a preocupação com alguns aspectos essenciais para a política e planejamento energético de todas as economias emergentes. Dentre eles, podemos citar a segurança no suprimento de energia necessária para o desenvolvimento social e econômico de um país e os custos ambientais para atender a esse aumento no consumo de energia. Energia eólica é a transformação da energia do vento em energia útil, tal como na utilização de aerogeradores para produzir eletricidade, moinhos de vento para produzir energia mecânica ou velas para impulsionar veleiros. A energia eólica, enquanto alternativa aos combustíveis fósseis, é renovável, está permanentemente disponível, pode ser produzida em qualquer região, é limpa, não produz gases de efeito de estufa durante a produção e requer menos terreno. O impacto ambiental é geralmente menos problemático do que o de outras fontes de energia.

**(Metodologia)** Para confecção desse protótipo foi utilizado apenas materiais reutilizados sendo eles: • Motor da impressora; • Hélice e torre de cano de PVC; • Cabos de fonte de energia de computador; • Solda quente; • Base de madeira; • tampa de garrafa PET; • Tubo de caneta de plástico. Além da leitura de referência bibliográfica para conhecimento técnico relacionados ao tema.

**(Resultados)** O protótipo teve um bom resultado por atingir o resultado de quase 5,0 volts, energia capaz de ligar ou carregar de baixa necessidade energética.

**(Conclusão)** Como foi comprovado a eficiência do protótipo de baixa carga como teste teve um resultado significativo, a confecção de protótipos de maiores é perfeitamente possível para ser utilizado em algumas parte de uma residência, como para um chuveiro elétrico, as luzes da casa ou alguns elétricos domésticos da cozinha. Durante os teste foi observado que o aumento das Hélices, aumentará a rotação do mesmo proporcionando uma maior voltagem.

**Palavras-Chave:** Torres Eólicas, energia eólica

**DURABILIDADE DE COMPÓSITOS DE CONCRETO PRODUZIDOS COM AGREGADO DE ENTULHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

**Autor(es):**

*Camila Cristina Nóbrega de Sousa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Dhávila Rachel Albuquerque Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Lanara Manuely Neres de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo de urbanização de grandes cidades se potencializou de maneira notável nas últimas décadas, ocasionando um expressivo aumento de resíduos de construção e demolição resultando em problemas para sociedade e meio ambiente. Reduzir os efeitos negativos causados pela deposição desses resíduos no meio ambiente ou até mesmo a reutilização desses resíduos tem sido um grande desafio nas pesquisas sobre sua reciclagem. Assim, com esse estudo visamos avaliar o envelhecimento acelerado de amostras de concreto confeccionados com adição de diferentes quantidades, forma, tamanho e origem de entulhos, realizando ensaios de molhagem e de resistência a compressão, usando este como fator de degradação da amostra do concreto.

**(Metodologia)** Uma revisão bibliográfica foi realizada acerca das características do resíduo adotado, considerando a predominância da categoria de material na composição do entulho, evidenciando a diferente atuação das cerâmicas, polímeros e compósitos na qualidade final do concreto, bem como a perceptível variação de propriedades quando produzido com diferentes porcentagens de entulho de obras urbanas. Sendo esse um fator influenciador na capacidade de absorção do concreto e de sua resistência à compressão. Como também a atuação da granulometria nos novos agregados gera uma nova resistência, dureza e porosidade do compósito, destacando as características dos resíduos e o tipo de material predominante no entulho empregado.

**(Resultados)** Observa-se que a medida que é incorporado entulho na composição há um aumento na porcentagem de absorção de água da amostra, no entanto percebe-se um valor menor de absorção nas amostras que sofrem um processo de degradação. Ou seja, a molhagem e secagem aceleram as reações do cimento, melhorando a qualidade do compósito. Outra constatação importante é a medida que a quantidade de resíduo aumenta o valor da resistência é elevada, evidenciando a melhoria da qualidade do compósito.

**(Conclusão)** Investir no reaproveitamento de entulhos gerados pela construção civil, é um importante passo na direção da construção sustentável. Com esse estudo é possível notar que há uma melhora de propriedades do concreto aliada a um aumento da reutilização de materiais que seriam posteriormente rejeitados. Além de diminuir o impacto causado pelos resíduos de posto, o novo concreto representará uma redução no orçamento da obra.

**Palavras-Chave:** Concreto, Entulho, Construção sustentável.

**ELABORAÇÃO DE UMA FERRAMENTA PARA O CÁLCULO DE CAPACIDADE DE CARGA E PRÉ-DIMENSIONAMENTO DE FUNDAÇÕES – USO DA PROGRAMAÇÃO C++ E VBA**

**Autor(es):**

*Alisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Engenharia Civil é a ciência que abrange todo o campo da infraestrutura, incluindo barragens, estradas, pontes, aeroportos, portos, heliportos e edificações em geral, se fazendo presente em toda a sociedade. Estas estruturas são apoiadas em fundações destinadas a suportar esforços de carregamentos e distribuí-los em forma de tensões no solo. Através de estudos aprofundados, é que atualmente se podem realizar simulações importantes, onde se analisa o processo de execução e tipo de fundação mais satisfatória para cada edificação, apoiando-se no uso de ferramentas eletrônicas. Em reflexo disso, destaca-se a utilização do Software Excel com a linguagem C++ e VBA para determinar a capacidade de carga e um pré-dimensionamento de fundações profundas e superficiais, a fim de desenvolver uma ferramenta habilitada na realização de cálculos assertivos na área. O programa é elaborado com base nos principais métodos aplicados no Brasil, sendo para fundações profundas os métodos semi-empíricos de Decour-Quaresma e Aoki-Velloso, e para fundações superficiais o método Teórico de Terzaghi e Peck (1967) e as proposições de Vesic (1975). Além disso, é necessário tomar conhecimento do tipo de fundação e suas características e possuir dados geotécnicos de sondagem de percussão simples (SPT) para a realização de aplicações seguras.

**(Metodologia)** O estudo desenvolvido é fundamentado diante de pesquisas bibliográficas e práticas no Excel, além disso, o principal avanço foi possível através de tutoriais disponíveis na internet e da programação C++ e VBA. Os parâmetros dos solos e as variáveis são atribuídas aos valores que acompanham cada modelo de fundação escolhido e método de cálculo.

**(Resultados)** Utilizou-se aplicações realizadas em artigos, livros e planilhas para verificar a e validar seu uso no pré-dimensionamento de fundações profundas e superficiais, na qual, os resultados mostram-se satisfatórios e suprem as necessidades da pesquisa desenvolvida.

**(Conclusão)** Considerando o desempenho adquirido pela ferramenta desenvolvida, conclui-se que sua utilização é cabível na área de fundações. Desta forma, destaca-se o uso de uma ferramenta de baixo custo, que pode ser elaborada para cálculos específicos com eficiência e segurança. A ferramenta demonstra atender de forma perfeita aos requisitos questionados, deixando em aberto o seguimento de ampliação e aperfeiçoamento. Além de uso próprio, conclui-se também que de acordo com o formato e elaboração, a ferramenta pode ser disponibilizada para outras plataformas e seguir e uso por demais pessoas. O pré-dimensionamento não inclui apenas dados quantitativos, o que pode ser implementado posteriormente. Visto isso, destaca-se suas principais aplicações, que possibilitam ao usuário, dados importantes que o fazem estar ciente na escolha do modelo de fundação e melhor tipo de estaca de acordo com o solo. A elaboração da ferramenta contou com detalhes capazes de direcionar o usuário corretamente e assegurar a saída de resultados válidos, proporcionando maior segurança no seu uso.

**Palavras-Chave:** Fundações profundas. Fundações Superficiais. Capacidade de carga. Métodos semi-empíricos e teóricos. Planilhas eletrônicas. Programação VBA e MACRO.

## ERGONOMIA E SEGURANÇA: QUEDA DE IDOSOS E PREVENÇÕES DE ACIDENTES EM RESIDÊNCIAS

**Autor(es):**

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O avanço no crescimento populacional no Brasil, fez com que programas habitacionais tomassem proporções ampliadas, com o objetivo de acompanhar essa demanda habitacional. Com a criação dos programas habitacionais: Plano Nacional da Habitação (PNH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) no período do governo militar, destinados a promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda. O setor da construção civil exerce papel importante nesse crescimento, contudo não se tem evidenciado que as novas construções e/ou reformas, sejam pensadas em pessoas com mobilidade reduzida, em especial a pessoa idosa, as quais podem sofrer acidentes não apenas no passeio público, como também em suas próprias residências, sendo os acidentes mais comuns as quedas.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo de revisão de literatura, através de investigação de trabalhos já publicados. Tem como ponto central motivador a apresentação das abordagens atuais, teorias científicas sobre o tema. Os idosos de modo geral são suscetíveis a quedas residenciais, e destacam-se os de baixa renda, uma vez que não dispõem de recursos financeiros mínimos adequados, para realizarem melhorias em seus imóveis, trazendo-lhes assim conforto e segurança necessários.

**(Resultados)** Os estudos mostram que as quedas, em sua maioria, ocorrem no próprio lar do idoso. Estes dados são extremamente elucidativos para o planejamento de medidas preventivas das quedas em idosos, por ficarem expostos a vários fatores de riscos, principalmente em suas residências. Portanto, é de fundamental importância a realização de ações que diminuam estes fatores, como a avaliação do ambiente domiciliar e a realização de adaptações nas residências dos idosos. Para contribuir na segurança dos idosos em suas residências, podemos utilizar as diretrizes emanadas do ministério da saúde que se observadas, contribuem grandemente para uma vida mais saudável.

**(Conclusão)** Como pode-se observar, os estudos realizados alusivos ao tema abordado, são principalmente pelas seguintes áreas, propõe-se uma abordagem multiprofissional, onde todos os membros da equipe estejam envolvidos na realização das ações planejadas, cada um segundo a sua especialidade: médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, psicólogo, fisioterapeuta, agentes comunitários de saúde e equipe odontológica. Sendo que as disciplinas de engenharia civil e arquitetura, deveriam compor esse quadro, uma vez que as abordagens quanto às análises de risco concernentes aos ambientes, estrutura e/ou possíveis melhorias dos imóveis, são de exclusiva atuação destes profissionais. Vale salientar que ao realizar essa pesquisa, percebeu-se que ainda é um tema pouco abordado, ou seja, de difícil acesso a dados e que algumas áreas estão pouco envolvidas com essa temática, principalmente as áreas da construção civil. Notou-se também que algumas informações concernentes a moradias sadias para os idosos obtidas para comporem esse estudo, são bastante recentes e pouco acessadas pela sociedade, onde o site oficial tinha pouco mais de 850 acessos, até a data da publicação desta obra.

**Palavras-Chave:** Segurança, queda de idosos, prevenção de acidentes

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE TECNOLÓGICO DO AGREGADO MIÚDO PARA A FABRICAÇÃO DE CONCRETO EM NATAL-RN**

**Autor(es):**

*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Agregado é um material particulado, incoesivo, de atividade química praticamente nula, constituído de misturas de partículas cobrindo extensa gama de tamanhos. O termo “agregado” é usado genericamente na tecnologia do concreto. Nos outros ramos da construção civil é conhecido, conforme cada caso, pelo nome específico: fíler, pedra britada, bica-corrída, rachão. Os agregados classificam-se segundo a origem, as dimensões das partículas e o peso específico aparente. Com relação à origem, podem ser naturais ou industrializados. Considerando as dimensões das partículas, existem os agregados miúdos com diâmetro mínimo superior de 4,8mm até diâmetro máximo de 0,075mm. Define-se ainda agregado graúdo os materiais com diâmetro mínimo de 4,8mm e máximo de 152mm. Quanto ao peso específico aparente, existe agregados leves, normais e pesados. O controle de qualidade dos agregados que compõe a tecnologia do concreto é de suma importância, pois além de interferir nas propriedades físicas e mecânicas, eles são responsáveis por 70% da composição do material (Concreto). Assim, os agregados devem receber atenção especial na escolha, seleção e controle de qualidade, para que o produto final apresente as características desejadas. Mesmo assim são poucas as empresas na área da construção civil que atribuem ao agregado e seu controle de qualidade a importância correspondente.

**(Metodologia)** Dessa forma, o presente trabalho, tem por finalidade analisar a qualidade dos agregados (fração areia) utilizados na construção civil em Natal. Para a realização deste estudo, foram adquiridas amostras de sedimentos na fração areia, encontradas em duas usinas de concreto existentes nas regiões administrativas, norte e sul da Cidade do Natal. Visando salvaguardar a integridade das empresas que forneceram as amostras de agregados para os ensaios tecnológicos, o material estudado foi identificado apenas como A e B. Em seguida, o material recolhido foi levado ao laboratório do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) visando obter a identificação da qualidade dos agregados adquiridos nas usinas de concreto. Para isso foram realizados ensaios tecnológicos de qualidade regidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) com a finalidade de determinar as conformidades destes agregados.

**(Resultados)** Verificou-se que as amostras apresentaram níveis de insatisfação quando comparadas com a norma de especificação e assim, pode apresentar problemas relacionados a resistência do concreto, vida útil da edificação e coesão com tendência à segregação.

**(Conclusão)** Desta maneira, a realização dos ensaios laboratoriais de controle de qualidade dos agregados obteve como conclusão que para se obter um concreto de qualidade, os agregados utilizados na fabricação deste devem atender, não apenas um, como a todos os requisitos estabelecidos por norma.

**Palavras-Chave:** Agregado. Concreto. Controle de qualidade. Norma.



## UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FIBRA DE COCO COMO ADITIVO NO CONCRETO

**Autor(es):**

*Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Visando o tema da sustentabilidade presente cada vez mais no dia a dia da construção civil, procurou-se produzir um aditivo feito de fibra de coco para o concreto, que pode aumentar assim sua resistência, minimizar o estresse das estruturas, bem como ajudar a diminuir a temperatura e melhorar o isolamento acústico, com baixo custo de fabricação reutilizando os cocos que seriam descartados nos lixos das praias do RN. A ideia resgata e aprimora o uso fibras e lãs para fazer-se uma mistura que resulte em melhora na resistência dos materiais de construção. Podendo ser utilizadas nas residências com diversas aplicações na engenharia civil e arquitetura. As fibras são livres de Compostos Orgânicos Voláteis (COV'S), substâncias poluidoras provenientes do petróleo que atacam a camada de ozônio. Tornando as mantas e fibras materiais sustentáveis e que tem baixíssima degradação do meio ambiente. A vantagem estudada é que além de ser um material isolante térmico acústico, é que ele poderá aumentar a resistência do concreto quando utilizado como aditivo, sendo misturado à composição do concreto utilizado nas construções de residências urbanas.

**(Metodologia)** As fibras de coco são preparadas artesanalmente, sem a necessidade de mão de obra especializada, usando materiais facilmente encontrados, que são as fibras do coco seco, proveniente das lixeiras das praias do RN, soda caustica, Hidróxido de sódio, água, régua, tesoura e prensa. Para sua utilização no concreto, coloca-se a fibra já tratada nos agregados na hora da mistura do concreto, com isso é formada uma armadura tridimensional uniforme, que combate os esforços da retração, isso é, quando uma trinca começa a ser formada ela é interceptada pelas fibras e não permite que essa trinca aumente e elimina a continuidade dele. Quando comparadas com as telas soldadas, as fibras apresentam vantagens no que se diz respeito à formação de trincas e fissuras causadas pela retração plástica, atuam contra impacto, são mais eficazes contra abrasão, reduzem a permeabilidade do concreto, não precisam de camada mínima de recobrimento, ao contrário da tela soldada que necessita de 2,5cm de recobrimento. Para o ensaio de resistência é necessário produzir corpos de prova que serão testados em prensa hidráulica, segundo a NBR 5739 – Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos.

**(Resultados)** Os resultados foram os seguintes, com relação ao custo para produção do material foi possível verificar que é relativamente baixo considerando outros materiais utilizados para as mesmas finalidades, por contar com materiais que são descartados no lixo, cerca de 70% do descarte do lixo nas praias do Rio Grande do Norte é oriundo é do coco por lá consumido. O aumento da resistência do concreto com utilização da fibra de coco na sua composição será ser verificado no laboratório de materiais de construção utilizando prensa hidráulica.

**(Conclusão)** Esta pesquisa faz uma breve introdução ao tema e reforça o caráter sustentável e técnico de sua produção, apresentando uma forma alternativa de se utilizar o coco proveniente do descarte das praias do RN com um processo produtivo muito simples, permitindo ser assimilado por mão de obra não qualificada. Conclui-se que as mantas e utilização da fibra para aumento da resistência do concreto podem ser aplicadas em diversos tipos de construção com baixo custo, substituindo materiais que degradam o meio ambiente, tanto no seu descarte como na sua produção.

**Palavras-Chave:** fibra de coco resistência concreto ensaio corpo de prova

**GRADUAÇÃO SERVIÇO SOCIAL**

**XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONIC 2019**

**EDUCAÇÃO 4.0**



## A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE APOIO À REINserÇÃO DE JOVENS QUE CUMPRIRAM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

**Autor(es):**

*Beatriz Lopes dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo visa apreender a importância da rede de apoio socioassistencial na reinserção dos jovens que cumpriram medidas socioeducativas. Ao longo da história, o Brasil foi marcado por diversas mudanças, dentre elas a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada a Constituição Cidadã, responsável pela formalização de um rol de direitos sociais contemplando a visão de que crianças e adolescentes devem ser considerados sujeitos de direitos. A atuação do Serviço Social que lida diretamente com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e atua na intervenção através das políticas públicas é limitada devido ao Estado não dispor autonomia e recursos ao fazer profissional. Com isso, busca-se entender e enfatizar a necessidade de ações efetivas não apenas do assistente social, mas também do Estado, da sociedade e da rede de apoio na concretização dos direitos e das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes.

**(Metodologia)** Inicialmente está sendo feita uma análise através da metodologia de pesquisa dedutiva, como também um levantamento bibliográfico através de livros, artigos e sites com o objetivo de explorar o tema abordado. Para o procedimento realiza-se uma pesquisa documental da atual Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e Adolescente com intuito de auferir ao trabalho uma quantidade maior de dados para embasar o seu desenvolvimento.

**(Resultados)** Essa pesquisa está em andamento, pois resultará no Trabalho de Conclusão de Curso, e portando possui resultados parciais. Dessa forma, no andamento da pesquisa encontram-se resultados como a compreensão da importância do papel do Estado e da sociedade na efetivação e na defesa dos direitos inerentes à criança e ao adolescente, a discussão acerca dos determinantes sociais e econômicos que levam a maioria dos jovens que cumprem medidas socioeducativas reincidirem nas práticas de atos infracionais, e como o assistente social, em articulação com a rede de apoio, pode atuar no quesito prevenção. A normatização do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990) trouxe expresso em seu art. 6º a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, portadoras da necessidade de tratamento diferenciado, e observância de sua inimizabilidade. O assistente social com base em leis e normas atua na defesa intransigente do direito, e apoiar-se-á nas políticas públicas e na rede de apoio para garantir a efetivação dos direitos e a reinserção do jovem que cumpriu medidas socioeducativas, na sociedade.

**(Conclusão)** Conclui-se que a articulação do Serviço Social com os mecanismos da rede de apoio socioassistencial auxilia na intervenção de reinserção, assim como a afirmação do papel do Estado e da sociedade na participação da proteção e na efetivação dos direitos infanto-juvenil.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Criança e Adolescente. Rede de apoio.

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO GRUPO DE MULHERES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**Autor(es):**

*Iara Tenorio da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Magnayara Celiane Rodrigues da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Historicamente a atuação dos profissionais Assistentes Sociais se consolida em espaços de instituições públicas, privadas, entidades socioassistenciais. Desde a Constituição de 1988, os profissionais estão cada vez mais assumindo cargos de gestão, basicamente na formulação, execução e controle da implantação do Sistema Único de Assistência Social. O presente está cotidianamente sendo criado e recriado com a construção e incorporação seletiva de saberes, a mobilização e recriação do passado e a produção e experimentação de novas abordagens, e assim, se organizam e se mobilizam no campo da ação profissional. Desta maneira o profissional deve estar sempre atento às demandas postas diariamente e capacitar-se, pois, vai além de suas atribuições institucionais. Este artigo abordará a importância da atuação profissional do Assistente Social na construção do protagonismo e autonomia de mulheres assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de uma comunidade de pescadores do Rio Grande do Norte, diante dos serviços ofertados pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Problematizando sobre as atividades e ações desenvolvidas neste programa que possibilitaram às mulheres superar situações de fragilidade social vivenciadas e o que mudou na vida dessas mulheres desde que começaram a participar dos espaços de escuta e troca de vivências familiares e comunitárias.

**(Metodologia)** Esta é uma pesquisa qualitativa, uma vez que se estuda as experiências e particularidades de indivíduos. A metodologia foi baseada na realização de pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

**(Resultados)** Esta pesquisa é um projeto de conclusão de curso, portanto ainda está em andamento, porém visamos com este trabalho que os profissionais assistentes sociais em sua atuação tenham uma leitura crítica da realidade, agindo como mediador de direitos, na busca por justiça social e valorização de seus usuários, especificamente as mulheres em situação de vulnerabilidade, na perspectiva de construir protagonismo e autonomia, e assim, inserindo-as na sociedade como cidadão de direito.

**(Conclusão)** Conclui-se com o exposto, que este trabalho de pesquisa mostre a importância da atuação profissional do assistente social como viabilizador de direitos, elucidando o acesso a estes, sempre com o intuito de tomar o usuário como um verdadeiro cidadão, na busca por políticas sociais como mediadoras fundamentais da ação do Estado, viabilizando uma intervenção continuada e estratégica sobre as expressões da questão social, na perspectiva de desenvolver políticas públicas e emancipatórias.

**Palavras-Chave:** políticas públicas, emancipação feminina, autonomia, serviço social.

## A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

### **Autor(es):**

*Raquel Kaliupe Silva de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Clarisse Silva da Costa: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil já houve várias transformações no campo da Educação, os quais se passaram nos períodos do Brasil Colônia de 1500 a 1822, Brasil Monárquico de 1822 a 1889, e no Brasil República de 1898 até o período da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, a qual nos traz ao contexto de hoje, pois, para nos articular na conjuntura atual faz-se necessário um pensamento crítico e embasamento histórico a respeito da política da educação e suas transformações fazendo-se necessário referenciar o Projeto de Lei (PL 3.688/2000) a qual visa garantir atendimento em psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. Nesse sentido, vale salientar que com base nesse Projeto de Lei o conjunto CFESS-CRESS apresentou um documento intitulado "Subsídio para Atuação do Assistente Social na Política da Educação" contribuindo assim para fomentar a atuação do assistente social na Política da Educação.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi um tipo de pesquisa bibliográfica tendo abordagem em artigos, leis, documentos e livros que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho. É qualitativo pois, visa identificar as contribuições do assistente social nas demandas da educação, ou seja, no que o profissional pode vir a acrescentar para que possa ter melhor qualidade na política de educação.

**(Resultados)** Em referência a esse fato, os resultados encontrados são parciais, portanto, espera-se identificar as demandas apresentadas na educação e, conhecer as dimensões teórico-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que o profissional articula, em sua historicidade, totalidade e individualidade, relacionando com o importante papel da Política de Assistência Social para a efetivação dos direitos dos usuários que perpassam neste espaço sócio ocupacional do Serviço Social, como os programas vigentes na educação básica das escolas públicas, sendo ainda, um dever do Estado conforme diz a Constituição de 1988: Art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que é de suma importância a atuação do Serviço Social através de políticas educacionais visto que durante todo o contexto histórico houve evolução na educação, porém, ainda é uma luta pertinente na atualidade no que se refere ao acesso a esse recurso tão importante pois, a educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento do país, mas também no de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de obter um emprego, trata-se de garantir o desenvolvimento social, econômico e cultural que por conseguinte, o direito a educação de qualidade é básico por assegurar outros direitos.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Educação. Política de Educação.

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: NO ENFRENTAMENTO A GRAVIDEZ PRECOCE.**

**Autor(es):**

*Maria da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN  
Rebeca Caroline da Silva Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Serviço Social, surge nas escolas no Brasil, logo no início da profissão no País a partir dos anos 1930, com perfil de educador e recriador, aos poucos os (as) assistentes sociais foram sendo inseridos no sistema educacional do Brasil, principalmente em escolas Filantrópicas e particulares. A importância do Serviço social no âmbito escolar para melhoria da qualidade de ensino, já vem sendo debatida há alguns anos, o projeto de Lei de nº 3688/2000 que prevê a inserção do (a) profissional do serviço social e da psicologia nas escolas públicas de educação básica. Esse debate vem sendo realizado desde os anos 2000 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), tendo como resultado a elaboração e publicação de um documento com discussões e orientações, intitulado “Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação”.

**(Metodologia)** O Trabalho ora apresentado, utiliza como marco filosófico de interpretação dos fatos, esta pesquisa adotará a base lógica do materialismo histórico dialético, englobando a gravidez na adolescência como parte de um todo social que está em constante movimento transformação e conflito. Conforme propõe a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra (THOMPSON, 1981, p.82). Para o desenvolvimento do presente artigo, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa; sendo estudado e tomando como base a perspectiva de alguns autores sobre o tema proposto. Utilizamos de referenciais teóricos através de consultas bibliográficas, artigos e buscas de dados via Internet.

**(Resultados)** Segundo o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), “A criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício e qualificação para o trabalho” Sendo assim atualmente percebe-se um fortalecimento na discussão sobre a contribuição do Serviço Social para a garantia desse direito, como também a atuação do/a assistente social no âmbito escolar. E diante de um contexto de grande exploração do capital e das relações sociais que aumentam cada vez mais as expressões da questão social, também se encontra a escola, meio pelo qual o/a profissional se depara com variadas demandas. Portanto, é necessário um aprofundamento na discussão da função social da escola, pois a mesma também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais (NOVAIS, PROLA, MESQUITA, GOMES, VILAR, BRESSAN, 2001, p. 11).

**(Conclusão)** Através da educação o/a profissional de Serviço Social contribui na formulação, gestão, e execução de políticas públicas, além de colaborar com a efetivação de alguns princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – LDB, a exemplo da “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Diante de uma conjuntura de caráter neoliberalista, de grande exploração do capital e das relações sociais, onde é perceptível as variadas demandas da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, demandas essa também recorrentes no âmbito escolar, que tem exigido a necessidade de discussões sobre variados temas como: violência, trabalho infantil, discriminação, gravidez na adolescência, dentre outros ( OLIVEIRA, 2017, p.3)

**Palavras-Chave:** Serviço Social, Educação, Gravidez na adolescência.

## ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL ESCOLAR BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Tânia Luciene da Silva Almeida: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Raronny Ravena Santos Tavares: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*  
*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Serviço Social ocupa vários espaços sócio ocupacionais, como por exemplo a área da saúde, a área habitacional, a área jurídica, etc. Em todos estes espaços de atuação a questão social é o seu objeto de trabalho. Mas, em cada um deles possui suas características específicas e a atuação de assistentes sociais em alguns destes espaços sócio ocupacionais se deu mais tardia. É o caso da área da Educação. Pois, apesar da presença do/a assistente social neste espaço se dar desde a origem dos processos sócio históricos de construção da profissão, década de 1930, isto é, o Serviço Social se inseriu na Educação brasileira no Novo Estado, a atuação do Serviço Social nesta área de trabalho é bem recente, com início na década de 1990, em conformidade com o amadurecimento do projeto ético-político profissional. Além disso, carece de regulação. Pois, ainda não há uma lei que obrigue a presença de assistentes sociais na equipe de profissionais que compõem a educação escolar. Por isso, muitas escolas ainda não contam com o trabalho do profissional do Serviço Social para enfrentar os diversos desafios encontrados neste ambiente de trabalho, como por exemplo a violência como o bullying, o feminicídio e os caos de seriais killers, o suicídio, o consumo de álcool e drogas, a inclusão escolar de alunos deficientes, a evasão escolar, a vulnerabilidade socioeconômica de alguns alunos, etc. Ainda que para enfrentar muitos deles seja necessário o serviço de profissionais que possuam atribuições privativas ao Serviço Social na equipe multidisciplinar. Pois, a Educação escolar é uma área permeada por questões complexas, necessitando de diversos saberes e especializações para responder essas questões.

**(Metodologia)** A concepção metodológica é o materialismo histórico dialético a partir da perspectiva da totalidade concreta. Desse modo, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. A referente pesquisa será bibliográfica e documental. Para tanto, serão utilizados artigos científicos, livros e documentos do Conselho Federal do Serviço Social. Os quais o instrumento de pesquisa será o fichamento bibliográfico com foco no aspecto da prática do Serviço Social escolar e ao término do fichamento será feito um apanhado de quais são as atribuições do Serviço Social escolar.

**(Resultados)** Este trabalho está em processo de construção para um projeto de pesquisa.

**(Conclusão)** Este trabalho está em processo de construção para um projeto de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Educação, Serviço Social e Espaço Sócio Ocupacional Escolar

**DIREITOS SEXUAIS: A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBITO ESCOLAR.**

**Autor(es):**

*Maria da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN  
Amanda Karoline da Costa Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca relacionar sobre os Direitos Sexuais e a importância da educação sexual no âmbito escolar e compreender ausência da efetivação de políticas públicas voltada para a educação sexual. Portanto, analisando o campo, social, econômico e cultural do sujeito para mostrar que a sua liberdade enquanto cidadão de direitos precisa passar pelo aprendizado sobre sua sexualidade, por vez é importante reconhecer os Direitos Sexuais, que garante a liberdade sexual dos indivíduos. A Educação Sexual é um tema complexo que busca ensinar e explicar com clareza e tranquilidade questões relacionadas à sexualidade e elucidar que ela faz parte da vivência humana, e só assim garantir às pessoas uma vida sexual plena e segura. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dispõe de direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essa concepção de criança se assimila os valores que irão construir a aprendizagem e desenvolvimento da criança na escola e que permitem a abordagem sobre um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo.

**(Metodologia)** Essa pesquisa adotará o materialismo histórico dialético como referencial teórico compreendendo o fenômeno a partir da sua história ou do seu passado, considerando um estudo no qual o objetivo é avaliar os impactos causados pela falta de políticas públicas na Educação Sexual de crianças e adolescentes, será uma pesquisa exploratória, qualitativa e realizada a partir de fichamento e análise documental.

**(Resultados)** O primeiro resultado que se espera é que ao incluir os estudos sobre a Sexualidade em disciplinas como filosofia, sociologia, na literatura, no português, é buscar promover e trazer valores éticos, morais para os alunos, buscando a reflexão, a mudança no comportamento, o pensamento crítico sobre todas as desigualdades. Segundo, as ações que as políticas públicas querem abordar no estudo sobre Direitos Sexuais e da Sexualidade no âmbito escolar são para que crianças e adolescentes interprete, expresse crenças, sentimentos e dúvidas sobre si mesmo, sobre os outros, sobre as diferentes culturas, expressando seus sentimentos e aprendendo sobre a Sexualidade e à valorização da diversidade e do pluralismo que existe no Brasil. Portanto criando um vínculo de interação e confiança entre professores e alunos, para que a escola, seus profissionais e gestores tornem a escola um ambiente de acolhimento para que as crianças e adolescentes possam debater, conhecer e confiar no trabalho que a escola desenvolve sobre os Direitos da criança e adolescentes.

**(Conclusão)** Contudo, a questão de gênero já é incorporada na nossa sociedade, quando se afirma que rosa é de menina e azul de menino, quando existem brinquedos que afirmam novamente esses estereótipos, por tanto afirmar a importância da Educação Sexual nas escolas e para além delas, é de papel fundamental e ferramenta de trabalho do assistente social enquanto uma questão social, falar sobre Direitos Sexuais e Sexualidade na escola é contribuir para a formação de pessoas que saibam conviver em sociedade, que saibam respeitar as diferenças, que sejam livres para tomar decisões que as façam felizes, por fim é transformar cada cidadão livre de aprisionamentos internos, padrões, estereótipos e julgamentos, e faz parte do papel da escola e dos professores acentuar todas essas questões, diante disso a escola forma cidadãos para a vida, para conviver entre as muitas diferenças buscando a inclusão social, como já dizia o filósofo alemão Immanuel Kant, "o ser humano é aquilo que a educação faz dele".

**Palavras-Chave:** Direitos Sexuais, Políticas Públicas, Sexualidade e Estado.



**FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA: SOBRE A PERSPECTIVA DO FORTALECIMENTO DO VÍNCULO FAMILIAR**

**Autor(es):**

*Waleria de Souza Carneiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Isadora Camara Aby Faraj: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aumento da população em situação de rua é de evidente expansão, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a partir do levantamento de dados feito em 2017 estima-se a quantidade de 101 mil pessoas nessa situação de rua. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) aponta que existem 11,8 milhões de desempregados no Brasil, conforme a pesquisa realizada no período de maio, junho e julho de 2019 e a informalidade com 24,6 milhões pessoas. Considerando que a população em situação de rua procura uma alternativa para suprir a sua sobrevivência, observa-se que a informalidade é uma das alternativas encontradas, a exemplos a serem expostos, como vendedores ambulantes, coletores de produtos recicláveis ou autônomos informais. Por estarem sem garantias socioeconômicas, essas pessoas estão em situação de vulnerabilidade, ou seja, margem da sociedade, tornando-se invisíveis para alguns, por vezes não são respeitados, ou reconhecidos como cidadãos de direitos que são. Pode-se notar que existem dificuldades dessa população em sustentar-se financeiramente, tendo como primordial a parte financeira, dificultando também outro aspecto, que é encontrar um local que acomode a todos os indivíduos da família, para não ter a separação da família, conseqüentemente o vínculo familiar ser perdido. Com essa perspectiva é relevante analisar a importância de manter e fortalecer esse vínculo, apontando as diversas composições familiares e conhecer as políticas públicas existentes.

**(Metodologia)** Este trabalho ainda em andamento tem como caráter bibliográfico, foi realizado a partir de bases e referências bibliográficas, tais como artigos, livros e sites, relativos ao escopo desta pesquisa.

**(Resultados)** O Estado deve garantir a dignidade dessas pessoas, fazer com que esses direitos previstos por lei não sejam violados ou privados para essa população, com isso, surge o Plano Nacional da População em Situação de Rua com diretrizes constituídas pela Constituição Federal de 1988, concretizando juntamente o desenvolvimento de políticas públicas para essa expressão da questão social.

**(Conclusão)** A proteção social para essas famílias em situação de rua é de responsabilidade do poder público, que por meio das políticas públicas existentes, busca-se resgatar ou não deixar que esse vínculo familiar seja perdido perante a situação encontrada, oferecendo assistência para essas famílias, no fortalecimento vínculo e progressão financeira. Nesse sentido, o Serviço Social atua sendo a conexão para essa população em vulnerabilidade terem acesso a políticas públicas e a convivência familiar, fazendo o acolhimento dessas famílias, identificando suas necessidades, auxiliando e mediando na proteção social, que é dever do Estado e previsto por lei, os tratar como cidadãos.

**Palavras-Chave:** Família em Situação de Rua, Vínculo Familiar, Políticas Públicas e Serviço Social

**FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DESENVOLVIDO PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL E URBANO – SAR**

**Autor(es):**

*Márcio Francisco de Andrade: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN  
Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Serviço de Assistência Rural e Urbano- SAR é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1949, como uma associação civil, com o objetivo de ser a voz da Igreja, no campo e na cidade, especificamente acompanhando e fomentando a criação de associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ajudou na criação e formação de sindicatos rurais e até mesmo na criação de federação de trabalhadores rurais do Estado, ao longo de sete décadas, bem como na formação das lideranças do campo e de movimentos sociais, na luta e defesa dos direitos sociais. Tem o objetivo de atuar, junto ao povo mais sofrido e desprovido de políticas públicas, vítimas da não atuação do Estado, procura desenvolver projetos sociais, para amenizar as consequências da ausência do Estado, dos anos 50 a 90, tornando-se uma instituição pioneira na luta e defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, por isso, contribui para a criação dos sindicatos rurais, nos municípios, mais também na elaboração e efetivação de políticas públicas. Nesta perspectiva abordarei em 3 capítulos: I A trajetória histórica e as causas sociais que levaram a criação da instituição; II O processo de formação político de lideranças do campo e da cidade; III A importância do Controle Social das Políticas Públicas e sua organização no processo de formação desenvolvido pelo SAR, dentro dos mecanismos de participação popular e de fiscalização social e democrático.

**(Metodologia)** Este trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, Entrevista por meio de questionário junto a lideranças acompanhadas pelo SAR, sócios e Educadores da Instituição, como amostragem, baseando-se nos documentos da igreja como Doutrina social e outros que explicam a relação da igreja com a sociedade, também autores que respondam a temática além dos documentos da igreja pós concílio Vaticano II, a doutrina social a partir da carta apostólica Rerum Novarum.

**(Resultados)** Como se trata de um estudo em andamento, os resultados serão visibilizados com a conclusão da pesquisa. Também buscará apresentar a instituição o resultado da pesquisa com o objetivo de contribuir no processo de formação de lideranças e registro histórico da instituição.

**(Conclusão)** Entendendo que um dos agentes sociais responsável pela animação e incentivo à formação dos conselheiros encorajando-os a não desistirem dos ideais é a Igreja por meio de suas instituições sociais, que sendo agente social, deve estar preocupada com as transformações sociais que afetam diretamente a vida das pessoas. Faz-se necessário cada vez mais incentivar iniciativas de mecanismo social. Neste contexto, as instituições do terceiro setor, como o SAR, têm feito este papel junto à sociedade e lideranças comunitárias, fortalecendo por meio da formação e capacitação sobre políticas públicas os conselheiros da sociedade civil, a fim de que estes possam ocupar os espaços da sociedade nestes mecanismos de participação e fiscalização das políticas públicas. Por isso, este trabalho contribuirá para o fortalecimento da luta pelas políticas públicas e do controle social, por meio da formação e participação social.

**Palavras-Chave:** Formação Política, Controle Social, Doutrina Social da Igreja, Participação, Educação Popular.

## MENINOS SOLDADOS

**Autor(es):**

*José Wanderley de Andrade: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Meninos Soldados, são recrutados na África para fins de guerra, esse assunto não é de conhecimento de todos, precisamos alertar a sociedade, para que seja feito algo, em prol dessas crianças, precisamos do governo e de autoridades competentes, de uma organização séria, que nos traga opções de ajudar a resolver esse problema, até hoje, em tempos contemporâneos, onde a sociedade resolve quase tudo, com protestos e polemias, sociedade, esta, consciente de seus direitos, então deixo a minha preocupação estampada nesse assunto para que sirva de exemplo a todos que detém o poder e cruzam os braços diante de tal situação.

**(Metodologia)** Que haja uma fiscalização, no âmbito dos fabricantes de armas, que a sociedade mundial traga a tona essa situação tão degradante, com campanhas em massa, que não haja esquecimento de combate e perseguição aos autores, que recrutam crianças, para finalidades de guerra e que sejam punidos pelos seus atos. Como para tantos outros, o recrutamento forçado ao menos representou o fim dessa fuga- e a possibilidade de comida todos os dias, não é difícil transformar crianças em máquinas de guerra, guerra são confusas. Aldeias são invadidas repentinamente, a pânico, as pessoas fogem. Crianças se perdem de seus pais quase sempre. Ou então os veem ser assassinados. Quando o número de civis mortos é maior, isso é o indicio de que há mais órfãos prontos para o recrutamento.

**(Resultados)** Como para tantos outros, o recrutamento forçado ao menos representou o fim dessa fuga- e a possibilidade de comida todos os dias, não é difícil transformar crianças em máquinas de guerra, guerra são confusas. Aldeias são invadidas repentinamente, a pânico, as pessoas fogem. Crianças se perdem de seus pais quase sempre. Ou então os veem ser assassinados. Quando o número de civis mortos é maior, isso é o indicio de que há mais órfãos prontos para o recrutamento.

**(Conclusão)** Ainda não foi tomada uma iniciativa para acabar com essa ação. Que o Brasil precise acordar para essa realidade, que o Brasil não cruze os braços, que possamos fazer algo para mudar essa situação na África ou em qualquer lugar. Que haja uma fiscalização, no âmbito dos fabricantes de armas, que a sociedade mundial traga a tona essa situação tão degradante, com campanhas em massa, que não haja esquecimento de combate e perseguição aos autores, que recrutam crianças, para finalidades de guerra e que sejam punidos pelos seus atos.

**Palavras-Chave:** Meninos Soldados

## O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO BÁSICA

### **Autor(es):**

*Ivone Medeiros Ramalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Jessica Priscila Gomes da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*  
*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*  
*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com o Estatuto do Idoso Lei N. 10.741/2003 é considerado pessoa idosa com idade igual ou maior que 60 anos. E também da Política Nacional do Idoso Lei N. 8.842/1994 Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. De acordo com as leis citadas anteriormente incluído o Código de Ética do Assistente Social buscamos conhecer na sua perspectiva de trabalho como o profissional vai atuar nas demandas da população idosa, que de acordo com a Organização de Saúde (OMS), no ano de 2018 o Brasil tinha mais de 28 milhões de pessoas idosa numero que representava 13% da população do país, temos uma população que cresce de forma rápida e intensa e que exige atenção e cuidados especiais por se tratar de pessoas que tenham limitações físicas e psicológicas que são acarretadas pela idade.

**(Metodologia)** O estudo aconteceu através de Pesquisa bibliográfica com o aprofundamento teórico dos parâmetros de atuação do Serviço Social na Saúde, Estatutos e Políticas de saúde.

**(Resultados)** Buscamos através desse projeto o conhecimento e reflexão dos conceitos de atuação do profissional frente a atenção básica de saúde esclarecer a importância da necessidade do profissional Assistente Social na Atenção Básica visando o planejamento das suas ações e intervenções pautadas na ética e no compromisso sério com os usuários, e através da nossa perspectiva de trabalho contribuir para viabilização dos direitos sociais da população idosa frente à atenção básica. Atuando para que o idoso tenha qualidade de vida e bem estar no seu envelhecimento.

**(Conclusão)** Procuramos através desse projeto discutir o papel do profissional de serviço social na garantia do direito da população idosa na atenção básica de saúde de acordo com seu processo de trabalho esclarecer a importância do profissional frente a atenção básica de saúde na garantia do direito da pessoa idosa, e através do trabalho do serviço social garantir a inclusão do idoso na sociedade, e assegurando a toda população idosa o esclarecimento de seus direitos.

**Palavras-Chave:** Serviço social; Idoso; Atenção básica.

**PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA PRIVADA**

**Autor(es):**

*Amanda Karoline da Costa Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Alexsandra Ferreira da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo aborda as relações sociais e o processo de trabalho do/a assistente social no cotidiano do/a trabalhador/a da empresa privada e discute sua práxis nesse âmbito. O problema de pesquisa no qual se baseia este artigo, consiste em refletir à práxis do/a assistente social frente às políticas empresariais no cotidiano do/a trabalhador e nesse contexto analisar quais as contradições que o/a assistente social enfrenta no seu processo de trabalho.

**(Metodologia)** Essa pesquisa adotará o materialismo histórico dialético como referencial teórico a partir da história das relações sociais do trabalho, de abordagem qualitativa, e se deu por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, tais como artigos, livros, sites, sob os quais as autoras se debruçaram em pesquisas e análises.

**(Resultados)** Este é um projeto de TCC, portanto é uma pesquisa que está em andamento com conclusão no próximo semestre, em 2020, que ainda está em fase de coleta de dados e diante disso o que se tem até o atual momento é uma revisão bibliográfica inicial desse estudo, tendo em vista a importância do tema se torna relevante para a sociedade, partindo do pressuposto que todas as pessoas necessitam do trabalho para a sua reprodução social e material, pois Marx (1852), afirma que nós fazemos a história, porém não a fazemos nas condições que nós escolhemos. Portanto, somos guiados por um pensamento dominante, articulado por monopólios. Dessa forma discutiremos o trabalho do Serviço Social dentro das empresas privadas e a relação da empresa com o sistema produtivo capitalista que engloba uma dinâmica de divisão social do trabalho, exploração e expropriação do trabalhador, visando sua exclusão e retirando-o da participação social, política, econômica manipulando as necessidades e vontades dos indivíduos, por meio de um processo produtivo que limita a expansão social e controla as relações sociais no cotidiano da empresa. De acordo com Braverman (1974), o processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador.

**(Conclusão)** O/a assistente social precisa ter uma intenção ou estratégia no seu campo de atuação, pois necessita materializar o seu pensamento em ações para alterar as relações sócias existentes, no entanto o sistema de produção de capitalista bloqueia a ação ideológica do profissional, por meio de imposições para a construção de um projeto burguês que permite a sua hegemonia e expansão do sistema capitalista, visto que a sociedade capitalista sustenta o discurso da igualdade e realiza a desigualdade, segundo Yamamoto (2000), e para que isso não se torne comum o/a assistente social precisa efetivar mudanças teórico-práticas na sua intervenção profissional. Pois, nossa inserção no mundo corporativo é de suma importância para atender as necessidades da classe trabalhadora, que dentro das empresas no ramo da indústria o trabalhador somente realiza uma atividade automática com um maquinário e, diante disso necessita de um ambiente no qual exista relações humanas e de pessoas que ouçam as suas vozes e suas demandas, pois muitas dificuldades permeiam o chão de uma indústria.

**Palavras-Chave:** Serviço social. Práxis. Processo de trabalho. Empresa privada. Relações sociais.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO SOB A ÓTICA MACHISTA E SOBRE A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/06**

**Autor(es):**

*Fernanda Maria de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Lidiana Rocha de Brito: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema em debate no presente projeto de TCC se refere à violência contra a mulher, um estudo sob a ótica, e os limites da atuação da Lei Maria da Penha. O problema de pesquisa no qual se baseia o referido estudo, é a discussão acerca dos seguintes questionamentos: quais os impactos do machismo na atualidade? Quais as principais fragilidades encontradas na aplicação das medidas protetivas? O capitalismo, o patriarcado e a exploração da mulher, estão fundamentados em uma cultura na qual existe a dominação do gênero feminino pelo masculino, vem se reproduzindo na família e na sociedade, Segundo Barbieri (1993), as publicações de Engels e Beauvoir colocam-se em consonância da luta das mulheres, devido à discriminação sofridas por elas, com bases em escala, ou dados são determinantes a esta dominação, a qual a mulher é subordinada ao poder masculino. A postura defendida por Barbieri, defende que a subordinação a qual estão submetidas as mulheres, é gerada pela sociedade ou as sociedades concretas, o objeto é vasto, para termos avanço, requer-se uma análise das relações mulher-homem, mulher-mulher, homem-homem em todos os graus, esferas e períodos. Gênero, nosso processo de existência tem bases biológicas com intervenção de dois sexos, entende-se macho e fêmea, e o gênero não depende do sexo, e sim como pessoa se identifica ou se auto determina. Biologicamente sexo define-se pela genitália, cromossomos e hormônios nos quais nascemos com eles, ou seja, são órgãos reprodutores que estão planejados e fixados ao corpo orgânico. Arán (2006). A categoria gênero se expressa como uma construção social e não biologicamente determinada. A conjuntura de gênero masculino e feminino, representando particularmente contribuições no processo de vida dos sujeitos, as desigualdades de gênero, nas quais perpassamos relações de poder tendenciosas inferiorizando as mulheres na sociedade dentro do sistema machista.

**(Metodologia)** A metodologia adotada no presente projeto é de revisão bibliográfica, que contemplou livros, publicações científicas com artigos e dissertações de mestrado. Para a análise da temática em questão utilizou-se o método crítico dialético, sob a luz das categorias da historicidade, contradição e totalidade, possibilitando uma análise das relações sócio-históricas e culturais construídas e dos elementos que são determinantes da realidade, assim nos permitindo uma compreensão do real sendo discutido em sua totalidade.

**(Resultados)** Esta é uma pesquisa em andamento que resultará no trabalho de Conclusão de Curso, portanto possui resultados parciais. Dessa forma, atualmente as estatísticas mostram que o Brasil ocupa a 5ª posição em ranking global de violência contra a mulher, as estatísticas do Observatório da Violência, o OBVIO, mostram que uma mulher foi morta violentamente no Rio Grande do Norte a cada quatro dias de 2019. Neste ano, 53 mulheres foram assassinadas entre 1º de janeiro a 24 de julho. No total, 16 desses casos foram registrados como feminicídios, homicídio motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero.

**(Conclusão)** Ademais é uma discussão presente, e fazer-se necessário estudar a profundidade nas raízes culturais que perduram na sociedade há décadas, é uma grande adversidade da sociedade contemporânea, e através do aprofundamento uniforme nos concedendo a importância de estudos nessa área para o fomento de novas políticas nesse âmbito, já que a violência contra a mulher tem índices alarmantes, é uma violência simbólica com raízes introduzidas na sociedade pelo simples fato de ser mulher.

**Palavras-Chave:** Violência contra Mulher, Machismo, Lei Maria da Penha

**PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO**

**XIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONIC 2019**

**EDUCAÇÃO 4.0**



## ASSÉDIO MORAL E A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO

### **Autor(es):**

*Letice Epifanio Bezerra Neta: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Brenda Lorys da Costa Capasso: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O assédio moral no trabalho caracteriza-se pelas exposições de trabalhadores e trabalhadoras a situações constrangedoras, humilhantes e repetitivas durante o exercício de suas funções no trabalho. Sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias; de forma desumana e aéticas, durante longo tempo, praticada por chefes e dirigida a seus subordinados. Muitos funcionários, vítimas do assédio, acabam por desistir de seus empregos. De acordo com o código penal, art.203, o assédio tem por objetivo `` Coagir moralmente o empregado no ambiente de trabalho, através de expressões que tenham por objetivo atingir a dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica``. A Justiça Restaurativa vê o crime como uma violação das relações do infrator com a vítima e com a comunidade, que causa lesões emocionais, morais e materiais que devem ser restauradas.Foi recriada nas décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos e Europa com o objetivo de ampliar o acesso à justiça criminal. E tem como propósito causar interação social e restaurar vidas. Se trata de um processo colaborativo voltado para resolução de um conflito caracterizado como crime, que envolve a participação maior do infrator e da vítima.Pode se dizer que, a justiça restaurativa procura equilibrar o atendimento às necessidades das vítimas e da comunidade com a necessidade de reintegração do agressor à sociedade. Procura dar assistência à recuperação da vítima e permitir que todas as partes participem do processo de justiça de maneira produtiva (United Kingdom – Restorative Justice Consortium, 1998).

**(Metodologia)** Para a pesquisa serão utilizadas observações empíricas e bibliográficas objetivando o aprofundamento do assunto.

**(Resultados)** Sendo assim, nossa pesquisa trouxe como resultado, a necessidade posta aos mediadores e conciliadores de conflitos em dar ênfase a elaboração de círculos restaurativos nos ambientes de trabalho, de forma continuada e restabelecadora para as resoluções dos conflitos. A Justiça Restaurativa vê o crime como uma violação das relações do infrator com a vítima e com a comunidade, que causa lesões emocionais, morais e materiais que devem ser restauradas. Já a mais culturalmente conhecida e utilizada a Justiça Retributiva é centrada no Estado, que processa e julga, condenando, sendo voltada para o passado. Julga e condena como se a pessoa estivesse em um vácuo, despreza a história e as relações.

**(Conclusão)** O aperfeiçoamento e a elaboração de círculos restaurativos nos ambientes empregatícios são de suma importância para reestabelecer as relações de trabalho e melhorar a qualidade de vida dos funcionários dentro das instituições/empresas. Evitando, assim, muitos casos de Suicídio;Depressão;Ansiedade;Isolamento;Irritabilidade; Síndrome do pânico; entre outros.

**Palavras-Chave:** Assédio moral. Ambiente de trabalho. Círculos restaurativos. Justiça Restaurativa



## A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE A ALIENAÇÃO PARENTAL

**Autor(es):**

*Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): Diante de uma cultura patriarcal e machista nos primórdios de um Brasil colonial e imperialista o homem tinha poderio ilimitado incluindo a sua mulher e filhos. Ao longo dos anos muitas lutas por igualdades foram travadas e um dos principais marcos foi em 1977 a legalização do divórcio. Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina ser um direito da criança o acesso e apoio dos pais. Contudo, mesmo com tantas leis muitos casais não conseguem manter um bom relacionamento após a separação devido à mágoas e atritos vivenciados no âmbito matrimonial, principalmente quando o motivo da separação foi a infidelidade conjugal. A alienação parental foi identificada pela primeira vez como uma síndrome (SAP) pelo pedopsiquiatra forense norte-americano Dr. Richard Gardner e professor da universidade de Colúmbia em uma de suas consultas rotineiras com crianças no ano de 1985. No Brasil, esse termo chegou através da Associação de Pais Separados (APASE). Interferindo na formação psicológica da criança e que se complementou esta lei sendo considerado alienação Parental uma forma de violência, aonde o único objetivo do alienador é vingar-se do seu opositor (a). Lei nº13.431, abril/2017.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: Utilizaremos pesquisas bibliográficas visando o aprofundamento do assunto com vistas a reunir os principais autores do tema proposto explorando para uma eventual colaboração com o intuito educativo de cooperar com essa problemática que atinge as famílias e de tal modo contribuindo para a prevenção de processos litigiosas que envolvam os filhos do casal bem como destacar o papel do Serviço Social no campo sócio jurídico. A pesquisa ocorrerá em artigos nos portais acadêmicos, como Scielo e Proquest por meio de artigos nacionais escritos a partir do ano 2000. Livros poderão ser utilizados de modo complementar às definições histórico – terminológicas

**(Resultados)** RESULTADOS ESPERADOS: Como escopo do referido projeto para o artigo é alertar aos casais em processo de separação que o diálogo para uma boa convivência é a melhor solução evitando danos irreparáveis na vida desses infantes que sofrendo com a ausência dos seus genitores e evitando longos processos judiciais que o atormentará buscando através da responsabilidade civil o dano irreparável que o alienador o causou atingindo sua personalidade e dignidade pleiteando assim uma reparação material pelos problemas sofridos.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Podemos presumir que através da nova lei que foi institucionalizada sobre ao que se refere a mediação de conflitos o Assistente Social juntamente com uma equipe multidisciplinar incluindo a Vara da Infância e da Juventude poderá intervir na Esfera Jurídica familiar cooperando para a transformação do sujeito e fortalecendo os vínculos familiares.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVES: "Alienação Parental", "Mediação de Conflitos" e "Serviço Social".

**CRIOGRAFIA E PRIVACIDADE: LEGALIDADE E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA CUSTÓDIA DE CHAVES PÚBLICAS POR ENTES GOVERNAMENTAIS NO ESTADO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Rebeca barbalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Hemily Samila da Silva Saraiva: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*  
*Alighieri Ferreira dos Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O grande número de informações e transmissões de dados que circulam na rede mundial de computadores, sejam eles privados ou públicos, além de dados pessoais, e empresariais, muitos até de caráter sigiloso, são uma realidade no contexto hodierno. Desse modo, não se pode deixar de falar em criptografia, que consiste num sistema adotado internacionalmente que se vale de uma combinação de chaves de acesso pública e privada. No Brasil, utiliza-se o meio assimétrico, por tecnicamente usar um par de chaves no lugar de uma única chave secreta, sendo este par composto por uma chave pública, de conhecimento geral, e uma chave privada de posse exclusiva da pessoa que a gerou. O sistema de chave pública permite auferir um alto grau de segurança para as partes envolvidas e para o sistema jurídico, tanto no que diz respeito aos requisitos de validade do documento quanto no que se refere à preservação da intimidade e privacidade dos seus signatários, uma vez que neste sistema de criptografia assimétrica, a chave privada é uma informação personalíssima que não é compartilhada contribuindo, assim, com o sigilo de correspondência, garantido pelo artigo 5º, inciso XXII, da Lei Maior. Urge ressaltar o surgimento de leis próprias, como a do Marco Civil da Internet e, bem mais recente, a Lei Geral de Dado Pessoais. Além disso, existem discussões atuais acerca da utilização deliberada ao acesso por parte dos poderes públicos em relação à quebra dessa criptografia. Diante de tal perspectiva, é importante refletir o seu grau de legalidade já que as informações sensíveis são de caráter personalíssimo. Ato contínuo, essa pesquisa pretende mostrar se o acesso deliberado, sem a devida autorização, é legal e vai de encontro com as garantias constitucionais previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de problemática atual, cuja importância reside na necessidade de se preservar a legitimidade jurídica das relações dos direitos sensíveis e personalíssimos garantidos pela Constituição Federal e servirá para o aprofundamento doutrinário, acadêmico na construção de uma segurança jurídica, social e democrática das atuais e futuras gerações.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no trabalho será o método qualitativo, visando expor as principais ferramentas utilizadas para a garantia da segurança de dados sensíveis. Já quanto à fonte da pesquisa, análise bibliográfica, de disposições normativas atinentes ao tema e documental.

**(Resultados)** Ressalta-se que apesar da eficácia das leis vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, há uma necessidade de real fragmentação de entendimento e suas particularidades do direito da segurança jurídica dos dados, para trazer de forma sucinta e clara seus principais aspectos relevantes. Outrossim, demonstrando o critério da legalidade do uso de forma direta pelo poder público de dados personalíssimos.

**(Conclusão)** Por fim, buscou-se uma reflexão sobre a segurança de dados sensíveis, além da segurança jurídica entre o que estabelece os direitos personalíssimos das informações e a utilização desses dados por instituições públicas, mesmo que estes dados sejam revertidos em prol de uma suposta segurança, pois o assunto é de grande valia para toda sociedade, não só ao universo jurídico, mais também para fortalecimento e embasamento de parte do direito digital e suas especificidades.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Lei Geral de Proteção de Dados. Segurança Pública. Criptografia. Chave de acesso.

## DIREITO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### **Autor(es):**

*Isadora: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jamille Carvalho Pires de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Clarice Mariz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Victor Oliveira de Santana: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lorena de Araújo Rocha da Nóbrega Dantas: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A temática da inclusão da pessoa com deficiência é discutida desde os anos de 1980 quando o direito ao trabalho e à educação desta população foi assegurado pela Constituição Federal de 1988 (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011). Neste sentido, é garantido o direito à inclusão na educação e no mercado de trabalho, além de criminalizar qualquer tipo de discriminação à pessoa com deficiência. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2008, foi incorporada como emenda constitucional, e estabelece dentre outros princípios: respeito à dignidade, autonomia, liberdade e independência; não discriminação e acessibilidade. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) estabelece o que já se determinava pela Convenção, colocando além dos direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, habilitação e reabilitação, o direito à acessibilidade, igualdade e não discriminação à pessoa com deficiência. No entanto, é necessário debater quais lacunas ainda existem entre a legislação e sua aplicação no cotidiano dessa população.

**(Metodologia)** Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da literatura publicada na área do direito e inclusão da pessoa com deficiência, utilizando-se a base de dados Scielo. Foram selecionados artigos de revisão e experimentais acerca da temática, sendo incluídos aqueles que trazem a discussão da legislação da pessoa com deficiência e aqueles que discutem a aplicação dessa legislação à realidade dessas pessoas. Para análise dos dados, optou-se pelo método dedutivo que aplica princípios gerais a casos específicos, partindo de uma premissa maior, que é a lei, e de uma premissa menor, que é o fato social, para se chegar a uma conclusão.

**(Resultados)** Dentre os artigos analisados sobre a temática, verificou-se uma evolução na legislação sobre a inclusão da pessoa com deficiência, a qual se iniciou, no Brasil, com a Constituição Federal de 1988, em seguida a Convenção da ONU de 2008 e, por fim, a Lei 13.146 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015. Tal lei veio para consolidar o que já havia sido discutido e preconizado pela Convenção, trazendo algumas poucas novidades. Dentre estas, enfatiza-se o desacoplamento do conceito de deficiência ao de incapacidade e limitação. Todavia, percebe-se que ainda há barreiras no Brasil para a inclusão e participação social plena no mercado de trabalho e educação, por exemplo, visto que observa-se dificuldade no acesso da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho e de ensino, seja por despreparo das empresas e professores, seja por falta de capacitação direcionada à pessoa com deficiência, além da discriminação que ainda perdura neste meio.

**(Conclusão)** Diante dos dados presentes na doutrina percebe-se que a evolução do direito e inclusão da pessoa com deficiência foi positiva, com a criação de novas leis e o implemento de novas políticas direcionadas a esta população. Sabe-se que tais leis visam assegurar o direito da dignidade da pessoa humana, a não-discriminação, além da inclusão dessas pessoas na sociedade. Entretanto, a doutrina e os dados coletados evidenciam que ainda existem algumas lacunas e desafios no que concerne às políticas de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, necessitando do implemento de novas estratégias a fim de efetivar na sociedade o que é previsto na legislação vigente.

**Palavras-Chave:** Pessoas com deficiência. Direitos fundamentais. Inclusão

## UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O DIREITO À PRIVACIDADE

### **Autor(es):**

*Rebeca barbalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Hemily Samila da Silva Saraiva: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*  
*Alighieri Ferreira dos Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente ensaio busca estudar o embate entre a privacidade e o poder de instituições que controlam tecnologias de inteligência artificial. O direito de acessar a internet sem ter a sua privacidade ferida, através de coleta de dados pessoais, é prerrogativa do cidadão, consoante garantia presente no artigo 5º, inciso X da Lei Maior. As razões das aplicações de inteligência artificial estarem aumentando consiste no fato da progressão de processamento de dados, e é exatamente disso que a inteligência artificial se alimenta. Assim sendo, como é possível limitar o poder das instituições para garantir a privacidade dos cidadãos? Atualmente, tem se levantado o questionamento de que os dados pessoais seriam o “novo petróleo”, haja vista a relevância das informações no contexto econômico. Sem dúvida, depara-se com as mídias sociais, como Instagram, Facebook e o próprio Google, que vendem informações pessoais relacionadas a temas de busca na internet dos cidadãos envolvidos. Essa habilidade retrata uma mistura de informações que se confundem entre a vida pública e privada. O maior problema consiste na falta de consentimento dos indivíduos que são vítimas da tamanha falta de privacidade. Objetivando tutelar direitos fundamentais, mais especificamente a privacidade, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD surge trazendo mudanças no uso e na coleta de dados pessoais, tendo por ideia geral a função de educar para a cidadania na seara digital, buscando a proteção ao cidadão, o interesse público e incentivar o desenvolvimento econômico e tecnológico. Passará a vigor de forma mais efetiva a partir de agosto de 2020 e foi elaborada tendo como base o sistema adotado na União Europeia, qual seja, o Regulamento 2016/679 – General Data Protection Regulation - GDPR. Essas novas legislações sobre proteção de dados pessoais surgiram logo após o escândalo envolvendo Cambridge Analytica e o Facebook, no qual envolveu usuários que participaram de um aplicativo de teste psicológico na rede social que entregaram, voluntariamente e sem conhecimento, suas informações e dados relativos aos amigos do perfil na rede social. Ante esse contexto de efetiva violação de privacidade, tem-se, hoje, um novo paradigma na proteção de dados sensíveis, todos vinculados a pessoas identificadas e identificáveis. Assim, a LGPD busca disciplinar o uso, tratamento e mercantilização dos dados pessoais.

**(Metodologia)** Utiliza-se para persecução dos objetivos delineados a metodologia qualitativa, com método hipotético-dedutivo, através da análise bibliográfica, dispositivos normativos atinentes ao tema e documental.

**(Resultados)** Constata-se uma invasão a dados sensíveis dos cidadãos que não tem consentimento de tamanha falta de privacidade; Uso inadequado de tecnologias de inteligência artificial por instituições que detém o poder para controlá-las; LGPD é insuficientemente detalhada para tentar impedir tais violações à privacidade.

**(Conclusão)** Portanto, ante a realidade da revolução digital, observa-se um avanço no que diz respeito à legislação brasileira em matéria de Direito e novas tecnologias. Não obstante, ainda são inúmeras as preocupações existentes acerca da coleta de dados pessoais de forma compulsória e, questiona-se, se a LGPD é insuficientemente detalhada para tentar impedir tais violações à privacidade. Não seria forçoso dizer que, do ponto de vista retórico, indagar se a inteligência artificial e os direitos a privacidade representariam incoerência entre si, consoante vasta vulnerabilidade do cidadão em razão do uso inadequado dessas tecnologias de inteligência artificial por instituições que detém o poder para controlá-las.

**Palavras-Chave:** Inteligência artificial. Dados Pessoais. Direito à privacidade.